

EDIÇÃO QUADRIMESTRAL,
ANO 23, Nº 57 MAI/AGO 2021
E ISSN 1807-0337

SOCIOLOGIAS

STAY
connected

DOSSIÊ

Trabalho em
plataformas digitais



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

E-ISSN 1807-0337

SOCIOLOGIAS

www.seer.ufrgs.br/sociologias

revsoc@ufrgs.br

SOCIOLOGIAS

[SSN 1807-0337] Revista quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, destinada a promover intercâmbio entre cientistas sociais nacionais e internacionais.

Sociologias is a four-monthly journal published by the Graduate Program in Sociology - UFRGS, aiming to promote interaction between Brazilian and foreign social scientists
Ano 23, n. 57, maio/ago. 2021, Porto Alegre, PPGS/UFRGS.



Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Reitor: Carlos André Bulhões Mendes

Vice-Reitora: Patrícia Helena Lucas Pranke

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Diretor: Hélio Ricardo do Couto Alves

Vice-Diretor: Alex Niche Teixeira

Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Coordenadora: Leticia Maria Schabbach

Coordenador-Substituto: Guilherme Francisco Waterloo Radomsky

Editor

Jalcione Almeida

Alex Niche Teixeira

Editora Emérita

Maíra Baumgarten

Editora Assistente

Cinara Lerrer Rosenfield

Editores Assessores

Adriano Premebida

Alexandre Almeida de Magalhães

Clarissa Eckert Baeta Neves

Enio Passiani

Marília Luz David

Priscilla Ribeiro dos Santos

Rochelle Fellini Fachinetto

Comissão Editorial

Alex Niche Teixeira

Cinara Rosenfield (UFRGS)

Jalcione Almeida (UFRGS)

Leticia Maria Schabbach

Marcelo Kunrath Silva (UFRGS)

Raquel Weiss (UFRGS)

Soraya Maria Vargas Cortes (UFRGS)

Assessoria Editorial

Regina Vargas

Equipe Técnica

Projeto gráfico: Rodrigo Rosa

Editoração Eletrônica: Carolina Fernandes

Revisão e padronização: Satya Comunicação

Revisão técnica: Regina Vargas

Conselho Editorial

Alicia Itati Palermo, UNL (Argentina)

Alberto Riella, Universidad de la República (Uruguai)

Arnaud Sales, Université de Montréal (Canadá)

Carlos Benedito Martins, UnB (Brasil)

César Barreira, UFCE (Brasil)

Darío Salinas, Universidad Iberoamericana (México)

Elisa Reis, UFRJ (Brasil)

Fernanda Sobral, UnB (Brasil)

Francesco Ramella, University of Torino (Itália)

Ilse Scherer-Warren, UFSC (Brasil)

Jean Louis Laville, CNAM (França)

Julio Mejía Navarrete, UNMSM (Perú)

Li Peilin, Chinese Academy of Social Sciences (China)

Luis Suárez Salazar, ISRI (Cuba)

Margaret Abraham, Hofstra University (EUA)

Maria Lucia Maciel, UFRJ (Brasil)

Maria de Nazareth Wanderley, UFPE (Brasil)

Paulin J. Hountondji, Université Nationale du Bénin (Benin)

Paulo Henrique Martins, UFPE (Brasil)

Pedro Hespanha, Universidade de Coimbra (Portugal)

Sabelo J. Ndlovu-Gatsheni, University of South Africa (África do Sul)

Sergio Costa, Freie Universität Berlin (Alemanha)

Sujata Patel, Universidade de Hyderabad (Índia)

Revista eletrônica, de acesso aberto, disponível em: www.seer.ufrgs.br/sociologias e em suas bases indexadoras.

PPGS - IFCH/UFRGS

E-mail: revsoc@ufrgs.br

Publicação quadrimestral / *Triannual publication*

SOCIOLOGIAS57

ISSN 1807-0337 versão eletrônica

Edição quadrimestral, ano 23, nº 57, 2021



Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Sociologia

Versão digital disponível em:

SciELO (Scientific Electronic Library Online): <http://www.scielo.br/soc>

Redalyc.org: <https://www.redalyc.org/revista.oa?id=868>

Portal de Periódicos da UFRGS: <http://www.periodicos.ufrgs.br/>

SEER UFRGS: <http://www.seer.ufrgs.br/sociologias>



Indexadores:

CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades

DOAJ - Directory of Open Access Journals

SocINDEX with Full Text - EBSCO

RESIE. Base de datos sobre Educación - IISUE, UNAM

LAPTOC - Latin American Periodicals Tables of Contents

Latindex (Directorio)

IBICIT - Oasisbr

Periódicos CAPES

PKP Index

Redalyc - Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal

Red de Bibliotecas Virtuales de CLACSO

REDIB - Red Iberoamericana de innovación y conocimiento científico

SciELO Brasil

SEER - UFRGS

Web of Science - Scielo Citation Index

Bibliotecário: Maycke Young de Lima - CRB 10/1920

Sociologias / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em Sociologia. - v. 1, n. 1 (jan./jun. 1999). - Porto Alegre: UFRGS. IFCH, 2007. - Quadrimestral. Continua: Cadernos de Sociologia. - ISSN 1517-4522.

1. Sociologia. 2. Ciências sociais. I. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. *Programa de Pós-Graduação em Sociologia.*

SOCIOLOGIAS de PPGS/UFRGS está licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional.

Baseado no trabalho disponível em www.seer.ufrgs.br/sociologias.

Podem estar disponíveis autorizações adicionais às concedidas no âmbito desta licença em www.seer.ufrgs.br/sociologias.



2021, PPGS/UFRGS

Apoio:



MINISTÉRIO DA
EDUCAÇÃO

MINISTÉRIO DA
CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÕES E COMUNICAÇÕES



SUMÁRIO

TABLE OF CONTENTS

9

EDITORIAL

EDITORIAL

DOSSIÊ

DOSSIER

Trabalho em plataformas digitais

Digital platform work

Organizadores: Ludmila C. Abílio, Henrique Amorim e Rafael Grohmann

18

Trabalho em plataformas digitais: perspectivas desde o Sul Global

Digital platform work: perspectives from the global South

Ludmila C. Abílio, Henrique Amorim, Rafael Grohmann

26

Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas

Uberization and platform work in Brazil: concepts, processes and forms

Ludmila C. Abílio, Henrique Amorim e Rafael Grohmann

58

Hunger for profit: how food delivery platforms manage couriers in China

Fome de lucro: como as plataformas de entrega de refeições gerenciam os entregadores na China

Jenny Chan

84

Performing “digital labor bayanihan”: strategies of influence and survival in the platform economy

O “trabalho digital bayanihan”: estratégias de influência e sobrevivência na economia de plataformas

Cheryll R. Soriano, Earvin C. Cabalquinto e Joy H. Panaligan

112

Waiting for robots: the ever-elusive myth of automation and the global exploitation of digital labor

À espera de robôs: o mito sempre evasivo da automação e a exploração global do trabalho digital

Antonio A. Casilli

134

Heteromação e microtrabalho no Brasil

Heteromation and micro-work in Brazil

Matheus Viana Braz

174

Precarización del trabajo y estrategias de trabajadoras en plataformas digitales: trabajo desde el hogar, organización sindical y disputa por derechos en el contexto de la pandemia del Covid-19

Labor precariousness and strategies of women working on digital platforms: work from home, union organization and struggle for rights in the context of the Covid-19 pandemic

Sofía Scasserra e Flora Partenio

ARTIGOS

ARTICLES

208

Mobilidade socio-ocupacional no Brasil: novo procedimento para delimitação dos estratos ocupacionais e análise dos dados da PNAD de 2014

Socio-occupational mobility in Brazil: new occupational stratification procedure and analysis of data from PNAD/2014

Camilla Oliveira e Rodolfo Hoffmann

240

Experiência, linguagem e narração: problemas teóricos e reflexões a partir de pesquisa de campo

Experience, language and storytelling: theoretical issues and fieldwork reflections

Guilherme F. W. Radomsky

268

Exploração social e estrutura de classes: a atualidade de um quadro de análise

Social exploitation and class structure: the topicality of an analytical framework

Luiz Inácio Gaiger

300

A caminho do Araguaia: três trajetórias militantes

On the way to Araguaia: three militant paths

Rafaela N. Pannain

326

Notas sobre a tortura em um debate do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo

Notes on torture in a debate by the Capital's First Command (PCC) in São Paulo

Camila N. Dias e Mayara de S. Gomes

INTERFACES

INTERFACES

356

Brasil da financeirização: do consumo familiar à cooptação da assistência social

Brazil of financialization: from family consumption to co-option of social assistance

Horígenes F. Soares Neto, Lessi I. F. Pinheiro e Marcelo I. F. Ferraz

386

Terrorismo, manifestações sociais e democracia: uma análise sobre a proposta de alteração da Lei nº 13.260/2016 no Brasil

Terrorism, social movements and democracy: an analysis on the proposed amendment of Law 13,260 of 2016, in Brazil

Danielle M. Cruz, Fábio C. de A. Peixoto

RESENHAS

BOOK REVIEW

430

Um "Marx pós-colonial"? Revoluções e colonialismos ao Sul global

A "post-colonial Marx"? Revolutions and colonialisms on the global South

Resenha de: ANDERSON, Kevin. Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais. São Paulo: Boitempo, 2019.
Deni Ireneu Alfaro Rubbo

450

Da emancipação ao autoritarismo: a teoria do pós-materialismo e o "cultural backlash"

From emancipation to authoritarianism: The theory of post-materialism and "cultural backlash"

Resenha de: NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.
Julian Borba e Gregório Unbehaun Leal da Silva

BRAZIL TODAY

BRAZIL TODAY

460

Reconfigurations of social sphere in Brejo da Paraíba in the 21st century: imprints of plantations in Latin America

Reconfigurações do espaço social do brejo paraibano no século XXI: as marcas das plantations na América Latina

Patrícia Alves Ramiro

<http://doi.org/10.1590/15174522-117636>

Plataformização do trabalho

Cinara Lerrer Rosenfield* 

Jalcione Almeida* 

A Revista Sociologias traz neste número a reflexão muito atual sobre a *plataformização* do trabalho. Em um dossiê intitulado “Trabalho em plataformas digitais: perspectivas desde o Sul global”, os organizadores Ludmila Costhek Abílio, Henrique Amorim e Rafael Grohmann propõem “fundamentar um olhar sociológico atento às transformações e permanências das formas de organização e controle do trabalho a partir do Sul” (Abílio; Amorim; Grohmann, nesta edição). O conjunto de trabalhos apresentados privilegia a análise da *plataformização* no campo da Sociologia do Trabalho, a partir do olhar do chamado Sul global, considerando que se trata de um processo de alcance global atrelado às especificidades locais. Trata-se, pois, de olhares periféricos com abrangência global.

O fenômeno da *plataformização* comporta uma multiplicidade de abordagens. É possível discuti-lo sob a ótica da *datificação* ou da vigilância, da financeirização, do papel dos algoritmos, entre outros. O que define transversalmente o fenômeno nas diversas abordagens é a gestão algorítmica do

*Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

trabalho, vigilância invisível e constante sobre o trabalhador, extração de dados e sua incorporação ao capital, disponibilização constante do trabalhador sem qualquer obrigação de nenhuma das partes, trabalho como mero fator de produção sem qualquer responsabilidade sobre a sua reprodução (Abílio, 2020). A plataforma possibilita transformar o trabalhador em *just-in-time*, ou seja, um trabalhador (qualquer um) sempre disponível para o trabalho e que pode ser utilizado na exata medida das demandas do capital.

Em regra, as plataformas afirmam que são empresas do setor da tecnologia e apenas otimizam o contato entre tomadores de serviço e trabalhadores. Há, no entanto, um importante descompasso entre discurso e prática: embora se considerem como espaços virtuais em que tomadores e prestadores de serviços se encontram, atuam muitas vezes como empregadores. Ou seja, ao mesmo tempo em que obrigam os trabalhadores a se reconhecerem como independentes, plataformas delimitam as margens de autonomia no trabalho, uma vez que decidem quando e onde trabalhar, penalizam a recusa de tarefas, e impõem taxas e padrões de qualidade não passíveis de negociação (BIT, 2019, p. 113).

O processo de plataforma do trabalho aponta para novas formas de instabilidade e desregulamentação social do trabalho. Ao que vem se juntar a Reforma Trabalhista de 2017, segundo a qual qualquer trabalhador formal pode se tornar trabalhador sob demanda. A inserção pelo trabalho rumo para a instabilidade, para a incerteza dos rendimentos e para ausência de proteção social.

A lógica da exploração é a desresponsabilização completa do empregador/ intermediador, a construção de um mercado mundial, a outorga da gestão a uma falsa neutralidade dos algoritmos, a fragmentação da atividade, a responsabilização

e invisibilização do trabalhador que se torna empreendedor de si mesmo.

Neste momento, as plataformas não são regulamentadas pelos governos, mas isso não significa que se trate de uma livre troca de serviços entre partes independentes. Ao contrário, as plataformas são autorreguladas e regulam o mercado: estabelecem políticas, decidem quando e como os participantes se comunicarão, quais informações estarão disponíveis e como serão exibidas. As plataformas também definem o que será negociado, sob quais condições e preços. Em caso de disputas, é comum as plataformas não retornarem os questionamentos e demandas dos trabalhadores, e quando realizam a intermediação, sua decisão é sempre soberana e inquestionável (Berg, 2016, p. 18).

A sociologia do trabalho se vê diante da complexa tarefa de compreender e definir o papel dos diferentes atores (ou *stakeholders*) numa nova configuração das relações de trabalho, em que os trabalhadores da plataforma não são completamente independentes, nem completamente subordinados. Da mesma forma, as empresas da plataforma não são propriamente intermediárias de mercado, nem exatamente empregadoras (Dieuaide; Azais, 2020). Esse embaralhamento abre espaço para indefinições que favorecem a concentração do poder econômico e a exploração do trabalho.

Este dossiê vem enfrentar com propriedade “os desafios para a compreensão e debate dessas temáticas, criando, revisando e atualizando teorias e conceitos” (Abílio; Amorim; Grohmann, nesta edição). Tarefa nada fácil, já que não basta apontar o quanto o trabalho por plataformas está distanciado da norma do trabalho *standard*. Nem tampouco lançar mão de termos cujos sentidos estão em transformação, tais como trabalhador independente, empregador e consumidor. Os discursos e

práticas se tornam híbridos, derramando-se por entre fronteiras já indefinidas. Este dossiê vem contribuir de maneira definitiva e urgente com a reflexão sobre a plataformização do trabalho, tema hoje incontornável no campo da Sociologia do Trabalho.

Neste número de **Sociologias**, os leitores ainda poderão encontrar na seção **Artigos** cinco textos sobre temas diversos, iniciando com o artigo de Camilla Oliveira e Rodolfo Hoffmann, intitulado “Mobilidade socio-ocupacional no Brasil: novo procedimento para delimitação dos estratos ocupacionais e análise dos dados da PNAD de 2014”. A partir dos dados da PNAD de 2014, o trabalho analisa a mobilidade socio-ocupacional inter e intrageracional na sociedade brasileira e a influência de fatores como migração e cor da pele no processo de mobilidade social, propondo uma nova metodologia de estratificação para a construção de estratos socio-ocupacionais.

“Experiência, linguagem e narração: problemas teóricos e reflexões a partir de pesquisa de campo” é o segundo artigo desta seção, de autoria de Guilherme F. W. Radomsky. O autor recorre a uma variedade de escritos sobre experiência, linguagem, narração e processos de subjetivação, especialmente de Walter Benjamin, Michel Foucault e Giorgio Agamben, para, com base em pesquisa etnográfica com agricultores, problematizar os modelos de desenvolvimento rural.

O terceiro artigo desta seção, “Exploração social e estrutura de classes: a atualidade de um quadro de análise”, de Luiz Inácio Gaiger, aborda os conceitos de relações de exploração, classes e estrutura de classes, com o objetivo de demonstrar que ainda são relevantes para a análise tanto da estrutura quanto da ação social. O autor retoma algumas objeções que vêm sendo feitas ao foco nas classes na análise social, visando superá-las para demonstrar que há ganhos analíticos em retomar as formulações de Marx sobre o conceito de classes, à luz de seus intérpretes neomarxistas, de modo a evidenciar sua relação com a desigualdade e a exploração.

Rafaela N. Pannain é autora do artigo “A caminho do Araguaia: três trajetórias militantes”. Nele, buscando apreender o processo de construção do sentido de um engajamento político que implicava alto risco para os militantes, a autora analisa as trajetórias militantes de Maurício Grabois, Elza Monnerat e João Amazonas, membros do Partido Comunista do Brasil enviados à região do Araguaia para organizar um movimento armado contra a ditadura civil-militar instaurada com o golpe de 1964. O último artigo desta seção, “Notas sobre a tortura em um debate do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo”, de Camila Nunes Dias e Mayara de Souza Gomes, analisa, ao longo da sua história, o grupo criminal autodenominado Primeiro Comando da Capital (PCC). Partindo da análise de um processo crime envolvendo práticas de tortura na cidade de São Paulo e que se referia à ocorrência de um debate do tipo “vida e morte”, dispositivo instituído pelo PCC para resolução de conflitos, as autoras discutem como, nesses debates, o grupo criminal têm recorrido ao uso da tortura para obter confissões e punir indivíduos acusados de violar a “disciplina do crime”. Ressaltam, ainda, o recurso a valores sociais e morais amplamente disseminados para fundamentar a ética regulatória das práticas do mundo do crime e para orientar as ações deliberadas por seus agentes, legitimando o uso da violência como forma de resolução de conflitos e de punição.

Na seção **Interfaces** são apresentados dois artigos. O primeiro deles intitula-se “Brasil da financeirização: do consumo familiar à cooptação da assistência social”, de Horígenes Fontes Soares Neto, Lessi Inês Farias Pinheiro e Marcelo Inácio Ferreira Ferraz. Focados no contexto das políticas neoliberais e da concomitante financeirização da vida, os autores indagam sobre o apresamento, pela ciranda de financeirização, da população da base da pirâmide social, especialmente as beneficiárias dos programas sociais de transferência de renda. Questionam, ainda, se os fundos públicos destinados aos programas sociais

têm servido, também, para alimentar o sistema financeiro privado e a acumulação de capital por esses grupos, agravando as desigualdades e, portanto, desvirtuando as políticas de seus objetivos. A análise de dados secundários empreendida revela o aumento dos gastos de consumo e do endividamento das famílias. Mostra também que o sistema financeiro de apropria de quantias milionárias dos fundos públicos, a título de remuneração pelos serviços de operacionalização das políticas de transferência de renda.

O segundo artigo desta seção, de autoria de Danielle Maia Cruz e Fábio Carvalho de Alvarenga Peixoto, intitulado “Terrorismo, manifestações sociais e democracia: uma análise sobre a proposta de alteração da Lei nº 13.260/2016 no Brasil”, examina os possíveis riscos à democracia na eventualidade de aprovação do projeto de alteração da Lei Antiterrorismo. Partindo de eventos de violência e intimidação promovidos por facções de coletivos criminais no Ceará, em 2019, que serviram de estopim para reavivar o debate e o clamor por legislação mais rígida contra atos ditos “terroristas”, os autores apontam as dinâmicas das facções no Ceará e diferenças com relação a outras modalidades de organização social voltadas historicamente à luta por direitos constitucionais, ressaltando as dificuldades em tipificar como terroristas atos praticados por coletivos criminais sem, ao mesmo tempo, prover ao Estado meios para também coibir as práticas de movimentos sociais, inclusive por motivações políticas. O artigo conclui que os efeitos de possíveis alterações na Lei Antiterrorismo seriam severos para a dinâmica da democracia, ao reprimir possivelmente práticas coletivas historicamente fundamentais para assegurar direitos diversos em uma sociedade plural.

Na seção **Resenhas** são oferecidos aos leitores de **Sociologias** dois textos. O primeiro deles, “Um ‘Marx pós-

colonial’? Revoluções e colonialismos ao Sul global”, de Deni Ireneu Alfaro Rubbo, resenha o livro de Kevin Anderson “Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais”, editado pela Boitempo em 2019.

A segunda resenha intitula-se “Da emancipação ao autoritarismo: a teoria do pós-materialismo e o *“cultural backlash”*”. Os autores, Julian Borba e Gregório Unbehaun Leal da Silva, resenham a obra de Pippa Norris e Ronald Inglehart “*Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*”, publicado por Cambridge University Press em 2019.

Por fim, na seção **Brazil Today** apresentamos o resumo expandido da pesquisa “Reconfigurations of the social sphere in Brejo da Paraíba in the 21st century: imprints of plantations in Latin America” (Reconfigurações do espaço social do brejo paraibano no século XXI: as marcas das *plantations* na América Latina), de Patrícia Alves Ramiro. A pesquisa, inserida num debate mais amplo referente às marcas deixadas por séculos em espaços sociais dedicados às *plantations* com vocação exportadora na América Latina, visa identificar e analisar, a partir de uma abordagem etnográfica, as estratégias de reconversão das atividades de reprodução social adotadas pelos atores da região do brejo paraibano, tanto das elites (“senhores de engenho”) quanto dos trabalhadores dos canaviais, após a falência da principal usina da região.

Desejamos a todos leitores uma boa leitura.

Os Editores

Referências

1. ABILIO, Ludmila. **Uberização ou plataformização no contexto da pandemia do Covid-19**. Youtube, 17 junho 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Pp8ZNhxnS7E>. Acesso em: 10 ago. 2020.
2. BERG, Janine. **Income security in the on-demand economy: findings and policy lessons from a survey of crowdworkers**. (Conditions of work and employment series; nº. 74). Geneva: ILO, 2016.
3. BIT. **Les plateformes de travail numérique et l'avenir du travail**. Pour un travail décent dans le monde en ligne. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, 2019. Disponível em: https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_721011/lang--fr/index.htm. Acesso em: 04 abr. 2019.
4. DIEUAIDE, Patrick., AZAÏS Christian. Platforms of work, labour, and employment relationship: the grey zones of a digital governance. **Frontiers in Sociology**, v. 5, n. 2, p. 1-14, 2020.



DOSSIÊ

Trabalho em plataformas digitais

Coordenado por Ludmila C. Abílio, Henrique
Amorim e Rafael Grohmann

<http://doi.org/10.1590/15174522-117530>

Trabalho em plataformas digitais: perspectivas desde o Sul global

Ludmila Costhek Abílio* 

Henrique Amorim** 

Rafael Grohmann*** 

Resumo

O dossiê Trabalho em plataformas digitais: perspectivas desde o Sul global se organiza com o objetivo de trazer contribuições para as análises que se fazem a partir da periferia e reconhecem sua centralidade nos fenômenos globais contemporâneos. Trata-se, portanto, de pesquisas que incorporam as estruturas específicas do trabalho na periferia em sua análise, sem perder de vista debates e perspectivas que permeiam a compreensão do capitalismo e, especificamente, da exploração do trabalho na atualidade.

Palavras-chave: plataformização, uberização, trabalho informal, trabalho online

Digital platform work: perspectives from the global South

Abstract

The dossier Digital platform work: perspectives from the global South aims to contribute to the analyzes carried out from the periphery and which recognize its centrality in contemporary global phenomena. That is, research that incorporates the specific structures of work in the periphery of the globe in their analysis, without losing sight of debates and perspectives that permeate the understanding of capitalism and, specifically, the exploitation of work today.

Keywords: platform labor, uberization, informal work, online work

* Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

** Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, Brasil.

*** Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil.

Nos últimos anos, a uberização e a plataformização vêm redefinindo a agenda de pesquisa da sociologia do trabalho e de outras áreas que pesquisam e estudam o trabalho. Pesquisadores e pesquisadoras de todo o mundo enfrentam os desafios para a compreensão e debate dessas temáticas, criando, revisando e atualizando teorias e conceitos, perante o avassalador desenvolvimento de processos que aprofundam a informalização do trabalho, incidem nas definições da jornada e do tempo de trabalho, transferem riscos e custos para os trabalhadores e trabalhadoras, contando com novos meios técnicos de difícil definição, assim como com novos modos de subjetivação. Dos países do Norte aos do Sul, o trabalho vem sofrendo e sendo alvo de ataques que passam por um conjunto de estratégias produtivas, gerenciais, tecnológicas, políticas e jurídicas que radicalizam a subordinação do trabalho e esgarçam os vínculos de solidariedade e de ação coletivas dos trabalhadores e das trabalhadoras nas mais variadas formações sociais. Dialeticamente, estruturam-se também novas formas de resistência – individuais, cotidianas e coletivas – e de organização política, também elas passíveis de serem apropriadas como elementos da gestão do trabalho.

A uberização e plataformização podem, então, ser compreendidas como parte de um processo de longa data, de ataques às forças sociais do trabalho que correm juntamente com novos arranjos produtivos, os quais não podem ser compreendidos de forma desvinculada da valorização financeira, nem dos processos de oligopolização e concentração de renda e de riqueza que marcam o neoliberalismo. Entretanto, se, por um lado, podemos identificar um tipo de organização do trabalho que se estabelece em nível global, é também necessário o desvendamento de suas determinações socioespaciais e de sua inserção na divisão internacional do trabalho. Ainda, as especificidades da periferia – onde a informalidade, a ausência de direitos e a flexibilidade são elementos estruturantes –, engrossam o caldo dos dilemas políticos e analíticos que seguem permeando a sociologia brasileira e hoje estão no cerne do debate sobre as plataformas digitais de trabalho. Nesse sentido, os artigos que, em conjunto, formam este dossiê

procuram analisar as especificidades que conferem centralidade ao Sul no desvendamento das formas contemporâneas de acumulação e da reprodução social capitalistas.

Assim, o dossiê *Trabalho em plataformas digitais: perspectivas desde o Sul global* se organiza com o objetivo de trazer contribuições para as análises que se fazem a partir da periferia e reconhecem sua centralidade nos fenômenos globais contemporâneos. Trata-se, portanto, de pesquisas que incorporam as estruturas específicas do trabalho na periferia em sua análise, sem perder de vista debates e perspectivas que permeiam a compreensão do capitalismo e, especificamente, da exploração do trabalho na atualidade. Nesse sentido, este dossiê se propõe a fundamentar um olhar sociológico atento às transformações e permanências das formas de organização e controle do trabalho a partir do Sul, assim como às generalizações de elementos tipicamente periféricos, que parecem ganhar novos contornos globais. Entretanto, a perspectiva comum aos artigos é de que a generalização se realiza não de forma homogênea e, digamos, universalizada, mas de acordo com as especificidades nacionais – em outras palavras, com as desigualdades, injustiças e determinadas formas de reprodução social que nos possibilitam pensar as próprias categorias centro e periferia, ou, mais recentemente, Sul global.

O dossiê é aberto por seus organizadores – Ludmila Costhek Abílio, Henrique Amorim e Rafael Grohmann – com o artigo *Uberização e plataformação do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas* (Abílio et al., 2021). A partir de uma visada desde a periferia, os autores enfrentam os persistentes obscurecimentos e dilemas analíticos em torno da uberização. Destacando alguns aspectos das transformações do capitalismo contemporâneo, definem elementos centrais que permitem pensar a uberização como uma tendência global que envolve novos modos contemporâneos de controle e gerenciamento do trabalho. O argumento central, da perda de formas estáveis dos meios de gerenciamento, das regras, da definição do tempo e da jornada de trabalho, tece a compreensão das dificuldades atuais de fixar conceitos e categorias de análise. Os dilemas

percorrem a nomeação do trabalho subordinado por meio de plataformas e chegam à própria definição de *gig economy*, tomada por eles como problemática para a realidade brasileira. São trazidos à tona os modos de vida periféricos para se discutir, por um lado, como os elementos que estruturam esses modos de vida são apropriados de novas maneiras – racionalizadas, dataficadas e centralizadas – pelas empresas que exploram o trabalho por meio de plataformas digitais; por outro, a tendência à generalização desses elementos, especialmente, quando a informalidade se firma como regra no presente e futuro das relações de trabalho. Nesse contexto, antigas formas de produção são reconfiguradas e radicalizam bases estruturais de exploração.

Em *Hunger for profit: how food delivery platforms manage couriers in China*, Jenny Chan nos leva para o cotidiano dos trabalhadores de plataformas de entrega de alimentos na China. Indagando como é possível empresas gerenciarem seus trabalhadores por meio de contratação de serviços por peça e não de empregos, a autora aborda os dilemas da ausência de definição sobre jornada de trabalho, a variação da remuneração, a ausência de proteções legais que correm junto com o eficaz gerenciamento algorítmico do trabalho. Questões que a guiam: como este gerenciamento opera e como os entregadores experimentam o controle e a autonomia do trabalho? A análise é fruto de dois anos de pesquisa empírica com 32 homens imigrantes rurais que encontram no trabalho de entregador os meios para sobreviverem na capital Beijing. São trazidas as experiências desses trabalhadores que, na condição de migrantes não têm acesso a determinadas proteções e direitos sociais que outros cidadãos têm. É por meio dessa pesquisa que a autora nos detalha os sistemas de gerenciamento algorítmico, o monitoramento do trabalho emocional, os sistemas de vigilância e meios de controle, que envolvem avaliações e monitoramento feitos pelos consumidores, bloqueios, punições por parte das plataformas – todos esses, elementos permanentes, mas também obscuros no cotidiano do trabalho. Chan (2021) mostra como esses trabalhadores informais estão

lutando desesperadamente para sobreviver em um contexto de ausência de proteções legais em relação ao setor de entregas.

Da China para as Filipinas: em *Performing “digital labor bayanihan”: strategies of influence and survival in the platform economy*, Cheryll Soriano, Earvin Charles Cabalquinto e Joy Hannah Panaligan discutem o papel dos chamados influenciadores no trabalho de diferentes plataformas, em especial, do trabalho de *freelancers*. Apresentando uma contextualização do *platform labor* nas Filipinas, as autoras demonstram como esses *youtubers* – ou “micro-celebrities” – agem como *coachs* informais. Fazendo pontes entre trabalhadores e plataformas, os influenciadores contribuem no estabelecimento das estratégias cotidianas que viabilizam essas atividades em meio à precariedade das condições de trabalho. Haveria, então, uma espécie de alinhamento entre o trabalho *freelance* por plataformas e uma espécie de “pop management” desempenhado por esses atores em seu trabalho de “micro-influencers”. Na interpretação das autoras (Soriano et al., 2021), a produção discursiva aí desenhada ajuda a alimentar um espírito empreendedor da economia de plataformas nas Filipinas. Entretanto, uma promoção que é complexa, na medida em que a definição de *bayanihan* se origina de um sentido de comunidade e ajuda coletiva frente às adversidades vivenciadas por indivíduos. Nesse sentido, olhar para os *influencers* também envolve o reconhecimento do estabelecimento de um sentido de comunidade que incidirá na definição de estratégias individuais de sobrevivência, as quais também garantem a inserção social e reprodução desse tipo de trabalho. Na mesma esteira, o artigo destaca as ambiguidades, na agência dos trabalhadores, relativas às estratégias que se fazem na relação com as desigualdades estruturais locais sem de fato desafiá-las.

Os dois artigos seguintes tratam das chamadas plataformas de microtrabalho, situadas nos debates sobre a centralidade do trabalho e de sua suposta desnecessidade frente à inteligência artificial. Em *Waiting for robots*, Antonio Casilli questiona os mitos e imaginários em torno da automação e da substituição de trabalhadores por robôs. A partir da definição de trabalho digital como atividade humana dataficada e *taskificada*, ele

desvenda a imprescindível participação do trabalho humano na produção da inteligência artificial e na automação. Estariam em jogo, então, os processos de invisibilização social que obscurecem a centralidade do trabalho no desenvolvimento e alimentação das novas tecnologias. Para estabilizar a definição de trabalho digital, o autor recorre à tipificação do trabalho em plataformas, classificando-o como trabalho sob demanda (*on demand labor*), microtrabalho (*microwork*) e trabalho em redes sociais (*networked labor*). É a partir dessas definições que o autor irá destrinchar diferentes atividades, modos de funcionamento e sua relação com os processos de automação. Também são analisados impactos da pandemia sobre cada uma dessas categorias. Chamando-nos para o conhecimento e reconhecimento das condições materiais do trabalho digital e dos tristes horizontes que se desenham para a força de trabalho global, talvez a tese central de Casilli (2021) seja a de que a automação está intrinsicamente relacionada com o trabalho “*underpaid, micropaid e unpaid*”. O autor ainda destaca as desigualdades Norte-Sul em relação ao trabalho e à inteligência artificial, dado que a maioria das plataformas de microtrabalho se origina nos Estados Unidos, Europa, Coreia do Sul e Japão, enquanto a maioria de trabalhadores está no Sul global.

Na sequência, Matheus Viana Braz apresenta em *Heteromação e microtrabalho no Brasil* um panorama das plataformas de microtrabalho em nosso país. O artigo conceitua não só o microtrabalho, como também os diferentes tipos de atividades e plataformas presentes no Brasil. Para tanto, aborda os vários dilemas que nos remetem às indefinições sobre o que é e o que não é trabalho, assim como aos meios de rebaixamento dos custos do trabalho associados à sua fragmentação. As categorias de trabalho gratuito e trabalho não pago orientam a análise. Por esta perspectiva, o autor discute a participação do microtrabalho no engendramento de novas formas de extração de valor relacionadas à plataformização do trabalho. Mobilizado pela pergunta “*onde estaria o Brasil na geopolítica do microtrabalho?*”, o autor (Viana Braz, 2021) faz uso da netnografia, trazendo também contribuições metodológicas importantes. O acompanhamento de vinte e dois grupos de

Whatsapp e Facebook, durante meses, desdobra-se em caminhos analíticos que nos permitem ir da experiência cotidiana dos trabalhadores – tal como exposta e constituída nesses grupos – à compreensão dos modos de estruturação, gerenciamento e realização do que o autor denomina de mercado de microtarefas no Brasil. O artigo nega uma definição homogênea e estável de microtrabalho no país, evidenciando que este não pode ser compreendido de forma apartada das cadeias de produção globais.

Por fim, Sofía Scasserra e Flora Partenio em seu artigo *Precarización del trabajo y estrategias de trabajadoras en plataformas digitales: trabajo desde el hogar, organización sindical y disputa por derechos en el contexto de la pandemia del Covid-19*, tematizam a inserção das mulheres em trabalhos em plataformas. Tendo como foco analítico a Argentina, as autoras demonstram, com base em um mapeamento da presença das mulheres em plataformas digitais, como o trabalho – por exemplo, de microtarefas (remoto) – se apresentou como uma das poucas alternativas, dada a sobrecarga de trabalho domésticos que limita as possibilidades de emprego, a sua inserção no mercado de trabalho. Procurando retomar e aprofundar o histórico debate, acirrado no contexto da pandemia do Covid-19, sobre a crise dos cuidados, o artigo problematiza e evidencia a necessidade da constituição de novos direitos trabalhistas ao propor uma agenda sindical e feminista que não se esvaneça na virtualidade dos trabalhos remotos. Ao discutir a inserção das mulheres, e também do público LGBTQ+, que combina trabalhos remunerados e não remunerados, as autoras (Scasserra; Partenio, 2021) procuram demonstrar teórica e empiricamente a necessidade da promoção de estratégias políticas e sindicais que deem representatividade às suas reivindicações. Explicitam, nesse sentido, como os trabalhos remotos acabam por, de um lado, apresentar-se como uma possibilidade de combinar tempos e tarefas remuneradas e não remuneradas, mas, de outro, limitam o trabalho das mulheres a setores e funções produtivas e de serviços econômica e socialmente menos relevantes, relegando às mulheres a maioria de trabalhos nos quais o confinamento e o isolamento são características marcantes.

Referências

1. ABÍLIO, Ludmila C.; AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, v. 23, n. 57, p. 26-56, 2021.
2. CASILLI, Antonio. Waiting for robots. **Sociologias**, v. 23, n. 57, p. 112-133, 2021.
3. CHAN, Jenny. Hunger for profit: how food delivery platforms manage couriers in China. **Sociologias**, v. 23, n. 57, p. 58-82, 2021.
4. SCASSERA, Sofía; PARTENIO, Flora. Precarización del trabajo y estrategias de trabajadoras en plataformas digitales: trabajo desde el hogar, organización sindical y disputa por derechos en el contexto de la pandemia del Covid-19. **Sociologias**, v. 23, n. 57, p. 174-206, 2021.
5. SORIANO, Cheryl; CABALQUINTO, Earvin C.; PANALIGAN, Joy H. Performing “digital labor Bayanihan”: strategies of influence and survival in the platform economy. **Sociologias**, v. 23, n. 57, p. 84-111, 2021.
6. VIANA BRAZ, Matheus. Heteromação e microtrabalho no Brasil. **Sociologias**, v. 23, n. 57, p. 134-172, 2021.

<http://doi.org/10.1590/15174522-116484>

Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas

Ludmila Costhek Abílio* 

Henrique Amorim** 

Rafael Grohmann*** 

Resumo

O artigo busca construir perspectivas analíticas sobre uberização e plataformização do trabalho no Brasil desde a periferia, em busca de enfrentar persistentes obscurecimentos em torno do processo de informalização. A tese que nos orienta é de que elementos que estruturam a periferia parecem se generalizar e tecer as tendências contemporâneas da exploração capitalista do trabalho. Entendemos a uberização como um novo tipo de gestão e controle da força de trabalho com a consolidação do trabalho sob demanda, e a plataformização como dependência de plataformas digitais para executar atividades de trabalho. A primeira parte critica a importação de categorias de análise e analisa a dificuldade de estabilização conceitual quando a informalidade é regra. A segunda analisa os modos de vida periféricos para compreender um novo tipo de subordinação racionalizada, o autogerenciamento subordinado. Por fim, a última parte do artigo visa a qualificar como antigas formas de organização da produção são repostas e reconfiguradas, juntando-se à constituição de novas práticas produtivas que, em conjunto, radicalizam as bases estruturais da exploração e da dominação das classes trabalhadoras pelas classes capitalistas.

Palavras-chave: uberização, plataformização, indústria, periferia, informalização.

* Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, Brasil.

** Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, Brasil.

*** Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil.

Uberization and platform work in Brazil: concepts, processes and forms

Abstract

The article seeks to analyze uberization and platform work in Brazil from the perspective of the periphery, aiming to face persistent obscurations around the informalization process. The thesis that guides us is that elements that structure the periphery seem to generalize and weave together the contemporary tendencies of capitalist labor exploitation. We understand uberization as a new type of management and control of the workforce with the consolidation of work on demand, and platformization as a dependence on digital platforms to perform work activities. The first part criticizes the import of analytical categories and analyzes the difficulty of conceptual stabilization when informality is the rule. The second analyzes peripheral ways of life to understand a new type of rationalized subordination, the subordinate self-management. Finally, the last part of the article aims to qualify how old forms of production organization are replaced and reconfigured, joining the constitution of new production practices that, together, radicalize the structural bases of exploitation and domination of the working classes by capitalist classes.

Keywords: uberization, platform, industry, periphery, informalization.

Introdução

A uberização nomeia um novo tipo de gestão e controle da força de trabalho, também compreendida como uma tendência passível de se generalizar no âmbito das relações de trabalho (Abílio, 2017, 2020a; Fontes, 2017; Amorim; Moda, 2020). Resultando das formas contemporâneas de eliminação de direitos, transferência de riscos e custos para os trabalhadores e novos arranjos produtivos, ela em alguma medida sintetiza processos em curso há décadas, ao mesmo tempo em que se apresenta como tendência para o futuro do trabalho. O tema ganha visibilidade com a formação de enormes contingentes de trabalhadores controlados por empresas que operam por meio de plataformas digitais. O desafio contemporâneo frente a esse novo tipo de organização

envolve elementos complexos e armadilhas teórico-políticas. Reside em compreender as plataformas digitais como um novo meio poderoso pelo qual as relações de trabalho vêm se reestruturando, sem, entretanto, incorrer em um determinismo tecnológico que mistifique os processos sociais que envolvem décadas de flexibilização e transformação no trabalho, e que se materializam nas plataformas digitais, embora de forma obscura. Com base nessa perspectiva, o desafio também reside na compreensão de uma tendência que precede e ultrapassa as plataformas digitais, relacionada ao elemento central da uberização, qual seja, a consolidação e gerenciamento de multidões de trabalhadores como trabalhadores *just-in-time* (Abílio, 2017, 2020a; De Stefano, 2016; Berg, 2016). Essa condição do trabalho sob demanda envolve um novo tipo generalizável de remuneração por peça (Lehdonvirta, 2018) que conserva sua centralidade nas formas de exploração capitalistas (Marx, 2012), mas atualiza seus elementos, demandando a compreensão das permanências, transformações e tendências que se desenham no presente ou como futuro possível e provável do trabalho.

Para complexificar ainda mais, o trabalho subordinado por meio de plataformas digitais integra os dilemas contemporâneos sobre o mapeamento e reconhecimento da exploração do trabalho e de sua centralidade nas formas contemporâneas da acumulação capitalista. Teorias voltadas para o trabalho imaterial e as supostas novas formas de subsunção do trabalho apontam para o possível fim da centralidade do valor-trabalho (Amorim, 2009, 2014); já perspectivas sobre a dominância financeira da valorização (Paulani, 2004), em diálogo com a definição de dominância da valorização financeira de Chesnais (2005)), não perdem de vista a valorização que, embora apareça cada vez mais autonomizada, segue atrelada à exploração do trabalho. Juntam-se a este imbróglio as indefinições em torno da própria noção do que é trabalho, que já há algum tempo envolve a difícil delimitação das fronteiras entre trabalho, vigilância, consumo e lazer. Isso também leva aos debates sobre a produção de dados e sua centralidade no capitalismo contemporâneo. Com isso, termos como dataficação, extrativismo e colonialismo de dados (Couldry; Mejias, 2019), capitalismo de vigilância

(Zuboff, 2018) ganham terreno como possíveis sínteses de novas formas de espoliação, dominação e exploração do trabalho, envolvendo ainda possíveis formas de rentismo e financeirização (Sadowski, 2019, 2020).

Esses impasses não constituem meras celeumas teóricas. Incidem no reconhecimento da classe trabalhadora, nos conflitos de classe, nas formas de organização e resistência política. O trabalho subordinado por meio das plataformas digitais torna-se também uma fonte imediata para os ávidos decretos sobre o colapso do capitalismo. Do complicado termo *gig economy* há facilmente um deslizamento para a associação dos trabalhadores uberizados, de baixas qualificação e remuneração, à descartabilidade social, como se a uberização pudesse ser simplesmente sinônimo de um novo tipo de gestão do desemprego. Como bem mostra Casilli (2021) neste número, em torno da fetichizada narrativa de uma “Revolução 4.0” corre uma forma poderosa e atual de invisibilização da centralidade do trabalho – precário, degradado, reduzido a microtarefas.

Dos lados de cá, todos esses elementos ganham complexidade ainda maior, na medida em que o pensamento social brasileiro é epistemologicamente tecido pelas dualidades e evolucionismos (Quijano, 2005; Oliveira, 2003) – e seus enfrentamentos – que vão atravessando a compreensão do mundo do trabalho brasileiro e dos desenhos e reconhecimentos de seus horizontes. Trata-se de desafios epistemológicos que são sempre política e historicamente determinados. Coloca-se a questão sempre urgente: quais caminhos para a construção de categorias de análise que expressem o que somos e não o que deveríamos ser – como sintetizam as perspectivas de Franco (1976) e Schwarz (2000). Como expressar os processos de precarização, degradação e flexibilização em um mercado de trabalho precário, informal, degradado e flexível de nascença? Como não importar teorias e categorias de análise que foram construídas tendo como referência empírica formações sociais do centro do capitalismo? Como trazer à tona a centralidade de trabalhadores que, de saída, ganham o nome de periféricos? Esses são dilemas antigos para novos problemas ou algo mais complexo que ainda não conseguimos bem definir?

Propondo um exercício de construção de perspectivas analíticas desde a periferia, este artigo é mobilizado por todas essas questões, *tendo em seu cerne enfrentar os persistentes obscurecimentos em torno do trabalho informal, do trabalho não regulado, das atividades de baixas remuneração e qualificação profissional. A tese que nos orienta é de que elementos que estruturam a periferia parecem se generalizar e tecer as tendências contemporâneas da exploração capitalista do trabalho* (Abílio, 2017; Abílio; Grohmann, 2021). Tendências essas que são globais, mas que se realizam de acordo com a divisão internacional do trabalho e de acordo com a articulação de desigualdades, que tecem localmente os mercados de trabalho e suas formações nacionais. Além do mais, não se pode perder de vista que todos esses dilemas envolvem processos muito bem-sucedidos de centralização do capital, os quais também são territorializados.

Os elementos que se generalizam podem ser compreendidos como parte de um *processo de informalização* (Abílio, 2020a) que se refere não apenas à constituição de contingentes gigantescos de trabalhadores informais controlados por algumas poucas empresas. A informalização expressa a perda de formas estáveis, contratualmente estabelecidas, socialmente acordadas sobre as regras que regem o trabalho (Abílio, 2020a). Expressa a crescente perda de formas estáveis do que é trabalho, do que é e não é tempo de trabalho, do que é a remuneração pelo trabalho, do que é o local de trabalho. Manifesta a perda de determinações acordadas sobre a jornada e distribuição do trabalho (Krein; Abílio; Borsari, 2021). Esse cenário nos interroga se todas essas formas plataformizadas do trabalho seriam ainda desdobramentos do industrialismo, isto é, se, apesar das muitas mudanças tecnológicas, gerenciais e nas relações de trabalho, a forma cooperativa-industrial (Amorim; Grohmann, 2021) ainda se estruturaria como forma central para organizar essa massa de trabalhadores (Amorim; Moda, 2020) informais, precários, degradados e flexíveis. Deparamo-nos, assim, com a crescente dificuldade na própria estabilização dos termos da análise.

Procurando adensar esse debate e, em alguma medida, responder às questões acima levantadas, na primeira parte do texto analisaremos o exercício, em diversos cantos do globo, de construir categorias que em

realidade nunca parecem suficientes para abarcar os fenômenos a que se referem. A tese que nos orienta é a de que a dificuldade reside menos na escolha de um bom nome e mais nessa perda de formas estáveis e materialmente localizáveis dos meios de controle e gerenciamento do trabalho.

A perspectiva analítica aqui proposta desloca a periferia da margem para o centro, buscando romper – considerando as possibilidades – com as dualidades estruturantes do pensamento, sobretudo quando se observa a generalização de formas de exploração e dominação do trabalho, digamos, muito conhecidas entre nós. A informalidade, historicamente associada ao trabalho e desenvolvimento tipicamente periféricos, hoje se firma como regra – seja como presente ou futuro das relações de trabalho. Entretanto, a ideia de generalização desde a periferia não é simples – de alguma forma nos aproxima e ao mesmo tempo nos afasta – já que os contextos sociais, políticos e econômicos são sempre distintos – dos países do Norte.

Nesse sentido, ao partir da periferia, somos forçados a interrogar: como tratar o processo de informalização quando a informalidade é regra? Este é o mote da segunda parte do texto, que aprofunda a definição de informalização e olha para modos de vida periféricos para compreender um novo tipo de subordinação racionalizada e centralizada das estratégias cotidianas, dos “jeitinhos”, aqui compreendidos como um *autogerenciamento subordinado* (Abílio, 2019), que hoje reside no cerne das formas contemporâneas de subsunção do trabalho.

Por fim, a última parte do artigo visa a qualificar como antigas formas de organização da produção são repostas e reconfiguradas, juntando-se à constituição de novas práticas produtivas que, em conjunto, radicalizam as bases estruturais da exploração e da dominação das classes trabalhadoras pelas classes capitalistas. Trata-se, com isso, de procurar problematizar em que medida as novidades presentes nas formas de organização do trabalho contemporâneas estariam reproduzindo antigos objetivos classistas, sobretudo, quando se observa a reprodução – seja na sua forma tangível ou intangível, seja em sua forma localizada ou dispersa – da combinação e articulação sociais de trabalhos em uma lógica produtiva ainda industrial.

Dispersão do trabalho e centralização do controle: a busca por definições

As definições em torno do trabalho subordinado por meio de plataformas integram os dilemas do reconhecimento das formas contemporâneas de exploração e dominação: seria possível nomear aquilo que está em constante mudança, mas ao mesmo tempo conserva os elementos centrais que constituem as relações de produção capitalistas? Seria possível e, ao mesmo tempo, confiável nos orientarmos pela análise dessas novidades, sendo que elas mesmas têm sua transitoriedade acelerada? Ou o mais sensato, do ponto de vista analítico, seria observar quais elementos se conservam no descortinar dessas novidades? Como fazer esse exercício, entretanto, sem obscurecer a complexidade e profundidade dessas mudanças? E, talvez, o que se apresenta como um dos maiores impasses, quais os horizontes da crítica que guiam a análise?

O foco que nos norteia por entre essas difíceis questões reside nos processos de centralização do controle e de capitais, que se fazem na relação com a dispersão do trabalho. Por essa perspectiva, a globalização das cadeias produtivas, as formas toyotistas de organização do trabalho e novos arranjos produtivos assentam-se nesse movimento bem-sucedido de dispersar o trabalho, mantendo a centralização do controle sobre ele (Harvey, 1992; Bernardo, 2004). Termos como *crowdsourcing* (Howe, 2008); *crowdwork* e *work on demand* (De Stefano, 2016), uberização (Abílio, 2017), plataformação (Grohmann, 2020; Nieborg; Poell, 2018; Casilli; Posada, 2019) pavimentam caminhos para conceituar esse processo, por diferentes perspectivas e enfocando diferentes elementos. Assim, trazemos alguns dos elementos que hoje fundamentam a compreensão do trabalho subordinado por meio de plataformas, discutindo a dificuldade na estabilização dos conceitos e definições, especialmente desde uma perspectiva da periferia.

De saída, o enfoque descontextualizado nas plataformas digitais, por vezes, leva ao perigo de esquecer que estamos olhando para o papel que atualmente determinadas corporações desempenham na exploração do

trabalho e na acumulação capitalista. Dessa forma, é preciso salientar que a definição de plataforma digital, aqui, não se restringe a um meio técnico – ela é utilizada para referir a empresas que controlam infraestruturas digitais alimentadas por dados e organizadas por algoritmos (Srnicsek, 2016; Van Dijck; Poell; De Waal, 2018). Daí também decorre a definição de empresa-aplicativo (Abílio, 2017), buscando salientar que estamos olhando para empresas que, entretanto, aparecem para o consumidor e, por vezes, até para o próprio trabalhador como aplicativos. As plataformas digitais, pensadas nesse sentido forte, atualmente se firmam como um dos vetores mundiais das formas contemporâneas de centralização de capitais e dispersão controlada do trabalho, na medida em que informalizam o trabalho – uma definição ampla e complexa, como se verá na próxima seção –, catalisam novas formas de terceirização e de transferência de riscos e custos, têm papel importante na consolidação da condição de trabalhadores como trabalhadores *just-in-time* (Abílio, 2020b), e operam por meios técnico-políticos que possibilitam novas combinações entre informação e informalidade, no que pode ser definido como gerenciamento algorítmico do trabalho.

Como demonstra Zuboff (2018), o desenvolvimento tecnológico hoje permite um mapeamento integral do processo de trabalho – uma possibilidade que é politicamente determinada. Com processos automatizados de decisão produtiva baseados no que se convencionou chamar de “inteligência artificial” (Dyer-Witthoford; Kjosén; Steinhoff, 2019; Eubanks, 2018; Gray; Suri, 2019), o gerenciamento algorítmico assenta-se no conjunto de instruções automatizadas, capaz de combinar uma enormidade de variáveis resultantes da extração e processamento de dados em escalas gigantescas – que envolvem desde estratégias cotidianas dos trabalhadores até as dinâmicas do consumo. Está no cerne desse tipo de organização do trabalho a perda de estabilidade e clareza das regras, que se tornam pouco localizáveis, ainda que constantemente operantes. Isso possibilita até mesmo pensar em termos de despotismo algorítmico (Abílio, 2020c) e despotismo fabril digital (Amorim; Moda, 2020), na medida em

que parecem estar em jogo meios de subordinação que se distanciam cada vez mais da figura de uma contratualidade que estabeleça minimamente os termos da relação salarial. Em outras palavras, não há definição pré-acordada ou regulada sobre a jornada de trabalho, não há clareza sobre a distribuição do trabalho, sequer sobre sua precificação (Abílio, 2020b). Enfrentando instabilidade, incerteza e insegurança, o trabalhador estabelece suas táticas de sobrevivência subordinadas a regras que ele pouco conhece, em um exercício permanente e nunca alcançável de adivinhação (Rosenblat; Stark, 2016; Rosenblat, 2018; Abílio, 2020c). Desse modo, a ausência de *prescrições* formais do trabalho (Dejours, 1999) ocorre junto com a possibilidade de mapear e gerenciar de forma pouco localizável ou fixa a distribuição do trabalho no tempo e no espaço.

A dificuldade frente à perda de formas materialmente estáveis envolve também a definição do trabalho, quando diferentes tipos de atividade são, hoje, controlados por meio de plataformas digitais. É possível colocar o trabalho de motoristas, entregadores, tradutores, advogados, professores, diaristas, goleiros sob uma mesma definição? A definição de *platform labor* (Van Doorn, 2017) vem conferindo uma unidade a diferentes trabalhos controlados por meio das plataformas digitais. A tradução do termo, entretanto, traz uma série de problemas. Seria trabalho de plataforma? Embora muitas expressões adjetivadas em inglês sejam traduzidas para o português com a partícula “de” – tais como capitalismo “de” vigilância (*surveillance capitalism*) e capitalismo “de” plataforma (*platform capitalism*) – linguisticamente a expressão *platform labor* não funciona da mesma forma. Neste caso, a tradução “trabalho de plataforma” pode acabar nomeando somente atividades das próprias plataformas, o que seria difícil de compreender em termos de saber o que envolveria exatamente. E *trabalho em plataformas*? O “em”, embora seja mais compreensível, pode obscurecer a materialidade e as determinações socioespaciais do trabalho que, apesar de se realizar por meios virtuais, é sempre territorializado – ainda que em diferentes graus. Também há a possibilidade do *trabalho mediado por plataformas digitais* – sendo trabalho por plataformas a sua corruptela.

Contudo, a noção de “mediação” incorre no risco de se obscurecer as relações de dominação e exploração e o papel das empresas que operam por meio de plataformas digitais. Nesse sentido, aqui optamos pela definição de *trabalho subordinado por meio de plataformas digitais*, o que demarca de saída que não se trata de mera mediação das plataformas digitais.

A definição de trabalho digital (*digital labor*) também é central. Ela ficou famosa em 2012, com o livro organizado por Trebor Scholz (2012) e, depois, pelas obras de Christian Fuchs, como *Digital labour and Karl Marx* (2014), no âmbito de debates sobre mídias sociais que questionavam, especialmente, se os usuários seriam ou não trabalhadores ao clicar e postar em suas redes (Marques, 2018). Depois disso, também serviu para nomear plataformas digitais de trabalho (*digital labor platforms*). Ainda, essa expressão também nomeia tipos de trabalho que precedem e ultrapassam as plataformas digitais. No entanto, em um primeiro plano, a expressão não atua da mesma maneira em inglês e português, e, como conceito, demonstra uma impossibilidade, dado que trabalho é atividade humana, não podendo ser eminentemente digital.

Contudo, *digital labor* não é uma expressão nascida no vazio. De certa forma, vem como desenvolvimento e no rescaldo de debates da sociologia do trabalho, na Inglaterra, em torno de termos como cibertariado (Huws, 2003) e trabalho de serviços que, nas décadas de 1990 e 2000, pautavam debates sobre trabalho em telemarketing e *call centers*. Ursula Huws (2019) chega a listar uma série de expressões que foram cunhadas desde então – desde as longínquas “economia do conhecimento”, “economia da informação” e “sociedade em rede” até “capitalismo digital” –, sendo interpretadas das mais variadas formas, com mais ou menos euforia, com mais ou menos tecnodeterminismo (Ampuja, 2015).

Já a noção de plataformização não veio originalmente dos estudos sobre trabalho. Ela é oriunda dos chamados estudos de plataformas (*platform studies*), com proeminência de pesquisadores holandeses, como Poell, Nieborg e Van Dijck (2020). A partir de uma mistura de estudos de *software*, estudos culturais, economia política e pesquisa em administração, essa

perspectiva define plataforma como algo que é, ao mesmo tempo, empresa, *software* e infraestrutura digital, com papel de algoritmos e dados, com determinadas formas de governança e relações de propriedade. Essa é a diferença central entre aplicativo e plataforma digital. O aplicativo significa apenas a interface visível do *software* em celular, como a ponta do iceberg do que significa exatamente plataforma – como infraestrutura e modelo econômico. Além disso, muitas plataformas não se baseiam em aplicativos, como as de microtrabalho – por exemplo, Amazon Mechanical Turk.

A plataformização (Poell; Nieborg; Van Dijck, 2020), então, significa a crescente dependência de mecanismos de plataformas nos mais diferentes setores da vida, isto é, como a introdução de plataformas digitais significa mudanças e/ou permanências em aspectos sociais e culturais. Essa perspectiva também foi adaptada para estudos sobre trabalho (Casilli; Posada, 2019; Grohmann, 2020). Isso significa compreender o processo de dependência de plataformas digitais para execução de atividades de trabalho, e as implicações disso em distintas dimensões, tais como processos de extração de valor (Sadowski, 2019, 2020), mudanças no controle e organização do trabalho com dataficação e gerenciamento algorítmico (Moore; Woodcock, 2021; Crawford, 2021), o papel de materialidades e infraestruturas das plataformas (*data centers*, cabos submarinos) (Plantin; Punathambekar, 2019), e as plataformas de vigilância sobre trabalhadores (Manokha, 2020). Envolve, também, compreender as condições de trabalho subordinadas por meio das mais distintas plataformas – por diversos setores e tipos de plataformas. Isso pode ser considerado um olhar mais detido nas relações entre plataformas digitais – enquanto empresas, tecnologias, infraestruturas e mecanismos – e trabalho/trabalhadores, sem ser dualista ou determinista. Enquanto isso, a uberização pode ser considerada um processo mais amplo, para além das plataformas digitais, inclusive historicamente – enquanto processo de informalização e consolidação do trabalhador sob demanda (Abílio, 2020a).

Por fim, restam as dúvidas sobre as novas expressões apresentarem realmente um diferencial conceitual ou tenderem a reproduzir um fetichismo

do conceito (Gusmão, 2012) – apenas no sentido de marcarem ou não posição distintiva nas disputas envoltas do campo científico (Bourdieu, 1983). Mas esses exercícios de nomeação, de fato, evidenciam os desafios da interpretação dos fenômenos à medida que eles acontecem, da definição de categorias de análise do próprio presente, o qual parece estar em permanente transformação.

As definições tornam-se sociologicamente mais desafiadoras quando aterrissadas nos países do Sul, com seus mercados de trabalho estruturalmente assentados no trabalho precário, informal, de baixa qualificação e baixo rendimento. O termo *gig economy*, já bem estabelecido para mapear dinâmicas nos países do Norte (Woodcock; Graham, 2019), vem sendo perigosamente utilizado para descrever a participação do trabalho subordinado por meio de plataformas na economia brasileira, sendo recorrentemente traduzido como a “economia dos bicos”. Entretanto, frente à estruturação de mercados de trabalho periféricos, a *gig economy* torna-se um recurso linguístico para descrever de forma problemática o que, em realidade, constitui historicamente modos de vida da classe trabalhadora periférica. A expressão, então, leva-nos de volta ao desafio da compreensão do que somos e das transformações e permanências do mundo do trabalho.

Nesse sentido, uma importação de termos como este, sem maiores mediações, pode obscurecer os modos de vida tipicamente periféricos – que precedem a atuação das empresas que operam por plataformas digitais, mas passam a ser subordinados e organizados de novas maneiras (Abílio, 2017, 2020a). Portanto, o olhar para esse tipo de trabalho e de organização produtiva, a partir da periferia, demanda uma análise de como essa nova forma de organização se apropria de elementos estruturais que agora são subsumidos a renovadas lógicas e formas de gestão do trabalho (Abílio, 2017; Abílio; Grohmann, 2021).

Conforme Graham e Anwar (2019), as plataformas têm hoje mobilidade global na organização e exploração do trabalho. Já “os trabalhadores podem vender sua força de trabalho globalmente, mas ainda estão presos aos locais

em que vão dormir todas as noites” (Graham; Anwar, 2019, s/n). Está em jogo, portanto, uma geopolítica do trabalho por plataformas, que impacta de forma desigual a periferia, a qual precisa ser colocada no centro da discussão, como afirmam Graham (2019) e Qiu (2018). Compreender a geopolítica do trabalho por plataformas significa também considerar e analisar criticamente a geopolítica do conhecimento. Os conceitos não são produzidos e circulados de forma universal, mas territorialmente situados. Atravessada por diferentes relações de poder, a produção e circulação de conhecimento envolve, inclusive, o poder de nomear e o de definir legitimidades (Connell, 2012).

A informalização para além da informalidade

O trabalho subordinado por meio de plataformas tem de ser compreendido no contexto da desestabilização das categorias de análise que se constituíram em torno do emprego formal. As dualidades problemáticas que orientam a compreensão do trabalho informal como “espelho da relação salarial” (Silva, 2003) perdem sua força explicativa: por um lado, a própria categoria emprego está se reconfigurando (Guimarães, 2002); por outro, a informalidade também se complexifica (Cacciamali, 2016) – o que parece estar em jogo são *processos de informalização* (Abílio, 2020a) que envolvem até mesmo os meios de gerenciamento e controle do trabalho. Essa informalização extrapola, portanto, a condição de informalidade dos trabalhadores, atravessando o processo de trabalho como um todo.

No trabalho subordinado por meio de plataformas digitais, trabalhadores não são contratados, nem mesmo recrutados. Não há vagas predeterminadas ou processos seletivos – aparentemente, para trabalhar, basta se cadastrar. O contrato de trabalho agora transfigura-se em um contrato de adesão. Entretanto, as empresas têm sido bem-sucedidas em monopolizar setores de atuação e controlar enormes contingentes de trabalhadores. A própria relação de subordinação se informaliza. Essa informalização envolve a perda de predeterminações claras ou estáveis sobre a jornada de trabalho,

sobre a distribuição do trabalho e até mesmo sobre sua precificação. Empresas, hoje, batalham para serem reconhecidas como mediadoras, comumente se definindo como empresas de tecnologia: assentam-se na defesa de uma neutralidade técnica, apresentam-se como meramente responsáveis por prover o encontro mais eficiente entre oferta e procura. Entretanto, elas detêm o poder de definir as regras do jogo sem fixá-las: determinam como opera a distribuição do trabalho, sua precificação, quem será incorporado e, também, quem é desligado ou bloqueado nas plataformas. Os critérios não são claros e podem nem mesmo ser mapeáveis, mas estão permanentemente presentes. Esses integram o gerenciamento algorítmico: por meio de mecanismos automatizados – mas humanamente programados – realiza-se o acesso, a distribuição e a precificação do trabalho. Essa programação envolve ranqueamentos, oferta de bonificações, punições – elementos que materializam os meios de controle do trabalho.

As estratégias cotidianas dos trabalhadores são informalmente traçadas na relação com essas regras mais ou menos decifráveis, envolvendo jeitinhos, saberes e competências que também não estão predeterminados, mas serão incorporados na gestão. De fato, a organização prescrita do trabalho (Dejours, 1999) se informaliza, o que não quer dizer que deixe de existir. Pelo contrário, a noção de organização na dispersão (Harvey, 1992) é fundamental: multidões de trabalhadores, vivendo na condição de trabalhadores informais, podem aparecer de forma dispersa, mas o controle de seu trabalho está centralizado e é elemento fulcral de processos de oligopolização e monopolização.

A informalização se refere, portanto, a meios eficientes e racionalizados do uso da força de trabalho no tempo e no espaço, os quais são cada vez mais difíceis de reconhecer e fixar. Esse uso da força de trabalho também envolve outro elemento central da uberização e que é a condição geral dos trabalhadores subordinados por meio de plataformas digitais: a consolidação do *trabalhador just-in-time* (Abílio, 2020b). Trata-se de trabalhadores disponíveis ao trabalho, mas que são utilizados de acordo com as determinações das empresas. Custos são transferidos para os trabalhadores,

poros do trabalho já não são remunerados, o trabalhador passa a ser remunerado estritamente no “tempo efetivo de produção” – termo que aqui emprestamos do Projeto de Lei 3748/2020, que atualmente tramita na Câmara Federal, propondo a perigosíssima instauração do que denomina, com todas as letras de: “regime de trabalho sob demanda”.

O trabalhador *just-in-time* aparece como um empreendedor de si – que define seu tempo e local de trabalho, seus instrumentos e suas estratégias –, mas podemos deslocar a noção de empreendedorismo para a de *autogerenciamento subordinado* (Abílio, 2019), pois é transferido para o trabalhador um gerenciamento de si, que se faz na relação com regras que se informalizaram, e que regem ferrenhamente o trabalho. Esse deslocamento também possibilita pôr menos fichas em uma subjetivação neoliberal centralmente definida pela internalização da concorrência em diversas esferas da vida (Laval; Dardot, 2016). O enfoque se desloca, então, para as formas contemporâneas de gestão do trabalho que, tecidas pela ameaça permanente de exclusão e seleção, transferem parte do gerenciamento para o próprio trabalhador. Um gerenciamento que está, no entanto, inteiramente subordinado. Ou seja, o deciframento dos modos de subjetivação contemporâneos se desloca, assim, da figura do indivíduo-empresa para ressaltar os meios de subordinação e controle do trabalho.

O *autogerenciamento subordinado* precede as plataformas. Está no cerne dos arranjos toyotistas e das políticas neoliberais, mas também é estruturante de modos de vida periféricos, tecendo – de forma invisibilizada e pouco conhecida – a formação e reprodução de mercados de trabalho como o brasileiro. As transformações recentes do mundo do trabalho envolvem a eficaz transferência de riscos e custos para os trabalhadores. Essa transferência ocorre junto com regulações do trabalho que mais parecem desregulações; com a despadronização da jornada de trabalho (Gibb, 2017; Krein *et al.*, 2021); com novos arranjos que estabelecem formas de controle menos estáveis e reguladas, como as metas e bonificações, participação nos lucros e resultados; com a flexibilização sobre o local de trabalho, que irá se materializar, por exemplo, em *home office* ou

coworking. Essas transformações não podem ser compreendidas apartadas da eliminação de direitos e proteções associados ao trabalho, tecida pelas vitoriosas noções de empregabilidade e inevitabilidade do desemprego e da precarização do trabalho.

Pode-se afirmar que nessas décadas de flexibilização do trabalho e políticas neoliberais, o trabalhador vai se tornando solitariamente responsável pela gestão de sua própria reprodução social (Abílio, 2020a), ao mesmo tempo em que se aprimoram os meios técnico-políticos para o uso eficiente e informalizado da força de trabalho. As garantias e limites socialmente estabelecidos e regulados, que operam na determinação do tempo de trabalho, do salário, da saúde e segurança, vão cedendo espaço a uma gestão individualizada da sobrevivência, que hoje aparece como o empreendedorismo de si.

Ainda que o autogerenciamento subordinado esteja no cerne das formas contemporâneas de organização e controle do trabalho, essa novidade pode ser compreendida como uma espécie de generalização de elementos estruturantes de modos de vida periféricos. A gestão da sobrevivência, em que muito pouco está garantido, tece não apenas trajetórias de vida, mas as dinâmicas e a própria estruturação do mercado de trabalho brasileiro. Enxergar sua centralidade requer romper com as dualidades centro-margem, formal-informal, desenvolvimento-subdesenvolvimento. Em um mercado de trabalho atravessado por alta rotatividade do emprego formal, empregos predominantemente de baixas qualificação e remuneração, relações de trabalho que perpetuam e atualizam nossa herança escravocrata, a vida dos trabalhadores e trabalhadoras está longe de se fazer por um dentro ou fora de um mundo do trabalho formalmente regulado. Trata-se de um trânsito permanente, para o qual não há nem mesmo uma construção de dados que o expresse. Esse trânsito envolve um engajamento de si, num constante aproveitar de acessos e oportunidades que se abrem na relação com o Estado, nas redes de sociabilidade locais, na igreja, nos empreendimentos familiares, nos circuitos ilegais. Distante de uma linearidade ou sentido unívoco na constituição de sua identidade profissional, o trabalhador

periférico percorre diferentes atividades: por exemplo, ser metalúrgico, feirante, contador, ascensorista, para então trabalhar em uma cooperativa de marmiteix fruto de um programa social de geração de emprego e renda (Abílio, 2005). Ser vendedor ambulante e motoboy ao mesmo tempo. Ser vigia, segurança, repositor em supermercado, técnico em telefonia para então virar entregador por aplicativo (Abílio, 2021). Trajetórias que exprimem modos de vida periféricos, feitos por esse constante aproveitar e gerenciar oportunidades quando muito pouco está garantido.

Por meio do gerenciamento algorítmico e das oligopolizações bem-sucedidas, as plataformas materializam, portanto, a possibilidade de uma apropriação monopolizada e racionalizada de modos de vida periféricos, ao mesmo tempo em que dão indícios de que os elementos que estruturam esses modos de vida são passíveis de se generalizar nas relações de trabalho.

Por essa perspectiva, a definição de *gig economy* nos países do Norte, em realidade, captura a ampliação desse gerenciamento de si subordinado que vai ganhando visibilidade, especialmente por seu veloz crescimento nas economias europeias (Huws *et al.*, 2017). Entretanto, se compreendermos a uberização como esse processo de informalização que corre junto com a consolidação do trabalhador como um trabalhador sob demanda, podemos reconhecer que as formas de organização relacionadas às plataformas digitais se inserem em uma tendência mais ampla, que hoje vai permeando o mundo do trabalho em dimensões globais, e que envolve redefinições sobre a categoria emprego, ampliação e reconfiguração da informalidade, informalização dos meios de controle e gerenciamento, transferência de riscos e custos, assim como o desmanche de garantias e direitos do trabalho.

Reproduzindo e atualizando as formas de organização do trabalho

Com esse conjunto de *conceitos e processos*, articulados às características estruturais de nosso mercado de trabalho, o Brasil parece se colocar como um laboratório para a produção e reprodução das típicas *formas* de exploração e dominação do trabalho. A singularidade do Brasil, expressa nas persistentes

taxas de informalidade e desemprego que dinamizam e aprofundam tais características, aponta para a possibilidade de evidenciar o país como um exemplo de onde se pode observar o resgate de formas capitalistas de produção, que são atualizadas em uma variedade de estratégias e mecanismos de supervisão e controle do trabalho, baseados em tecnologias microeletrônicas e informacionais.

No que refere à atualização de antigas estratégias de controle e intensificação do trabalho, pode-se destacar, por exemplo, a adoção do salário por peça/por tarefa ou produtividade (Amorim; Moda, 2020). Não apenas em relação aos trabalhadores do clique (Casilli, 2019; Moreschi; Pereira; Cozman, 2020), mas também em relação aos entregadores e motoristas subordinados por meio de plataformas digitais, nota-se a presença dessa modalidade de remuneração. Esse tipo de assalariamento disfarçado tem consequências negativas sobre as condições de trabalho e de vida do trabalhador, na medida em que este incorpora o controle sobre o seu ritmo de trabalho, estabelecendo metas e jornadas mais intensas e longas, em busca de melhores rendimentos.

Nesse sentido, vale precisar que, apesar de se falar de gerenciamento algorítmico, trabalho *just-in-time*, aplicativos e plataformas digitais, *software* de monitoramento e controle do trabalho, inteligência artificial e metodologias ágeis, ainda se trata, basicamente, de uma produção de tipo cooperativa-industrial.¹ Isto é, um tipo de produção que organiza uma massa de trabalhadores e trabalhadoras – seja em um formato de organização pela dispersão (Harvey, 1992), ou em um mesmo local de trabalho –, extraíndo dessa articulação de trabalhos, e com base em uma persistente subordinação classista, trabalho não pago. Esta subordinação se dá através de um meio de produção que permite a imposição de formas de trabalho – (auto)gerenciamento, controle e monitoramento (algorítmico) –, de recrutamento (aleatório ou não), de adesão ou desligamento, de conduta e de comportamento empreendedor. Ou seja, um tipo de produção na

¹ Utilizamos a noção de indústria tal como Marx a utiliza no Livro II d'O *Capital*, Livro II, onde afirma que “industrial é todo o ramo de produção explorado segundo o modo capitalista” (Marx, 2014, p. 131).

qual o trabalhador, individual ou coletivo, não interfere diretamente no “quê” e no “como” se produz, seja uma mercadoria tangível ou intangível, seja um serviço que se realiza remota ou presencialmente.

Assim, a forma industrial de organização do trabalho persiste, mesmo que aparentemente se viva entre ruínas de trabalhos e fábricas. Essa afirmação se faz possível porque, primeiro, os meios de produção ainda se encontram separados dos trabalhadores, continuando a dar às empresas, que concentram capital e centralizam a produção, domínio sobre o que será ou não produzido e de que forma a produção será realizada (mesmo que se produza serviços). Em segundo lugar, porque a cooperação permanece como princípio básico de organização do trabalho, seja ela uberizada ou plataformizada. Isto é, as empresas capitalistas se valem da combinação de trabalhadores como objetivo estratégico de sua produção (veja-se, por exemplo, as plataformas digitais de microtrabalho), conformando uma força de trabalho coletiva da qual o capital se apodera sem custos (Rosdolsky, 2001). Por fim, mas não menos importante, reproduz-se, nas formas contemporâneas de exploração e dominação do trabalho, a subsunção real. A mudança, e que faz aprofundar ainda mais essa subordinação, é que, atualmente, as plataformas digitais se utilizam de um novo conjunto de forças produtivas (TICs), uma “nova maquinaria” (Amorim; Grohmann; 2021) que, através de aplicativos e *software*, articulam e integram, agora em tempo real, o trabalhador coletivo, radicalizando, assim, a extração de mais-trabalho com base nos princípios da cooperação.²

A forma industrial de produção se recria, atualmente, seja em fazendas de cliques ou nas fábricas de *software*, seja nos *call centers* ou nas plataformas digitais de serviços. Tal forma se materializa também com base em novos *software* de gerenciamento, controle e vigilância, que prescrevem em detalhe “o que” e “como” fazer e, ao mesmo tempo, acompanham em tempo

² Marx (1988) faz uma descrição crítica das transformações do processo produtivo manufatureiro em maquinofatureiro, no século XVIII na Inglaterra, observando que os objetivos centrais dessa iniciativa eram os de desvalorizar e desqualificar a força de trabalho empregada. Em sentido semelhante, o taylorismo e o fordismo no início do século XX, e depois o toyotismo, a partir dos anos 1960, procuram reposicionar essa iniciativa. Nesses exemplos históricos, como nos que contemporaneamente foram destacados neste artigo, observa-se presente a cooperação industrial como princípio básico de organização do trabalho, o que em parte, permite ao capital reproduzir o controle e o domínio sobre os processos de trabalho.

real a execução das tarefas pelos trabalhadores, atualizando, portanto, os parâmetros gerais da gerência taylorista do trabalho (Woodcock, 2020). Além disso, o capital, na contemporaneidade, tem a seu favor a desorganização jurídico-política do trabalho, pois muitas dessas formas de trabalho descritas por nós não são reguladas pelo Estado, fraturando as formas tradicionais de resistência da classe trabalhadora, ainda que, em diversos lugares do mundo, os trabalhadores plataformizados estejam construindo novas ações que visam a conter o avanço do capital, seja com a realização de greves, criação de associações/sindicatos ou com a construção de plataformas digitais alternativas sob controle dos trabalhadores (Cant, 2021).

Esse conjunto de novas forças produtivas que servem para aprofundar os elementos gerais da uberização se vale, também, de um desprendimento em relação a determinados meios de trabalho, o que levou autores como Standing (2016)³ a indicar, por exemplo, que os trabalhadores por aplicativo não seriam “empregados” das empresas (plataformas digitais), já que seriam proprietários dos meios de produção. Essa confusão teórica contamina negativamente o debate sobre os processos de uberização e plataformização do trabalho, na medida em que se toma meio de trabalho, isto é, aquilo que o trabalhador usa em suas atividades – e que não se contrapõe a ele como um conjunto de técnicas, tecnologias ou formas de gestão que o submete despoticamente a ritmos, cadências e estratégias produtivas impostas pelas empresas – como um meio de produção, ou seja, tecnologias e técnicas desenvolvidas para controlar, explorar e dominar, colocando os processos de trabalho a serviço da valorização do capital.⁴

Não importa, portanto, se é de posse dos entregadores ou dos motoristas subordinados por meio de plataformas digitais os automóveis, motocicletas, bicicletas, patinetes ou mesmo seus calçados. Não importa nas

³ Nas palavras de Standing (2016), “These platforms are rent-takers, labor brokers, taking about 20 percent from all labor transactions. Unlike the great corporations of the past, they do not own the main means of production, the cars, homes or other equipment. They are rentiers. (...) They are not employees, since they are not directly supervised, own the main means of production and, in principle, have control over their working time.”

⁴ Pressupondo o capitalismo como uma sociedade dividida em classes distintas e opostas, Marx, indica que “(...) os meios de produção apresentam-se não só como meios para a realização do trabalho, mas também, exatamente no mesmo plano, como meios para a exploração do trabalho alheio” (Marx, 1985, p. 87).

fazendas de clique se os celulares, notebooks ou desktops são de posse dos trabalhadores que executam de forma prescrita microtarefas. Todas essas ferramentas são meios de trabalho que não servem como instrumento direto de controle, exploração e dominação do trabalhador coletivo. São apenas meios de trabalho dos quais as plataformas digitais podem simplesmente se desresponsabilizar, diminuindo seus custos de produção.⁵

No entanto, essa condição só se faz possível porque, primeiro, tais empresas centralizam e concentram um volume muito grande de capital, dados e informações que lhes permite submeter a forma de organização de determinados produtos e serviços; segundo, porque conservam como propriedade privada os meios de produção (tecnologias, técnicas produtivas e formas de gestão) centrais para a subsunção real do trabalhador.⁶

Apenas por conta disso é possível impor, através das estruturas das plataformas digitais, no sentido mais processual, e dos aplicativos, em sentido mais direto, as forças produtivas decisivas para a subordinação do trabalhador coletivo, forças essas que controlam e supervisionam em tempo real os trabalhadores, prescrevendo detalhadamente as tarefas e as metas produtivas, e que impõem extensas jornadas de trabalho. Essa imposição se dá, em alguns casos, diretamente, via o antigo gerente e supervisor no local de trabalho. Mas também ocorre remotamente, através das formas de gerenciamento algorítmico, ou ainda pela propagação de mantras empreendedoristas que reproduzem a ideia de que são os próprios

⁵ A posse de alguns meios de trabalho traz, pelo menos, duas consequências significativas. A primeira é a de que as empresas diminuem seus gastos em custos de produção, aumentando sua lucratividade. Segundo, ao serem forçados a se responsabilizar pela compra e manutenção desses meios de trabalho, os trabalhadores assumem diversos riscos e custos de produção e intensificam e estendem o seu tempo de trabalho. Ver, por exemplo, pesquisa realizada no âmbito da Remir sobre tempo de trabalho e renda dos entregadores por aplicativos durante os primeiros seis meses da pandemia de Covid-19 (Abílio *et al.*, 2021).

⁶ De um lado, a introdução de novas forças produtivas tendencialmente visa a reduzir o tempo de trabalho, intensificando o ritmo de trabalho. De outro, esta introdução tem também como objetivo reduzir o valor da força de trabalho, o que pode influenciar nas formas políticas de resistência dos trabalhadores atingidos por esses processos de inovação.

trabalhadores os governantes de seus horários e escolhas, já que não teriam nem patrões, nem chefes.

É nesse sentido que o empreendedorismo se internaliza, coercitivamente, nas práticas laborais. Em um contexto social no qual as políticas neoliberais estrangulam os direitos trabalhistas, sobretudo em países do Sul global, como o Brasil, é que analogamente vemos ressurgir a figura primitiva de uma massa de trabalhadores *livres como pássaros* (Marx, 2012, p. 836) pela informalidade ou pelo desemprego. Massa essa que o capital incorpora às suas estratégias de organização social, como figura do empresário-de-si.

Estrutura-se um novo perfil de trabalhador, como diria Gramsci (2004), “um novo tipo humano”, que se fundamenta nas práticas da autotaylorização, do autogerenciamento, do autocontrole, da autoeficiência, da autoeficácia, de responsabilização individual por sua qualificação profissional, por sua remuneração e, também, por sua saúde, moradia e aposentadoria. Plasma-se, assim, um arsenal de tecnologias informacionais a metodologias de autogerenciamento do trabalho (Amorim; Grazia, 2021) que, em conjunto, permitem às plataformas digitais, por meio de cálculos algorítmicos, prever, mensurar e impor cadências e ritmos de trabalho no sentido de extrair, como sugeriu Braverman (1981) em sua análise do taylorismo, a utilização da força de trabalho como trabalho real, sem porosidades, radicalizando assim a forma de gerência sobre o trabalho existente (Woodcock, 2020).

Esse tipo de conduta do trabalhador está presente em várias frentes produtivas como as de prestação de serviços terceirizados (Druck, 1999), nos processos de uberização e de plataformização do trabalho (Abílio, 2019; Amorim; Moda; Mevis, 2021; Grohmann, 2020), em formas de *pejotização* do trabalho (Remedio; Doná, 2018) e em uma gama de trabalhos informais (Telles, 2006) que se baseiam nos princípios gerais do empreendedorismo para se reproduzir socialmente. O empreendedorismo, nesse sentido, é um operador ideológico, e também gerencial, do capital sobre a classe trabalhadora, que cria um novo e sedutor léxico de coerções e consensos, ao mesmo tempo que transfere ao trabalhador toda a carga de responsabilidades sobre o erro e o acerto (Amorim; Grohmann, 2021).

Considerações finais

Abrindo mais questões do que as fechando, propusemos uma reflexão que enfrente a dificuldade de estabilização das categorias de análise, não pelo exercício de fixá-las, mas de salientar que, no cerne das formas contemporâneas de controle e gestão do trabalho, está justamente essa perda de formas reguladas, mapeáveis, contratualizadas. Essa perspectiva ganha corpo quando tecida a partir da periferia. Entretanto, sua força explicativa requer o difícil rompimento com as dualidades que historicamente informam as categorias de análise, e que nos envolvem nas dificuldades da compreensão do que somos e não do que deveríamos ser.

Por fim, a compreensão das novas lógicas de controle e gestão também envolve as novas formas de resistência e organização dos trabalhadores. Nos países do Norte, pesquisas de Cant (2021), Woodcock e Graham (2019), Milland (2016) e Amrute (2016) vêm trazendo a resistência cotidiana e coletivamente organizada para o centro da análise. O chamado #BrequeDosApps conferiu visibilidade aos entregadores por aplicativo e aos elementos da uberização. Em plena pandemia, motoboys e bikeboys se organizaram nacionalmente, de forma horizontalizada e pouco mapeável (Abílio; Grohmann; Weiss, 2021; Amorim; Moda, 2021), com demandas que não são facilmente classificáveis e escapam do par emprego formal/informal (Schavelzon, 2020). Sua resistência coletiva, em alguma medida, suspende a volatilidade do gerenciamento, tornando reconhecíveis as formas de controle e meios de exploração do trabalho.

Entregadores organizados manifestaram-se com uma pauta voltada para condições mais justas de trabalho, encenaram formas de resistência que envolveram não só protestos, mas bloqueios dispersos de pontos de entrega, envolvimento dos consumidores, entre outras táticas (Guerreiro; Cordeiro, 2020). Sua ação jogou lenha na fogueira em torno das possibilidades, disputas e conflitos em torno da regulação e proteção a esses trabalhadores (Carelli, 2020). Surgiram projetos de lei em um amplo espectro, que vai desde as garantias localizadas a esses trabalhadores durante a pandemia até

a perigosa proposição da regulação do “regime de trabalho sob demanda” (PL 3748/20). O que fica explícito é a necessidade de nos apropriarmos com mais profundidade dos elementos que regem o trabalho subordinado por meio de plataformas digitais, lidando com as indiscernibilidades em torno das plataformas digitais, do gerenciamento algorítmico, e, em perspectiva mais ampla, das formas contemporâneas da exploração do trabalho e da acumulação. No Brasil, pesquisas por todo o país vêm consolidando o campo de estudos da uberização e das plataformas digitais. Trazendo contribuições importantes à luz da realidade brasileira, essa nova geração de pesquisadores possibilita, gradualmente, compreender a experiência cotidiana dos trabalhadores, suas condições de trabalho, os (des)caminhos de possibilidades de regulação e, também, formas de resistência (Castro, 2020; Moda, 2020; Baptistella, 2021; Kammer, 2021; Guerra, 2021; Moura, 2021). Contribuições que também se inserem num movimento mais amplo da produção de novas epistemologias que enfrentem os potentes meios de invisibilização dos trabalhadores e trabalhadoras periféricos.

Ludmila Costhek Abilio é Doutora em Ciências Sociais (UNICAMP) e pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e Economia do Trabalho, na Faculdade de Economia da UNICAMP.

✉ l.c.abilio@gmail.com

Henrique Amorim é Doutor em Ciências Sociais pela Unicamp e professor adjunto de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP-Campus Guarulhos).

✉ henriqueamorim@hotmail.com

Rafael Grohmann é Doutor em Ciências da Comunicação e professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS).

✉ rafaelgrohmann@unisinos.br

Referências

1. ABÍLIO, Ludmila C. Uberização: Manicures, motoboys e a gestão da sobrevivência. In: MARQUES, Léa (org.). **Trajétórias da informalidade no Brasil contemporâneo**. São Paulo, Fundação Perseu Abramo, 2021. p. 173-191.
2. ABÍLIO, Ludmila C. Uberização e juventude periférica. Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos Estudos. CEBRAP**, v.39, n. 3, p.579-597, 2020a. <https://doi.org/10.25091/s01013300202000030008>
3. ABÍLIO, Ludmila C. Uberização: a era do trabalhador just-in-time? **Revista Estudos Avançados – IEA – USP**, v.34, n. 98, p.111-126, 2020b. <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2020.3498.008>
4. ABÍLIO, Ludmila C. Breque no despotismo algoritmico: uberizacao, trabalho sob demanda e insubordinação. **Blog da Boitempo**, 30 jul. 2020, 2020c. <https://blogdaboitempo.com.br/2020/07/30/breque-no-despotismo-algoritmico-uberizacao-trabalho-sob-demanda-e-insbordinacao/>
5. ABÍLIO, Ludmila C. Uberização: do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. **Revista Psicoperspectivas: individuo y sociedad**, v. 18, n. 3, p.1-11, 2019.
6. ABÍLIO Ludmila C. Uberização: subsunção real da viração. **Passapalavra**, 19 fev. 2017. Disponível em: <https://passapalavra.info/2017/02/110685/>
7. ABÍLIO, Ludmila C. **Dos traços da desigualdade ao desenho da gestão: trajetórias de vida e programas sociais na periferia de São Paulo**. 2015. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2015.
8. ABÍLIO, Ludmila; Grohmann, Rafael; Weiss, Henrique C. Struggles of delivery workers in Brazil: working conditions and collective organisation during the pandemic. **Journal of Labor and Society**, p.1-19, published online, 17 maio 2021. <https://doi:10.1163/24714607-bja10012>
9. ABÍLIO, Ludmila C.; GROHMANN, Rafael. Uberização como apropriação do modo de vida periférico. In: GROHMANN, Rafael (org.). **Os laboratórios do trabalho digital**. São Paulo: Boitempo, 2021, p. 85-91.
10. AMORIM, Henrique. As teorias do trabalho imaterial: uma reflexão crítica a partir de Marx. **Caderno CRH**, v. 27, n.70, p. 31-45, 2014.
11. AMORIM, Henrique. **Trabalho imaterial: Marx e o debate contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2009.
12. AMORIM, Henrique; GRAZIA, Mauricio. The precariousness of immaterial labor: self-Taylorization in the Brazilian software industry. **Latin American Perspectives**, março 2021. <https://doi.org/10.1177/0094582X20988720>
13. AMORIM, Henrique; GROHMANN, Rafael. O futuro do trabalho: entre novidades e permanências. Textos para Discussão-TD63. **Saúde Amanhã**. Rio de Janeiro: Fundação Oswaldo Cruz, julho 2021.

14. AMORIM, Henrique; MODA, Felipe B. Trabalho por aplicativo: gerenciamento algorítmico e condições de trabalho dos motoristas da Uber. **Fronteiras - Estudos Midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 59-71, 2020.
15. AMORIM, Henrique; MODA, Felipe B. Trabalho por aplicativo: uma síntese da intensificação do trabalho, da informalidade e da resistência política no contexto da pandemia. **Revista Trabalho, Política e Sociedade**, v.6, n. 10, p.105 - 124, 2021.
16. AMORIM, Henrique; MODA, Felipe B.; MEVIS, Camila. O empreendedorismo não é apenas uma ideologia: a subordinação no trabalho plataformizado. In: LEONE, Eugenia; PRONI, Marcelo (orgs.) **Facetas do trabalho no Brasil contemporâneo**. Curitiba: CRV, 2021. p. 325-342.
17. AMPUJA, Marko. A sociedade em rede, o cosmopolitismo e o “sublime digital”: reflexões sobre como a História tem sido esquecida na Teoria Social contemporânea. **Parágrafo**, v. 3, n. 1, p. 55-68, 2015.
18. AMRUTE, Sareeta. **Encoding race, encoding class: Indian IT workers in Berlin**. Durham: Duke University Press, 2016.
19. BAPTISTELLA, Camila V. **Pra quem tem fome: vigilância e controle algorítmicos no processo de trabalho de um aplicativo de entrega em Curitiba**. 2021. Dissertação (Mestrado em Tecnologia e Sociedade). Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Curitiba, 2021. Curitiba, UTFPR.
20. BERNARDO, João. **Democracia totalitária: teoria e prática da empresa soberana**. São Paulo: Cortez, 2004.
21. BERG, Janine. **Income security in the on-demand economy: findings and policy lessons from a survey of crowdworkers**. Conditions of Work and Employment Series No. 74. Genebra: International Labour Office (ILO), 2016.
22. BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Pierre Bourdieu: sociologia**. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.
23. BRAVERMAN, Harry. **Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1981.
24. CACCIAMALI, Maria Cristina. Globalização e processo de informalidade. **Economia e Sociedade**, v. 9, n. 1, p. 153-174, 2016.
25. CANT, Callum. **Delivery fight!:** a luta contra os patrões sem rosto. São Paulo: Veneta, 2021.
26. CARELLI, Rodrigo de L. Como mentir com estatística sobre os trabalhadores em plataformas. **Jota**, 24.07.2020. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/como-mentir-com-estatistica-sobre-os-trabalhadores-em-plataformas-24072020>
27. CASILLI, Antonio. **En attendant les robots**: enquête sur le travail du clic. Paris: Seuil, 2019.
28. CASILLI, Antonio. Waiting for robots: the ever-elusive myth of automation and the global exploitation of digital labor. **Sociologias**, v. 23, n. 57, p. 112-133, 2021.

29. CASILLI, Antonio; POSADA, Daniel. The platformization of labor and society. In: GRAHAM, Mark; DUTTON, William (orgs.). **Society and the Internet**. Oxford: OUP, 2019, p. 293-306.
30. CASTRO, Viviane V. de. **As ilusões da uberização**: um estudo à luz da experiência de motoristas Uber. 2020. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2020.
31. CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada**. São Paulo: Boitempo, p. 35-68, 2005.
32. CONNELL, Raewyn. A iminente revolução na teoria social. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 27, n. 80, p. 9-20, 2012. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092012000300001>
33. COULDRY, Nick; MEJIAS, Ulises A. **The costs of connection**: how data is colonizing human life and appropriating it for capitalism. Stanford: Stanford University Press, 2019.
34. CRAWFORD, Kate. **Atlas of AI**: power, politics, and the planetary costs of artificial intelligence. New Haven: Yale University Press, 2021.
35. DE STEFANO, Valerio. **The rise of the just-in-time workforce**: on-demand work, crowdwork and labour protection in the “gig-economy”. Conditions of Work and Employment Series No. 71. Genebra: International Labour Organization (ILO), 2016.
36. DEJOURS, Christophe. **A banalização da injustiça social**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.
37. DRUCK, Graça. **Terceirização**: (des)fordizando a fábrica - um estudo do complexo petroquímico. São Paulo: Boitempo, 1999.
38. DYER-WITHEFORD, Nick; KJOSEN, Atle; STEINHOFF, James. **Inhuman power**: artificial intelligence and the future of capitalism. London: Pluto Press, 2019.
39. FONTES, Virginia. Capitalismo em tempos de uberização: do emprego ao trabalho. **Marx e o Marxismo**, v. 5, n. 8, p. 45-67, 2017.
40. FRANCO, Maria Sylvia de C. As idéias estão no lugar. **Cadernos de Debate n. 1**: História do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1976. p. 61-64.
41. GIBB, Lygia F. S. **A tendência de despadronização da jornada de trabalho**: configuração no Brasil e impacto nas mulheres. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, São Paulo, 2017.
42. Guimarães, Nadya A. Por uma sociologia do desemprego. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 17, n. 50, p. 104-21, 2002.
43. EUBANKS, Virginia. **Automating inequality**. New York: St. Martin's Press, 2018.
44. FUCHS, Christian. **Digital labour and Karl Marx**. Nova York: Routledge, 2014.

45. GRAHAM, Mark (org.). **Digital economies at global margins**. Massachusetts: MIT Press, 2019.
46. GRAHAM, Mark; ANWAR, Mohammad. The global gig economy: towards a planetary labour market? **First Monday**, v. 24, n. 4, 2019. <https://doi.org/10.5210/fm.v24i4.9913>
47. GRAMSCI, Antonio. Caderno 22: Americanismo e fordismo. In: **Cadernos do cárcere**, v. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
48. GRAY, Mary; SURI, Siddhart. **Ghost work: how to stop Silicon Valley from building a new global underclass**. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2019.
49. GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. **Revista EPTIC**, v. 22, n. 1, p. 106-122, 2020.
50. GUERRA, Ana. **Infraestruturas, narrativas e imaginários algorítmicos: tecnografando o preço dinâmico da Uber**. 2021. Dissertação (Mestrado em comunicação social). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2021.
51. Guerreiro, Isadora; Cordeiro, Leonardo. (2020). Do passe ao breque: disputas sobre os fluxos no espaço urbano. **Passapalavra**, 06/07/2020. Disponível em: <https://passapalavra.info/2020/07/132898/>
52. GUSMÃO, Luís. **O fetichismo do conceito: limites do conhecimento teórico na investigação social**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2012.
53. HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Editora Loyola, 1992.
54. HOWE, Jeff. **Crowdsourcing: how the power of the crowd is driving the future of business**. Nova York: Random House Business, 2008.
55. HUWS, Ursula. **Labour in contemporary capitalism: what next?** London: Palgrave, 2019.
56. HUWS, Ursula. **The making of a cybertariat: virtual work in a real world**. London: Monthly Review Press, 2003.
57. HUWS, Ursula; SPENCER, Neil; SYRDAL, Dag S.; HOLTS, Kaire. **Work in the European gig economy: research results from the UK, Sweden, Germany, Austria, The Netherlands, Switzerland and Italy**. Bruxelas: FEPS- Foundation for European Progressive Studies, UNI Europa, University of Hertfordshire, 2017.
58. KAMMER, Josiane O. **Conflitos e negação de direitos na relação entre trabalhadores e Uber: uma análise das decisões dos tribunais**. 2021. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional). Universidade Regional de Blumenau (FURB), Blumenau, SC, 2021.
59. KREIN, José D.; ABILIO, Ludmila.; BORSARI, P. (2021) A despadrãoização do tempo de trabalho. In: KREIN, José D. et al. **O trabalho pós reforma trabalhista (2017)**, v. 1. São Paulo: CESIT, 2021. p.252-282.

60. LAVAL, Christian; DARDOT, Pierre **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.
61. LEHDONVIRTA, Vili. Flexibility in the gig economy: managing time on three online piecework platforms. **New Technology, Work and Employment**, v. 33, n.1, p. 13-29, 2018.
62. MANOKHA, Ivan. The implications of digital employee monitoring and people analytics for power relations in the workplace. **Surveillance & Society**, v. 18, n. 4, p. 540-554, 2020. <https://doi.org/10.24908/ss.v18i4.13776>
63. MARQUES, Rodrigo M. Trabalho e valor nas mídias sociais: uma análise sob as lentes do marxismo. **Trabalho & Educação**, v. 27, n. 3, p. 111-130, 2018.
64. MARX, Karl. **Capítulo VI inédito de O Capital**. São Paulo: Moraes, 1985.
65. MARX, Karl. **O Capital**: Livro 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
66. MARX, Karl. **O Capital**: Livro 2. São Paulo: Nova Cultura, 2014.
67. MILLAND, Kristy. A Mechanical Turk worker's perspective. **Journal of Media Ethics**, v. 31, n. 4, p. 263-264, 2016.
68. MODA, Felipe B. **Trabalho por aplicativo e uberização**: as condições de trabalho dos motoristas da Uber. 2020. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal de São Paulo, Guarulhos, SP, 2020.
69. MOORE, Phoebe; WOODCOCK, Jamie (orgs.). **Augmented exploitation**: artificial intelligence, automation and work. Londres: Pluto Press, 2021.
70. MORESCHI, Bruno; PEREIRA, Gabriel; COZMAN, Fabio. The Brazilian workers in Amazon Mechanical Turk: dreams and realities of ghost workers. **Contracampo**, v. 39, n. 1, 2020. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38252>
71. MOURA, Livia R. de. **Pedalando para sobreviver**: o processo de uberização do trabalho e os entregadores ciclistas. 2021. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, CE, 2021.
72. NIEBORG, David; POELL, Thomas. The platformization of cultural production: theorizing the contingent cultural commodity. **New Media & Society**, v. 20, n. 11, p. 4275-4292, 2018.
73. OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista**: o ornitorrinco. São Paulo: Boitempo, 2003
74. PAULANI, Leda. Quando o medo vence a esperança: um balanço da política econômica do governo Lula. **Crítica Marxista**, n. 19, p. 11-26, 2004.
75. POELL, Thomas; NIEBORG, David; VAN DIJCK, José. Plataformização. **Fronteiras, Estudos Midiáticos**, v. 22, n. 1, p. 2-10, 2020. <https://doi.org/10.4013/fem.2020.221.01>
76. PLANTIN, Jean-Christophe; PUNATHAMBEKAR, Aswin. Digital media infrastructures: pipes, platforms, and politics. **Media, Culture & Society**, v. 41, n. 2, p. 163-174, 2019.

77. QIU, Jack. China's digital working class and circuits of labor. **Communication and the Public**, v. 3, n. 1, p. 5-18, 2018.
78. QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder**: eurocentrismo e América Latina. Buenos Aires: Clacso, 2005.
79. REMEDIO, José Antonio; DONÁ, Selma. A pejotização do contrato de trabalho e a reforma trabalhista. **Revista de Direito do Trabalho e Meio Ambiente do Trabalho**, v. 4, n. 2, p. 61-79, 2018.
80. ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro: Eduerj/Contraponto, 2001.
81. ROSENBLAT, Alex. **Uberland**: how algorithms are rewriting the rules of work. Oakland: University of California Press, 2018.
82. ROSENBLAT, Alex; STARK, Luke. Algorithmic labor and information asymmetries: a case study of Uber's drivers. **International Journal of Communication**, v. 10, p. 3758-3784, 2016. Disponível em: <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/4892>
83. SADOWSKI, Jathan. When data is capital: datafication, accumulation, and extraction. **Big Data & Society**, v. 6, n. 1, 2019. <https://doi.org/10.1177/2053951718820549>
84. SADOWSKI, Jathan. The internet of landlords: digital platforms and new mechanisms of rentier capitalism. **Antipode**, v. 52, n. 2, p. 562-580, 2020.
85. SCHAVELZON, Salvador. A luta dos entregadores de aplicativo contra os algoritmos autoritários. **El País**, Opinião, 25 de julho de 2020.
86. SCHOLZ, Trebor. **Digital labor**: the internet as playground and factory. New York: Routledge, 2012.
87. SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In: **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Ed. 34, 2000.
88. SILVA, Luiz Antonio M. da. Mercado de trabalho, ontem e hoje. In: SANTANA, Marco Aurélio; RAMALHO, José Ricardo (orgs.). **Além da fábrica**. São Paulo: Boitempo, 2003. p. 140-178.
89. SRNICEK, Nick. **Platform Capitalism**. Londres: Polity, 2016.
90. STANDING, Guy. A revolt is coming for cloud labor. **Huffingtonpost**, 27 out. 2016. Disponível em: http://www.huffingtonpost.com/guy-standing/cloud-labor-revolt_b_8392452.html
91. TELLES, Vera da S. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Tempo Social**, n. 18, v. 1, p. 173-195, 2006.
92. VAN DIJCK, José; POELL, Thomas; DE WAAL, Martijn. **The platform society**. Nova York: Oxford University Press, 2018.

93. VAN DOORN, Niels. Platform labor: on the gendered and racialized exploitation of low-income service work in the 'on-demand' economy. **Information, Communication & Society**, v. 20, n. 6, p. 898-914, 2017.
94. WOODCOCK, Jamie; GRAHAM, Mark. **Gig economy**: a critical introduction. Londres: Polity, 2019.
95. WOODCOCK, Jamie. O panóptico algorítmico da Deliveroo: mensuração, precariedade e a ilusão do controle. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
96. ZUBOFF, Shoshana. *Big Other*: capitalismo de vigilância e perspectivas para uma civilização de informação". In: BRUNO, Fernanda et al. (orgs.). **Tecnopolíticas da vigilância**: perspectivas da margem. São Paulo: Boitempo, 2018.

Recebido: 03 jul. 2021.

Aceito: 31 jul. 2021.

<http://doi.org/10.1590/15174522-112308>

Hunger for profit: how food delivery platforms manage couriers in China

Jenny Chan* 

Abstract

How do food delivery platform firms, such as Meituan (operated by Tencent) and Ele.me (owned by Alibaba), manage couriers through service contracting rather than formal employment? How do couriers experience control and autonomy at work? Using observation and interviews, the author finds that a combination of data-driven surveillance systems and customer feedback mechanisms are incentivizing workers' efforts. Corporate utilization of both manual and emotional labor is critical to realizing profits. Individual freedom is framed in a way that crowdsourced couriers are not required to work a minimum amount of time. Flexibility enabled by the algorithmic management, however, cuts both ways. When there is less demand, the platform corporations automatically reduce their dependence on labor. With variable food orders and piece rates, workers' minimum earnings are not guaranteed. In the absence of Chinese legal protections over the fast-growing food delivery sector, informal workers are desperately struggling for livelihood.[◇]

Keywords: informal work, algorithmic management, emotional labor, food delivery workers, rural migrants, China.

* The Hong Kong Polytechnic University, Hong Kong, China.

[◇] This project is funded by the Early Career Scheme of the Research Grants Council of Hong Kong (RGC Project No. 25602517) and the Start-Up Research Fund of The Hong Kong Polytechnic University (PolyU Project No. P0000548).

Fome de lucro: como as plataformas de entrega de refeições gerenciam os entregadores na China

Resumo

Como as empresas de plataforma de entrega de refeições, como Meituan (controlada pela Tencent) e Ele.me (que pertence à Alibaba), gerenciam os entregadores por meio de contratação de serviços em lugar de empregos formais? Como os entregadores percebem o controle e a autonomia no trabalho? Usando observação participante e entrevistas, a autora apurou que uma combinação de sistemas de vigilância, baseada em dados e mecanismos de *feedback* do cliente, é o que tem determinado os esforços dos trabalhadores. O uso corporativo do trabalho manual e emocional é crítico para a lucratividade dos serviços de encomenda de refeições. Para reduzir custos, as empresas não oferecem aos entregadores o salário necessário para reproduzir seu trabalho. A liberdade individual é configurada de forma a não obrigar os entregadores a trabalhar por um período mínimo de tempo. A flexibilidade possibilitada pelo gerenciamento algorítmico, no entanto, funciona em ambos os sentidos. Quando há menos demanda, as empresas de plataforma reduzem automaticamente sua dependência de mão de obra. Com tarifas variáveis por pedido, os trabalhadores não têm assegurado um rendimento mínimo que atenda o padrão de vida médio local. Esta pesquisa contribui para uma compreensão mais aprofundada dos desequilíbrios de poder entre trabalhadores, empresas de aplicativos e clientes na economia de plataforma orientada a serviços da China. Também estimula o debate sobre a informalidade do trabalho no que concerne à responsabilidade das empresas e do governo.

Palavras-chave: gestão algorítmica, trabalho emocional, informalidade, economia de plataforma, serviço de entrega de refeições, China.

Introduction

Digital platform operators are intermediaries in the online marketplace. UberEats, Deliveroo and Foodpanda generate profits from restaurants, consumers and couriers by providing food delivery services through their platforms. Early research is skewed towards certain Western businesses, leaving out Chinese platforms that recruit significantly more workers and reach out far more consumers across different walks of life (Heeks, 2017). In 2018, over 440 million people in China were active

monthly users of takeaway apps, generating revenues of 471 billion yuan (State Information Center, 2019, p. 22; 2020, p. 10). Two delivery platforms, Meituan and Ele.me, dominate the domestic market, while Chinese logistics giant SF Express has branched out into delivering food since May 2020 amid the coronavirus pandemic. With rising demands for delivery services, over seven million couriers have joined the informal labor force (Wang, 2021).

How do food platform corporations manage couriers when they are not their employees? How do couriers experience control and autonomy in their work process? Wu and his colleagues (2019, p. 576) observe that normative expressions such as *share*, *task*, *help*, and *service* are now frequently used by businesses, and governments as well, instead of more clearly defined terms like *work*, *job*, and *employee*. In this discourse, relations of production are obscured. As this research will show, however, the power dynamic between “service providers” (workers) and “users” (consumers) is highly imbalanced. Platform firms, in a tacit partnership with the Chinese state, have sought to boost growth while informalizing labor relations.

The data of this empirical study is primarily drawn from field research, which is supplemented with publications by academics, companies and the government. The author shadowed food-delivery couriers to learn about their working lives in Beijing during intense trips between 2017 and 2018. Thereafter, she engaged in online discussions with a core group of couriers to learn about their individual and collective tactics to make a better living. In the following, Section Two presents the analytical framework by drawing insights from labor process theory, sociology of emotional labor studies, and informalization of work in the context of a platform economy. Section Three describes the first-hand, qualitative data collection methods. Section Four analyzes the recruitment and management strategies, as well as the tensions stemming from corporate control and limited autonomy, as unveiled by workers’ vivid testimonies. The concluding section reflects on the precarization of platform-mediated labor as structured by tech companies and the Chinese state.

Analytical framework

Management techniques and labor control strategies

In Marxist formulation, capitalists aim to control time and motion of workers to extract surplus value in the production process. This encompasses a wide range of rules and regulations in governing the activities and use of time by employees. With the application of the Taylorist principle of “scientific management,” work is further broken down into minute details and repetitive segments to raise productivity. The lengthening of a workday, coupled with coercive measures to intensify efforts, can be physically exhausting, mind numbing and alienating. In *Labor and monopoly capital*, Harry Braverman ([1974] 1998) analyzes the ascendance of managerial power and the increasing separation between manual and mental labor in industrial and clerical work settings.

Labor management is not simply a technical problem but a matter of class conflict. From despotic to hegemonic control, Michael Burawoy (1985) highlights the legislation of labor protections and the set-up of worker representative mechanisms in the transformation of law, economy and society. With access to some welfare support, workers’ dependence on one single employer for a wage is to some extent reduced. A more sophisticated approach is then required of management to ensure employee compliance. On the shopfloor, the introduction of productivity enhancing make-out “games” is thereby intended to motivate workers to compete with each other for tangible gains. Such granting of a certain degree of employee self-control helps secure participation in the work process. Workers give consent to their own exploitation (Burawoy, 1979). This sociological inquiry inspires multidisciplinary investigations of the links between labor subjectivity and disciplinary structures.

In the contemporary context of digital platform-based work, the rise of algorithmic management has supplemented, if not replaced, direct control by managers on-the-spot. Software applications and mobile technologies

“allocate, optimize, and evaluate work” to improve cost effectiveness (Lee *et al.* 2015, p. 1603). Corporate platforms collect a wide array of data to keep track of the gig work, also known as “microworks,” being undertaken by workers in real-time. These “platform workers” are coordinated through computing programs and online connectivity, without “the physical presence of someone” breathing down their neck (Griesbach *et al.* 2019, p. 11). The fulfilment of specific work demands, or the failure, will be conveyed to the centralized electronic system. In this sense, the absence of a human manager – replaced by an “algorithmic boss” – does not lessen the degree of corporate control (Ivanova *et al.*, 2018).

For motivating workers to meet or exceed the targets, platform companies have introduced “game elements” in the labor process. This process of gamification, accompanied by prizes and rewards, has led to higher productivity rates (Woodcock; Johnson, 2018; Veen *et al.*, 2020). As for workers, they need to navigate digital and physical spaces to complete the “tasks” within the delivery time limit.

Studies on ride-sharing platform firms such as Uber and Lyft show that they commonly require drivers to score “a high acceptance rate” of requests over a certain period of performance evaluation (Rosenblat; Stark, 2016, p. 3761). The acceptance rate is calculated by the number of accepted rides divided by the total number of automated assignments sent to the driver. With a high rate of completed rides, the driver will be rewarded both symbolically and materially. Frequent rejection of undesirable or uneconomical online assignments will result in suspension, or even deactivation, of the user account, and there is basically no way to dispute the firing or “challenge the data that has been collected” (Woodcock, 2020, p. 88). Yet, the clash of corporate monitoring and workers’ quest for free time as well as self-direction at work continues.

The monitoring of emotional labor in service work

Meal delivery is about servicing. Whether it is a brief encounter involving workers and customers, or longer-term relationship building by

means of affective commitments, workers' efforts in producing a desired state of mind in the service recipients are elicited and monitored. Arlie Hochschild ([1983] 2003) illustrates the corporate technique of deskilling among frontline service workers, who are instructed to serve customers in accordance with a set of organization-defined emotional rules and quality standards. For male as well as female workers, doing "emotional labor" entails "the management of feeling to create a publicly observable facial and bodily display" in exchange for a wage (Hochschild, [1983] 2003, p. 7). Thus, management intervenes in workers' minds and hearts, as much as hands and feet, to generate a profit.

Companies actively solicit consumer feedback to discipline workers' attitudes and behavior, evaluate job performance and improve social interaction to enhance competitiveness. Linda Fuller and Vicki Smith (1991, p. 11) conclude that "consumers' reports broaden *managerial* power, augmenting it with *customer* power." This is a three-way relationship between management, workers and consumers in the context of service production and consumption. In numerous corporate training programs, workers are equipped with scripting of speech, using body language to convey the intended message or making a professional presentation to accomplish their jobs (Leidner, 1993; Wharton, 2009).

To save investments in human resources, platform firms have shifted the customer service responsibility to workers. Falling short of customer expectations, workers – who are not algorithms at the backend – are clearly visible and often targeted for poor service (Lee *et al.*, 2015). In big cities, where traffic jams are commonplace, for example, drivers of Didi (that acquired Uber in China) must rely heavily on their own judgement to tame customers' anger in both online and offline communications. They often attend closely to passengers' preferences, such as their liking for music and air-conditioning during the ride, thus winning favorable evaluation (Wu *et al.*, 2019). This kind of self-investment in emotional work – managing their own feelings *and* customers' emotions – is making interactive service work possible.

In a work performance review, guidelines on what level of service is requisite for each star rating are rather vague (Rosenblat; Stark, 2016, p. 3775). Algorithmic metrics incorporate customer supervision to sustain and further improve quality service. Min Kyung Lee and her coauthors (2015) point out that metrics collected by platform algorithms are not always objective or fair to the worker in question. In the case of ride-riding, passengers who are late for a flight may not positively appraise the Uber driver or the riding experience, even when it has nothing to do the driver's performance. So, what counts as high quality service?

Spatiotemporal challenges are formidable in the real world, where there are often delays and disruptions due to traffic problems, bad weather or other human factors (Sun, 2019; Chen; Sun 2020; Wu; Zheng, 2020). Customers' rating – a key dimension of emotional labor – is integral to a larger surveillance system of the platform economy. In this light, food delivery workers are not simply “users of a digital medium” but workers subjected to a capitalist relation of production (Gandini, 2019, p. 1041).

Freedom and autonomy of crowdsourced workers

Crowdsourced workers are independent contractors who enjoy some freedom to decide when and where to work. In the United States, for example, Instacart (a large grocery delivery platform) shoppers explained how they cope with their family care responsibilities while doing part-time delivery work of their own choice on the weekdays or weekends (Griesbach *et al.*, 2019; Milkman *et al.*, 2021). They made good use of their shopping and meal preparation skills to help the elderly and dual-earner couples in the local community. In Australia, where Deliveroo and UberEats are dominant players, researchers (Barratt *et al.*, 2020) found that male and female immigrant workers, as well as international students with working holiday visas, similarly took advantage of the informal work opportunities and flexible hours to make money. Multi-apping – working on multiple

platforms simultaneously to get *more* and *better* orders – may increase individual workers' earnings.

Platform firms strive to set work rules to ensure the satisfaction of customer needs anywhere, anytime. In a closer look, the lived experience of entrepreneurial agency and personal autonomy within the platforms' operations is restrained. Couriers' rights of employment are unprotected by law. Trebor Scholz (2017, p. 13) argues that the rise of a platform-mediated labor regime is "instrumental in the process of dissolving direct employment, thereby creating low-wage futures for millions of people." In China, outside of the formal employment system, hundreds of millions of workers – most of them rural migrants – are not entitled to social insurance benefits, which are jointly administered by local governments, employers and employees (Lee, 2019). In the food-delivery sector, crowdsourced workers must also compete head on with those who are hired by franchisees or agencies. Food-delivery station managers often assign orders to their own team in the hope to improve labor retention and generate greater revenues (Lei, 2021; Liu; Friedman, 2021). As a result, crowdsourced workers are confronting tremendous pressure to survive.

In recent years, activist workers have been facing an uphill battle to fight for decent pay and social security, even when self-organizations like AlgorithmWatch, Transnational Federation of Couriers, and The Rebel Roo have gained some traction through the Justice4Couriers campaigns in Europe (Cant; Mogno, 2020). In China, food-delivery riders similarly staged collective actions to demand higher pay through online coordination, sometimes winning partial victories. Instead of causing huge disruptions to traffic to get public attention, the protesters kept a low profile to bargain with management, thus averting a clampdown by the stability-obsessed authorities (Liu; Friedman, 2021). These worker-led protests were often localized and short-lived, with platform management holding onto power with their institutional resilience (Sun; Chen, 2021).

Building a conceptual framework of corporate dominance and management control, emotional labor demands in interactive service work,

and the informality of crowdsourced workers, this research examines the working conditions and coping strategies of Chinese male rural migrants in food delivery service. Rural migrants, restricted by the household registration policy, do not enjoy legal residency in the cities where they work and live (Gallagher, 2020). This means that these internal migrants have no access to urban welfare benefits such as subsidized healthcare in public hospitals or local pensions. In this tiered-citizenship structure, Chinese migrant food-delivery workers are more vulnerable than their city counterparts to making a decent living.

Research method

Beijing, the capital of China, has grown to a global city with 22 million people, including internal migrants from all over the country. With the penetration of mobile technologies and internet networks, digital platform-based work opportunities are prevalent. Between fall 2017 and summer 2018, the author and her team conducted semi-structured interviews with 32 food delivery workers through multiple extended research trips. The informants were male rural migrants, ranging from 19 to 48 years of age. All were working full-time on at least one delivery platform for their primary source of income. Home visits, arranged by friends and colleagues, took place at their rental rooms during off-work hours. The other meetings were set up at dining places where they frequently received orders. The interviews focused on work history, experience of platform-based work including but not limited to meal delivery, and comparison to previous wage employment if appropriate.

During the long workday from early morning to late night, the author sat at the courier's back on the motorbike to pick up the takeout orders from restaurants. She was repeatedly assured that "we both would be very safe" on the highway and at the crossroads heading to the destination. Sometimes, she offered little assistance *en route*, like rushing to press the button for a lift and carrying the drinks and desserts. She learned that the courier freely selected from the online platform "the district" where he wanted to deliver.

The preferred working areas were concentrated in tourist and commercial sites and the surroundings, such as Galaxy SOHO the mega shopping mall and offices located at the heart of the city.

Supplementary to interview scripts and field notes, the author carried out a documentary analysis of company policies through the publicly available sources. She also maintained contacts with key interviewees via social media amid the COVID-19 pandemic. The identifying details were removed to ensure anonymity.

Findings

Recruiting couriers through the food-delivery app

Food-delivery platforms do not screen applicants based on their educational credentials or previous job experience. This “open door” recruitment policy is intended to streamline administration and to increase labor supply at a low cost. Indeed, Meituan and Ele.me – the duopoly in the takeout market – welcome new blood through referrals by friends and families. Interviewees shared that it is a common pattern of “fellow villager brings fellow villager” when entering an unfamiliar terrain like platform work in the city. As long as they are able to handle the minimal start-up costs, they “get the job” through signing into the app.

A delivery worker, who is deemed as an owner-operator, has to buy an e-bike, a delivery bag, a safety hat, and waterproof and windproof clothing to get ready to work. It is also necessary to have a smartphone to open a user account. After accepting the “terms of service” agreement with the platform, the “self-employed” courier is eligible to take an order. The terms of agreement specify that the courier is an independent service provider. By accepting an order, he is individually held accountable for collecting the item, deciding the route and delivering the item to the customer quickly.

To begin with, a courier downloads a free food-delivery app onto a smartphone to understand how it works. He takes a few orders, one order

at a time, to do part-time before transitioning to taking multiple orders on a full-time mode. In an interview, Zhang commented on his selection of “the favorite platform” in the first month of work:

Before the mergers of Baidu Deliveries and Ele.me in 2017, I had done quite a lot of different platforms to find out which platform is more suitable because every platform looked similar but in practice, actually, they have some differences. Meituan has been expanding fast as the platform dishes out cash to get new delivery drivers.

The differences mainly refer to variable piece rates per successful delivery and additional prizes and bonuses offered by the platforms. Before learning the specifics, a core concern to Zhang is “getting paid for one’s labor effort.”

Having a bitter taste of non-payment of wages in construction and other casual jobs, Zhang needs to secure his pay on time. Working for the delivery platform, this time, he is able to withdraw earnings from the application at any time and receive the amount via autopay through his bank account within 48 hours. This sense of security – not about the lump sum, which is never certain or fixed; but about “getting paid” for his work – is positive. Indeed, the company highlights that most important point: “Freely accept orders, flexibly settle your account.”

Zhang bought a second-hand e-bike because a foot-pedal bike would be too slow to accomplish the fast delivery tasks. He borrowed some money as needed. In the first month of riding for a platform, he recalled:

I soon realize that I need a proper transportation vehicle. If you are just riding an ofo, a shared bicycle, how much money can you make? The platform doesn’t provide you with the work tool. When I first started working this, I didn’t have any money to buy an e-bike. I did runs for half a month riding an ofo all day long, earned 100-yuan day and was so tired, my legs were so painful. It was tough and I couldn’t stand it.

Delivery work requires physical fitness and high speed. After having got the e-bike, Zhang logged in very long working hours in the hope to make more money:

Yes, I choose how much I want to work. Last month I worked for 31 days straight, didn't rest. The number of orders at the moment are fewer, to earn more money then, I can't rest.

Zhang does not have any paid leave. A normal five-day work week as stipulated in the Chinese Labor Law does not apply to him, who is not recognized as an employee. Those who are willing to work for a full month, like Zhang, without a single rest day, greatly help ensure low-cost service delivery around the clock.

In recruitment campaigns, platform corporations invite a potential courier to become a "delivery brother," giving the suggestion of a young man who is agile, fast and strong. One advertisement showcases Yang Yang, a Shanghai pop star born in 1991, as the cheerful deliveryman catering for the needs of urban consumers. Marketing to disadvantaged but ambitious rural migrants as micro-entrepreneurs, Meituan uses aspirational corporate messages such as: "High incomes, many orders, good security." Moreover, "you're the one who can surpass the white-collar workers!" A dream of upward social mobility is dreamt of. The advertisement publicizes that the earnings could be as high as 13,000 yuan a month; and there is no upper ceiling! Putting the figure in perspective, a monthly salary of approximately 10,000 yuan closes in on an average salary for Beijing residents. Low-end restaurant delivery employees make only 3,000 yuan to 4,000 yuan a month.

As for the older cohorts of rural migrants who lack formal education or credentials, they probably have few options better than platform labor. After many years of migratory work, they are familiar with the local conditions, constraints and opportunities of work. Zhang is thinking about his family in the village, having "elders above me and minors below." He is desperate to earn as much money as possible in Beijing before "going home."

Echoing Zhang, Wang explains his thought in an interview: "Work more, earn more;" "No pain, no gain." Working longer hours and waking up earlier to begin delivering are the "good practices." In Wang's words:

The more you put in, the more you get back, like those who wake up early in the morning when it's getting light at 6am in the morning, and work all the way through to the mid-night, every day they can earn 300 to 400 yuan. Some others, in one day, only earn 100 to 200 yuan. Why? They don't wake up in the morning, and in the evening always go home sooner. If you don't work, then you can't earn money, right?

Crowdsourced workers like Zhang and Wang are promised high pay, but the realization of the promise, if not an empty one, rests on their own bodies. No paid leaves. No pensions. No health care benefits. The only pay for their work comes from a satisfactory delivery. The waiting time for a takeout order, occasionally up to an hour, is not counted as "work time" and henceforth not paid at all.

Motivating couriers to hit targets through algorithmic management

A faceless "algorithmic boss" mobilizes and directs the workforce to fulfil the tasks. Uber drivers, for example, are incentivized to chase algorithmically-derived "surge pricing" at times of high demand to boost their income (Rosenblat; Stark, 2016). Similarly, food-delivery couriers are motivated to hit targets regulated by the platforms. In the setting of platform-mediated work, the pricing is subject to the supply of orders and number of couriers within reasonable distance who are able to quickly complete an order. Couriers will pick an order by scrolling through a list of available orders in their area, which they are eligible to deliver. They compete with each another to "grab the order" through the platform application. It is important to refresh the list of deliveries, which carries dynamically changing payment terms, that is, they change frequently depending on the latest calculations of supply and demand locally.

The interviewees are *not* informed of the number of couriers they are competing with but observe the lineup of couriers on the road and outside of the restaurants. The downward pressure of piece rates over the years, however, is strongly felt. Chen, a 33-year-old migrant worker from rural Hebei, comments on the low price:

In work there are too many food-delivery couriers now. Before, when you had an order sent out by the system and no one wanted it, they would increase the price to 10 yuan. Then, after another five minutes, if still no one wanted it, they would go up to 15 yuan, finally 20 yuan. Now, an order comes out, and it is gone in one second. There are too many couriers.

Chen, addressing to fellow mates on a blog, called for the defense of the “bottom line” by adhering to a minimum delivery price of 4.5 yuan per order, plus an addition of 2 yuan per kilometer in completing the ride. Falling below this floor standard, in his view, one should not accept the order. Forging a collective response to upholding the rock bottom line of pricing seems to be very challenging if not impossible. Chen continues:

I’ve just seen that an order was 8 yuan. No more. It went down to 7 yuan, 6 yuan, and further to merely 5 yuan. It is still being grabbed right away. The price has been driven lower and lower. Now it feels like an order comes out and then it’s gone.

Couriers are “operating within a process controlled by a black box” while waiting for work (Cant; Mogno, 2020, p. 408). Companies retain business data and the algorithms set prices per delivery. Under information asymmetry, platform workers cannot fully comprehend the ever-changing prices of the orders. To grab something online, no matter what, is necessary for survival. Chen concludes:

The platform is more and more about artificial intelligence. The online system doesn’t care how many people are working. It only cares if the orders can get out quickly. Who grabs them? Who can’t get any? What is fair or unfair to couriers? If you can grab one, that’s good; after all, that’s good for the platform.

Even when the price per delivery is very bad, the pressure to take it is strong. The digital platform is an interface linking customers, workers and restaurants in the market. It does not provide workers with minimum hourly or monthly wages.

In a low voice, Chen confided that his earnings had been slashed by “a half,” from a peak of close to 10,000 yuan a month to some 5,000 yuan a month at the time of interview. He gets prepared to work anytime while staying online. Importantly, he adapts his scheduling to try to match spikes in demand, such as mealtimes and special festivals.

Outside of the busy timeslots, couriers are rewarded for taking orders that are less favorable; in this way, consumer demands can be better met. The app’s set targets for couriers and the rewards on offer for meeting them are carefully designed to interweave with couriers’ ambitions to hit their personal income targets. During 2017 and 2018, one food-delivery platform set up a four-level bonus system, ranking from the top: God-like courier (a top-up of 1.5 yuan per delivery), Saint-like courier (a top-up of 1.2 yuan per delivery), Diamond courier (a top-up of 1 yuan per delivery) and Black Gold courier (a top-up of 0.8 yuan per delivery). The total number of completed orders is the main basis for algorithmic ranking. The bonus is wiped clean at the start of every time period (for example, start of the month), and the courier will start freshly accumulating rewards. This widely used gamification mechanism is designed to instill positive reinforcement and commitment to work. In this environment, “demarcation between work and leisure time” is increasingly blurred as couriers are pushed to take as many orders as possible after getting online (Sun, 2019, p. 315).

The bonus and status ranking system incentivizes the fastest couriers to gauge themselves against other couriers. Many are tempted to “stack multiple orders at any given moment in order to maximize their income” (Wu; Zheng, 2020, p. 10). Qiang, a 32-year-old migrant from rural Guangdong, clearly explains the challenges in spatiotemporal terms:

The first most important thing is to not have to search for a place. Get the address and go! Directly hand over the ordered item. A tired body actually isn’t too tired. It’s tiring in your brain. If you grab an order to this area, you have to think for a second, you can’t just take one order, you usually have to take quite a few different orders. This area has what places, in this area there are a few more orders, or that area or that area where there are more orders, you have to think all about, you yourself have to make all of that work.

Couriers calculate the amount of time they use, every minute and every second, to complete deliveries. Taking two orders simultaneously from the same restaurant or the restaurant next door and then delivering them to places that are not far apart are labor-saving options. Efficiency is life. After all, prepared meals are perishable products, hot food gets cold quickly.

Platform algorithms estimate the allowable time for delivery on the distance between the customer and the restaurant, *not* the reference to the specific location of the couriers. Tong, a 47-year-old Anhui native, tries very hard to train himself to work better and faster:

I learn the geographical location of each place, where the collection places and the routes are. The GPS [Global Positional System] does not display side roads or shortcuts that can significantly shorten the ride.

Like Tong, Bai is very diligent and has learned the tricks of the trade:

As soon as you see the order, you know how long to get there, even which entrance you can use in that neighborhood. Is the building closer to east or west gate? That gate is more convenient, you know it all. Experience matters. To get experience requires a period of time searching and accumulating. How to manage the routes, having multiple jobs, how can you manage the sequence – this is all experience.

As couriers accumulate more experience and acquire practical navigation knowledge, the algorithmic system also upgrades itself. It resets and reduces the time needed by taking into consideration the couriers' shortcut, thus revamping food orders and intensifying labor efforts.

Some university dormitories and residential areas do not allow couriers or any other unauthorized persons to enter. High-end dining places likewise rule that couriers – the sweating and smelling bodies – must wait outside for the takeout orders. A social class boundary exists. As Julietta Hua and Kasturi Ray (2018) observe in American cities, taxi and ride-hailing drivers – particularly the non-white immigrant men – are unwelcomed to use restrooms in hotels or restaurants. Their working-class status and ethnic origins do not earn them respect.

Bai, a 35-year-old rural migrant, endures social inequalities and multiple hardships by lengthening the working day and shortening his rest time. He shares his corporeal experience:

Sun, wind, rain or shine you have to be out there working. At this time, the weather is not too bad, everyone of course likes to be outside delivering, and the price per order goes down accordingly. It's in the winter when it's freezing, or in the hot summer, that you have to continue to work very hard. I get a subsidy for the extreme hot and cold, that keeps me going particularly when the weather is really hot or really cold.

Bai adds that strong will and even risk taking is needed to beat time, thus hitting the goals under extreme weather conditions:

The system limits the time and it will always be very short. When you have multiple tasks at the same time, if you don't cross red lights and drive in the wrong direction [on a one-way street] it's very difficult to complete on time. The food-delivery sector is striving after speed, so the time given to drivers is very short.

It is distressful to wait and observe the cost of a late delivery, incurring fines and demotions on the leaderboard. Couriers are not permitted to reject an order once it has been grabbed and will have to spend time waiting during collection at the restaurant. Zhu, a 45-year-old Hebei native, sighs:

Actually, at every moment we are rushing around to make up time, but it's the system that gives you the time. You can never outrun the system.

The "weakest" couriers have no choice but quit. This "survival of the fittest" ideology obscures the numerous contextual factors that come in the way of achieving timely delivery. In the algorithmic world of labor management, customers are delegated power to co-manage service production. Positive customer comments or feedback will contribute to bonuses. By contrast, complaints will result in fines and penalties. Under this situation, workers learn to be highly responsive to demands, which goes beyond fast delivery per se.

Mobilizing customers to enhance service quality

Deference and subordination to customers is built into a good service. To be courteous toward a rude customer requires emotional work. Voice-to-voice and face-to-face contacts, such as a sincere apology for failing to meet the expectations, is essential to cool things down. Low-level workers, compared to professionals and expert service providers, lack a “status shield” in performing services (Hochschild, [1983] 2003). They must remind themselves to appropriately handle customers’ needs and feelings.

Meituan and Ele.me pledge to adhere to the highest safety standards to ensure customers remain safe while having a delightful consumption experience. When demand for meal delivery surged amid the coronavirus disease and lockdown, during much of 2020 and 2021, couriers were running out of breath to continue home deliveries. However, they received complaints for delayed and bad customer services.

Data-driven surveillance systems and customer feedback mechanisms shape workers’ behavior. With technological advancement, the app allows customers to track the location of the couriers throughout the journey from the collection of an order to delivery at the destination. Electronic tracking of order fulfilment can be said to be a virtual factory production line that controls speed of work. Customers are facilitated to closely monitor the delivery route with their smartphones. They might feel wronged if they were not the first delivery made on their route, even if the food was delivered within the allocated time.

Through the app, customers can view how the courier has been evaluated previously including their average delivery time (e.g., 28 minutes per delivery), percentage of orders delivered on time (e.g., 99.08%) and the overall satisfaction level (e.g., 95%). Importantly, besides the quantitative measures, a wide range of evaluative comments or tags, which judge their efficiency, service attitude and appearance, are displayed and updated. Examples of “positive tags” are: “polite and enthusiastic,” “clean, tidy and hygienic,” and “wearing work clothes.” By contrast, examples of “negative

tags" are: "slow delivery," "poor attitude" and "difficulty communicating." In this light, customer satisfaction ratings are much wider and extensive than a five-star review. Digital platforms can "monitor and extract all the interactions" between customers and workers (Srnicek, 2017, p. 255).

The specification and "enactment of techno-normative forms of control" (Gandini, 2019, p. 1041) is impactful. Couriers must proactively ensure that they do not receive negative ratings from customers because the ratings will be fed into the overall satisfaction rating system. They seek to influence the customer evaluation mechanism to gain a competitive advantage. Lin takes care of the needs of his customers:

I would say the most important relationship in this job is with the customer. The vast majority of customers are good; it only takes one in a hundred to really bring you a problem. Sometimes people understand when it's raining outside that they can't get their delivery on time; they might even call me to let me know not to rush and take my time. Some others don't understand, they call you and push you. I will have to go off my route to accommodate these people first and give them priority so to avoid a negative rating from the customer.

During the journey, the customer can communicate with the courier *at any time* by calling or sending a text message via the app. This additional layer of surveillance, on top of the platform algorithm, is speeding up the entire food delivery sector.

Scripts like "enjoy your food" and "have a nice day" may not be deemed adequate for service encounters. Warm and affective behaviors, such as giving a customer a natural smile, can possibly bring a good service tag. Lin, a rate-buster, gives several examples on winning the customers' hearts:

Last month I received close to 200 positive ratings from customers. I haven't asked any of them for a positive rating. After I have delivered the food, I said, "Hello, your delivery has arrived." After he has taken it, "Your litter, can I help you to take it down for you?" This is a warm-hearted thing to do. Living up flights of stairs in an old building, especially if they have reached a certain age, I help them to take the litter out and put it in the trash, they will definitely say you are nice. Every month I receive almost 200 or more positive ratings.

When I am delivering and I know I will be overtime and can't complete the order, I will call them in advance, there has been a delay in the road in some place. If he's a student, I will buy him a 4 yuan bottle of coke. "I'm sorry, I delayed you, please you drink a bottle of coke," he'll be happy.

The couriers are acutely aware of the impact of a complaint, which will far outweigh the costs of buying a soft drink for the customer. In trial and error, they are becoming more sensitive to managing customers' impatience, hunger and anger in delays. Proper "emotional offerings" smooth things out in the hierarchical relationships (Hochschild, [1983] 2003). Doing emotional labor, such as greetings and giving a helping hand, simultaneously generate a profit for firms.

The social process of production takes the dual forms of digital communications via the app and food delivery in actual, physical space (Gandini, 2019). Time responsiveness, friendliness and reliability in customer service (not having food and drinks spilled all over) are all important. When time is extremely tight, however, couriers cannot afford to offer extra, value-added personal service. Worse, in a society where the customer is king, they are expected to accept disrespect, even when they should not be held accountable for bad food quality or poor packaging. The burden of emotional work is shifted from platform managers and restaurants owners to workers on the frontline.

Discussion and conclusion

Meal delivery couriers are now part of the daily urban landscape. In Beijing, as in other major cities, couriers often wear company uniforms to identify themselves at work, but they are non-employees. They exercise their freedom to take leave without having to go through the bureaucratic and cumbersome procedures to seek approval from the higher-ups, which was required in their past jobs in the factory or on the construction site. During work, in between delivery rides, couriers also enjoy chatting, smoking or playing videogames while waiting for incoming orders. The ability to

make personal decisions, such as changing the work area without losing the online work opportunity, is evident of the exercise of agency, if only to a small extent. In their multi-year study, Ping Sun and Julie Yujie Chen (2021) similarly show that younger workers pursue a freer lifestyle by logging onto one or multiple platforms as they wish, whether part-time or full-time.

The dual management strategies of algorithmic automation and customer appraisal are intended to maximize profits in the platform workspace. None of the 32 informants can fully comprehend the variable pricing mechanism, which remains highly obscured. Whereas they retain self-control over the scheduling of work, they cannot secure how much to be earned at the end of the working day. In an attempt to hit targets and henceforth the bonuses, they have lengthened their working time and intensified their labor by delivering several orders in one go. In effect, they comply with “algorithmic despotism” to serve customers around the clock (Greisbach *et al.*, 2019).

A massive pool of on-call food-delivery workers is driving growth in a slowing Chinese economy. Workers are unable to set the price or remuneration for their services. They sell their manual and emotional labor in exchange for an unstable income. While some had made more money than before, the others unfortunately had serious injuries and quit. With no access to subsidized health care in the city, the injured migrant workers left for their home villages altogether.

To conclude, the sense of freedom and autonomy as publicized by platform companies is severely constrained. Corporate control is tightened to entice crowdsourced workers to continue to stay online and stand by. Recent explorations of food-delivery workers’ resistance to precarious working conditions, particularly at the small-scale collective level, are worthy efforts (Liu; Friedman, 2021; Lei, 2021). Yet, the individualized and atomic nature of independent service contracting remains largely unchanged. When a desperate worker set himself on fire over the protracted pay dispute in January 2021, he set a deeply disturbing precedent (Yang; McMorrow, 2021). Six months later, the Beijing leadership including the trade union federation eventually issued a set of “guiding opinions” in an attempt to strengthen

protection for food delivery workers (Ministry of Human Resources and Social Security *et al.*, 2021). The contestation of power between labor and capital will continue to play out in state-guided digital capitalism.

Acknowledgments

The author thanks Simon Malyon for his contribution to fieldwork and invitation to collaborate. She is also grateful to Ping Sun, Julie Yujie Chen and Amber Zhang for their co-participation in the panel entitled “Labor and technology in China’s digital transformation” in the 2018 Association for Asian Studies (AAS)-in-Asia conference in Delhi, India. In the writing process, she benefitted from helpful comments of Sociologias editors, anonymous reviewers, Rafael Grohmann, Chris K. C. Chan, Eric Florence and Jack Linchuan Qiu. Last but not least, she would like to express her gratefulness to every food delivery worker who has taken the time to share their experience.

Jenny Chan is a Doctor of Philosophy, assistant professor of Sociology at the Hong Kong Polytechnic University, and vice president of the International Sociological Association’s Research Committee on Labour Movements. ✉ jenny.wl.chan@polyu.edu.hk

References

1. BARRATT, Tom; GOODS, Caleb; VEEN, Alex. “I’m my own boss. . .”: active intermediation and “entrepreneurial” worker agency in the Australian gig-economy. **Environment and Planning A (EPA): Economy and Space**, v. 52, n. 8, p. 1643-1661, 2020. <https://doi.org/10.1177%2F0308518X20914346>
2. BRAVERMAN, Harry. **Labor and monopoly capital: the degradation of work in the twentieth century**. 25. ed. aniv. New York: Monthly Review Press, [1974] 1998.
3. BURAWOY, Michael. **The politics of production: factory regimes under capitalism and socialism**. London: Verso, 1985.

4. BURAWOY, Michael. **Manufacturing consent**: changes in the labor process under monopoly capitalism. Chicago: University of Chicago Press, 1979.
5. CANT, Callum; MOGNO, Clara. Platform workers of the world, unite! The emergence of the Transnational Federation of Couriers. **The South Atlantic Quarterly**, v. 119, n. 2, p. 401-411, 2020. <https://doi.org/10.1215/00382876-8177971>
6. CHEN, Julie Y.; SUN, Ping. Temporal arbitrage, fragmented rush, and opportunistic behaviors: The labor politics of time in the platform economy. **New Media & Society**, v. 22, n. 9, p. 1561-1579, 2020. <https://doi.org/10.1177%2F1461444820913567>
7. FULLER, Linda; SMITH Vicki. Consumers' reports: management by customers in a changing economy. **Work, Employment & Society**, v. 5, n. 1, p. 1-16, 1991. <https://doi.org/10.1177%2F0950017091005001002>
8. GALLAGHER, Mary E. Can China achieve inclusive urbanization? In: FINGAR, Thomas; OI, Jean C. **Fateful decisions**: Choices that will shape China's future. Palo Alto: Stanford University Press, 2020. p. 180-99.
9. GANDINI, Alessandro. Labour process theory and the gig economy. **Human Relations**, v. 72, n. 6, p. 1039-56, 2019. <https://doi.org/10.1177%2F0018726718790002>
10. GRIESBACH, Kathleen; REICH, Adam; ELLIOT-NEGRI, Luke; MILKMAN, Ruth. Algorithmic control in platform food delivery work. **Socius: Sociological Research for a Dynamic World**, v. 5, p. 1-15, 2019. <https://doi.org/10.1177%2F2378023119870041>
11. HEEKS, Richard. Decent work and the digital gig economy: a developing country perspective on employment impacts and standards in online outsourcing, crowdwork, etc. **Centre for Development Informatics**, University of Manchester. Working Paper n. 71, 2017.
12. HOCHSCHILD, Arlie R. **The managed heart**: commercialization of human feeling. 20th Anniversary Edition. Berkeley: University of California Press, [1983] 2003.
13. IVANOVA, Mirela; BRONOWICKA, Joanna; KOCHER, Eva; DEGNER, Anne. The app as a boss? Control and autonomy in application-based management. **Arbeit | Grenze | Fluss - Work in Progress interdisziplinärer Arbeitsforschung**, n. 2, 2018, Frankfurt (Oder): Viadrina, <https://doi.org/10.11584/arbeit-grenze-fluss.2>
14. LEE, Ching Kwan. China's Precariats. **Globalizations**, v. 16, n. 2, p. 137-154, 2019. <https://doi.org/10.1080/14747731.2018.1479015>
15. LEE, Min Kyung; KUSBIT, Daniel; METSKY, Evan; DABBISH, Laura. Working with machines: The impact of algorithmic, data-driven management on human workers. In: Annual ACM Conference on Human Factors in Computing Systems, 33, Seoul, 2015. **Proceedings** [...]. New York: Association for Computing Machinery, 2015. p. 1603-1612. <https://doi.org/10.1145/2702123.2702548>
16. LEI, Ya-Wen. Delivering solidarity: Platform architecture and collective contention in China's platform economy. **American Sociological Review**, v. 86, n. 2, p. 279-309, 2021. <https://doi.org/10.1177%2F0003122420979980>

17. LEIDNER, Robin. **Fast food, fast talk**: Service work and the routinization of everyday life. Berkeley: University of California Press, 1993.
18. LIU, Chuxuan; FRIEDMAN, Eli. Resistance under the radar: Organization of work and collective action in China's food delivery industry. **The China Journal**, v. 86, n. 1, p. 68-89, 2021. <https://doi.org/10.1086/714292>
19. MILKMAN, Ruth; ELLIOTT-NEGRI, Luke; GRIESBACH, Kathleen; REICH, Adam. Gender, class, and the gig economy: The case of platform-based food delivery. **Critical Sociology**, v. 47, n. 3, p. 357-72, 2021. <https://doi.org/10.1177%2F0896920520949631>
20. MINISTRY OF HUMAN RESOURCES AND SOCIAL SECURITY, THE PEOPLE'S REPUBLIC OF CHINA *et al.* **Guiding opinions on protecting workers' labor security rights and interests in new forms of employment** [In Chinese], n. 56. July, 2021. Available at: http://www.gov.cn/zhengce/zhengceku/2021-07/23/content_5626761.htm
21. ROSENBLAT, Alex; STARK, Luke. Algorithmic labor and information asymmetries: A case study of Uber's drivers. **International Journal of Communication**, v. 10, p. 3758-84, 2016.
22. SCHOLZ, Trebor. **Überworked and underpaid**: How workers are disrupting the digital economy. Cambridge: Polity Press, 2017.
23. SRNICEK, Nick. The challenges of platform capitalism: Understanding the logic of a new business model. **Juncture**, v. 23, n. 4, p. 254-57, 2017.
24. STATE INFORMATION CENTER. **China's sharing economy development report 2020** [In Chinese]. Beijing: State Information Center, 2020. Available at: <http://www.d-long.com/eWebEditor/uploadfile/2020040908560664109474.pdf>
25. STATE INFORMATION CENTER. **China's sharing economy development report 2019** [In Chinese]. Beijing: State Information Center, 2019. Available at: <http://www.d-long.com/eWebEditor/uploadfile/2019031208275119808676.pdf>
26. SUN, Ping. Your order, their labor: an exploration of algorithms and laboring on food delivery platforms in China. **Chinese Journal of Communication**, v. 12, n. 3, p. 308-323, 2019. <https://doi.org/10.1080/17544750.2019.1583676>
27. VEEN, Alex; BARRATT, Tom; GOODS, Caleb. Platform-capital's "appetite" for control: a labour process analysis of food-delivery work in Australia. **Work, Employment and Society**, v. 34, n. 3, p. 388-406, 2020. <https://doi.org/10.1177%2F0950017019836911>
28. WANG, Zixu. In China, delivery workers struggle against a rigged system. **SupChina**, 20 Apr. 2021. Available at: <https://supchina.com/2021/04/20/in-china-delivery-workers-struggle-against-a-rigged-system/>
29. WHARTON, Amy S. The sociology of emotional labor. **Annual Review of Sociology**, v. 35, p. 147-65, 2009. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-070308-115944>

30. WOODCOCK, Jamie. The algorithmic panopticon at Deliveroo: Measurement, precarity, and the illusion of control. **Ephemera: Theory & Politics in Organization**, v. 30, n. 3, p. 67-95, 2020.
31. WOODCOCK, Jamie; JOHNSON, Mark R. Gamification: What it is, and how to fight it. **The Sociological Review**, v. 66, n. 3, p. 542-58, 2018. <https://doi.org/10.1177%2F0038026117728620>
32. WU, Philip; ZHENG, Yingqin. Time is of the essence: spatiotemporalities of food delivery platform work in China. *In: European Conference on Information Systems*, 28, Marraquexe, 2020. **Proceedings** [...]. Marrakesh: HEM, 2020. p. 1-15. Available at: https://aisel.aisnet.org/ecis2020_rp/156/
33. WU, Qingjun; ZHANG, Hao; LI, Zhen; LU, Kai. Labor control in the gig economy: evidence from Uber in China. **Journal of Industrial Relations**, v. 61, n. 4, p. 574-596, 2019. <https://doi.org/10.1177%2F0022185619854472>
34. YANG, Yuan; MCMORROW, Ryan. Chinese courier sets fire to himself in protest over unpaid Alibaba wages. **Financial Times**, 12 Jan. 2021. Available at: <https://www.ft.com/content/d6189ee8-9aea-41dd-a412-b8daba9cacf2>

Received 19 Mar. 2021.

Accepted 5 Aug. 2021.

Performing “digital labor *bayanihan*”: strategies of influence and survival in the platform economy

Cheryll Ruth Soriano* 

Earvin Charles Cabalquinto** 

Joy Hannah Panaligan* 

Abstract

Drawing from experience of platform labor in one of the largest labor supplying countries, the Philippines, the paper demonstrates the role of an emerging labor category – that of digital labor influencers – who promote the viability of platform labor locally amid its precarious and ambiguous conditions. Through participant observation in Facebook groups, analysis of YouTube channels and videos, and interviews with digital labor influencers and workers, we present insights into the interventions that these influencers use, anchoring their strategies on what we call performing “digital labor *bayanihan*”: (a) *coaching* workers on the “possibilities” of the platform economy and on how to navigate its structural ambiguities, (b) by acting as “agencies”, they aid workers to *span boundaries* and fluidly move across platforms and job types to mitigate labor arbitrage and labor seasonality; and (c) *bridging* geographically dispersed workers, which allow them to form a supportive space where opportunities for labor are exchanged and debated. We argue that these affective strategies attend to Filipino workers’ labor aspirations through a community-oriented strategy encapsulated in a distinct Filipino cultural value *bayanihan*, which then shapes the collective “anchoring” of platform workers to navigate a precarious market. We explore the transactional nature underlying this “producer-audience” relationship, the activation of trust and influence through personalized practices and mediated encounters, and the power dynamic underlying

* De La Salle University, Manila, Philippines.

** Deakin University, Burwood, VIC, Australia.

these engagements. The paper shows that these strategies also set norms and standards in this largely unregulated sector, playing a role in how labor mobility or precarity are organized locally amid “planetary labor markets”.

Keywords: platform labor, digital labor, crowdwork, intermediation, influencer economy, microcelebrity, Philippines

O “trabalho digital bayanihan”: estratégias de influência e sobrevivência na economia de plataformas

Resumo

Com base na experiência de trabalho em plataformas de um dos países com maior oferta de mão de obra, as Filipinas, o artigo revela o papel de uma categoria de trabalho emergente – aquela dos influenciadores do trabalho digital – que promove a viabilidade local do trabalho em plataforma em meio a condições precárias e ambíguas. Por meio de observação participante em grupos do Facebook, análise dos canais e vídeos do YouTube e entrevistas com influenciadores e trabalhadores digitais, apresentamos reflexões sobre as intervenções desses influenciadores que ancoram suas estratégias naquilo que chamamos de “trabalho digital *bayanihan*”: (a) oferecendo mentoria (*coaching*) a trabalhadores sobre as “possibilidades” da economia de plataformas e sobre como conduzir-se em meio a suas ambiguidades estruturais; (b) atuando como “agências” que ajudam os trabalhadores a cruzar fronteiras e a moverem-se com fluidez entre plataformas e tipos de trabalho para mitigar os efeitos da busca pelas empresas de mão de obra mais barata além-fronteiras e da sazonalidade do trabalho; e (c) conectando trabalhadores geograficamente dispersos de modo a criar um espaço de apoio em que oportunidades de trabalho são trocadas e debatidas. Argumentamos que essas estratégias afetivas atendem às aspirações de trabalhadores e trabalhadoras filipinas, por meio de uma estratégia de caráter comunitário encapsulada em um valor cultural tipicamente filipino, o *bayanihan*, que constrói um suporte coletivo para que os trabalhadores de plataformas possam mover-se um mercado precário. Exploramos a natureza transacional subjacente a essa relação “produtor-público”, a ativação da confiança e influência através de práticas personalizadas e encontros mediados, e a dinâmica de poder subjacente a esses relacionamentos. O artigo mostra que essas estratégias também estabelecem normas e padrões nesse setor em grande parte não regulamentado, impactando a forma como a mobilidade ou a precariedade do trabalho se organizam localmente em meio a “mercados de trabalho globais”.

Palavras-chave: trabalho em plataformas, trabalho digital, trabalho coletivo, intermediação, economia dos influenciadores digitais, microcelebridade, Filipinas.

Introduction

The increasing networked connectivity and relative affordability of technology facilitated the rise of labor platforms and cloudworking across the world. Platform workers (more commonly called *online freelancers* locally), mostly located in the Global South, can now directly obtain “gigs” through online labor platforms and microwork intermediaries such as Upwork or Onlinejobs.ph. The Philippines, the site of this study, is one of the largest labor supplying countries in these platforms (Graham; Hjorth; Lehdonvirta, 2017), ranking first globally in terms of growth (Payoneer, 2019). In the advent of abundant information infrastructures and “flexible” work environments, it is assumed that intermediaries will be bypassed in electronic markets as workers can do away with traditional hiring and employment procedures as well as gatekeepers and connect to potential clients directly. Yet, we see an emerging category of *digital labor intermediaries* – locally called influencers, peer mentors, coaches, and agencies – who are playing a significant role in the expansion and continued uptake of digital platform labor in the country. Building on and drawing connections between earlier works on the influencer economy (see for example Abidin, 2015; Senft, 2013; Marwick, 2013) and the various spaces of labor intermediation, we examine the transactional nature underlying this producer-audience relationship, the activation of trust and influence through personalized practices, solidaristic formations, and mediated encounters, as well as the power dynamics underlying the digitally mediated symbolic practices.

Drawing from a combination of participant observation in online freelancing Facebook groups, an analysis of their strategies on YouTube, and interviews with prominent influencers and digital workers, we present insights into the digital interventions that these brokers engage to wield influence, filling in critical structural gaps by: (a) *coaching* digital workers on the “possibilities” of the digital labor economy and on how to address the structural ambiguities of digital labor platforms; (b) aiding workers to *span digital work boundaries* and fluidly move across available platforms and job types to mitigate labor arbitrage; and (c) *bridging* geographically

dispersed workers, as well as workers and platforms, in turn allowing them to form a collective space where opportunities for labor are shared, exchanged, and monetized.

The paper seeks to contribute to the digital labor literature in two ways: (i) characterizing the emergence of intermediaries in a labor supplying country, the role they play in planetary labor markets (Graham; Anwar, 2019), and the interventions that they engage; and (ii) analyzing the structural and cultural conditions that facilitate the emergence of digital labor intermediaries who help promote the local uptake of platform labor as well as its implications for labor organization. These points of inquiry allow us to develop and coin the term, "digital labor *bayanihan*". This conception encapsulates a distinct Filipino cultural value that showcases the collective "anchoring" of digital platform workers in navigating and coping with a precarious digital market through a continuous production of discursive content, networking strategies, and multiple platform engagements. These activities, we argue, are instrumental in fueling an entrepreneurial spirit in the contemporary digital economy. Yet, despite the agency that is demonstrated by online workers through digital labor *bayanihan*, we also highlight the power dynamics underlying these arrangements and their limitations. We discuss how these connective capacities allow workers to manage ambiguities and challenges posed by platform labor but without challenging the very precarious conditions embedded in its arrangements nor the local structural inequities that make these very conditions palatable for workers.

Platform labor in the Philippines

Platform labor is celebrated by the Philippine government as a viable solution to unemployment and emerges as a highly attractive work option in the context of poor labor conditions and lack of employment opportunities. The popularity of platform labor is expected to further expand with the covid-19 pandemic, which has resulted in thousands of labor displacements, including among former Filipino migrant workers who were forced to return home. Marketed as a flexible and competitive source of income,

platform labor has also been attracting workers who experience difficulty in coping with the conditions surrounding older employment models such as business process outsourcing or call center work, or in supplementing casual and unstable employment elsewhere. Yet while workers are able to gain substantial benefits from platform labor, research on digital worker experiences spotlighted its problematic realities, which include increasing levels of anxiety over financial and career instability, limited bargaining capacity, physical stress, and isolation – all of which challenge the over-optimism accorded to digital labor by government and platform promotions (Graham *et al.*, 2017; Lehdonvirta, 2016; Soriano; Cabanes, 2020).

Despite strong government pronouncements promoting digital labor as a crucial solution to unemployment, mechanisms for supporting workers remain limited. Recruitment and employment mechanisms are institutionalized for BPO-related jobs such as call center work (Padios, 2018), while several private and public institutions such as migration agents have been set up to assist workers aspiring to migrate overseas in terms of employment seeking, expectation-setting, salary identification, taxation, or welfare protection (Rodriguez, 2010). By contrast, new entrants to platform labor learn the ropes through taking gigs, often involving direct experiences of scams, client abuse, acceptance of low rates, or frustration over the inability to obtain well-earning gigs from platforms.

Given the tension between the promising opportunities posed by platform labor and the lack of mechanisms to help workers navigate the ambiguous platform environment, a new labor category emerges. These influencers, whom we called “skill-makers” in a previous work (Soriano; Panaligan, 2019), perform the role of “coaches” in various social media platforms and freelancer circles as they usher workers towards aspirations of stable six-digit incomes, gaining loyal foreign clients, and obtaining a sense of self-fulfillment by becoming economically productive while performing nurturing roles at home. Most of them current or former digital platform workers who have achieved considerable level of success, they know the realities and ambiguities of shifting into platform labor, the challenging

conditions yielded by the platforms' design, and have been exposed to the challenges of working with foreign clients. They capitalize on their experiences and translate these into aspirational narratives and, ultimately, influence.

Expected to be working at home or mobile and physically disconnected, digital workers are often expected to overcome the challenges by themselves and channel entrepreneurial values to thrive in competitive labor markets. This is compounded by the fact that cloudworkers possess different professional identities and take on highly diverse jobs with varying levels of engagement that can impede in collective formation. This aligns with social capital theorists' concern that a sense of community of workers is declining with the fragmentation of workplaces and internationalization of global value chains driven by technological development (Neilson; Rossiter, 2008). Nonetheless, as we will show, workers engage in unique formations (Soriano; Cabanes, 2020; Wood *et al.*, 2018) – albeit in ways that depart from traditional forms such as unionizing – through the facilitation of these influencers that allow them to circulate and share strategies of survival. Amid the opportunity and precarity underscored by the neoliberal economy and shortcomings in state interventions for advancing the local labor condition, digital labor influencers emerge with bridging, coaching, and boundary-spanning strategies, playing a crucial role in shaping the digital labor regime locally.

Digital labor influencers, social media, and *bayanihan*

Practices in the digital labor economy are enacted in a participatory and convergent culture where ordinary individuals produce, curate, circulate, and consume content. For instance, individuals use blogs and other online channels to present the often personalized, localized, and vernacular contents (Hjorth, 2011; Burgess; Green, 2018) related to labor opportunity or precarity. The multiple affordances of different online channels have paved the way for various connective capacities of individual users. The production and circulation of content, which generate social interactions,

has produced online figures, such as microcelebrities. Senft (2013) defines a microcelebrity as someone who utilizes digital communication technologies for online interactions and capitalizes on these interactions to develop, amplify and sustain popularity among networks. Marwick (2013) has further expanded on the conception of a microcelebrity by highlighting diverse “branding strategies” of individuals who utilize online or web technologies to develop networks and start their own business. For Marwick (2013), branding strategies often involve emotional and affective labor, reflected in how authenticity is worked upon based on the demands of their networks. Meanwhile, Abidin (2015, 2018) advances the discussion on microcelebrity branding strategies by unpacking different communicative tactics used by these content creators who become “influencers”. Abidin highlights four dimensions of such practices, including commercial, interactive, reciprocal, and disclosive strategies. Individuals work around calibrating an amateur, raw, and spontaneous content while also sustaining relationships with networks and audiences through online and offline engagements (Abidin, 2015; 2018). In turn, they are able to capitalize on their content, networks, and practices for monetization. In the global South context, it is crucial to examine the work of these influencers in terms of articulating and shaping the aspirations of multiple audiences.

The rise in the popularity of platform labor in the Philippines is accompanied by the rise of digital labor influencers. The work of influencers in the world of work had been previously analyzed in critical research concerning “pop management” literature (Wood; De Paula, 2008; De Paula; Wood, 2009). These studies examined the actions and narratives of “management gurus” who arose as opinion makers in organizational and labor management through strategically crafted expositions that attract mass appeal (Duarte; Medeiros, 2019). For example, they advance “fantasy themes” (Wood; De Paula, 2008) including the promotion of the aspirational imperative of achieving a “position of command” or authority as a source of power (De Paula; Wood, 2009). At the same time, they are seen to privilege the market view and reproduce ideologies that defend managerial interests

through the “creation and use of success stories, the celebration of heroes and winners in change processes, and the popularization of the clichés” that can obtain wide social acceptance (De Paula; Wood, 2009, p. 602). This genre of literature is importantly characterized by “self-help”, a style that draws from the promotion of self-knowledge and entrepreneurialism to overcome problems in management and work (Duarte; Medeiros, 2019). Instead of creating influence through a position of authority as with traditional bureaucratic controls, the control that they wield is underscored by the capacity to elicit feelings of relatability to the ideas that they promote, especially as these are often positively and internally framed and not requiring the challenging of broader structures.

Platform labor influencers appropriate branding strategies to position themselves in the digital labor market, craft networking and community-building activities in a hybrid online or offline space, while advancing “self-help” strategies amid the promotion of online freelancing as a viable and attractive work opportunity. In a sense, platform labor, “pop management”, and micro-influencer work align – they promote an entrepreneurial self that can embody resilience, passion, and hard work needed to survive in a neoliberal economy (Marwick, 2013; Gill; Pratt, 2008). Perhaps one key push for the crystallization of labor influencers’ emergent role in the digital platform labor market is their capacity to capitalize on social media affordances of visibility and networked connectedness that enables them to quickly publish content and gain traction and sustained engagement, while promoting the same pop management ideas of self-help and power fantasies.

Emerging digital labor influencers appropriate microcelebrity strategies enacted through the facilitation of a distinct cultural value, which we refer to as *bayanihan* (helping each other in a time of crisis). We utilize this conception as we examine the branding strategies of Filipino digital workers who are embedded in a digital and neoliberal economy. *Bayanihan* is a community-based practice in the Philippines, originally conceptualized in the context wherein the entire community helps to move the house of a community member. With the Filipino value of *hiya* (shame) and *utang na*

loob (indebtedness) (Pe–Pua; Protacio–Marcelino, 2000), the person who owns the house expresses gratitude by rewarding the people who participate in *bayanihan* by feeding them with snacks. On the other hand, people invest in *bayanihan* if there is trust and prospects of short or long-term benefits that can result in communal and potential long-term relationships (Pe–Pua; Protacio–Marcelino, 2000). In the contemporary context, *bayanihan* emerges in times of crisis, such as relief and post-disaster recovery contexts (Eadie, 2019), when individuals form collectives and support networks in relief and rehabilitation activities.

Community ties and affinities are socio-historically situated. In the first instance, the word *bayan* from the word *bayanihan* refers to a town or community, and not necessarily to the nation-state. San Juan (2001, p. 255) argues that the “Filipino identification is not with a fully defined nation but with regions, localities, and communities of languages and traditions”. He further explains that such affinity is a result of the Filipinos’ perception of the state as a corrupt exploiter and an ally of transnational corporations and Western systems. Significantly, connections in communities can be driven by affective experiences of the majority and ordinary Filipinos who lack access to basic social welfare services and job opportunities (Aguilar, 2014). For instance, overseas Filipino workers support each other in their host countries through “fictive familial relations” and networking (Francisco-Menchavez, 2018). For this paper, bonding and support emerge among freelance digital platform workers through the intermediation of influencers. In a way, the economic and political landscape contributes to *bayanihan* that is extended in the digital and marketized sphere, showcasing how workers support each other by exchanging tips on digital work, networking, and community building.

As we will show in the succeeding sections, emerging digital labor influencers, as if facilitating digital labor *bayanihan*, create opportunities for workers to recognize a sense of “community” among them, and to come together where support and strategies for survival in the platform

economy are actively exchanged and also visibilized, thereby sustaining itself. Through coaching, boundary spanning, and bridging strategies, digital workers gravitate towards each other in response to the ongoing crisis of job precarity in the Philippines. Online relationships are sustained by both networking and circulation of content – facilitated by influencers who showcase pathways to and prescriptions for success.

Yet, power asymmetries also emerge in the process and although *bayanihan* is generally understood as an altruistic cultural practice, these solidarities can be undermined when uneven power relations persist (Eadie, 2019). In the same way, the work of influencers, although facilitating the sharing of support strategies crucial to help workers survive this pernicious labor market, can embody asymmetries in terms of benefit and power.

As such, we propose the term digital labor *bayanihan* as encapsulating a Filipino cultural value that shapes the collective “anchoring” of digital platform workers to survive a precarious digital market. Although this “concept” emerges from the Philippine context, the ideas may be relatable to or extended in contexts where sources of collective imaginaries are comparable. Finally, as we will show in the succeeding sections, its application in this paper characterizes the dynamic and mutually reinforcing influences of the global and the local in the platform economy.

Methodology

This study draws from over four years of online participant observation in digital labor Facebook groups and interviews with forty-one prominent digital platform labor coaches and freelance workers. Face to face and online interviews were conducted from January 2017 to December 2019, and participants were recruited through meetups in freelancer events and through snowballing thereafter. Observations during these events as well as initial interviews were important in constructing background information about the online freelancing scene in the country and provided clues on

the role of online spaces for platform workers and which ones to observe. We noted the names of prominent coaches identified by the workers as playing key roles in promoting online freelancing, some of whom were also interviewed for the study. For those who gave us their consent, we then followed and examined the Facebook groups they moderated (refer to Table 1), paying attention to engagement styles and communicative tactics.

Over the course of the study, we noticed the importance of YouTube, where video content on navigating platform labor is actively created, discussed, and shared with other platforms. This prodded us to analyze the top seven Filipino digital labor influencers on YouTube and whose channels have a range of 22 thousand to 300 thousand subscribers, some with total channel views of over 20 million. Although some have fewer subscribers than others, their videos gained 20 thousand to close to one million views each, indicating that their sway as online freelancing influencers is substantial. We then conducted a textual analysis of sample YouTube videos of these digital labor influencers (refer to Table 2), examining their narrative and engagement styles.

Table 1. Facebook groups analyzed

Facebook Community/ Group Name	URL	No of members as of Sept 2020
Online Filipino Freelancers	https://www.facebook.com/groups/ElanceOdeskFreelancersPH	237,000 members
Freelancers in the Philippines	https://www.facebook.com/groups/flipph	186,200 members
Freelance Blend	https://www.facebook.com/groups/freelanceblenders	1,000 members
Freelance Philippines	https://www.facebook.com/groups/freelancing.ph	19,200 members
Pinoy Dads	https://www.facebook.com/groups/pinoyhomebaseddads	13,100 members
Social Media All Stars	https://www.facebook.com/groups/smmph	13, 900 members

Table 2. YouTube videos analyzed

Digital labor influencer	Date of joining Youtube	Subscribers	Total no. of videos in channel	Title of video analyzed	Date published	Video Views
James Tristan Ruiz	04/06/2017	391,000	142	Online Jobs at Home Philippines For Beginners (Full Tutorial)	Nov 26, 2019	254,000
Edille Rosario	18/04/2019	45,500	90	Top 3 Best Freelance Websites Philippines	May 21, 2019	10,000
Demi Bernice	09/06/2015	4,450	93	How to Earn P118,600 Per Month on Freelancing in the Philippines: Monthly Income Report May 2019	June 07, 2019	11,000
Mimi Luarca	14/11/2011	125,000	79	Be a Part-time Transcriptionist in REV and Earn 11,000 pesos! Work from Home English Subtitles	October 21, 2019	288,000
Jhazel de Vera	30/06/2015	114,000	234	EARN UPTO \$500 / MONTH BY VIEWING IMAGES Hashingadspace.com Review	Aug 13, 2019	464,000
Ernaldo Vlogs	09/01/2013	47,900	28	PAANO KUMITA SA FACEBOOK? (How to earn on Facebook) Ad Breaks (In-Stream Ads) Tutorial T	July 23, 2019	780,000
Sheena Santos	04/10/2011	9,640	119	How To Make Money On Fiverr Without Skills - How To Make Money On Fiverr For Beginners (2020)	Aug 12, 2019	111,000

Performing “digital labor *bayanihan*”: coaching, boundary spanning, and bridging workers amid platform labor ambiguity

Social media and digital labor influencers

Digital labor coaches initially attract a following through face-to-face coaching sessions beginning with a small pool of aspiring freelancers. As they get known in the industry, these coaches would be invited to speak during online freelancing events which allows them to develop a network of trainees with which they build their Facebook groups. The groups we examined all have thousands of members. Although some Filipino online freelancing Facebook groups are clustered in terms of job (i.e. Virtual Assistants of the Philippines), platforms (i.e. Upwork Philippines) or by regional clusters (i.e. Freelancers of Cebu), these Facebook groups organized and moderated by influencers have members that cut across jobs, platforms that they use, and geographic location. A few of the members are Filipinos based overseas who are involved in platform labor. The main connective node for these members is the influencer, whether by having been coached directly by him or her, or by having been referred by a mentee to join the group.

YouTube influencers covered by the study were mostly in their early 20s to middle-aged professionals of mixed gender (at least in their self-presentation or persona) who maintained channels with regularly uploaded videos, and many of them have versions of their channels on Facebook. Most of their YouTube content followed the self-tutorial format and other “self-branding” strategies such as sharing personal experience, highlighting strategies for overcoming online freelancing challenges, and using video branding styles in the opening and closing credits of their videos. They also promote the benefits of working from home by sharing their freelancing journey, including tips to thrive. The notion of self-branding implies that microcelebrities need to differentiate themselves from the rest by creating

a persona, or role that they project in the content or product they make, and eventually facilitate influence over people (Abidin, 2015; 2018). They also specialize in selling an “expertise”, either on the basis of a particular skill (i.e. digital marketing) or mastery of a platform (i.e. Upwork or Rev) that they would like to be associated with. Consistent with the work of microcelebrities, visual and audio styles of self-branding include the use of the color scheme, font, layout, or music bed, which are consistently held across the videos of each influencer (Marwick, 2013; Abidin, 2015; Senft, 2013). This creation of a “persona” (i.e., representing ‘mom’ freelancers) illustrates how influence involves the marketing of personal sensations to attract and sustain an audience, while at the same time differentiating one’s “goods” from the rest.

We generated the following key themes that outline these actors’ key emerging roles in platform labor: (i) coaching, (ii) boundary spanning, and (iii) bridging. These are anchored on performing a “digital labor *bayanihan*”, an appropriation of a Filipino cultural construct of solidarity.

Coaching

For workers and especially for new entrants, platform labor is confusing and the fully mediated form of labor engagement implies that workers need to navigate it without much formal guidance from any institutional authority. These ambiguities include discerning legitimate platforms and clients, building a compelling digital portfolio, figuring out how to bid for a job, how to perform a job online, or how to manage a foreign client and their demands. Strategic pricing is also a common source of ambiguity given the nature of bidding for jobs embedded in platform design. For those transitioning from full-time physical employment to platform labor, workers express concern about the seasonality of work or whether there are mechanisms for negotiation if clients end up unwilling to pay for completed tasks (Soriano; Panaligan, 2019). Importantly, many aspiring workers do not possess college degrees nor direct training to perform the tasks offered

in platform labor. Clinging on to the promises of platform labor, they try to “learn” these on the go through watching YouTube videos and joining Facebook communities organized by influencers.

Coaches act as authority figures who guide digital workers in navigating their way around digital labor’s precarious and ambiguous working conditions. Posts shared in these Facebook groups and on YouTube range from “how to begin as an online freelancer”, “how to sell one’s skills”, coaching on specific skills (i.e. website development, social media management, web design, or virtual assistance), or advise on how to invest their earnings. Snippets of these training sessions are shared for free but some of the materials are packaged as paid training programs. On YouTube, posts would include live interviews featuring guest speakers to demonstrate successes in online freelancing. Another primary content on their YouTube videos is about financial sustainability, coaching workers on how to price one’s skills, how to increase income streams, and how to invest their earnings given the looming seasonality of work that many freelance workers are concerned about. Their position as “experts” reflects a semblance of organizational hierarchy often seen in traditional work setups. However, it differs when it comes to their approach as they often use the persona of being an ordinary online worker, often using the term, “we,” “us freelancers” or “one of you”. Coaching is not straightforward and these influencers employ a range of communicative strategies that also allow them to tap into social media’s multiple affordances to facilitate greater traction and engagement.

Highlighting personal narratives is affective because this can boost attention and craft a notion of authenticity and relatability for their audiences (Abidin, 2015). Echoing notions of “self-help”, characteristic of pop management literature that we discussed earlier, the idea that they started as an ordinary digital worker and worked their way up by employing the same methods that they coach is an important feature of their strategies. The recognition of the coach’s “personal story of success” is a demonstration of aspiration and of the possibility that, through the use of such strategies,

one can overcome the difficulties of platform labor. Many of their followers express gratitude for these "free tips" and, in turn, influencers actively acknowledge their subscribers or fans in the form of "shoutouts".

To demonstrate their expertise while sharing nuggets of their success, they offer giveaways to mark their online career milestones, such as reaching 300,000 subscribers or gaining six-digit incomes. These online draws or livestream giveaways can be a personal endeavor or a sponsorship tie-up with an industry partner or store related to freelancing. The giveaways can be in the form of monetary cash sponsored by a bank or financial payment partner to encourage freelancers to use their online platform or a free laptop sponsored by a computer store. The mechanics they share are often related to subscribing to their social media accounts and engaging with their content. Although they promote it to give back and celebrate their milestone, it serves a dual purpose as they can gain more followers and in turn monetize these engagements. It illustrates how responsiveness and reciprocity validate their position and they use their influence over the online freelance community to monetize this labor. Labor influencers offer tips through engaging questions that attract more viewers or subscribers:

if you want me to make a video of what my work is like as a Youtube channel manager or expert, click the like button, and, if this video reaches 5,000 likes ka-homemates, I will make a video about my job and what you need to learn. Thank you for watching, Ka-homemates [fellow-homemates]. Make sure to click the like button if you liked this video. Share this to your friends if they want to learn how to work at home (Ruiz, 2019).

In the process of coaching, labor influencers also cascade imaginaries of success to their audiences. The influencers often highlight aspirational labor (Duffy, 2017), which focuses on the promise of a reward in the future that one can reap through current productive activities. These imaginaries of success can be seen as a modern form of "coaching" manifested through self-branding techniques such as repetition styles and sharing of personal narratives. The construction of value standards pertains to setting norms of

what counts as “success”, what counts as a “good client,” what constitutes a “good digital worker,” a “good project,” or even a “conducive workspace”. For online freelancer couples, there are also posts about how they can effectively work from home while maintaining a “happy family life”.

The coaches do not only showcase their own success stories, they also highlight others’ successes, often of those mentored by them. In one example, a coach hosts a Facebook live featuring a former mentee who has “successfully shifted from being a factory worker to becoming a virtual assistant”. The live interview tells the story of how the guest, without having completed a college degree, has managed to leave her full-time factory work, command high rates and obtain a sustained pool of clients, again while enjoying a good, flexible work-life. In another live interview, an influencer highlights the experience of a former overseas Filipino worker who returned to the country permanently after a series of successful gigs as a platform worker. Showcasing this experience allows the coach to demonstrate social proof of the effectiveness of his or her capacity to mentor – and having this conveyed by others (i.e., mentees who have religiously applied the coach’s lessons to reach the path to success) lends it more believability. An influencer explains why this “social proof” is valuable:

well, the stigma is that when you see people talking about earning online, it is a scam. That’s also what I used to think before and the stories of legitimacy of freelancing kinda counteracts it so the more real people that we see who are actually earning online and actually earning as freelancers, that helps break that stigma. So, you can see online – you know, somebody who actually does work online and become successful – that gives more social proof to freelancing. (JD, male, founder of a Facebook group for online Filipino freelancers, personal communication, 1 August 2017)

As helpful as these sharing of personal strategies could be, the narratives downplay the challenges that workers experience, although some of the workers would occasionally share their gripes about platforms or clients in these spaces too. In response, the coaches would often emphasize the

importance of hard work, resilience, and that digital labor "success" can be achieved with the "right frame of mind," as well as "grit and guts". It is important to emphasize that, over time, other members of these groups are observed to take on the role of coaches for one another, and this is done by posting their own "winning strategies", or visual images of what they have achieved, again presenting an image of possibility, but also their own version of success that aspiring freelancers can emulate.

Boundary-spanning

Boundary-spanning is another prominent feature of local strategies for coping with the precariousness of platform labor, and which is enacted by these influencers who also become "agencies". We discuss boundary-spanning in two ways: (i) where workers span the boundary between being a worker and an agency; and (ii) when influencers who are also worker-agencies coach workers to diversify and span projects and platforms.

SPANNING BOUNDARIES FROM WORKER TO "AGENCY"

Workers who manage to acquire large projects become whom freelancers more popularly call "agencies" (or "freelance start-ups") that outsource projects or segments of their projects to other workers, including family members or neighbors (Soriano, 2021). Idealized and accorded high esteem by many of the workers interviewed for this study, these agencies are not only able to command high rates and larger projects, but also generate significant social and financial capital from the clout that they build around their local community of recruits, as well as from the trust gained from clients for running larger projects. Workers hold these agencies as their measure of "success". Agencies explain that a worker can secure this agency position by being able to strategically develop one's portfolio and having an entrepreneurial mindset, that is, an important shift from "thinking like a worker" to "thinking like an entrepreneur". The agency arrangement is

one that can be performed by workers informally on their own, or under the labor platform's agency structure (see Upwork, for example). Worker-agencies who have managed to retain a stable pool of "loyal" clients and large projects also receive some sort of protection from the blows of labor seasonality. As workers take on larger projects with long-term clients, not only does their overall rate increase; the percentage rate of what they pay the platform can be lower (Soriano, 2021). This also puts them in a better capacity at negotiating additional cash and non-cash benefits with clients.

Many of the influencers who are worker-agencies that we encountered in our fieldwork outsource large projects to their personal network of friends and family informally. When covid-19 struck, some of these influencers who also run their own agencies were observed to highlight posts recruiting workers who have lost their direct clients and absorbing them in their own agencies. Through this process, they are able to gain more clout and influence due to their ability to fulfill a direct need for an income source in the time of crisis. Thus, beyond coaching, they offer freelancer actual jobs. In turn, their posts also invite other freelancers who manage to gain larger work portfolios to do the same, posting opportunities to hire Filipino workers for re-outsourced jobs. It is beyond the limits of this paper to ascertain whether this sub-contracting process results in fair pay and good working conditions for the workers that they hire. As freelance workers who have experienced the digital labor's precarious conditions, it would be reasonable to expect that this process would be mutually beneficial to the influencer as well as the subcontractors, although abuse and power asymmetries are certainly possible. This would be an interesting theme for further exploration.

JOB, CLIENT, AND PLATFORM SPANNING

The other strategy that influencers preach is that online workers diversify and span jobs and clients, and the influencers and worker-agencies help them be able to do this. This is an important strategy to assuage labor arbitrage, a strategy where foreign clients select the cheapest labor available from a large

pool of aspirants (Wood *et al.*, 2018). Practicing what they preach, these influencers, due to the substantial clout that they have gained, can span projects and jobs and these projects are then cascaded to other workers. This allows them to demonstrate why diversifying skills and projects is crucial in the online freelancing environment. Secondly, the influencers coach their teams to diversify platforms. They would advise the workers that when they enlist themselves in multiple platforms, they get substantial leverage because they are not tied to the conditions imposed by a single platform. In their communities, other workers chime in, sharing their experience with specific platforms and suggesting alternatives as well as the benefits of platform and job diversification. As an influencer explains:

I do have a video and what I state there it's not any less stable than a traditional job.... And with freelancing you can put your eggs in multiple baskets so you can have multiple clients and platforms you can work with at the same time and that you can work for you so if one company goes out of the business or if you get fired from one client you can always have another client you can work with. You have multiple clients so that's how you can work with stability. (JD, male, founder of a Facebook group for Filipino online workers/freelancers, August 01, 2017)

As they confidently move from one platform and client to another, they gain a range of clients who sometimes choose to transact with them outside the platform. Some of them also gain a more entrepreneurial mindset as they take on large projects.

Bridging

Networked connectivity plays a huge role in enabling encounters and interactions among individual users in a particular platform, which facilitate the formation of connective ties leading to "online community" formations. Baym (2010) identifies the five dimensions of an online community, including a sense of space, shared practice, shared resources or capital, shared identities, and interpersonal relationships. In the context of YouTube, amateur

producers contribute to community building by exchanging information, creating spaces to recognize commonality in experience, and facilitating circuits of collective help and support (Burgess; Green, 2018; Lange, 2019). This means that individual users connect to each other in both online and offline spaces, bound by sociality, relatability on affective experiences, and support mechanisms.

In this study, we refer to bridging as a process enacted by digital labor workers in serving as a connector: (i) between them and their followers/subscribers; (ii) between workers; (iii) between potential clients and aspiring workers; (iv) between workers and platforms; and (v) between workers and their digital labor aspirations. These individuals often employ personalized, authentic and relatable content as a form of strategic branding (Marwick, 2013), which harnesses and sustains online interactions. Crucial in this bridging work is the framing of success stories as attainable through dedication and hard work. Personalized narratives of self-help, which follow previous practices of curatorial practices on blogs (Hjorth, 2011), and pop management literature (De Paula; Wood, 2009; Wood; De Paula, 2008) serve as a focal point for imaginaries of entry in the gig economy or for upward mobility. However, while narratives highlight their personal journey, these also articulate the presence of help and support from the community. This is communicated by inviting aspiring digital workers to subscribe, engage with the videos, interact with other followers, and share their own experience. Personalized narratives are reflections of unique branding strategies to maintain connections and sustain monetization (Garcia-Rapp, 2017). Such practice is not only strategic for the digital worker to gain followers and monetize content via hits and views. It is also a distinct characteristic of “digital labour *bayanihan*” wherein an individual is offering support by sharing stories, strategies, and pathways to success while at the same time instigating others to do the same. This shows then that a sense of community is operationalized by forming a space for a sustained exchange of ideas, support, and even wielding aspirations.

All our influencer informants emphasized the importance of online communities to maintain their network of workers and grow their number. Moreover, the influencers also recognize that building a community is the fastest way to grow one's brand organically because it allows the audience to join in the conversation and share content. Notably, a bigger community also equates to higher monetary income. The activation of an imagined community of online freelancers is a crucial feature of their strategy. Through the use of "terms of collective endearment", such as addressing their audiences as "Ka-homemates" a Filipino colloquial term known as an "online colleague", or "Ka-OFF (fellow Online Filipino Freelancer)" they create a sense of common identity for workers who perform different jobs, who may have never met, and who are geographically distant. Working online can be isolating, and terms such as "Ka-homemates" help bridge the gap and resemble the experience of social learning from a colleague. A sense of community is a valued commodity in online freelancing because it employs an affective bond to foster a connection with their followers amid varied professional identities, levels of experience, and physical distance. This community is used as an anchor to help them survive the platform economy's precarious labor conditions. As illustrated by one of the influencers:

It's very important for freelancing to build a community to which they belong, even if it is virtual, and you can only see them online, you still get to be with them. [...] So if you are new, no one gets to help you. It's very easy to be scammed, so that is why platforms and community are really important so we can also guide the newbies [...] (CC, female, Founder of a Facebook group for online Filipino freelancers, personal communication, 13 February 2018)

Invested with the expectation of future returns, influencers establish communities with which they offer a diverse range of coaching resources that allow them to build reputation and trust, as well as activate their boundary-spanning strategies. In turn, workers establish skills and social capital by being attached to the influencer and gaining a community of support crucial in an ambiguous labor environment. The influencer then

is able to monetize the value of helping workers navigate the ambiguity of the digital platform environment, while workers continually see the need for them due to the perceived value that they can offer:

If you have one thousand true fans, who are willing to pay you a hundred dollars a year. You already have a business, and you are already set for life. Having 1000 “true fans” basically means that you have power, over a thousand people, who would support what you do, buy your stuff, who would open doors for you, help you and give you new opportunities. Although not all of the people that follow you are 100% true fans. You still have people who will listen to your ideas daily. You can give value by sharing your ideas, and even if they are not your customer, that person might know someone, and it can lead you to have more opportunities for you. (NE, male, founder of a Facebook group for online Filipino freelancers, 26 January 2018)

Crucially, as key movers who promote the viability of platform labor through these bridging strategies, they not only bridge workers with them and with each other, they essentially function as bridges between workers and digital platforms, as well as with clients.

Conclusion

The paper examines the conditions that give rise to *digital labor* influencers, their role in the platform economy, and how through their communicative strategies they also set norms and standards in this largely unregulated sector, leading to fostering trust among their followers and enabling them to benefit economically and socially in the process. In turn, we also considered how labor mobility or precarity is organized through the work of these actors. We argue that digital labor influencers, through coaching, boundary-spanning and bridging strategies, play a symbolic role in mediating the relationship between the local digital labor workforce and digital labor platforms.

Social media channels play a critical role in the production and circulation of personalized content, while the aesthetics, narratives, and

discursive styles of these influencers convey aspirations of economic mobility for their community members and aspiring online platform workers. This interaction between platforms, influencers, and their followers engenders social support and networking opportunities needed to thrive in the platform economy. Further, influencers build on their branding strategies by visibilizing their experiences, struggles, and success, which is crucial in attracting viewers to imagine, desire, and enact alternative pathways for survival. Instead of feeling defeated, Filipino digital workers have exhibited their own ways of working around the situation while also benefiting from certain functions of these social media clusters. Evidently, this mirrors the value of affect in which workers in the face of precarity grow capable of developing innovative new ways to promote solidarity and solve common struggles (Gill; Pratt, 2008). Stories of success, tactics in navigating a new digital market, and thriving in a gig economy become essential and immaterial goods that support individuals with shared experience in the struggle to actualize their aspirations within a precarious environment.

The study sheds light on the often-unseen ways by which planetary labor markets are organized locally. We showed how, through the work of these influencers, a sense of digital labor *bayanihan* is enacted and appropriated through strategies that are deeply inscribed within a particular Filipino sense of collectivity and solidaristic spirit performed when State and other structures of support are limited. By highlighting strategies of bridging, coaching, and boundary-spanning, we showed how platform workers' dynamic negotiation of agency enables workers to seek some relief from the structural constraints and precariousness of platform labor while allowing them to envision or partially (or fully) achieve their aspirations. In turn, influencers obtain patronage capital by becoming industry leaders. Yet, while the more enterprising followers are able to emulate them, others continually cling to the celebratory promises of platform labor and valorize them. The performance of "digital labor *bayanihan*" helps visualize these aspirations, make the influencing work attractive, and draws workers to

this economy while concealing the politics and asymmetries embedded in these strategies. At the surface, workers' comments in these communities are generally of gratitude and solidarity, although a systematic analysis of the engagement by workers can be the subject of future studies.

Looking beyond the limits of the long-standing dichotomy of empowerment and disempowerment, digital labor influencers present the duality and also the complexity of influence, intermediation, and survival in the platform economy. While they play a crucial role in helping workers make sense of platform labor when they have no better alternatives nor access to similar forms of dynamic guidance elsewhere, they also cascade imaginaries that workers hang on to, as these nurture their economic and social aspirations, whether these latter are realized or not. It is in the heart of such contradictions that platform workers imagine new forms of sociability, visions of happiness, and economic capacities, despite uncertainty on whether these can in fact be actualized (de Peuter *et al.*, 2017). This implies that they also perform the role not only of bridging workers with each other, but bridging workers with platforms, essentially performing unpaid labor for digital platforms. It follows that they also serve as promoters of the Philippine government's vision of promoting Filipinos as "world class workers" while allowing it (along with digital platforms) to avoid its responsibility to attend to the deeper structures of labor inequality.

Cheryll Ruth Soriano holds a PhD in Communication and New Media, is a Professor of Communication in De La Salle University and Principal Investigator of Fairwork Philippines. ✉ cheryll.soriano@dlsu.edu.ph

Earvin Charles Cabalquinto is a Doctor of Philosophy and Lecturer in Communication in the School of Communication and Creative Arts at Deakin University. ✉ earvin.cabalquinto@deakin.edu.au

Joy Hannah Panaligan is a Master of Arts in Communication and Lecturer at the Multimedia Arts Department at De La Salle University.

References

1. ABIDIN, Crystal. Communicative intimacies: influencers and perceived interconnectedness. **Ada: A Journal of Gender, New Media & Technology**, n. 8, p. 1-16, 2015.
2. ABIDIN, Crystal. **Internet celebrity**: understanding fame online. Bringley: Emerald Publishing Limited, 2018.
3. AGUILAR, Filomena V. **Migration revolution**: Philippine nationhood and class relations in a globalized age. Quezon City: Ateneo de Manila University Press, 2014.
4. BAYM, Nancy K. **Personal connections in the digital age, digital media and society series**. Cambridge: Polity Press, 2010.
5. BURGESS, Jean E.; GREEN, Joshua. **YouTube**: online video and participatory culture. 2. ed. New York: Polity Press, 2018.
6. DE PAULA, Ana Paula P.; WOOD, Thomaz Jr. Pop-management: tales of passion, power and profit. **International Journal of Organization Theory & Behavior**, v. 12, n. 4, p. 595-617, 2009. <https://doi.org/10.1108/IJOTB-12-04-2009-B003>
7. DE PEUTER, Greig; COHEN, Nicole; SARACO, Francesca. The ambivalence of coworking: on the politics of an emerging work practice. **European Journal of Cultural Studies**, v. 20, n. 6, p. 1-20, 2017. <https://doi.org/10.1177/1367549417732997>
8. DUARTE, Maria P. F. C.; MEDEIROS, Cintia R. de O. Pop-Management: 15 Years Later – the incorporation of pop-management in the work of executives of big companies. **Cadernos EBAPE.BR**, v. 17, n. 1, p. 185-198, 2019. <https://doi.org/10.1590/1679-395169212>
9. DUFFY, Brooke E. **(Not) getting paid to do what you love**: gender, social media, and aspirational work. New Haven: Yale University Press, 2017.
10. EADIE, Pauline. Typhoon Yolanda and post-disaster resilience: Problems and challenges. **Asia Pacific Viewpoint**, v. 60, n. 1, p. 94-107, 2019. <https://doi.org/10.1111/apv.12215>
11. FRANCISCO-MENCHAVEZ, Valerie. **The labor of care**: Filipina migrants and transnational families in the digital age. Urbana: University of Illinois Press, 2018.
12. GARCÍA-RAPP, Florencia. Popularity markers on YouTube's attention economy: the case of Bubzbeauty. **Celebrity Studies**, v. 8, n. 2, p. 228-245, 2017. <https://doi.org/10.1080/19392397.2016.1242430>
13. GILL, Rosalind; PRAT, Andy. In the social factory? Immaterial labour, precariousness and cultural work. **Theory, Culture & Society**, v. 25, n. 7-8, p. 1-30, 2008. <https://doi.org/10.1177/0263276408097794>
14. GRAHAM, Mark; ANWAR, Mohammad A. The global gig economy: towards a planetary labour market? **First Monday**, v. 24, n. 4, 2019. <https://doi.org/10.5210/fm.v24i4.9913>

15. GRAHAM, Mark; HJORTH, Isis; LEHDONVIRTA, Vili. Digital labour and development: impacts of global digital labour platforms and the gig economy on worker livelihoods. **Transfer: European Review of Labour and Research**, v. 23, n. 2, p. 135-162, 2017. <https://doi.org/10.1177/1024258916687250>
16. GRAHAM, Mark; LEHDONVIRTA, Vili.; WOOD, Alex; BARNARD, Helena; HJORTH, Isis; SIMON, David P. The risks and rewards of online gig work at the global margins. **Oxford Internet Institute**, 2017. Available at: <https://www.oii.ox.ac.uk/publications/gigwork.pdf>
17. HESMONDHALGH, David; BAKER, Sarah. A very complicated version of freedom: conditions and experiences of creative labour in three cultural industries. **Poetics**, v. 38, n. 1, p. 4-20, 2010. <https://doi.org/10.1016/j.poetic.2009.10.001>
18. HJORTH, Larissa. It's complicated: a case study of personalisation in an age of social and mobile media. **Communication, Politics & Culture**, v. 44, n. 1, p. 45-59, 2011. <https://search.informit.org/doi/10.3316/informit.127649781513814>
19. LANGE, Patricia G. **Thanks for watching**: an anthropological study of video sharing on YouTube. Louisville: University Press of Colorado, 2019.
20. LEHDONVIRTA, Vili. Algorithms that divide and unite: delocalisation, identity and collective action in microwork. In: FLECKER, Jorg (ed.). **Space, place and global digital work**: dynamics of virtual work. London: Palgrave, Macmillan, 2016. p. 53-80.
21. LIN, Weiqiang; LINDQUIST, Johan; XIANG, Biao; YEOH, Brenda S. A. Migration infrastructures and the production of migrant mobilities. **Mobilities**, v. 12, n. 2, p. 167-174, 2017. <https://doi.org/10.1080/17450101.2017.1292770>
22. MARWICK, Alice E. **Status update**: celebrity, publicity, and branding in the social media age. New Haven: Yale University Press, 2013.
23. NEILSON, Brett; ROSSITER, Ned. Precarity as political concept, or Fordism as exception. **Theory Culture and Society**, v. 25, n. 7-8, p. 51-72, 2008. <https://doi.org/10.1177/0263276408097796>
24. PADIOS, Jan M. **A nation on the line**: call centers as postcolonial predicaments in the Philippines. Durham: Duke University Press, 2018.
25. PAYONEER. **The global gig-economy index**: cross-border freelancing trends that defined Q2 2019. Available at: https://explore.payoneer.com/q2_global_freelancing_index/
26. PE-PUA, Rogelia; PROTACIO-MARCELINO, Elizabeth A. Sikolohiyang Pilipino (Filipino psychology): a legacy of Virgilio G. Enriquez. **Asian Journal of Social Psychology**, v.3, n. 1, p. 49-71, 2000. <https://doi.org/10.1111/1467-839X.00054>
27. RHEINGOLD, Howard. **The virtual community**: homesteading on the electronic frontier. Cambridge: MIT Press, 1993.
28. RODRIGUEZ, Robyn M. **Migrants for export**: how the Philippine state brokers to the world. Minneapolis: The University of Minnesota Press, 2010.

29. RUIZ, James T. **Online jobs at home Philippines for beginners** (Full Tutorial), 2019. Available at: https://www.youtube.com/watch?v=GU0_3FZtISA
30. SAN JUAN JUNIOR, Epifanio. The Filipino diaspora. **Philippine Studies**, v. 49, n. 2, p. 255-264, 2001.
31. SENFT, Theresa. Microcelebrity and the branded self. In: BURGESS, Jean Elizabeth; BRUNS, Axel (eds.). **A companion to new media dynamics**. Malden: Blackwell, 2013. p. 346-54.
32. SORIANO, Cheryll R. Digital Labour in the Philippines: Emerging Forms of Brokerage. **Media International Australia**, v. 179, n. 1, p. 23-37, 2021. Available at: <https://doi.org/10.1177/1329878X21993114>
33. SORIANO, Cheryll Ruth; CABANES, Jason Vincent. Entrepreneurial solidarities: Social media collectives and Filipino digital platform workers. **Social Media + Society**, v. 179, n. 1, p. 2-11, 2020. <https://doi.org/10.1177/1329878X21993114>
34. SORIANO, Cheryll R.; PANALIGAN, Joy H. Skill-makers' in the platform economy: transacting digital labor. In: ATHIQUE, Adrian; & BAULCH, Emma. **Digital transactions in Asia: Economic, informational, and social exchanges**. London & New York: Routledge, 2019. p.172-191.
35. WOOD, Thomaz Jr.; DE PAULA, Ana Paula P. Pop-management literature: popular business press and management culture in Brazil. **Canadian Journal of Administrative Sciences / Revue Canadienne Des Sciences de l'Administration**, v. 25, n. 3, p. 185-200, 2008. <https://doi.org/10.1002/cjas.71>
36. WOOD, Alex; LEHDONVIRTA, Vili; GRAHAM, Mark. Workers of the world unite? Online freelancer organisation among remote gig economy workers in six Asian and African countries. **New Technology, Work and Employment**, v. 33, n. 2, p. 95-112, 2018. <https://doi.org/10.1111/ntwe.12112>

Received 14 Apr. 2021.

Accepted 7 July 2021.

Waiting for robots: the ever-elusive myth of automation and the global exploitation of digital labor

Antonio A. Casilli* 

Abstract

Discourses of robotic replacement and of the end of work have survived to the present day. But more and more voices now challenge the very idea that technological innovation is necessarily conducive to job loss. According to several studies, new high-tech jobs is accompanied by an even bigger low-tech job creation, and AI can be expected to be no exception. Based on new evidence about the role of human-annotated data in machine learning and algorithmic solutions, a new generation of scholars are now studying the germane phenomena of “heteromation”, “automation last mile” or, more simply, platform-based digital labor needed to generate, train, verify, and sometimes modify in real-time huge quantities of examples that machines are supposed to learn from. Digital labor designates datified and taskified human activities. The first type of platform occupation is *on-demand labor*. The second type of platform-based digital labor is *microwork*. Finally, the third type of digital labor is *social networked labor*.

Keywords: platform work, human work, on-demand labor, taskification, microwork.

* Polytechnic Institute of Paris, Paris, France.

À espera de robôs: o mito sempre evasivo da automação e a exploração global do trabalho digital

Resumo

Discursos sobre substituição robótica e o fim do trabalho persistem até hoje. No entanto, cada vez mais vozes contestam até mesmo a ideia de que inovação tecnológica leve necessariamente à extinção de empregos. Segundo diversos estudos, novos empregos de alta tecnologia são acompanhados pela geração ainda maior de empregos de baixa tecnologia, e pode-se assumir que a IA não seja exceção. Com base em novas evidências sobre o papel de dados comentados por humanos no aprendizado de máquinas e em soluções algorítmicas, uma nova geração de pesquisadores está agora estudando os fenômenos relacionados da “heteromação”, “automação do último quilômetro” ou, simplesmente, trabalho digital baseado em plataforma, necessário para gerar, treinar, verificar e, às vezes, modificar em tempo real grandes quantidades de exemplos com os quais as máquinas devem aprender. Trabalho digital significa atividades humanas *datificadas* e *taskificadas*. O primeiro tipo de ocupação em plataforma é o trabalho sob demanda. O segundo tipo de trabalho digital baseado em plataforma é o *microtrabalho*. Finalmente, o terceiro tipo é o trabalho baseado em redes sociais.

Palavras-chave: trabalho de plataforma, trabalho humano, trabalho sob demanda, taskificação, microtrabalho.

The monolith of full automation

The myth of full automation has been the proverbial Kubrickian monolith around which clusters of innovators and social commentators have been huddling for centuries. Tribes of investors have anticipated pervasive labor-saving technologies as a chance to further reduce the wage share while unevenly appropriating the output of productivity gains, as policymakers have been oscillating between the effort to mitigate their expected negative consequences and the fear that regulation may curb economic growth.

The pandemic crisis of Covid-19 has been a potent energizer for common narratives about the use of such technologies to pursue production in a world of socially distanced workers. Pandemic-induced recessions are

triggering employment losses in occupations easier to automate, leading to “jobless recoveries” (Hershbein; Kahn, 2018; Jaimovich; Siu, 2020). Rather than a linear process, automation results from strategic decisions that are easier to make in times of economic crisis. MIT researchers David Autor and Elisabeth Reynolds point out that the concomitant effect of working from home, urban de-densification, and employment concentration in large firms will stop the rapid employment growth observed in global societies until 2019 and bring about a phenomenon that they characterize as “automation forcing” (Autor; Reynolds, 2020). Companies seize the opportunity of labor market where demand surpass supply to impose innovations that allegedly replace workers.

These conclusions are shared by Oxford economist Michael Osborne who publicly stated that Covid-19 would finally fulfill the prophecy contained in a controversial working paper that he and his colleague Michael Frey penned back in 2013 (Williams, 2020). The study, entitled “The future of employment”, foresaw that machine learning and mobile robotics would destroy 47 percent of US jobs by 2030 (Frey; Osborne, 2013). By referencing this piece of academic literature, we intend to point out the murky links between the prophecy of full automation and the rhetoric of human replacement by machines. Frey and Osborne’s high-impact study was translated into myriad news stories that bought into the troublesome narrative of “the great replacement” – and inevitably echoed the theories of far-right and white supremacist milieus: “Robots could replace humans in a quarter of US jobs by 2030” (Carson, 2019), “Will robots take over your job?” (Haldane, 2015), “After the robot revolution, what will be left for our children to do?” (Seager, 2016).

Although the study’s methodology was already called into question back when the working paper was first published, and the results challenged by other estimates of a much more modest displacement effect on employment,¹ Osborne’s viewpoint on the inevitability of automation reactualizes an

¹ See specifically Arntz *et al.* (2016), a study commissioned by OECD, which estimates that, on average, just 9% of the jobs in OECD countries were at high risk of being automated.

even older perspective – the theory of the “end of work”.² Since the 1677 presentation by the French inventor Jean-Baptiste de Gennes of the first weaving machine that did not require workers, it has represented a utopian (or dystopian) prospect that consistently failed to materialize. In the first half of the 19th century, economists and thinkers of the first industrial revolution addressed the role of technologies in displacing labor. Nevertheless, their approach was less steeped in absolute certainty and more interested in detecting the factors that would bring about automation. In his *Lectures on the elements of commerce* (1801), Thomas Mortimer pointed out that while there is a category of machine conceived to reduce the drudgery of human work, another one was designed to “almost totally exclude the labour of the human race” (Mortimer, 1801, p. 72). Moral principles and sound policymaking, the author insists, counter the generalization of the latter. David Ricardo devoted the chapter 31 of the 1821 edition of his *Principles of political economy and taxation* to the role of machinery. In it, he insisted that the capitalist’s “temptation to employ machinery” stems not from a deterministic historical trend but from a purely pragmatic and microeconomic tendency to reduce labor costs. Automation is only one of the options available to business owners, who weigh its costs against those of “foreign trade” (which included offshoring of operational processes) and even the “labour of horses” (Ricardo, 1821). In his *Philosophy of manufacturers* (1835), Andrew Ure adds that by simplifying and standardizing complex tasks, automation does not aim to “supersede human labour altogether” but to make specialized workers compete against “ordinary labourers”, women, and children (Ure, 1835, p. 23) in order to bring down the cost of their labor.

Despite these calls for caution, the twin discourses of robotic replacement and of the end of work have survived to the present day. But more and more voices now challenge the very idea that technological innovation is necessarily conducive to job loss. According to several studies, new high-tech jobs is accompanied by an even bigger low-tech job creation, and

² See for instance Rifkin (1999).

AI can be expected to be no exception (Goos *et al.*, 2015). Economist David Autor (mentioned before) argued in his 2015 article “Why are there still so many jobs?” that productivity gains fostered by automation can sometimes have unexpected results. Take for example automatic cash dispensers implemented in banks all around the world since the late 1980s. Where one would expect a dramatic drop in the number of employees in the banking sector, the opposite happens: it increased over the following decades (Autor, 2015). Actually, ATMs made opening new branches less costly, thus encouraging banks to hire more tellers. Admittedly, nowadays a bank teller’s job description does not only involve counting and handing cash. Their competencies include counseling their clients on financial matters and selling banking products and services. But although the skills required for an automated occupation can change dramatically, the idea that automation necessarily destroys jobs is disproved by this and other comparable cases.

What is digital labor?

Given these empirical and theoretical shortcomings, why is the deterministic belief in the job displacement effect of automation still so prevalent among experts and laypersons alike? The main reason is the disproportionate emphasis put by present-day research on the usage side of technological innovation at the expense of the production side. Especially when it comes to studying AI-systems and intelligent solutions, analyses tend to focus on the deployment phase of business-process automation, while largely failing to take into account the material conditions and the living labor necessary to produce artificial intelligence. This tendency, combined with lack of transparency due to industrial IP, creates a serious knowledge gap that recent approaches are trying to bridge. Based on new evidence about the role of human-annotated data in machine learning and algorithmic solutions, a new generation of scholars are now studying the germane phenomena of “heteromation” (Ekbja; Nardi, 2017), “automation last mile”

(Gray; Suri, 2019) or, more simply, platform-based digital labor needed to generate, train, verify, and sometimes modify in real-time huge quantities of examples that machines are supposed to learn from (Tubaro *et al.*, 2020).

Digital labor designates datified and taskified human activities. By datification we mean that within platform ecosystems every human productive gesture can be turned into a data point. Datification is both a mode of extraction of value in the form of data and a mode of governance of labor by cycles of algorithmic management (Rosenblat; Stark, 2016). Taskification is in turn the process of atomizing and fragmenting complex processes by reducing them to standardized tasks, easier to coordinate to produce scalable and modular technological arrangements.

One way of systematizing the types of digital labor on contemporary platforms is to look at geographic embeddedness and at levels of remuneration.

The first type of platform occupation is *on-demand labor*, which takes place on services such as Uber, Lyft, Airbnb, Taskrabbit, Glovo and Deliveroo that provide logistic, transportation, and care services. Workers' activity is digital insofar as it is app-based, but it can be also described as geographically sticky (Ojanpera *et al.*, 2017), i.e., as connected to an urban area, to a city or a neighborhood. On-demand workers have been unevenly impacted by Covid-19. Of course, drivers and those working on hospitality platforms such as Airbnb have seen a sharp decrease of revenues during periods of lockdown, but this has been compensated by the increased demand in logistic, delivery, and business-to-business services. Moreover, some platform workers have acquired strong visibility during the pandemic crisis, and this has boosted political awareness and workers' organization among riders and delivery operators (ILO, 2021).

The second type of platform-based digital labor is *microwork*, which consists of small repetitive tasks outsourced to crowds of independent providers. Although regarded as low-skilled – and thus poorly paid – this activity is important to automate a number of functions, from accounting, to sales, to manufacturing. Less visible and less recognized than their bike-riding and cab-driving counterparts, microworkers can be found in several

countries. They represent a sizable portion of the over 160 million estimated online workers all around the world (Kässi *et al.*, 2021). In some cases, microwork is performed by users on specialized platforms, such as Amazon Mechanical Turk, where workers can look for HITs (Human Intelligence Tasks) and contribute to what Jeff Bezos famously presented as “artificial artificial intelligence” (Bezos, 2006). Each task is usually paid a few cents and lasts, in some cases, less than a minute. The average hourly rate on Amazon Mechanical Turk was estimated at less than 2 dollars (Hara *et al.*, 2017). Given the volatility of the demand of microwork and the power of requesters to arbitrarily deny remuneration to workers, this type of activity does not represent a stable income source. Nevertheless, it is increasingly popular in several countries in the global South, where it can constitute the primary revenue of lower-income households.

Since Covid-19 kicked in, microwork platforms have become even more popular. Some of them sport over ten million workers, and an increase of over 30% of contributor activity since March 2020 (Ambalina, 2020; Rochweger, 2020). They attract users by presenting themselves as marketplaces for labor with low barriers to entry and no qualifications required, where people can earn money just by performing simple actions involving images, videos, and text. The purpose of these tasks is often not well-defined, for reasons that include both trade secrets and the concern that workers might bias the process if they knew in advance the expected outcome.

Finally, the third type of digital labor is *social networked labor*. It designates the activities that are indispensable to run social media and generic user-based platforms, such as Google, Facebook, Instagram, YouTube. Despite the emphasis that these companies have put on the specialized work of computer scientists, engineers, and code developers, social networked labor does not relate to these elite workers, but rather to unrecognized contributors – either precarious clickworkers or unpaid generators of content and data (Casilli, 2020).

Historically, inquiries into this form of digital labor tended to concentrate on the latter, limiting themselves to content production described as “free

labor" (Terranova, 2000). But pro-bono contribution of amateur content providers is far from being its most relevant instance. The professionalization and monetization of influencers, live-streamers, video creators, community managers have progressively made social networked labor less "free" than initially thought. In addition, users' contributions are mainly valuable to platforms for the data and metadata they produce, rather than for the content of their posts, images or videos. From this point of view, each user, even those who do not envision to make a career out of their content, produces value for these platforms by simply liking, sharing, following and opting-in to geolocation.

Finally, the very presence of unpaid "producers" (Bruns, 2009) on social media rests on the existence of other back-office socially networked workers, such as content moderators, whose activity is essential to the operation of these platforms. Moderation consists in filtering and flagging problematic content in accordance with ever-evolving guidelines and corporate policies established by commercial platforms. This occupation often cuts across the same logics of labor taskification and outsourcing highlighted before. Underpaid moderators perform psychologically taxing and often challenging duties, and have been adversely impacted by Covid-19. Given the violent, graphic, and sensitive content they manage, moderators cannot simply work from home. Social platforms have been rushing to announce that they would safeguard the health and wellbeing of their moderation teams during lockdowns, while at the same time prioritizing them for the swiftest return to office work (Hatmaker, 2020).

In order to highlight the implications of platforms for automation, we need to delve into the three categories of digital labor.

On-demand labor

On-demand labor is probably best epitomized by its most prominent platform, Uber. Despite the ebbs and flows of the company's performance, its business model is a *bona fide* cultural success, which gave birth to the word

“uberization”, which now stands from disrupting a market by introducing algorithmic processes.

The technological and organizational innovations introduced by Uber are also paradigmatic of a specific style of labor governance. Since the second half of the 2010s, numerous court cases have rejected the classification of Uber drivers as self-employed partners. In 2017 the European court of justice ruled that Uber should be regulated as a transport services company. Yet, Uber displays several features of a technology business whose drivers are, first and foremost, data providers. Despite the changes in the service over time, almost 2/3 of drivers’ workday is actually spent on producing data on the company’s app while driving around or waiting for new gigs (Cassano, 2016).

The data produced by Uber drivers are in some cases personal information, such as their names, likeliness, address and payment details, that are entered in their profile. Subsequently, Uber drivers produce data whenever they enroll in specific time slots. Drivers send and reply to messages and calls, both from the platforms and from customers, thus generating more information. Location data are very important too, as drivers use several apps in order to negotiate the best route. They sometimes have to use several apps on two or more devices, to compensate for possible gaps in the information provided by Uber’s GPS, thus turning their everyday activity into a hybrid between urban transportation and multi-device data management.

Their reputation score is probably the single most important data point drivers have to take into account. The evaluations and reviews left by riders are used to compute it, based on standard criteria such as hygiene and punctuality, or more elusive indicators such as “chattiness” and driving style. This very subjective, and in some cases arbitrary way of assessing workers’ performance can have adverse consequences. If their score falls below a given threshold, drivers face deactivation of their profile and exclusion from the platform.

The data produced by drivers operationalize Uber’s algorithmic matching models, that put in place economic incentives for drivers based

on real-time estimates of customers' demand for the service. The patented surge pricing algorithm that is used by Uber to match supply and demand has been described by Uber's R&D researchers. Economist Jonathan Hall provides a practical example: on March 21, 2015, at the end of a concert at the Madison Square Garden in New York, several hundred people opened the mobile app at the same time (Hall *et al.*, 2015). Based on that huge surge in the number of online users originating from a specific location, Uber's algorithm was able to calculate a certain positive coefficient by which the price of each ride would be multiplied. For consumers, that translated into a higher price for their ride. But for drivers, that meant an opportunity to earn 40 or 50 dollars for a ride that would usually pay only 10. The Uber app was optimized to include this information. The city maps it features is a mosaic of yellow, orange, and red zones. When a zone become suddenly red, that means better earning opportunities for drivers, who are incentivized to converge to that point. Of course, not all consumers are ready to pay a higher price. They either wait for the price to return to normal or move to another area where the coefficient is 1. In both cases they continue using the app, thus producing data themselves.

Data generated both by drivers and by riders is an important revenue source for the company that monetizes this information by allowing access to municipalities, brands, and advertisers. Another use for the same data, is mainly automation. Geolocation, transaction, and personal data are used to train Uber autonomous vehicles. Despite the recent transfer of their Advanced Technologies unit to Amazon-backed startup Aurora, Uber continues to use data to develop "driverless" cars. Since several decades, autonomous vehicles have been imagined as sci-fi boudoirs on wheels, where passengers can read or chat, while the actual driving is fully automated. Reality is of course different: car manufacturers are no closer to the goal of level 5 automation. On a recurrent basis, manufacturers have admitted that the dream of fully self-driving cars does not match engineering reality, and the presence of persons actively involved in driving is still necessary in autonomous vehicles (Hull, 2021). Nevertheless, Uber does not necessarily

describe these persons as “drivers”, but rather as operators, whose role is to intervene in case of car malfunctioning (Cellan-Jones, 2020). In fact, companies like Uber make everything to render the human labor of their drivers invisible. Some even go as far as disguising them as car seats, allegedly to research how other drivers react to them (Etherington, 2017). By de-emphasizing the role of human drivers in “driverless” cars, platforms have become morally responsible for an increasing number of accident deaths that have occurred over the last decade. In March 2018, an Arizona woman became the first persons killed in a road accident involving a Uber autonomous vehicle. Videos of the accidents have been circulated by the police. In the first sequence, taken by the car camera pointing towards the road, we see the victim just one second before the fatal impact. In the second sequence, taken by the camera pointing towards the interior of the car, the “operator” is sitting at the driver’s seat, wearing a seatbelt. Despite reports to the contrary, this person is neither sleeping nor watching a TV show on a tablet, but actually communicating with the Uber platform (KJZZ Phoenix, 2018). If only the role of “operators” as actual and active drivers had been stressed, if this person had received a better training stating their crucial role in situations like this, this accident could have been avoided.

Apart from single human workers that are still needed inside an autonomous car, there is also a multitude of other invisible workers that operate around it. This new category of workers allows us to transition to the second type of digital labor – microwork. Uber self-driving cars are basically mobile communicating devices that exchange data with the platform and with other connected vehicles. But they also capture huge amounts of information from the environment surrounding them. If a pedestrian crosses the street, the car’s lidars and cameras are supposed to record that and then process it to act consequently. In order for the car to autonomously determine the best course of action, recorded images need to be annotated, filtered, documented. Raw data need to be transformed into enriched quality data that Uber cars’ computer vision systems can use.

In the automotive industry, several platforms provide this service by putting companies in touch with workers operating from remote locations. They tag images recorded by the vehicles and identify objects such as other cars, traffic lights, and lanes via a process called semantic image segmentation (Tubaro; Casilli, 2019). The computer vision systems that operate the car are based on machine learning solutions that need billions of examples and data to “learn” how to recognize objects and pedestrians. The persons who metaphorically “teach” computer vision systems are described by former Uber commercial vehicle unit director Anthony Levandowski as “human robots” (Levandowski, 2013). They are basically the humans who perform the work that automated systems are supposed to do: recognize objects, process information, drive...

Microwork

The reason why data annotation is so inextricably associated with the production of artificial intelligence systems is that human-level AI remains unattainable by current methods. The dream of Artificial General Intelligence that drove 20th century pioneers of the field, has been supplanted by “weak” or “narrow AI”, limited and ineffective without humans-in-the-loop. This type of AI relies on machine learning (deep learning, neural networks, generative adversarial networks, convolutional networks etc.), which in turn is predicated on the availability of quality data enriched by myriad workers.

Some digital platforms specialize in providing these services. The aforementioned Amazon Mechanical Turk was introduced by Jeff Bezos in the mid-2000s. Its name refers to the legendary robot chess player invented in the 18th century by Austrian nobleman Von Kempelen. The original Turk was presented as the first artificial intelligence, capable of simulating the cognitive processes of human chess players and thus outperform them. The ruse was that inside the automaton was hiding an actual person who would move the pieces. There are several hypotheses as to their actual identity: a disabled veteran, a small person, a skinny boy... In any case, the operator

was not a grandmaster, but a person whose chess abilities were average at best. Amazon Mechanical Turk is based on a similar idea. Instead of placing data scientists and computer geniuses in charge of training and verifying its automatic solutions, it entrusts this responsibility to laypersons – hundreds of thousands of them.

Imagine, for example, a startup wanting to “teach” smart speakers to play songs and playlists based on titles suggested by users. Not only this startup would need a database containing billions of examples of human voices pronouncing song titles (in different languages, with different accents and speech patterns...), but would also require that the data be arranged so to differentiate music genres, discriminate songs with the same title, associate similar songs etc. Similarly, companies who want to automate business processes turn to Amazon Mechanical Turk or to other microwork platforms to hire persons who will perform these data annotation tasks. They include, for instance, recognizing languages or types of conversations, transcribing text, providing keywords.

Generally, neither platforms nor client companies formally hire the workers. They are a disposable workforce, with no actual employment contract and paid by the piece. Amazon considers them as “consumers-workers” who do not receive a salary but a “reward”, and whose only link to the platform is having agreed to its Terms of Service. When communicating with investors and clients, these platforms often describe workers who accept such precarious conditions and low pay as young, educated, originating from country of the global North, and interested in a freelance activity. This rhetoric mirrors on-demand platforms characterization of their drivers and delivery peoples as flexible and independent “partners”. The underlying reality is more complicated. The majority of these workers are located in low-income countries in South-East Asia, Latin America, and Africa, where average wages are lower and informal economy is significantly more prevalent. Compared to pre-internet offshoring, outsourcing these tasks to a remote crowd on a platform is less demanding for companies, which do not need to create factories or to open up subsidiaries abroad.

Amazon is not the only company that leverages microwork to train artificial intelligence solutions. Microsoft, for instance, has been using it for years to calibrate and optimize its products. The results of its search engine Bing are supervised by microworkers recruited on the proprietary platform UHRS (Universal Human Reference System). Like on Amazon Mechanical Turk, workers accept to perform microtasks paid a few cents, but they do not work for other companies – their only client is the Redmond's giant. Microsoft is an interesting case because it does not limit itself to recruit paid microworkers. Average internet users can be put to work to train artificial intelligence products too, like in the infamous case of the chatter bot Tay experiment (Wolf *et al.*, 2017). The conversational agent was supposed to simulate the personality and online behavior of a teenage girl. Instead of training it on a dataset of examples of conversations previous to its launch, Microsoft decided to train it live on Twitter. A few hours in, a coordinated campaign from the members of an online forum succeeded in “teaching” Tay all sorts of profanity, homophobic and racist slur, and problematic political opinions. Microsoft immediately discontinued the experiment. Its failure contained a valuable lesson on the importance of quality training for AI solutions. It also was evidence to the tendency of Big Tech platforms to rely on unpaid consumer work to produce them.

In the same way, Alphabet recruits paid microworkers on its proprietary platform Rater Hub to refine and improve the results of Google Search engine. Rater Hub was introduced around 2007 and allows microworkers to verify the quality of the results of sampled search engine queries. Whenever a user looks up for a term, there is a chance that a “rater” is presented with a task that consists in judging if the algorithm has correctly interpreted the query. If the result is relevant, it is marked with a green button, otherwise it is flagged in red. In other cases, results are flagged because they point to banned content, fake news, or contain censored search terms. Like Amazon Mechanical Turk, Rater Hub does not offer proper jobs, but rather fragmented gigs rewarded a few cents each time workers help improve Google's results.

Social networked labor

Still one can make the case that regular Google users are, to an extent, data annotators as well. Whenever they type a new query in the search engine, they are producing examples of terms and expressions for the algorithm to learn from. This, too, is part of the machine learning that we have already mentioned. This approach is based on axioms that are as much epistemic as they are political: firstly, that a machine *learns from its users*, secondly, that *users must produce* an increasing number of examples to create new rules that machines do not abide by at the outset (Hogan, 2014).

Indeed, using a search engine can hardly qualify as conventional “work”, both from a legal and from an economic point of view. Yet, Google constantly invites its users to produce data for its platforms and services, and in many cases, it has been pretty transparent that the production of data constitutes work. ReCaptcha is probably the most prominent case of user contributions being harvested to produce value in the form of distributed and unrecognized digital labor. For users, ReCaptcha is a page or a pop-up that appears whenever a website prompts them to show that “they are not bots”. In the early 2010s, users were urged to transcribe distorted words. These words were too difficult to read for a text-recognition software, but easily interpretable for an individual with basic literacy skills. While transcribing these words, users were actually training optical character recognition (OCR) algorithms to read scanned texts hosted on the Google Books platform. Books were largely digitized by hand, which sometimes skewed or distorted scanned words. By transcribing these words, initial reCaptcha users were actually annotating the scanned document by adding a tag corresponding to the illegible terms.

As early as 2008, the inventor of the system, Luis Von Ahn, had published an article in the *Journal Science* defining its users as a “workforce” and maintaining that their activity was “work [...] contributing to the digitization of human knowledge” (von Ahn *et al.*, 2008). Meanwhile some platforms like the Russian Kalotibablo were already offering comparable Captcha solving services performed by crowds of microworkers as early as 2010. On these grounds, in 2015 a few hundred citizens of Massachusetts decided to start

a (ultimately unsuccessful) class-action against Google to be reclassified as actual employees (*Rojas-Lozano v. Google Inc.*, 2015). Around that time Google decided to discontinue the text-based reCaptcha and to come up with its new image-based one, where users detect traffic lights and vehicles to improve computer vision systems at Alphabet's autonomous car division—Waymo.

What is the difference between micropaid data annotation work and user-provided unpaid data annotation work? In both cases, platform-mediated human agents are producing data and value. In the case of ReCaptcha, it is common sense to say that users' activity cannot be construed as work because they receive a service in exchange for their contribution. But sometimes the service is not even an actual product available on the market. Translation tools, for instance, can be eternal prototypes, trial versions of actual software. They attempt to translate based on masses of examples suggested or rated by users. Facebook provides automatic translations of posts and messages. Each transaction attempt comes with a button prompting users to come up with a better translation. This user-generated edit is included in a training database for an algorithm, which the users unknowingly improve. This type of activity, too, blurs the lines between work and consumption (Huws, 2003; Dujarier, 2008).

Facebook is a platform and, as such, it captures the value produced by the community of its users. More precisely, Facebook is a "lean platform" that does not own the content it distributes,³ an economic entity halfway between a content farm and a marketplace for data. Unlike YouTube, Facebook does not monetize content. It does not sell the photo, video or post produced by its users, because the data component of each piece of content is way more valuable to the platform and to its advertisers that use them for targeted ads.

Here again, data monetization isn't the only important source of value. Data is also crucial for automation. Content moderation is an example of how AI is fueled by human data labor, both paid and unpaid. Commercial content moderation is the process that allows users to access a family-friendly Facebook, with no violent images, vile messages, or inappropriate

³ For a definition of lean platforms, see Srnicek (2017).

adult content (Roberts, 2019). Facebook has long claimed that it is entirely automated, but since a few years, studies have revealed that teams of microworkers, similar to those on Amazon Mechanical Turk or on Rater Hub, are training filtering algorithms. Beyond their nominal service of removing problematic content, moderators are micropaid to watch videos and tag them, to annotate pictures, to read and classify messages. This moderation and annotation work is performed by humans who are remunerated. In their case, what they do is clearly work. But sometimes content moderation on Facebook happens from below, when the platform involves in this activity average, unpaid users. For instance, whenever users come across an offensive message, an action button invite them to flag it. After that, more details are requested from the users, as to the type of offense, the nature of the content, the persons targeted by it. The flagged content can then be sent to a moderator, who ultimately adjudicates it against the platform guidelines. Both ends of this process involve human activities: at the beginning the unpaid user flags content, at the end the paid moderator decides whether to ban it or not. In the middle, the artificial intelligence is crushed by the volume of tasks necessary to uphold the illusion of full automation.

The perception of this persistent intermingling between artificial intelligence and the digital labor that is necessary to produce it varies considerably across the global North/South divide. Companies that sell AI solutions are mostly situated in high-income countries such as the US, Europe, South Korea, and Japan. Big players have also emerged in China and India.

In order to provide, in real-time, huge quantities of annotated data to train, verify, and manually operate these systems, platforms negotiate digital labor. Sometimes when this workforce is needed to provide on-demand services, it is recruited locally. Other times it is hired in low-income countries. Companies base these strategic choices on economic factors that are inevitably influenced by global dependencies and imbalances of wealth and power between North and South countries. Forms of international polarization

between regions where demand for digital labor is high (as they concentrate major producers of AI solutions) and regions that specialize in supplying this type of labor become increasingly visible. Existing empirical explorations have already underlined how South-Asian and Indian workers produce data for US and UK-based tech companies (Graham *et al.*, 2017; Berg *et al.*, 2018). More recent and ongoing research projects focus on Portuguese-, Spanish-, and French-speaking platforms both in Latin America and in Africa⁴.

So, after all is said and done, the message I want to leave you with is that while we are all waiting for robots – like Beckett’s characters waited for a transcendent Godot – we need to focus on the material conditions of digital labor. Automation is not going to happen without the contribution of underpaid, micropaid, and unpaid workers. This means that our systems will never be “fully” automated. They will always require some level of human intervention.

Nevertheless, something has already happened to the way we work. Endogenous trends towards platformization have combined with exogenous one like the Covid-19 pandemic, to force the taskification and datification of numerous facets of our jobs. Nowadays, formally employed staff members and precarious gig-workers alike are at risk of being, if not fully automated, at least fully platformized. Although robots are not necessarily bound to take them away, this should not sound as good news to you. For an increasing portion of the global workforce, the only occupations that will be available in the future are contingent and underpaid. In the absence of strong regulation, the prospect of accessing formal social security arrangements fades away from them. We should take this into account while designing policies and organizing social movements for the coming decades.

Antonio A. Casilli is professor of sociology at the Télécom Paris school of the Polytechnic Institute of Paris and researcher at the Interdisciplinary Institute on Innovation.

✉ antonio.casilli@telecom-paris.fr

⁴ See the projects TRIA (El trabajo de la inteligencia artificial) and HUSH (Human Supply Chain) that I am developing with my colleagues at the DiPLab (Digital Platform Labor) research group, available at: <http://diplab.eu/>. Cf. also Casilli *et al.* (2019), Moreschi *et al.* (2020) and Miceli *et al.* (2021).

References

1. AMBALINA, Limarc. Companies hiring remote workers during COVID-19. **Lionbridge**, 2 Apr. 2020. Available at: <https://lionbridge.ai/articles/10-companies-hiring-remote-workers-during-covid-19/>
2. ARNTZ, Melanie; GREGORY, Terry; ZIERAHN, Ulrich. **The risk of automation for jobs in OECD countries**: a comparative analysis. OECD Social, Employment and Migration Working Papers, no. 189, OECD Publishing, Paris, 2016. <http://dx.doi.org/10.1787/5jlz9h56dvq7-en>
3. AUTOR, David H. Why are there still so many jobs? The history and future of workplace automation. **Journal of Economic Perspectives**, v. 29, n. 3, p. 3-30, 2015.
4. AUTOR, David H.; REYNOLDS, Elisabeth B. The nature of work after the COVID crisis: too few low-wage jobs. **The Hamilton Project Report**, essay 2020-14, Jul. 2020. Available at: https://www.brookings.edu/wp-content/uploads/2020/08/AutorReynolds_LO_FINAL.pdf
5. BERG, Janine; FURRER, Marianne; HARMON, Ellie; RANI, Uma; SILBERMAN, M. Six. **Digital labour platforms and the future of work**: towards decent work in the online world. Report. Geneva: International Labour Organization, 2018.
6. BEZOS, Jeff. Opening keynote and keynote interview. **MIT World**, special events and lectures, 27 set. 2006. Available at: <http://techtv.mit.edu/videos/16180-opening-keynote-and-keynote-interview-with-jeff-bezos>
7. BRUNS, Axel. From prosumer to produser: understanding user-led content creation. In: *Transforming Audiences*, 2., 3-4 Sept. 2009, London. **Proceedings** [...]. London: University of Westminster, 2009.
8. CARSON, Eric. Robots could replace humans in a quarter of US jobs by 2030. **CNET**, 24 jan. 2019. Available at: <https://www.cnet.com/news/robots-could-replace-humans-in-a-quarter-of-us-jobs-by-2030/>
9. CASILLI, Antonio A. Da classe virtual aos trabalhadores do clique: a transformação do trabalho em serviço na era das plataformas digitais. **MATRIZES**, v. 14, n. 1, p. 13-21, 2020.
10. CASILLI, Antonio A.; TUBARO, Paola; LE LUDEC, Clément; WAHAL, Elinor. En la trastienda de la inteligencia artificial: una investigación sobre las plataformas de micro-trabajo en Francia. **Arxius de Ciències Socials**, v. 41, p. 85-108, 2019.
11. CASSANO, Jay. How uber profits even while its drivers aren't earning money. **Vice**, 2 Feb. 2016. Available at: https://motherboard.vice.com/en_us/article/vnxd84/how-uber-profits-even-while-its-drivers-arent-earning-money
12. CELLAN-JONES, Rory. Uber's self-driving operator charged over fatal crash. **BBC**, 16 Sept. 2020 Available at: <https://www.bbc.com/news/technology-54175359>
13. DUJARIER, Marie-Anne. **Le travail du consommateur**: de MacDo à eBay, comment nous coproduisons ce que nous achetons. Paris: La Découverte, 2008.

14. EKBIA, Hamid R.; NARDI, Bonnie A. **Heteromation, and other stories of computing and capitalism**. Cambridge: MIT Press, 2017.
15. ETHERINGTON, Darrell. Ford disguised a man as a car seat to research self-driving. **TechCrunch**, 2 Sept. 2017. Available at: <https://techcrunch.com/2017/09/13/ford-disguised-a-man-as-a-car-seat-to-research-autonomous-driving/>
16. FREY, Carl B.; OSBORNE, Michael A. **The future of employment**. The Oxford Martin Programme on Technology and Employment Working Paper, 2013. Available at: <https://www.oxfordmartin.ox.ac.uk/downloads/academic/future-of-employment.pdf>
17. GOOS, Maarten; KONINGS, Jozef; VANDEWEYER, Marieke. Employment growth in Europe: the roles of innovation, local job multipliers and institutions. **SSRN**, Preprint, 1 Oct. 2015. <https://dx.doi.org/10.2139/ssrn.2671765>
18. GRAHAM, Mark; HJORTH, Isis; LEHDONVIRTA, Vili. Digital labour and development: impacts of global digital labour platforms and the gig economy on worker livelihoods. **Transfer – European Review of Labour and Research**, v. 23, n. 2, p. 135-162, 2017. <https://doi.org/10.1177%2F1024258916687250>
19. GRAY, Mary L.; SURI, Siddharth. **Ghost work: how to stop Silicon Valley from building a new global underclass**. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2019.
20. HALDANE, Andy. Will robots take over your job? **Financial Times**, 13 Nov. 2015. Available at: <https://www.ft.com/content/af9684ec-8a04-11e5-9f8c-a8d619fa707c>
21. HALL, Jonathan; KENDRICK, Cory; NOSKO, Chris. The effects of Uber's surge pricing: a case study. In: *Designing the Digital Economy*, 24-25 Oct. 2015, Cambridge, MA. **Proceedings** [...]. Cambridge: Microsoft Research New England, 2015. Available at: http://andrewchen.com/wp-content/uploads/2016/01/effects_of_ubers_surge_pricing.pdf
22. HARA, Kotaro; ADAMS, Abi; MILLAND, Kristy; SAVAGE, Saiph; CALLISON-BURCH, Chris; BIGHAM, Jeffrey. A data-driven analysis of workers' earnings on Amazon Mechanical Turk. **ArXiv**, 1712.05796, 14 Dec. 2017. <https://arxiv.org/abs/1712.05796>
23. HATMAKER, Taylor. Facebook wants content reviewers back ASAP, slows return plan for most employees. **TechCrunch**, 16 Apr. 2020. Available at: <https://techcrunch.com/2020/04/16/facebook-content-moderators-wfh-when-will-facebook-employees-return/>
24. HERSHBEIN, Brad; KAHN, Lisa B. Do recessions accelerate routine-biased technological change? Evidence from vacancy postings. **American Economic Review**, v. 108, n. 7, p. 1737-1772, 2018.
25. HOGAN, Bernie. From invisible algorithms to interactive affordances: data after the ideology of machine learning. In: BERTINO, Elisa; MATEI, Sorin A. (eds). **Roles, trust, and reputation in social media knowledge markets**. New York: Springer, 2014. p. 103-117.

26. HULL, Dana. Tesla engineer says Musk overstated the capability of autopilot. **Bloomberg**, 8 May 2021. Available at: <https://www.bloomberg.com/news/articles/2021-05-07/musk-s-autopilot-claims-don-t-match-reality-tesla-engineer-says>
27. HUWS, Ursula. **The making of a cybertariat**: virtual work in a real world. New York: Monthly Review Press, 2003.
28. ILO – INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION. **The role of digital labour platforms in transforming the world of work**. Report. Geneva: International Labour Organization, 2021. Available at: https://www.ilo.org/global/research/global-reports/weso/2021/WCMS_771749/lang--en/index.htm
29. JAIMOVICH, Nir; SIU, Henry E. Job polarization and jobless recoveries. **Review of Economics and Statistics**, v. 102, n. 1, p. 129-147, 2020. https://doi.org/10.1162/rest_a_00875
30. KÄSSI, Otto; LEHDONVIRTA, Vili; STEPHANY, Fabian. How many online workers are there in the world? A data-driven assessment. **ArXiv**, 2103.12648, 2021. Available at: <https://arxiv.org/abs/2103.12648>
31. KJZZ PHOENIX. Tempe police release video in fatal Uber vehicle accident. **Youtube**, 21 Mar. 2018. Available at: <https://www.youtube.com/watch?v=pO9iRUx5wmM>
32. LEVANDOWSKI, Anthony. **Self-driving cars**. Distinguished Innovator Lecture. Berkeley: University of California, 12 Nov. 2013.
33. MICELI, Milagros; YANG, Tianling; NAUDTS, Laurens; SCHUESSLER, Martin; SERBANESCU, Diana; HANNA, Alex. Documenting computer vision datasets: an invitation to reflexive data practices. In: Conference on Fairness, Accountability, and Transparency (FAccT'21), 3-10 Mar. 2021, Virtual Event, Canada. **Proceedings [...]**. New York: ACM, 2021.
34. MORESCHI, Bruno; PEREIRA, Gabriel; COZMAN, Fabio G. The Brazilian workers in Amazon Mechanical Turk: dreams and realities of ghost workers. **Revista Contracampo**, v. 39, n. 1, p. 44-64, 2020. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38252>
35. MORTIMER, Thomas. Lectures on the Elements of commerce, politics, and finance. London: T.N. Longman & O. Rees, 1801.
36. OJANPERA, Sanna; GRAHAM, Mark; STRAUMANN, Ralph K.; SABBATA, Stefano De; ZOOK, Matthez. Engagement in the knowledge economy: regional patterns of content creation with a focus on Sub-Saharan Africa. **Information Technologies and International Development**, v. 13, p. 33-51, 2017.
37. RICARDO, David. **On the principles of political economy and taxation**. London: John Murray, 1821.
38. RIFKIN, Jeremy. **The end of work**: the decline of the global labor force and the dawn of the post-market. New York: Tarcher/Putnam, 1999.
39. ROBERTS, Sarah T. **Behind the screen**: content moderation in the shadows of social media. New Haven: Yale University Press, 2019.

40. ROCHWERGER, Alyssa S. Crowd survey reveals how Appen platform helps during global pandemic. **Appen**, 14 Apr. 2020. Available at: <https://appen.com/blog/crowd-survey-reveals-how-appen-platform-helps-during-global-pandemic/>
41. ROSENBLAT, Alex; STARK, Luke. Algorithmic labor and information asymmetries: a case study of Uber's drivers. **International Journal of Communication**, v. 10, p. 3758-3784, 2016.
42. SEAGER, Charlotte. After the robot revolution, what will be left for our children to do? **The Guardian**, 11 May 2016. Available at: <https://www.theguardian.com/careers/2016/may/11/robot-jobs-automated-work>
43. SRNICEK, Nick. **Platform capitalism**. Cambridge: Polity Press, 2017.
44. TERRANOVA, Tiziana. Free labor: producing culture for the digital economy. **Social Text**, v. 18, n. 2, p. 33-58, 2000. http://dx.doi.org/10.1215/01642472-18-2_63-33
45. TUBARO, Paola; CASILLI, Antonio A. Micro-work, artificial intelligence and the automotive industry. **Journal of Industrial and Business Economics**, v. 46, n. 3, p. 333-345, 2019.
46. TUBARO, Paola; CASILLI, Antonio A.; COVILLE, Marion. The trainer, the verifier, the imitator: three ways in which human platform workers support artificial intelligence. **Big Data & Society**, v. 7, n. 1, 2020. <https://doi.org/10.1177%2F2053951720919776>
47. UNITED STATES. District Court for the District of Massachusetts. **Gabriela Rojas-Lozano v. Google Inc.**, Cas 3:15-cv-10160-MGM, 2015.
48. URE, Andrew. **The philosophy of manufactures**. London: Charles Knight, 1835.
49. VON AHN, Luis; MAURER, Benjamin; MCMILLEN, Colin; ABRAHAM, David; BLUM, Manuel. ReCAPTCHA: human-based character recognition via web security measures. **Science**, v. 321, n. 5895, p. 1465-1468, 2008.
50. WILLIAMS, Oscar. Carl Benedikt Frey: Covid-19 will accelerate automation. **New Statesman**, 2 Sept. 2020. Available at: <https://www.newstatesman.com/spotlight/coronavirus/2020/09/carl-benedikt-frey-covid-19-will-accelerate-automation>
51. WOLF, Marty J.; MILLER, Keith W.; GRODZINSKY, Frances S. Why we should have seen that coming: comments on Microsoft's Tay "Experiment," and wider implications. **The ORBIT Journal**, v. 1, n. 2, p. 1-12, 2017. <http://dx.doi.org/10.1145/3144592.3144598>

Received: 17 May 2021.

Accepted: 09 July 2021.

<http://doi.org/10.1590/15174522-111017>

Heteromação e microtrabalho no Brasil

Matheus Viana Braz* 

Resumo

No paradigma da heteromação do trabalho, as mudanças operadas pela informatização da economia fazem com que uma massa expressiva de trabalhadores passe a desempenhar atividades essenciais, mas marginais. Objetiva-se, neste estudo, analisar as diferentes formas de microtrabalho heteromatizado remunerado presentes em território nacional, de maneira a lançar luzes compreensivas sobre as condições e especificidades do contexto laboral brasileiro. Para tanto, primeiro foi realizado um levantamento e descrição dos *crowdworks* de microtarefas em operação no Brasil. Depois, a partir do método netnográfico nos inserimos em 22 grupos de Facebook e de Whatsapp voltados a esse mercado (o que totaliza uma base de cerca de 16 mil perfis registrados) e os acompanhamos durante sete meses. Conclui-se que, no Brasil, há uma importante reserva de mão de obra de microtrabalho e que não estamos diante de um cenário isolado, monolítico e homogêneo. O microtrabalho está imbricado em novas formas de extração de valor da plataformação do trabalho e deve ser compreendido em meio a cadeias de produção mais amplas, globais, onde as condições de trabalho são polissêmicas, assimétricas e regidas mormente por países do Norte global.[‡]

Palavras-chave: heteromação, plataformação do trabalho, microtrabalho, trabalho por peça.

* Universidade do Estado de Minas Gerais, Divinópolis, MG, Brasil.

[‡] Agradeço aos estudantes e pesquisadores vinculados ao Laboratório de Trabalho, Saúde e Processos de Subjetivação (LATRAPs/UEMG), cujas contribuições foram determinantes na construção desta pesquisa.

Heteromation and micro-work in Brazil

Abstract

In the heteromation paradigm of work, the changes brought about by the computerization of the economy lead to a significant mass of workers performing essential but marginal activities. The objective of this study is to analyze the different forms of heteromatized remunerated microwork available in the national territory, in order to clarify the conditions and specificities of the Brazilian labor context. To do so, first a survey and description of microtask crowdworks in operation in Brazil was carried out. Then, using the netnographic method, we joined 22 Facebook and WhatsApp groups focused on this market (which totaled a base of around 16 thousand registered profiles) and followed them for seven months. Findings suggest that Brazil has an important part of the world's reserve of micro-work labor and that we are not facing an isolated, monolithic and homogeneous scenario. Micro-work is imbricated in new ways of extracting value from the platformization of work and must be understood in the midst of global production chains, where working conditions are polysemic, asymmetric and mainly governed by global North countries.

Keywords: heteromation, platformization of labor, micro-work, piece work.

Quando nos referimos à produção da Inteligência Artificial (IA), em geral associamos a esse processo trabalhos realizados por engenheiros, cientistas de dados e demais profissionais com graus elevados de especialização. Parece ainda ser pouco difundido, contudo, que em níveis elementares a preparação da IA envolve uma multidão de trabalhadores precários, dispersos em variadas geografias do mundo, que utilizam seus próprios celulares, computadores ou *notebooks* para realizarem, em suas casas, tarefas de baixa complexidade, cuja finalidade é executar microtrabalhos que humanos fazem de forma mais eficiente que as máquinas (Gray; Suri, 2019; Tubaro; Casilli; Coville, 2020).

Embora alguns entusiastas aleguem que esse tipo de trabalho desaparecerá quando as tecnologias atingirem seus estágios de maturidade, endossamos a tese que rejeita a pressuposição de que o microtrabalho seria um elemento conjuntural da produção de “tecnologias inteligentes” (Ekbia; Nardi, 2017; Casilli, 2019). Como argumento de fundo desta pesquisa, defendemos a predominância do *paradigma da heteromação* (*heteromation paradigm*) (Ekbia; Nardi, 2017), de modo que as mudanças operadas pela informatização da economia fazem com que uma massa expressiva de trabalhadores passe a desempenhar atividades essenciais, mas marginais. Nessa acepção, concebe-se que tarefas elementares da cadeia produtiva da tecnologia sempre serão direcionadas a seres humanos.

Neste estudo, a exploração da noção de heteromação do trabalho tem como espinha dorsal o mercado de microtarefas. Objetiva-se analisar as diferentes formas de microtrabalho heteromatizado remunerado presentes em território nacional, de maneira a lançar luzes compreensivas sobre as condições e especificidades do contexto laboral brasileiro. Para tanto, primeiro foi feita uma conceituação sobre o paradigma da heteromação e sua relação com o trabalho digital, seguida de uma apresentação do que é o microtrabalho. Depois, discurremos acerca do delineamento metodológico da pesquisa empírica realizada, o que nos garantiu substrato suficiente para mapearmos as principais plataformas em funcionamento no Brasil e para problematizarmos algumas condições, características e especificidades desse mercado em território nacional, considerando as diferentes formas de trabalho heteromatizado.

Embora se trate de um fenômeno crescente em âmbito global, os estudos sobre o microtrabalho são recentes e surgiram em meados de 2010 (Ipeirots, 2010). A maior parte das pesquisas se concentram, atualmente, em países da Europa e da América do Norte (Casilli, 2019), ainda que alguns trabalhos versem sobre os fluxos internacionais dos mercados desde o Sul global (Graham; Hjorth; Lehdonvirta, 2017). Não há ainda nenhuma investigação que permita situar de maneira panorâmica a oferta de microtrabalho em nosso país.

Heteromação e trabalho digital

Sobretudo nos países desenvolvidos e emergentes, após a década de 1980 a globalização do comércio, dos produtos e das finanças consolidou-se atrelada à universalização das redes eletrônicas e de comunicação (Antunes, 2018; Viana Braz, 2019, 2021). O desenvolvimento tecnológico e a intensificação da precarização se revelaram determinantes na estruturação do mercado de trabalho (Tubaro; Casilli; Coville, 2020; Viana Braz, 2021) e a informalidade se impôs como síntese ordenadora dos modos de sociabilidade relacionados ao trabalho e emprego no mundo (Antunes, 2018). No bojo da discussão sobre o desenvolvimento da IA e sua relação com o trabalho humano, há uma vasta literatura focada na automação e suas possíveis repercussões no âmbito da diminuição dos empregos (Chui; Manyika; Miremadi, 2015; Frey; Osborne, 2017; Acemoglu; Restrepo, 2018). Se essas pesquisas se endereçam à criação de hipóteses e modelos prospectivos sobre o fim dos empregos formais ou mesmo do trabalho (Rifkin, 2014), parecem ignorar o processo de produção e sustentação das “tecnologias inteligentes”, assim como simplificam o processo histórico de complementariedade (e não substituição) entre o ser humano e as máquinas (Autor, 2015; Bessen, 2017; Casilli, 2019), descartando inclusive o fenômeno do aumento do hiato entre mão de obra qualificada e não-qualificada (Rodrik, 2011; Autor; Dorn, 2013; Viana Braz, 2019).

Nesse cenário, é possível conceber dois paradigmas. No primeiro, o *paradigma da automação*, as máquinas criariam valor por si mesmas e os sistemas automatizados aliviarão o trabalho dos humanos, mediante sua substituição (Ekbia; Nardi, 2017). No segundo, o *paradigma da heteromação*, as tecnologias não estariam substituindo totalmente o trabalho humano, mas o reconfigurando na forma de trabalho heteromatizado. Neste estudo, a partir da análise do microtrabalho em território brasileiro, compreendemos ser um equívoco afirmar que, ao se automatizar um trabalho humano, ele irá desaparecer (Ekbia; Nardi, 2017; Casilli, 2019). Pode ser que o emprego formal deixe de existir, mas os processos tendem a ser fragmentados,

externalizados e produzem um deslocamento do trabalho para as margens, pois comumente são informatizados e/ou plataformizados, na forma de trabalho digital, isto é, de um trabalho *taskificado* (concebido como serviço) e *datificado* (Grohmann, 2020) que serve para desenvolver ou sustentar sistemas automáticos (Casilli, 2019).

Tecnologias concebidas como autônomas e inteligentes demandam intenso trabalho humano para cumprirem suas funções e para serem operadas com eficácia (Casilli, 2019; Gray; Suri, 2019). Tratamos, portanto, de atividades ocultadas (Gray; Suri, 2019), engendradas na informalidade, mal remuneradas ou que passam a ser naturalizadas como parte da função de “ser usuário” das tecnologias digitais. Dito de outra forma, a heteromação do trabalho traduz um processo sutil e crescente de extração de valor econômico mediante exploração da força de trabalho gratuita ou de baixo custo, em redes mediadas por tecnologias (Ekbia; Nardi, 2017; Casilli, 2019).

A título de ilustração, certamente os leitores já se depararam em algum momento com a funcionalidade reCAPTCHA, navegando na internet. Tal funcionalidade corresponde a um sistema de caixa de diálogo desenvolvido na Universidade Carnegie Mellon, adquirida há anos pela Google e utilizada no processo de digitalização de livros (Google Books) e no aperfeiçoamento de algoritmos de reconhecimento de imagens (Casilli, 2019). Ao “comprovar” que não somos um robô, identificando letras distorcidas exibidas na tela, fazemos gratuitamente microtrabalhos para a empresa. Este seria um exemplo de trabalho heteromatizado que fazemos sem nenhuma recompensa financeira, porém, conforme será explorado adiante, há diferentes tipos de heteromação também presentes em nosso cotidiano.

O trabalho heteromatizado não se contrapõe nem substitui as formas de extração de valor analisadas por Marx, em sua teorização sobre o trabalho assalariado. Refere-se somente a um mecanismo de criação de valor do capitalismo atual, o qual tende a encerrar as pessoas em plataformas e sistemas específicos, por meio de métodos de obtenção da atenção, engajamento e incitação ao trabalho não pago ou mal remunerado (Ekbia; Nardi, 2017).

A heteromação permeia várias atividades humanas, nas mídias sociais e plataformas globais, bem como é propulsora do desenvolvimento de *software*, *design* social, tecnologias de autoatendimento de bancos, pesquisas etc (Ekbia; Nardi, 2017). Nesta investigação concentramo-nos sobre as formas de heteromação remuneradas vinculadas ao microtrabalho. Referimo-nos a uma dinâmica particular de acumulação de riquezas e geração de valor no âmbito do trabalho plataformizado. Algumas dessas atividades estão ligadas à produção, preparação e sustentação da inteligência artificial, mas outras se inserem no campo da imitação dessas tecnologias (Ekbia; Nardi, 2017; Tubaro; Casilli; Coville, 2020). Ainda que as companhias vinculadas a essas redes não tragam tal discussão e atividades à esfera pública, esse valor representa para elas um diferencial competitivo de mercado (Woodcock; Graham, 2019; Woodcock, 2021).

O que é o microtrabalho?

Na atualidade, organizações globais como Amazon, Microsoft, Uber, Facebook, Google, Tesla (assim como a quase totalidade de empresas que se servem de IA e *big data*), dependem de atividades elementares do ser humano para a preparação de seus algoritmos de *machine* e/ou *deep learning* (Gray; Suri, 2019). O desenvolvimento dos sistemas de IA passa necessariamente pelo aprendizado de padrões, mediante análise de milhões de dados. Esse processo, que exige o trabalho humano para a realização de regressão, identificação, reconhecimento e classificação de informações, é segmentado pelas empresas em microtarefas, as quais são vendidas como microsserviços em variadas plataformas no mundo, criadas para tal finalidade (Casilli, 2019; Gray; Suri, 2019).

No microtrabalho, são executadas microtarefas de baixa complexidade, que exigem pouca qualificação e, além disso, o trabalhador não conhece quem solicitou seu serviço e frequentemente não sabe qual a finalidade da tarefa que lhe foi requisitada. Remetemo-nos a um negócio com alta margem, recorrência, baixa tributação e escalável para as plataformas, além

de implicar baixos custos marginais de serviços (sobretudo com pessoal), pois, embora subsista relação de parassubordinação e hipossuficiência (Kalil, 2019; Casilli, 2019) no trabalho, o vínculo laboral estabelecido se opera sem nenhum tipo de regulamentação. Os trabalhadores, portanto, são pagos estritamente em função das microtarefas realizadas, não possuem margens para negociações, não usufruem de comissões e tampouco qualquer tipo de proteção social ou trabalhista.

No que toca ao cerne desta pesquisa, o *microtrabalho envolve quais tipos de atividades?* Para reduzir seus custos internos, empresas de tecnologia terceirizam, em plataformas específicas, microtarefas que servem para alimentar seus sistemas e treinar seus algoritmos. Remetem-se, portanto, sobremaneira, a atividades de moderação de conteúdos em redes sociais, categorização e reconhecimento de imagens, análise de expressões faciais, traduções pontuais, criação de palavras-chave para textos, experimentação e teste de produtos, transcrição de áudios, digitalização de documentos, preenchimento de questionários em pesquisas acadêmicas ou de mercado, visitas de sites para geração de tráfego ou mesmo ao desenho de estruturas geométricas em mapas e geolocalizações específicas (como é o caso, por exemplo, dos *datasets* usados nos softwares de veículos autônomos). A cada *Human Intelligence Task* (HIT) finalizada e aprovada pelo requisitante, o trabalhador contabiliza em sua conta *on-line* alguns centavos de dólares ou reais, os quais variam em função da qualificação do serviço (Berg *et al.*, 2018; Casilli, 2019).

Se as plataformas da *gig economy* surgiram no mundo em meados dos anos 2000 (Woodcock; Graham, 2019), frutos do crescimento da internet, o *crowdsourcing* pioneiro para microtarefas foi lançado por Jeff Bezzos somente em 2005 (Berg *et al.*, 2018) e é denominado Amazon Mechanical Turk¹ (AMT ou Mturk) (Berg *et al.*, 2018). Logo depois, no

¹ Esse nome foi inspirado em uma máquina de xadrez criada no século XVIII, em 1770, chamada *The Turk* e que fora exibida durante anos por seu criador, Wolfgang von Kempelen, como uma ferramenta provida de uma inteligência artificial a qual permitia jogar contra humanos. Após cinquenta anos de sua criação, descobriu-se que O Turco era na realidade uma ilusão mecânica, pois um jogador de xadrez escondido operava a máquina em seu interior.

mesmo ano, foram criadas a Universal Human Relevance System (UHRS) e a RaterHub, plataformas da mesma natureza, controladas respectivamente pela Microsoft e Google (Tubaro; Casilli, 2019).

Estima-se que a AMT seja uma das maiores plataformas do mundo² voltadas para microtarefas e que existam mais de 350 *crowdworks* (*online web-based*, direcionados a microtrabalho, *freelance* e programação competitiva) em operação (Kässi; Lehdonvirta; Stephany, 2021), movimentando uma economia de bilhões de dólares anualmente (Berg *et al.*, 2018). Em pesquisa recente, Kässi, Lehdonvirta e Stephany (2021) projetaram a existência, atualmente, de cerca de 163 milhões de perfis registrados em plataformas de trabalho *online*.

No Brasil, foram encontradas somente três pesquisas empíricas com brasileiros em plataformas de microtrabalho. Duas se restringiram à Mturk e abarcaram amostragens de 52 (Kalil, 2019) e de 149 trabalhadores (Moreschi; Pereira; Cozman, 2020). Em ambos os estudos a amostra dos trabalhadores foi composta majoritariamente por homens, solteiros, com ao menos ensino superior completo ou em curso, que estavam nas referidas plataformas por falta de trabalho em suas residências, além de trabalharem em outros *crowdworks*.

Na terceira investigação, Grohmann e Araújo (2021) entrevistaram 16 trabalhadores da Appen e da Lionbridge. Em síntese, observou-se que as principais vantagens percebidas no microtrabalho foram a flexibilidade (trabalhar em diferentes lugares, em diferentes horas) e o recebimento em dólar, em especial devido à desvalorização da moeda brasileira. Como desvantagens, predominou a falta de segurança e de estabilidade no trabalho, ligada à possibilidade de não-pagamento das tarefas realizadas ou de rescisão repentina dos projetos aos quais estavam vinculados os trabalhadores nas plataformas.

Nesse contexto, algumas interrogações são colocadas como espinhas dorsais deste estudo: *há três pesquisas que se debruçam sobre os trabalhadores*

² Há na plataforma mais de 500 mil *turkers* (trabalhadores) registrados (Amazon Mechanical Turk, 2018).

brasileiros na Amazon Mechanical Turk, Appen e Lionbridge, contudo, quais são as demais plataformas utilizadas em território nacional e como elas funcionam?

Antes de avançar para o próximo tópico, é preciso fazer uma digressão. Reconhecemos na designação microtrabalho um impasse. O prefixo da palavra é derivado da noção de microtarefa, porém, ainda que se trate de uma forma de trabalho fragmentada, repetitiva e que exige amiúde baixa qualificação, tal noção parece produzir um efeito colateral de reduzir e talvez depreciar o trabalho realizado pelos sujeitos.

Todo trabalho compreende uma atividade de elaboração de sensações, emoções e de produção de significados (Dejours, 2012; Lhuillier, 2017). Logo, se toda atividade implica uma tripla elaboração (agir, sentir e significar), seria equivocado falar de “microatividade” e de “microtrabalho”. Lhuillier (2017), por exemplo, ao tratar de trabalhos precários, localizados na informalidade, propõe que o trabalho eventualmente pode tomar a forma de *atividade empacotada* (*activité emballée*), por meio da qual ele se fragmenta, dissocia-se do sujeito e reduz-se a um mero funcionamento procedimental. Mesmo nesses casos, em que há esvaziamento da atividade (enquanto vetor de produção de si e da sociedade), ela ainda se faz presente e supõe um duplo trabalho de subjetivação, inscrito no registro do corpo e do social.

Não podemos desprezar que o trabalho no mercado de microtarefas demanda ações físicas específicas (teclar, clicar, arrastar etc.), representações de identidade (criação de logins, perfis, usuários, preferências e escolhas), práticas digitais (verificação de e-mails, leitura de *guidelines* e realização de provas para obtenção de certificações), e projetos de vida (relacionado ao tempo dedicado ao trabalho, aos destinos das retribuições financeiras etc.) (Ekbia; Nardi, 2017). Com efeito, o confronto com a atividade não se reduz ao que é prévia e normativamente determinado pelas plataformas, ultrapassa as prescrições (as *guidelines*) e, portanto, consolida-se mediante a experiência psíquica (e intersubjetiva) da simbolização, elementar à fabricação do laço social (Viana Braz, 2019). Por isso, a noção de microtrabalho parece um

tanto quanto simplista e reducionista, na medida em que as atividades exigem investimento psíquico e mobilização de todo o corpo do trabalhador.

Deparamo-nos, contudo, com uma aporia. Há designações variadas na literatura para se referir a esses trabalhadores, como, por exemplo, *trabalhadores do clic*, *proletários do clic* (Casilli, 2019) e *cidadãos de segunda classe* (Silberman, 2015). Numa perspectiva mais ampla, eles são também inseridos no que se intitula *cibertariado* (Huws, 2014) ou *infoproletariado* (Antunes, 2018). Por outro lado, parece ter se consolidado na literatura um campo de estudos específico, notadamente delineado em torno da noção de microtrabalho. Não é o foco deste artigo esgotar essa discussão e tampouco propor alguma nova conceituação; todavia esses apontamentos se fazem necessários para a expressão de nossa posição em relação a essa terminologia. Ainda que utilizemos o termo microtrabalho, prescindiremos da referência aos sujeitos como microtrabalhadores.

Método

O presente estudo faz parte de um projeto mais amplo³, conduzido no Laboratório de Trabalho, Saúde e Processos de Subjetivação (LATRAPs), no qual se objetiva cartografar o perfil sociodemográfico dos trabalhadores brasileiros de diferentes *crowdworks* de microtarefas e compreender a psicodinâmica de prazer, sofrimento e reconhecimento inerente às suas atividades.

Em termos metodológicos, foi feito um mapeamento das principais plataformas de microtarefas em operação no Brasil. Depois, por meio de nossa rede de contatos e mediante buscas na internet, inserimo-nos em 22 grupos de Facebook e de Whatsapp voltados diretamente a tarefas, projetos e/ou plataformas do referido mercado, o que totaliza uma base de cerca de 16 mil perfis registrados. Durante sete meses (de maio a novembro de 2020), seguindo as recomendações éticas da Association of Internet Researchers (Franzke *et al.*, 2020), acompanhamos diariamente as

³ Projeto aprovado pelo Comitê de Ética e Pesquisa da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), sob processo nº 39821920.0.0000.5115.

trocas de mensagens em todos os grupos, a partir do método netnográfico (Fragoso; Recuero; Amaral, 2011; Kozinets, 2014). Mediante abordagem exploratória, transversal e descritiva, servimo-nos de parte desses dados para analisar qualitativamente o mercado de microtarefas e sua intersecção com formas heteromatizadas de trabalho. Investigações quantitativas (relativas à modelização e análises semânticas) serão realizadas em trabalhos futuros.

Ao ingressar em cada um dos grupos, foi feito contato com o/a respectivo(a) administrador(a) e explicitado o objetivo da inserção do pesquisador. Este ponto é fundamental, pois os principais vínculos estabelecidos com o pesquisador se efetivaram com esses trabalhadores. Por meio de observação participante, rejeitou-se uma posição de neutralidade e buscou-se uma aproximação às vivências das pessoas, colocando em primeiro plano balizadores éticos como a manutenção de suas privacidades, a confidencialidade, bem como a preservação dos grupos e das identidades dos envolvidos (Fragoso *et al.*, 2011). Por isso, foram priorizadas as perspectivas dos trabalhadores sobre as plataformas em que trabalham e as especificidades do contexto brasileiro.

Plataformas de microtarefas no Brasil

No levantamento realizado, foram identificadas 54 plataformas de microtrabalho (ver Quadro 1, no Apêndice) em operação no Brasil até o mês de novembro de 2020, as quais foram divididas em cinco categorias, de acordo com suas atividades. Com base no estudo de Tubaro, Ludec e Casilli (2020), verificamos também os dados de navegação referentes ao mês de junho de 2021 de algumas dessas plataformas, por meio do serviço de mensuração do SimilarWeb.com, funcionalidade que permite estimar globalmente o número de visitantes únicos mensais⁴ em diferentes sites e aplicativos.

1) *Plataformas de microtrabalho para produção e treinamento de dados*, representadas, sobretudo, por plataformas globais de IA, abarcam tarefas

⁴ Uma vez que várias plataformas se servem de interfaces secundárias e separadas para a realização de tarefas, esse recurso se revela limitado, o que indica que os valores são subestimados.

como classificação de expressões faciais, categorização de publicidades, moderação de conteúdo em redes sociais e campanhas publicitárias, categorização e reconhecimento de dados (como imagens, produtos, palavras-chave, *tokens* e URLs), rotulagens de pontos de interesse anatômicos (como olhos, bocas e rostos), transcrição de áudios e vídeos, tradução de textos, digitalização de documentos, resposta a enquetes, categorização de dados, segmentação de pixels ou detecção de objetos em imagens (como caixas delimitadoras) etc. É comum, nesse mercado, que o trabalhador, ao se cadastrar no *site* ou aplicativo das plataformas, tenha que fazer provas de certificação de idiomas, de boas práticas à execução das tarefas (conforme manuais ofertados pelas empresas) e, inclusive, de aspectos éticos dela derivados. Após sua habilitação, ele pode se candidatar a projetos ou se inscrever em tarefas específicas, encomendadas por requisitantes externos, via de regra não identificados. Cada plataforma tem procedimentos específicos de conferência e avaliação dos trabalhos realizados. As recompensas financeiras são recebidas somente depois que o requisitante aprova a tarefa, pois do contrário o trabalho não é pago.

Dentre as principais plataformas dessa categoria, os dados do SimilarWeb indicam que em junho de 2021 o Brasil foi o país com maior número de visitas individuais na Ysense (714 mil, do total de 3,22 milhões), o segundo país na Appen (542 mil, do total de 6,29 milhões), atrás dos Estados Unidos, o primeiro na Clickworker (299 mil de 1,75 milhão), o segundo na Lionbridge (260 mil de 1,95 milhão), o terceiro com mais acessos à AMT, atrás dos Estados Unidos e Índia (233 mil de 3,19 milhões), o primeiro na OneForma (139 mil de 877 mil), o quarto na Microworkers (62 mil sobre 881 mil) e o segundo na Neevo (94 mil de 721 mil).

2) *Plataformas de microtrabalho para realização de pesquisas de mercado*, em que os trabalhadores são pagos para responder questionários e pesquisas de mercado ou acadêmicas. Nessa categoria figuram plataformas globais, como a SurveyTime, a Toluna e a Prolific, empresas da América Latina, como a Livra (sediada em Buenos Aires e que, inclusive, remunera

os trabalhadores com vale-compras em lojas conveniadas), ademais de plataformas brasileiras, como a QualiBest.

Esses mercados, já bastante tradicionais, parecem ter se transformado e se servem da lógica da plataforma para sua reprodução e expansão. No Brasil, em termos quantitativos, a plataforma com maior número de acessos individuais no mês de junho foi a Lifepoints (678 mil, do total de 9,48 milhões), seguida da Toluna (599 mil de 9 milhões), SurveyTime (420 mil de 2,59 milhões), QualiBest (164 mil de 167 mil) e Livra (117 mil, de um total de 721 mil).

3) *Plataformas de microtrabalho para impulsionamento de redes sociais, também conhecidas como fazendas de cliques (click farms)*, cujo foco é a ampliação de engajamento mediante aumento de seguidores, curtidas e inclusão de comentários em postagens e perfis de variadas mídias sociais. A plataforma oferece a terceiros serviços de impulsionamento, gerenciamento, compra e venda de seguidores de forma “automatizada”. Porém, quando surgem as solicitações quem as executa são pessoas que recebem centavos de reais a cada ação realizada, por intermédio da criação de perfis falsos nas redes.

Em termos quantitativos, uma vez que esse mercado é dominado por plataformas brasileiras, que operam no idioma português, tendemos a crer que esta é a categoria com a maior quantidade e concentração de trabalhadores ativos no Brasil. Dentre as maiores plataformas, no mês de junho de 2021, a Dizu teve 1,3 milhão de visitas individuais, seguida da GanharNoInsta (1,2 milhão), SigaSocial (276 mil), Kzom (190 mil) e Everve (67 mil).

4) *Plataformas de microtrabalho para pequenos serviços de freelancing*, que abarcam microserviços de baixa complexidade, como divulgação de textos e contas em redes sociais, realização de depoimentos e avaliações para empresas e produtos, transcrições e traduções breves, gravação de áudios personalizados para Whatsapp etc. Tais organizações se derivam de plataformas de *freelance* como Workana, GetNinjas, WeDoLogos e se

diferenciam pelo fato de que se centram em microtarefas. Em relação aos números de visitas individuais, no Brasil, no mês de junho, as plataformas mais utilizadas foram a Vintepila (333 mil) e a Vinteconto (83 mil).

5) *Plataformas de microtrabalho para testes de usabilidade remota*, em que os trabalhadores são pagos para testar novos produtos (*sites*, versões de *software*, aplicativos, jogos etc.), para levantamento de informações específicas ou identificação de falhas e erros antes de os produtos serem lançados no mercado. Algumas dessas plataformas vendem também serviços de geração de tráfego, via leitura de textos ou *streaming*. Os procedimentos de avaliação das tarefas e a relação com os requisitantes são homólogos às plataformas de treinamentos de dados.

Este parece ser o mercado mais pulverizado, em termos de distribuição e organização dos trabalhadores. Não são encontrados grupos sobre estas plataformas com a mesma facilidade com que se encontram aqueles voltados a treinamento de dados e ao impulsionamento de mídias sociais. No que diz respeito às visitas individuais em âmbito nacional, a plataforma mais acessada no mês de junho foi a uTest (179 mil, do total de 1,35 milhão), seguida das seguintes: TimeBucks (145 mil de 4,87 milhões), Buzzbreak (89 mil de 354 mil), UserFeel (37 mil de 260 mil), Cashzine (32 mil), ClipClaps (24 mil), UsabilityHub (13 mil), Testbirds (11 mil), Ferpection (8 mil).

Foi feita uma separação das plataformas em cinco categorias, porém as fronteiras entre elas são substancialmente difusas (ver Quadro 1, no Apêndice). Organizações como Amazon Mechanical Turk e Neevo também oferecem microtarefas direcionadas a pesquisas acadêmicas e de mercado, assim como a TimeBucks abarca microserviços de impulsionamento de redes sociais e engajamento em sites específicos. Em termos distributivos, plataformas sediadas nos Estados Unidos foram maioria (22), seguidas de Brasil (13), Austrália (3), Alemanha (3), Inglaterra (3), Argentina (1), Bulgária (1), Grécia (1), Áustria (1), China (1), França (1), Israel (1) e Malásia (1). Não conseguimos identificar em quais cidades estão sediados três *crowdworks*: RapidWorkers, Kzom e BroadSocial.

As plataformas de microtrabalho listadas variam em função de suas estruturas e finalidades. Há *startups* do Vale do Silício, grandes grupos de multinacionais como a Appen, Amazon Mechanical Turk e Pactera, que congregam distintos tipos de microsserviços, até plataformas geridas por uma única pessoa e direcionadas a uma só finalidade, como no caso da SigaSocial. Além disso, as plataformas de treinamento de dados concentram-se majoritariamente nos Estados Unidos e as ofertas de microtrabalho são disponibilizadas no idioma inglês. Já as plataformas de fazendas de cliques são sediadas em sua maioria no Brasil e, portanto, são direcionadas a brasileiros e construídas em português.

No que concerne ao desenvolvimento de “tecnologias inteligentes”, Tubaro, Casilli e Coville (2020) argumentam que parcela significativa dos microtrabalhos gravitam em torno de três funções elementares: *treinamento*, *verificação* e *imitação* da inteligência artificial. As duas primeiras se remetem a dois subprocessos da produção de IA: de geração e anotação de dados. Ambos fazem parte da primeira fase dessa cadeia produtiva, em que dados preliminares precisam ser achados, ordenados, adequados e treinados para serem utilizados (esse é o caso de algumas plataformas localizadas nas categorias 1, 2 e 5 deste estudo) (Gray; Suri, 2019; Tubaro; Casilli; Coville, 2020). Como o aprendizado de máquinas envolve altos custos, algumas organizações terceirizam serviços supostamente feitos de forma automatizada (Tubaro; Casilli; Coville, 2020) para seres humanos, como ocorre nas plataformas localizadas nas categorias 3 e algumas tarefas da 4. Aqui, estamos diante de um processo de *imitação*, em que o trabalhador substitui um trabalho que deveria ser realizado por tecnologias inteligentes. Nesse amplo espectro de trabalhos heteromatizados há tanto empresas que vendem serviços de gestão e impulsionamento de redes sociais, como também de geração de tráfego e de assistentes de agendamentos (como o Google Duplex), em que atividades são operadas *online* por trabalhadores humanos (Chen; Metz, 2019).

Formas de trabalho heteromatizado e particularidades do contexto brasileiro

Ainda que estejam distantes fisicamente e não possam conversar entre si nas plataformas, os trabalhadores encontram meios para a criação de redes de relacionamentos (Woodcock, 2021). As comunicações estabelecidas entre eles cumprem função essencial na garantia do engajamento e execução das tarefas (Irani, 2015; Wood; Lehdonvirta; Graham, 2018), operam-se mediante grupos e/ou fóruns online (como Turker Nation, Mturkcrowd, Turkopticon, TurkerHub, Mturkgrind etc.), bem como produzem movimentos coletivos de resistência e de busca por melhores condições de trabalho (Woodcock, 2021). Neste estudo, tais comunicações nos auxiliaram na compreensão das diferentes formas de heteromação no microtrabalho e das condições laborais dos trabalhadores.

Globalmente, as fazendas de cliques (*click farms*) são usadas em amplo leque de finalidades, como viralização de marcas, produtos, propagação de textos, vídeos e conteúdos de diferentes naturezas (inclusive de *fake news*) (DePillis, 2014; Clarck, 2015; Casilli, 2019). Neste artigo, tratamos precisamente daquelas focadas no impulsionamento de perfis em redes sociais ou, como designam alguns autores (Confessore et al., 2018; Lindquist, 2019), nas *follower factories* (fábricas de seguidores), situadas no universo digital da “economia dos likes” (*like economy*) (Gerlitz; Helmond 2013).

Embora a compra e venda de curtidas, seguidores, contas, comentários, entre outros, seja uma prática ilegal nas mídias sociais, no Brasil as plataformas tiram proveito de um negócio que parece estar em franca expansão (Albergotti; Kuranda, 2018; Lindquist, 2019). Ramificam-se também, nos grupos, mercados paralelos como o comércio de *bots*,⁵ de perfis falsos (variam em média entre 0,50 centavos e cinco reais), SMS e Chips de celulares (usados para desbloquear contas no Instagram) que, por sua vez,

⁵ Os “robôs” (*bots*) são sistemas programáveis para desempenhar tarefas pré-determinadas, repetitivas e padronizadas, como seguir perfis e curtir fotos/publicidades em mídias sociais.

produzem um círculo insidioso de heteromação. O trabalhador compra um *bot*, para conseguir rodar mais perfis simultaneamente, fazendo menos tarefas manuais. Todavia, quanto maior o número de contas funcionando ao mesmo tempo, maior é a frequência de bloqueios pelos algoritmos do Instagram. Para evitar tais bloqueios, as pessoas despendem também tempo “alimentando e montando” esses perfis, para que pareçam verídicos. Logo, trocam seguidores em grupos específicos para tal, incluem variadas fotos, postagens e programam-se para, de tempos em tempos, assistir a *stories*. Ao que parece, essas práticas diminuem o índice de bloqueios.

Para efeitos de ilustração, a plataforma GanharNoInsta paga 0,006 centavos para cada ação de “seguir” e 0,003 centavos para “curtir”. Para receber 60 reais por dia, o trabalhador deveria fazer 10 mil ações de seguir ou 20 mil de curtir. Isso seria possível se o trabalhador utilizasse entre 20 e 40 contas simultaneamente. Considerando os bloqueios cada vez mais frequentes de contas e os problemas corriqueiros com os *bots*, atingir essa cifra diária se revela dificilmente praticável. Os trabalhadores, portanto, imitam as máquinas, porém também dependem delas. Um dos momentos em que houve problemas técnicos relacionado a um desses sistemas é representativo desta relação contraditória:

- Robo não quer abrir... mds man. Cada hr eh uma coisa pqp
- Aqui tb robo ta congelado, ã quer abrir, ta uma merda, tem que fechar e abrir td de novo
- Na moral acho que eles pegam uns programadores no meio da rua. Né normal isso não. Tipo, sai gritando ei, c sabe programar?kkkk
- Justo agora que ta pipocano tarefa. Quando tá rolando é só bloqueio na cara e falta ação
- Aqui o *bot* não abre nem por reza
- Na hr que eu ia participar da festa caiu td aqui tbm. Tentei até extrair o download, pq tem vez q dá certo, mas n rolou
- Ceis vao ver, assim que voltar o *bot* vai secar tudo as ações kllkk

- Eu desencanei, abri agora 3 contas na mão e já fiz 60 centavos. Voltano o bot eu logo td denovo
- Acho que eles estão tramando alguma coisa kkkkk amanhã vai ver gente xingando que perdeu 100 contas. Até o pc foi bloqueado kkkkkkkk
- É mta maracutaia mesmo. Foda vei

Grohmann *et al.* (2021) mencionam que essas organizações, concebidas como parasitas, são a *deep web* do trabalho plataformizado. Contrariamente às plataformas globais que sustentam a IA, este tipo de heteromação se circunscreve na imitação das máquinas, como se esses trabalhadores fossem “robôs humanos”. Há, nesse mercado, uma forma dual de extração de valor. O *trabalho heteromatizado comunicativo* (Ekbia; Nardi, 2017) se desvela à medida que esses trabalhadores, mesmo que com perfis falsos, produzem conteúdos (seguir, curtir, reagir, compartilhar, postar), os quais servem para alimentar e criar valor para os usuários e as mídias sociais. Ainda que tais atividades se configurem como práticas ilegais, os dados produzidos e extraídos servem a essas redes. Já o *trabalho heteromatizado cognitivo* (Ekbia; Nardi, 2017) corresponde à vertente de imitação de serviços vendidos como automatizados. Além da execução das ações encomendadas, há um vasto leque de tarefas periféricas (criar perfis, “maquiá-los”, comprar e vender SMS, ativar, desativar e supervisionar os *bots*), que demandam um trabalho cognitivo que não pode ser executado por máquinas.

Essa miríade de processos se reflete também nas condições de trabalho vivenciadas. Nos grupos, as principais queixas observadas assentam-se sobre momentos de escassez de tarefas, sobre promessas não cumpridas e sobre os descontos efetuados em perfis bloqueados (nesses casos as ações realizadas não são remuneradas). Parece ser ponto pacífico entre os trabalhadores que as tabelas de preços difundidas pelas empresas não se traduzem em realidade. A insatisfação atinge seu auge quando os pagamentos demoram a ser efetivados ou quando há os denominados *golpes* das plataformas (expressões usadas pelos membros dos grupos). No mês de outubro de

2020, por exemplo, uma das plataformas de impulsionamento relatou um problema técnico em seus algoritmos e, sob a alegação de que os pontos dos usuários estavam aumentando sem que estivessem realizando ações, de maneira arbitrária, zerou o saldo de vários trabalhadores. Apresentamos abaixo fragmentos literais de uma discussão sobre o ocorrido:

- Pqp man três dias de trampo, várias horas pra me dizerem que fudeu todo mundo...
- Eu estava pegando firme mas dps dessa eu desanimei tanto que não estou sentindo vontade de usar mais o site, hoje mesmo entrei lá por 5min e já saí, eu posso te afirmar que na minha conta não teve acréscimo de saldo nenhum, o que tiraram foi valor de trabalho feito por mim.
- O meu saldo também sumiu vei. Eu havia ganho no decorrer da semana karaio.... Sumiu ontem do nada.
- Está tudo ok agora, mas zerou meu saldo, eu tinha 10 reais ou mais lá, vão me devolver? Não resolveram nada, conversa pra boi dormir, ainda tem tarefas de dois dias atrás que tá verificando.
- O meu ajustaram os 34 reais e depois tiraram de novo como fica agora alguém tem que resolver isso.
- Eles estão roubando nos.
- Vdd eu estou puta Poq, eu estou precisando. Eh ainda beem q eu tinha feito uma retirada antes se não ia perder tudo.
- Eu também consegui fazer uma retirada antes. Mas daí fiquei juntando o dinheiro e eles descontou tudo fiquei quase zerado sendo q fiz todas as tarefas q pediu.
- É pq são safados. Bora fazer um grupo do Procon e denuncia.
- Aconselho a todos a n usar mais esse site. É perda de tempo. ESTÃO TRABALHANDO DE GRAÇA.

Nessas situações, em que a insatisfação atinge seu auge, os trabalhadores tendem a migrar para outras plataformas, mas assim que se confrontam com a falta de tarefas, acabam retornando. Ao longo dos sete meses de realização da netnografia, acompanhamos sucessivas reclamações e movimentos de

boicote às plataformas. Todavia, parece que nenhum se concretizou de fato. Isso ocorre pois embora haja um discurso de liberdade e flexibilidade no mercado de microtarefas, há uma crescente dependência dos trabalhadores em relação ao gerenciamento algorítmico (Viana Braz, 2021).

Quanto às plataformas de microtarefas de *freelancing*, constata-se a dependência do *microtrabalho heteromatizado criativo*. Bastante presente no mercado publicitário e na esteira da *casualização do trabalho* (Ekbia; Nardi, 2017) – em que predomina o subemprego, o *freelance*, o trabalho parcial, por contrato temporário, intermitente e casual –, trata-se de uma fonte de produção de valor na qual as plataformas vendem serviços ligados à criação de produtos específicos, como desenhos, logotipos, vinhetas, folders, cardápios etc. Todos esses citados podem ser adquiridos por 20 reais nas plataformas brasileiras.

Sem custos trabalhistas, as organizações ampliam suas fatias de mercado reforçando a precarização do trabalho e a autoexploração de inúmeros profissionais, com destaque, neste caso, para os designers gráficos e editores, cujas recompensas financeiras são niveladas por baixo e equiparadas ao trabalho amador. Ademais, o *microtrabalho heteromatizado comunicativo e cognitivo* também se faz presente nesses espaços, pois é possível, nesses sites, comprar “1000 inscritos em seu canal de Youtube”, “2000 seguidores no Instagram” ou “1000 visualizações em seu vídeo do Youtube”, como pode ser visto na Vinteconto.

O *microtrabalho heteromatizado cognitivo* está presente em distintas etapas da cadeia produtiva da IA e da computação (plataformas das categorias 1 e 5): 1) trabalho de produção das informações; 2) trabalho de captura e codificação das informações, no formato de dados; 3) trabalho de formatação e organização de um conjunto de dados; 4) rotulagem e validação de dados na aprendizagem supervisionada, mediante alimentação de parâmetros específicos; 5) verificação, avaliação e testes de produtos, *software* e modelos etc. (Pasquinelli; Joler, 2020). Segundo Casilli (2019), essa cadeia é produtora de um triplo valor do trabalho plataformizado. O valor de

qualificação remete-se ao fato de que, para que essas plataformas funcionem, seus algoritmos necessitam de uma qualificação e alimentação contínuas de dados. Quem cria esse valor, então, são os usuários e microtrabalhadores. O *valor de monetização* refere-se ao processo no qual as empresas transformam os dados criados em suas plataformas em valor monetário. Ora, o controle e gestão desses dados são o principal ativo dos *crowdworks*. Por fim, o *valor de “automação”* compreende a vertente do potencial de transformação e inovação dessas plataformas, a partir da extração de dados que subsidiam a criação de novas tecnologias.

É fato que os dados são a primeira fonte de produção de valor na indústria das “tecnologias inteligentes”. Treiná-los, porém, é mais complexo do que se pode imaginar. O desenho, estrutura, formatação e edição dos dados implica um trabalho cognitivo sensível, relativo aos parâmetros técnicos dos algoritmos de aprendizagem (padrões de reconhecimento, extração e geração da arquitetura algorítmica) (Pasquinelli; Joler, 2020). Na indústria de reconhecimento facial, por exemplo, embora possam estar presentes em nossa sociedade imaginários que dão vida e inclusive antropomorfizam a IA, os algoritmos não pensam nem captam imagens como o faz a cognição humana. Ao contrário, eles calculam pixels, bem como cadeias numéricas de proximidade e brilho, em sistemas binários de reconhecimento (Pasquinelli; Joler, 2020). Quem faz o microtrabalho de abstração e aproximação de padrões no paradigma da heteromação são os seres humanos. Às máquinas, compete o trabalho de aprendizagem e identificação desses padrões de reconhecimento de determinado campo visual. A esse respeito, uma discussão em um grupo de trabalhadores da AMT parece representativa deste processo.

- Olá Pessoal lembra que comentei q minha noiva teve 69 rejects do Brex daquele hit de 1cents + 6 cents de bonus, adivinha o motivo: por q ao inves de ela colocar “N” maiusculo, ela colocou “n” minusculo. Brincadeira né, vamos ver se vai reverter.

- é complicado, tomara que revertam.

- é pq eles fazem isso de forma automatica, entao se ta “n” o código ja nao vai ser reconhecido
- Kkkk n. Ou N é a mesma coisa kkk
- então, é que quem avalia primeiro essas task é um algoritmo, dai pro código não é a mesma coisa
- Aff então dão tarefas pra humanos fazer mas esperam que façamos como robôs ...
- é vdd. Pq pra um humano n ou N é a mesma coisa
- Mas esse trampo é justamente pra treinar Robôs
- Na minha opinião tá treinando errado kkkk mas td bem né, fazer o q?

Para além dos vieses históricos e algorítmicos amplificados pelo aprendizado de máquinas (Noble, 2018), a análise do microtrabalho heteromatizado evidencia a dependência do trabalho cognitivo humano, as limitações técnicas desse processo e sua origem social. Tal constatação nos leva a corroborar a tese de que a força de trabalho do mercado de microtarefas não seria proveniente de uma demanda conjuntural e temporária, mas constitui elemento essencial e estrutural da cadeia de produção da IA (Gray; Suri, 2019). A base do *machine* e *deep learning*, portanto, sempre estará engendradora na representação de comportamentos, atividades e habilidades de indivíduos, isto é, na produção social e intersubjetiva humana (Pasquinelli; Joler, 2020).

Dado que compreendemos a função elementar dos trabalhos heteromatizados comunicativos, cognitivos e criativos em algumas das plataformas analisadas, *quais seriam então suas particularidades no Brasil?*

As condições de trabalho variam entre as plataformas, mas em todos os grupos acompanhados, em algum momento, foram compartilhadas queixas sobre atrasos de pagamentos, problemas técnicos ou ausência de respostas por parte das plataformas, bem como frustrações sobre as atividades ou sobre a falta de transparência relacionada às taxas fixadas e retornos obtidos. Em comunidades vinculadas a projetos predeterminados, como

Appen e Lionbridge, predominam frustrações relacionadas à nebulosidade dos critérios utilizados para o aceite do ingresso nos projetos e ansiedades vinculadas ao medo do desligamento ou bloqueio repentino.

Como as plataformas são pautadas por excesso de prescrições (Berg *et al.*, 2018; Gray; Suri, 2019), para conseguir realizar mais tarefas, de forma mais rápida, com maior retorno financeiro, os trabalhadores burlam as normas estabelecidas. Na plataforma Oneforma (do grupo Pacteria), por exemplo, existe um projeto voltado ao treinamento de dados para reconhecimento de estruturas de formulários e de grafia humana. As tarefas implicam imprimir formulários variados e preenchê-los manualmente, segundo uma ordem delimitada, porém com dados fictícios. Para fazer parte do projeto, é necessário assinar um termo, denominado *Non-Disclosure Agreement* (Acordo de Não-divulgação) que, dentre outras considerações, proíbe o trabalhador de compartilhar quaisquer informações sobre os projetos e atividades realizadas nas plataformas. As sanções e punições ao descumprimento do contrato aparecem ainda em letras garrafais. Além disso, para se inscrever em cada um dos projetos, é preciso obter uma nota mínima em uma qualificação geral da plataforma e em provas específicas de idiomas. Como as tarefas que primeiro se esgotam são aquelas voltadas aos idiomas português e inglês, os trabalhadores se organizavam nos grupos para conseguir certificação em outros idiomas (como francês, alemão e italiano). Em um dos grupos, cada pessoa enviava o *print screen* de uma questão, e o grupo pesquisava na internet até descobrir quais as respostas corretas e compartilhava uma espécie de gabarito entre os membros. Para além do ganho relacionado à ampliação do acesso aos formulários de outros idiomas, há um movimento coletivo de impressão de singularidade no trabalho, em um cenário de heteromação massificado e prescritivo. Não à toa, em variados momentos análogos a esse, o sucesso da transgressão era seguido de *memes* e brincadeiras, frutos de um prazer grupal por ter vencido a tecnologia e superado uma estrutura cristalizada.

Nessa mesma perspectiva, compartilham-se estratégias relacionadas às melhores formas de prestar contas e de sacar o dinheiro logrado por meio dos microsserviços. Em plataformas como Appen e Lionbridge são compartilhadas dicas sobre como são registradas as tarefas realizadas, visto que, no fim de cada mês, é o trabalhador quem deve declarar para a empresa a carga horária cumprida e os serviços realizados. Já na Amazon Mechanical Turk, conforme aponta pesquisa de Moreschi, Pereira e Cozman (2020), como somente os trabalhadores residentes da Índia e dos Estados Unidos eram autorizados a receber diretamente o dinheiro fruto das microtarefas em suas contas bancárias, no caso dos brasileiros, os honorários eram pagos na forma de créditos de compras no website da Amazon estadunidense. Com efeito, para fazer a remuneração chegar ao Brasil, duas principais manobras eram compartilhadas nos grupos: a transformação desses créditos em *giftcards* da Amazon, que, por seu turno, eram vendidos em leilões *online*, via de regra, por valores inferiores ao que valiam originalmente; ou a transformação dos créditos em *sites* de criptomoedas (em especial mediante bitcoins na Avacus), que eram então convertidos em real e resgatados via Paypal. Desde o dia 26 de outubro de 2020, contudo, a AMT anunciou uma nova opção de transferência de pagamento simplificada, a qual permite que os brasileiros depositem seus honorários em uma conta bancária virtual e os resgatem diretamente via Paypal ou Transferwise. Essa transição, que ocorre gradativamente, foi liberada primeiro às contas dos trabalhadores brasileiros com melhores qualificações (medidas pela taxa de aprovação do usuário) e, até o momento, prevalece um cenário híbrido, em que alguns já conseguem fazer as retiradas diretamente e outros seguem se servindo dos outros métodos. Enfim, no mês de novembro, percebemos um crescimento exponencial de novos membros nos grupos da AMT, o que sugere que a procura pela plataforma tenderá a aumentar ainda mais com a liberação integral da operação simplificada.

A heteromação no microtrabalho, vinculada em especial à IA, é também produto da crescente autonomia geopolítica de empresas de tecnologia,

ancorada no extrativismo do conhecimento e na invisibilização dos trabalhadores (Pasquinelli; Joler, 2020). Além das dificuldades relacionadas aos meios de pagamentos e execução das tarefas, o microtrabalho no Brasil opera em condições assimétricas, quando comparadas ao mercado do Norte global. Por exemplo, plataformas do grupo Pacterá parecem fazer a *reposição* de tarefas em momentos específicos, de acordo com o fuso horário da região onde estão sediadas. Logo, no projeto supracitado da Oneforma, eram frequentes relatos de trabalhadores que se programavam para acordar por volta das duas horas da manhã, quando eram inseridos novos formulários. Alguns desses relatos (colhidos em variados grupos) são representativos desse processo em que todo tempo do trabalhador passa a ser encarado como tempo potencial para o trabalho:

- Ontem começou a cair tasks de madrugada, eu tava morta de sono mas fiquei umas duas horas pra n perder oportunidade.
- Eu só fico acordada na madrugada quando meu bebê não quer domi, aí fico na plataforma. Tipo hoje ele foi dormi 3:40 da manhã.
- Madrugada foi puxada, tive que colocar uma garrafa de café, pra ficar até 5hs e pouco...
- Putz eu tentei acordar mas não consegui hahaua. Não sou da madrugada. Mas vou tentar essa noite, tá acabando cada vez mais rápido.
- eu acordei as 4h fiz menos de 15 [tarefas]. Meu namorado virou a madrugada fazendo e flou que rendeu bem.
- Ih, gente, One não é pra mim não. Eu não posso de madrugada...

Como já ocorre historicamente no microtrabalho, os empregadores do Norte são atraídos pela oportunidade de mão de obra de menor custo em países em desenvolvimento e não desenvolvidos. Casilli (2019) se refere a esse processo como *realocação como serviço*, ou seja, se no passado a terceirização de mão de obra para países periféricos envolvia ao menos uma estrutura de comércio de uma companhia multinacional, atualmente, no mercado de microtarefas, essas realocações podem ser feitas em poucas horas, com custos e riscos muito baixos, por qualquer pessoa. Nesse

sentido, são comuns nos grupos discussões relacionadas à depreciação das tarefas realizadas por brasileiros (que costumam ser pagas com valores abaixo das atividades direcionadas a países do Norte global). Alguns relatos parecem ilustrativos:

- Cara, o foda pra gente é que só pegamo as *task* que sobram, que a galera nos EUA n fizeram;
- “Fique atento à comunicação durante o dia, pois trabalhamos no horário do Pacífico dos EUA”... Toda vez que abro a One e tem essa msg fico puto;
- Gente pensei aqui agora... Os horários mudaram pq é horário de verão no EUA, então só vai ter hit as 23h;
- Hoje é feriado nos EUA? Ta mto fraco de *task*;
- O problema de chegar mt brasileiro na amt é que jaja vamo ta que nem os indiano, praticamente trabalhando de graça;
- Não é só br que faz errado... os indianos msm, varias *hits* boas são bloqueadas pra eles... pra br ainda não chegou nesse nível, mas qlqr hr chega.

A dinâmica de pagamento, reposição das tarefas e a centralização dos fusos horários nos países-sede das plataformas também fazem com que os brasileiros tenham à disposição, sobremaneira, tarefas inferiores. Quanto mais brasileiros procuram as plataformas, mais os rendimentos tendem a cair. Na Appen, por exemplo, as pessoas mais experientes relatam que em meados de 2015 recebiam uma média de dez dólares por hora de trabalho, e era comum não haver restrições de tempo nos projetos. Hoje, paga-se uma média de três a cinco dólares para fazer as mesmas tarefas. Portanto, ao considerarmos que 32 plataformas abarcadas neste estudo provêm dos Estados Unidos ou de países europeus, constatamos que são criados, nesses mercados, canais mundiais de deslocamento da força de trabalho, mediante atividades mal pagas e ocultas, cuja função consiste em prolongar os modos de espoliação econômica por parte de países colonialistas e economias imperialistas (Casilli, 2019; Woodcock; Graham, 2019). Os compradores de tarefas, instalados sobretudo na Europa e Estados Unidos, continuam a reproduzir tensões históricas e assimetrias políticas em relação ao Sul

global (Berg *et al.*, 2018; Casilli, 2019; Woodcock, 2021), o que indica que a discussão sobre o microtrabalho deve sempre partir das condições concretas vivenciadas por trabalhadores de cada país.

Foram demonstrados somente alguns recortes representativos de assimetrias vivenciadas por trabalhadores brasileiros, que dizem respeito ao lugar que o Brasil ocupa na geopolítica do microtrabalho heteromatizado. Em síntese, destacam-se assimetrias relacionadas às condições de trabalho e pagamento (seja em função das dificuldades de recebimento, seja pela falta de transparência das plataformas), à distribuição de tarefas (que deriva de uma lógica global e difusa) e à desvalorização da mão de obra brasileira. Além disso, exceto em países como Indonésia e Filipinas, do sudeste asiático (Lindquist, 2019), tal como no Brasil não foi encontrada na literatura tamanha presença das plataformas de fazendas de cliques. Nesse âmbito, considerando diferenças em termos de idioma, parece haver distintos marcadores de classe, gênero e raça que caracterizam os trabalhadores atuantes em plataformas brasileiras e globais. Apesar dessa hipótese, o método usado não nos permite avançar nessas postulações, de maneira que se indica que trabalhos futuros possam cartografar os perfis sociodemográficos de diferentes cenários do microtrabalho no Brasil.

Por fim, apreendemos que o mercado de microtarefas constitui palco privilegiado de análise do paradigma da heteromação, pois, ainda que as microtarefas sejam simples, repetitivas e exijam amiúde baixa qualificação, não prescindem das capacidades cognitivas, criativas e intuitivas dos trabalhadores, as quais, por sua vez, são mobilizadas por incentivos econômicos (Ekbia; Nardi, 2017). Considerando a relação de anonimato e impessoalidade que blinda os requisitantes das tarefas e as plataformas, esse trabalho cognitivo é concebido tal qual um serviço encomendado e fruto de uma relação com uma máquina. É justamente por isso que Ekbia e Nardi (2017) mencionam que, no microtrabalho, os trabalhadores são tratados não somente como números, mas como *software*. A pessoa por detrás da tarefa realizada desaparece e as avaliações são feitas de maneira fria, tal como um processo de conferência de dados gerados automaticamente por um computador.

Considerações finais

Neste artigo, sustentamos a premissa de que o mercado de microtarefas representa o arquétipo de formas heteromatizadas de trabalho, marcadas por algumas características elementares: (i) a radicalização da flexibilização (Antunes, 2018) faz com que trabalhadores de variadas geografias do mundo concorram entre si em tempo real, em condições notadamente assimétricas, na busca por compensações financeiras; (ii) no bojo da *taskificação das atividades* (Grohmann; Qiu, 2020), em que o trabalho tende a ser concebido como serviço, cresce o potencial de expansão, interconexão e mobilidade do capital financeiro que sustenta as plataformas, o que torna os trabalhadores ainda mais dispersos, descartáveis e invisibilizados; (iii) as condições, organização e relações de trabalho são cada vez mais condicionadas pela gestão algorítmica, o que altera as dinâmicas de sociabilidade e de organização coletiva dos trabalhadores (Viana Braz, 2019, 2021).

A partir das teses de Ekbja e Nardi (2017), entendemos que a heteromação do trabalho implica uma configuração sociotécnica específica (e central) de produção de valor mediante a exploração de uma força de trabalho invisibilizada e mal remunerada, na qual a inteligência e criatividade humanas são desvalorizadas e ocultadas. Dado que a heteromação no microtrabalho se desvela como um diferencial competitivo central do capitalismo hodierno e vetor de produção de valor econômico, esse mercado tende a se expandir, o que significa que veremos cada vez mais humanos trabalhando para máquinas (em atividades marginais, mas essenciais), servindo-as para torná-las mais operantes e inteligentes.

Em meio a esse cenário global de transformações no mundo do trabalho, onde estaria o Brasil na geopolítica do microtrabalho? Se nos remetermos à precarização que sustenta o mercado das tecnologias inteligentes, e considerando que, em pesquisa recente (Oxford Insights, 2020), o Brasil ficou em 63º lugar no *ranking global* de estágio de preparação para IA, entendemos que estamos distantes de assumir uma posição de proeminência em termos de produção de “tecnologias inteligentes”. Por outro lado, as plataformas de microtrabalho parecem se proliferar em nosso país, de maneira que

os trabalhadores servem como mão de obra barata, invisível e temporária a *crowdworks* globais, que prescindem de qualquer responsabilização perante as regulações trabalhistas locais. Igualmente, constatamos que as condições de se realizar o microtrabalho são notadamente assimétricas e mais precárias, no Brasil, quando comparadas àquelas dos países do Norte global (Berg *et al.*, 2018; Woodcock, 2021), de maneira que a exploração euro-americana (centro-periférica) ainda constitui marca preponderante da divisão internacional do trabalho, inclusive nesse mercado. Logo, se o Brasil tem potencial para assumir a dianteira de alguma das frentes da cadeia de IA, apostaríamos na proliferação das plataformas de *imitação* de IA (Tubaro; Casilli; Coville, 2020), tal como ocorre com o microtrabalho das fazendas de cliques. Fazemos tal afirmação (com certa dose de pessimismo), pois não encontramos o movimento dessas plataformas com tamanha força em outros países e, somente no ano de 2020, cinco negócios dessa natureza foram iniciados no país, o que sugere que, embora se trate de um fenômeno germinal, há nele um potencial de reprodução expressivo.

A análise dos tipos de plataformas em operação em território nacional e a apresentação dos números de acessos individuais aos seus sites e aplicativos nos permite pressupor que uma das principais reservas de mão de obra do microtrabalho no mundo se encontra no Brasil. Esta pesquisa contribuiu no sentido de identificar e visibilizar essas formas de trabalho, bem como de demonstrar que não estamos diante de um cenário isolado, monolítico, homogêneo, fruto de ações que têm por finalidade oferecer aos trabalhadores uma mera renda-extra. O microtrabalho, enfim, está imbricado em formas específicas de extração de valor da plataformização do trabalho e deve ser compreendido como parte de cadeias de produção mais amplas, globais, em que os mercados e as condições de trabalho são polissêmicos, assimétricos e regidos mormente por países do Norte global.

Matheus Viana Braz é Doutor em Psicologia e professor no curso de Psicologia da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Estadual de Maringá (UEM).

✉ matheus.braz@uemg.br

Referências

1. ACEMOGLU, Daron; RESTREPO, Pascual. The race between man and machine: Implications of technology for growth, factor shares, and employment. **American Economic Review**, v. 108, n. 6, p. 1488-1542, 2018. <https://doi.org/10.1257/aer.20160696>
2. ALBERGOTTI, Reed; KURANDA, Sarah. Instagram's growing bot problem. **The Information**, 18 jul. 2018. Disponível em: <https://www.theinformation.com/articles/instagrams-growing-bot-problem>
3. AMAZON MECHANICAL TURK. **Overview of mechanical turk**. Publicado em 2018. Disponível em: <https://www.mturk.com/help>
4. ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.
5. AUTOR, David H. Why are there still so many jobs? The history and future of workplace automation. **Journal of Economic Perspectives**, v. 29, n. 3, p. 3-30, 2015. <https://doi.org/10.1257/jep.29.3.3>
6. AUTOR, David H.; DORN, David. The growth of low-skill service jobs and the polarization of the US labor market. **American Economic Review**, v. 103, n. 5, p. 1553-1597, 2013. <https://doi.org/10.1257/aer.103.5.1553>
7. BERG, Janine; FURRER, Marianne; HARMON, Ellie; RANI, Uma; SILBERMAN Six. **Digital labour platforms and the future of work**: towards decent work in the on-line world. Geneva: International Labour Office, 2018.
8. BESSEN, James E. Automation and jobs: When technology boosts employment. **Boston University School of Law, Law and Economics Research Paper n. 07-19**. Boston: Boston University School of Law, 2017. p. 1-50. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2935003
9. CASILLI, Antonio. **En attendant les robots** : enquête sur le travail du clic. Paris: Seuil, 2019.
10. CASILLI, Antonio; TUBARO, Paola; LE LUDEC, Clément; COVILLE, Marion; BESEVAL, Maxime; MOUHAREF, Touhfat; WAHAL, Elinor. **Le Micro-travail en France**. Derrière l'automatisation de nouvelles précarités au travail ? Rapport Final Projet DiPLab. Paris: Institut de Recherches Economiques et Sociales (IRES), 2019.
11. CHEN, Brian; METZ, Cade. Google's Duplex uses A.I. to mimic humans (sometimes). **The New York Times**, 22 maio 2019. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2019/05/22/technology/personaltech/ai-google-duplex.html>
12. CHUI, Michael; MANYIKA, James; MIREMADI, Mehdi. Four fundamentals of workplace automation. **McKinsey Digital**, 1 nov. 2015. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/business-functions/mckinsey-digital/our-insights/four-fundamentals-of-workplace-automation#>
13. CLARCK, Doug B. The bot bubble: how click farms have inflated social media currency. **The New Republic**, 21 abr. 2015. Disponível em: <https://newrepublic.com/article/121551/bot-bubble-click-farms-have-inflated-social-media-currency>

14. CONFESSORE, Nicholas; DANCE, Gabriel J. X.; HARRIS, Richard; HANSEN, Mark. The follower factory. Everyone wants to be popular online. Some even pay for it. Inside social media's black market. **The New York Times**, 27 jan. 2018. Disponível em: <https://www.nytimes.com/interactive/2018/01/27/technology/social-media-bots.html>
15. DEJOURS, Christophe. **Trabalho vivo: trabalho e emancipação**. (Tradução de Frank Sudant). Brasília: Paralelo 15, 2012.
16. DEPILLIS, Lydia. Click farms are the new sweatshops. **The Washington Post**, 6 jan. 2014. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/news/wnk/wp/2014/01/06/click-farms-are-the-new-sweatshops/>
17. EKBIA, Hamid R.; NARDI, Bonnie. **Heteromation, and other stories of computing and capitalism**. Cambridge: MIT Press, 2017.
18. FRAGOSO, Sueli; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. **Métodos de pesquisa para internet**. Porto Alegre: Sulina, 2011.
19. FRANZKE, Aline S.; BECHMANN, Anja; ZIMMER, Michael; ESS, Charles. **Internet research: ethical guidelines 3.0**. Association of Internet Researchers. Disponível em: <https://aoir.org/reports/ethics3.pdf>
20. FREY, Carl B.; OSBORNE, Michael A. The future of employment: How susceptible are jobs to computerization? **Technological Forecasting and Social Change**, v. 114, n. 1, p. 254-280, 2017. <https://doi.org/10.1016/j.techfore.2016.08.019>
21. GERLITZ, Carolin; HELMOND, Anne. The like economy: Social buttons and the data-intensive web. **New Media & Society**, v. 15, n. 8, p. 1348-1365, 2013. <https://doi.org/10.1177/1461444812472322>
22. GRAHAM, Mark; HJORTH, Isis; LEHDONVIRTA, Vili. Digital labour and development: impacts of global digital labour platforms and the gig economy on worker livelihoods. **Transfer – European Review of Labour and Research**, v. 23, n. 2, p. 135-162, 2017. <https://doi.org/10.1177%2F1024258916687250>
23. GRAY, Mary L.; SURI, Siddharth. **Ghost work: How to stop Silicon Valley from building a new global underclass**. Boston: Houghton Mifflin Harcourt, 2019.
24. GROHMANN, Rafael. Plataformização do trabalho: entre dataficação, financeirização e racionalidade neoliberal. **Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v. 22, n. 1, p. 106-122, 2020.
25. GROHMANN, Rafael; ARAÚJO, Willian F. Beyond Mechanical Turk: the work of Brazilians on global AI platforms. In: VERDEGEM, Pieter. **AI for everyone? Critical perspectives**. London: University of Westminster Press, 2021. p. 247-266.
26. GROHMANN, Rafael; QIU, Jack. Contextualizando o trabalho em plataformas. **Contracampo: Brazilian Journal of Communication**, v. 39, n. 1, p. 107-122, 2020. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.42260>

27. GROHMANN, Rafael; SOARES, Alison; MATOS, Évelin; AQUINO, Maria Clara; AMARAL, Adriana; GOVARI, Caroline. O que são as plataformas de fazendas de cliques e por que elas importam. **Nexo Políticas Públicas**. 06 de maio de 2021. Disponível em: <https://pp.nexojournal.com.br/ponto-de-vista/2021/O-que-s%C3%A3o-plataformas-de-fazendas-de-clique-e-por-que-elas-importam>
28. HUWS, Ursula. **Labor in the global digital economy**: the cybertariat comes of age. Nova York: New York University, 2014.
29. IPEIROTIS, Panagiotis G. Demographics of Mechanical Turk. NYU Working Paper No. CEDER-10-01, março, 2010. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1585030
30. IRANI, Lilly. The cultural work of microwork. **New Media & Society**, v. 17, n. 5, p. 720-739, 2015. <https://doi.org/10.1177/1461444813511926>
31. KALIL, Renan B. **Capitalismo de plataforma e Direito do Trabalho: crowdwork e trabalho sob demanda por meio de aplicativos**, 366f. Tese (Doutorado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito, Direito do Trabalho e da Seguridade Social, Universidade de São Paulo, 2019.
32. KÄSSI, Otto; LEHDONVIRTA, Vili; STEPHANY, Fabian. How many online workers are there in the world? A data-driven assessment. **Social Science Research Network**, 23 mar. 2021. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.3810843>
33. LHUILIER, Dominique. O agir em psicossociologia do trabalho. **Psicologia em Revista**, v. 23, n. 1, p. 295-311, 2017. <https://doi.org/10.5752/P.1678-9563.2017v23n1p295-311>
34. LINDQUIST, Johan. Illicit Economies of the internet: click farming in Indonesia and beyond. **Made in China**, 12 jan. 2019. Disponível em: <https://madeinchinajournal.com/2019/01/12/illicit-economies-of-the-internet-click-farming-in-indonesia-and-beyond/>
35. MORESCHI, Bruno; PEREIRA, Gabriel; COZMAN, Fabio G. The Brazilian workers in Amazon Mechanical Turk: dreams and realities of ghost workers. **Contracampo: Brazilian Journal of Communication**, v. 39, n. 1, p. 44-64, 2020. <https://doi.org/10.22409/contracampo.v39i1.38252>
36. NOBLE, Safiya U. **Algorithms of oppression**: how search engines reinforce racism. Nova York: NYU Press, 2018.
37. OXFORD INSIGHTS. AI readiness index 2020. **Oxford Insights**, 2020. Disponível em: <https://www.oxfordinsights.com/government-ai-readiness-index-2020>
38. PASQUINELLI, Matteo; JOLER, Vladan. The Noosphere manifested: AI as instrument of knowledge extractivism. **AI & Society**. 21 de novembro de 2020. <https://doi.org/10.1007/s00146-020-01097-6>
39. RIFKIN, Jeremy. **La nouvelle société du coût marginal zéro** : l'internet des objets, l'émergence des communaux collaboratifs et l'éclipse du capitalisme. Paris: Editions Les Liens qui Libèrent, 2014.

40. RODRIK, Dani. **A globalização foi longe demais?** São Paulo: Editora Unesp, 2011.
41. SILBERMAN, Six M. **Human-centered computing and the future of work:** lessons from Mechanical Turk and Turkopticon. Tese (Doutorado em Filosofia), University of California, Irvine, 2015. Disponível em: <https://escholarship.org/uc/item/1s32t9n3>
42. TUBARO, Paola; CASILLI, Antonio. Micro-work, artificial intelligence and the automotive industry. **Journal of Industrial and Business Economics**, n. 46, p. 333-345, 2019. <https://doi.org/10.1007/s40812-019-00121-1>
43. TUBARO, Paola; CASILLI, Antonio; COVILLE, Marion. The trainer, the verifier, the imitator: three ways in which human platform workers support artificial intelligence. **Big Data & Society**. p. 1-12, 24 de abril de 2020. <https://doi.org/10.1177/2053951720919776>
44. TUBARO, Paola; LUDEC, Clément; CASILLI, Antonio A. Counting 'micro-workers': societal and methodological challenges around new forms of labour. **Work Organization, Labour & Globalization**, v. 14, n.1, p. 67-82, 2020. <https://doi.org/10.13169/workorglaboglob.14.1.0067>
45. VIANA BRAZ, Matheus. **Paradoxos do trabalho:** as faces da insegurança, da performance e da competição. Curitiba: Appris, 2019.
46. VIANA BRAZ, Matheus. **Trabalho, sociologia clínica e ação:** alternativas à individualização do sofrimento. Porto Alegre: Editora Fi, 2021.
47. WOOD, Alex; LEHDONVIRTA, Vili; GRAHAM, Mark. Workers of the Internet unite? Online freelancer organisation among remote gig economy workers in six Asian and African countries. **New Technology, Work and Employment**, v. 33, n. 2, p. 95-112, 2018. <https://doi.org/10.1111/ntwe.12112>
48. WOODCOCK, Jamie; GRAHAM, Mark. **The gig economy:** a critical introduction. Cambridge: Polity, 2019.
49. WOODCOCK, Jamie. **The fight against platform capitalism:** an inquiry into the global struggles of the gig economy. Londres: University of Westminster Press, 2021. <https://doi.org/10.16997/book51.d>

Recebido: 26 jan. 2021.

Aceito: 03 ago. 2021.

Apêndice

Quadro 1. Plataformas de microtrabalho em operação no Brasil

- Microtarefas de produção e treinamento de dados
- Microtarefas de pesquisas de mercado
- Microtarefas de impulsionamento de redes sociais
- Microtarefas de *freelancing*
- Microtarefas de testes de usabilidade remota

	Nome da Plataforma	Atividades on-line	Data de Criação	Sede	Observações
1	'Clickworker	Produção e treinamento de dados	2005	Essen (Alemanha)	Acesso à UHRS (Microsoft)
2	Microworkers	Produção e treinamento de dados	2009	Dallas (Estados Unidos)	
3	'Appen	Produção e treinamento de dados	1996	Charswood (Austrália)	Acesso à múltiplas plataformas
4	'Pactera	Produção e treinamento de dados	1995	Pequim (China)	Acesso à UHRS (Microsoft) e outras plataformas de propriedade da companhia (por exemplo, OneForma)
5	'Lionbridge	Produção e treinamento de dados	1996	Waltham (Estados Unidos)	Acesso à RaterHub (Google) e outras plataformas de propriedade da companhia. Empresa chegou a encerrar temporariamente, em 2019, as inscrições de brasileiros microtrabalhadores, em razão do excesso de procura
6	'Ysense	Produção e treinamento de dados	2007	Hampstead (Estados Unidos)	Anteriormente denominada Clixsense, garante o acesso à múltiplas plataformas
7	Amazon Mechanical Turk	Produção e treinamento de dados	2005	Seattle (Estados Unidos)	
8	InstaGC	Produção e treinamento de dados	2011	Sellersburg (Estados Unidos)	Acesso à múltiplas plataformas
9	TranscribeMe	Produção e treinamento de dados	2011	San Francisco (Estados Unidos)	

Continuação Quadro 1...

10	CrowdSource	Produção e treinamento de dados	2017	Swansea (Estados Unidos)	
11	Figure Eight	Produção e treinamento de dados	2007	San Francisco (Estados Unidos)	Plataforma antes nomeada CrowdFlower, teve nome alterado após recompra pela Appen
12	Spare5	Produção e treinamento de dados	2014	Seattle (Estados Unidos)	Plataforma controlada pela empresa Mighty A.I., adquirida pela Uber
13	SequenceWork	Produção e treinamento de dados	2018	Birmingham (Inglaterra)	
14	HiveWork	Produção e treinamento de dados	2013	San Francisco (Estados Unidos)	Em 2019, a empresa criou um site em português direcionado à expansão no mercado brasileiro
15	Crowdtask	Produção e treinamento de dados	2013	Belo Horizonte (Brasil)	Plataforma sob propriedade da Base2 Tecnologia, fundada em 2005
16	RemoTasks	Produção e treinamento de dados	2017	San Francisco (Estados Unidos)	Foco na classificação de imagens, transcrições de áudios e moderações de conteúdo
17	RapidWorkers	Produção e treinamento de dados	2017	Não identificado	Poucas tarefas disponíveis para brasileiros
18	Neevo	Produção e treinamento de dados	2015	Seattle (Estados Unidos)	Plataforma controlada pela empresa DefinedCrowd, que já conta com mais de 300 mil microtrabalhadores registrados
19	Livra	Pesquisas de mercado	1999	Buenos Aires (Argentina)	Plataforma baseada em respostas de pesquisas de mercado, em troca de pontos para aquisição de produtos em empresas conveniadas
20	Prolific	Produção e treinamento de dados/ Pesquisas de mercado	2014	Oxford (Inglaterra)	
21	Myiyo	Pesquisas de mercado	2010	Düsseldorf (Alemanha)	Plataforma baseada em respostas de pesquisas de mercado

Continuação Quadro 1...

22	LifePoints Brasil	Pesquisas de mercado	2019	Warren (Estados Unidos)	Plataforma baseada em respostas de pesquisas de mercado (respondidas via email), em troca de pontos para aquisição de produtos em empresas conveniadas. Antes denominada Global Test Market, empresa de propriedade do grupo Lightspeed
23	Toluna Brazil	Pesquisas de mercado	2000	São Paulo (Brasil)	Plataforma baseada em respostas de pesquisas de mercado. Filial brasileira do grupo Toluna Corporate (França)
24	QualiBest	Pesquisas de mercado	2000	São Paulo (Brasil)	Plataforma filiada à Associação Brasileira de Empresas de Pesquisa e baseada em respostas de pesquisas de mercado, em troca de pontos para aquisição de produtos em empresas conveniadas
25	SurveyTime	Pesquisas de mercado	2011	Rehovot (Israel)	A plataforma é propriedade da Persona.ly, empresa com escritórios nos Estados Unidos, Japão, Coreia do Sul, China e Israel. A plataforma paga o valor fixo de um dólar para cada pesquisa concluída
26	Pinion	Pesquisas de mercado/ Microtarefas localizadas	2012	São Paulo (Brasil)	Pesquisas de Mercado, mas que exigem geolocalização específica
27	1Dizu	Impulsioneamento de engajamento no Instagram e TikTok	2019	Goiânia (Brasil)	Acesso ao Instagram mediante sincronização de contas
28	1SigaSocial	Impulsioneamento de engajamento no Instagram	2020	Três de Maio (Brasil)	Acesso ao Instagram mediante sincronização de contas

Continuação Quadro 1...

29	1GanharNoInsta	Impulsioneamento de engajamento no Instagram	2020	Mairinque (Brasil)	Acesso ao Instagram mediante sincronização de contas
30	1FarmerSocial	Impulsioneamento de engajamento no Instagram, Facebook e Youtube	2020	São Paulo (Brasil)	Acesso às mídias sociais mediante sincronização de contas.
31	1Kzom	Impulsioneamento de engajamento no Instagram	2020	Cidade não identificada (Brasil)	Acesso às mídias sociais mediante sincronização de contas. Os pontos obtidos podem ser convertidos em dinheiro ou trocados por seguidores nos perfis pessoais dos microtrabalhadores
32	1BroadSocial	Impulsioneamento de engajamento no Instagram, Twitter e Youtube,	2020	Não identificada.	Acesso às mídias sociais mediante sincronização de contas.
33	1Everve	Impulsioneamento de engajamento no Instagram, Twitter, Youtube, TikTok, Telegram e V Kontakte	2019	Sofia (Bulgária)	Acesso às mídias sociais mediante sincronização de contas em uma extensão do Google Chrome. Comissão também mediante sistema de afiliação de novos membros
34	1JobBoy	Impulsioneamento de engajamento no Facebook, Twitter e Google+)	2010	Los Angeles (Estados Unidos)	
35	WorkGenius	Microserviços de <i>freelancing</i>	2011	New York (Estados Unidos)	Plataforma antes nomeada MylittleJob
36	Fiverr Brasil	Microserviços de <i>freelancing</i>	2016	São Paulo (Brasil)	Unidade Brasileira da Fiverr International (criada em Tel Aviv, Israel)
37	Vintepila	Microserviços de <i>freelancing</i>	2017	Curitiba (Brasil)	
38	Vinteconto	Microserviços de <i>freelancing</i>	2015	Rio de Janeiro (Brasil)	Empresa possui operação também em Kettering, na Inglaterra

Continuação Quadro 1...

39	SEOClercks	Microsserviços de freelancing	2011	Hendersonville (Estados Unidos)	
40	CrowdTest	Testes de usabilidade remota	2011	Belo Horizonte (Brasil)	Plataforma sob propriedade da Base2 Tecnologia, fundada em 2005
41	Testbirds	Testes de usabilidade remota	2011	Munique (Alemanha)	
42	UserTesting	Testes de usabilidade remota	2007	San Francisco (Estados Unidos)	
43	UserFeel	Testes de usabilidade remota	2010	Atenas (Grécia)	
44	uTest	Testes de usabilidade remota	2007	Framingham (Estados Unidos)	
45	TesterWork	Testes de usabilidade remota	2015	Londres (Inglaterra)	
46	UsabilityHub	Testes de usabilidade remota	2008	Melbourne (Austrália)	Para fazer os testes, os microtrabalhadores são direcionados para uma plataforma intitulada UserCrowd
47	UserBrain	Testes de usabilidade remota	2014	Graz (Áustria)	
48	UserLytics	Testes de usabilidade remota	2009	San Francisco (Estados Unidos)	
49	Enroll	Testes de usabilidade remota	2018	Campbell (Estados Unidos)	
50	Ferpection	Testes de usabilidade remota	2014	Paris (França)	
51	1TimeBucks	Testes de usabilidade remota / Pesquisas / Geração de tráfego e engajamento em sites, jogos e redes sociais (Instagram e TikTok)	2017	Sydney (Austrália)	Empresa faz parte do grupo Australian Clearing, fundado em 2000

Continuação Quadro 1...

52	ClipClaps	Testes de usabilidade remota / Geração de tráfego via <i>streaming</i>	2019	Seattle (Estados Unidos)	Empresa controlada pelo grupo Grand Channel Entertainment. Os trabalhadores são pagos para jogarem jogos e assistirem à vídeos na plataforma. Em troca, ganham <i>clapcoins</i> , que podem ser trocadas por dinheiro e resgatadas via Paypal.
53	Cashzine	Testes de usabilidade remota/ Geração de tráfego via leitura de textos	2018	Kuala Lumpur (Malásia)	Trabalhadores são pagos para geração de tráfego via leitura de notícias indicadas pela plataforma. A versão em português chegou ao Brasil em 2020.
54	Buzzbreak	Testes de usabilidade remota/ Geração de tráfego via leitura de textos	2019	Seattle (Estados Unidos)	Geração de tráfego via <i>streaming</i> ou leitura de notícias. Em operação no Brasil desde o segundo semestre de 2019.

¹ Organizações categorizadas por Casilli et al. (2019) como *plataformas de microtrabalho profundo* (*Plateformes de micro-travail profond*), na qual as tarefas são organizadas por diferentes camadas. A primeira camada consiste em uma plataforma para anúncios das tarefas disponíveis. Após demonstrar interesse e ser aceito para uma tarefa ou projeto específico, o trabalhador é direcionado para uma segunda plataforma, em que é realizada a contratação. Por vezes, as tarefas são realizadas nesta segunda camada, porém em outros casos o trabalhador é novamente direcionado para uma terceira plataforma, também terceirizada para serviços específicos (como é o caso, por exemplo, da UHRS da Microsoft, da RaterHub da Google e TryRating, da Apple).

<https://doi.org/10.1590/15174522-112307>

Precarización del trabajo y estrategias de trabajadoras en plataformas digitales: trabajo desde el hogar, organización sindical y disputa por derechos en el contexto de la pandemia del Covid-19

Sofía Scasserra* 
Flora Partenio** 

Resumen

El presente artículo indaga en las condiciones de mujeres que se fueron insertando en trabajos más precarios, producto de la falta de respuestas en materia de políticas de corresponsabilidad de los cuidados. Estas trabajadoras buscaron respuestas en el trabajo remoto y en las plataformas de trabajo. La sobrecarga de trabajo doméstico y de cuidados no remunerados limita las posibilidades de inserción en empleos con jornadas laborales extradomésticas. De esta manera, la inserción de mujeres en plataformas de trabajo menos visibles – por no estar “en la calle” – es notoria porque habilita la combinación de tiempos y tareas – remuneradas y no remuneradas – en el hogar, pero, al mismo tiempo, las encasilla en sectores que les fueran socialmente asignados. Esta realidad requiere de nuevas estrategias políticas y sindicales a fin de darles visibilidad y representatividad en las organizaciones. Se materializa el riesgo de generar sindicatos sin la participación de las mujeres y sin una agenda de género. El artículo retoma las implicancias de un debate histórico que aún sigue vigente, y que se ha evidenciado en el contexto de la pandemia global, en torno a la llamada *crisis de los cuidados*. La pandemia del Covid-19 aceleró e

* Universidad Nacional de Tres de Febrero, Tres de Febrero, BA, Argentina.

** Universidad Nacional Arturo Jauretche, Florencia Varela, BA, Argentina.

hizo más vigente que nunca estos debates. Basado en un enfoque cualitativo, el presente estudio recurre a entrevistas semiestructuradas y al análisis documental para analizar las condiciones laborales de trabajadoras en plataformas digitales para el caso argentino. Asimismo, basado en una serie de talleres con trabajadoras sindicalizadas, plantea diversas estrategias para una agenda sindical y feminista, a fin de que no se diluyan la participación y derechos de las mujeres y personas LGBT+ a través de plataformas de trabajo que las aíslen en diversos empleos bajo la modalidad virtual y remota.

Palabras clave: trabajo, capitalismo de plataformas, mujeres, precarización, sindicatos.

Labor precariousness and strategies of women working on digital platforms: work from home, union organization and struggle for rights in the context of the Covid-19 pandemic

Abstract

The present work seeks to investigate the conditions of women workers who have entered the labor market in more precarious jobs as a result of the lack of policies to address co-responsibility for care work. These workers have resorted to remote jobs and work at digital platforms for being overloaded with unpaid care work, what limits their possibilities of entering jobs with extra-domestic working hours. So, women's presence in less visible work platforms – for not being “on the street” – is evident. While allowing them to accommodate time and (paid and unpaid) tasks, it also places them in sectors that were socially assigned to them, thus reinforcing stereotypes and overloading their workdays. This reality requires new political and union strategies to render them visible and represented within institutions. There is a risk of emptying unions of women's participation and of a gender agenda. The article takes up again the implications of a historical and ongoing debate that has become evident in the context of the global pandemic, regarding the so-called care crisis. The Covid 19 pandemic accelerated and made these debates more relevant than ever. The search for solutions is urgent, and this work proposes various strategies in the case of Argentina that should be promoted by unions, social and feminists' movements, in order not to undermine the participation and rights of women & LGBT+ people, through digital platforms that isolate them in various virtual and remote jobs.

Key words: labour, platform capitalism, women, precariousness, trade unions

Introducción

Con la aparición y expansión de las nuevas tecnologías de información y comunicación (TICs), el trabajo flexible y mediado por estas tecnologías se ha vuelto una realidad cada vez más palpable y extendida en las modalidades laborales. Es posible advertir trabajadores de todos los sectores que utilizan su celular o su computadora como herramienta y lugar de trabajo, estén donde estén. Cada vez son más personas las que encuentran en la economía de plataformas una oportunidad de generar ingresos o complementarlos, ya sea trabajando desde su casa o combinando horarios en una “jornada flexible” con otros empleos remunerados. Con la pandemia del Covid-19, dichas modalidades – que ya se encontraban presentes en diferentes ámbitos – se extendieron masivamente frente a la imposibilidad de las personas de trasladarse y moverse de sus hogares. Estas modalidades se combinaron con la extensión del teletrabajo para quienes ya se encontraban en relación de dependencia y, debido a las medidas de confinamiento y/o aislamiento social, debieron cumplir con sus tareas desde sus hogares (por ejemplo, docentes de todos los niveles educativos, sector servicios, administración, estatales, entre otros).

De acuerdo a los estudios previos a la pandemia del Covid-19 (OIT, 2019), las plataformas de trabajo dedicadas a la asignación de microtareas se habían convertido en una opción para mujeres de distintas regiones, ya que les permitía la posibilidad de combinar la carga de trabajo no remunerado con las actividades remuneradas. Principalmente en el caso de los países del Sur global, sin haber resuelto aún la división sexual del trabajo en los hogares y sin contar con políticas de corresponsabilidad de los cuidados, la modalidad de empleos remotos y trabajo vía plataformas se volvió una oportunidad para mujeres que asumen la mayor carga de trabajo doméstico y de cuidados no remunerado. Bajo el contexto de la pandemia, en el marco de medidas de confinamiento y aislamiento social¹ decretadas por

¹ Al respecto, ver para el caso argentino el Decreto 297/2020 del Poder Ejecutivo con fecha 19/03/2020: <https://www.boletinoficial.gob.ar/detalleAviso/primera/227042/20200320>

los gobiernos, esta sobrecarga de trabajo no remunerado puso en evidencia de modo más crudo la *crisis de los cuidados* en América Latina y el Caribe (CEPAL, 2020). Esta crisis se combina con una caída general en los ingresos, con la imposibilidad de generar ingresos en el marco del confinamiento a través de trabajos informales, con la destrucción de puestos de trabajo, el aumento del desempleo para las mujeres y personas LGBT+.

Estas modalidades de trabajo vía plataformas digitales conllevan una serie de desafíos a los derechos laborales, la seguridad y protección sociales: trabajadores que mueven la economía digital y, en especial, trabajadoras se insertan en empleos cada vez más precarios sin jubilación, sin licencias, sin condiciones y medio ambiente de trabajo adecuadas, sin salario mínimo ni vacaciones (Partenio, 2020a). Asimismo, la sindicalización se dificulta tanto en las modalidades de trabajo remoto como en las enmarcadas en plataformas de trabajo, cuando se trata de tejer solidaridades y construir demandas con quienes trabajan desde su casa, conectadas a través del algoritmo de una red social o un medio de comunicación masivo. Estos desafíos tienen que ser sorteados por las organizaciones sociales, sindicales y feministas para que no operen de manera encubierta en contra de todos los derechos que se vienen ganando en los últimos años. Pensando en el caso de Argentina, resulta clave garantizar los derechos que ya están asentados en la Constitución Nacional y en las convenciones colectivas de trabajo y, al mismo tiempo, visualizar en que áreas o sectores se debe avanzar con la regulación en materia laboral.

Ante los desafíos que enfrentan las formas de organización de los trabajadores frente al avance de la digitalización y el trabajo en plataformas, este artículo se concentrará principalmente en las plataformas de trabajo para el caso argentino, desde la declaración del Aislamiento Social, Preventivo y Obligatorio (ASPO) decretado por el poder ejecutivo a mediados de marzo de 2020. En este sentido, entendemos que se abre una serie de desafíos para diseñar estrategias de organización frente a las modalidades de precarización que habilitan estas formas de trabajo. Entre ellos, las dinámicas laborales que exigen a trabajadores estar disponibles las 24hs., los 7 días de la

semana y los 365 días del año. En materia de analizar las nuevas formas de precarización que puedan generarse para las mujeres y personas LGBT+, resulta clave la articulación de la agenda feminista con los sindicatos. Asimismo, resulta pertinente para este análisis considerar los alcances de estas modalidades, frente a la incorporación creciente de las trabajadoras en puestos de trabajo mediados por las nuevas tecnologías² que permiten resituar las tareas y responsabilidades laborales en los hogares, donde se vuelven a poner en tensión las esferas de la producción y la reproducción.

En términos metodológicos, este estudio se enmarca en una perspectiva cualitativa, recurriendo a tres estrategias de recolección de información. Se realizaron entrevistas a informantes clave referentes de plataformas web y entrevistas semiestructuradas con trabajadoras enmarcadas en plataformas de trabajo. En el caso de las entrevistas con trabajadoras, se han realizado con vendedoras online, sector bancario y de microtarefas. En el caso de las plataformas, se han realizado entrevistas con responsables y encargados de áreas en Facebook y Mercado Libre en Buenos Aires. También se ha recurrido al análisis documental de materiales emitidos por empresas de plataformas, organizaciones sindicales, y proyectos de ley que intentaron regular estas modalidades previamente y durante la pandemia. Se analizaron comunicados de organizaciones sindicales, convenios colectivos, cuadernillos de formación, materiales de las áreas de género etc. Finalmente, se ha realizado observación – en el contexto previo a la pandemia – en talleres de formación sindical.

El artículo se encuentra organizado en cuatro apartados. En primer lugar, se retoma la importancia que han cobrado los debates provenientes de los activismos y estudios feministas alrededor de la organización social del cuidado. Se trata precisamente de la dimensión e importancia que adquiere el trabajo doméstico y de cuidados no remunerado cuando se discute sobre

² En este caso puede abarcar una diversidad de herramientas, condiciones e innovaciones tecnológicas: dispositivos que garantizan el acceso a la conectividad; manejo de portales de internet; análisis y procesamiento de información; manejo de la comunicación; formación a distancia a través de campus virtuales; conocimiento y manejo de la infraestructura de la economía digital, IA etc.

la extensión de la virtualización y el trabajo vía plataformas en la pandemia del Covid-19. En un segundo apartado se presenta un mapeo de la presencia de trabajadoras en las plataformas web, marcando las diferencias, tipos y contextos. En el tercer apartado se explora la disputa que se ha dado en Argentina por los derechos en el marco de la pandemia. Finalmente, el último apartado presenta una serie de implicancias y estrategias posibles para la organización sindical, en particular, en torno las modalidades enmarcadas en el teletrabajo y en la discusión por la regulación de las plataformas.

La crisis de los cuidados en un “futuro del trabajo” que ya llegó

Los interrogantes en torno al “futuro del trabajo” en el marco de las nuevas tecnologías de la información y comunicación reinstalaron un viejo tópico que había moldeado el debate sobre el nudo producción/reproducción en el movimiento feminista. Sin embargo, con la extensión de la pandemia del Covid-19, estos efectos se han acelerado, ya que el confinamiento y el aislamiento social, con cierre de escuelas y espacios educativos, ha puesto en evidencia la *crisis de los cuidados* y la sobrecarga de las mujeres con estas tareas (Partenio, 2020b). Frente a las modalidades generadas por el capitalismo de plataformas, cabe preguntarse por la fuerza que cobran estos planteos – enarbolados por los feminismos en la década del ‘70 – y bajo que nuevas aristas son revisitados a partir de las implicancias de la economía del cuidado.

Fue así como durante la década del setenta se provocaron debates – en el Norte y en el Sur global – donde se evidenció lo que algunas autoras llamaron el “infeliz matrimonio entre marxismo y feminismo”, debido a que las reivindicaciones feministas volvían a quedar subordinadas en los análisis y estrategias políticas, entre ellas, la valoración de las tareas que permitían la reproducción de la fuerza de trabajo. Estos intercambios de posiciones cobraron forma en el conocido “debate sobre el trabajo doméstico” (Rodríguez; Cooper, 2005). Y justamente porque la organización

social del cuidado continúa siendo injusta en el mundo, especialmente en los países del Sur global, es que estos debates han sido reactualizados.

En los últimos años, los debates en torno al “futuro del trabajo” y la industria 4.0 habían permeado las preocupaciones de organismos supranacionales, de las organizaciones sindicales, y de los estudios laborales. La primera cuestión a dilucidar es ¿qué se entiende por revolución 4.0? Se trata del avance creciente de la automatización, la robotización y la inteligencia artificial que dan forma a la llamada “nueva revolución tecnológica”, la cual pone en riesgo los puestos de trabajo en sectores manufactureros y en actividades de servicios caracterizadas por su alta feminización y/o de baja calificación (Vaca Trigo, 2019). Se trata, también, de la organización de trabajadores y trabajadoras, por medio de algoritmos (Scasserra, 2019) que procesan datos obtenidos de la *automatización y digitalización del empleo* (Scasserra; Sai, 2020), en un nuevo *capitalismo de vigilancia* (Zuboff, 2019). Este *capitalismo cibernético* (Sai, 2019) es entendido como una forma más eficiente de capital que va subsumiendo las formas tradicionales de capital industrial y financiero y las traduce en su versión cibernética, utilizando la implementación de tecnología para el fraude laboral (Ottaviano, 2020).

En un escenario de pandemia global, donde se han exacerbado las desigualdades, se abren al menos dos interrogantes en torno a las condiciones de expansión de este *capitalismo cibernético* ¿cómo se incorporan las trabajadoras en estas plataformas de trabajo?, ¿cuáles son las razones por las que optan por estas modalidades?, ¿qué vigencia cobran los debates en torno al trabajo doméstico y de cuidados no remunerados? Si, en los ‘70, estas lecturas feministas interpelaban aquellas miradas cuya expectativa estaba puesta en la emancipación de las mujeres a partir de la incorporación en el trabajo asalariado, ¿cómo es posible analizar, en pleno siglo XXI, las condiciones bajo las cuales las trabajadoras optan por el empleo de plataformas? ¿qué nuevas formas de precariedad se expanden?

En el “debate sobre el trabajo doméstico” que se dio en los ‘70, se explicitó el intento de convertirlo en un objeto específico de análisis

recurriendo a los marcos analíticos marxistas y materialistas. Estos análisis se desarrollaron en distintas vertientes tales como las francófonas, inglesas, norteamericanas, italianas y latinoamericanas (Partenio, 2013). También se expresaron una serie de controversias al interior del propio feminismo, por ejemplo, con las posturas del feminismo radical desde las cuales se consideraba la relación de los sexos como el antagonismo social principal. Veamos en detalle cómo fue considerado y valorizado el trabajo de las mujeres por estas corrientes que eran parte de un activo movimiento feminista.

En cada una de las vertientes de los feminismos socialistas y materialistas se buscó ubicar al “sexo” en un eje específico de opresión, reelaborando y ampliando categorías marxistas, o bien, proponiendo nuevas. En ese debate, algunas reelaboraron las categorías de *producción-reproducción* y el concepto de “trabajo”, mientras que otras ampliaron la realidad de la base material y de los ámbitos de explotación que excedían los planteos meramente económicos. Desde Italia, Mariarosa Dalla Costa, proveniente del obrerismo italiano, focaliza su análisis en la reproducción de la fuerza de trabajo, considerando que el trabajo doméstico constituía el corazón del problema y era la palanca de poder de las mujeres contra el capitalismo. Los diálogos entre Dalla Costa y Silvia Federici, sumado a las articulaciones con otras feministas del Norte como Selma James, dieron lugar a potentes estrategias y campañas de internacionalización del debate y por la valorización del trabajo doméstico durante los ‘70 (Partenio, 2013). Desde su análisis, se insistía en señalar el disciplinamiento de las mujeres al salario masculino, que había dado lugar a un proceso de expansión del “patriarcado del salario” (Federici, 2018a). A partir del “trabajo vital” de las mujeres como “operarias de la casa” estaba “en nuestras manos” una formidable “palanca de poder”, ya que podían “rechazar producir” y, a partir de ahí, exigir un nuevo tipo de desarrollo que garantizara nuevas condiciones – en primer lugar, la “autonomía económica” de ellas y el reparto equitativo del trabajo doméstico con los varones (Dalla Costa, 2009).

En medio de las reformas estructurales que el neoliberalismo imponía en la década del ‘80 en los países del Norte y luego en países del Sur, Federici

(2018b) consideró que uno de los desaciertos más grandes del feminismo fue apostar por la emancipación esperada a partir de la incorporación masiva en el mercado laboral y en las nuevas formas de empleo, que termina por consumir la vida de las mujeres en extensas jornadas laborales y sin generar autonomía económica. En ese rumbo, el feminismo se ha fragmentado por separar el trabajo doméstico del resto de las actividades profesionales y laborales, y porque abandona la discusión sobre quien asume la carga de trabajo no remunerado en los hogares. Posteriormente, un sector de economistas feministas se comienza a señalar los costos que tiene la expansión de la globalización para las mujeres, tanto en el Norte como en el Sur (Villota, 2001).

Los debates sobre el trabajo doméstico se vieron revitalizados a partir de los estudios económicos enfocados en la definición de una crisis de la reproducción social (Picchio, 1992; Carrasco, 1999). La contribución desde el campo de la Economía Feminista (EF) como parte de las corrientes heterodoxas de la economía ha sido la revitalización de la discusión del nudo producción-reproducción, a través de la propuesta de herramientas conceptuales que permitan caracterizar la *economía del cuidado*. Desde este campo de estudios se visibiliza el rol sistémico del trabajo doméstico y de cuidados no remunerados como un vector de desigualdad que garantiza la reproducción cotidiana de la vida y, por ende, de la propia fuerza de trabajo. Parte de la tarea de la EF ha sido analizar la injusta organización social del cuidado que modela las sociedades, identificando los elementos que reproducen las desigualdades de género. En el caso de Argentina, se ha señalado la ausencia de políticas de corresponsabilidad y de un sistema integrado de cuidados que permita resolver la sobrecarga de trabajo que recae sobre las mujeres (Rodríguez Enríquez; Marzonetto, 2015).

En plena pandemia global del Covid-19, la extensión de modalidades de empleo remoto y de plataformas digitales se presenta como forma de “conciliación” con el trabajo doméstico y de cuidados no remunerado que recae mayoritariamente sobre las mujeres. Considerando que hay países que se encuentran aún con medidas de aislamiento o distanciamiento

social, que les impiden a las personas concurrir a sus lugares de trabajo, ¿qué significa en plena pandemia pensar la “conciliación” entre trabajo remunerado desde el hogar y trabajo de cuidados no remunerado? A su vez, la inserción de mujeres en plataformas digitales hace pensar que la flexibilidad de horarios condice con la conciliación antedicha. ¿Qué diferencia – en materia de “conciliación” – establece para las mujeres el hecho de trabajar en un empleo remoto³, en una plataforma de trabajo o en generar ingresos a través de plataformas digitales que no son de trabajo?

Trabajadoras en las plataformas digitales: y antes de la pandemia, ¿qué?

Desde los foros económicos y los organismos internacionales – tales como la OMC, el G20, el W20 –, se ha pregonado la inclusión digital de las mujeres como una llave para inclusión económica y el desarrollo. En estos discursos, se presenta a la tecnología como neutral al género y, por ende, como con capacidad para igualar condiciones. En las reuniones de las ministeriales de la Organización Mundial de Comercio (2019), se han utilizado estos discursos para impulsar acuerdos sobre comercio electrónico que intentan desregular el mercado de datos y garantizar la expansión de la economía digital.

Estos discursos se apoyan en argumentos centrados en enfatizar el poder igualador de internet donde el acceso, la posibilidad de ofertar servicios y la remuneración es la misma para todas las personas, sin importar su género, edad, orientación sexual, raza, clase o lugar de residencia. Este señalamiento se apoya en el hecho de garantizar que quien está del otro lado de la pantalla desconoce a quién está ofreciendo sus servicios profesionales o

³ El empleo remoto comprende aquellos trabajos que están facilitados por el uso de tecnología y es posible encontrar que, en algunos casos, las empresas combinan la presencia física en el lugar de trabajo con las jornadas “flexibles” desarrolladas en los hogares de trabajadores. Este trabajo puede – o no – implicar el uso de plataformas digitales. En el contexto de pandemia estas modalidades se extendieron a distintos sectores. En términos normativos, en países como Argentina se multiplicaron los debates y la presentación de proyectos para regular el “teletrabajo” (Scasserra, 2020).

vendiendo de manera online un producto. Este argumento a favor de las políticas de inclusión digital desconoce la existencia de brechas digitales de género. Estas brechas se acrecientan si se incorpora una mirada del mundo del trabajo que no sea heteronormativa y binaria⁴.

Estos discursos hegemónicos se ponen en tensión cuando se analiza el acceso e inserción laboral de las mujeres y personas trans en plataformas de trabajo. Dicha inserción se encuentra atravesada por la intersección de desigualdades de clase, raza/etnia, género, edad y orientación sexual que se articulan con las condiciones de acceso y permanencia en el mercado laboral. Estas desigualdades se han profundizado durante el largo año de pandemia por Covid-19, ya que se han evidenciado las diferencias en el acceso a la conectividad, la ausencia de redes de cuidados y las formas de violencias contra las mujeres y personas LGBT+ en contextos de cuarentana o confinamiento. En este sentido, resulta clave hacer una categorización de las formas de inserción de las trabajadoras en la economía digital, para analizar en detalle las opciones, oportunidades y condiciones laborales generadas por las distintas modalidades de trabajo remoto, sean estos de plataformas o no.

Un mapeo de la presencia de trabajadoras en las plataformas

Cuando se habla de “economía de plataformas” se suele asociar a los conceptos de *gig-economy*, *on-demand economy*, *crowdsourcing*, *microworkers*, *collaborative economy* y *uberización* del empleo. Sin embargo, la heterogeneidad de las tareas e intercambios realizados a través de estas plataformas ha generado diferencias en las formas de situar el trabajo, la calificación laboral, la construcción de perfiles de usuarios-consumidores

⁴ En este punto resultan claves los relevamientos de los colectivos LGBT+ sobre las brechas digitales y las dinámicas de exclusión que padecen las personas trans y travestis del mundo laboral. De acuerdo al análisis de ATTA (2020) en Argentina menos del 10% de la población trans logra acceder a un empleo y, en muchos casos, las personas trans no cuentan con las herramientas digitales y dispositivos para generar su primer currículum vitae o subirlo a una plataforma.

y usuarios-proveedores, la remuneración, la disponibilidad de tiempo, la evaluación de desempeño etc. (Partenio, 2020a). Se trata de una nueva forma de organizar los mercados donde internet conecta y las plataformas son el lugar de búsqueda de bienes y servicios para que la oferta se adecue a la demanda. Pero ¿quién provee la oferta? Desde los discursos de la “economía colaborativa” se habla de “emprendedores”. Las críticas a esta denominación de la economía ya fueron enunciadas (Slee, 2016) y se ha resaltado – para el caso argentino – la flexibilidad y el ocultamiento de las relaciones laborales (Del Bono, 2020).

Sin embargo, la figura del “emprendedurismo” quedó bien lejos en las plataformas de trabajo, donde la estrategia, el diseño, el talento y la capacidad de negocios, poco tienen que ver con el grado de control que las personas dichas emprendedoras tienen sobre sus condiciones de trabajo y su nivel de ingreso. En efecto, las plataformas fijan y parametrizan todo: las condiciones de pago, las formas y tiempos de entrega, los descuentos y promociones, los niveles de exposición y publicidad (basados en sistemas de calificación algorítmica), los tiempos de trabajo y la necesidad de disponibilidad. En diferentes plataformas del mundo se comenzaron a utilizar los llamados “contratos de hora cero”, y el empleo de plataforma es la expresión virtual de ese tipo de contratos, donde trabajadores deben estar disponibles por tiempo indeterminado y se les paga solo cuando su servicio es requerido. Las desigualdades en el eje Norte-Sur muestran las disparidades entre la oferta y demanda de trabajo en plataformas y, a la vez, explicitan las diferencias de remuneraciones entre las mismas regiones del sur-global (OIT, 2019). Asimismo, es en este sector donde las brechas y desigualdades de género se ensanchan en diversos ángulos. En algunas plataformas, puede incidir y reforzar la precariedad la condición migratoria. De acuerdo al mapeo realizado para el caso argentino y en diálogo con los estudios recientes, es posible destacar los siguientes puntos:

- *Asimetrías en la remuneración de varones y mujeres.* De acuerdo a estudios precedentes, trabajadoras y trabajadores no ganan la misma

remuneración por el mismo servicio brindado (Hawkins, 2018; Partenio 2020a). Eso se debe principalmente a la discriminación que sufren las mujeres en internet. Un estudio reciente en países del Norte (Cook *et al.*, 2020) demuestra que las choferas de Uber ganan un 7% menos que sus colegas varones debido a la discriminación que sufren por parte de los pasajeros a la hora de calificarlas (Hawkins, 2018; Gaskell, 2018).

- *El algoritmo como jefe.* La *algoritmización* de las relaciones laborales lleva a que cada trabajadora o trabajador sea calificado constantemente por un sistema automatizado de inteligencia artificial. No hay intermediarios humanos, no hay excusas ni justificaciones que puedan presentarse a la “vieja” oficina de personal (Scasserra, 2019). Y las mujeres, una vez más, son las que más sufren en esta situación por las formas de segregación y brechas que se imponen. Al hacerse cargo del trabajo doméstico y de cuidados no remunerado, a las mujeres se les hace más difícil satisfacer las demandas del algoritmo de calificación y gestión laboral, desprovistas de derechos, a diferencia del desempeño de sus colegas varones. Los niveles de performance entre los géneros varían en el empleo de plataforma y esto se debe principalmente a la sobrecarga de trabajo no remunerado de la mujer (OIT, 2019).
- *Las plataformas de trabajo han reforzado los estereotipos de género.* Las estadísticas para el caso argentino son reveladoras: las mujeres se insertan en plataformas que tienen más que ver con la economía del cuidado. El informe del CIPPEC (Madariaga *et al.*, 2019) da cuenta de esta situación: el 100% de las personas que trabajan para Zolvers (plataforma de servicio enfocada en el trabajo de casas particulares) son mujeres; en AirBnb, ellas son el 56.7%; en Freelancer y Workana, son el 32,8% (donde la mayoría es asignación de microtarefas a profesionales); en Mercado Libre, el 31%, para luego caer estrepitosamente a niveles menores al 6%

en plataformas más visibles como transporte de pasajeros, reparto y *delivery* en las calles (Rappi, Glovo etc.). Con la pandemia se ha incrementado la presencia de mujeres en plataformas y apps que ofertan trabajos de cuidados domiciliarios, principalmente de adultos mayores y personas con discapacidad (Partenio, 2021). En referencia a las plataformas de *delivery*, el confinamiento ha llevado a la “romantización de la cuarentena” con entregas de productos vendidos a través de apps, multiplicando las ganancias de las empresas e incrementando los niveles de desprotección de sus repartidores (Hidalgo Cordero *et al.*, 2020).

De acuerdo al estudio de la OIT (2019, p. 15), las plataformas digitales de trabajo han significado uno de los cambios más importantes de la última década en el mundo laboral. Según la distinción establecida, se clasifican en dos tipos de plataformas: por un lado, las plataformas que están en línea y “el trabajo se terceriza mediante convocatorias abiertas a una audiencia geográficamente dispersa (una modalidad también conocida como *crowdwork*)”; por otro, “las aplicaciones (o apps) móviles con geolocalización, en las que el trabajo se asigna a individuos situados en zonas geográficas específicas”. En este sentido, nuestro estudio se concentra en analizar la presencia mayoritaria de mujeres en plataformas de trabajo y en la posible combinación y/o presencia en plataformas digitales que no son de trabajo (tales como Facebook, Instagram, WhatsApp, Tiendanube etc.) pero que les permiten generar ingresos u ofrecer la producción de bienes y servicios en la web.

Sector servicios: el crecimiento de la oferta de profesionales en la web

Las mujeres profesionales que ofrecen sus servicios vía web se encontraban en ascenso antes de la pandemia. La creación de empresas o *startups* de personas que ofrecen servicios profesionales vía web se ha extendido en diferentes áreas como la comunicación, la arquitectura, la

contaduría, el diseño gráfico, el asesoramiento legal y jurídico, la atención psicológica, la telemedicina y los servicios de cuidado (Partenio, 2021). Un sector en el cual nos queremos detener en detalle es el de las plataformas de trabajo dedicadas a la asignación de microtarefas.

Conforme los testimonios de las entrevistas, es importante señalar que previo a la pandemia, había una situación menos diferenciada entre varones y mujeres profesionales, principalmente debido a la posibilidad de contar con redes y oferta de cuidado que permitían garantizar estas tareas. Sin embargo, una diferencia en este punto puede encontrarse en la cantidad de horas que comprendía la jornada laboral para trabajadores y trabajadoras, siendo jornadas más extensas las asumidas por las mujeres. En estas empresas de servicios ha prosperado el discurso y la promesa del “sueño de ser tu propio jefe”, o jefa, y es aquí donde han prosperado los “emprendimientos”, muchas veces para “conciliar” vida profesional con vida personal y/o con el sueño de libertad e independencia económica.

La popularización de estas modalidades laborales se extiende acompañada de un discurso que señala a la tecnología como generadora de una nueva oleada de “emprendedores”, como parte de formas atípicas de empleo, al que se puede aspirar y que se encuentra lejos de las “rigideces” de tener un solo empleador, un horario fijo, un lugar donde ir todos los días a trabajar.

En este sector también podría enmarcarse emprendedores que han logrado armarse una carrera profesional autónoma exponiendo ideas originales en YouTube o Instagram. En este caso se trata de chefs y cocineras, humoristas y actores de *stand up*, mentores e *influencers*, charlas motivacionales etc. (Herrero Ruiz; Navarro-Beltrá, 2021). Estos modelos de presentación de ideas y consejos han logrado un grado de éxito tal que han alcanzado más reconocimiento, seguidores y sponsors que muchos artistas tradicionales; en algunos casos, reforzando estereotipos sexistas en modas y estilos de consumo (Martín García; Martínez Solana, 2019). Las nuevas formas de comunicación son vías sin mediadores para que el “talento”

llegue a las personas sin pasar por managers y contratos comerciales y/o laborales (Barba Garrido, 2018).

También es posible encontrar profesionales que se rebuscan nuevas modalidades de generación de ingresos ofreciendo en solitario servicios por web (por ejemplo, contables, asesorías en administración de empresas, investigación y desarrollo, diseño etc.). En muchos casos, se trata de mujeres que se ven forzadas a renunciar a sus empleos formales en pos de combinar la actividad laboral con la reproducción social y combinar dos mundos que parecen irreconciliables. Dichas trabajadoras terminan optando por una forma más precaria de trabajo solo por mantener un ejercicio profesional y, al mismo tiempo, hacerse cargo del sostenimiento y cuidado de sus hijas e hijos, en muchos casos como cabezas de familia.

Con un desarrollo creciente – y potenciado por la pandemia –, la educación a distancia es un sector heterogéneo porque comprende diferentes niveles educativos y modalidades de la educación formal y no formal para todas las edades. Previamente a que se desatara la pandemia, el auge de los cursos online y las plataformas de educación a distancia incorporaban a más trabajadores en este tipo de empleos. Estos nuevos empleos eran mayormente tomados por mujeres profesionales jóvenes, ya que requieren habilidades y competencias en manejo de TICs, las jornadas de trabajo requieren de disponibilidad horaria, y las coberturas de protección son escasas. Este sector está creciendo fuertemente a medida que aumentan las demandas de capacitación con el cambio tecnológico en los puestos de trabajo y la virtualización de carreras está a la orden del día en la mayoría de las universidades (El Jaber, 2019). Durante la pandemia se inauguró una serie de debates y reflexiones sobre la extensión de la educación a distancia (El Jaber, 2021). Será cuestión de tiempo verificar cuanto de esta modalidad de trabajo de docencia a distancia quedará, una vez terminada la pandemia. Asimismo, los debates que se han dado en los sindicatos docentes con respecto a la intensificación del trabajo docente en pandemia, pueden ser una llave para profundizar las discusiones en torno a quienes

realizan estas tareas desde plataformas de educación a distancia y no se encuentran sindicalizados. Lo cierto es que, sobre todo en educación superior, este nuevo paradigma ha comenzado a tener un mercado propio.

Mujeres en la venta de bienes muebles, producción y servicios vía web

Con la emergencia de la pandemia, las plataformas digitales han ganado mercado a nivel global. El modelo de negocios impulsado por Amazon es la máxima expresión. En Latinoamérica, hay empresas “unicornios” – nacidas en Argentina – que han ganado mercado; las que despegaron con “éxito” y ya cotizaban en bolsa de valores antes de la pandemia, han crecido a pasos agigantados. A su vez, muchas mujeres comenzaron a vender productos a través de redes sociales o se insertaron en plataformas de comercio minorista para localizar su producción en el mercado y poder subsistir. En la región, el auge de Mercado Libre fue descomunal ya que solamente en Argentina, aproximadamente el 50% del comercio electrónico que se realizó durante la fase de ASPO, fue a través de esta empresa⁵.

Dentro de esta categoría se encuentra a personas no profesionales que deciden salir a vender bienes y servicios a través de las posibilidades que les ofrece la web. En cuanto a los productos, se trata de una fabricación propia (puede o no ser artesanal) y en otros casos se trata de personas intermediarias que hacen reventa online. ¿Qué posibilidades y opciones encuentran las mujeres aquí?

Es importante aclarar que este estudio pretendió mapear a mujeres que también combinan el uso de plataformas digitales que no son de trabajo – como Facebook, Instagram, WhatsApp etc. –, para generar ingresos frente a la ausencia de otras posibilidades laborales. El fenómeno de los *stores* de Facebook es una realidad tan notoria que no hace mucho tiempo esta plataforma lanzó una nueva herramienta conocida como *marketplace*,

⁵ Ver: <https://www.cronista.com/apertura-negocio/empresas/MercadoLibre-gano-3-5-veces-mas-en-la-cuarentena-las-razones-del-impulso-20200810-0002.html#ga=2.78203415.222176682.1602545979-1131210817.1602124764>

que expone aún más a quienes venden y ayuda a que se encuentren con los consumidores.

Entre las mujeres entrevistadas, es interesante mencionar que un sector de ellas puede reconocerse como “comerciantes” o no, pero todas utilizan internet como una vidriera a la calle capaz de promocionar sus productos a fin de lograr más exposición y nivel de ventas. En este caso, cuentan con motores de exposición como Facebook e Instagram, redes sociales donde ellas pueden ofrecer su producción, y hasta evaluar el pago de publicidad para llegar a más personas y potenciar el negocio. En algunos casos, los andamiajes que sostienen estas ventas online son precarios, los circuitos de respuesta con el usuario-consumidor, el despacho y entrega se sostienen a través de fases más artesanales, y muchas veces es asumido por alianzas de mujeres de la misma familia o del barrio. Para muchas de ellas, esta ha sido la única salida en el marco de la pandemia para sostener sus hogares frente a la caída o pérdida de ingresos de empleos informales.

Dentro del sector de ventas vía web también se puede encontrar a quienes se autoperciben como “emprendedores” y “empreendedoras”, ya que, al igual que la categoría anterior, tratan de fijar sus propias reglas y estrategias de negocios en la plataformas web. Se trata de “microempresas”, es decir, de mujeres que se reconocen “emprendiendo” ese comercio online y que lograron tener un local a la “calle” sin tener que pagar alquiler, utilizando una marquesina virtual. En esta categoría, las mujeres se insertan mayoritariamente en la venta de productos de belleza y cuidado personal, artesanías, indumentaria (muchas veces fabricada por ellas mismas), cosmética, higiene y otros (Viadana *et al.*, 2016). Los varones se encuentran con mayor presencia en los rubros de productos tecnológicos, rodados, autopartes, elementos deportivos y demás. En este sentido, estudios recientes en la región señalan que hay una división sexual del trabajo que se replica en el mundo online (Cancela Allío, 2020). En el caso de las entrevistadas, ellas deciden el margen de tiempo que van a dedicarle a su jornada y arman una estrategia de ventas. En cuanto a los medios de pago, fijan las vías y modos de intermediación financiera, determinan las formas y tiempos de

entrega, pueden armar promociones y descuentos, tienen libertad al elegir clientes y responder consultas; no tienen restricciones de cómo mostrarán su trabajo o productos (aunque la forma de presentación en las redes sea clave). También deciden cuánta exposición o publicidad quieren tener basándose en su capacidad e interés en reinvertir en el negocio.

Según las entrevistas realizadas, en este sector, las motivaciones para montar un comercio por la web son diferentes a quienes tienen una profesión. En estos casos se trata de: complementar ingresos existentes; lograr más exposición a un negocio que ya existía o que tuvo que cerrar sus puertas por la caída de la actividad en pandemia. En el caso de las mujeres, se enfatiza la posibilidad de “conciliar” el trabajo con la vida personal y familiar, sin tener que “moverse de casa”. En el marco de la pandemia, uno de los desafíos más significativos que asumieron fue familiarizarse con la logística e infraestructura del comercio electrónico, como el crecimiento de los pagos y créditos a través de las *fintech*.

En términos de diferencias, se comienza a hacer visible la capacidad exportadora de los grupos (según diferencias de clase y género) y, por ende, el poder de alcanzar nuevos mercados. En el caso de las mujeres, en general se ubican en el sector servicios de la economía latinoamericana y, dentro de este sector, en los rubros menos exportables. Según el Banco Mundial (2019), el 80% de las personas que trabajan en el sector servicios para la región son mujeres. Aquí comienzan a aparecer sesgos respecto de una realidad y otra que viven varones y mujeres en la red a la hora de encontrar un modo de subsistencia. Una línea a explorar, sobre todo en el contexto de la pandemia, es la extensión de modalidades de pago online, tarjetas y de billeteras electrónicas que, muchas veces, habilitan créditos; en estos casos, están siendo las mujeres las que se endeudan más para garantizar el emprendimiento y sostener a sus familias.

Otro punto clave a resaltar en términos de diferencias de género se refiere a los sistemas de calificación, dado que todo está parametrizado por la plataforma y el algoritmo juzga de manera automática el desempeño de los “usuarios-proveedores” en los tiempos y plazos esperados. Para

evitar las calificaciones negativas y el impacto en su “reputación online”, las entrevistadas mencionaban los malabares que hacen para sostener los intercambios desde sus hogares: “no te podés retrasar con los despachos, aunque estés con las cosas de la casa”, “si se me enferma mi hijo, no puedo estar conectada respondiendo”. Son precisamente las mujeres las que ven afectado su nivel de ventas porque el algoritmo no tendrá en cuenta si debe cuidar de una niña o debe garantizar las precondiciones del cuidado (compra de alimentos, gestiones del hogar etc.). A pesar del optimismo que se intenta instalar en torno al comercio electrónico, vemos que muchas de estas plataformas – que no son de trabajo – se sirven de la disponibilidad de tiempo de 24x7, de miles de usuarias y usuarios que intentan vender sus bienes y servicios, evitando regulaciones fiscales.

Derechos en disputa en el marco de la pandemia

Sin lugar a dudas, las categorizaciones de los nuevos tipos de empleos digitales y el impacto diferencial que tienen sobre las mujeres nos deja ver una realidad palpable y evidente: los mayores motivos por los que las trabajadoras – enmarcadas en este estudio – optan por estas modalidades, sea a través de plataformas, enmarcadas en el cuentapropismo o como “emprendedoras”, se vinculan no sólo a las escasas posibilidades de creación de empleos formales sino también a la ausencia de políticas de corresponsabilidad de los cuidados y a la necesidad de tener que “conciliar” el trabajo productivo con el reproductivo⁶. A su vez, esta apuesta por la “conciliación” se apoya en la idea de poder elegir horarios y compatibilizar las tareas cotidianas, pudiendo trabajar entre medio de las interrupciones que implican sostener el trabajo de cuidados. Sin embargo, en el marco de la pandemia, la hiperconectividad ha afectado a trabajadores en general, y a las mujeres en particular. En las entrevistas realizadas en la etapa de ASPO, tanto las profesionales como las que comercializaban productos online reconocieron trabajar en horarios nocturnos o en aquellos momentos

⁶ Se puede consultar una de las encuestas realizadas en este contexto: <https://lasargentinastrabajamos.com/publicaciones#>

donde la familia descansaba, para poder contar con el espacio y tiempo para cumplir con entregas y preparación de pedidos.

Estas modalidades creadas a través de las plataformas analizadas acarrearán nuevas formas de precariedad laboral. Lo que se vislumbra de fondo es la necesidad de conquistar derechos, sobre todo para las mujeres y personas trans. Estos nuevos derechos pueden revitalizar viejos debates que ya estaban presentes en la agenda feminista – como el reconocimiento de los cuidados como trabajo – y en la agenda sindical – como el debate por la intromisión del trabajo remunerado en la vida de trabajadores a través de las TICs, mucho antes de que las plataformas de trabajo se extendieran en el Norte y el Sur globales.

Una de estas disputas en el marco de la pandemia se ha dado en el debate⁷ por la desconexión. En el caso del derecho a la desconexión digital, su definición está signada por las nuevas enfermedades laborales tipificadas por la OMS en el año 2019⁸. En efecto, el surgimiento del síndrome de agotamiento crónico llevó a diversos países a comenzar a legislar sobre este derecho. En el caso de la UE, Francia fue pionera en esta materia en el año 2016, alcanzando al sector de empleo formal. En el 2017, Italia debatió este derecho en una ley de “trabajo inteligente”, en que es posible diferenciar tiempos de descanso y las medidas técnicas y organizativas necesarias para garantizar la desconexión. Posteriormente se dan las discusiones en Bélgica, Canadá, Filipinas, India, España, Canadá, EEUU y Portugal. En el caso de Alemania, se impulsaron deliberaciones sobre el derecho a la desconexión en el marco de la negociación colectiva por empresa (Scasserra, 2020).

Muchas veces se piensa que el derecho a desconexión es el derecho que tiene cada persona a apagar sus dispositivos digitales. Si bien esto es cierto, es mucho más que eso. Es el derecho que tiene cada trabajadora a apagar sus dispositivos, a no responder mensajes ni a recibirlos fuera del horario de trabajo. Esto es así porque desde el momento en que se

⁷ Consultar: https://uniglobalunion.org/sites/default/files/imce/right_to_disconnect-es.pdf

⁸ Ver la declaración de la Organización Mundial de la Salud sobre el síndrome del *Burnout* (o síndrome de agotamiento) en su Clasificación Estadística Internacional de enfermedades y problemas relacionados a la salud <https://www.who.int/news/item/28-05-2019-burn-out-an-occupational-phenomenon-international-classification-of-diseases>

ve fusionada la vida laboral y personal en los dispositivos electrónicos, se pierde la capacidad de apagarlos, porque esto significaba una pérdida de conexión con vínculos familiares y sociales.

Lo cierto es que la labor vía plataformas de trabajo comenzó a imponerse como modalidad bajo una narrativa riesgosa para la protección de los trabajadores. La narrativa enaltece la facilidad para acceder a una oportunidad laboral y, en el caso de los servicios profesionales, se plantea la oportunidad de competir – como lo mencionó el responsable de una plataforma – y de “internacionalizar el trabajo individual”. Las plataformas ofrecen esa ilusión de poder elegir horarios laborales, y no ser molestada fuera de la jornada elegida. De hecho, esta es la gran excusa que utilizan las empresas para afirmar que sus “colaboradores” no son trabajadores en relación de dependencia sino “emprendedores” o independientes. Esto es doblemente preocupante para las trabajadoras de estas plataformas ya que no pueden reclamar pausas, interrupciones de la jornada laboral ni tiempo ni licencias que permitan garantizar el derecho al cuidado de personas dependientes en el hogar.

De la misma manera, estas modalidades de conexión las 24hs, también se han extendido en otros sectores de servicios, incluso en las relaciones laborales en el sector público. El vínculo entre la disponibilidad de tiempo y la evaluación de desempeño se juegan en otro terreno: si antes era un “jefe de recursos humanos”, ahora son las mismas plataformas las que pueden penalizar si se rechaza pedidos o no se responde consultas online. El largo año de pandemia ha extendido estas modalidades, que incluyen no solo vínculos laborales, sino también sociales, comerciales, educativos. Bajo estas dinámicas laborales que nos exigen estar disponibles las 24hs. y los 365 días del año, la duración de la jornada de trabajo es fundamental. El derecho a la desconexión digital⁹, en este sentido, es clave en esta nueva agenda.

Hemos podido ver como las nuevas tecnologías irrumpieron en un mundo que aún no había saldado el debate sobre el trabajo doméstico y, dadas las condiciones del mercado laboral, provocaron una oleada de

⁹ Para analizar los alcances de este derecho en el marco de la ley de teletrabajo en Argentina, ver la ley y su reglamentación: <https://www.argentina.gob.ar/justicia/derechofacil/leysimple/teletrabajo>

mujeres que se encuentran ante la opción de poder “conciliar” ambos mundos a costa de sus derechos laborales, encasillándolas una vez más en su rol social de reproductoras de la vida. A falta de políticas integrales que repiensen la injusta organización social del cuidado¹⁰, la incorporación de las trabajadoras en estas plataformas inaugura desafíos para la organización sindical y para la agenda feminista.

En el caso de Argentina, las demandas y acciones del feminismo se han concentrado en problematizar el encierro doméstico de las mujeres, en generar condiciones de acceso al trabajo remunerado con tiempo para el desarrollo de su vida profesional, su carrera, su vocación, y poco a poco empezar a reconocer y redistribuir el cuidado de la familia. El impulso de la agenda de los cuidados ha cobrado fuerza en los últimos años en las trabajadoras de las bases sindicales que se identifican con los feminismos. Las movilizaciones internacionales del 8M y la fuerza del movimiento feminista argentino ha sido clave para movilizar estas agendas en torno al trabajo.

La capacidad de elegir horarios parece ser el gran tema en cuestión, ergo es necesario obtener este derecho para más trabajadores, a fin de que sea indiscutida la relación de dependencia existente entre las plataformas y sus trabajadores. Esto abrirá la puerta para regular las plataformas de trabajo y las que se presentan como meras intermediarias de ventas online.

Implicancias para la organización colectiva en tiempos de economía digital

Las demandas del movimiento feminista latinoamericano – que ha puesto en el centro de la escena las luchas contra la violencia, el derecho a decidir y la valorización del trabajo de las mujeres – llega hasta los oídos de una trabajadora aislada entre las paredes de su hogar. Lo cierto es que

¹⁰ Por ejemplo, nos referimos al diseño de un Sistema Integrado de Cuidados como en el caso de Uruguay. También nos referimos al diseño de políticas que combinen la ampliación de los tiempos para cuidar (licencias remuneradas) con el reconocimiento del cuidado como derecho; la inversión en infraestructura pública del cuidado es clave para ampliar la oferta.

se presentan nuevos y complejos desafíos respecto a las posibilidades de regulación laboral y protección social, más aún en contexto de aislamiento social por la pandemia. Las condiciones de precariedad que moldean la situación de estas trabajadoras requerirán de un esfuerzo extra por parte de los actores que integran el mundo del trabajo. En este escenario, es urgente que nuestra agenda feminista por la justicia digital debata sobre los bienes comunes de datos (Sai; Scasserra, 2020), la protección y potestad de los datos que generamos a diario de manera individual o colectiva. De la misma manera, es vital impulsar la consigna de que todo trabajo que genere datos debe estar vinculado a derechos digitales.

Desde la narrativa que estimula la idea de convertirse en “tu propia jefa”, los medios de comunicación masivos emiten mensajes que enaltecen las ventajas de ser “emprendedora”, en lugar de incentivar los sentidos que se asocian con la condición de clase trabajadora. La publicidad y el mensaje de las empresas tiende a crear una conciencia en cada trabajador o trabajadora que la hace autopercebirse como artífice y/o “líder” de su proyecto, como perteneciendo al sector empleador. No solo eso, sino que, además, los procesos algorítmicos que seleccionan la información que vemos en redes sociales tienden a encasillar al individuo dentro de lo que considera cercano en sus preferencias. Está comprobado que los algoritmos muestran aquello que nos parece aceptable o que encuadra con nuestra opinión ya formada de la realidad (González, 2019). Asimismo, las noticias falsas que circulan, las propagandas y espacios pagos en redes, así como también los *trolls* y falsos *trending topics* representan sesgos difíciles de sortear a la hora de generar opinión y sentido crítico.

Así surge la subsiguiente pregunta: ¿cómo lograr la participación activa de las trabajadoras de plataformas en el movimiento sindical? Aquí hay un doble efecto – por un lado, el trabajo externalizado y remoto no suele estar bajo las esferas de representación sindical; por otro lado, es difícil que una trabajadora o trabajador se acerque voluntariamente si no se percibe como trabajador. El peligro de la pérdida de representatividad,

vaciando a las estructuras sindicales de delegadas mujeres debido a que permanecen invisibles en las plataformas digitales, resulta en una amenaza para el movimiento sindical internacional. Por ende, una primera conclusión puede arrojarse aquí: es necesario comenzar a elaborar estrategias de comunicación y representación sindical para estas trabajadoras. Prueba de ello son las formas de organización 4.0 que se están planteando en otros países (Niebler; Kern, 2020). También puede verse el caso de la organización sindical de trabajadores de plataformas de *delivery* en Argentina (Diana Menéndez et al., 2020; Del Bono, 2020).

Es menester, desde las organizaciones sindicales, empezar a generar estrategias no sólo desde la afiliación sino también desde la capacitación: la construcción de una nueva generación de representantes sindicales en trabajo remoto necesitará un esfuerzo extra en términos de formación sindical. Las estrategias de formación en línea representan una oportunidad única para lograr llegar a esa trabajadora y darle herramientas. Estas estrategias comenzaron a articularse en el marco de la pandemia en algunos sindicatos de servicios, pero deben ser aún exploradas y diagramadas por las organizaciones sindicales en Argentina.

En el contexto previo al Covid-19, la explotación y la sobrecarga de trabajo – remunerado y no remunerado –, acompañado de la mano de la tecnología, logró armar un esquema de trabajo vía plataformas sumamente “eficiente”, y que ya dificultaba el tejido de solidaridad sindical. Asimismo, las prácticas de militancia conocidas, las formas de compañerismo y solidaridad se forjaban con encuentros cara a cara. Sin embargo, el contexto de Covid-19 puso en jaque muchas de estas prácticas y estilos de organización y movilización dentro de las militancias (sean sindicales o de otro tipo). Pensando en la profundización y extensión tanto del empleo remoto y del trabajo a través de una plataforma digital, probablemente sea necesario comenzar a elaborar una nueva estrategia de representantes sindicales que “caminen” – en términos virtuales “las casas”, reemplazando la figura del viejo delegado sindical que “caminaba las fábricas”.

Pero en el marco de la pandemia, es preciso repensar no solo las estrategias sindicales frente a la virtualización, sino cuáles son las disputas por los nuevos derechos, complejizando la mirada sobre la presencia de trabajadoras en distintas plataformas como las mencionadas en este estudio. Una estrategia de comunicación, afiliación y formación virtual es sumamente necesaria, pero con eso solo no alcanza, hay que salir al encuentro de esa trabajadora y hacerla sentir parte de una organización que estará presente para ella de manera remota, y de manera física si así lo precisara y si el contexto post-Covid lo habilita. La inteligencia artificial no ha logrado crear, al día de la fecha, empatía, amor y solidaridad artificial. La conjunción de estrategias puede ser la llave para lograr una nueva generación de delegadas remotas, que participen activamente desde sus hogares en la política y la ampliación de la sindicalización, tejiendo redes de solidaridad y confianza, logrando un movimiento sindical en la web, presente y activo. Esta llave es clave a la hora de abordar la violencia machista y el acoso laboral en entornos virtuales que pueden padecer las trabajadoras “aisladas” en sus casas y por parte de sus jefes o “colaboradores”. Hay aquí algunos claves para reflexionar sobre los puntos de contacto entre teletrabajadoras alcanzadas por la reciente normativa y quienes aún continúan trabajando en plataformas que solo las reconocen como “contratistas independientes”, “colaboradoras” o “empreendedoras”.

En este sentido, la reciente Ley de Teletrabajo en Argentina¹¹ no solo establece la capacidad de las personas trabajadoras de elegir horarios compatibles con las tareas de cuidados, sino que les otorgó el derecho a la desconexión digital y el derecho a la reversibilidad. En efecto, la reversibilidad implica que quien haya elegido, por algún motivo, teletrabajar y, en un futuro, descubra que no es lo que desea, pueda volver a trabajar en modalidad presencial. A su vez, la desconexión digital posibilita organizar los tiempos y la disponibilidad para las responsabilidades de cuidados. En

¹¹ Dicha ley estipula su implementación luego de 90 días contados a partir de la finalización del Aislamiento Social, Preventivo y Obligatorio (ASPO).

este punto, serán claves las políticas de corresponsabilidad de los cuidados que se diseñen entre Estado, mercado y hogares. Una trabajadora que no es constantemente molestanda fuera de su jornada tiene la potestad de poder organizarse mejor, dividir tareas de una manera más equitativa, incluso destinar tiempo al autocuidado.

La Ley de Plataformas que está actualmente en discusión en el país, va en consonancia con esta, manteniendo el derecho a la desconexión digital, y permitiendo a trabajadores y trabajadoras elegir su horario sin ir en detrimento de sus derechos sindicales y laborales.

En este sentido, los desafíos 4.0 que ya se han presentado para los sindicatos, interpelan sobre las formas que asumirá esa organización colectiva como punto de encuentro, como reunión social, como espacio de apoyo y generación de sentido de pertenencia para la nueva camada de trabajadoras que están en sus hogares. Presentamos a continuación algunos apuntes para complejizar la articulación entre la agenda sindical y feminista.

- La estrategia destinada a trabajadoras de las plataformas de trabajo que están en sus hogares debería ser una que unifique varias vías de acción. Por un lado, invertir en una eficiente estrategia de comunicación sindical/social, con presencia activa en la red, con especialistas en el área para diseñar campañas con lemas simples pero que interpielen la realidad de esas trabajadoras. Por otro lado, invertir en la maximización de ese mensaje en las redes, que “salga” a buscar a esa trabajadora que está en su casa tratando de generar ingresos y cuidando a su familia. No alcanza con crear una página y dejarla ahí, el Big Data también puede ser puesto al servicio de la búsqueda de esa trabajadora. Hoy por hoy se venden los espacios de publicidad en Facebook, por mencionar alguno, donde la empresa tiene enorme cantidad de datos de sus usuarios y va segmentando de acuerdo a perfiles, aquellos que son afines a mirar con agrado nuestro mensaje o publicidad.

- Invertir en una estrategia de formación político/sindical en línea, con plataformas atractivas y dinámicas para facilitar la tarea de formación a esas trabajadoras mujeres y personas LGBT+ ¹². Explorar las modalidades híbridas o semi-presenciales que permitan combinar escenarios en las etapas de distanciamiento social.
- Considerando un escenario post-covid, conformar un nuevo cuerpo de representantes sindicales que salgan al encuentro de esas trabajadoras y realicen visitas a los hogares explicándoles los beneficios de afiliarse y mostrándoles que muchas otras comparten su realidad y sus reclamos. Esto requiere un esfuerzo extra no explorado por muchas organizaciones.
- Contar con un lugar al que recurrir: un punto de encuentro y reunión para socializar cuando esa trabajadora pueda o quiera plantear una problemática. Explorar puntos de encuentro en sedes sindicales virtuales y/o presenciales.
- Crear redes de contención en espacios virtuales entre trabajadores. Grupos de chats o canales de difusión, pueden ser herramientas eficaces para que la comunicación sea constante y recree un “ambiente de trabajo” con colegas que comparten su realidad a pesar de no estar en contacto o jamás haberse visto cara a cara.
- Ganar el derecho a la desconexión digital para todas las personas trabajadoras, a fin de que las plataformas dejen de ser una opción solo por el hecho de permitir flexibilidad a un esquema de horarios y evite que más mujeres se vuelquen a estos por dicho motivo, precarizando aún más la situación de ellas en el futuro.

¹² Remarcamos en este punto las estrategias de formación desplegadas por las organizaciones del colectivo trans y travesti en Argentina, por ejemplo, la plataforma de ATTTA, los ciclos de formación de Transistemas. Estas estrategias de inclusión digital y sociolaboral cobran mayor relevancia en el marco de los desafíos que inaugura la reciente aprobación de la Ley de Cupo Laboral Trans y Travesti.

Estas son solo algunas propuestas para pensar y discutir en base a las realidades sindicales y sociales de cada país, que pueden servir como insumos para elaborar una nueva estrategia de acercamiento a estas trabajadoras aisladas. El trabajo en esa dirección es necesario para comenzar a representar una masa de trabajadores a distancia (tanto varones como mujeres cis, lesbianas, no binaries, travestis y trans) que viene creciendo en los últimos años. Como expresamos anteriormente, en las mujeres cobra una relevancia adicional debido a la opción que toman por estas plataformas para “conciliar” la producción y reproducción de la vida en su doble jornada laboral. De lo contrario, las trabajadoras perderán poco a poco representación en las estructuras sindicales y sus demandas se verán desdibujadas desde el movimiento sindical.

Sofía Scasserra es licenciada en Economía (UCA) e investigadora y docente del Instituto del Mundo del Trabajo Julio Godio, Universidad Nacional de Tres de Febrero, Argentina.

✉ sscasserra@untref.edu.ar

Flora Partenio es Doctora en Ciencias Sociales (UBA), directora de la Licenciatura en Relaciones del Trabajo de la Universidad Nacional Arturo Jauretche y docente de posgrado (UNGS/UNSJ/UNMdP), Argentina. Integra la Red de feministas DAWN.

✉ fpartenio@unaj.edu.ar

Referencias

1. ATTTA - Asociación de Travestis, Transexuales y Trangéneros de Argentina. *Orgullose en el trabajo, Empleadores*. (Sitio institucional). Buenos Aires. 2020. Disponible en: <http://attta.org.ar/category/empleadores/>
2. BANCO MUNDIAL. *Employment in services, female (% of female employment)*. **World Bank Data**, 2019. Disponible en: <https://data.worldbank.org/indicator/SL.SRV.EMPL.FE.ZS?view=chart>
3. BARBA GARRIDO, Juan Carlos. **Agencias de publicidad e influencers, ¿amigos o enemigos?** analizando la relación entre el contenido de campaña, instagram e influencers. 2018. Tesis. (Maestría en Comunicación con Mención en Comunicación Digital). Universidad Casa Grande, Guayaquil, Ecuador, 2018.
4. CANCELA ALLÍO, Victoria. Internet ¿reproductor de la división sexual del trabajo en el mundo on line? Estudio cuantitativo sobre el trabajo productivo y reproductivo en los hogares uruguayos. In: RIVOIR, Ana Laura (coord.). **Tecnologías digitales y transformaciones sociales: desigualdades y desafíos en el contexto latinoamericano actual**. Buenos Aires, Montevideo: CLACSO-UDELAR-Observatic, 2020. p. 229-245.
5. CARRASCO, Cristina (ed.). **Mujeres y Economía**. Madrid: Icaria Editorial. 1999.
6. CEPAL – Comisión Económica para América Latina y el Caribe. La pandemia del COVID-19 profundiza la crisis de los cuidados en América Latina y el Caribe. **Informes Covid-19**. Santiago: CEPAL, abril, 2020.
7. COOK, Cody; DIAMOND, Rebecca; HALL, Jonathan V.; LIST, John A.; OYER, Paul. **The gender earnings gap in the gig economy: evidence from over a million rideshare drivers**. Working Paper, n. 3637, Stanford University, May 2020. Disponible en: <https://web.stanford.edu/~diamondr/UberPayGap.pdf>
8. DALLA COSTA, Mariarosa. **Dinero, perlas y flores en la reproducción feminista**. Madrid: Akal. 2009.
9. DEL BONO, Andrea. Nuevas tecnologías y relaciones laborales: la gestión algorítmica y su impacto sobre los trabajadores de plataformas. **Voces en el Fénix**, 80, p. 86-91, julio 2020.
10. DIANA MENÉNDEZ, Nicolás; ARIAS, Cora Cecilia; HAIDAR, Julieta. ¿Sindicalismo 4.0? La organización de trabajadores de plataformas en Argentina. **Sociología del Trabajo**, n. 97, p. 59-69. <https://doi.org/10.5209/stra.71907>
11. FEDERICI, Silvia. **El patriarcado del salario**. Críticas feministas al marxismo, Madrid: Traficantes de Sueños. 2018a.
12. FEDERICI, Silvia. **Conferencia Inaugural con motivo de la entrega del Honoris Causa**, Mendoza: Universidad Nacional de Cuyo, octubre, 2018b. Disponible en: https://www.youtube.com/watch?v=eE_ISFpAvjQ

13. EL JABER, Grisel. Trabajador/a virtual. Implicancias de ser un trabajador a distancia. In: IV Jornada Educación a distancia y universidad. **Panel 3. "Trabajador/a Virtual": implicancias de ser un trabajador/a de educación a distancia**, 27 de septiembre, Buenos Aires: FLACSO Argentina. 2019. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=oo902Miu9Rk>

14. EL JABER, Grisel (comp.). **Actas de V Jornadas de Educación a Distancia y Universidad**. 24, 25, 26 y 27 de noviembre de 2020. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – FLACSO Sede Argentina. 2021.

15. GASKELL, Adi. Are female Uber drivers paid less than male drivers? **Forbes**, 12 feb. 2018. Disponible en: <https://www.forbes.com/sites/adigaskell/2018/02/12/are-female-uber-drivers-paid-less-than-male-drivers/#951056b56c60>

16. GONZÁLEZ, Felipe. Big data, algoritmos y política: las ciencias sociales en la era de las redes digitales. **Cinta Moebio**, n 65, p. 267-280, 2019.

17. HAWKINS, Andrew. Female Uber drivers earn \$1.24 per hour less than men: study. **The Verge**, 6 feb. 2018. Disponible en: <https://www.theverge.com/2018/2/6/16980072/uber-driver-gender-earnings-gap-study>

18. HERRERO RUÍZ, Laura; NAVARRO-BELTRÁ, Marián. Diferencias de género en la comunicación de las y los "influencers": el caso de los instagramers gastronómicos. **Cuestiones de Género: de la Igualdad y la Diferencia**, n. 16, p. 536-564, 2021.

19. HIDALGO CORDERO, Kruskaya; PARTENIO, Flora; SCASSERRA, Sofía; VALENCIA CASTRO, Belén. ¡Cuerpos que no importan! delivery en tiempos de coronavirus. **Medium**, 28 abril, 2020. Disponible en: <https://medium.com/especial-ella-en-cuarentena/cuerpos-que-no-importan-delivery-en-tiempos-de-coronavirus-8293744b283d>

20. MADARIAGA, Javier; BUENADICHA, César; MOLINA, Erika; ERNST, Christoph. **Economía de plataformas y empleo** ¿Cómo es trabajar para una app en Argentina? Buenos Aires: CIPPEC-BID – OIT, 2019. Disponible en: <https://www.cippec.org/wp-content/uploads/2019/05/Como-es-trabajar-en-una-app-en-Argentina-CIPPEC-BID-LAB-OIT.pdf>

21. MARTÍN GARCÍA, María T.; MARTÍNEZ SOLANA, María Y. Mujeres ilustradoras en Instagram: las influencers digitales más comprometidas con la igualdad de género en las redes sociales. **Visual Review, International Visual Culture Review**, v. 6, n. 2, p.59-68. 2019.

22. NIEBLER, Valentin; KERN, Annemarie. **Organising YouTube: a novel case of platform worker organising**. Trade Unions in Transformation 4.0. Berlín: Friedrich-Ebert-Stiftung, set., 2020.

23. OIT - Organización Internacional del Trabajo. **Las plataformas digitales y el futuro del trabajo**. Cómo fomentar el trabajo decente en el mundo digital, Ginebra: OIT, 2019.

24. OMC - Organización Mundial del Comercio. **Sesión 55 Mujeres y Comercio Electrónico**: de los datos a la implementación, Ginebra: OMC, 2019. Disponible en: https://www.wto.org/english/forums_e/public_forum18_e/pf18programme_e.htm
25. OTTAVIANO, Juan Manuel. Salven el trabajo asalariado. ¿Cuál es el pacto conocido que permitió mayores márgenes de protección social? **El Cohete a la Luna**, 26 abr. 2020. Disponible en: <https://www.elcohetelaluna.com/salven-el-trabajo-asalariado/>
26. PARTENIO, Flora. Ofensiva corporativa sobre los cuidados. (Ponencia, 2 junio 2021). **Megaproyectos, herramienta corporativa al asalto de la vida** (Webinar). Bilbao: OMAL, 2021
27. PARTENIO, Flora. Retrocesos 4.0: los desafíos de la protección social de los trabajadores de plataformas. **Dawn**, 12, marzo, 2020a. Disponible en: <https://dawnnet.org/2020/03/retrocesos-4-0-los-desafios-de-la-proteccion-social-de-los-trabajadores-de-plataformas/>
28. PARTENIO, Flora. Virtualización y precarización de nuestros derechos laborales. **Boletín de la AAHHMEG**, v. 4, n. 2, Julio, 2020b.
29. PARTENIO, Flora. **La producción de géneros**: experiencias de mujeres trabajadoras en la gestión de fábricas recuperadas. 2013. Tesis (Doctorado en Ciencias Sociales), Universidad de Buenos Aires, Buenos Aires, 2013.
30. PICCHIO, Antonella. **Social reproduction**: the political economy of the labour market. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.
31. RODRÍGUEZ, Dinah; COOPER, Jennifer (comp.). **Debate sobre el trabajo doméstico**: antología. México: Universidad Nacional Autónoma de México, Instituto de Investigaciones Económicas, 2005.
32. RODRÍGUEZ ENRÍQUEZ, Corina; MARZONETTO, Gabriela. Organización social del cuidado y desigualdad: el déficit de políticas públicas de cuidado en Argentina. **Revista Perspectivas de Políticas Públicas**, v. 4, n. 8, p. 105-134, 2015. <https://doi.org/10.18294/rppp.2015.949>
33. SAI, Leonardo Fabián. Fragmentos de fragmentos: vida psíquica, forma estética, potencia histórica. **Revista Espectros**, v. 5, n. 6, 2019. Disponible en: <http://espectros.com.ar/numero-6-fragmentos-de-fragmentos-vida-psiquica-forma-estetica-potencia-historica-leonardo-fabian-sai/>
34. SCASSERRA, Sofía. **Cuando el jefe se tomó el buque, el algoritmo toma el control**. Buenos Aires: Fundación Foro del Sur, 2019. Disponible en: <https://lasargentinatrabajamos.com/publicaciones>
35. SCASSERRA, Sofía; SAI, Leonardo Fabián. **La cuestión de los datos, plusvalía de vida, bienes comunes y Estados inteligentes**. Buenos Aires: Fundación Friedrich Ebert. Disponible en: <http://www.fes.org.ar/public/LA%20CUESTI%C3%93N%20DE%20LOS%20DATOS.pdf>
36. SCASSERRA, Sofía. Derecho a la desconexión. **Revista Anfibia**, Buenos Aires, 2020. <http://revistaanfibia.com/ensayo/derecho-la-desconexion/>

37. SLEE, Tom. **Lo tuyo es mío**. Madrid: Taurus, 2016.
38. VACA TRIGO, Iliana. **Oportunidades y desafíos para la autonomía de las mujeres en el futuro escenario del trabajo**. Serie Asuntos de Género. Santiago de Chile: CEPAL, 2019.
39. VIADANA, Claudia A.; ZUBELDÍA, Maria Lourdes; TOMARELLI, Jimena; MORALES, Oscar. Mujeres emprendedoras: una aproximación empírica. In: Vigesimoprimeras Jornadas "Investigaciones en la Facultad" de Ciencias Económicas y Estadística. **Actas...** Noviembre, 2016.
40. VILLOTA, Paloma de (ed.). **Globalización a qué precio**: su impacto en las mujeres del Norte y del Sur. Madrid: Icaria Editorial. 2001.
41. ZUBOFF, Shoshana. **The age of surveillance capitalism**: the fight for a human future at the new frontier of power. New York: Public Affairs, 2019.

Recibido: 19 mar. 2021.
Aprobado: 05 ago. 2021.



STAY
connected

 babylenox

**Artigos
Interfaces
Resenhas**

Mobilidade socio-ocupacional no Brasil: novo procedimento para delimitação dos estratos ocupacionais e análise dos dados da PNAD de 2014

Camilla Oliveira* 

Rodolfo Hoffmann* 

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar, a partir dos dados da PNAD de 2014, a mobilidade socio-ocupacional inter e intrageracional na sociedade brasileira e a influência da migração e da cor dos indivíduos no processo de mobilidade social. É proposta uma nova metodologia de estratificação para a construção de estratos socio-ocupacionais, utilizando características como educação, renda e ocupação dos indivíduos. Ainda que marcada por deslocamentos de curta distância entre os estratos socio-ocupacionais, a mobilidade social observada nos dados coletados em 2014 é marcada por chances de mobilidade ascendente, o que denota certa dinamicidade na sociedade brasileira. A análise revela um esvaziamento dos estratos baixos em favor dos estratos médios quando se compara a distribuição socio-ocupacional dos ocupados em 2014 com a geração dos pais. Há uma predominância na mobilidade circular, indicando que os movimentos realizados na estrutura socio-ocupacional se deram mais pela substituição e trocas em postos de trabalho já existentes do que pela transformação da estrutura ocupacional. Foram encontradas evidências de que indivíduos migrantes apresentam mobilidade superior aos não migrantes. Todavia, indivíduos pretos e pardos encontram condições desiguais de mobilidade socio-ocupacional quando comparados aos brancos, e essa desigualdade é atenuada quando se consideram os indivíduos migrantes.

Palavras-chave: mobilidade socio-ocupacional, estratificação social, migração, cor.

* Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, SP, Brasil.

Socio-occupational mobility in Brazil: new occupational stratification procedure and analysis of data from PNAD/2014

Abstract

The objective of the present study is to analyze the intra- and intergenerational socio-occupational mobility in Brazil and the influence of migration and skin color in the person's social mobility, using data from a national household survey (PNAD) collected in 2014. We propose a new stratification procedure for constructing socio-occupational strata using individuals' characteristics such as education, income and occupation. Although characterized by short displacements between socio-occupational strata, the social mobility observed in the 2014 data shows chances of upward mobility, indicating certain dynamism in the Brazilian society. Comparing the socio-occupational distribution of workers in 2014 with their father's distribution, the results show the weakening of lower strata in favor of medium strata. A predominance of circular mobility was observed, indicating that the movements in the socio-occupational structure occurred by substitution and changes in the already existing job positions rather than by the transformation of the occupational structure. The results show that migrant individuals presented higher mobility in relation to non-migrants. However, black and brown persons obtain less upward mobility when compared with white ones, and such difference is smaller among the migrants.

Keywords: socio-occupational mobility, social stratification, migration, skin color.

Introdução

A mobilidade social é o fenômeno que reflete o movimento dos agentes em dada estrutura social. O seu estudo busca identificar a direção dos deslocamentos em um determinado período, sua magnitude e as variáveis que influenciam o processo.

A necessidade de uma escala que hierarquize os agentes se traduz na forte ligação que existe entre o estudo da mobilidade social e o estudo da estratificação social (Hertel, 2017). Os critérios para a construção da estratificação social, por meio da qual se estuda a mobilidade, são escolhidos a partir da abordagem que se pretende utilizar para medir a desigualdade

de oportunidades na sociedade, e dependem também da disponibilidade das informações. Em geral, utiliza-se um ou mais critérios, como, por exemplo, educação, renda e ocupação.

A mobilidade social pode ser vista sob duas perspectivas, a intergeracional e a intrageracional. Do ponto de vista metodológico, as análises concentram-se nas transições experimentadas pelos indivíduos entre dois momentos de referência, que podem ser denominados de origem e destino. No caso da mobilidade intergeracional, em que o interesse reside na dinâmica social entre diferentes gerações, é usual confrontar a ocupação atual do indivíduo (destino) com a ocupação do pai no início da vida profissional do indivíduo (origem). No caso da mobilidade intrageracional, em que a intenção é identificar as mudanças conquistadas pelo indivíduo na sua geração, contrasta-se a ocupação atual do indivíduo (destino) com a ocupação que ele tinha no início da carreira profissional (origem).

Os movimentos podem ser ascendentes, caso a posição de destino seja melhor que a de origem, ou descendentes, caso a posição de destino seja pior que a de origem. A permanência na posição inicial caracteriza imobilidade. A avaliação da mobilidade também pode ser realizada por meio dos conceitos de mobilidade circular e mobilidade estrutural (Pastore, 1979). A mobilidade estrutural corresponde aos movimentos que aconteceram como resultado de mudanças na estrutura socio-ocupacional e criação de novas oportunidades no mercado de trabalho. A mobilidade circular, por outro lado, ocorre caso a mobilidade se dê por trocas de posições, substituições ou aposentadorias.

Quando consideramos a forma de mensurar a mobilidade, há na literatura quatro gerações metodológicas. A primeira geração utiliza matrizes de transição e índices de mobilidade (Glass; Hall, 1954; Hutchinson, 1960; Rogoff, 1953); na segunda geração há maior preocupação com a descrição do processo que origina o fenômeno a partir do uso de análises de trajetórias (Blau; Duncan, 1967); a terceira inova utilizando modelos log-lineares na tentativa de solucionar alguns problemas metodológicos discutidos na literatura (Goldthorpe *et al.*, 1982; Goodman, 1979; Wright, 1979); e,

por fim, a quarta geração faz análises tentando conciliar as duas gerações anteriores (DiPrete, 1990; Breen, 1994; Hendrickx; Ganzeboom, 1998).

Como salienta Silva (1999), o estudo da mobilidade social brasileira é bastante deficiente. Nos últimos anos ocorreu uma renovação do interesse pelo tema, com maior participação de economistas nos novos trabalhos realizados. Entretanto, a metodologia usada na tradição da sociologia, com construção das matrizes de mobilidade socio-ocupacional, permite uma análise mais aprofundada da dinâmica dos movimentos. Na literatura brasileira, cabe destacar os trabalhos de Pastore (1979), Scalón (1999), Pastore e Silva (2000) e Ribeiro (2007; 2014; 2017).

O diagnóstico desses trabalhos para o Brasil sugere que houve um alargamento do estrato médio da estrutura social. Esse alargamento foi influenciado, principalmente, por novas oportunidades no mercado de trabalho em ocupações urbanas de baixa remuneração e especialização. Até a década de 1980, a mobilidade social brasileira era alta e apresentava uma grande tendência de ascensão social, como resultado da transformação do país de sociedade predominantemente rural em urbana. Após esse período, apesar da manutenção de altos índices, a mobilidade brasileira passou a apresentar aumento nos níveis de mobilidade descendente e diminuição nos movimentos ascendentes.

Ribeiro (2017) analisa os dados dos suplementos de mobilidade socio-ocupacional da PNAD, disponibilizados nos anos de 1973, 1982, 1988, 1996 e 2014. A partir da aplicação do esquema EGP de classes, proposto por Erikson, Goldthorpe e Portocarero (1979) e usando modelos log-lineares, o autor examina a evolução da mobilidade intergeracional brasileira. Considerando nove classes de *status* ocupacional, ele mostra que a mobilidade total cresceu de 54%, em 1973, para 66%, em 1996, e 67% em 2014. Considerando apenas três grandes classes, ele verifica que a mobilidade ascendente cresceu de 25%, em 1973, para 32%, em 1996, e 34% em 2014, com a descendente passando de 6%, em 1973, para 9%, em 1996, e 11% em 2014. Ribeiro (2017) conclui que, no período analisado,

houve diminuição das desigualdades de oportunidades e a mobilidade intergeracional se tornou mais fluida.

Este artigo, seguindo a corrente funcionalista da estratificação social, na qual o papel do indivíduo na sociedade é reflexo das atividades que este desempenha (Davis, 1949; Davis; Moore, 1945; Parsons, 1954), realiza uma análise da mobilidade brasileira com base nas ocupações dos seus agentes, portanto, da mobilidade socio-ocupacional.

Com base nos dados da PNAD de 2014, disponíveis no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), propõe-se uma nova metodologia para a construção de uma escala hierarquizada das ocupações brasileiras com base em características socioeconômicas dos indivíduos, como educação, renda e ocupação, a exemplo do trabalho de Blau e Duncan (1967). A partir da escala construída, elabora-se uma análise da mobilidade socio-ocupacional intergeracional e intrageracional dos indivíduos ocupados, com idade de 16 até 65 anos, por meio de matrizes de transição de *status* (Hout, 1983) e cálculo de medidas de mobilidade (Yasuda, 1964). As mulheres serão incluídas nas amostras, seguindo uma perspectiva individualista na análise (Hayes; Miller, 1993; Payne; Abbott, 1990; Rose; Marshall, 1988). Analisa-se, ainda, por meio de regressões múltiplas, o efeito da migração e da cor dos indivíduos sobre a mobilidade experimentada por eles.

A expectativa de mobilidade ascendente é uma grande motivação para a migração geográfica e a literatura sobre o tema é bastante vasta. Destacam-se o trabalho precursor no Brasil realizado por Jannuzzi (2000), a respeito da migração e mobilidade social no estado de São Paulo nas décadas de 1980 e 1990, e outros mais recentes (Abramitzky *et al.*, 2019; Major; Machin, 2018; Jannuzzi; Montagner; Taira, 2019). Pastore e Silva (2000, p.92) dedicam um capítulo do livro ao tema “cor e mobilidade ocupacional”, concluindo que “os não brancos estão expostos a chances menores de ascensão social; as dificuldades para ascender aumentam junto com o nível do estrato de origem; e os nascidos nos estratos mais elevados estão expostos a riscos maiores de mobilidade descendente”. Jesus (2020) apresenta ampla revisão da literatura sobre a relação entre cor e migração e

o rendimento das pessoas. Com base em dados da PNAD de 1995 a 2015, o autor observa que, no mercado de trabalho brasileiro, “relativamente aos seus respectivos pares não migrantes, tanto os negros quanto os brancos migrantes apresentam melhores resultados e que a diferença se reduziu ao longo do período analisado”; conclui, ainda, que, proporcionalmente, “essa diferença de rendimentos entre migrantes e não migrantes se mostra maior quando se consideram os negros vis-à-vis os brancos.” (Jesus, 2020, p. 128). Mas não encontramos na literatura examinada estimativas dos efeitos de migração e cor na mudança intergeracional ou intrageracional em uma medida de *status* socioeconômico, como será feito aqui.

Metodologia e primeiros resultados

A escala ocupacional construída para este estudo revisita e modifica a metodologia proposta por Silva (1973), utilizada por Pastore (1979), Pastore e Silva (2000) e Ueda (2001). A proposta é aperfeiçoar a metodologia, usando dados mais recentes para analisar a relação entre renda e escolaridade e adotando um critério estatístico objetivo para delimitar os seis estratos socio-ocupacionais. Evita-se, portanto, a abordagem de prestígio social das ocupações, dadas as dificuldades da mensuração de variáveis subjetivas intrínsecas à noção de “prestígio” e a ausência dessas variáveis nos dados da PNAD.

Foram selecionados indivíduos ocupados com idade de 16 a 65 anos. No processo de tratamento da amostra, foram aplicados filtros e os indivíduos que não apresentavam informações referentes aos anos de escolaridade foram excluídos da análise.

As relações entre renda, ocupação e anos de escolaridade foram analisadas controlando os efeitos da idade do indivíduo. A PNAD de 2014 adota a Classificação Brasileira de Ocupações Domiciliar (CBO-Domiciliar/IBGE), que lista 511 ocupações das quais 483 estão representadas na pesquisa.

Consideraram-se tanto o rendimento mensal da atividade principal como o número de horas trabalhadas semanalmente. Ao realizar a

padronização das variáveis para uma semana de 40 horas de trabalho, encontramos observações discrepantes que, após investigação, evidenciaram a necessidade de controle da variável referente às horas trabalhadas. Havia indivíduos declarando ter trabalhado apenas uma hora na semana, apresentando rendimentos mensais padronizados superiores a um milhão de reais. Então foram mantidos na amostra apenas os indivíduos que declararam ter trabalhado de seis a 98 horas por semana.

A variável escolaridade foi medida em anos de estudo, indo de 0, para nenhuma escolaridade, a 14, para 14 anos, e atribuindo valor 17 para os com escolaridade igual ou superior a 15 anos. A variável idade, utilizada como controle, foi base para classificar as pessoas em dez faixas, com intervalo de cinco anos cada: 16 a 20 anos, 21 a 25, 26 a 30, 31 a 35, 36 a 40, 41 a 45, 46 a 50, 51 a 55, 56 a 60 e 61 a 65.

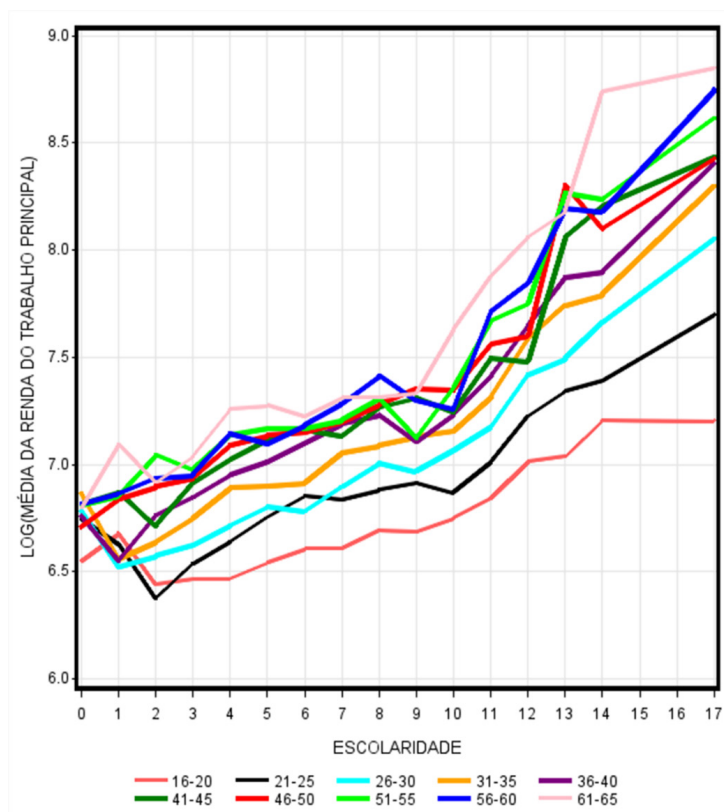
A amostra final para a construção da estratificação, obtida da PNAD de 2014, conta com 152.940 indivíduos, dos quais 58% são homens e 42% mulheres. A amostra, considerando o fator de expansão, representa uma população de 85.644.380 pessoas. Predominam os indivíduos com idade de 21 a 40 anos (51,7%) e aqueles com onze anos de escolaridade (30,9%), seguidos por aqueles que estudaram quinze ou mais anos (14,2%).

Veremos que a medida de *status* socioeconômico é obtida levando em consideração o rendimento obtido pela pessoa na sua ocupação e sua escolaridade. Mas não podemos, obviamente, somar variáveis com unidades de medidas diferentes (reais e anos de escolaridade). Assim, o próximo passo foi expressar a escolaridade em unidades monetárias por meio de uma equação de rendimentos, controlando o efeito das faixas de idade. Foram ajustadas, para cada uma das dez faixas de idade, equações de rendimento onde a variável dependente *Y* representa o logaritmo neperiano do rendimento do trabalho principal padronizado pelo tempo semanal de trabalho.

A primeira tentativa segue o procedimento proposto por Silva (1973): realizou-se a estimação de regressões múltiplas para cada faixa de idade, de *Y* contra 15 variáveis binárias que distinguem os 16 níveis de escolaridade.

Conforme ilustra a Figura 1, as linhas tendem a ficar em posição mais elevada com idade maior, mas há muita irregularidade.

Figura 1 - Relação entre o logaritmo do rendimento e anos de escolaridade por faixas de idade para 2014, usando 15 variáveis binárias para distinguir os 16 níveis de escolaridade



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos microdados do IBGE.

A análise das linhas na Figura 1 sugere uma mudança de inclinação quando a escolaridade atinge dez anos. Optou-se, então, pela utilização

de um modelo mais parcimonioso, admitindo uma relação poligonal, com vértice em ponto com abcissa igual a 10, entre o logaritmo da renda e a escolaridade. O gráfico representado na Figura 2 mostra a nova relação, onde é possível observar que, de fato, o retorno da escolaridade tende a ser maior a partir de 10 anos de estudo, corroborando resultados anteriores (Hoffmann; Simão, 2005b; Salvato; Silva, 2008). Seja E a escolaridade (em anos) e seja Z uma variável binária que assume valor zero se a escolaridade (E) for menor ou igual a dez anos e valor 1, em caso contrário. Então, a equação da poligonal para cada faixa de idade é:

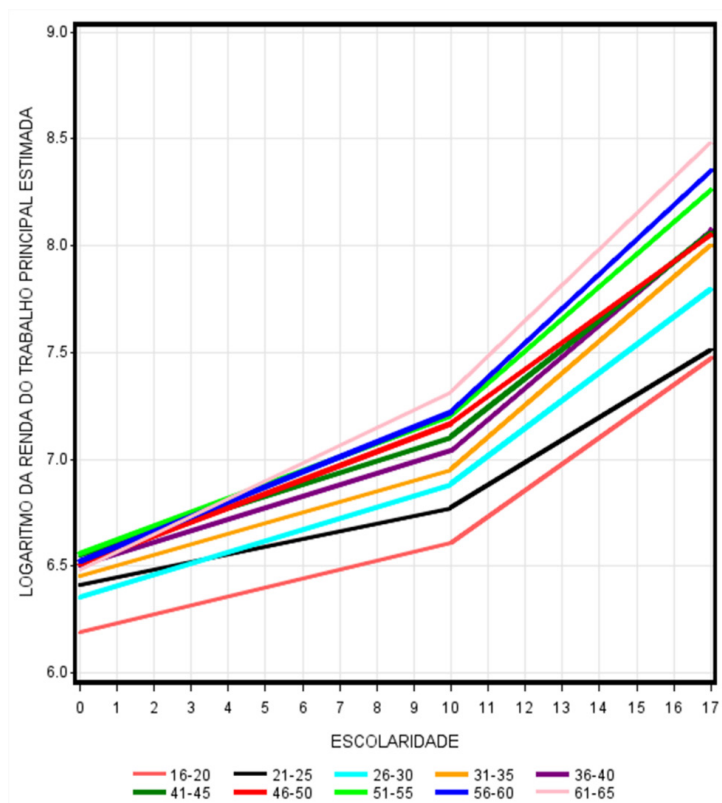
$$Y = \alpha + \beta_1 E + \beta_2 Z (E - 10) + u \quad (1)$$

Definindo nove variáveis binárias (h , com $h = 1, \dots, 9$) para distinguir as dez faixas de idade, numeradas de 0 a 9, fazendo $W_h = 1$ na h -ésima faixa e $W_h = 0$ nas demais, é possível, então, utilizar um modelo de regressão para estimar, simultaneamente, as 10 linhas poligonais (uma para cada faixa de idade):

$$Y = \alpha + \beta_1 E + \beta_2 Z (E - 10) + \sum_{h=1}^9 \gamma_h W_h + \sum_{h=1}^9 \delta_h W_h E + \sum_{h=1}^9 \varphi_h W_h Z (E - 10) + u \quad (2)$$

O antilogaritmo do valor de Y estimado com base nesse modelo reflete, para cada pessoa, o seu nível de escolaridade, em termos monetários. Dispondo, agora, do rendimento da pessoa na sua ocupação e de uma medida que representa o valor monetário de sua escolaridade, calcula-se a média aritmética dos dois valores, que é o seu Status Socioeconômico Individual (SSEI).

Figura 2 - Logaritmo da renda estimada pela poligonal em função dos anos de escolaridade por faixas de idade para 2014



Fonte: Elaborado pelos autores, a partir dos microdados do IBGE.

Calculando a média entre os SSEI de todas as pessoas que possuem a mesma ocupação, obtemos o Status Socioeconômico (SSE) de cada ocupação representada na PNAD 2014. Os SSE foram padronizados para que os escores das ocupações ficassem dentro do intervalo de 0 a 100.¹ O

¹ Para isso os valores foram divididos por 11.197, conforme Oliveira (2018), em análise de dados das PNADs de 1996 e 2014.

último passo envolve definir os limites dos estratos socio-ocupacionais. Este estudo mantém o número de estratos (seis) e a nomenclatura utilizados no trabalho de Pastore (1979), mas modifica o procedimento para delimitar os seis estratos.

Há na literatura uma arbitrariedade muito grande na definição dos limites que separam os diferentes estratos. Para contornar essa limitação, adotamos a metodologia proposta por Aghevli e Mehran (1981), Davies e Shorroks (1989) e Hoffmann (2005a) para delimitar estratos em distribuições de renda. A metodologia consiste em minimizar a desigualdade intragrupos e maximizar a desigualdade entre grupos na distribuição. Para dois estratos, adotando o Índice de Gini como medida de desigualdade, a divisão ótima é aquela em que o limite entre os dois estratos corresponde ao SSE médio dos dois estratos em conjunto. Para mais de dois estratos, a determinação dos limites entre estratos exige um processo iterativo e detalhes adicionais podem ser encontrados nos trabalhos citados. Os limites encontrados para a estratificação em seis estratos socio-ocupacionais e a distribuição dos indivíduos entre eles serão apresentados nos resultados deste trabalho.

Obtidos os escores de SSE das ocupações para o Brasil em 2014, parte-se para a análise da mobilidade socio-ocupacional. Para essa análise, a amostra foi limitada aos indivíduos que responderam ao suplemento de mobilidade socio-ocupacional e apresentaram informações a respeito da sua primeira ocupação, educação e a ocupação dos seus pais quando o respondente tinha 15 anos de idade. São 22.918 indivíduos que, considerando os fatores de expansão da subamostra, representam uma população de 59.673 milhares de pessoas. As mulheres representam 41,8% da população, enquanto os homens, 58,2%.

Uma vez definidos os estratos socio-ocupacionais, construímos as tabelas de contingência, ou matrizes de transição de *status*, que auxiliam na análise dos movimentos dos indivíduos entre os estratos. A abordagem levou em consideração os trabalhos sociológicos desenvolvidos para a sociedade brasileira (Pastore, 1979; Pastore; Silva, 2000; Ribeiro, 2007) e os dados disponíveis na PNAD de 2014.

Uma matriz de transição de *status* (M) tem formato $k \times k$, sendo k o número de estratos adotados; neste estudo $k = 6$. A matriz irá relacionar um *status* de origem a um *status* de destino (Hout, 1983). Na análise intergeracional a origem é o *status* da ocupação do pai quando o indivíduo tinha 15 anos e o ponto de destino é o *status* da ocupação do indivíduo em 2014; na intrageracional a origem passa a ser a primeira ocupação do próprio indivíduo e o destino se mantém o mesmo.

Para facilitar a explicação da metodologia, adiantamos a apresentação de parte dos resultados, mostrando, na tabela 1, a matriz de transição de seis estratos obtida para a mobilidade socio-ocupacional intergeracional do Brasil em 2014, em termos populacionais. Pelas linhas é possível fazer uma análise origem-destino, observando para onde se moveram as pessoas com origem em um *status* específico. Uma coluna mostra a origem dos indivíduos que compõem determinado estrato em 2014. Os elementos da diagonal principal representam os indivíduos imóveis. Abaixo da diagonal principal estão os indivíduos que experimentaram mobilidade ascendente, e acima, mobilidade descendente.

Tabela 1 - Matriz de transição intergeracional brasileira para o ano de 2014/Milhares de pessoas

STATUS DO PAI	STATUS DO FILHO EM 2014						TOTAL DOS PAIS
	1	2	3	4	5	6	
1. Alto	793	557	322	115	262	59	2.108
2. Médio-Superior	794	1.250	780	476	759	369	4.428
3. Médio-Médio	492	963	1.047	735	1.083	653	4.973
4. Médio-Inferior	624	1.379	1.721	2.081	2.551	1.707	10.064
5. Baixo-Superior	674	1.697	2.287	2.317	4.867	3.008	14.848
6. Baixo-Inferior	475	1.659	2.197	3.313	6.200	9.408	23.252
TOTAL DOS INDIVÍDUOS	3.853	7.504	8.353	9.037	15.721	15.205	59.673
N = 59.673							

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos microdados da PNAD de 2014 (IBGE).

A partir da Tabela 1 podem ser calculadas várias medidas de mobilidade, conforme Yasuda (1964). Considerando o número total de pessoas da amostra, $N = \sum_i \sum_j n_{ij}$, a mobilidade total (%) será definida como a diferença entre N e os indivíduos imóveis, ou seja, aqueles que estão na diagonal principal, $\sum_{i=1}^k n_{ii}$ dividida pelo total da amostra (N):

$$\text{Mobilidade Total (\%)}: \frac{1}{N} \left(N - \sum_{i=1}^k n_{ii} \right) 100 \quad (3)$$

A seguir podemos calcular as mobilidades estrutural e circular (%) por meio das equações (4) e (5), onde $\bar{n}_{ii}$ é o mínimo entre o total da linha ($n_{i\bullet}$) e o total da coluna ($n_{\bullet i}$) correspondente.

$$\text{Mobilidade Estrutural (\%)}: \frac{1}{N} \left(N - \sum_{i=1}^k \bar{n}_{ii} \right) 100 \quad (4)$$

$$\text{Mobilidade Circular (\%)}: \frac{1}{N} \left(\sum_{i=1}^k \bar{n}_{ii} - \sum_{i=1}^k n_{ii} \right) 100 \quad (5)$$

No caso hipotético de uma matriz com valores não nulos apenas na diagonal, teríamos $n_{ii} = n_{i\bullet} = n_{\bullet i} = \bar{n}_{ii}$ e tanto a mobilidade estrutural como a mobilidade circular seriam nulas. A diferença $N - \sum_{i=1}^k \bar{n}_{ii}$ é o número de pessoas que necessariamente está fora da diagonal devido ao fato de totais de coluna serem diferentes dos respectivos totais de linha, isto é, o número de pessoas que necessariamente apresenta mobilidade porque a distribuição entre os estratos no destino é diferente da distribuição na origem. É nesse sentido que é considerada mobilidade “estrutural”.

Yasuda (1964) nos oferece outro índice: o Coeficiente de Abertura (Y). Ele avalia o grau de flexibilidade da estrutura social através da aproximação de uma situação em que as distribuições de origem e destino são independentes. “Um coeficiente Y com valor 1 nem sempre significa, teoricamente, uma sociedade com mobilidade perfeita, porém uma sociedade com mobilidade perfeita sempre terá Y igual a 1. (...), um coeficiente Y igual a 1 quase sempre significará perfeita mobilidade” (Yasuda, 1964, p. 18).

$$Y = \frac{\sum_{i=1}^k \bar{n}_{ii} - \sum_{i=1}^k n_{ii}}{\sum_{i=1}^k \bar{n}_{ii} - \sum_{i=1}^k \frac{n_{i\cdot} \times n_{\cdot i}}{N}} \quad (6)$$

Por fim, propomos a utilização do *status* socio-ocupacional na construção de uma variável que expresse uma magnitude da mobilidade experimentada pelos indivíduos nos dois cenários: intergeracional e intrageracional. A nova variável é construída como a diferença dos logaritmos do SSE da ocupação de destino e do SSE da ocupação de origem.

Para o caso intergeracional, considera-se o logaritmo do SSE da ocupação do filho e o logaritmo do SSE da ocupação do pai quando o filho tinha 15 anos; no intrageracional utiliza-se o logaritmo do SSE da ocupação atual e o logaritmo do SSE da primeira ocupação. A utilização dos escores de SSE em logaritmo justifica-se pelo método empregado na construção do SSE, que é essencialmente uma variável de rendimento.

O interesse da análise é identificar se há evidência, na sociedade brasileira, da relação entre o grau de mobilidade e características individuais como migração e cor. Com esse propósito, estimamos equações de regressão múltipla utilizando o Método dos Mínimos Quadrados Ponderados.

Para esse exercício, foram mantidos na amostra os indivíduos pretos, pardos e brancos e excluídos amarelos, indígenas e aqueles sem declaração de cor. Após a depuração, a amostra ficou com 22.762 indivíduos, representando uma população de 59,2 milhões dos quais 58,9% são

homens, 41,1% mulheres, 49,5% são brancos, 41,7% pardos, 8,8% pretos e 28,1% são considerados migrantes, isto é, pessoas que não residem na Unidade da Federação (UF) em que nasceram ou que já tenham morado em outra UF ou fora do país.

Inicialmente são propostos os modelos (7) e (8), a seguir, para verificar efeitos das variáveis migração e cor sobre o grau de mobilidade:

$$DLSSE = \alpha + \beta_1 M + u \quad (7)$$

$$DLSSE = \alpha + \beta_1 M + \beta_2 N + \beta_3 MN + u \quad (8)$$

Nos dois modelos, *DLSSE* é a variável diferença dos logaritmos do *status* socio-ocupacional de destino e de origem; *M*, é uma variável binária que assume valor 1 para indivíduos migrantes e 0 em caso contrário. A variável *N* é uma binária que assume valor 1 para os indivíduos negros (pretos e pardos) e 0 para os brancos. *MN* é a variável de interação entre migração (*M*) e cor (*N*).

Para testar a robustez das relações entre mobilidade, migração e cor, também foram ajustados outros dois modelos, com a adição de variáveis de controle:

$$DLSSE = \alpha + \beta M + \sum_j \delta_j E_j + \sum_h \gamma_h I_h + \sum_v \theta_v R_v + u_i \quad (9)$$

$$DLSSE = \alpha + \beta_1 M + \beta_2 N + \beta_3 MN + \sum_j \delta_j E_j + \sum_h \gamma_h I_h + \sum_v \theta_v R_v + u_i \quad (10)$$

As variáveis de controle em (9) e (10) são: *E*, variável que engloba 15 variáveis binárias (E_j , com $j=1, \dots, 15$) para distinguir 16 níveis de escolaridade, sendo $E_j=1$ para a *j*-ésima faixa e $E_j=0$ nas demais, sendo a base formada

por indivíduos sem escolaridade; 9 variáveis binárias (I_h , com $h=1, \dots, 9$) para distinguir as 10 faixas de idade (16 a 20 anos, 21 a 25, ..., 61 a 65), fazendo $I_h=1$ na h -ésima faixa e $I_h=0$ nas demais; R_v representa cinco variáveis binárias para a região de residência (Norte, Centro-Oeste, Sul, Sudeste – exceto SP, e São Paulo), sendo a região Nordeste a referência.

Não consideramos, neste trabalho, a metodologia de análise da mobilidade fundamentada em um modelo de regressão linear do logaritmo do rendimento do filho contra o do pai.² O respectivo coeficiente de regressão (b_x) é uma estimativa da elasticidade do rendimento do filho em relação ao rendimento do pai e $1-b_x$ indica o grau de mobilidade. Cabe ressaltar que o valor desse coeficiente de regressão seria igual a 1, indicando absoluta imobilidade, se o rendimento dos filhos fosse, por exemplo, sempre igual ao dobro do rendimento dos respectivos pais. Isso mostra que, nessa metodologia, o valor de $1-b_x$ mede apenas a mobilidade relativa, sendo insensível à *mobilidade estrutural*.

Resultados e discussão

A estrutura social obtida divide as ocupações em seis estratos: Alto, Médio-Superior, Médio-Médio, Médio-Inferior, Baixo-Superior e Baixo-Inferior. O intervalo de cada estrato é definido como maior ou igual ao limite inferior e menor que o limite superior.

A tabela 2, a seguir, mostra os limites de cada estrato e a distribuição da população de 2014 entre eles. Nota-se uma grande participação nos estratos baixos, onde estão cerca de 54,2% dos indivíduos. O restante da população está alocado nos estratos médios e alto, 40,1% e 5,7%, respectivamente.

A matriz de mobilidade apresentada na tabela 3 diz respeito à mobilidade intergeracional, que abrange um intervalo de aproximadamente 50 anos (1965-2014); as porcentagens nas seis primeiras colunas de

² Ver, por exemplo, Ferreira e Veloso (2006).

números mostram, para cada estrato socio-ocupacional paterno, como os filhos se distribuem pelos seis estratos socio-ocupacionais. A primeira linha, por exemplo, nos diz que os filhos de pais com ocupações de *status* alto estão alocados da seguinte maneira: 37,6% continuam no estrato alto, 26,4% estão no estrato médio-superior, 15,3% no médio-médio e assim por diante, até o estrato baixo-inferior, onde estão 2,8%. Essas informações indicam que 62,4% dos filhos de pais em estrato alto experimentaram mobilidade descendente.

Tabela 2 - Limites dos estratos socio-ocupacionais e distribuição da população para o Brasil em 2014

Estrato Ocupacional	Limites		Distribuição da população		
	Limite Inferior	Limite Superior	Pessoas (1000)	Porcentagem %	Porcentagem cumulativa %
Alto	28,97	100	4.886	5,71	5,71
Médio-Superior	19,79	28,97	10.160	11,86	17,57
Médio-Médio	13,68	19,79	11.178	13,05	30,62
Médio-Inferior	10,96	13,68	12.974	15,15	45,77
Baixo-Superior	9,36	10,96	23.646	27,61	73,38
Baixo-Inferior	0	9,36	22.798	26,62	100

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos microdados da PNAD de 2014 (IBGE).

Houve, porém, um aumento da presença dos filhos no estrato alto, como pode ser verificado nos totais. A participação nesse estrato é três pontos percentuais (p.p.) maior que na distribuição dos pais. Nos estratos médios esse fenômeno é mais acentuado: enquanto apenas 32,6% dos pais compõem os estratos médios, 41,7% dos filhos alcançaram ocupações nesses estratos. Essa melhora no *status* das ocupações dos filhos em relação aos seus pais deve-se, principalmente, à redução da participação nos estratos baixos que, para os pais, era 63,9% e para os filhos caiu para 51,8%.

Tabela 3 - Matriz de mobilidade intergeracional brasileira para 2014

STATUS DO PAI	STATUS DO FILHO EM 2014						TOTAL	TOTAL DOS PAIS
	1	2	3	4	5	6		
1. Alto	37,6	26,4	15,3	5,5	12,4	2,8	100,0	3,5
2. Médio-Superior	17,9	28,2	17,6	10,7	17,1	8,3	100,0	7,4
3. Médio-Médio	9,9	19,4	21,0	14,8	21,8	13,1	100,0	8,3
4. Médio-Inferior	6,2	13,7	17,1	20,7	25,4	17,0	100,0	16,9
5. Baixo-Superior	4,5	11,4	15,4	15,6	32,8	20,3	100,0	24,9
6. Baixo-Inferior	2,0	7,1	9,4	14,2	26,7	40,5	100,0	39,0
TOTAL DOS INDIVÍDUOS	6,5	12,6	14,0	15,1	26,3	25,5	100,0	100,0
N = 59.673 milhares								

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos microdados da PNAD de 2014 (IBGE).

Outra característica das matrizes de mobilidade é a possibilidade de se analisar a imobilidade e as mobilidades ascendente e descendente. Na diagonal principal são representados os indivíduos considerados imóveis, ou seja, que estão nos mesmos estratos socio-ocupacionais dos seus pais. As entradas acima da diagonal principal caracterizam os indivíduos que experimentaram mobilidade descendente e, abaixo dela, os que tiveram mobilidade ascendente.

A tabela 4 sumariza as características gerais da mobilidade socio-ocupacional intergeracional brasileira. É possível afirmar que a parcela dos indivíduos móveis (67%), daqueles que melhoraram ou pioraram, supera com folga a dos imóveis (33%). Dentre os indivíduos móveis, predomina o movimento ascendente, ou seja, ainda que não seja desprezível a quantidade de indivíduos que experimentaram uma piora de *status*, a maioria se encontra em ocupações de *status* superior à dos pais.

Quando analisamos as medidas de mobilidade estrutural e mobilidade circular, constatamos que o número de indivíduos que subiu na estrutura social devido à criação de novas oportunidades (estrutural) é inferior aos que subiram devido à troca de posições e aposentadorias (circular). O resultado do Coeficiente de Abertura (Y), ou Índice de Yasuda, de 0,82, é reflexo da alta mobilidade circular e evidencia que a estrutura socio-ocupacional brasileira no período é marcada por alta fluidez e mobilidade.

Tabela 4 - Características da mobilidade intergeracional brasileira para 2014

Medida	Valor
Mobilidade Ascendente (%)	44,9
Imobilidade (%)	32,6
Mobilidade Descendente (%)	22,5
Mobilidade Total (%)	67,4
Mobilidade Estrutural (%)	15,2
Mobilidade Circular (%)	52,2
Coeficiente de Abertura (Y)	0,823

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos microdados da PNAD de 2014 (IBGE).

Partindo para a análise intrageracional, na qual verificamos a mobilidade de carreira dos indivíduos até 2014, podemos observar novamente substancial mobilidade. A tabela 5 apresenta a matriz de mobilidade intrageracional para 2014.

A primeira observação a ser feita é o início de carreira em ocupações de *status* predominantemente baixo, cerca de 76,9% dos indivíduos (soma dos estratos Baixo-Inferior e Baixo-Superior, $51,0 + 25,9 = 76,9$). A tabela 5 mostra que os movimentos de queda para os estratos baixos são mais fracos que os movimentos de ascensão a partir desses estratos, de maneira

que, no final da sua carreira, 51,8% ($26,3 + 25,5 = 51,8$) das pessoas estão nesses estratos.

Tabela 5 - Matriz de mobilidade intrageracional brasileira para 2014

STATUS DA PRIMEIRA OCUPAÇÃO	STATUS DO INDIVÍDUO EM 2014						TOTAL	TOTAL DO STATUS INICIAL
	1	2	3	4	5	6		
1. Alto	75,0	13,7	6,9	1,9	1,6	1,0	100,0	1,9
2. Médio-Superior	15,9	55,7	13,6	5,3	7,3	2,2	100,0	4,3
3. Médio-Médio	13,3	21,5	39,7	7,8	12,6	5,2	100,0	10,0
4. Médio-Inferior	3,9	13,3	12,0	43,8	18,9	8,0	100,0	6,9
5. Baixo-Superior	6,7	14,3	14,6	14,6	38,8	11,0	100,0	25,9
6. Baixo-Inferior	2,0	6,2	9,2	14,3	26,3	42,1	100,0	51,0
TOTAL DOS INDIVÍDUOS	6,5	12,6	14,0	15,1	26,3	25,5	100,0	100,0
N = 59.673 milhares								

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos microdados da PNAD de 2014 (IBGE).

Os números da diagonal principal indicam que há alta imobilidade na carreira dos brasileiros, principalmente nos extremos da estrutura. Em 2014, nada menos que 75,0% dos indivíduos que iniciaram suas carreiras no estrato alto permaneciam nesse mesmo estrato. No estrato baixo-inferior a permanência (imobilidade) é de 42,1%.

A participação em ocupações do estrato alto, em 2014, era aproximadamente três vezes maior do que no início da carreira dos indivíduos. É possível concluir que houve uma melhora significativa nas ocupações dos indivíduos ao longo de suas carreiras. A análise da mobilidade intrageracional brasileira mostra grande imobilidade e também grande número de indivíduos que ascenderam a ocupações melhores; apenas 9,0% experimentaram mobilidade descendente. A imobilidade elevada

se manifesta, principalmente, na grande proporção de indivíduos que iniciaram suas carreiras em ocupações de elevado *status* socioeconômico e se mantiveram nelas. Para os demais indivíduos é substancial a chance de se alocar em ocupações melhores ao longo de suas carreiras.

As medidas de mobilidade apresentadas na tabela 6 mostram um comportamento diferente da mobilidade intergeracional. A diferença entre a mobilidade circular e a estrutural é menor, 6,7 p.p., do que para a análise intergeracional onde a diferença entre as duas é de 37,0 p.p. Isso demonstra que um maior número de indivíduos experimentou mobilidade graças à criação de novas oportunidades no mercado de trabalho. Uma vez que o coeficiente de abertura (Υ) é sensível à grandeza da mobilidade circular, é observada uma menor fluidez na mobilidade intrageracional, quando comparada com a intergeracional.

Tabela 6 - Características da mobilidade intrageracional brasileira para 2014

Medida	2014
Mobilidade Ascendente (%)	48,7
Imobilidade (%)	42,3
Mobilidade Descendente (%)	9,0
Mobilidade Total (%)	57,7
Mobilidade Estrutural (%)	25,5
Mobilidade Circular (%)	32,2
Coeficiente de Abertura (Υ)	0,625

Fonte: Elaborado pelos autores a partir dos microdados da PNAD de 2014 (IBGE).

É oportuno apresentar uma breve comparação com os resultados obtidos em trabalhos anteriores. Ainda que os resultados não sejam rigorosamente comparáveis devido a mudanças metodológicas na construção dos estratos socio-ocupacionais e nos critérios de obtenção das amostras, é importante

contextualizar o cenário obtido para 2014 com os do período anterior, 1996. Os estudos comparados de Pastore e Silva (2000) e Oliveira (2018) também fazem uso de escalas socio-ocupacionais, matrizes de transição de *status* e medidas de mobilidade, e nos fornecem uma visão da mobilidade brasileira para o ano de 1996 a partir dos dados fornecidos pelo IBGE no Suplemento de Mobilidade Socio-ocupacional da PNAD/1996.

Para a mobilidade intergeracional, em 1996, Pastore e Silva (2000) estimaram a mobilidade social total em 63,2%, com 49,6% de movimentos ascendentes e 13,6% descendentes. Aplicando-se aos dados da PNAD de 1996 o procedimento metodológico apresentado aqui, como em Oliveira (2018), verifica-se que a mobilidade social é de 65,8%, com 49,5% de mobilidade ascendente e 16,3% descendente. São resultados muito próximos, com diferenças certamente devidas às alterações na metodologia adotada. Comparando-se com os resultados de 2014, observamos certa estabilidade nos padrões de mobilidade intergeracional, mas é importante sinalizar que houve aumento na proporção de movimentos descendentes e redução na porcentagem de movimentos ascendentes em 2014.

Pastore e Silva (2000) obtêm medidas de mobilidade circular e estrutural, para 1996, de aproximadamente 31% cada, com a primeira superando a segunda em apenas 0,4 p.p. Por outro lado, Oliveira (2018) estima a mobilidade circular em 38%, superando a estrutural em 10 p.p. Como a metodologia desse segundo trabalho é semelhante à utilizada neste estudo, ele será adotado como base de comparação. Em 2014 ocorre um distanciamento ainda maior entre mobilidade circular e estrutural, com a primeira aumentando em detrimento da segunda, chegando a 52%, 37 p.p. acima da mobilidade estrutural. Esse resultado explica o aumento do Coeficiente de Abertura (Y) entre os dois períodos, de 0,76 em 1996, segundo Oliveira (2018), para 0,82 em 2014.

A mobilidade intrageracional apresenta diferenças mais significativas entre os estudos de Pastore e Silva (2000) e Oliveira (2018). A mudança intrageracional mostra-se mais sensível à estrutura socio-ocupacional utilizada

na análise. Em 1996, 61% dos indivíduos eram, de acordo com Pastore e Silva (1996), imóveis, mas, com base no procedimento utilizado aqui, esse número é de aproximadamente 42%. A porcentagem de indivíduos com mobilidade descendente nos dois estudos é próxima, sendo 9% no primeiro estudo e 13% no segundo. A diferença maior, portanto, está na proporção de indivíduos com mobilidade ascendente na dinâmica intrageracional: 30% em Pastore e Silva e mais de 45% com a nova metodologia.

Utilizando o mesmo procedimento metodológico, verifica-se que a mobilidade intrageracional ascendente passa de 45% em 1996 para 49% em 2014. Apesar da aparente melhora nas oportunidades de carreira, ao comparar os resultados do Coeficiente de Abertura (Y) entre os dois períodos, 0,66 em 1996 e 0,62 em 2014, há indicação de que houve aumento na rigidez do mercado de trabalho. Esse resultado é consequência da diminuição da diferença entre a mobilidade circular e estrutural nos dois períodos. Tanto em 1996 quanto em 2014 a mobilidade circular supera a estrutural, mas a distância entre as duas diminuiu de 17 p.p. para 10 p.p.

A tabela 7 apresenta os resultados dos modelos estimados para a análise da influência da migração e da cor do indivíduo sobre a mobilidade socio-ocupacional experimentada. Os modelos estão denominados de acordo com suas equações correspondentes na seção metodológica deste trabalho e considerando a mobilidade intergeracional ou a intrageracional. Todos os quatro modelos foram estimados utilizando dados de 22.762 observações, como explicado anteriormente. A tabela não mostra os coeficientes de determinação (R^2), que são sempre inferiores a 1,2%. Ainda que tais regressões sejam inapropriadas para prever a mobilidade socio-ocupacional individual, todos os testes F são significativos ao nível de 1%, mostrando que as equações captam a existência de relação entre a magnitude da mobilidade e as variáveis explanatórias incluídas nos modelos, o que permite rejeitar a hipótese de que os coeficientes de regressão são nulos.

Como a variável dependente se refere ao *logaritmo* do *status* socioeconômico (SSE), a interpretação dos resultados é facilitada calculando-

se a variação percentual no valor esperado do SSE associada a uma mudança de 0 para 1 em uma variável explanatória, que chamamos de efeito dessa variável. Sendo $\hat{\beta}$ a estimativa do coeficiente de regressão, o respectivo efeito é

$$\text{Efeito} = 100 \left[\exp(\hat{\beta}) - 1 \right]$$

Para a primeira equação de regressão apresentada na Tabela 7, a estimativa do coeficiente de regressão é 0,0249. Isso significa, nessa regressão, que um migrante apresenta mobilidade socio-ocupacional esperada $100[\exp(0,0249) - 1] = 2,52\%$ maior do que um não migrante.

Os resultados apresentados na Tabela 7 consistem nos modelos estimados utilizando exclusivamente as variáveis de interesse: magnitude da mobilidade, migração e cor. Esses modelos visam identificar a influência dessas duas últimas na primeira. Analisamos primeiro o impacto dessas na mobilidade intergeracional, e depois na mobilidade intrageracional.

Quando estimamos a relação entre a magnitude da mobilidade intergeracional do indivíduo e sua característica de migrante, modelo 7, observamos um efeito positivo e significativo a 1%; os migrantes experimentam uma mobilidade socio-ocupacional 2,5% maior que os não migrantes. Quando adicionamos a cor do indivíduo, modelo 8, a estimativa do coeficiente de M só é estatisticamente diferente de zero ao nível de significância de 10%, mas cabe ressaltar que o teste F para a hipótese de nulidade simultânea dos coeficientes de M e de MN é significativo a 1%. A variável de interação entre migração e cor apresenta um resultado positivo, indicando que o efeito positivo de ser migrante é maior para indivíduos negros ($3,3\% = 100[\exp(0,0191 + 0,0135)]$) do que para brancos (1,9%), ainda que o coeficiente da interação não seja, isoladamente, estatisticamente significativo. A interação também faz com que o efeito de ser negro seja menos intenso para os migrantes ($-3,0\% = 100[\exp(0,0443 + 0,0135)]$) do que para os não migrantes ($-4,3\%$).

Tabela 7 - Equações de regressão para os efeitos de migração e cor sobre a mobilidade intergeracional e intrageracional

Modelo (7) para mobilidade							Modelo (8) para mobilidade						
Intergeracional				Intrageneracional			Intergeracional				Intrageneracional		
	Coefficientes	Efeito	Pr > t	Coefficientes	Efeito	Pr > t	Coefficientes	Efeito	Pr > t	Coefficientes	Efeito	Pr > t	
Constante	0,1447*		<0,0001	0,2364*		<0,0001	0,1667*		<0,0001	0,2779*		<0,0001	
Migração (M) ⁽¹⁾	0,0249*	2,52	0,0003	0,0414*	4,23	<0,0001	0,0191	1,93	0,052	0,0303*	3,08	0,0003	
Cor (N) ⁽²⁾							- 0,0443*	-4,33	<0,0001	- 0,0837*	-8,03	<0,0001	
Migração×Cor							0,0135	1,36	0,323	0,0257	2,60	0,029	
Teste F	13,30 *			49,30 *			19,30 *			88,21 *			

No caso da mobilidade intrageracional as relações mantêm o mesmo sentido. No modelo que analisa apenas o efeito de ser migrante, esse é estimado como um acréscimo de 4,2% no SSE esperado. Quando adicionamos cor e sua interação com migração, modelo 8, verifica-se que o coeficiente da interação entre cor e migração se mantém positivo, como no caso da mobilidade intergeracional, mas passa a ser significativo a 5%. Os coeficientes indicam que o fato de ser migrante faz com que o SSE esperado de um branco seja 3,1% maior, enquanto para um negro esse efeito é 5,8%. O efeito de ser negro para um migrante ($-5,6\%$) é menos intenso que o efeito de ser negro para pessoa não migrante ($-8,0\%$).

Quando estimamos modelos incluindo diversas variáveis de controle, como descrito anteriormente, o valor estimado do efeito de ser migrante se torna menor, já que tanto a mobilidade social como a probabilidade de ser migrante estão associadas à escolaridade, à idade e à região de residência. Verifica-se, entretanto, que o efeito de ser migrante permanece positivo e maior para os negros do que para os brancos.³ Tais resultados corroboram os obtidos por Jesus (2020) para o rendimento das pessoas.

Conclusões

A nova metodologia de estratificação proposta neste trabalho contribui com o avanço teórico do estudo de mobilidade socio-ocupacional ao oferecer uma hierarquização das ocupações presentes na CBO-Domiciliar, sem as arbitrariedades encontradas em métodos anteriores e baseada nas especificidades da sociedade brasileira.

A mobilidade socio-ocupacional brasileira apresenta dinamismo e fluidez. Os resultados mostram que, como sugere a literatura, a mobilidade descendente é inferior à ascendente e à imobilidade, mas não é desprezível. Analisando as matrizes de mobilidade para os casos intergeracional e intrageracional, nota-se que a estrutura social brasileira experimentou um esvaziamento dos estratos baixos em favor dos estratos médios.

³ Os resultados completos obtidos com os diferentes modelos podem ser fornecidos aos interessados (cahliveira42@gmail.com).

Em 2014, 44,9% dos indivíduos estava em ocupações de *status* socioeconômico superior à de seus pais, enquanto 32,6% permaneceu em ocupações de *status* similar e 22,5% de *status* inferior. Ao comparar as diversas formas de mobilidade intergeracional, verifica-se que a mobilidade circular é a mais expressiva, elevando o coeficiente de abertura (Y). No Brasil, a movimentação dos indivíduos entre os estratos socio-ocupacionais aconteceu em maior medida devido a substituições nos postos de trabalho já disponíveis no mercado (mobilidade circular). A mobilidade associada com a abertura de novas oportunidades no mercado de trabalho (mobilidade estrutural) também foi substancial, mas menor do que a circular.

Quando analisamos a mobilidade intrageracional, a redução da presença em ocupações de baixo *status* é mais expressiva. Os dados da PNAD de 2014 mostram que 76,9% dos indivíduos iniciaram suas carreiras em ocupações dos estratos baixos e que essa participação foi reduzida em 25 p.p. na ocupação declarada no ano da pesquisa.

Concluimos que não se concretizaram as previsões de diminuição da mobilidade social brasileira após a década de 1990 (Albuquerque; Velloso, 1993; Pastore; Haller, 1993) e que a tendência de crescimento da mobilidade apontada pelos trabalhos de Scalón (1999), Pastore e Silva (2000) e Ribeiro (2007) se manteve. No entanto, a mobilidade estrutural, ao contrário do que se esperava levando em conta as transformações pelas quais passou o mercado de trabalho brasileiro no período, foi inferior à mobilidade circular. Assim, os indivíduos que ascenderam ou descenderam na estrutura socio-ocupacional o fizeram majoritariamente por meio da substituição e das trocas entre postos de trabalho já existentes, bem como percorreram curtas distâncias, indo para estratos adjacentes aos de origem.

A análise da influência de variáveis como migração e cor na magnitude da mobilidade socio-ocupacional experimentada nos dois cenários, intergeracional e intrageracional, mostra que os negros (pretos e pardos) enfrentam maior dificuldade de ascensão ocupacional, que os indivíduos migrantes apresentam maior mobilidade do que os não migrantes e que esse efeito positivo associado à migração é maior para os negros.

O estudo dos movimentos dos indivíduos na estrutura socio-ocupacional brasileira proporciona um panorama das oportunidades às quais eles estão expostos. Ainda que não haja na literatura um consenso sobre a melhor metodologia a ser empregada neste tipo de análise, as matrizes de mobilidade oferecem uma abordagem didática e ilustrativa. Os resultados obtidos neste trabalho mostram que essa metodologia oferece um diagnóstico muito próximo ao de outros estudos que constataram uma elevada mobilidade total e ascendente para a sociedade brasileira a partir da utilização dos dados da PNAD de 2014 (Ribeiro, 2017; Jannuzzi; Montagner; Taira, 2019).

Há, certamente, um longo caminho a ser percorrido para que se estabeleça uma metodologia de análise da mobilidade social de ampla aceitação, que permita a comparação dos resultados entre sociedades e períodos distintos.

Camilla Oliveira é doutoranda em Economia Aplicada na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ/USP. ✉ cahliveira42@gmail.com

Rodolfo Hoffmann é Doutor em Economia Agrária e Professor Titular na Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz – ESALQ/USP. ✉ hoffmannr@usp.br

Referências

1. ABRAMITZKY, Ran; BOUSTAN, Leah P.; JÁCOME, Elisa; PÉREZ, Santiago. Intergenerational mobility of immigrants in the US over two centuries. **National Bureau of Economic Research**, working paper n. 26408, out. 2019. <https://doi.org/10.3386/w26408>
2. AGHEVLI, Bijan B.; MEHRAN, Farhad. Optimal grouping of income distribution data. **Journal of the American Statistical Association**, v. 76, n. 373, p. 22-26, 1981. <http://doi.org/10.1080/01621459.1981.10477596>
3. ALBUQUERQUE, Roberto C. D.; VELLOSO, João Paulo D. R. **Pobreza e mobilidade social**. Pobreza e mobilidade social: as bases do desenvolvimento moderno. São Paulo: Nobel, p. 15-21, 1993.
4. BLAU, Peter M.; DUNCAN, Otis D. **The American occupational structure**. Nova York: The Free Press, 1967.

5. BREEN, Richard. Individual level models for mobility tables and other cross-classifications. **Sociological Methods and Research**, v. 23, p. 147-173, 1994. <https://doi.org/10.1177%2F0049124194023002001>
6. DAVIES, James B.; SHORROCKS, Anthony F. Optimal grouping of income and wealth data. **Journal of Econometrics**, v. 42, n. 1, p. 97-108, 1989. [https://doi.org/10.1016/0304-4076\(89\)90078-X](https://doi.org/10.1016/0304-4076(89)90078-X)
7. DAVIS, Kingsley. **Human society**. Nova York: Macmillan, 1949.
8. DAVIS, Kingsley; MOORE, Wilbert E. Some principles of stratification. **American Sociological Review**, v. 10, n. 2, p. 242-249, 1945. <https://doi.org/10.2307/2085643>
9. DIPRETE, Thomas. Adding covariates to loglinear models for the studies of social mobility. **American Sociological Review**, v. 55, p. 757-773, 1990. <https://doi.org/10.2307/2095870>
10. ERIKSON, Robert; GOLDTHORPE, John H.; PORTOCARERO, Lucienne. Intergenerational class mobility in three Western European societies: England, France and Sweden. **British Journal of Sociology**, v. 30, n. 4, p. 415-441, 1979. <https://doi.org/10.2307/589632>
11. FERREIRA, Sergio G.; VELOSO, Fernando A. Intergenerational mobility of wages in Brazil. **Brazilian Review of Econometrics**, v. 26, n. 2, p. 181-211, 2006. <https://doi.org/10.12660/bre.v26n22006.1576>
12. GLASS, David V.; HALL, John R. **Social mobility in Great Britain: A study in intergenerational change in status**. In: GLASS, David V. *Social Mobility in Great Britain*. Londres: Routledge and Kegan Paul, 1954.
13. GOLDTHORPE, John H.; HALSEY, Albert H.; HEATH, Anthony; RIDGE, John; BLOOM, Leonard; JONES, Frank L. **Social mobility and class structure in modern Britain**. Oxford: Clarendon Press, 1982.
14. GOODMAN, Leo A. Multiplicative models for the analysis of occupational mobility tables and other kinds of cross-classification tables. **American Journal of Sociology**, v. 84, n. 4, p. 804-819, 1979. <https://doi.org/10.1086/226862>
15. HAYES, Bernadette C.; MILLER, Robert L. The silenced voice: female social mobility patterns with particular reference to the British Isles. **British Journal of Sociology**, v. 44, n. 4, p. 653-672, 1993.
16. HENDRICKX, John; GANZEBOOM, Harry B. G. Occupational status attainment in the Netherlands, 1920-1990: A multinomial logistic analysis. **European Sociological Review**, v. 14, p. 387-403, 1998. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.esr.a018246>
17. HERTEL, Florian R. **Social mobility in the 20th Century: Class mobility and occupational change in the United States and Germany**. Wiesbaden: Springer VS, 2017.
18. HOFFMANN, Rodolfo. Desigualdade de renda no Brasil em 2005 e sua decomposição. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **II Seminário de Análise dos Resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios**, 2005a.

19. HOFFMANN, Rodolfo; SIMÃO, Rosycler C. S. Determinantes do rendimento das pessoas ocupadas em Minas Gerais em 2000: o limiar no efeito da escolaridade e as diferenças entre mesorregiões. **Nova Economia**, 15, n. 2, p. 35-62, 2005b.
20. HOUT, Michael. **Mobility tables**. Beverly Hills: Sage Publications, 1983.
21. HUTCHINSON, Bertram A. **Mobilidade e trabalho**: um estudo na cidade de São Paulo. Brasília: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, INEP, MEC, 1960.
22. JANNUZZI, Paulo M. **Migração e mobilidade social**: migrantes no mercado de trabalho paulista. São Paulo: Editora Autores Associados, 2000.
23. JANNUZZI, Paulo M.; MONTAGNER, Paula; TAIRA, Edna. Migração e mobilidade social: revisitando a discussão a partir da PNAD 2014. **Revista Ciências do Trabalho**, n. 13, p. 1-15, 2019.
24. JESUS, Josimar G. **Negros em movimento**: migração e desigualdade racial no Brasil. 2020. Tese (Doutorado em Ciências – Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2020.
25. MAJOR, Lee E.; MACHIN, Stephen. **Social mobility and its enemies**. Londres: Penguin Books Limited, 2018.
26. OLIVEIRA, Camilla de. **Mobilidade sócio-ocupacional no Brasil no novo milênio**. Dissertação (Mestrado em Ciências – Economia Aplicada) – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz, Universidade de São Paulo, Piracicaba, 2018.
27. PARSONS, Talcott. An analytical approach to the theory of social stratification. In: PARSONS, Talcott. **Essays in Sociological Theory**. Ed. rev. Glencoe: Free Press, 1954. p. 69-88.
28. PASTORE, José. **Desigualdade e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: TA Queiroz, 1979.
29. PASTORE, José; SILVA, Nelson V. **Mobilidade social no Brasil**. Makron books, 2000.
30. PASTORE, José; HALLER, Archibald O. O que está acontecendo com a mobilidade social no Brasil? In: ALBUQUERQUE, Roberto C. D.; VELLOSO, João Paulo D. R. **Pobreza e mobilidade social**: as bases do desenvolvimento moderno. São Paulo: Nobel, 1993. Cap. 1.
31. PAYNE, Geoff; ABBOTT, Pamela. **The social mobility of women**: Beyond male mobility models. Londres: Falmer, 1990.
32. RIBEIRO, Carlos A. C. **Estrutura de classe e mobilidade social no Brasil**. São Paulo: EDUSC, 2007.
33. RIBEIRO, Carlos A. C. Mobilidade e Estrutura de Classes no Brasil Contemporâneo. **Sociologias**, v. 16, n. 37, p. 178-217, 2014. <https://doi.org/10.1590/15174522-016003711>

34. RIBEIRO, Carlos A. C. Tendências da desigualdade de oportunidades no Brasil: mobilidade social e estratificação educacional. **Mercado de Trabalho: conjuntura e análise (IPEA)**, n. 62, p. 49-65, 2017.
35. ROGOFF, Natalie. **Recent trends in occupational mobility**. Nova York: The Free Press, 1953.
36. ROSE, David; MARSHALL, Gordon. **Social Stratification**. Madison: University of Wisconsin, Department of Sociology, 1988.
37. SALVATO, Márcio A.; SILVA, Denis G. O impacto da educação nos rendimentos do trabalhador: uma análise para região metropolitana de belo horizonte. *In*: Seminário sobre a Economia Mineira, XIII, 2008, Diamantina. **Anais**. Diamantina: Cedeplar-UFMG, 2008. p. 1-23.
38. SCALON, Maria C. **Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências**. Editora Revan, 1999.
39. SILVA, Nelson V. **Posição social das ocupações**. Rio de Janeiro: IBGE, Centro de Informática, 1973.
40. SILVA, Nelson V. Mobilidade Social. *In*: MICELI, Sergio O. (Ed.). **O que ler na ciência social brasileira (1970 - 1995)**. São Paulo: Editora Sumaré, 1999.
41. UEDA, Edric M. **Educação e rendimentos: uma abordagem econométrica**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2001.
42. WRIGHT, Erik O. **Class structure and income determination**. Nova York: Academic Press, 1979.
43. YASUDA, Saburo. A methodological inquiry into social mobility. **American Sociological Review**, v. 29, n. 1, p. 16-23, 1964. <https://doi.org/10.2307/2094637>

Recebido em: 22 maio 2020.

Aceito em: 3 dez. 2020.

Experiência, linguagem e narração: problemas teóricos e reflexões a partir de pesquisa de campo

Guilherme F. W. Radomsky* 

Resumo

Recorrendo a uma variedade de escritos sobre experiência, linguagem, narração e processos de subjetivação, especialmente de Walter Benjamin, Michel Foucault e Giorgio Agamben, argumento neste artigo que, entre agricultores ecológicos do oeste de Santa Catarina, Brasil, o passado é constantemente acionado nas narrativas dos atores e o ato de visualizar um futuro desejado acontece por meio das experiências vividas, particularmente por momentos de introspecção e colaboração. Fundamentado em pesquisa de campo de caráter etnográfico, analiso como a relação passado-futuro na agroecologia problematiza os modelos de desenvolvimento rural, integrando e entrelaçando as experiências pessoais compartilhadas com narrativas e práticas, pois envolve memórias de sofrimento, exploração, desejos não realizados e, simultaneamente, trabalho em grupo com construção coletiva de ideais. Esse contexto empírico é particularmente propício para a reflexão sobre desenvolvimento, uma vez que este é entendido como um processo no qual aparecem tanto a superação das formas de exploração como a autoconstrução subjetiva e colaborativa.

Palavras-chave: experiência; narrativa; desenvolvimento; cooperação; agroecologia.

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil.

Experience, language and storytelling: theoretical issues and fieldwork reflections

Abstract

Drawing on a range of works about experience, language, storytelling and subjectivation processes, especially of Walter Benjamin, Michel Foucault and Giorgio Agamben, I argue in this article that among ecological smallholder farmers from West of Santa Catarina, Brazil, the past is constantly triggered in the actors' narratives and the act of visualizing a desired future happens through their lived experiences, particularly in moments of introspection and collaboration. Based on fieldwork data from ethnographic research, I analyze how the past-future relationship in agroecology challenges rural development models, integrating and interweaving shared experiences with narrative and practices, as it involves memories of suffering, exploitation, unfulfilled desires and, simultaneously, group work with collective construction of ideals. This empirical context is particularly useful for thinking about development, since it is understood as a process in which both the overcoming of forms of exploitation and subjective and collaborative self-construction emerge.

Keywords: experience, storytelling, development, cooperation, agroecology.

Introdução¹

Durante pesquisa realizada no oeste do estado de Santa Catarina, sul do Brasil, junto a agricultores e consumidores envolvidos com agroecologia, estive algumas vezes em Novo Horizonte, pequeno município localizado ao norte do mais populoso da região, Chapecó (lugar mais recorrente de minha pesquisa). Numa das ocasiões, havia ido especialmente para entrevistar técnicos mediadores e famílias agroecologistas e, em algum momento, convidaram-me para assistir uma peça de teatro.

Arnaldo, meu interlocutor no município, explicou que essa encenação amadora tinha a finalidade de representar a opressão pelas grandes empresas, a modernização na agropecuária, os riscos no uso dos agrotóxicos e a perda

¹ O autor agradece aos(às) pareceristas de Sociologias pela leitura cuidadosa do trabalho bem como pelas sugestões dadas ao artigo.

da biodiversidade na agricultura. Entusiasmado, olhando para frente como se anteviesse o espetáculo, ele falou sobre a participação de estudantes no evento e da importância do momento. Mesmo não podendo comparecer, refleti sobre a dramatização e a aglutinação de energias que o teatro carrega para ritualizar e para intensificar determinado problema social.

Essa sensação transmitida por ele acerca de a pessoa olhar, refletir e também ser olhada por outros marcou-me por muitos motivos. O olhar que remete a si próprio conduz ao problema do sujeito que se constitui na volta que faz sobre si mesmo (Foucault, 2006, 2010). Sobre isso, Deleuze (2005) destacou a categoria de dobra e, comentando a obra de Foucault, percebeu que dos gregos aos cristãos tal história ampara um procedimento de constituição de interioridade de si peculiar ao pensamento ocidental. Essa capacidade de emergência do sujeito coloca-se num registro especular, o que implica novamente o tema do olhar.

À medida que narra os atributos simultaneamente lúdico e sério da encenação por vir, ouço meu interlocutor dizer, logo em seguida: “queremos um modelo diferente de desenvolvimento”. Pergunto-me, então: o que ocorreria se as coisas encenadas fossem o vivido ou a forma que se quer dar à vida? Em seguida, estabeleço as ligações entre uma e outra frase dele e recordo que, em algum momento anterior, meu entrevistado enfatizara a noção de cooperação. Uma das propriedades que assume esse modelo distinto é o aspecto cooperativo que se pretende ressaltar, comentou; não basta uma produção ecológica, pois esta deve ser inclusiva socialmente – e ele segue falando e destacando que, no ato de desejar fazer algo diferente, a cooperação precisa estar presente em todos os momentos.

Entretanto, se a *performance* teatral e o discorrer livremente acerca do mundo das relações econômicas conduzem a um tipo de iluminação crítica, o que insinuam em termos propositivos? Fato comum em pesquisa de campo de longa duração consiste em nossos interlocutores nos direcionarem ao que querem falar – preferível à imposição de uma problemática sociológica a eles. Por esse motivo a trama de problemas me levou a refletir com eles sobre cooperação, autonomia e desenvolvimento, ainda que eu não tenha

propósitos de fazer exame exaustivo disso. O foco da análise está em uma investigação sobre experiência, linguagem e narração, desdobrando-se em questões que circundam subjetividade, memória, sentimento de exploração e sofrimento. Este será, assim, o percurso e o objetivo do texto que, no princípio, apresentará problemas teóricos sobre o conceito de experiência e, após, alguns caminhos da pesquisa de campo que me guiaram a tentar compreender o modo como os atores falam de seu mundo vivido, das reminiscências, do coletivo e do individual.

Ressalto que o texto não tem por objetivo central expor o que seja agroecologia, tampouco como funciona a certificação de produtos, temas já abordados por autoras e autores. As ocasiões na pesquisa de campo conexas à agroecologia se voltam a problemas do cotidiano dos atores, como antes exposto. Mas, para fins de entendimento, procuro precisar em que bases conceituais agroecologia pode ser definida e particularmente diferenciada de agricultura orgânica.

Procedo no sentido de mostrar que algumas das experiências vividas pelos agricultores são potencializadas por momentos de estarem juntos, colaborarem e sentirem a vida à sua volta. Experiências são formadas aos poucos e, com elas, surgiam situações que me faziam entender a apropriação do mundo. Essas experiências estão sempre, procuro descrever, articuladas à passagem do tempo, tanto em dimensões de avaliação emotiva a respeito do que fizeram seus antepassados como nos sonhos que imaginam o futuro.

Havia a possibilidade de explorar o tema da subjetivação conexo à moralidade de comportamentos relacionados à autoprescrição de normas de conformidade de orgânicos nos sistemas de garantia participativos. Todavia, o rumo da argumentação se voltaria em direção ao dilema entre ditames externos e práticas de imposição de regras próprias. A opção foi destacar de que modo experiências e memórias se entrelaçam conjuntamente com os processos de reflexão e práticas que evocam transformações individuais e familiares, tal como num despertar para novas modalidades de pensar suas vidas. E é, ao final do texto, com a questão de qual concepção de desenvolvimento parece condizente com os anseios dos atores, que busco

conectar o tema do desenvolvimento ao que recorrentemente escutei em campo: livrar-se de formas de exploração e buscar a autoconstrução coletiva e colaborativa.

Apresento neste artigo resultados de pesquisa realizada entre 2008 e 2009 no oeste de Santa Catarina, Brasil. Alguns dos tópicos discutidos apareceram parcialmente em Radomsky (2015). Para este texto, retornei ao diário de campo e às entrevistas, procurando enriquecer aspectos, organizar os pontos de vista e ampliar análises. À época, percorri diferentes municípios ao redor de (e incluindo) Chapecó, acompanhando agricultores, mediadores e consumidores urbanos envolvidos com agricultura ecológica em diferentes momentos – inserção de pesquisa que busco descrever mais adiante. Fiz observações em reuniões, feiras, locais de entrega de produtos, órgãos de assessoria política do setor e em outros espaços, além de entrevistas com variados atores que se relacionavam a esse mundo. Início a análise problematizando discussões teóricas e passo a momentos em campo que forneceram elementos indicativos de como a colaboração organizava práticas, para depois discutir as narrativas do passado simbolizado enquanto sofrimento e sua superação. Desenvolvimento e seus dilemas aparecem nas partes finais, nas quais procuro retomar aspectos antes discutidos, ressaltando as dimensões reflexivas e constitutivas dos sujeitos.

O problema da experiência

Aos leitores de Walter Benjamin que enfrentaram seus textos da juventude sobre experiência é um tanto desconcertante que, em 1940, poucos meses antes de morrer, ao escrever uma carta a Adorno ele confesse (Carta de 07 de maio de 1940):

Por que lhe esconder que as raízes da minha “teoria da experiência” remontam a uma recordação de infância? Meus pais saíam para passear conosco, como é natural, onde quer que passássemos a temporada de verão. Nós os irmãos éramos dois ou três [...]. Após termos visitado uma ou outra das atrações obrigatórias de Freudenstadt, Wengen ou de Schreiberhau, meu irmão

costumava dizer: “Que lá estivemos, isso estivemos”. A expressão imprimiu-se indelevelmente em mim. (Adorno; Benjamin, 2012, p. 457).

Alguns dos textos da juventude são de grande complexidade (por exemplo, Benjamin, 1989a) e aqui o vemos recuperar momentos do vivido que são tocantes. Provavelmente, Adorno (1988) tinha isso em mente quando escreveu que Benjamin dava importância metodológica ao fragmento que – justamente por ser incompleto e fraturado – retém uma força que esvanece nos projetos universais. Nas *Passagens*, Benjamin deixa isso claro ao anotar o valor de “descobrir na análise do pequeno momento individual o cristal do acontecimento total” (Benjamin, 2009, p. 503).

Um dos debates frutíferos em torno da experiência se deu sobre a conceituação dada em alemão e que pode indicar sentidos muito diferentes quando se consideram as palavras *Erlebnis* e *Erfahrung*, ambas podendo ser traduzidas por experiência. Esse problema não decorre unicamente dos escritos de Benjamin, mas em outros que são participantes neste debate, tais como Dilthey, eventualmente numa posição de polarização. Na literatura recente, uma das exposições que abordam o ponto com clareza é a de Jay (2005). *Erlebnis* contém a raiz de vida (*Leben*, em alemão) e se traduz, muitas vezes, como “experiência vivida”. Parte do mundo da vida cotidiana, podendo também referir a uma ruptura na vida rotineira. “Ainda que *Leben* sugira a totalidade da vida, *Erlebnis* geralmente conota uma variante mais imediata, pré-reflexiva e pessoal de experiência do que *Erfahrung*” (Jay, 2005, p. 11, trad. do autor).

Erfahrung faz referência a aspectos que podem se situar no nível do sensível, mas também “veio a significar uma noção temporalmente mais longa de experiência baseada em um processo de aprendizado, uma integração de momentos discretos de experiência em uma narrativa global ou aventura” (Jay, 2005, p. 11). Dá um sentido progressivo, de movimento no tempo, que se relaciona tanto a radicais que sinalizam “jornada” como “perigo” (também em Dawsey, 2013). Com *Erfahrung*, processam-se correlações entre memória, sabedoria e experiência acumulada e, vale dizer, todas

se organizam por meio da linguagem. Por tais razões, costuma-se associar *Erlebnis* à experiência individual e *Erfahrung* à coletiva, mas, recorda Jay (2005), nem sempre é o caso.

Em Dilthey, o termo filosófico é *Erlebnis* e remete, então, à vivência interior do indivíduo. Foi Victor Turner quem deu atenção à discussão e mostrou que a noção de experiência de extração em Dilthey teria potencial relevante para o que ele denominou de antropologia da experiência (1985, 1986).² Chama a atenção que aquilo que detém Turner no conceito de *Erlebnis* é o aspecto disruptivo de determinadas experiências, ou seja, o que é marcante para cada um de nós e não se confunde com o passar da vida cotidiana (também em Bruner, 1986). Esse aspecto inusual corrobora o que comentou Jay (2005) sobre *Erlebnis* e também reforça o caráter de *Erfahrung* estar mais próximo à mera experiência, daí o aspecto de acúmulo processual no tempo. Mas é possível pensar, como sugere Gagnebin (1985), que a importância que assume o termo *Erlebnis* seria fruto de uma sociedade voltada paulatinamente ao mundo individual, solitário e privado? Talvez esse seja um sintoma do que Benjamin afirmou: “as experiências estão deixando de ser comunicáveis” (1985a, p. 200). Agamben (2005) seguiu linha de argumentação próxima, já que examinou brevemente como Dilthey concedeu primazia à experiência interna como sendo aquela mais autêntica (cabe destacar, ao contrário do que Kant teria tentado argumentar acerca da sua impossibilidade de valor cognitivo). Para o filósofo italiano, Dilthey tentou “capturar esta experiência vivida tal como se revela à introspecção na sua imediatez preconceitual” (Agamben, 2005, p. 46).

Agamben (2012) também notou que se poderia extrair do grego e do latim algumas lições etimológicas sobre a matéria. O autor italiano liga a palavra grega *empeiria* – experiência – com atravessar, ir através, passagem,

² Tema que não será detalhado aqui e que remete à antropologia do drama. Para Dawsey (2013), o debate proposto por Turner para uma antropologia da experiência ganharia ao incorporar a noção de *Erfahrung*. De qualquer modo, Dawsey parece entender que *Erlebnis* pode evocar uma imagem mais pobre e individualizada do vivido. Tanto Turner (1986) como Dawsey (2013) examinaram as propriedades das línguas inglesa e alemã para compreensão do conceito de experiência.

porta e limite. A palavra latina *experientia* delimita um conteúdo semelhante, referindo-se à ideia de “ir através da ação na ação” (Agamben, 2012, p. 124). Citando a Metafísica de Aristóteles, Agamben sustenta a relação entre experiência e práxis: “Que apenas o homem seja capaz de experiência significa, por conseguinte, que apenas o homem determina a sua ação, isto é, a atravessa, e é, portanto, capaz de [práxis], *do ir através até o limite da ação [...]*” (Agamben, 2012, p. 125, *italico original*).

Em Benjamin, o problema mais recorrentemente rememorado pelos comentadores no tocante à experiência é o da narração,³ tal como tematizado pelo autor (Benjamin, 1985a, 1985b). Porém, num dos escritos sobre Baudelaire, Benjamin recorre de maneira mais enfática ao papel da memória (igualmente discutida junto ao esquecimento nos textos sobre Kafka e Proust) ao afirmar que “[o]nde há experiência no sentido estrito do termo, entram em conjunção, na memória, certos conteúdos do passado individual com outros do passado coletivo” (Benjamin, 1989b, p. 107). Experiência, assim, nunca ocorre num vazio social, fazendo sentido a preponderância da narração, articulada à linguagem, e sua perda contemporânea quanto à capacidade para transmitir.⁴ A narração não se resume a passar uma informação, integra o dado narrado com a vida do narrador para transmitir aos ouvintes a própria experiência e “nela ficam impressas as marcas do narrador como os vestígios das mãos do oleiro no vaso de argila” (Benjamin, 1989b, p. 107). Tal dimensão do vivido na narração é retomada por Agamben no que se refere ao mundo crescentemente guiado pela ciência, pois daí decorre que são os instrumentos que fazem experiência (ou experimentos)

³ É preciso mencionar, devido à importância com relação à linguagem e às dimensões que não perpassam a filosofia da consciência, o pequeno texto de Benjamin (1999) sobre a faculdade mimética. É um dos fragmentos em que aparece claramente a importância dos aspectos sensoriais e perceptivos para experiência.

⁴ Por essa razão, o sentimento, para o autor alemão, de que o novo tempo exigiria modos inovadores de transmitir experiência, tal como Dawsey (2013) recorda: o Surrealismo, o teatro de Brecht, a arte de Klee, a literatura de Kafka. Uma questão em jogo é a experiência do choque na modernidade, a relevância da imagem e das novas tecnologias e não mais uma retomada de um mundo da tradição. O dilema é até que ponto elas reconfiguram a experiência, permitem algum tipo de narratividade ou, inversamente, aprofundam o individualismo, como Kang (2009) sugeriu sobre o surrealismo.

e apontam verdades. Recuperando Montagne, para Agamben a experiência seria o inverso da certeza. “Não se pode formular uma máxima nem contar uma história lá onde vigora uma lei científica” (Agamben, 2005, p. 26).

Recuperemos outra vez o problema da linguagem, umbilicalmente ligado à capacidade de narrar. Leitor de Benjamin, Agamben (2005) avança nos argumentos para sustentar que se a linguagem é o lugar da experiência é porque não se pode assumir posição de sujeito sem ela: “[...] vemos então que é na linguagem que o sujeito tem sua origem e seu lugar próprio, e que apenas na linguagem e através da linguagem é possível configurar a aprecepção transcendental como um ‘eu penso’” (Agamben, 2005, p. 55-56).

Ocorre na filosofia de Agamben não aquela imagem da humanidade que simplesmente se faz enquanto espécie na linguagem. A linguagem está permanentemente separada de nós, não nascemos com ela; ao contrário, fazemo-nos a partir dela: “[s]omente porque existe uma infância do homem, somente porque a linguagem não se identifica com o humano e há uma diferença entre língua e discurso, [...] somente por isto existe história [...]” (Agamben, 2005, p. 64). E, num dos livros recentes, o autor italiano recupera o argumento da fratura entre os humanos e língua para afirmar:

O evento antropogênico coincide, portanto, com a fratura entre vida e língua, entre o vivente e o falante; mas, justo por isso, o tornar-se humano do homem implica a experiência incessante dessa divisão e, ao mesmo tempo, da igualmente incessante e nova rearticulação histórica do que foi dividido desse modo. O mistério do homem não é aquele, metafísico, da conjunção entre o ser vivo e a linguagem (ou a razão, ou a alma), mas aquele, prático e político, de sua separação (Agamben, 2017, p. 234).

A diferença entre língua e discurso, que permite ação histórica humana, é uma interpretação agambeniana certamente oriunda do legado de Benjamin (2011), quando este escreveu que a linguagem condiciona a comunicação de uma comunicabilidade. Na bela análise de Agamben (2017), isso é a própria potência de ser (e não ser) da linguagem, a potência de passar ao ato.

Esse quadro interpretativo coloca a experiência em relação ao tempo e à ação, a aspectos sensoriais, perceptivos, e organizada pela linguagem – portanto, indispensável que seja tarefa a ser realizada por sujeitos concretos e em sociedade. Situada a partir do acúmulo da tradição, somente desse ponto de vista se entende os conteúdos de memória que fornecem condições de concretização e sentidos para os modos como o futuro é desenhado.

Ver, sentir, colaborar

Em campo, parte do meu esforço era imaginar o que meu interlocutor antes mencionado contava que ocorreria no teatro; mas ainda não havia sucedido a encenação, então, eu também imaginava sua imaginação pela narração projetiva. É claro que isso difere do próprio teatro, porém faz um passeio curioso pelo sentimento tipificado no “quem encontra ainda pessoas que saibam contar histórias como elas devem ser contadas”? recordado por Benjamin (1985b, p.114). Curioso porque a narrativa projetava uma paisagem em que os olhares alternavam para o passado e para um mundo futuro. Sobre isso, John Dawsey considera que

[...] performances rituais e estéticas provocam mais do que um simples espelhamento do real. Instaura-se, nesses momentos, um modo subjuntivo (“como se”) de situar-se em relação ao mundo, provocando fissuras, iluminando as dimensões de ficção do real – f(r)iccioneando-o, poder-se-ia dizer [...] (Dawsey, 2006, p. 136).

A representação teatral se vale do que ocorreu, ao mesmo tempo em que coloca parênteses nisto para, através da analogia e da metáfora, sensibilizar e inventar. O passado era aquele apropriado no momento da encenação, aquele que se desejava deixar para trás. Um mundo futuro não é único e dado, mas justamente “algum” que se espera ser melhor. O “lugar olhado das coisas”, como Dawsey descreve em diferentes artigos (2006, 2009), é crucial para o entendimento da potencialidade do palco. Nessa relação, envolver o público e tornar esse momento explosivo, como num lampejo, supõe colocar a realidade num “como se não fosse do modo que

é” e criar outra através da imaginação – a potência da linguagem narrativa. Apesar de cada impressão ser particular, eu via a importância de entender a dimensão social dessa apropriação.

Entre os agricultores ecológicos da região, todos envolvidos na Rede Ecovida de Agroecologia, o aspecto colaborativo do trabalho não era somente relevante em razão do fortalecimento dos grupos nos municípios e do acesso a mercados, mas também porque possibilitava construções de um modo de viver e de conhecer. Aprendi isso acompanhando os grupos em reuniões.

Antes de estar presente em reuniões, a inserção enquanto pesquisador se deu gradativamente e iniciou por conhecer agricultores e agricultoras na principal associação local de assessoria técnica e também nas feiras. Enquanto na associação os diálogos me permitiam ser mais objetivo e me aproximar do que eu aos poucos percebia ser importante no mundo deles, nas feiras as conversas eram intercaladas com observações e os laços diretamente constituídos com as famílias rurais abriam espaço para futuras relações de confiança. À medida que se fazia possível expor a elas minhas intenções pude sugerir participar das reuniões em grupo, ir às propriedades rurais para visitas mais extensas e até mesmo ser convidado para outras situações não antevistas por mim até aquele momento (eventos temáticos, reuniões regionais sobre certificação e visitas a agricultores da região que ainda não havia conhecido).

Diversos municípios do oeste catarinense possuíam iniciativas no âmbito da Ecovida, o que dinamizou a pesquisa e a melhor compreensão dessa territorialidade. Região caracterizada por agricultura familiar que passou por processos de modernização do campo e integração a agroindústrias, as experiências em agricultura ecológica se disseminavam, mesmo com dificuldades para adesões massivas.

Destaco que, durante a pesquisa de campo, agricultores e técnicos se referiam às suas práticas nomeando-as tanto por agroecologia como por agricultura ecológica (e nunca por orgânica). Em alguns casos, isso não expressava desconhecimento ou pouco rigor, pois se tratava de posição política. Uma agricultora e presidente de associação falou, certa

vez, a mim que era agroecologista, destacando com ênfase o termo e desdenhando outras denominações, classificações impostas por outros. Contudo, a literatura científica diferencia o que sejam os orgânicos e o que se nomeia de agroecologia,⁵ ainda que trabalhos também apontem que o posicionamento de atores em campo corrompe as definições acadêmicas em favor de conceituações locais (Goodman; Goodman, 2007).

Cabe destacar que a Rede Ecovida foi fundada no sul do Brasil no fim dos anos 1990 e nasce dos movimentos ambientalistas e das experiências de organizações ou feiras já em curso em outros lugares. Era uma época em que, paulatinamente, o debate sobre alimentos, agricultura e sustentabilidade se tornava mais denso no Brasil e se destacaria nacionalmente alguns anos depois com a aprovação de leis e regulamentações normativas tanto para produção de orgânicos como para os sistemas de certificações.

Completando dez anos durante minha pesquisa, a Ecovida já possuía mais de vinte núcleos no sul do país, com sistema participativo de garantia, normas para famílias participarem, modelos de funcionamento locais e regional, selo reconhecido e formatos organizados de inclusão (e também de penalização) de membros. Além de rede formalmente constituída, “[...] através de uma nova compreensão da natureza, da construção de uma nova sociabilidade, da consideração do saber popular, do acúmulo de experiências, é que se constituía sua Identidade de Projeto” (Silveira, 2013).⁶

Numa das primeiras vezes em que estive entrevistando um agrônomo e dois agricultores na sede de uma associação em Chapecó fui instigado a ver que tais experiências em agroecologia não brotam “do nada”. É

⁵ É um assunto propenso a disputas conceituais. Orgânicos são caracterizados por usarem “um mínimo de insumos externos, evita[rem] os medicamentos veterinários, os fertilizantes (adubos químicos) e os pesticidas (agrotóxicos) de síntese” (Fonseca, 2005, p. 31). Há os apelos de agroecologia enquanto ciência, mas de modo geral o qualificativo ecológico é mais amplo que o de orgânicos e envolve dimensões sociais e éticas junto às ambientais. Mantive as diferentes expressões quando se mostraram adequadas. Para um panorama do debate, ver Assis e Romeiro (2002).

⁶ O leitor encontrará variados documentos e trabalhos sobre a Rede, tais como Rover (2011) e Lucion (2016). Sobre o tema da agroecologia no sul do Brasil, incluindo também a Ecovida, ver a coletânea de Niederle et al. (2013). Sobre dificuldades de consolidação da Ecovida, ver Silveira (2013).

preciso um trabalho de agremiações tanto para conversão como para manutenção dos grupos. Esta é, de certo modo, a história da Ecovida: trabalho e empenho de associações e famílias agricultoras que coletivamente se tornam fortalecidos e, assim, influenciam positivamente – eventualmente com auxílio técnico – a inserção de novos participantes locais e a criação de outros núcleos municipais em regiões próximas. Mesmo assim, ao longo dessa conversa, ficou claro que para muitos agricultores tais formatos sustentáveis de produção “fazem sentido”, enquanto para outros não. Isso manifesta algo mais que apenas existirem assessoria técnica e mercados consumidores locais, pois se observa que algo ocorre no íntimo das pessoas numa espécie de ponte entre o passado e o presente vivido por cada um. Escreve Turner (1986, p. 33) que “significados emergem quando nós tentamos colocar o que a cultura e a linguagem cristalizaram do passado junto com o que sentimos, desejamos e pensamos sobre nosso momento de vida presente” (trad. do autor). Esses significados poderiam ser aliados a um trabalho de conversão, que não deve ser entendido como uma espécie de convencimento insistente, mas enquanto esforço coletivo para ampliar os grupos e a produção ecológica na região.

Um caso específico pode elucidar. Um dos meus interlocutores de Chapecó narrou que se engajou na agroecologia quando sua irmã cursou pós-graduação na área. Dessa trajetória individual provinha um grande incentivo de mudança para a família. Antes, vendia aves para uma grande empresa e a situação de intenso trabalho (“a exploração era grande”, comentou) com pouca terra e rendimentos mais baixos do que esperavam despertou um sentimento de que precisariam investir e trabalhar cada vez mais para continuar com ganhos modestos. Essa situação foi o estopim da mudança. Enquanto relatava, recorde de haver pensado em instrumentalismo de sua parte, contudo, completou que, tendo recebido a terra dos antepassados e vendo a deterioração ambiental, desistiram dessa produção e focaram os investimentos na agricultura ecológica.

Nas reuniões regulares realizadas nas casas dos agricultores, nas quais recebiam seus pares e alguns técnicos ou interessados, a dinâmica obedecia

em geral a uma circularidade “palavra-movimento-palavra”. Começava-se com uma conversa mais aberta até todos estarem presentes, quando se comentavam amenidades ou assuntos candentes da política. O momento seguinte era crucial: caminhar pelos cultivos e criações, ver a paisagem e sentir o terreno. O anfitrião convidava todos para andar pelas áreas e as conversas continuavam, mas a visualidade do processo importava. Nas reuniões, todos, exceto eu, sabiam bem o que enxergavam. Eu aprendia com dificuldade, mas era claro que não fazia parte do grupo, pois não trazia incorporado aquele saber acumulado.

Nesse passeio avaliativo, agricultores e agricultoras conversam sobre os modos de trabalho; trocam ideias sobre preparação de alimentos, usos para alimentação animal e mesmo sobre mercados para certos produtos. Quero destacar que o grupo presente demonstra habilidades e sabe multiplicar as possibilidades de usos dos cultivos, cada um dando uma opinião ligeiramente distinta. Essas caminhadas evocavam movimento, ação e percepção da paisagem: era crucial que a apresentação dos cultivos não permanecesse somente enquanto relato do dono da terra e que todo o grupo pudesse se deslocar, ver, sentir o solo e perceber o terreno.

Havia ritualização e periodicidade desses momentos. A terceira parte do evento usualmente consistia em sentarem-se para nova conversa, porém voltada ao que havia sido visto na área visitada. Apareciam avaliações e perspectivas, pequenos conflitos e até certa “chamada de atenção”, dependendo do caso (se a produção apresentava algum problema ou se algo poderia ferir as normas). O que vale destacar também é a forma como um entendimento tácito se realizava, sendo que, para os agricultores, aquele momento é de aprendizado, exposição de conhecimentos, troca de informações, escuta de opiniões e críticas.

Quando as reuniões eram em associações ou outras agremiações, esse momento de prática e movimento não ocorria. É claro que, em todas as situações, a exposição pelas pessoas de seus sucessos e insucessos, ganhos e frustrações, era relevante e – inclusive nas entrevistas individuais – a dimensão da narração tinha fôlego.

Nas variadas situações em que estive presente e que envolveram colaboração – proposta de constituição de bancos de sementes,⁷ parcerias com entidades públicas, troca de conhecimentos sobre cultivares – essa associação entre uma prática que se aglutina com o modo de se referir verbalmente a ela foi definidora. Era sensibilizador entender que a disseminação de ideias e práticas também tinha um movimento, ela se espalhava em distintas direções (como se multiplicam as experiências em agroecologia) gerando adaptações e diferenciações e oportunizando novas narrativas sobre o que cada um vivia em suas terras e em família.

A experiência da exploração e do sofrimento

Ao longo da pesquisa encontrei pessoas dispostas a relatar sofrimentos pelos quais passaram durante a vida trabalhando na agricultura. Nos diálogos, as experiências apareciam em relação a um passado recuperado e narrado constantemente nos relatos. Por isso, as memórias familiares ou comunitárias eram confrontadas com o panorama possível de inserção dos sujeitos. Tal como escreveu Turner (1985), nossos códigos culturais e de comunicação estão saturados das experiências pregressas dos nossos antepassados, mas podem nunca se tornarem experimentadas por nós sem que sejam performadas.

Os atores haviam feito uma conversão para agricultura ecológica, como costumam se referir, e isso lhes fez abrir os olhos para o que viviam até então. Assim, era comum que contassem sobre eles próprios, antes, terem utilizado venenos na produção, e também sentido o sofrimento dos outros, especialmente das gerações anteriores com as quais se identificavam. Aquele passado, que para muitos não queria passar, criava uma tônica de

⁷ Iniciativa que tinha por meta a autonomia das famílias para manutenção *in situ* de sementes, contou com apoio de organizações com presença regional. Permitia igualmente que a diversidade genética circulasse na região. Uma exemplificação etnográfica do extremo sul do Brasil – e da relação com os transgênicos – pode ser encontrada em Benvegnú e Radomsky (2020).

dor, porém, simultaneamente, viam futuro com a agroecologia e com as atividades colaborativas nela implicadas.

Benjamin expõe numa passagem que “para que um fragmento do passado seja tocado pela atualidade não pode haver qualquer continuidade entre eles” (Benjamin, 2009, p. 512). É no momento presente que se estabelecem as constelações entre o agora e o antes, e no contexto eu percebia o intervalo entre o que a modernização agrícola orquestrou – projetos de intervenção em nome do desenvolvimento significativamente orientados para o uso de toda a sorte de artifícios tecnológicos – e o que a conversão à agroecologia produz na vida das pessoas. O toque supõe também um despertar, ademais, funciona como um lembrar específico – da agricultura dita “natural”, da tradição de antes da modernização, certamente idealizada nas rememorações e com potencial gigantesco de transformação hoje. Esse despertar evocava a insistência dos indivíduos em rememorar o passado coletivo de gerações de agricultores que viveram condições difíceis.

Laudemar, agricultor do município de Seara, próximo a Chapecó, contou com sensibilidade como havia se tornado agroecologista. Após confirmar que a Rede atua na disseminação da “mensagem”, na qual núcleos mais antigos e organizações da sociedade civil atuam em conjunto para formar outros grupos em diferentes regiões, narrou sobre as imagens que o estimularam. Novamente, é o olhar reflexivo que potencializa a ação, pois foi através de curso de formação que teve acesso de fato às consequências da história da agricultura modernizada e seus efeitos perversos. “Foi uma coisa que me despertou, tanto a história da migração, dos que erodiram a terra, migraram para Santa Catarina, depois para Mato Grosso e etc., como das imagens [fotos, vídeos] de doenças ligadas aos venenos”. Essa genealogia emociona, uma vez que o sentimento também está em partilhar as trajetórias e ver-se sensibilizado pelos relatos.

Já de meia idade na época, recordando a dificuldade em trabalhar na dependência de grandes empresas do setor agroindustrial, refletiu também sobre o caráter coletivo da agricultura ecológica:

eu não voltaria a trabalhar com suínos, porque [a riqueza] fica cada vez mais nas mãos de poucos. Fica nas mãos dos que crescem e acabam com os concorrentes, e principalmente nos frigoríficos. A suinocultura é muito forte na região, as pessoas já têm a tradição de produzir suínos, frangos, grãos. Então para elas é difícil mudar.

Chama a atenção que o agricultor cogita sobre o sofrimento do outro, portanto, aprender na agroecologia combina o olhar introspectivo com a visualização dos problemas por que passam os pares – olhar e ser olhado – e o quanto impactam as narrativas de sofrimento ou a sensação de medo de abandonar o que é economicamente seguro.

Em visita a outra família do município de Novo Horizonte, com que tive a oportunidade de partilhar momentos, tentei sentir o quanto estar em dependência de grandes empresas para viver pode ser árduo. Destaca-se que os contratos com as corporações costumam depositar os riscos sobre os agricultores e, ainda que possa haver seguro contra perda de safras, a dinâmica do tempo, o uso da força de trabalho da família e a relação com as intempéries, muitas vezes, é de foro doméstico, importando a produção no final do ciclo. Comentaram com ênfase sobre qual sentido haveria em se plantar monoculturas e quase não ter espaço para produzir alimentos para a própria família. Atestando tal amargura, um dos filhos sustentou que haviam sido “escravos” – nos seus termos – da indústria do tabaco e viveram a situação de obrigarem-se a comprar comida durante anos, mesmo tendo terra. Era como se houvesse uma falsidade em viver no campo dessa maneira e a justaposição no relato entre trabalho e “escravos” gerava um assombro: “isso [o que viveram nesse período] não é ser agricultor”, falou o filho mais velho. Embora possa nos direcionar a pensar que há uma essência do camponês, realmente faz sentido entender a resistência posta em prática por eles para evitar o sofrimento. Mas é fundamental entender esta unicidade da experiência para a família: conforme Hartmann (2005), citando Bruner (1986), nós criamos unidades de experiência da usual continuidade – do fluxo – da vida. Quando começa e termina certa

experiência é algo como uma imposição arbitrária de significado no fluxo dos acontecimentos.

Perceber descontinuidade dos acontecimentos no tempo é parte da experiência e coloca também a realidade no subjuntivo, como Dawsey (2006) sublinha. Mas aqui emerge o que poderia ter sido o futuro sem deixar a dependência e, especialmente, outro dilema, o de estar num lugar olhado pelos outros. “Vocês vão voltar ao passado?”, ouviam dos vizinhos, contou-me a mesma família antes mencionada. Escutavam essa indagação um tanto raivosa quando pararam de usar agrotóxicos fazendo a opção pela agroecologia. Coloca-nos a questão de que, no momento em que alguém passa a fazer parte de uma espécie de “outro”, diferente (o ecológico que não segue as receitas tecnológicas usuais de modernização), é a concepção de tempo (atrasado ou moderno) que define as classificações sociais.

Reflexão: o desenvolvimento em questão

O ato de sonhar pode ter efeito desestabilizador quando recorda o que não foi realizado e permanece reprimido. Sonhar pode desmascarar a ruína do que não foi concretizado. Na leitura instigante de Buck-Morss (2000) sobre sonho e despertar, somos interpelados a reconhecer que “mundos de sonhos não são meramente ilusões. Em insistindo que o que está aí não é tudo o que existe, eles são asserções do espírito humano e politicamente difíceis de valorar”. E prossegue afirmando que esses processos delicados “[...] fazem clamores momentâneos de que o mundo que conhecemos desde a infância não é o único imaginado” (Buck-Morss, 2000, p. 238). Mais uma vez, estamos frente à potência do fazer – e do não fazer.

Os agricultores pensavam no futuro e faziam planos sobre a vida, e eu também via adesões ao ideário comum das políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Se é surpreendente se deparar, em pesquisa, com esse desejo dos programas ou projetos de desenvolvimento já tantas vezes fracassados, há uma potencialidade na aspiração que escrutina as falhas e faz apropriações críticas, invertendo prioridades para satisfazer

aquilo que almejam⁸. Não foram raras as vezes em que me vi envolvido em falas nas quais recorriam às mesmas receitas de mudança que temos testemunhado por décadas: mais presença do Estado, mais condições para funcionamento de mercados, mais crédito rural. Planos tantas vezes arruinados ou que geram benefícios modestos. Talvez fosse o modo que ao longo de muito tempo aprenderam a pensar um futuro melhor. Ainda assim, conjuntamente, outras orientações apareciam em falas e escapavam dessa mesmice do desenvolvimento.

Uma das razões está na crítica a esse desenvolvimento que, assim como a cena de teatro antes narrada, deslocando a realidade para uma espécie de “e se não fosse assim como temos vivido?”, busca interromper este curso. O agricultor de Seara que antes me falava da sua história continuou:

Agroecologia é muito melhor porque é fácil ver que tem lugar para todos. A integração é excludente e as empresas exigem do agricultor a padronização total. A agroecologia funciona se há grupo, coletivo, cooperação.

Não foi a primeira nem a última vez que escutei sobre cooperação durante a pesquisa de campo. A insistência era expressiva e remetia à questão de construção de autonomia coletiva que estivesse tanto dissonante de um papel de cliente do Estado como do individualismo solipsista. Mas, mesmo quando Arnaldo, interlocutor em Novo Horizonte, apelava por fazer “um modelo diferente de desenvolvimento”, eu sondava o quanto diferente seria, ou, ainda, em que medida ele próprio desenhava e imaginava se espelhar ou diferir dos modelos comuns e consagrados de desenvolvimento rural.⁹

Voltar o pensamento e olhar para si mesmo, exercício da reflexão do sujeito. O debate sobre subjetivação é longo e não é objetivo desta parte

⁸ Wautier (2003) explora de modo pertinente e associado a esse processo as relações entre decomposição e recomposição do real por meio da categoria experiência presente na obra de François Dubet, autor ainda pouco discutido na sociologia brasileira.

⁹ Parte dos estudos etnográficos contemporâneos sobre projetos de desenvolvimento examina como deslocar o modo de pensar tais iniciativas intervencionistas para outra focada na maneira como os atores transmutam os sentidos dessas intervenções e de suas práticas políticas. Por razões de espaço não será possível examinar em detalhes. Para a discussão, ver Perrot (2008), Li (2007) e McMichael (2013).

organizar uma revisão sistemática. Alguma reflexão sobre o tema impõe-se como necessária, pois não foram raras as vezes em que os entrevistados remeteram suas manifestações para problemas que circundam essa discussão. Especialmente, em ocasiões diversas, vi-me refletindo sobre como os agricultores buscavam organizar suas vidas em face dos acontecimentos e como isso implicava olhar, pensar e agir sobre si. Essa reflexividade refere-se, também, à própria constituição enquanto sujeito e, em particular, àquilo que antes expressei a respeito de circunscrever determinadas experiências de vida e torná-las únicas. Igualmente, enquanto coletivo, certa compreensão acerca de suas vidas moldava uma interpretação que se acumulava sobre os cursos de vida seguidos e mostrava determinadas possibilidades a respeito do que fazer no presente. Não se pode esquecer que, se em Dilthey a noção de experiência é verdadeiramente um trabalho consciente do indivíduo, em Benjamin não. Por essa razão, almejo destacar somente alguns aspectos adicionais deste debate.

Em Foucault (2006), percebemos a tematização do sujeito organizada como um voltar-se em direção a si mesmo e o autor alude justamente à metáfora do olho no espelho. Nessa volta em direção a si, a dobra é como um ato de produção de interioridade – efetivamente, a constituição do sujeito que se ocupa consigo próprio. A “consciência”, escreve Butler (2017, p. 31) em parte inspirada em Foucault, “é o meio pelo qual o sujeito se torna objeto para si mesmo, refletindo sobre si mesmo, estabelecendo a si mesmo como refletivo e reflexivo.” A reflexividade é tema que estrutura a emergência do sujeito, essa esfera interna, e que se estabelece no voltar-se sobre si (Butler, 2017).

É claro que sujeito, então, vem a ter profunda relação com processos de assujeitamento, razão que implica que para se tornar sujeito é preciso ser sujeitado, problema sublinhado pela autora. No entanto, sujeição também ocorre na relação consigo, na qual realizar um trabalho refletido e voluntário, parafraseando Foucault, é condição de ser e modificar-se

(Foucault, 1998).¹⁰ E pode-se completar: “Não há, pois, um sujeito antes da relação consigo e do uso de si: o sujeito é essa relação, não os termos dela” (Agamben, 2017, p. 125) e incorpora os domínios do corpo e da interioridade. E qual ligação com a linguagem? Fala-se assumindo uma posição de sujeito – e o fato emblemático é que falar seja uma espécie de “força fraca”: “[a] subjetividade, a consciência em que nossa cultura pensou ter encontrado o seu mais sólido fundamento, repousa sobre o que há de mais frágil e precário no mundo: o acontecimento da palavra” (Agamben, 2008, p. 126).

Em meio à pesquisa, também dialoguei com uma profissional de ciências agrárias encarregada, à época, de projetos de desenvolvimento regional junto às comunidades. Recordo de ter lhe indagado sobre o papel ativo das pessoas quanto à autonomia – e, a essa altura da pesquisa, este tema já possuía muita recorrência – e ela afirmou ver na ação autônoma sentido quando vinculada ao lugar, aos valores compartilhados, mesmo que na Ecovida ocorra em Rede. Refletindo sobre o oeste catarinense, particularmente sobre projetos concretizados, disse que coisas positivas ocorreram quando projetos foram realizados amparados nas experiências coletivas no lugar.

Assim, pude observar que, para os interlocutores em campo, vários termos e práticas poderiam estar associados ao desenvolvimento, tais como autoconstrução, autonomia, conhecimentos com afinidades ao lugar, cooperação e solidarismo. O discurso do “mais do mesmo” tinha espaço expressivo (mais crédito, mais presença do Estado, mais apoio, mais extensionistas), todavia multiplicavam-se outros conteúdos que se evadiam desse registro, “teimavam” em não se deixar prender por ele.

¹⁰ Seria oportuno também, para o leitor interessado, o ponto de vista de Foucault sobre a noção de experiência, particularmente como é apresentada por Foucault (1998). Para Brigstocke (2013), embora com pontos de partida distintos em Benjamin, é sugestivo perceber que Foucault via nos escritos do autor alemão sobre Baudelaire uma genealogia das artes de viver. Essa problematização é esclarecida por Foucault (1998, introdução) juntamente a opções metodológicas, incluindo a discussão sobre técnicas de si e a estética da existência, todas relacionadas à questão da subjetividade num prisma histórico-filosófico. Uma investigação mais demorada sobre a relação entre subjetivação e dobra se encontra em Deleuze (2005).

Cabe insistir um pouco na noção de construção e no prefixo “auto”, já que ela recupera a ideia de reflexividade. Um dos entrevistados, Antônio, falando de cooperação me fez ver a necessidade de distinguir a integração horizontal dos formatos verticalizados administrados pelas empresas ou cooperativas de porte maior, semelhante aos dilemas relatados em outros lugares e aqui antes descritos: “as cooperativas grandes não são nada democráticas, elas tiram a capacidade das pessoas de se autoconstruírem. Muitos agricultores não querem participar de nada” e seguiu:

eles vendem [como] independentes para mercados. Estes agricultores geralmente plantam grãos e vendem para cooperativas ou agroindústrias grandes, que vêm, compram, pesam, pagam. [Elas] acabam tirando a possibilidade da ação em conjunto.

Alguns estudos recentes sobre indivíduo e desenvolvimento têm buscado oferecer respostas para a relação entre regras, moralidades e mudança interior. Pandian (2008), em pesquisa na Índia e recuperando os escritos sobre subjetividade de Foucault, mostrou que, naquele contexto, trabalhar sobre si mesmo se apresenta como um *telos* moral, pois uma natureza (humana) imperfeita demanda esforço de constituição. Watanabe (2017), em pesquisa no oriente extremo, observou que a transformação do eu interior em projetos de intervenção, tornando-se pessoa-modelo, converte-se em meta mais importante que aquelas relativas a infraestruturas ou sistemas produtivos.

No caso de pesquisa aqui examinado, a autonomia é buscada pelos ecologistas porque envolve uma atitude de não depender de grandes empresas ou intermediários que são eventualmente inescrupulosos, porém ganha importância ao relacionar também os sistemas biofísicos do mundo rural (plantações, solo, animais e água). Já a autoconstrução se organiza em torno de reflexividade e subjetivação, implicando (re)constituição ao longo do tempo como num olhar para dentro, oportunizando que experiências do passado e o sentimento acerca do vivido no presente produzam mudanças na maneira de ser.

Considerações finais

Para finalizar estas reflexões, quero recuperar os pontos argumentados por Pandian (2008) e Watanabe (2017) brevemente mencionados. Ambos os casos apontam para o modo como as pessoas fazem uma hermenêutica de si e trabalham para mudar um eu interior. Se o fenômeno, mesmo em contextos culturais distintos, assinala a individualização e dificuldade de narrar ou transmitir experiência, essa parece ser uma indagação relevante e preocupação de nosso tempo. O caso de investigação de campo que procurei relatar neste artigo conduziu as conclusões para a importância dos aspectos colaborativos e sociais da experiência, traduzidos justamente pelo que é vivido em coletivo e manifesto na linguagem compartilhada. Entretanto, as preocupações com individualismo crescente e as críticas ao egoísmo eram presentes.

Ao dialogar com os entrevistados sobre processos de desenvolvimento, as respostas que ouvi dificilmente poderiam ser sintetizadas em uma visão sistêmica, ou seja, uma teorização completa. Em que pese, como mostrei, a matriz dos projetos de desenvolvimento amparados no “mais do mesmo” tivesse seu lugar e fosse significativa, outras narrativas marcavam presença. O entendimento mútuo em torno de um termo tão polissêmico (Rist, 2007) não foi fácil – palavra propensa a equívocos e cuja tradução eu procurava, com dificuldades, potencializar o entendimento dos atores. A partir desse contexto de pesquisa entre agricultores ecologistas, desenvolvimento apareceu como processo no qual ocorrem tanto a superação das formas de exploração como a autoconstrução subjetiva e colaborativa.

Ver, sentir, narrar e colaborar com iniciativas em agricultura ecológica oportunizava situações em que agricultores e agricultoras se percebiam construindo pontos de vista, experiências – e é de se sublinhar que o sofrimento vivido na agricultura havia desencadeado muitas das mudanças nas famílias. Experiências individuais e coletivas, presentes e passadas, conectavam linhas e sugeriam movimento, performadas tantos pelos aspectos cotidianos e perceptivos quanto no ato de narrar. Curiosamente, se Agamben

(2011) afirmou que o ser humano precisa dizer “eu” para falar, tal movimento no âmbito do pensamento e da reflexão precisa considerar o que Butler (2017, p. 20) sublinha sobre olhar para si: “[...] o sujeito só pode referir à sua própria gênese assumindo uma perspectiva de terceira pessoa sobre si mesmo [...]”. As abordagens mobilizadas neste artigo mostram-se profícuas para pesquisas que situam narrativas e memórias enquanto centrais dos processos vividos (outras possibilidades apareceriam com perspectivas não centradas na palavra). Um dos limites possíveis é relativo à etnografia: a opção por aprofundar biografias e relatos de vida, eventualmente em convivências mais longas com número reduzido de pessoas, pode gerar resultados bastante elucidativos.

Caberia, pela última vez, retomar o problema da autoconstrução, que se mostrou tão singular. Autoconstrução tem eficácia quando o espelho dilata o campo de visão para o interior e para o exterior, como em uma dialética do olhar (Buck-Morss, 2002), e com ele se enxergam as coisas como são e também como as pessoas gostariam que fossem. Assim como escreveu Adorno, Dawsey (2009) também destacou o modo como Benjamin se encanta com o fragmento, o infinitamente pequeno e, além disso, com o estilhaço do todo, assim como a oportunidade de se interromperem o curso dos acontecimentos, explodindo o tempo linear e invertendo narrativas dominantes. Quiçá exatamente dessa maneira possamos entender as experiências, narrativas e práticas desses agricultores ecológicos frente aos eventos do cotidiano e aos processos de desenvolvimento.

Guilherme F. W. Radomsky é Professor associado do departamento de Sociologia e do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Referências

1. ADORNO, Theodor W. Introduction to Benjamin's Schriften. In: SMITH, Gary (Ed.). **On Walter Benjamin: critical essays and recollections**. Cambridge: MIT Press, 1988. p. 2-17.
2. ADORNO, Theodor W.; BENJAMIN, Walter. **Correspondência, 1928-1940**. 2. ed. rev. São Paulo: Unesp, 2012.
3. AGAMBEN, Giorgio. **O uso dos corpos**. São Paulo: Boitempo, 2017. (Homo Sacer IV, 2).
4. AGAMBEN, Giorgio. **O homem sem conteúdo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
5. AGAMBEN, Giorgio. **O sacramento da linguagem: arqueologia do juramento**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2011. (Homo Sacer II, 3).
6. AGAMBEN, Giorgio. **O que resta de Auschwitz**. O arquivo e a testemunha. São Paulo: Boitempo, 2008. (Homo Sacer, III).
7. AGAMBEN, Giorgio. **Infância e história: destruição da experiência e origem da história**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.
8. ASSIS, Renato; ROMEIRO, Ademar. Agroecologia e agricultura orgânica: controvérsias e tendências. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, n. 6, p. 67-80, jul./dez. 2002. <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v6i0.22129>
9. BENJAMIN, Walter. Sobre a linguagem em geral e a linguagem do homem. In: GAGNEBIN, Jeanne Marie. (Org.). **Escritos sobre mito e linguagem**. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2011. p. 49-73.
10. BENJAMIN, Walter. **Passagens**. Belo Horizonte: Ed. UFMG; São Paulo: Imprensa oficial do Estado de São Paulo, 2009.
11. BENJAMIN, Walter. On the mimetic faculty. In: JENNINGS, Michael; EILAND, Howard; SMITH, Gary (Ed.). **Walter Benjamin: Selected writings**. Cambridge: Belknap Press; Harvard University Press, 1999. (v. 2: 1927-1934). p. 720-722.
12. BENJAMIN, Walter. Program of the coming philosophy. In: SMITH, Gary. (Ed.). **Benjamin: philosophy, history, aesthetics**. Chicago: University of Chicago Press, 1989a. p. 1-13.
13. BENJAMIN, Walter. Sobre alguns temas em Baudelaire. In: BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989b. (Obras Escolhidas, v. 3). p. 103-149.
14. BENJAMIN, Walter. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e literatura: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense. 4. ed. 1985a. (Obras escolhidas, v.1). p. 197-221.
15. BENJAMIN, Walter. Experiência e pobreza. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e literatura: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense. 4. ed. 1985b. (Obras escolhidas, v. 1). p. 114-119.

16. BENVEGNÚ, Vinicius; RADOMSKY, Guilherme W. Entre o sucesso e o fracasso: desenvolvimento, sementes crioulas e transgênicas. **Novos Cadernos NAEA**, v. 23, n. 1, p. 171-193, 2020. <http://dx.doi.org/10.5801/ncn.v23i1.6060>
17. BRIGSTOCKE, Julian. Artistic parrhesia and the genealogy of ethics in Foucault and Benjamin. **Theory, Culture & Society**, v. 30, n. 1, p. 57-78, 2013. <https://doi.org/10.1177%2F0263276412450467>
18. BRUNER, Edward. Experience and its expressions. In: TURNER, Victor; BRUNER, Edward (Ed.). **The anthropology of experience**. Urbana: University of Illinois Press, 1986. p. 3-30.
19. BUCK-MORSS, Susan. **Dialética do olhar**: Walter Benjamin e o projeto das passagens. Belo Horizonte: Ed. UFMG; Chapecó: Argos, 2002.
20. BUCK-MORSS, Susan. **Dreamworld and catastrophe**: the passing of mass utopia in East and West. Cambridge: MIT Press, 2000.
21. BUTLER, Judith. **A vida psíquica do poder**. Teorias da sujeição. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.
22. DAWSEY, John. Tonantzín: Victor Turner, Walter Benjamin e a Antropologia da experiência. **Sociologia & Antropologia**, v. 3, n. 6, p. 379-410, 2013. <http://dx.doi.org/10.1590/2238-38752013v362>
23. DAWSEY, John. Por uma antropologia benjaminiana: repensando paradigmas do teatro dramático. **Mana**, v. 15, n. 2, p. 349-376, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132009000200002>
24. DAWSEY, John. O teatro em Aparecida: a santa e o lobisomem. **Mana**, v. 12, n. 1, p. 135-149, 2006. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-93132006000100005>
25. DELEUZE, Gilles. **Foucault**. São Paulo: Brasiliense, 2005.
26. FONSECA, Maria F. **A institucionalização dos mercados de orgânicos no mundo e no Brasil**: uma interpretação. 2005. Tese (Doutorado) – CPDA, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.
27. FOUCAULT, Michel. **O governo de si e dos outros**: curso dado no Collège de France (1982-1983). São Paulo: Martins Fontes, 2010.
28. FOUCAULT, Michel. **A hermenêutica do sujeito**: curso dado no Collège de France (1981-1982). 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.
29. FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade**. Rio de Janeiro: Graal, 1998. (v. 2: o uso dos prazeres).
30. GAGNEBIN, Jeanne Marie. Prefácio. Walter Benjamin ou a história aberta. In: BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e literatura**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 4. ed. São Paulo: Brasiliense. Tradução de Sergio Rouanet. 1985b. (Obras escolhidas, v. 1). p. 7-19.
31. GOODMAN, David; GOODMAN, Michael. Localism, livelihoods and the 'post-organic': changing perspectives on alternative food networks in the United States. In: MAYE, Damian; HOLLOWAY, Lewis; KNEAFSEY, Moya (Ed.). **Alternative food geographies**: representation and practice. Amsterdã: Elsevier, 2007. p. 23-38.

32. HARTMANN, Luciana. Performance e experiência nas narrativas orais da fronteira entre Argentina, Brasil e Uruguai. **Horizontes Antropológicos**, v. 11, n. 24, p. 125-153, 2005. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-71832005000200007>
33. JAY, Martin. **Songs of experience**. Modern American and European variations on a universal theme. Berkeley; Londres: University of California Press, 2005.
34. KANG, Jaeho. O espetáculo da modernidade: a crítica da cultura de Walter Benjamin. **Novos Estudos CEBRAP**, v. 84, p. 215-233, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-33002009000200012>
35. LI, Tania M. **The will to improve**: governmentality, development and practice of politics. Durham: Duke University Press, 2007.
36. LUCION, Jéssica. A institucionalização da produção orgânica no Brasil – Reflexões a partir da certificação participativa no âmbito da Rede de Agroecologia Ecovida (RS). **Contraponto**, v. 3, p. 131-145, 2016.
37. McMICHAEL, Philip. Changing the subject of development. In: McMICHAEL, Philip. (Ed.). **Contesting development**: critical struggles for social change. Nova York; Londres: Routledge, 2013. p. 1-13.
38. NIEDERLE, Paulo; ALMEIDA, Luciano de; VEZZANI, Fabiane (Org.). **Agroecologia**: práticas, mercados e políticas para uma nova agricultura. Curitiba: Kairós, 2013.
39. PANDIAN, Anand. Devoted to development: moral progress, ethical work, and divine favor in south India. **Anthropological Theory**, v. 8, n. 2, p. 159-179, 2008. <https://doi.org/10.1177%2F1463499608090789>
40. PERROT, Dominique. Quem impede o desenvolvimento “circular”? (Desenvolvimento e povos autóctones: paradoxos e alternativas). **Cadernos de campo**, São Paulo, n. 17, p. 219-232, 2008. <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9133.v17i17p219-232>
41. RADOMSKY, Guilherme W. **O poder do selo**: imaginários ecológicos, formas de certificação e regimes de propriedade intelectual no sistema agroalimentar. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.
42. RIST, Gilbert. Development as a buzzword. **Development in practice**, v. 17, p. 485-491, 2007. <https://doi.org/10.1080/09614520701469328>
43. ROVER, Oscar. Agroecologia, mercado e inovação social: o caso da Rede Ecovida de Agroecologia. **Ciências Sociais Unisinos**, n. 47, p. 56-63, 2011. <https://doi.org/10.4013/1044>
44. SILVEIRA, Suzana. Rede Ecovida de Agroecologia: uma inovação estratégica para o desenvolvimento territorial sustentável na zona costeira catarinense? **Interthesis**, v. 10, n. 2, p. 181-213, 2013. <https://doi.org/10.5007/1807-1384.2013v10n2p181>
45. TURNER, Victor. **On the edge of the bush**. Anthropology as experience. Tucson: University of Arizona Press, 1985.

46. TURNER, Victor. Dewey, Dilthey, and drama: an essay in the anthropology of experience. In: TURNER, Victor; BRUNER, Edward (Ed.) **The anthropology of experience**. Urbana: University of Illinois Press, 1986. p. 33-44.
47. WATANABE, Chika. Development as pedagogy: On becoming good models in Japan and Myanmar. **American Ethnologist**, v. 44, n. 4, p. 591-602, 2017. <https://doi.org/10.1111/amet.12559>
48. WAUTIER, Anne M. Por uma sociologia da experiência. Uma leitura contemporânea: François Dubet. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 5, n. 9, p. 174-214, jan./jun. 2003. <https://doi.org/10.1590/S1517-45222003000100007>

Recebido em: 16 jul. 2020

Aceito em: 30 nov. 2020

Exploração social e estrutura de classes: a atualidade de um quadro de análise

Luiz Inácio Gaiger* 

Resumo

O artigo aborda os conceitos de relações de exploração, classes e estrutura de classes, destacando a necessidade de considerar os distintos níveis internos desse arcabouço teórico para fins de análise das sociedades contemporâneas. Fundamenta-se em revisão bibliográfica das objeções levantadas à teoria das classes, bem como em uma retomada de elementos seminais legados por Karl Marx e de contribuições posteriores de intérpretes dos textos marxianos, com destaque a Eric Wright. Sustenta que a exploração social, da qual deriva uma dada estrutura de classes, é o ponto de partida para uma teoria das classes que supere o seu aparente anacronismo, seu presumido economicismo e seu suposto vínculo imanente com uma teleologia da transformação social. A abordagem das classes, assim concebida e integrada a um tratamento teórico sobre a formação de preferências e a mobilização coletiva, constitui um instrumento indispensável para a análise tanto da estrutura quanto da ação social.

Palavras-chave: exploração, classes sociais, estrutura de classes, marxismo, Erik Wright.

* Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, Brasil.

Social exploitation and class structure: the topicality of an analytical framework

Abstract

The article addresses the concepts of social exploitation, classes and class structure, highlighting the need to consider the different internal levels of this theoretical framework for the purpose of analyzing contemporary societies. This approach is based on a bibliographic review of the objections raised to class theory, as well as a resumption of seminal elements left by Karl Marx and later contributions by interpreters of Marxian texts, such as Eric Wright. From this standpoint, it is argued that social exploitation, from which a given class structure derives, is the starting point for a class theory that overcomes its apparent anachronism, its presumed economism and its supposed immanent link with a teleology of social transformation. The social classes approach, thus conceived and integrated with a theory on the formation of preferences and collective mobilization, constitutes a valuable tool for examining both social structure and social action.

Keywords: exploitation, social classes, social structure, Marxism, Erik Wright.

Introdução

Nas últimas décadas, o conceito de classe social não manteve a mesma relevância que tivera até meados dos anos 1980 na análise da estrutura social e dos comportamentos coletivos. Embora siga usual em estudos de estratificação social, ele passou a ser utilizado como elemento causal em quadros analíticos mais restritos, em contraste com seu papel outrora explicativo de questões mais gerais, ou mesmo centrais. Da mesma forma, a ideia de totalidades, de cuja estrutura intrínseca derivava o caráter determinante de certas relações sociais, especialmente de classe, caiu em desuso. A classe não desapareceu do horizonte, como exemplificam estudos empíricos inspirados em Bourdieu (Bertoncello, 2016) e reconstruções de abordagens de referência, em particular no âmbito do marxismo (Viana, 2018). Contudo, em geral, deixou-se de lado o *status* de categoria explicativa primordial antes atribuído à classe e, com isso, as

teorias conexas, ou seja, elementos fundacionais de uma visão tanto da estrutura quanto da ação social. Esse afastamento das classes trouxe consigo uma relativização acentuada da determinação exercida pela infraestrutura material na conformação de interesses, na constituição de grupos sociais, na emergência de conflitos e no advento de formas de solidariedade. Isto, a ponto de se incorrer no risco de supressão ou diluição do econômico na análise sociológica, como já se advertiu há vários anos (Guimarães, 1993).

Entretanto, a extração dos excedentes do trabalho desde o terreno da produção e da distribuição da riqueza não se tem arrefecido, mantendo viva a ideia de que as demandas sociais, mesmo se como tais alheias à esfera econômica, permanecem marcadas por sua conotação classista. Isto, numa época em que a dinâmica capitalista, havendo já há tempos ingressado na era da acumulação flexível (Harvey, 1992), recuperou antigas formas de exploração da força de trabalho, cujo caráter classista não daria motivos à dúvida. Como destacam autores de referência (Therborn, 2011), as classes sociais retornaram à cena das desigualdades e dos conflitos sociais. Em nossos dias, o fato mais emblemático a esse respeito talvez seja o impacto social diferenciado das políticas neoliberais, tanto quanto as reações contra elas, do âmbito de questões trabalhistas àquelas atinentes a modelos de desenvolvimento (Boito Jr.; Berringer, 2013) ou envolvendo recursos naturais e comunidades (Sassen, 2014). Não sem razão, o número de abril de 2019 de *Global Dialogue*, publicação da Associação Internacional de Sociologia, traz um dossiê sobre “Novas direções para uma sociologia global” com artigos sobre classes e desigualdades. Da Alemanha à América Latina e à China, todos eles enfatizam a relevância dos estudos de classe, indicam questões relacionadas à formação e às relações de classe e convidam-nos a criar ou tomar parte em redes internacionais de pesquisa sobre esses temas.

O primeiro objetivo deste artigo consiste em retomar algumas objeções feitas ao foco nas classes, evidenciando alguns meios para transpô-las. Em linhas gerais, elas incidiram em três pontos: quanto ao anacronismo do conceito (a sociedade modificou-se e retirou a centralidade ou a relevância dos processos formadores das classes como determinantes da dinâmica

social); quanto a seu pendor reducionista, que as prende à esfera econômica (ocultando ou desprezando dimensões extraeconômicas ou imateriais que igualmente influenciam a vida coletiva); e quanto à sua teleologia imanente (a ação das classes como vetor central da transformação histórica em direção a uma sociedade superior, não classista). Tais problemas não deveriam ser tomados em bloco, pois referem-se a planos factuais e teóricos distintos, embora inter-relacionados. Esclarecendo, refinando e completando os fundamentos teórico-analíticos que cercam a questão das classes desde a obra de Marx, é possível evitar uma relação causal simplificada entre a esfera da produção e a superestrutura política e ideológica, bem como ampliar a problemática da constituição dos sujeitos, integrando outras motivações aos interesses advindos da exploração econômica.

Nesse sentido, o segundo propósito deste artigo reside em evidenciar que há ganhos analíticos em retomar as formulações seminais de Marx à luz de autores neomarxistas, em particular Eric Wright. Nesse prisma, o conceito de classes encontra-se umbilicalmente ligado à desigualdade e à exploração: seu cerne reside na presença de um mecanismo de expropriação da riqueza, ocasionando sua transferência unilateral ou desigual de uns para outros. Essas relações engendram um quadro de interdependência conflitiva e potencialmente explosiva, cuja resultante é a coexistência de grupos sociais antagônicos – as classes.

De mais a mais, nem todas as divisões e desigualdades sociais são classistas. A importância das classes sempre dependerá da relevância que se atribuir às relações sociais de exploração: se há clivagens sociais instituídas *por* e instituintes *de* relações de exploração, uma análise de classes bem construída torna-se fundamental. Isso implica distinguir linhas divisórias fundamentais, que cindem a sociedade em grandes campos opostos, de outras linhas subordinadas às primeiras, que fracionam os grupos sociais ou acrescentam figuras adjacentes, típicas de uma nova totalidade social ou remanescentes da sociedade anterior, uns e outros secundários do ponto de vista teórico da contraposição central entre exploradores e explorados. Esse gradiente, cuja exposição constitui o terceiro propósito do artigo, conforma

uma *estrutura de classes* (Wright, 2015), analisável em diferentes níveis e âmbitos, de acordo com a coexistência e a imbricação entre modos de produção e formas sociais de produção (Gaiger, 2003). Expansível, esse dispositivo analítico permite transitar da polarização basilar entre explorados e exploradores às demais classes e frações de classe que se constituem em cada estágio de desenvolvimento de uma dada formação social.

Seguindo essa linha condutora, na qual o conceito de classe é integrado a uma teoria sobre a exploração e a estrutura de classe, tenciona-se demonstrar a pertinência e, assim sendo, a validade atual de uma abordagem classista das sociedades. Embora as objeções às análises focadas em classes sejam parcialmente refutadas na primeira seção, *infra*, novos elementos serão progressivamente acrescentados ao longo das seções seguintes, seja por meio de argumentos teóricos ou de exemplificações da aplicabilidade do arcabouço proposto. O que se tenciona, portanto, não é extrair argumentos em favor da atualidade das classes de um balanço abrangente da literatura a respeito, sabidamente vasta e diversa, mas sim por meio da proposição de um constructo teórico-conceitual cujo ponto de partida é Marx e cujas contribuições mais recentes provêm de diversos autores, não exclusivamente do campo marxista.

Análise das objeções ao foco em classes sociais

Em um compêndio de sociologia lançado ao final dos anos 1980 (Durand-Sebag, 1989), um verbete dedicado a “classes sociais” pontuava uma dúvida então persistente na literatura: o conceito de classes sociais seria empírico e descritivo, o que garantiria às classes uma existência *real*, ou dito conceito seria de natureza teórica, referindo-se a um conjunto abstrato de relações não aparentes, que tanto estruturam o sistema social quanto apontam mecanismos subjacentes à ação dos grupos sociais e às transformações na sociedade? Embora os autores partidários do segundo enfoque jamais tenham abdicado da força teórica do conceito, parece terem sido os fatos concretos – o visível declínio da capacidade efetiva de

ação das classes sociais existentes naquele momento histórico da Europa – o que provocou hesitações e acarretou um descrédito gradativo quanto às propriedades explicativas e politicamente relevantes do conceito de classes.

Até então, os acalorados debates teóricos e a profusão de estudos sobre as classes haviam coincidido com um movimento operário consideravelmente ativo e potente no mundo industrial. Mas o cenário estava mudando, com o inegável refluxo do movimento operário, representante por excelência da classe trabalhadora (Durand-Sebag, 1989, p. 258). Seria isso uma consequência das amargas derrotas diante da inflexibilidade dos governos neoliberais? Ou algo imputável à crescente complexidade da estrutura social, em particular devido à emergência de uma nova classe média, desprovida de ideologia e de projeto de sociedade? Um exemplo convincente foi trazido, no mesmo verbete, pelo diagnóstico do sociólogo Wright Mills sobre o que sucedia na sociedade estadunidense desde o início dos anos 1950, com o ascenso do pequeno burguês incarnado pelos colarinhos brancos, que “não possuem nem a força nem a vontade de se engajar em uma luta política” (Wright Mills, 1970, p. 15, *apud* Durand-Sebag, 1989, p. 258).¹

O fato é que aquele cenário de dúvidas e questionamentos sobre o poder explicativo das classes refletiu-se na sociologia brasileira, embora naqueles mesmos idos de 1980 não tenha havido no Brasil um arrefecimento do movimento sindical e das lutas operárias. Ademais, verificava-se uma profusão de novas e crescentes mobilizações originadas da *esfera da reprodução* (como se dizia na época), como as lutas contra a carestia, por moradia e transporte coletivo (Doimo, 1995), ou assumindo contornos irredutíveis à esfera econômica, como direitos humanos, questões indígenas e demandas relacionadas ao meio-ambiente. Enfim, uma plêiade de causas e mobilizações (Scherer-Warren; Krischke, 1987) que desaguaram nas frentes populares pró-constituintes. Com tantos novos atores entrando em cena (Sader, 1988), as classes sociais deveriam sair?

¹ Trata-se de uma obra clássica de Charles Wright Mills – *White collar: the American middle classes*, Oxford University Press, 1951 – citada em sua versão em francês, de 1970, e traduzida por nós, a exemplo de outras citações de fontes em língua estrangeira ao longo do artigo.

Uma das raízes dessa crise conceitual situa-se na forma como se desenvolvera a abordagem marxista predominante a respeito, até sofrer abalos no correr dos anos 1970: um tratamento concebido nos termos da ortodoxia prevalecente até meados do séc. XX, segundo a qual as classes seriam axiomáticamente dedutíveis do desenvolvimento capitalista e da inescapável contradição entre o capital e o trabalho. Sendo assim, as atenções concentravam-se na esfera da produção ou do trabalho produtivo, lócus de análise da evolução esperada dos grupos sociais para cumprirem o seu desiderato de classe, não obstante o persistente comportamento contrafactual de tais grupos em relação a essa mesma teoria e à sua carga apologética. Em consequência, práticas sociais diferenciadas, por conta inclusive das distintas inserções dos segmentos populares no quadro da exploração capitalista, “foram banidas do mundo da ‘verdadeira’ classe social” (Sader; Paoli, 1986, p. 46-7).

Um posicionamento comum entre os críticos das classes foi a rejeição aos enfoques monocausais deterministas, em nome da multidimensionalidade dos processos de constituição das preferências, identidades e formas de atuação (Guimarães, 1993, p. 85). Diante da trepidante remobilização social da época, os atributos de incompletude da formação classista, de alienação e de subalternidade moral que antes explicavam o escasso pendor revolucionário do ator popular, deram lugar a novas inflexões analíticas e a renovações na agenda de pesquisa. Balanços amplos da literatura, como em Sader e Paoli (1986), e estudos empíricos atentos, como em Oliveira (1987), reconstruindo comedidamente as articulações entre teoria e empiria, conduziram à suspensão (ou suspeição) das categorias pré-constituídas e terminativas, de sorte que a formação de sujeitos políticos de classe passou a figurar como um tema, entre outros, da agenda de estudos, aproximando-a dos processos socioculturais de subjetivação e de representação social. Na década de 1990, a análise dos condicionantes subjetivos da ação de classe ganhou terreno, ensejando uma farta literatura sobre a cultura operária e popular. Os enfoques se diversificaram, incorporando novas categorias como *identidade*, *cidadania*, *cotidiano* e *experiência*. Tais conceitos denotavam uma

“preocupação em tratar os dominados como criadores dos seus próprios mundos, comprometendo a análise com a emergência da consciência de direitos, individuais e coletivos, por parte não apenas dos operários, mas das camadas populares” (Guimarães, 1999, p. 25).

As classes teriam ainda assim permanecido à tona, não fosse uma preferência disparada das teorias emergentes por novas categorias, em particular a de *movimentos sociais*, aos quais se terminou concedendo por vezes um estatuto teórico similar ao das classes (Guimarães, 1999, p. 25-27). O “conceito de classe foi praticamente abandonado pela Sociologia brasileira, sem que, no entanto, se enfrentasse, como se tem verificado em nível internacional, a questão em termos propriamente teóricos” (Guimarães, 1993, p. 85).²

Mais do que refletir a realidade nacional, a perda de relevância das classes sociais no Brasil estava em compasso com novas tendências da literatura internacional, não obstante as desigualdades e os conflitos sociais outrora associados às propriedades explicativas do conceito de classe tenham recrudescido nos últimos 25 anos. As mutações das sociedades do Norte, às vezes transpostas ao Sul sem a devida recontextualização, induziram essas mudanças de perspectiva. Sejam elas, considerando a perda de centralidade da esfera da produção e do trabalho, compensadas pelas esferas de circulação da informação e de consumo como princípios organizadores da sociedade e ordenadores das preferências e afiliações; sejam como um reflexo da fragmentação social e da indeterminação e pulverização dos vínculos e condutas, o que retiraria da esfera econômica – como de qualquer outra – a função primordial de prover suporte ideológico e configurar os agentes políticos. Para alguns, “no contexto da transição para a sociedade pós-industrial, novas clivagens sociais (em torno de padrões de consumo, etnia, gênero etc.) tenderiam a emergir e a conformar mais fortemente identidades coletivas e preferências políticas” (Bertoncello,

² Ambos os trabalhos citados nesse parágrafo – de autores distintos, apesar da homonímia – são referenciais a esse respeito. O primeiro, ao historiar o tratamento dado às classes pela sociologia brasileira no último quartel do séc. XX; o segundo, ao sintetizar em poucas páginas as principais questões e teses envolvidas.

2009, p. 37). Para outros, a transição pós-moderna é que estava em causa, incrementando a reflexividade e ensejando uma “ampliação do leque de escolhas em torno dos estilos de vida e do planejamento da vida”, em inegável detrimento das determinações de classe (Bertoncelo, 2009, p. 38).

Nesse novo estágio do capitalismo, restariam apenas indivíduos autotélicos, de escassa vocação cívica e de postura *blasé* diante dos assuntos públicos, referendando o prognóstico sombrio de Wright Mills? Ou seria imprudente abstrair o domínio do capital com sua lógica de acumulação, hoje de vento em popa em escala global, e os seus efeitos incontrolláveis sobre a distribuição de recursos entre indivíduos, grupos e nações? Afinal, rentista e especulativo em suas configurações mais lucrativas e sedutoras, o capitalismo jamais produziu tanto e redefiniu tão velozmente a sorte de contingentes humanos inteiros, ao afetar territórios, bens comuns e expectativas de bem-estar (Dowbor, 2017).

Tais efeitos se fazem sentir também sutilmente, em planos menos visíveis. Estudos sobre classe, organização familiar, educação e raça demonstram a preponderância do nível econômico, acoplado a um estilo de vida, sobre outros fatores de diferenciação entre famílias, o que afeta seus ciclos e aspirações (Lareau, 2007). A tendência em atribuir menor importância às divisões sociais, em particular classistas, na explicação do comportamento eleitoral em democracias avançadas, tem sido contrastada por pesquisas internacionais que revalorizam a classe social como fonte de orientação do voto (Ferraz, 2009). Examinando novas tendências e configurações mundiais das desigualdades, Therborn (2011) concluiu pelo retorno da classe como propulsor das crescentes disparidades de renda e de bem-estar, enquanto a pressão de fatores socioculturais como o racismo e o sexismo estariam em refluxo, graças aos avanços havidos nesses campos. Se a classe operária da Europa e da América do Norte encontra-se hoje “dividida, derrotada e desmoralizada”, a classe trabalhadora industrial ressurgiu na China, podendo ocasionar “um novo *round* de conflitos distributivos”. Outro cenário derivaria “das classes populares heterogêneas da África, Ásia, América Latina e, talvez, de seus correspondentes menos vigorosos do

mundo rico”, que enfrentam obstáculos severos, mas não intransponíveis, à sua organização e mobilização (Therborn, 2011, p. 5).

Por conseguinte, as classes não se manteriam como elementos subjacentes às afinidades, condutas e solidariedades não-classistas, definindo em certa medida seus contornos? Nas atuais condições, elas não exerceriam um papel preponderante sobre o uso do tempo, o cultivo dos gostos e os estilos de consumo, como frisava Bourdieu (1996)? Naturalmente, admitir algum grau significativo de influência da esfera econômica na conformação dos grupos sociais e na estruturação de suas predisposições não implica postular sua exclusividade, nem sequer sua preponderância como regra geral. Ademais, já não é sustentável que a passagem da classe à ação coletiva seja automática. Embora não seja, nos dias atuais, completa verdade (Silveira; Doray, 1989), a ausência de uma teoria da subjetividade conduziu o marxismo clássico a negligenciar a influência exercida por fatores não econômicos, o fato de a vida social apoiar-se em componentes normativos decisivos para a criação e o cultivo de elos de solidariedade moral que unem os membros da classe (Bertoncelo, 2009, p. 33). A expectativa de um avanço progressivo natural na conformação objetiva e subjetiva das classes desviou a atenção dos fatores de divisão e enfraquecimento das classes exploradas, decorrentes da posição ambivalente que ocupam diante das lógicas instituídas, o que torna ambíguas suas reações, travando-as e desmobilizando-as. Por fim, frente à privação ou a aspirações insatisfeitas, deve-se admitir várias reações possíveis, não apenas o mero conformismo ou a flamante revolta, sendo ademais implausível que tais reações conduzam em regra a formas de ação organizada.

Se Marx, em pessoa, demonstrou suas reservas às inclinações economicistas das lutas operárias, foi talvez por ter pressentido que a resignação e o pragmatismo tendem a prevalecer em situações normais de assimetria de poder, abrindo-se com isso outras vias entre a simples subordinação e o caminho antagônico da insurreição. Essa atitude de consentimento da classe operária, contudo, não decorreria de uma falta de consciência (de classe), e sim de um ajuste racional entre meios e fins

realistas, como sustentam próceres do marxismo analítico (Przeworski, 1977). De mais a mais, o primado materialista que conduziu à supremacia *in totum* da esfera da produção econômica, sua articulação direta com a esfera da cultura (a ideologia classista) e a política (a luta de classes), tanto como a elevação do proletariado à primazia de *sujeito* histórico – elementos que deram esteio à visão marxista da transformação histórica – já foram objeto de refutações abalizadas; entre elas, quanto à missão imanente à classe trabalhadora de conduzir-nos todos à inexorável revolução socialista (Gorender, 1999). Embora tenham motivado intensas controvérsias, esses elementos teleológicos são dissociáveis dos fundamentos teórico-analíticos que cercam a questão das classes na obra de Marx.

Conviria, por outro lado, ter em vista alguns limites e riscos implicados em abordagens da ação coletiva que se demarcaram das classes, especialmente aquelas referenciadas nos “novos movimentos sociais”. Em primeiro lugar, tal distanciamento justificou-se como meio de superar a dicotomia entre estrutura (classes) e agência (movimentos), supostamente inerente à análise de classes. Uma alegação discutível, uma vez que os estudos de classe, sobretudo no caso dos trabalhadores ou das classes populares, também tiveram em vista suas possibilidades de ação, e não apenas sua posição estrutural. A supervalorização de outros condicionantes das condutas coletivas pode induzir ao abandono das preocupações com as condições econômicas, levando-as a figurar apenas como um dado contextual de fundo, inorgânico, de sorte que as propriedades de classe deixam de comparecer na explicação. Mesmo a hipótese de cumprirem um papel secundário não deveria justificar sua dispensa, pois fatores dessa ordem também são relevantes. Dever-se-ia trabalhar integrando enfoques, dados seu relativismo intrínseco e os benefícios prováveis de considerar zonas de intersecção entre teorias como tais independentes.

De outra parte, a adesão a perspectivas teóricas se faz, por vezes, sem a transferência refletida do seu contexto original para aquele de sua pretendida aplicação. Categorias como *pós-modernidade* e *sociedade pós-industrial* não deveriam ser transpostas sem maiores considerações

e ajustes às sociedades do Sul. A questão é relevante, pois predetermina os pontos de partida e de chegada, com riscos de reproduzir os vícios da razão metonímica e indolente, como adverte Santos (2002). A indistinção entre a parte e o todo pode ainda expor-nos, em outra seara, a um elitismo involuntário, do qual não escaparam análises classistas da ação coletiva: embora congregue um certo número de indivíduos, a ação coletiva via de regra é obra de minorias que se organizam, mobilizam e reivindicam em nome de uma população maior, enquanto essa reage esporadicamente, permanecendo em geral apática. Manifestações de massa contínuas e sistemáticas são raras. Onde estão as maiorias? À análise das minorias ativas (Moscovici, 2011), conviria acrescentar uma teoria da dinâmica das mobilizações sociais.

O ponto de partida marxiano

Outra questão de fundo, que perpassa controvérsias internas às teorias classistas e boa parte dos argumentos que as rejeitam, tem a ver com a indistinção entre os níveis de abordagem da realidade empírica a partir do conceito de classe, que corresponde (ou pode corresponder) a graus de abstração e abrangência variados. Aqui, há margem para vários esclarecimentos, o que justifica retomar o assunto desde seu princípio, em Marx. De imediato, notemos que o conceito de classe não deve ser hipostasiado: ele não se refere a uma realidade *alante*, mas registra a condição relacional de um conjunto de agentes cujas afinidades provêm de sua inserção similar na esfera econômica, de acordo com a estrutura de propriedade e com a divisão social do trabalho. Como veremos, uma classe pode existir no plano mental, desde que encontre lugar em uma dada estrutura de classes (Wright, 2015), sem que exista ela própria (ou tenha um correspondente empírico) em todas as circunstâncias históricas em que dita estrutura é útil como instrumento heurístico e explanatório.

Voltemos a Marx: embora o conceito de classe social tenha importância capital em seu pensamento, ele não se deteve em um estudo demográfico

ou em uma caracterização precisa das classes sociais, enquanto discorria sobre elas. À época, as classes designavam uma realidade clara para o senso comum, associada às novidades que suplantavam o Antigo Regime e abriam portas à ascensão de novos grupos sociais, já não mais por graça de direitos herdados ou adquiridos sem trabalho, mas em virtude de suas iniciativas e sua labuta, especialmente no campo econômico. Era desejável estar em uma classe e *ter classe*. Marx tratou de questionar essas evidências e, assim, produziu uma teoria crítica sobre as forças motrizes do ordenamento social, transformando uma noção comum em objeto científico.

Os primórdios do capitalismo na Inglaterra, a emergência do proletariado e as lutas sociais nesse tipo de sociedade constituíram também o ponto de partida da teoria marxista da história. Contudo, Marx desenvolveu o corpo de ideias que viriam a formar o materialismo histórico e dialético – ou a *Filosofia da Práxis*, como anunciou com Friedrich Engels na *Ideologia Alemã* – com o propósito de elucidar as causas estruturais das desigualdades e desvelar o funcionamento daquilo que lhe parecia indubitavelmente constituir relações sociais de dominação e opressão. Concluiu que as diferenças sociais, nem sempre aparentes, não se deviam a fatores meramente circunstanciais, a virtudes pessoais ou a causas fortuitas, do contrário não seriam recorrentes e persistentes; tampouco alguns indivíduos usufruiriam de tanto poder, ao lado de outros condenados à subalternidade. Era preciso que a riqueza, advinda do trabalho da maioria, fosse drenada e transferida para uma minoria por um mecanismo impositivo de extração e acumulação.³

Assim, o conceito de classes está umbilicalmente ligado à desigualdade e à dominação, a lógicas de expropriação e de poder: as classes são seu reflexo e, reproduzindo-se, asseguram sua continuidade. O cerne da questão reside na presença de um mecanismo irrefreável de expropriação da riqueza produzida no presente (ou já anteriormente) pelo trabalho, ocasionando sua transferência unilateral ou desigual de uns para outros. Trata-se de uma relação peculiar, de *exploração*, pela qual a classe exploradora se alimenta

³ Para uma síntese do próprio Marx, é útil consultar o cap. XLVIII (*A fórmula trinitária*) de *O Capital* (Marx, 1968-1974).

da atividade produtiva da classe explorada, necessitando para isso dos seus esforços e, tanto quanto possível, de seu consentimento.

Conforme Wright (2015, p. 132-134), a exploração implica um padrão estruturado de relações, uma situação de interdependência conflitiva e potencialmente explosiva. Não consiste propriamente na exclusão ou na opressão de um grupo por outro, quando então o primeiro deles é dispensável e pode ser descartado, como já se viu em tantas tragédias humanas de emigração forçada ou de genocídio e volta-se a ver por força da economia globalizada (Sassen, 2014). Os senhores de engenho precisavam dos seus escravos, como os fazendeiros de seus peões e os capitalistas de seus trabalhadores assalariados: o bem-estar dos primeiros depende causalmente do esforço dos segundos, não apenas das suas privações (Wright, 2015, p. 133).

Uma vez desvelado esse mecanismo na economia capitalista, que para Marx estava assente na apropriação do excedente do trabalho via extração da mais-valia, não lhe restaram dúvidas de que algo análogo sucederia em outros sistemas econômicos: mecanismos latentes permitiriam a certos grupos sociais apropriarem-se do valor produzido pelo trabalho de outros, tanto dos vivos quanto de seus ascendentes; graças a isso, tais grupos privilegiados poderiam viver sem depender do seu próprio trabalho na mesma proporção do seu bem-estar. Esse mecanismo de exploração varia historicamente, mas incorpora um processo de expropriação posto em marcha pela divisão social do trabalho, lastreado no regime de propriedade e no acesso diferencial de uns e outros aos meios de produção. O objetivo de Marx era elucidá-lo, posto que de sua eliminação dependia o fim das desigualdades e, virtualmente, o desaparecimento das próprias classes.⁴

Negar a existência ou a relevância das classes equivaleria a refutar ou negligenciar a existência de instituições como a escravidão e a servidão. Por isso, a preocupação central de Marx não foi delimitar as classes com base

⁴ Assim, embora a análise de Marx não se tenha fundamentado em categorias morais, as questões da justiça social e da distribuição da riqueza, assim como do poder e do controle social, compõem o seu pano de fundo e introduzem uma dimensão político-ideológica indissociável do conceito de classes sociais (Durand-Sebag, 1990, p. 268).

em algum princípio de estratificação, mas identificar o princípio estrutural de diferenciação e contraposição em relação ao qual os grupos sociais reais deveriam ser posicionados, a despeito de suas eventuais similitudes aparentes ou mesmo de preferências comuns manifestas.⁵ A consequência inevitável desse dispositivo é a formação de grupos sociais antagônicos, designados de *classes* como referência genérica aos produtores diretos e aos proprietários ou controladores das condições de produção, cuja relação constituía “o segredo mais íntimo, o fundamento oculto, de todo o edifício social”.⁶ Em cada tipo de sociedade – ou em cada *modo de produção* – haveria uma síntese específica das múltiplas determinações que conformam e asseguram o mecanismo de expropriação e de reprodução das classes, para o qual sempre concorrem, em última instância, as práticas assentes no acesso aos meios de produção e na divisão social do trabalho.

Isso posto, seria razoável imaginar que a *condição de classe* de grupos e indivíduos – o fato de estarem na condição de expropriadores ou de expropriados – não afete sua visão de mundo, seus interesses mais retilíneos e, assim, seus comportamentos? Ou surpreendente seria que sua visão de mundo e suas condutas se assemelhassem? As concessões podem ser mútuas, mas terão efeitos opostos para cada um dos lados e, provavelmente, sentidos diferentes. A situação de classe gera interesses específicos de classe, diante dos quais as ações e estratégias dos grupos sociais correspondentes são habitualmente avaliadas tanto por estudiosos quanto pelos próprios agentes implicados. O *interesse de classe* funciona aqui como um elemento balizador, a indicar que o lado da mesa em que se está, quando se negociam as condições de exploração, faz diferença sobre o que interessa e, portanto, sobre o que provavelmente se pensa a respeito, ainda quando as ações não chegam a deixar que tais entendimentos desapareçam.

⁵ Por isso, provavelmente, encontramos dele apenas um esboço do que seria uma caracterização das classes sociais no capitalismo, escrito no apagar das luzes da redação incompleta de *O Capital* (Capítulo LII – o último escrito por ele próprio e não por Engels). As bases do projeto investigativo em questão haviam sido anunciadas vários anos antes, na *Ideologia Alemã* (Marx; Engels, 1984).

⁶ Citado por Bottomore (1988, p. 62), de *O Capital*, III, cap. XLVIII.

Apesar de termos aqui um princípio simples em sua formulação elementar, ele tem sido causa de mal-entendidos e controvérsias. O que se pode depreender a respeito, nos textos de Marx, é o princípio lógico acima exposto: ao corresponderem a um modo de inserção específica na esfera econômica, mais precisamente nas relações sociais de produção, as classes sociais descortinam uma perspectiva singular de ação para seus integrantes, uma situação objetiva a partir da qual suas condutas se materializam e são interpretáveis. Fatos impactantes afetam ditos integrantes de forma específica e devem refletir-se em suas preferências, ainda que eles não possam satisfazê-las a contento e precisem ajustá-las de acordo com suas escalas de preferências. Dizendo de outro modo, interesses *manifestos* ganham significado – do ponto de vista da análise, frise-se – a partir dos interesses *objetivos* de classe e dos antagonismos entre as classes que se estabelecem à medida que as mesmas formam uma unidade contraditória determinada pela vigência de relações de exploração. Classes e interesses de classe, assim, constituem categorias mentais que lastreiam a perspectiva geral e as hipóteses em análise, servindo de instrumentos para o investigador.

Estrutura de classes e níveis teórico-analíticos

No contexto do capitalismo em formação durante o séc. XIX, não havia dúvida de que o proletariado e a burguesia correspondiam a classes distintas, palpáveis, cuja existência saltava aos olhos. Marx destinou-lhes um grande papel no futuro, ao qualificá-las como as grandes classes da sociedade moderna, acrescentando aos *assalariados* e *capitalistas* também os *proprietários de terras*. Não obstante, admitiu que mesmo na Inglaterra, país em que o desenvolvimento daquela estrutura econômica era mais nítido, “não se patenteia pura essa divisão de classes. Também lá, as camadas médias e intermediárias obscurecem por toda a parte as linhas divisórias (embora muito menos nas zonas rurais que nas urbanas)” (Marx, 1974, p. 1012).

Ou seja, existem linhas divisórias fundamentais que cindem a sociedade em dois campos opostos, além de outras linhas subordinadas às primeiras,

que fracionam os grupos sociais ou acrescentam figuras adjacentes, típicas da nova totalidade social ou remanescentes da sociedade anterior; uns e outros, secundários do ponto de vista teórico da contraposição central entre exploradores e explorados, própria do modo de produção em exame. A particularidade da burguesia e do proletariado é que: a) eram incarnados por classes empíricas com características distintivas visíveis, passíveis de aferição; b) ao contrário do campesinato, que numericamente constituía a maior classe no séc. XIX, a burguesia e o proletariado nascentes expressavam, em sua relação contraditória, o cerne do novo mecanismo de exploração que se instaurava por meio de relações sociais assalariadas de produção, conformando uma nova *forma social de produção*; c) essa nova forma constituía a base peculiar e o motor próprio do novo modo de produção capitalista, que se valeria ainda de outros instrumentos para garantir a reprodução e a ampliação do capital. Para o entendimento dessas nuances, é necessário então distinguirmos *modo de produção* e *forma social de produção*, além de aclararmos o conceito nodal de *relações sociais de produção*. Isto conduzirá ao conceito de *estrutura de classes*.

O *modo de produção* é a categoria mais fundamental e englobante cunhada por Marx para expressar sinteticamente as principais determinações que configuram as diferentes formações históricas. O conceito diz respeito à totalidade histórica, ao conjunto de relações que vinculam os indivíduos ao processo de produção, no sentido amplo de suas condições materiais de existência, compreendendo igualmente a circulação e a troca de bens materiais (Godelier, 1981, p. 174-175). Essas determinações encontram-se no modo como os indivíduos organizam-se no que tange à produção, à distribuição e ao consumo dos bens necessários à sua subsistência; mais precisamente, na forma que assumem as relações sociais de produção, em conformidade com um dado grau de domínio das forças produtivas. O modo de produção representa a forma estruturante de cada sociedade, pela qual são providas suas necessidades materiais em dado estágio do seu desenvolvimento.

Embora o modo de produção seja “uma totalidade orgânica e um processo reiterado de produção, distribuição, circulação e consumo de bens materiais, todas elas fases distintas e, ao mesmo tempo, interpenetradas no fluir de um processo único (...), é à *produção* que pertencem a determinação fundamental e o ponto recorrente” (Gorender, 1978, p. 23, *grifo nosso*). Em seu cerne, o modo de produção comporta um mecanismo social específico de criação, controle e apropriação do excedente social gerado pelo trabalho, o que lhe confere lógica e traços próprios imanentes à sua reprodução e ao padrão dinâmico de sua evolução histórica (Shanin, 1980, p. 61). Esse mecanismo é definido pelas *relações sociais de produção*, conforme três critérios: a) o tipo de acesso e controle dos indivíduos sobre os meios de produção; b) o papel que desempenham no processo de trabalho; c) os benefícios que auferem na distribuição do produto social. Quando envolvem a exclusão sistemática de alguns indivíduos do acesso aos meios de produção, pela força física ou pelo direito de propriedade (critério a), quando envolvem a apropriação dos frutos do trabalho dos excluídos por parte daqueles que controlam os recursos produtivos (critério c) e quando disso resultar que o bem-estar material desses últimos dependa do esforço laboral ou ainda das carências materiais dos primeiros (critério b), estaremos diante de relações sociais de *exploração*, no sentido já discutido (Wright, 2015, p. 133). Por esse motivo, as posições implicadas nessa relação contraditória e antagônica correspondem ao conceito de *classes*, em seu sentido mais abstrato, menos tangível e, no entanto, teoricamente mais relevante.

O modo de produção capitalista está lastreado em uma relação assimétrica entre indivíduos desigualmente posicionados face aos meios de produção e às condições de posta em valor de sua capacidade de trabalho, opondo os proprietários dos meios de produção aos assalariados.⁷ Uma relação classista, que se efetua, “através de uma colaboração ilusória, mas

⁷ Entende-se aqui o *salário* restritamente, no sentido da contrapartida ao trabalhador pela venda da sua força de trabalho ao capital. Hoje o termo é usualmente utilizado (e juridicamente instituído) para a maior parte das relações de emprego, incluindo trabalhadores domésticos e funcionários públicos, que também recebem um salário, mas cujo trabalho não é contratado pelo capital.

não menos real, das três classes básicas, os assalariados, os capitalistas e os proprietários fundiários, na qualidade de donos dos fatores responsáveis pelos custos da produção de mercadorias” (Giannotti, 1976, p. 164). Reencontramos as três classes enunciadas por Marx em *O Capital*, sendo perceptível agora que ele se referia às duas classes teoricamente fundamentais e típicas do modo de produção capitalista e, também, ao fato histórico de que a classe exploradora se compunha, naquele contexto, de duas classes reais que viriam a fundir-se (e confundir-se) com a progressiva “conversão de toda propriedade fundiária à forma adequada ao modo capitalista de produção” (Marx, 1974, p. 1013).

Contudo, o uso do termo “modo de produção” por Marx não é unívoco. Isso ocasionou apreensões diferenciadas, tipologias complementares (modos de produção secundários, periféricos etc.) e tipos incompletos, como o modo de produção simples, em que o trabalhador possui os meios de produção e os coloca em movimento em diminutas unidades de produção. Tomando por base a exegese dos autores antes citados, tais entendimentos ficariam sem guarida, mas seria necessário reconhecer ao menos uma segunda acepção, na qual o termo modo de produção possui um caráter descritivo, referindo-se a uma certa forma concreta de produzir (artesanato, manufatura) ou, mais amplamente, a um estágio geral de desenvolvimento tecnológico (grande indústria, maquinismo).

Marx, nesse caso, refere-se a um *modo material de produção*: “os elementos e as formas materiais dos diversos processos de trabalho, pelos quais os membros de uma sociedade agem sobre a natureza que os cerca para extraírem os meios materiais necessários às suas necessidades, produzirem e reproduzirem as condições materiais de sua existência social” (Godelier, 1981, p. 169). Em um sistema produtivo, é o modo material de produção que define a divisão técnica do trabalho e, assim, absorve e organiza um conjunto de especialidades, de ocupações ou classes profissionais, que emergem e fenecem no ritmo das inovações tecnológicas e das reestruturações produtivas. Aqui, porém, o conceito de *classe* adquire um sentido preciso e tátil, sendo justo afirmar que,

sob a égide do Fordismo, um torneiro-mecânico fazia parte de uma classe ocupacional especializada, corporificava emblematicamente a classe operária no auge de sua configuração histórica e, ainda, tanto lá como no regime atual de acumulação flexível (Harvey, 1992), é um representante típico da classe explorada no modo capitalista de produção. A cada nível de análise, de maior ou menor abstração, uma sentença.

No seu desenvolvimento, o capitalismo provocou uma contínua transformação da sua base técnica, mediante enorme impulsão das forças produtivas. Criando sua base própria, renovando-a segundo suas necessidades, o capitalismo realiza o que mais importa a um modo de produção: instaura o processo que vem a repor a sua própria realidade, reproduzindo-a historicamente. Por isso, formas econômicas desprovidas da capacidade de reconstituir-se não remeteriam ao modo de produção como unidade de análise, sob pena de retirar dessa categoria, como diz Shanin (1980, p. 65), “seus *insights* analíticos mais importantes”. É o caso da economia familiar camponesa, ou da produção simples de mercadoria, às quais correspondem relações sociais de produção peculiares e, assim, classes específicas. A questão, nesse caso, consistiria em identificar que relações elas mantêm entre si, no interior dessas formas, e quais elos diretos ou indiretos possuem com o mecanismo de exploração próprio do modo de produção dominante.

O par *exploradores/explorados* desdobra-se à medida que focalizamos as configurações históricas de cada tempo e lugar, surgindo então subcategorias cujo ordenamento não deve perder de vista o critério inicial: o regime de exploração e sua estrutura dinâmica, no interior das relações sociais de produção dominantes e secundárias. Isso, conforme Wright (2015), podemos chamar de *estrutura de classes*.

Essa estrutura nuclear é suficiente para contrastar o modo de produção capitalista a outros, como o feudal, mas não para comparar estruturas de classe de sociedades capitalistas ou para examinar e localizar trajetórias sociais que não são diretamente afetadas pela estrutura básica das classes, caso notório das classes médias e das pessoas não vinculadas ao trabalho remunerado. Mantendo-se o mesmo princípio básico ordenador, pode-se chegar tanto a

classes relativamente independentes quanto a posições contraditórias, em que coexistem propriedades e relações com a condição de explorados e de exploradores (especialistas e gerentes de firmas, por exemplo). Obtém-se assim um conjunto ordenado de *posições de classe*, mais ou menos elástico conforme os fins da análise, mas que ainda assim não se refere aos indivíduos empíricos ou às suas semelhanças ou diferenças aparentes, mas a situações teóricas com as quais sejam identificáveis, interpretando-se os seus traços significativos a partir de uma estrutura de relações latentes (Wright 2015, p. 147-149).

A elaboração de modelos complexos responde ao fato de que inúmeras formas secundárias podem surgir e desaparecer durante a vigência de um modo de produção. Existem margens de liberdade entre esses níveis de organização das práticas sociais e econômicas, sendo a economia capitalista, em verdade, pródiga em exemplos. A questão está em saber como o capitalismo atua ao fundo da cena, como tais formas existem e perduram, submetendo-se cada vez mais ou, pelo contrário, reduzindo sua vulnerabilidade ao modo de produção. Ou, ainda, como tais formas podem encetar movimentos de alargamento do seu próprio campo e da sua lógica interna a partir de seu lugar subalterno ou periférico, subtraindo-se em alguma medida ao controle do capital.

Para isso, é necessário saber se tais formas são típicas ou atípicas em relação ao modo de produção vigente. A questão conduz a uma terceira categoria, implícita nos textos de Marx, decorrente de sua preocupação em distinguir a *aparência* da *estrutura interna* de toda relação social. A estrutura *nuclear* de um modo de produção, seu caráter distintivo, repousa no conjunto de propriedades de que se reveste o processo de apropriação da natureza, nas relações mútuas que nele se engendram entre os indivíduos, de acordo com sua posição diante das condições e dos resultados dos diversos processos de trabalho e segundo as funções que desempenham. Tal estrutura está determinada pelas relações sociais de produção correspondentes, por uma *forma social de produção* mediante a qual é extorquido o trabalho do produtor direto.

Cada modo de produção é, então, caracterizado por uma forma social de produção específica. Nas sociedades tribais primitivas, com base nas relações de parentesco, que ordenavam a apropriação do território, elemento chave para garantir os meios de subsistência; no feudalismo, pela imposição das obrigações servis, exercida pelos senhores da terra sobre quem nela trabalhava; no capitalismo, pelas relações assalariadas entre os vendedores da força-de-trabalho e os detentores dos meios de produção. Mais do que um contrato jurídico, o vínculo salarial materializa o mecanismo que permite a apropriação do trabalho excedente no interior do processo produtivo. As características anunciadas antes como típicas do capitalismo são, portanto, as mesmas que constituem a *forma social de produção assalariada* que lhe é peculiar e indispensável.

É em relação a essa forma que as posições sociais em uma estrutura de classe capitalista guardarão maior ou menor distância. Um consultor *freelance*, ao assinar um contrato de prestação de serviços contínuos nas instalações e nas condições de trabalho de uma empresa capitalista, ainda que mantenha sua independência jurídica formal, anda várias casas para o centro da *estrutura de classes*, enquanto um catador de materiais recicláveis que interpõe a sua cooperativa autogestionária na intermediação com seus clientes, postados um degrau acima na cadeia industrial da reciclagem, se afasta. Uma vantagem da estrutura de classes como dispositivo analítico é o fato de ser expansível, o que permite focalizar as classes em diferentes níveis, do mais teórico e abstrato ao mais empírico e concreto, sem perder de vista o seu princípio ordenador, assente nas relações de exploração. Supera-se, com isso, a suposta contradição entre classes teóricas e classes reais e transita-se da polarização basilar entre explorados e exploradores para as demais classes e frações de classe que se constituem em cada variante e em cada estágio de desenvolvimento do modo de produção. O enfoque das classes varia, assim, “segundo os interesses que presidem a análise em cada caso” (Santos, 1982, p. 14). Pode-se articular uma visão inicialmente dicotômica com uma perspectiva gradualista e mesmo um esquema “funcional”, que relaciona as classes

com as relações de propriedade e as fontes de renda, conforme sugere Santos (1982, p. 12-14).

A respeito da estrutura de classes própria do capitalismo contemporâneo, Wright propõe um modelo estendido, a partir de três classes fundamentais (capitalistas, trabalhadores e pequenos burgueses⁸), chegando então a seis classes: capitalistas, gerentes especializados, gerentes não especializados, pequenos burgueses, trabalhadores especialistas e trabalhadores sem qualificação (Wright, 2015, p. 147). Combinando algumas posições ou identificando categorias intermediárias, sempre com base em critérios relacionados à oposição fundamental entre proprietários e não proprietários dos meios de produção, o esquema é desdobrável sucessivamente, contanto que os critérios complementares de distinção se mostrem relevantes.

Empregando critérios compatíveis, Haddad identifica quatro classes na sociedade “superindustrial”: 1) a classe dominante, dos proprietários do capital, dos funcionários do capital (alta gerência) e dos proprietários fundiários; 2) “a classe dos agentes sociais inovadores, portadores do conhecimento científico-tecnológico aplicado à produção”, que constituem uma nova classe típica da formação social capitalista contemporânea; 3) a classe dos trabalhadores assalariados, ligados à produção de bens materiais ou imateriais, da qual ficam excluídos os funcionários públicos e os empregados domésticos, ambos trabalhadores “improdutivos” (por não venderem sua força de trabalho ao capital) e externos à produção, mas na qual se incluem os “trabalhadores de escritório” (que executam tarefas comerciais ou financeiras a serviço do capital), sem simplesmente ficarem situados na “nova classe média” ou na “classe de serviços”; 4) a “não-classe” dos trabalhadores, um conjunto heteróclito em que desponta o lumpemproletariado, à margem do sistema de exploração (Haddad, 2015, p. 101 *et passim*).

Nessas análises, as classes fundamentais transparecem na figura das classes diretamente associadas à forma social típica do modo de produção

⁸ Esses últimos, nem exploradores, nem explorados, “possuem e usam os meios de produção sem contratar outras pessoas” (Wright, 2015, p. 140).

vigente, conforme seu grau e forma de desenvolvimento. Outras classes são associáveis às primeiras, em decorrência das relações de subsunção existentes. Um terceiro nível de análise corresponde à estrutura de classes de sociedades singulares, concretas. Além de discernir as particularidades das classes sociais já identificadas nas etapas precedentes, é esperado que novas classes ou frações de classe se perfilem, em decorrência da primazia de certas relações econômicas e da sua expansão ou retraimento, dado o quadro geral das relações sociais e o complexo processo histórico de emergência e evolução das classes *reais*. Mantendo-se a espinha dorsal da estrutura de classes, mas acrescentando-lhe novos critérios relacionados à totalidade social em tela, chega-se a uma estratificação social coerente com aqueles pressupostos, que assim revelam sua força e seus raios de abrangência naquele contexto específico. Pode-se, então, proceder a uma estratificação rural senhorial ou a uma estratificação urbana industrial, entre outras.

Convém, por fim, lembrar que a importância das classes sempre dependerá da relevância que se atribuir às relações sociais de exploração. Sem isso, as classes terão um papel secundário, acessório, talvez, diante das questões em análise. Portanto, as classes não explicam tudo e nem sempre explicam o que se deseja esclarecer das realidades sociais. Entretanto, se há clivagens sociais instituídas *por* e instituintes *de* relações de exploração, a análise da sociedade do ponto de vista das classes torna-se fundamental.

Considerações finais

O arcabouço teórico-conceitual assim proposto pretende evidenciar a possibilidade e a relevância de um tratamento *classista* das sociedades, sejam contemporâneas ou passadas, sem se ver comprometido pelas críticas e objeções levantadas quanto ao anacronismo, reducionismo e teleologismo imanente das teorias de classe, em particular em referência ao legado marxista. No entanto, conduzido até aqui, dito arcabouço não cerca todos as questões sociológicas suscitadas pela problemática das

classes. Seria, com certeza, pretencioso fazê-lo num único texto. Por conseguinte, inevitavelmente restam aspectos em aberto, a exemplo dos vínculos entre classes, representações e condutas, como já assinalado ao final da primeira seção, supra. Marx não deu conta da complexa articulação entre economia, cultura e política porque lhe faltava uma teoria da subjetividade (Guimarães, 1999) e da passagem da classe à ação de classe. Para adentrar esse terreno, não é necessário abandonar as classes, mas sim acrescentar às classes uma teoria da formação de preferências e da mobilização social. Abordar esses desdobramentos, indicativamente, é o propósito dessas considerações finais.

A deficiência do marxismo em não dispor de uma teoria da subjetividade e da formação de laços de solidariedade social, é reiterada pela literatura (Bertoncelo, 2009, p. 33). Isso levou à conclusão de que as lutas econômicas conduziram fatalmente a um despertar da consciência, em seguida à confrontação política e, por fim, a lutas revolucionárias. No lugar de antecipar ou pressupor tal desenlace, seria preciso ter em mãos instrumentos que expliquem os mecanismos pelos quais indivíduos, partilhando a mesma posição de classe, expressam seus presumíveis interesses de classe formando coletividades de ação. Seria preciso dar conta dos fatores que estimulam ou inibem tal tomada de consciência (Guimarães, 1991, p. 54) e induzem à mobilização social. Que pistas poderíamos seguir para avançar nessas matérias? Propomos duas vias.

Em primeiro lugar, nos termos de uma abordagem que relacione as condições materiais de vida, em sua função constituinte da vida cotidiana, a um dado modo de ver e a um conjunto de predisposições a agir. Ganharia centralidade aqui o conceito de *éthos de posição*⁹ (Gaiger, 1997), análogo ao conceito bourdesiano de *habitus*, evocando a natureza estruturada e transacional da cultura incorporada pelos integrantes de uma dada

⁹ A existência de um conjunto de referências de sentido primordiais, enraizadas na história pessoal e estruturantes da cultura incorporada de cada indivíduo, constitui o objeto de atenção de autores que, procurando teorizar sobre o processo de produção e reprodução cultural, formularam o conceito de *éthos de posição* (Remy; Voyé; Servais, 1978; Lalive D'Épinay et al., 1984).

classe.¹⁰ Nessa ótica, as classes sociais não incorporam nem explicam todos os condicionantes que intervêm nas formas de agir de indivíduos e coletividades, mesmo no campo econômico; elas permitem dar conta de aspectos fundamentais, mas específicos, pois se referem primordialmente às relações de exploração. Por isso, a influência exercida pela classe se conjuga com influências de outras ordens, sofre a concorrência dessas na estruturação das representações sobre o mundo e das preferências no plano da ação.

Como demonstrou o próprio Marx quanto às correlações de classe na Alemanha e na França, em conjunturas do séc. XIX, as classes criam um campo disposicional, engendram uma sensibilidade específica que se traduz em valorações e em prioridades diante do mundo, a partir das quais se estabelecem uma visão das coisas e, conforme as circunstâncias, uma inclinação a determinadas estratégias de ação. Essas predisposições formam um *sistema* sociocultural latente à medida que se sedimentem ao longo do tempo. Condições objetivas e subjetivas precisam perdurar e adquirir alguma coerência para que influenciem similarmente os indivíduos em seus modos de pensar, de situar-se e de agir. Homogeneidade, estabilidade e longevidade são propriedades necessárias das condições de vida relacionadas em algum grau significativo à classe para que engendrem formas de *consciência* coletiva e de *identidade*, para evocar noções usuais no tratamento desses temas.

Atendidos tais requisitos, ditas condições sociais – de classe – redundam em vivências e experiências similares; essas, por sua vez, produzem tendencialmente uma convergência entre modos e estilos de vida. Criam-se processos nem sempre conscientes de reconhecimento e diferenciação, de aprovação e rejeição, de adesão e repulsa; por consequência, de aproximação e de distanciamento social. Para cada

¹⁰ Tomando distância de usos correntes do conceito de *habitus* que enfatizam sua função reprodutora das representações e comportamentos, o enfoque pelo *éthos* deixa sobressair seu caráter adaptativo: ele é susceptível de estimular uma renovação das práticas, cuja incidência sobre as referências culturais não descarta rupturas das predisposições já incorporadas.

pessoa ou coletividade, semelhanças e afinidades se revelam menos nas preferências conscientes do que na partilha de um senso prático. Como insistia Bourdieu, isso na medida em que o desempenho em toda ordem social, mais do que conhecimentos explícitos adquiridos para esse fim, requer saberes implícitos, “solidários de um *éthos*, isto é, de uma ‘sabedoria’ que não é constituída e unificada como tal”, mas que permite a cada indivíduo “agir de maneira razoável e com chances de êxito no interior da sua própria sociedade” (Bourdieu, 1963, p. 26). No *éthos* encontramos então os vínculos entre identidade e projeto, entre razão e valor, entre concepção de mundo e ação sobre o mundo.

O peso específico da classe na definição do *éthos* de posição correspondente varia com a estrutura de classes e com a trajetória das classes em foco. Determinações classistas de primeira ordem, quando se examina um modo de produção ou uma forma social de produção, podem ficar ao fundo da cena quando as atenções se centram em uma dada sociedade ou conjuntura concreta, cabendo lembrar novamente os escritos de Marx sobre as Revoluções de 1848. Conflitos de natureza classista podem ganhar contornos adicionais acentuados em função de outros fatores, conferindo destaque a lutas nos campos cultural e simbólico.

Em segundo lugar, o efeito das predisposições incorporadas sobre a mobilização das classes conduz a um conjunto adicional de considerações e categorias de análise, às quais apenas aludiremos. Para tratar dessas questões, o ponto de partida deveria ser uma teoria da solidariedade social, dentro da qual se enquadre a solidariedade de classe – precisamente uma das lacunas dos desenvolvimentos marxistas centrados na *luta* de classes. Há várias formas e âmbitos de manifestação da solidariedade – familiar ou comunitária, filantrópica ou estatal (Gaiger, 2016, p. 88-134) – sendo o *éthos* de posição um propulsor ou, pelo contrário, um elemento inibidor de umas e outras. Entendê-lo requer superar o tom utilitarista corrente em teorias sobre a ação coletiva, que findam em explicá-la por motivações e posturas oportunistas, sem as devidas ponderações. Caberia então acentuar o papel decisivo dos vínculos sociais na formação de laços

de solidariedade (Gaiger, 2016), segundo uma perspectiva sociológica relacional (Bajoit, 2015) e, a partir daí, examinar o grau de propensão das experiências de classe a forjar predisposições vinculantes.

Desse ponto de vista, pode-se dizer que, sob o capitalismo, as classes penam para manter ou irradiar interesses comuns em âmbitos não econômicos. Com a expansão da sociedade de mercado, cada vez mais dependemos da renda auferida nesse sistema de intercâmbio de mercadorias, dentre elas a que provém do trabalho, instituído em moldes competitivos e individualistas como *mercado* de trabalho. Essa supremacia do econômico, terreno da exploração e da conformação das classes, no entanto, produz efeitos contraditórios sobre a solidariedade de classe, uma vez que a esfera econômica se torna independente e passa a sobrepor-se às lógicas sociais, adquirindo força decisiva na conformação dos grupos de interesse. As classes trabalhadoras são compelidas, então, a lutar por questões como salário e condições de trabalho, enquanto ocorre uma desintegração dos vínculos sociais, o que redundará em óbices à formação de elos duráveis de solidariedade, economicamente desinteressados.

O economicismo das classes, que motivou objeções à abordagem marxista, não depende propriamente delas ou de uma tendência universal dos agrupamentos humanos, mas se explica em nossa época por uma circunstância histórica peculiar, na qual descuidar-se dos interesses econômicos finda por comprometer todos os demais. Se as pautas econômicas mobilizam as classes, também as cingem a esse âmbito, em detrimentos de solidariedades mais amplas e abrangentes, capazes de romper o círculo de ferro utilitarista de nossa época.

Luiz Inácio Gaiger é Doutor em Sociologia e Professor do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unisinos. ✉ gaiger@unisinos.br

Referências

1. BAJOIT, Guy. **La maison du sociologue**. Louvain-la-Neuve: L'Harmattan, 2015.
2. BERTONCELO, Edison. O espaço das classes sociais no Brasil. **Tempo Social**, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 73-104, 2016. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2016.110534>
3. BERTONCELO, Edison. As classes na teoria sociológica contemporânea. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, São Paulo, n. 67, p. 25-49, 2009.
4. BOITO Jr., Armando; BERRINGER, Tatiana. Brasil: classes sociais, neodesenvolvimentismo e política externa nos governos Lula e Dilma. **Revista de Sociologia Política**, Curitiba, v. 21, n. 47, p. 31-38, 2013. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000300004>
5. BOTTOMORE, Thomas (Ed.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
6. BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas**. Sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
7. BOURDIEU, Pierre. La société traditionnelle. Attitude à l'égard du temps et conduite économique. **Sociologie du Travail**, n. 1, p. 24-44, 1963.
8. DOIMO, Ana. **A vez e a voz do popular**. Movimentos sociais e participação política no Brasil pós-70. Rio de Janeiro: Relume-Dumará/ANPOCS, 1995.
9. DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
10. DURAND-SEBAG, Joyce. Stratification et classe sociales. In: DURAND, Jean-Pierre; WEIL, Robert (Eds.). **Sociologie Contemporaine**. Paris: Vigot, 1989. p. 257-274.
11. FERRAZ, Sérgio. Voto e classe: notas sobre alguns estudos recentes. **Opinião Pública**, v. 15, n. 2, p. 451-477, 2009. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-62762009000200007>
12. GAIGER, Luiz. Ethos de posição e vida cotidiana. **Estudos Leopoldenses**, v. 33, n. 151, p. 69-94, 1997.
13. GAIGER, Luiz. A economia solidária diante do modo de produção capitalista. **Caderno CRH**, v. 39, p. 181-211, 2003.
14. GAIGER, Luiz. **A descoberta dos vínculos sociais**. Os fundamentos da solidariedade. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2016.
15. GIANNOTTI, José. Notas sobre a categoria "modo de produção" para uso e abuso dos sociólogos. **Estudos CEBRAP**, n. 17, p. 161-168, 1976.
16. GODELIER, Maurice. D'un mode de production à l'autre : théorie de la transition. **Recherches Sociologiques**, v. 12, n. 2, p. 161-93, 1981.

17. GORENDER, Jacob. **Marxismo sem utopia**. São Paulo: Ática, 1999.
18. GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1978.
19. GUIMARÃES, Antônio. Classes sociais. In: MICELI, Sérgio (Org.). **O que ler na ciência social brasileira**. São Paulo: Sumaré, p. 13-54, 1999. (v. 2).
20. GUIMARÃES, Antônio. Classes, interesses e exploração: comentários a um debate anglo-americano. **Boletim Informativo e Bibliográfico de Ciências Sociais**, n. 31, p. 49-66, 1991.
21. GUIMARÃES, Sônia. Faz sentido falar em classes sociais? **Cadernos de Sociologia** (Número Especial), n. 4, p. 85-92, 1993.
22. HADDAD, Fernando. Trabalho e classes sociais. **Tempo Social**, v. 9, n. 2, p. 97-124, 1997. <https://doi.org/10.1590/ts.v9i2.86692>
23. HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
24. LALIVE d'ÉPINAY, Christian et al. **Vieillesse**. Situations, itinéraires et modes de vie des personnes âgées aujourd'hui. Saint-Saphorin: Georgi, 1984.
25. LAREAU, Annette. A desigualdade invisível: o papel da classe social na criação dos filhos em famílias negras e brancas. **Educação em Revista**, n. 46, p. 13-82, 2007. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982007000200002>
26. MARX, Karl. **O capital** (Crítica da economia política). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974 [1890-1894]. (Livro 3, v. 6).
27. MOSCOVICI, Serge. **Psicologia das minorias ativas**. Petrópolis: Vozes, 2011.
28. OLIVEIRA, Francisco. **O elo perdido: classe e identidade de classe**. São Paulo: Brasiliense, 1987.
29. PRZEWORSKI, Adam. From proletariat into a class: The process of class formation from Karl Kaustki's "The Class Struggle" to recent controversies. **Politics and Society**, v. 7, n. 4, p. 343-371, 1977.
30. REMY, Jean; VOYE, Liliane; SERVAIS, Émile. **Produire ou reproduire ?** Une sociologie de la vie quotidienne. Bruxelas: Vie Ouvrière, 1978.
31. SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena** – experiências e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-1980. São Paulo: Paz e Terra, 1988.
32. SADER, Eder; PAOLI, Maria. Sobre "classes populares" no pensamento sociológico brasileiro. In: CARDOSO, Ruth (Org.). **A aventura antropológica**. Teoria e pesquisa. São Paulo: Paz e Terra, 1986. p. 39-67.
33. SANTOS, Boaventura de S. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 63, p. 237-280, 2002.
34. SANTOS, Theotonio. **O conceito de classes sociais**. Petrópolis: Vozes, 1982.

35. SASSEN, Saskia. **Expulsions: Brutality and Complexity in the Global Economy**. Harvard: Harvard University Press, 2014.
36. SHANIN, Theodor. A definição de camponês: conceituações e desconceituações; o velho e o novo numa discussão marxista. **Estudos CEBRAP**, n. 26, p. 44-80, 1980.
37. SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo (Orgs.). **Uma revolução no cotidiana?** Os movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.
38. SILVEIRA, Paulo; DORAY, Bertrand (Orgs.). **Elementos para uma teoria marxista da subjetividade**. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 1989.
39. THERBORN, Göran. Desigualdade global: o retorno da classe. **Diálogo Global**, v. 2, n. 1, p. 3-5, 2011.
40. VIANA, Nildo. **A teoria das classes sociais em Karl Marx**. Lisboa: Editora Chiado, 2018.
41. WRIGHT, Eric. **Comprender las clases sociales**. Madrid: Ediciones Akal (e-book), 2018.
42. WRIGHT, Eric. Análise de classes. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 17, p. 121-163, 2015. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151705>

Recebido em: 4 jul. 2020

Aceito em: 10 dez. 2020

A caminho do Araguaia: três trajetórias militantes

Rafaela N. Pannain* 

Resumo

Este artigo analisa as trajetórias militantes de Maurício Grabois, Elza Monnerat e João Amazonas, membros do Partido Comunista do Brasil enviados à região do Araguaia para organizar um movimento armado contra a ditadura civil-militar instaurada com o golpe de 1964. O objetivo é apreender o processo de construção do sentido de um engajamento político que implicava em alto risco para os militantes. Em diálogo com a literatura sobre movimentos sociais, são analisadas a disponibilidade biográfica dos agentes, sua identificação ideológica com o movimento, suas redes sociais e o impacto da repressão estatal. Mais velhos do que a média da esquerda armada do período, esses militantes compartilhavam uma longa trajetória no partido comunista, durante a qual as predisposições criadas com a socialização militante foram corroboradas por mudanças no contexto político nacional e internacional, experiências coletivas e individuais de perseguição, clandestinidade, prisão e pelas mudanças ocorridas no interior da sua organização.[♦]

Palavras-chave: trajetória militante, ditadura civil-militar, Guerrilha do Araguaia, comunismo.

* Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, São Paulo, SP, Brasil.

[♦] Esta pesquisa foi realizada com financiamento da Fundação de Amparo Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), processos nº 2015/21242-8 e nº 2017/12061-5. Agradeço a Angela Alonso, Sérgio Costa e Caio Vasconcellos pelos comentários às versões preliminares e aos pareceristas anônimos da revista Sociologias.

On the way to Araguaia: three militant paths

Abstract

This article presents the militant trajectories of Maurício Grabois, Elza Monnerat, and João Amazonas, members of the Communist Party of Brazil sent to the Araguaia region to organize an armed movement against the Brazilian civil-military dictatorship established with the 1964 coup. I aim to shed light on the construction of a high-risk militant engagement. Drawing on the literature on social movements, these trajectories are presented observing the agents' biographical availability, their ideological identification to the movement, their social networks, and the role of state repression. These militants were older than most Brazilians who joined the armed left. During their long paths as militants for the communist party, the predisposition created by their militant socialization was corroborated by national and international political events, the collective and personal experiences of persecution, prison, living underground, and the changes in their organization.

Keywords: militant paths, civil-military dictatorship, Araguaia guerrilla movement, communism.

Introdução

Organizada pelo Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Guerrilha do Araguaia foi um movimento armado contra a ditadura civil-militar inaugurada pelo golpe de 1964. Entre 1966, quando o primeiro militante chegou à região do Bico do Papagaio, e abril de 1972, momento em que é lançada a ofensiva militar contra os guerrilheiros, 78 militantes comunistas foram enviados pelo partido à região onde seria formada a guerrilha. Já a repressão contou com “cerca de 7.200 homens, entre militares, policiais e mateiros” (Morais; Silva, 2011, p. 236).

O empenho da ditadura na eliminação do movimento e de guerrilheiros e guerrilheiras – em grande parte, assassinados sob custódia dos militares – indica a preocupação dos defensores do regime com o movimento organizado pelo PCdoB na Amazônia brasileira e a importância desse evento político. Com efeito, a guerrilha rural estava no horizonte de grande

parte das organizações que recorreram ao enfrentamento armado contra a ditadura. Para as diferentes organizações que compunham a “esquerda armada”, a guerrilha urbana deveria financiar uma guerrilha rural, esta sim com maiores possibilidades de sucesso naquele contexto (Ridenti, 2010). Com uma estratégia diferente, já que optara por não criar núcleos guerrilheiros urbanos, o PCdoB foi aquele que chegaria mais perto da criação de um movimento armado no campo no Brasil.

Em diálogo com a literatura sobre movimentos sociais, reconstruo neste artigo três trajetórias de militantes do PCdoB engajados na preparação da Guerrilha do Araguaia. O objetivo é apreender o processo de construção do sentido de um engajamento político que implicava em alto risco para os militantes (McAdam, 1986). Não pretendo revisitar a discussão acerca dos eventuais erros e acertos contidos nas leituras de organizações da esquerda brasileira que defendiam a viabilidade da luta armada naquele contexto (Gorender, 1987; Reis Filho, 1990), mas abordar as condições que tornaram possível o trabalho de construção de identidades militantes, de interpretação do contexto político e de identificação com uma forma específica de ação política, qual seja, a luta armada contra uma ditadura.

Partindo de trabalhos sobre engajamento de alto risco, busco lançar nova luz sobre o engajamento de militantes nas guerrilhas contra a ditadura civil-militar brasileira. Militantes de longa data, Elza Monnerat tinha 54 anos, Maurício Grabois e João Amazonas, 55, quando chegaram à região da guerrilha. A escolha de agentes com uma longa história de militância comunista é de especial interesse, pois trata de um tipo de trajetória pouco presente no imaginário social e nas pesquisas sobre aqueles que enfrentaram a ditadura. Além de iluminarem a existência de diferentes trajetórias geracionais, essas histórias de vida indicam distintos contextos históricos e eventos políticos que contribuíram para a construção do sentido da luta armada, visto que trajetórias militantes são atravessadas e construídas em diálogo com as histórias nacionais, da sua organização e de eventos ocorridos em diferentes partes do mundo.

A primeira parte deste artigo aborda, então, o debate sobre carreiras e trajetórias militantes presente na literatura sobre movimentos sociais, com especial interesse para aspectos destacados em estudos acerca de movimentos que podem ser considerados de alto risco. Em seguida, concentro-me no objetivo principal do artigo, a reconstrução das trajetórias militantes atenta ao debate proposto pela literatura apresentada. Finalmente, destaco características comuns das trajetórias de longa militância no comunismo que levaram ao Araguaia, apontando algumas especificidades presentes na trajetória de Elza Monnerat, única mulher dentre os seis militantes da “primeira geração” do PCdoB deslocada para a região da guerrilha.

Trajetoórias e carreiras militantes

Adoto aqui o termo trajetória militante em diálogo com a noção de carreira   qual recorrem pesquisadores dos movimentos sociais para explicar o engajamento e o desengajamento de ativistas. O conceito de carreira “nos permite focar no processo e na dialética permanente entre história individual, instituições sociais e, de forma mais geral, contexto”, explica Fillieule (2010, p. 4).¹ Por um lado, adota-se uma perspectiva diacr nica que leva em conta as mudanças nas identidades e seus mecanismos sociais e, por outro, a partir de uma perspectiva sincr nica, são analisados os mundos e submundos sociais múltiplos nos quais os atores estão inseridos. Fillieule explica:

Quando aplicada ao engajamento político, a noção de carreira nos permite entender como, em cada estágio biográfico, as atitudes e comportamentos dos ativistas são determinados por atitudes e comportamentos anteriores, que condicionam o leque de possibilidades futuras, situando, dessa forma, o engajamento no ciclo de vida completo (Fillieule, 2010, p. 11).

Com uma leitura similar, Agrikoliansky (2001) define carreiras como itinerários objetivos que se traduzem em subjetivações que guiam a a  o. A trajetória militante não deve ser considerada como “o fruto de uma

¹ Todas as traduções dos textos originais foram feitas por mim.

estratégia preestabelecida, mas como o resultado de uma série de ajustes” (Agrikoliansky, p. 34), e o seu sentido deve ser entendido dentro das possibilidades de trajetórias existentes no campo. A propensão a determinado engajamento (ou tipo de engajamento) indica uma trajetória singular ao longo da qual se construiu progressivamente a justificativa desse tipo de ação.

Embora apresente uma definição de carreira militante, Agrikoliansky recorre de forma similar ao termo “trajetória”. O uso combinado dos dois termos é reivindicado por Julie Pagis (2009), explicitamente, e implicitamente por Fillieule *et al.* (2018), em trabalhos que observam os eventos de 1968 na França a partir de sua inserção no tempo longo das trajetórias individuais. Usar histórias de vida implica ter em conta “o desencadeamento dos processos observados (temporalidade das idades, dos contextos e das arenas de interação) e interessar-se pela multiplicidade das esferas da vida (trabalho, família, atividades sociais, militância etc.) de forma interdependente”, advertem Fillieule *et al.* (2018, p. 26).

Pagis adota o termo “trajetória” ao se debruçar nos “encontros entre *habitus* e evento”, atenta à “sociogênese de disposições contestadoras e das modalidades e configurações sócio-históricas nas quais elas se atualizam”, ao papel do evento como “elemento fundador” de uma socialização durável e às consequências da militância na biografia dos atores (Pagis, 2009, p. 31). Para entender a militância, a autora defende a necessidade de se ter em conta os “efeitos do ciclo de vida” (ligados à idade e à posição nesse ciclo), os “efeitos de coorte” (contexto socio-histórico e cultural comum no qual crescem agentes com uma mesma idade) e os “efeitos de período” (incidentes de uma conjuntura ou um evento histórico). Esses efeitos aliados criam uma unidade geracional, explica.

Ao lançar luz sobre a existência de diferentes famílias de trajetórias que participam dos eventos, sem compartilhar “nem os mesmos referentes políticos, teóricos e intelectuais, nem a mesma ‘memória coletiva’, nem os mesmos interesses e reivindicações políticas”, Pagis (2009, p. 35) nos ajuda a explicar a especificidade de trajetórias militantes com uma longa

militância no comunismo, quando comparadas àquelas de jovens militantes da esquerda armada durante a ditadura civil-militar brasileira.

Em diálogo com Viterna (2006), Bosi e Della Porta (2012) e seus tipos ideais de caminhos para o engajamento em organizações armadas, retomo na reconstrução das trajetórias dos militantes do PCdoB diferentes variáveis avançadas pela literatura sobre engajamento de alto risco, onde os riscos são entendidos como “perigos antecipados – seja legal, social, físico, financeiro etc. – do engajamento em um tipo particular de atividade” (McAdam, 1986, p. 67). Deste modo, a análise estará atenta à influência da disponibilidade biográfica dos agentes, definida como “a ausência de restrições que podem aumentar os custos e os riscos da participação no movimento, como trabalho a tempo integral, casamento e responsabilidades familiares” (McAdam, 1986, p. 70).

Desde que McAdam (1986) elaborou a hipótese da centralidade da disponibilidade biográfica para a passagem de um ativismo de baixo risco a outro de alto risco, houve um profícuo debate em torno dessa hipótese. Aqui, a contribuição de Viterna (2006) é de especial interesse. Seus achados corroboram aqueles de McAdam acerca do impacto das barreiras biográficas para o ativismo de alto risco e alto custo, ressaltando, contudo, a possibilidade de sua superação. A autora indica como a análise da disponibilidade biográfica deve vir associada ao papel do contexto político, especialmente da repressão estatal, e à inserção em redes sociais.

A atenção dada às redes sociais por Viterna (2006) está igualmente presente em uma vasta bibliografia dedicada ao engajamento de alto risco. É o caso do estudo de Della Porta acerca dos movimentos da esquerda libertária na Itália e na Alemanha, nas décadas de 1960 e 1970, sobre os quais a autora afirma que “a escolha de se engajar em uma organização radical era raramente uma escolha individual” (Della Porta, 1995, p. 167).

O impacto das redes organizacionais, das redes pessoais e dos laços fortes entre os agentes para este tipo de engajamento e sua manutenção aparece com destaque em McAdam (1986), Della Porta (1995) e Salgado (2015). McAdam e Paulsen (1993) argumentam que o processo de recrutamento

deve criar uma relação positiva entre a organização e a identidade saliente do indivíduo.² Por um lado, essa associação deve ser confirmada pelas pessoas com quem o indivíduo mantém laços que sustentam a identidade em questão, e, por outro, não deve haver forte oposição de pessoas às quais suas outras identidades salientes estão relacionadas. Assim, além da existência de um laço forte prévio com outros voluntários – apontada por McAdam (1986) como melhor indicador para o ativismo de alto risco – McAdam e Paulsen (1993) incluem novos laços na análise, ao considerar a oposição ou apoio recebido por militantes de seus pais e amigos, grupos religiosos e seus representantes, e organizações de direitos civis.

A necessidade de se ter em conta a relação entre diferentes redes foi igualmente apontada por Gould (1991). Ao focar na relação entre os laços sociais criados na organização e as redes preexistentes, o autor sublinha a importância dos laços preexistentes para o recrutamento – como apresentado por McAdam (1986) e Della Porta (1995) – mas também para a manutenção da mobilização. Em Gould, como em Della Porta, a solidariedade como produto dos laços sociais é um elemento-chave. Já Bosi e Della Porta (2012) chamam a atenção para o fato de os efeitos das redes sociais variarem em função do tipo de rede e sua relação com as motivações dos agentes e o momento do engajamento, lançando luz sobre dois fatores centrais na reconstituição das trajetórias dos militantes do PCdoB apresentadas neste artigo, a saber, a construção do sentido da luta armada para os agentes e o impacto da repressão política nas suas militâncias.

Se Fillieule *et al.* (2018) advertem sobre a necessidade de estudos de trajetórias militantes levarem a sério as forças das ideologias dominantes, McAdam (1986) e Della Porta (1995) afirmam que uma forte identificação

² O conceito de *identity salience*, emprestado de Sheldon Stryker, indica que “a saliência de uma identidade particular é uma atribuição do comprometimento do indivíduo com ela” (McAdam; Paulsen, 1993, p. 646).

pessoal com o movimento é fundamental para o engajamento de alto risco.³ E a construção do sentido da mobilização para os agentes tem relação direta com o papel das redes sociais na sua socialização política, seja ela primária – ou seja, no núcleo familiar – ou por meio de laços pessoais e organizacionais que o agente tecerá ao longo da vida. A socialização ideológica é fundamental na passagem do ativismo de baixo risco àquele de alto risco. Nesse processo, novas identidades coletivas são elaboradas e uma identidade militante é construída.

A repressão estatal tem destaque nos estudos sobre engajamento de alto risco. Para Viterna (2006), por exemplo, ela aparece como uma explicação central para o ingresso na guerrilha salvadorenha em duas das três trajetórias típicas observadas, enquanto na terceira, embora as futuras militantes se encontrassem em um local seguro, algumas explicam seu engajamento como uma resposta ao assassinato de algum parente pelas forças do governo. Na análise de Della Porta (1995), a radicalização da militância na Alemanha e na Itália e seu caminho para a clandestinidade são explicados, em grande medida, como resultado da repressão estatal a diferentes organizações sociais legais e seus militantes, criminalizando o protesto.

Como veremos nas trajetórias apresentadas a seguir, para além do impacto objetivo da repressão, a interpretação que os agentes fazem de eventos repressivos estatais é fortemente influenciada por sua socialização prévia (Bosi; Della Porta, 2012) e por uma interpretação coletiva elaborada pelas organizações sociais (Almeida, 2005).

³ Para movimentos de massa, como movimento guerrilheiro em El Salvador estudado por Viterna (2006), em fases avançadas da luta armada, quando essa já envolve uma parte importante da população do país, é possível observar, como demonstra a autora, um engajamento que independe da identificação com o movimento e que responde a uma imposição do contexto político.

A longa militância comunista

O partido, a Aliança Nacional Libertadora e os governos de Getúlio Vargas

Maurício Grabois e Elza Monnerat estiveram entre os primeiros militantes do Partido Comunista do Brasil a se dirigirem à região do Bico do Papagaio, em dezembro de 1967. Em julho do ano seguinte, chegou João Amazonas para compor a comissão militar do movimento armado, ao lado de Angelo Arroyo e Grabois, o comandante.

Maurício Grabois cresceu em Salvador, seus pais ucranianos imigraram para o Brasil no início do século XX, fugindo da perseguição antisemita.⁴ Em 1932, ainda jovem, Grabois se filiou ao partido comunista. É provável que a aproximação com o partido se tenha dado durante sua breve passagem pela Escola Militar de Realengo, em 1931, tendo em vista a influência dos comunistas em determinados setores militares naquele momento. Expulso da escola militar, passou a se dedicar exclusivamente às atividades do partido, assumindo em pouco tempo a direção do setor de comunicação da Federação da Juventude Comunista.

Um ano após sua entrada no partido, Grabois foi detido em um protesto; seria a primeira de muitas prisões. E, em 1934, quando conflitos internos levaram à reorganização do partido, o jovem militante assumiu seu primeiro cargo de responsabilidade ao ser eleito para direção estadual no Rio de Janeiro.

João Amazonas nasceu em 1912, em Belém, em uma numerosa família sem tradição de militância.⁵ Amazonas começou a trabalhar aos dez anos

⁴ Para a reconstituição da trajetória de Maurício Grabois foram consultadas as biografias escritas por Victória Lavínia Grabois (2012), filha do militante, e por Osvaldo Bertolino (2012), pesquisador da Fundação Maurício Grabois, do PCdoB, além de documentos escritos pelo próprio Grabois e informações de Victória Grabois em entrevista realizada com a autora em outubro de 2016, no Rio de Janeiro.

⁵ A reconstituição da trajetória de João Amazonas se baseia principalmente na biografia do militante comunista escrita por Augusto Buonicore (2012). Foram igualmente consultados documentos redigidos por Amazonas.

de idade e, estudando à noite, formou-se em contabilidade. Com a morte dos pais, as irmãs mais velhas assumiram os cuidados dos pequenos, e Amazonas, o filho homem mais velho e então com dezessete anos, tornou-se responsável pela manutenção financeira da família. Trabalharia por nove anos em um cargo administrativo na Fábrica Palmeira, a mesma empresa na qual seu pai trabalhara como padeiro.

A notícia sobre um encontro da Aliança Nacional Libertadora (ANL), publicada em um jornal, levou Amazonas até o PCB, em 1935. A ANL nascera naquele ano a partir da união de forças antifascistas, dentre elas o partido comunista. Amazonas montaria uma célula do PCB na Fábrica Palmeira e, mais tarde, um sindicato. Sua militância o levou à prisão pela primeira vez já em 1935 e, naquele mesmo ano, passou a compor a direção estadual do PCB no Pará.

O governo Vargas perseguia comunistas, aliancistas e antifascistas (Prestes, 2005). Com a declaração da ilegalidade da ANL, apenas três meses após a sua fundação, os comunistas se radicalizaram. No PCB, acreditava-se ser possível desencadear, ao lado dos levantes militares, diferentes focos guerrilheiros rurais que derrubariam Getúlio Vargas (Santos, 2009, p. 411). A tentativa de insurreição em novembro de 1935, comandada pela ANL, foi reprimida, e os comunistas perseguidos. O PCB foi cassado e militantes comunistas torturados. Amazonas foi detido e passaria mais de um ano na prisão até ser julgado e absolvido por falta de provas. A partir da derrota da ANL, Maurício Grabois viveria clandestinamente pelo resto de sua vida, com a exceção dos breves períodos de 1945 a 1947 e 1956 a 1964.

A violência contra os comunistas se intensificou com a ditadura do Estado Novo. Como muitos militantes, Grabois foi preso em 1939 e, de novo, em 1941, quando passou 15 meses encarcerado. No intervalo entre as prisões, trabalhou na empresa Panair do Brasil, emprego que deixaria uma vez convocado para reorganizar o jornal do partido *A Classe Operária*, em São Paulo. Em 1941, foi enviado pelo PCB para Belo Horizonte.

João Amazonas também foi empurrado para a clandestinidade. Responsável por editar material do partido, foi preso em setembro de 1940.

Em agosto do ano seguinte, fugiu da prisão, chegando ao Rio de Janeiro depois de um longo trajeto pelo interior do país. Amazonas encontrou trabalho na capital como auxiliar de contabilidade para, em seguida, também ser enviado a Belo Horizonte para ajudar na reorganização local do partido. Em Minas Gerais, trabalhou em uma fábrica de móveis e se filiou ao Sindicato dos Comerciantes. Em 1943, seria enviado pelo PCB para o Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e Bahia.

Ao sair da prisão, Grabois participou da reorganização nacional do PCB ao lado de Amazonas, Pedro Pomar e outros. No contexto da Segunda Guerra Mundial, defendiam a união nacional em torno de Vargas. Na II Conferência Nacional do PCB, realizada em agosto de 1943, conhecida como Conferência da Mantiqueira, a corrente de Grabois e Amazonas sairia vitoriosa, e eles assumiriam os cargos de secretário de divulgação e propaganda da Comissão Executiva do Partido e de secretário sindical, respectivamente.

Grabois se tornou também diretor da revista mensal *Continental*. Com efeito, ao longo de toda sua trajetória militante, Grabois se dedicou à escrita de artigos e à edição de periódicos de circulação entre comunistas; fato que o colocou no centro dos debates sobre a orientação política e os programas do partido. Em 1943, nasceu a primeira filha de Grabois, Victória. No ano seguinte, Grabois seria preso em duas ocasiões.

A legalidade e a Constituinte

Em 1945, com o fim da ditadura do Estado Novo, o Partido Comunista foi legalizado e, nas eleições de dezembro, elegeu quatorze deputados federais e Prestes como senador. Elza Monnerat entrou no PCB naquele ano, quando milhares de pessoas se filiaram ao partido. Ela crescera no interior do Estado do Rio de Janeiro, filha de um pequeno produtor.⁶ Como filha mulher mais velha, era responsável por ajudar nas atividades da casa e, mais tarde, passou a contribuir com seu salário de professora para a

⁶ As informações aqui apresentadas sobre Elza Monnerat estão em sua biografia, escrita por Verônica Bercht (2013), que inclui o diário que Elza escreveu durante os anos em que esteve presa (1976-1979).

manutenção da família, cuja renda foi fortemente afetada pela morte do pai. Mudou-se para Niterói para terminar os estudos, dava aulas de manhã e à tarde e, à noite, estudava.

Em 1938, Monnerat foi aprovada no concurso público para o Instituto de Aposentadoria e Pensão dos Industriários. O novo trabalho lhe proporcionaria uma situação financeira mais cômoda e um espaço para atuação política. Naquele momento, considerava-se “prestista”. Foi na campanha pela anistia aos presos políticos do Estado Novo, em 1945, que conheceu os militantes que a levaram ao partido. Monnerat foi então uma das responsáveis por organizar a célula comunista em seu trabalho. Era membro do Comitê de Mulheres Pró-Democracia e, nas eleições de dezembro de 1945, participou das campanhas de Prestes, Grabois e Amazonas. Não obstante seu grande engajamento, a militante não falava nas reuniões do partido porque, segundo ela, “tinha um medo doido de dizer qualquer coisa que parecesse trotskista”; avaliava, assim, ter direito a voto, mas não a voz (Bercht, 2013, p. 77).

Amazonas e Grabois foram eleitos pelo PCB em 1945, e o último se tornou líder da bancada comunista na Constituinte. Aquele foi também o ano do nascimento de André Grabois, segundo filho de Maurício e Alzira que, em função da perseguição política sofrida, seriam privados do convívio diário com seus filhos durante grande parte de suas vidas.

A repressão estatal e a mudança na estratégia do partido

O PCB crescia quando foram cassados, em 1947, seu registro e, em 1948, os mandatos de seus representantes no Congresso Nacional. O Presidente da República era Eurico Gaspar Dutra. Em discurso na Câmara de Deputados, Grabois (1948) denunciava “a luta descarada e direta contra a democracia”, liderada pelo “ditador, que podemos qualificar de fascista, homem idêntico a Morinigo, Trujillo e Franco”.

No dia seguinte à cassação, Grabois foi preso. Ao ser liberado, entrou mais uma vez na clandestinidade. O ex-deputado continuou escrevendo na

imprensa comunista. Ao tratar das limitações do trabalho do partido com as massas no campo, Grabois indicava o desconhecimento, por parte dos comunistas, dos problemas do campesinato, e a ausência de quadros do partido entre os camponeses “adaptando-se aos seus costumes e hábitos, adquirindo a sua confiança, falando-lhes a sua linguagem, sentindo aquilo que mais lhes interessa, levantando suas reivindicações imediatas, organizando-os e levando-os para as lutas” (Grabois, 1949). Esse diagnóstico estaria, anos mais tarde, no centro da estratégia do movimento guerrilheiro comandado por Grabois no norte do Brasil.

As décadas de 1940 e 1950 representaram um período relevante de organização do campesinato, com a formação das ligas camponesas e a radicalização da luta pela terra em diferentes regiões do país. Nesse período, o PCB participou de diferentes conflitos envolvendo o campesinato. No entanto, seria apenas no final da década de 1940 que os documentos do partido passariam a indicar de forma mais incisiva a necessidade de uma intervenção mais sistemática no campo. Em 1949, Grabois elaboraria as diretrizes políticas para o campo (Priori, 2003, p. 64).

Amazonas viajou a Praga para o IX Congresso do Partido Comunista da Tchecoslováquia em 1949. Durante a clandestinidade em São Paulo, Amazonas foi morar junto com a companheira, Ediria Carneiro, militante do partido, que conhecera poucos anos antes, quando ela trabalhava com Grabois como ilustradora no jornal *A Classe Operária*.

Por não ser dirigente do partido, Elza Monnerat não precisou entrar para a clandestinidade. Passou a atuar, com outros colegas do trabalho, na reorganização do Comitê Distrital do Centro do Distrito Federal, fechado com a cassação do partido. Monnerat integrou a Comissão de Finanças do comitê regional do Rio de Janeiro e, em 1949, no aniversário de setenta anos de Stalin, Elza – praticante de montanhismo e membro do Centro Excursionista Brasileiro – escalou o Morro Dois Irmãos com um grupo de montanhistas membros e simpatizantes do partido para pichar o nome do líder soviético.

O “Manifesto de Agosto de 1950” viria apresentar um programa político de ruptura com as estratégias do partido. Sobre ele, Grabois escreveria:

O programa do manifesto de Prestes é um programa político preciso que deixa claro para as massas o único caminho que lhes resta para solucionar os seus problemas fundamentais — o caminho revolucionário — pois estabelece a completa independência nacional e amplas medidas democráticas que uma vez postas em prática serão capazes de assegurar a independência política e econômica do país (Grabois, 1950).

O objetivo central do programa seria, segundo Grabois, “a derrubada da atual ditadura feudal burguesa, serviço do imperialismo, e sua substituição por um governo revolucionário”, que fosse “democrático popular”, “emanado diretamente do povo e legítimo representante do bloco de todas as classes e camadas sociais”, “onde o proletariado seja a força dirigente”. Grabois observava a existência de “condições objetivas [internas e externas] para a rápida vitória do Programa”. Para tanto, os comunistas deveriam levar o programa às massas, “dirigindo-as e orientando-as” (Grabois, 1950).

Enquanto o partido radicalizava sua linha política, em outubro 1950, ordens de prisão foram emitidas contra militantes comunistas, dentre eles, Grabois e Amazonas. Em dezembro, Vargas foi eleito presidente da República.

Naquele ano, nasceu a primeira filha de João Amazonas e Ediria Carneiro e, em 1953, o segundo filho. Poucos meses depois do nascimento de João Carlos, Amazonas viajou para a União Soviética, onde passaria dois anos. A Ediria, caberia cuidar dos filhos. Durante a ausência de Amazonas, Ediria se tornaria professora do curso Stalin ministrado pelo partido, cargo que deixaria depois, por exigência de Amazonas. Além da passagem pela URSS, seu período de clandestinidade foi marcado por intensa atividade política.

Em agosto de 1954, Café Filho assumiu a presidência após a morte de Vargas. Embora o IV Congresso, realizado em novembro daquele ano, tenha ratificado a linha política do Manifesto de Agosto e continuasse defendendo a derrubada do governo, o suicídio de Vargas mudou o cenário político nacional.

A ruptura

Em 1956, Grabois chefiou a delegação brasileira que participou do XX Congresso do Partido Comunista (PCUS) na União Soviética. Lá ficaria até o final do ano seguinte, estudando na Universidade de Moscou. Em janeiro daquele ano, Juscelino Kubitschek assumira a presidência do Brasil. Foi um período de maiores liberdades para os comunistas; embora o partido continuasse proibido, seus dirigentes deixaram a clandestinidade. A candidatura de JK havia sido apoiada pelo PCB, e João Amazonas se reuniu pessoalmente com o então candidato para negociar o apoio. Não obstante a formulação de críticas às políticas internas e externas do novo governo, o PCB apoiava sua política de desenvolvimento do capitalismo nacional, ainda entendido como etapa necessária da revolução brasileira (Priori, 2003, p. 116).

Após as denúncias de Nikita Khrushchov sobre os crimes de Stalin contra seus opositores e a crítica ao culto à personalidade no XX Congresso do PCUS de 1956, Amazonas viajou mais uma vez para a União Soviética. Enquanto esteve fora, nasceu sua terceira filha.

Com a Declaração de Março de 1958, o PCB fez uma crítica às suas posições “esquerdistas” do início da década. A opção pela via pacífica seria confirmada no V Congresso do partido realizado em 1960. Grabois, Amazonas e outros membros do Comitê Central divergiam da nova posição do partido. Em *Duas concepções, duas orientações políticas*, Grabois afirmava que a Declaração de Março de 1958 “defende uma linha oportunista de direita” e “embeleza o capitalismo”. Trata-se de um documento fundamental para entender a subsequente ruptura na cúpula do PCB, que levará à formação do PCdoB, e também para iluminar as concepções políticas levadas adiante pelo futuro comandante da Guerrilha do Araguaia. Grabois afirmava então:

Embora, na presente situação do mundo, se deva ter em conta a viabilidade do caminho pacífico, não se pode, nas condições brasileiras, torná-lo absoluto. Os comunistas preferem este caminho. Mas cometeriam grave erro se nele

apoiassem toda a sua atuação porque nada ainda tem comprovado que o caminho da revolução brasileira é o caminho pacífico. A experiência passada e recente dos países da América Latina mostra que não foi pacífico o caminho para derrubar as ditaduras (Grabois, 1983[1960]).

Em 1961, a chamada Carta dos 100, criticando os rumos recentes do partido, levou à expulsão de seus principais signatários. Naquele ano, como estratégia para a sua legalização, o Partido Comunista do Brasil passou a se chamar Partido Comunista Brasileiro. O nome original foi adotado pelo grupo dissidente na fundação do PCdoB em fevereiro de 1962. Elza Monnerat, Maurício Grabois e João Amazonas foram eleitos para o Comitê Central do PCdoB. Os dois primeiros trabalharam no jornal *A Classe Operária*, periódico que vinha sendo publicado de forma intermitente pelo PCB desde 1925 e que foi assumido pelo PCdoB. Grabois era o diretor, e Monnerat, revisora; divisão de tarefas bastante representativa da divisão sexual do trabalho naquela geração de militantes.

Embora os partidos comunistas não desfrutassem de legalidade plena, pois impedidos de disputar eleições, seus militantes puderam deixar a clandestinidade. Após a ruptura com o PCB, dirigentes do PCdoB viajaram à Rússia em busca de apoio. Em maio de 1962, Grabois e Amazonas viajaram a Cuba. E, em março de 1963, Amazonas foi recebido na China por Mao Tsé-Tung.

Entre 1962 e o golpe de estado em 1964, o PCdoB se mostrava crítico ao alcance das reformas propostas por João Goulart e ao próprio governo, que ambicionava derrubar. Críticas que aumentaram em intensidade com a volta ao regime presidencialista, após o referendo para o qual o partido defendeu a abstenção dos eleitores (Sales, 2001).

O golpe de 1964 e a Guerrilha do Araguaia

Após a concretização do golpe em 1964, “a esquerda brasileira converteu-se, em pouco tempo, num mosaico de dezenas de pequenas

organizações políticas” (Ridenti, 2014, p. 33), muitas das quais aderiram à luta armada.

Com a violenta perseguição contra comunistas e militantes de organizações sociais desde os primeiros dias do golpe, os que conseguiram escapar caíram na clandestinidade. Foi o caso de Maurício Grabois e João Amazonas. O primeiro se refugiou na casa de Elza Monnerat, que passou a alugar imóveis para esconder os dirigentes do partido. Em julho de 1964, Grabois, sua família e Amazonas foram morar juntos em São Paulo. Em 1965, Monnerat viajou para a China, mas seu pedido de emissão do passaporte chamou a atenção de autoridades policiais, que encontraram informações sobre sua militância nas décadas anteriores. Em 1966, perseguida e obrigada a deixar o emprego, a militante acabou também empurrada para a clandestinidade.

O golpe foi avaliado pelo PCdoB como um sinal de fraqueza das classes dominantes e da ingerência do governo dos Estados Unidos; o Comitê Central percebia, a partir de então, condições mais favoráveis para o desencadeamento da luta armada (Pomar, 1980). Embora os planos para a implantação de guerrilhas existissem, e, antes de 1964, militantes do partido já estivessem sendo treinados na China, tratava-se de um projeto ainda embrionário. Apenas em 1966 o partido enviaria o primeiro militante para a região escolhida para a luta armada. Grabois e Monnerat chegariam em dezembro de 1967. Acompanharam Maurício seu filho André e seu genro Gilberto Olímpio Maria, casado com Victória, que, grávida, ficou clandestina com sua mãe Alzira em São Paulo.

Na avaliação do PCdoB, o isolamento da região do Bico do Papagaio e seu difícil acesso possibilitariam a organização da guerrilha sem despertar maiores suspeitas e serviriam de obstáculo para a ação das forças repressivas. A quase ausência de representantes do estado permitia que os militantes treinassem em segredo, e a exploração da população local – por grileiros, madeireiros e castanheiros – gerava tensões e conflitos que poderiam servir de combustível para a expansão da luta armada.

A estratégia de implantação na região adotada pelo partido favoreceu a aproximação de seus membros com a população local. Os militantes criaram laços com seus vizinhos, participando das atividades religiosas locais, dos mutirões e todos os tipos de interações cotidianas. Elza Monnerat apontou a importância dos ensinamentos da população da região:

Com os camponeses do Araguaia, aprendemos praticamente tudo que se referia à região onde passaríamos a viver: conhecemos cada tipo de fruta e sua época de maturação; os animais que comiam cada tipo de fruta ou coco e seus hábitos, como caçar, pescar; como carpir mato com o facão, fazer farinha, governar canoa, construir casas com cobertura e paredes de babaçu, ficar na espera etc.⁷

Enquanto os comunistas tocavam suas roças e pequenos comércios, realizavam igualmente treinamentos físicos e militares e aprendiam a sobreviver na floresta. A assistência médica que prestavam aos camponeses ainda é lembrada na região.

A guerrilha estava em preparação quando foi deflagrada pelo ataque das forças estatais em abril de 1972. Avisados pela população da chegada do exército, os guerrilheiros se embrenharam na mata. A ajuda dos camponeses com informação, abrigo e alimentação foi fundamental para a sobrevivência dos comunistas nas primeiras fases da luta armada (Campos Filho, 2012).

Iniciava-se um período de terror na região; a violência das forças da ditadura foi indiscriminada. Centenas de camponeses foram presos e torturados, suas casas e plantações foram queimadas. Indígenas Aikewara tiveram suas terras ocupadas pelos militares e foram obrigados, assim como alguns camponeses, a guiá-los pela mata. Todos esses crimes cometidos por agentes do estado deixaram marcas profundas na região e nos sobreviventes, e continuam impunes (Comissão Nacional da Verdade, 2014).

Em abril de 1972, Monnerat, que entrava e saía da região com frequência, dada sua função de apoio à guerrilha, voltava ao Pará quando

⁷ Entrevista realizada para a edição de 1996 do documento *Guerrilha do Araguaia. Uma epopeia pela liberdade*, publicado pela editora Anita Garibaldi.

descobriu o cerco militar. Conseguiu avisar Amazonas, que também estava a caminho da área.

Depois de três campanhas militares, a guerrilha foi totalmente derrotada. A Comissão Militar da guerrilha foi atacada no Natal de 1973, desde então, não se tem mais notícias sobre Maurício Grabois, que permanece desaparecido.

Além de Elza Monnerat e João Amazonas, sobreviveram apenas uns poucos militantes presos nas fases iniciais dos combates e dois que escaparam da região durante a última campanha militar; os demais foram assassinados – geralmente depois de detidos – e ainda estão desaparecidos.⁸

De volta a São Paulo, Monnerat continuaria a militar no PCdoB. Tinha um papel fundamental, era responsável pela organização dos encontros entre os membros do Comitê Central em São Paulo até a sua prisão em 1976. Nesse momento, quando os dirigentes do partido foram presos ou assassinados, Amazonas se encontrava fora do Brasil, iniciando um exílio que terminaria só em 1979, com a Lei de Anistia, que levaria igualmente à liberação de Monnerat. Atuante no PCdoB até a sua morte, em 2004, Monnerat deixou para o partido seu pequeno apartamento no bairro do Catete, no qual viveu quase toda a sua vida e que, em muitos momentos, servira de esconderijo para militantes comunistas. Já Amazonas se tornou a voz mais importante do PCdoB, ocupando sua presidência até 2001, um ano antes de sua morte.

Características das trajetórias

O caminho de transição do PCB para o PCdoB aparece na trajetória de diferentes militantes que participaram da construção da luta armada na região do Bico do Papagaio. Além de Grabois, Amazonas e Monnerat, Francisco Amaro Lins, Ângelo Arroyo e Francisco Chaves completam uma geração de militantes que se filiou ao PCB nos anos 1930 e 1940 e que

⁸ À exceção de Maria Lúcia Petit e Bergson Gurjão Farias, cujas ossadas foram encontradas e identificadas.

foram deslocados para o Araguaia. Quase não existem informações sobre a vida de Francisco Manoel Chaves, um dos poucos militantes negros que participou da Guerrilha do Araguaia. Sabe-se que Chaves nasceu em 1906, era marinho e foi preso por participar do levante da ANL (Luiz, 2018). Amaro Lins nasceu em 1920, era operário no Rio de Janeiro, casado e tinha filhos. Já Arroyo nasceu em 1928, era operário em São Paulo, também casado e com filhos e, assim como Monnerat, entrou no partido em seu momento de maior efervescência, em 1945.

Apesar das diferenças nas biografias dos militantes, é possível encontrar traços comuns nessas trajetórias. Em primeiro lugar, são os militantes mais velhos deslocados para a região da guerrilha. Eles compartilharam uma longa trajetória militante, na qual foram socializados com as interpretações comunistas sobre a realidade brasileira e com as ideias de transformação da ordem hegemônica. É importante, portanto, para o sentido da luta armada dessa geração de militantes, o fato de que a perspectiva revolucionária por meio das armas esteve no horizonte do Partido Comunista Brasileiro em diferentes momentos da sua história. Além de presente nos programas do partido e nos discursos de seus dirigentes, como Maurício Grabois, essa perspectiva teórica tomava forma também por meio de ações, como durante a participação no levante organizado pela ANL nos anos trinta, na participação do partido em conflitos armados ao lado de camponeses, em Trombas e Formoso e Porecatu, no final da década de 1940 e início da seguinte, ou ainda no envio de militantes para treinamento na China na década de 1960.

Ainda que a presença de comunistas mais velhos na guerrilha do Araguaia tenha sido minoritária, ela revela a existência de diferentes trajetórias que levaram ao engajamento no movimento, tendo em vista que esses militantes foram socializados politicamente em contextos históricos distintos e influenciados de forma diversa pelos eventos políticos que compartilharam em suas trajetórias. Por exemplo, para um militante que já era membro de alguma organização política de esquerda e teve que entrar na clandestinidade com o golpe, o Ato Institucional nº 5 (AI-5) não teve

o mesmo impacto em sua trajetória de engajamento na luta armada que um ativista que, até dezembro de 1968, militava no movimento estudantil.

As mudanças ocorridas no interior da organização à qual pertenciam foram igualmente importantes na construção do sentido da opção pela luta armada nas trajetórias analisadas; visto que a razão reivindicada pelos dissidentes para a criação do PCdoB (ou reorganização, como preferem chamar seus militantes) estava no que consideravam uma postura reformista por parte do PCB a partir finais da década de 1950.

A situação de ilegalidade do partido comunista durante quase todo o século XX, a perseguição de seus militantes e a interrupção violenta de seu breve funcionamento legal em 1947 são fundamentais na construção da luta armada como uma opção legítima no contexto brasileiro. É possível observar, na reconstrução das três trajetórias, um processo gradual de engajamento iniciado em formas mais seguras de ativismo (McAdam, 1986; della Porta, 1995). A clandestinidade imposta pela repressão estatal aos militantes é um elemento central nessas trajetórias.

Como lembra Della Porta (1995), ao privar os agentes de outros laços, a clandestinidade reforça aqueles criados no interior da organização. Se, no começo das trajetórias, redes criadas em espaços de trabalho e lazer ocuparam um lugar importante na construção da sociabilidade do militante, progressivamente, em função das demandas da militância ou da clandestinidade, as redes relevantes para os agentes passam a ser o partido e a família, principalmente para os que tinham outros parentes no partido. A clandestinidade limita o surgimento de laços concorrentes e ajuda a definir a opção pela luta armada. Além de um sentimento de solidariedade geral e da convicção na justeza – e na viabilidade – da luta política, a solidariedade com outros membros da organização é uma das explicações para a manutenção do engajamento em um contexto de grande risco à vida.

Se tomarmos em conta apenas responsabilidades familiares, a disponibilidade biográfica não foi um fator decisivo para o engajamento dos militantes homens, que eram casados e tinham filhos, diferente de

Monnerat. Vale notar que as esposas de Grabois e Amazonas pertenciam ao PCdoB e não participaram da guerrilha. Com efeito, o engajamento de mulheres implicava na superação de barreiras criadas em diferentes esferas sociais – família, religião, trabalho, escola – pelo aparato repressivo estatal e dentro dos próprios grupos políticos dos quais faziam parte (Teles, 2014, p. 13). Dentre os 78 militantes enviados pelo PCdoB para preparar o movimento armado no sudeste do Pará, estavam apenas 19 mulheres.

É possível pensar também que, para Grabois e Amazonas, o casamento com militantes do partido facilitava o engajamento na medida em que diminui a possível resistência de laços sociais centrais para os agentes (McAdam; Paulsen, 1993). Ademais, a presença na luta armada de André Grabois e Gilberto Olímpio, filho e cunhado de Maurício Grabois, indicam outro tipo de impacto dos laços sociais fortes na participação no movimento.

Finalmente, importa sublinhar que, se a identidade militante é construída ao longo da trajetória dos agentes, ela é definida igualmente pelo contexto político presente, o que explica que, embora o significado da luta armada tenha sido construído ao longo da biografia dos militantes aqui apresentados, o engajamento em um movimento com essas características se deu na ditadura civil-militar, um regime especialmente fechado e violento contra seus opositores.

Considerações finais

Se, na reconstrução de trajetórias militantes, é preciso levar a sério o papel das ideologias em voga, como recomendam Fillieule *et al.* (2018), certamente influenciaram a escolha dos militantes aqui apresentados, a difusão de ideias e experiências comunistas revolucionárias no cenário internacional. Essas “vitrines da utopia realizada” (Reis Filho, 1990, p. 94) e a leitura do contexto político nacional indicavam uma crise da dominação capitalista e a viabilidade de uma guerrilha rural no país. Contudo, para esses militantes comunistas de longa data, o sentido da opção pela luta armada foi construído ao longo de suas trajetórias. Partir das trajetórias militantes para

entender o engajamento na guerrilha nos possibilita situá-lo no contexto de uma militância anterior. Por meio das trajetórias, foi possível indicar igualmente o pertencimento dos militantes a redes organizacionais (do partido, do trabalho) e informais (familiares, de amigos) que, relacionadas a uma forte identificação com uma identidade militante comunista, foram necessárias para o engajamento.

Para quem tinha uma longa militância no comunismo, o golpe militar deixava poucas alternativas. Ao empurrar esses militantes para clandestinidade e ao indicar uma crise do sistema político e do regime capitalista – segundo a interpretação compartilhada por parte importante dos comunistas na época –, o golpe de 64 aparece como uma oportunidade para desencadear a luta armada – opção legitimada pela violenta repressão aos opositores do regime, pelas ideias comunistas revolucionárias com as quais os militantes foram socializados ao longo do século XX, pelas redes sociais nas quais os agentes estavam imersos, pelas disponibilidades biográficas e pelas experiências individuais de perseguição.

Rafaela N. Pannain é Doutora em Sociologia e pesquisadora do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento. ✉ rafaelapannain@hotmail.com

Referências

1. AGRIKOLIANSKY, Éric. *Carrières militantes et vocation à la morale : les militants de la LDH dans les années 1980*. **Revue française de science politique**, v. 51, n. 1-2, p. 27-46, 2001. <https://doi.org/10.3917/rfsp.511.0027>
2. ALMEIDA, Paul. Multi-sectoral coalitions and popular movement participation. **Research in Social Movements, Conflicts and Change**, v. 26, p. 65-99, 2005. [http://dx.doi.org/10.1016/S0163-786X\(05\)26003-2](http://dx.doi.org/10.1016/S0163-786X(05)26003-2)
3. BERCHT, Verônica. **Coração Vermelho**: a vida de Elza Monnerat. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, Editora Anita Garibaldi, 2013.
4. BERTOLINO, Osvaldo. **Maurício Grabois**: uma vida de combates. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, Editora Anita Garibaldi, 2012.

5. BOSI, Lorenzo; DELLA PORTA, Donatella. Micro-mobilization into armed groups: Ideological, instrumental and solidaristic paths. **Qualitative Sociology Review**, v. 35, p. 361-383, 2012. <https://doi.org/10.1007/s11133-012-9237-1>
6. BUONICORE, Augusto. **Meu verbo é lutar**: a vida e o pensamento de João Amazonas. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, Editora Anita Garibaldi, 2012.
7. CAMPOS FILHO, Romualdo P. **A Guerrilha do Araguaia**: a esquerda em armas. São Paulo: Fundação Maurício Grabois, Editora Anita Garibaldi, 2012.
8. COMISSÃO NACIONAL DA VERDADE. **Relatório Final**, v. II, 2014.
9. DELLA PORTA, Donatella. **Social movements, political violence and the state**. A comparative analysis of Italy and Germany. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
10. DORIA, Palmério et al. **A guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa Omega, 1979.
11. FILLIEULE, Olivier. Some elements of an interactionist approach to political disengagement. **Social Movements Studies**, v. 9, n. 1, p. 1-15, jan. 2010. <https://doi.org/10.1080/14742830903442436>
12. FILLIEULE, Olivier et al. **Changer le monde changer sa vie**. Enquête sur les militantes et les militants des années 1968 en France. Arles: Actes Sud, 2018.
13. GORENDER, Jacob. **Combate nas trevas**. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Editora Ática, 1987.
14. GOULD, Roger. Multiple networks and mobilization in the Paris Commune, 1871. **American Sociological Review**, v. 56, n. 6, p. 716-729, dez. 1991. <https://doi.org/10.2307/2096251>
15. GRABOIS, Maurício. Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados na sessão de 7 de janeiro de 1948, em que foi aprovado o projeto da cassação dos mandatos. **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, n. 7, fev. 1948. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/grabois/1948/01/cassacao.htm>.
16. GRABOIS, Maurício. Mobilizar grandes massas para defender a paz e derrotar o imperialismo e a ditadura. **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, n. 20, ago./set. 1949. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/grabois/1949/05/mobilizar.htm>.
17. GRABOIS, Maurício. Programa da Frente Democrática de Libertação Nacional. Um Poderoso Instrumento de Luta. **Problemas – Revista Mensal de Cultura Política**, n. 29, ago./set. 1950. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/grabois/1950/09/programa.htm>.
18. GRABOIS, Maurício. Duas concepções, duas orientações políticas. **Revista Princípios**, n. 6, jun. 1983 [1960]. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/grabois/1960/mes/duas.htm>.
19. GRABOIS, Victória L. **Maurício Grabois: meu Pai**. Rio de Janeiro: Editora Hexis, 2012.

20. LUIZ, Janailson M. Notas sobre a clandestinidade: Francisco Manoel Chaves e a participação negra nas mobilizações comunistas no Brasil. **Lutas Sociais**, v. 22, n. 40, p. 94-107, 2018. <https://doi.org/10.23925/ls.v22i40.46676>
21. McADAM, Doug. Recruitment to high-risk activism: The case of freedom summer. **American Journal of Sociology**, v. 92, n. 1, p. 64-90, jul. 1986. <https://doi.org/10.1086/228463>
22. McADAM, Doug; PAULSEN, Ronnelle. Specifying the relationship between social ties and activism. **American Journal of Sociology**, v. 99, n. 3, p. 640-667, nov. 1993. <https://doi.org/10.1086/230319>
23. MORAIS, Taís; SILVA, Eumano. **Operação Araguaia: os arquivos secretos da guerrilha**. São Paulo: Geração Editorial, 2011.
24. PAGIS, Julie. **Les incidences biographiques du militantisme em Mai 68**. Une enquête sur deux générations familiales : des “soixante-huitards” et leurs enfants scolarisés dans deux écoles expérimentales. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) – École des Hautes Études en Sciences Sociales, Paris, 2009.
25. POMAR, Wladimir. **Araguaia o partido e a guerrilha**. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
26. PRESTES, Anita L. 70 anos da Aliança Nacional Libertadora (ANL). **Estudos Ibero-Americanos**, v. 31, n. 1, p. 101-120, jun. 2005. <https://doi.org/10.15448/1980-864X.2005.1.1328>
27. PRIORI, Angelo. O PCB e a questão agrária: os manifestos e o debate político acerca dos seus temas. In: MAZZEO, Antonio Carlos; LAGO, Maria Izabel (org.). **Corações Vermelhos: os comunistas brasileiros no século XX**. São Paulo: Editora Cortez, 2003. p. 61-82.
28. REIS FILHO, Daniel A. **A revolução faltou ao encontro: os comunistas no Brasil**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1990.
29. RIDENTI, Marcelo. As oposições à ditadura: resistência e integração. In: REIS FILHO, Daniel A.; RIDENTI, Marcelo; MOTTA, Rodrigo P. S. (org.). **A ditadura que mudou o Brasil: 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2014. p. 30-47.
30. RIDENTI, Marcelo. **O Fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Unesp, 2010 [1993].
31. SALES, Jean R. O Partido Comunista do Brasil nos anos sessenta: estruturação orgânica e atuação política. **Cadernos AEL**, v. 8, n. 14/15, p. 16-48, 2001.
32. SALGADO, Maria M. **Recrutamento em movimentos de alto risco: o caso da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN)**. 2015. 178 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.
33. SANTOS, Leonardo S. Do que “os Livros Diziam” à Rua da Glória, n. 52: o PCB e a “questão camponesa” (1927-1947). **Revista IDEAS**, v. 3, n. 2, p. 389-424, jul./dez. 2009.

34. TELES, Maria Amélia de A. O protagonismo de mulheres na luta contra a ditadura militar. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 2, n. 2, p. 9-18, jun. 2014.
35. VITERNA, Jocelyn. Pulled, pushed, and persuaded: Explaining women's mobilization into the Salvadoran guerrilla army. **American Journal of Sociology**, v. 112, n. 1, p. 1-45, jul. 2006. <http://dx.doi.org/10.1086/502690>

Recebido em: 20 ago. 2020.

Aceito em: 26 jan. 2021.

Notas sobre a tortura em um debate do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo

Camila Nunes Dias* 

Mayara de Souza Gomes* 

Resumo

Ao longo da sua história, o grupo criminal autodenominado Primeiro Comando da Capital (PCC) constituiu alguns mecanismos regulatórios voltados à administração de conflitos, o exercício de controle social e a aplicação de punições, tanto nas prisões quanto nas periferias em que alcançou hegemonia. Os dispositivos conhecidos como debates expressam a configuração assumida pelos expedientes voltados à resolução de conflitos e têm se destacado pela variedade de demandas que lhes são reportadas. Os casos considerados mais complexos têm sido identificados como aqueles que envolvem assuntos de “vida e morte”. Neste texto, partindo da análise de um processo crime que apurou práticas de tortura na cidade de São Paulo e que se referia à ocorrência de um debate do tipo “vida e morte”, discutimos como estes debates têm recorrido ao uso da tortura para operacionalizar as decisões tomadas pelos membros do PCC com a finalidade de obter confissão e, ao mesmo tempo, punir indivíduos acusados de violar a “disciplina do crime”. Além disso, ressaltamos como valores sociais e morais, amplamente disseminados, fundamentam a ética regulatória das práticas do mundo do crime e são mobilizados para orientar as ações deliberadas por estes agentes, legitimando, inclusive, o uso da violência como forma de resolução de conflitos e de punição.

Palavras-chave: tortura, PCC, organização criminal, violência, debate.

* Universidade Federal do ABC, Santo André, SP, Brasil.

Notes on torture in a debate by the Capital's First Command (PCC) in São Paulo

Abstract

Throughout its history, the criminal group called the Capital's First Command (Primeiro Comando da Capital – PCC) has constituted regulatory mechanisms aimed at conflict management, the exercise of social control, and the application of punishments, both in prisons and in the urban outskirts where it has reached hegemony. The devices known as debates express the configuration assumed by the mechanisms aimed at resolving conflicts and are of note due to the variety of demands that are reported on them. The cases involving “life and death” issues have been considered to be the more complex ones. In this text, starting from the analysis of a criminal process investigating torture practices in the city of São Paulo and related to the occurrence of a “life and death” debate, we discuss how these debates have resorted to the use of torture to operationalize the decisions taken by the members of the PCC for the purpose of obtaining a confession and, at the same time, punishing individuals accused of violating the “discipline of crime”. In addition, we emphasize how widely disseminated social and moral values underpin the regulatory ethics of criminal practices and are mobilized to guide the actions deliberated by these agents and, also, legitimize the use of violence as a way of resolving conflicts and punishment.

Keywords: torture, PCC, criminal groups, violence, debate.

Introdução

Nas últimas décadas, diversos grupos de criminosos organizados surgiram nas prisões, estenderam sua influência para além dessas instituições e tornaram-se importantes atores sociais em todos os Estados da federação brasileira. Estes grupos se constituíram enquanto agentes centrais, tanto na transformação de dinâmicas e atividades consideradas ilícitas/ilegais, tais como aquelas associadas à mercância de drogas (Manso; Dias, 2017), quanto na (re)produção de novas sociabilidades, seja em seus espaços originários, como as prisões (Shimizu, 2011; Hirata, 2010; Dias, 2009; Biondi, 2009; Marques, 2009), ou em territórios periféricos

de diferentes cidades brasileiras (Ruotti, 2016; Biondi, 2014; Dias, 2013; Feltran, 2011; 2010; Hirata, 2010; Telles; Hirata, 2010).

O Primeiro Comando da Capital (PCC), considerado um dos principais grupos criminais brasileiros, surgiu a partir da organização de presos dentro de unidades prisionais paulistas em 1993. Uma multiplicidade de trabalhos realizados ao longo dos últimos anos (Dias, 2013; 2010; 2009; Feltran, 2010; 2011; Biondi, 2009; Marques, 2009) descrevem o surgimento do PCC a partir de um contexto institucional marcado pelo recrudescimento da violência estatal e das históricas violações de direitos dirigidas às pessoas em situação de prisão, que se expressou de forma emblemática no episódio do massacre do Carandiru (ocorrido em outubro de 1992), constituindo-se como um divisor de águas nas dinâmicas prisionais do Estado de São Paulo (Machado *et al.*, 2018; Adorno; Salla, 2007).

Durante a segunda metade da década de 1990, o PCC ampliou sua presença nas unidades carcerárias do Estado (Dias, 2013) e, na década seguinte, transpôs os muros prisionais, capilarizando-se por bairros e regiões periféricas paulistas (Godói, 2015; Feltran, 2011; 2010; Hirata, 2010). Se na primeira década este processo baseou-se no uso da violência, especialmente para enfrentar as resistências que emergiam dentro das prisões, à medida que o PCC passou a consolidar sua influência nestes estabelecimentos, adquirindo, por fim, a hegemonia no sistema carcerário de São Paulo, houve uma significativa redução da violência física, inclusive porque o grupo também se firmou como uma instância de mediação e regulação de conflitos (Dias, 2013; 2009).

Em linhas gerais, grupos criminais como o PCC recorrem à violência física e/ou psicológica como forma de expandir, controlar e derrotar opositores e resolver conflitos nos mercados ilegais, e também como mecanismo de autoridade e poder, além de exercer o controle social nos diferentes lugares e dinâmicas sociais onde passaram a incidir (Ruotti, 2016; Dias, 2013). Neste aspecto, deve-se frisar que a atuação e/ou omissão do Estado em tais contextos e lugares foram igualmente relevantes para se compreender a centralidade que tais grupos adquiriram como agentes produtores de

novas práticas e sociabilidades (Feltran, 2012; 2011; Telles; Hirata, 2010; Hirata, 2010; Dias, 2009; Biondi, 2009; Marques, 2009).

Ao tomar por escopo de análise a atuação do PCC, pode-se identificar que, ao longo das duas últimas décadas, o grupo constituiu uma série de mecanismos voltados a normalizar condutas e valores, bem como estabelecer formas de controle social e resolução de conflitos, principalmente, mas não só, no mundo do crime (Feltran, 2010; Dias, 2009).

Desde o início da sua atuação, o PCC buscou elaborar registros escritos relacionados aos objetivos e aos princípios ideológicos que deveriam nortear suas práticas (estatutos, cartilhas, dicionário disciplinar), bem como distribuir ordens, decisões, comunicados e orientações gerais ou específicas (salves) que podem ser internos ou externos ao grupo, além de uma série de documentos de registros e controles de cunho econômico (contabilidade de seus diversos setores) e “político”, ou seja, em termos da regulações das relações sociais. Neste caso, trata-se de relatórios que, em geral, registram e descrevem os conflitos ocorridos num determinado local, os mecanismos de mediação e de resolução que foram mobilizados para resolver ou encaminhar a solução daqueles problemas e, se for o caso, punir os “responsáveis” por violar as condutas consideradas “certas” (Dias; Salla, 2019).

A atuação do PCC como instância de mediação e regulação de conflitos se sustenta no “proceder”, que pode ser considerado como um complexo de práticas, normas de conduta e regras de comportamento que envolvem a formulação e incorporação de concepções éticas quanto às formas de ser e de agir consideradas “certas” no mundo do crime e suas adjacências – isto é, nos círculos próximos a ele, como seus familiares e comunidade local. Na verdade, o “proceder” deriva de moralidades e valores largamente disseminados entre determinados segmentos da população, e já tinha vigência muito antes da emergência do PCC (Hirata, 2010; Marques, 2009; Ramalho, 2002). Contudo, pode-se dizer que o PCC produziu uma homogeneização nestas normas, disseminando-as de maneira mais uniforme, inclusive através da sua cristalização em documentos escritos, de certa forma, constituindo aquilo que passou a ser chamado de “disciplina do Comando”.

Os debates¹ são os mecanismos centrais através dos quais o PCC operacionaliza a mediação e regulação de conflitos nas prisões e nas “quebradas” (Ruotti, 2016; Feltran, 2011; 2010; Telles; Hirata, 2010; Hirata, 2010). Correspondem a momentos de deliberação coletiva nos quais se discutem problemas e comportamentos, se produzem julgamentos, se definem culpados e inocentes e se delibera sobre a aplicação de punições em relação àqueles que teriam agido em desacordo com a “disciplina” do Comando (Dias, 2010). Feltran (2010) apresenta três níveis quanto à definição dos debates:

(i) há debates que deliberam sobre “pequenas causas”, ou desvios de muito pouca gravidade, que podem ser resolvidas por uma “ideia” trocada de modo rápido, por indivíduos da localidade em que o desvio ocorreu; (ii) há casos de gravidade moderada, que têm de ser arbitrados pela consulta a outros “irmãos”, mais “considerados” no “crime”, e as consultas por telefone celular se encarregam disso; e (iii) há, finalmente, casos de vida ou morte, que só se definem após “debates” bastante mais complexos que os primeiros, em que diversos indivíduos que ocupam posições relacionais conhecidas como “torres”, produzam uma sentença consensual (Feltran, 2010, p 63).

Feltran (2010) afirma que há gradações entre os debates e que estas variam de acordo com a gravidade dos fatos reportados e das punições previstas como respostas a eles. A legitimidade da punição imposta pelo grupo repousaria exatamente no mecanismo decisório coletivo ao invés de individual, ou seja, que tem como referência o “Comando” e não qualquer um de seus integrantes em específico. Tais decisões devem se basear nos princípios definidos nos documentos normativos do grupo, ainda que estes sejam atualizados e ressignificados a cada situação (Dias, 2009).

Considerando-se as variações de debates descritas por Feltran (2010), procuramos refletir neste artigo como os debates do tipo “vida e morte”

¹ O termo *debate* será utilizado neste texto sempre no sentido acima referido, ou seja, como termo nativo, designando o mecanismo utilizado no âmbito do mundo do crime, especialmente do PCC, de mediação e resolução de conflitos. Como a palavra será utilizada neste texto apenas nesse sentido, optamos por não utilizar aspas ou itálico para destacar a referência ao significado nativo do termo.

podem ser enquadrados como expedientes de tortura. Para tal, partimos da análise de um processo crime² que apurou a participação de supostos membros do PCC em um debate ocorrido em uma comunidade na cidade de São Paulo. Através da análise deste caso, sugerimos que é possível considerar os debates a partir de uma perspectiva diferente em relação àquelas pelas quais esses fenômenos têm sido analisados. Nesse sentido, a proposta é compreender os debates do PCC como expedientes conformadores de contextos propícios a práticas de tortura, inclusive, como expressão institucionalizada, no mundo do crime, do uso intencional da violência física ou psicológica para obter confissão ou impor castigo.

A possibilidade de adotar uma perspectiva analítica matizada por aspectos práticos e teóricos advindos do campo dos estudos sobre a tortura decorre do material utilizado, principalmente pela pluralidade de vozes que estão registradas e relatadas no processo crime que apurou o evento e que será descrito a seguir. Assim, procuramos trazer à tona outras formas de interpretar os debates e, ao mesmo tempo, compreender como este caso pode ilustrar a mobilidade e adaptabilidade da tortura nas dinâmicas relacionais no Brasil.

Narrativas documentais: elementos metodológicos e possibilidades de análise

Os debates do PCC já foram objeto análise em outras pesquisas (Silvestre, 2018; Ruotti, 2016; Feltran, 2012; 2011; 2010; Hirata, 2010; Marques, 2009; Biondi, 2014; 2009). Algumas utilizaram como fontes de informações em suas abordagens o relato de terceiros (familiares e amigos) que não estiveram presentes em tais eventos, mas que tomaram contato com o debate (Ruotti, 2016; Feltran 2010), com interlocutores que

²O material de análise aqui utilizado provém da pesquisa de nível mestrado de Gomes (2017). No referido trabalho foi constituído um *corpus* documental composto por 36 inquéritos policiais e processos criminais (um dos quais é o processo aqui utilizado) e que versavam sobre a apuração de crimes de tortura de acordo com a lei 9.455/97, na cidade de São Paulo, entre os anos de 2004 e 2014. Neste trabalho anterior, a análise central se constituía em torno do julgamento do crime de tortura no âmbito do sistema de justiça criminal.

eventualmente participaram de ações desse tipo (Biondi, 2014; Hirata, 2010; Marques, 2009), enquanto outros abordaram tal discussão a partir da análise de documentos institucionais e narrativas dos atores do sistema de justiça (Silvestre, 2018).

O processo criminal que subsidia a análise aqui proposta possui elementos similares àqueles presentes na abordagem de Silvestre (2018), especialmente porque, em ambos os casos, a narrativa corporificada nos documentos provém de práticas e rotinas dedicadas a investigar e punibilizar indivíduos e que, portanto, expressam um conjunto de descrições e ações oficiais produzidas no sistema de justiça (Oliveira; Silva, 2005). Todavia, o material de análise utilizado aqui apresenta algumas zonas privilegiadas de investigação (Ginsburg, 1989) que se destacam, sobretudo, pela presença da narrativa da vítima em primeira pessoa, que relata a violência por ela suportada e a descrição do fato a partir de sua perspectiva, além de um caderno contendo a íntegra da “ata” (relatório) elaborada pelos indivíduos que aparecem como réus neste processo e que sintetiza as motivações para a instauração do debate. Componentes que permitem explorar um leque mais amplo de práticas, motivos e valores, bem como as nuances contidas no desenrolar desses eventos e nas formas de atuação dos sujeitos envolvidos.

O debate foi apurado como crime de tortura (lei 9.455/97) e formação de quadrilha (art. 288 do Código Penal). O acesso a tais documentos deu-se por meio do Arquivo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (ATJ/SP), após este processo ter concluído suas etapas processuais e ter sido encaminhado ao arquivamento definitivo. Este caso possui uma boa quantidade de elementos probatórios em razão de ter sido apreendido em momento flagrancial (Gomes, 2017; Vargas, 2012).

Outro aspecto significativo do material decorre da narrativa da vítima que, em primeira pessoa, descreve o contexto das agressões a que foi submetida e como se desenrolou toda a ação. Há, ainda, o relato dos acusados do crime de tortura supostamente vinculados ao PCC e um caderno que continha o relato de familiares das crianças que teriam sido abusadas sexualmente pela vítima do debate, motivo pelo qual pediam

“providências”.³ As descrições de episódios de abuso sexual relatadas no caderno ajudam a compreender as categorias de justificação moral mobilizadas e que ensejaram a ação dos condutores do debate/acusados do crime de tortura. Contribuindo, inclusive, para entender como elas repercutem em relação as disputas éticas que se formulam sobre ao que competiria a justiça do crime e a justiça formal (Feltran, 2010).

A (re)construção da narrativa da vítima/acusado só foi possível em razão da especificidade de este debate ter sido interrompido pela Polícia Militar. Além de criar a possibilidade de preservar sua narrativa frente às acusações que lhe foram imputadas no âmbito do debate, permitiu aprofundar a reflexão sobre as práticas de tortura, neste caso, inscritas num contexto do funcionamento de mecanismos de controle e distribuição de punições, em que agentes privados (Jesus, 2010) se apropriaram da prerrogativa estatal de regular as relações sociais com recurso à coerção e ao uso da violência física e simbólica (Adorno; Dias, 2014).

O debate: administrando a violência, fortalecendo o controle social

Os debates constituem-se como dispositivos de arbitragem a respeito do descumprimento da ética que pauta as expectativas de comportamento e práticas do “mundo do crime” (Feltran, 2010; p. 60-63). Servem, desse modo, para regular conflitos sociais que ocorrem em relação às suas dinâmicas internas e exercer o controle social nos territórios onde a influência do PCC é mais concentrada, tal como as prisões e as “quebradas”. Como mencionado, em todos os casos, ele se sustenta a partir de uma dimensão normativa assentada em moralidades amplamente difundidas e que se efetiva através da mobilização do seu poder simbólico e factual, como a ameaça ou o efetivo recurso à violência (Silvestre, 2018; Ruotti, 2016; Feltran, 2011; 2010; Hirata, 2010, Dias, 2009).

³ Embora o processo não tenha tramitado com segredo de justiça, optamos por suprimir qualquer identificação do caso.

Dias (2009; 2013) tem ressaltado que a hegemonia do PCC não pode ser compreendida apenas pelo uso da força física. Neste aspecto, argumenta ser preciso compreender as estratégias de legitimação mobilizadas, que envolvem o desenvolvimento de narrativas político-ideológicas e morais. Assim, a exortação à necessidade de impor a “paz entre os irmãos” e o discurso de oposição ao sistema prisional colaboram significativamente para a consolidação do poder do PCC. Da mesma forma, o repúdio veemente a determinadas condutas e práticas, que, em seus estatutos, podem implicar na punição com morte, tem por base concepções éticas que sempre estiveram presentes nos procedimentos do crime e possui lastros em uma moralidade espalhada por amplos segmentos da população. Abusos sexuais estão dentre as práticas que contam com o mais forte repúdio e, em geral, têm como desfecho a morte dos acusados de praticá-los, ainda mais quando têm crianças como vítimas. Trata-se, justamente, da acusação que provocou o desencadeamento do debate aqui analisado.

Nessa perspectiva, o controle social exercido pelo PCC nos lugares em que se estabeleceu apresenta uma dimensão voltada à contenção de disputas e demandas dos indivíduos nos territórios, como forma de afastar e/ou reduzir a presença estatal e de impor o repertório de condutas e comportamentos que se definem como “certos” (Feltran, 2010). Isso, inclusive, porque a imposição de paz nos territórios e o afastamento das agências estatais se ancora em uma profunda desconfiança da população residente nas “quebradas” em relação às agências de repressão estatais. Em geral, a presença das agências estatais na “quebrada” se resume a atuação das polícias, comumente identificadas como expressões da opressão e injustiça perpetradas pelo Estado (Dias, 2013; 2009, Hirata, 2010; Telles; Hirata, 2010).

Através do acúmulo de pesquisas sobre a atuação do PCC, é possível elaborar e delinear alguns elementos relacionados ao procedimento do debate. Em primeiro lugar, eles não se constituem como um evento uniforme, que segue um modelo em termos de seus procedimentos. A construção do espaço do debate envolve não apenas a disponibilidade de um local adequado, mas a possibilidade de reunir as pessoas relacionadas com

o caso que será objeto de discussão, bem como os atores que detêm a prerrogativa de adotar todos os procedimentos necessários para sua condução. Neste ponto, é importante retomar a explicação de Feltran (2010) a respeito da complexidade e gravidade do caso, especialmente se implicar a necessidade de participação de alguém que pertence às esferas mais altas da hierarquia da organização criminal, e, se esta pessoa estiver presa (como ocorre com muita frequência), será preciso, ainda, aguardar o momento mais adequado para a sua participação.

A condução do debate envolve ainda a localização do acusado/vítima,⁴ quando é o caso, e, muitas vezes, a sua manutenção em cárcere privado ao menos até o final da discussão e a deliberação sobre o caso, com o desfecho definido. Uma vez que o debate se assenta em um conjunto de normas de conduta que, em geral, é amplamente conhecido e reconhecido enquanto tal, o acusado/vítima pode perceber o grau do risco que está correndo quanto ao desfecho do caso, e essa percepção pode impulsionar a tentativa de fuga. Assim, a manutenção do cárcere privado durante o “desenrolar” do debate é relevante para sua consecução. Nas ocasiões em que o acusado/vítima é mantido em cárcere privado, é muito comum que, no decurso do debate, a tortura seja mobilizada para induzir a confissão, delatar outros envolvidos no problema ou como forma de punição.⁵ Essas ações ocorrem de forma simultânea ao próprio julgamento, antes mesmo da definição de seu desfecho.

⁴ Nem sempre o acusado participa do debate. Isso depende de muitas variáveis, dentre elas, a gravidade do caso, de quem é o acusado e sua condição. Há situações em que a deliberação a respeito de um caso pode ser feita à revelia do acusado; isso ocorre, por exemplo, quando o acusado foge do local onde ocorreu o problema ou quando, nas prisões, ele pede transferência de pavilhão e vai para o “seguro”.

⁵ Em pesquisas realizadas anteriormente no universo prisional, estes procedimentos foram largamente descritos (Dias, 2013). Segundo o Dicionário Disciplinar – documento produzido no âmbito do próprio PCC, o fato aqui poderia ser enquadrado como: “Decreto. Para confirmar um decreto a Sintonia tem que analisar com cautela, por se tratar de uma situação de vida. Tem situações que é claro o decreto, como traição, abandono, as demais situações como mão na cumbuca, caguetagem e estupros, a Sintonia analisa num contexto geral. Quando um decretado chegar em uma quebrada nossa tem que ser cobrado de bate pronto”.

O caso a seguir versa sobre o debate em que o acusado/vítima foi mantido em cárcere privado por supostos integrantes do PCC e submetido à prática de tortura por mais de oito horas. Para além da caracterização do debate, procuramos demonstrar como há uma configuração social e política que tem favorecido o uso de práticas de tortura por diferentes atores sociais, inclusive em contextos diversos daqueles em a tortura tem sido historicamente utilizada, qual seja, nas relações de agentes do Estado, como policiais e agentes penitenciários, em face de suspeitos e/ou pessoas sob custódia estatal (Gomes, 2017; Jesus, 2010; Lima, 1995).

O processo crime vai apurar a participação de nove indivíduos no debate. Os acusados se defendem ao longo do processo dos fatos que foram enquadrados como crimes de tortura (Lei. 9455/97)⁶ e formação de quadrilha (artigo 288 do Código Penal).⁷ Todos os acusados foram presos em flagrante e assim permaneceram até o desfecho final do processo, quando quatro deles foram absolvidos, enquanto os demais foram condenados apenas pelo crime de tortura e seguiram cumprindo pena privativa de liberdade.

Embora tenham sido interrogados após a apreensão em flagrante, os acusados optaram por não apresentar sua versão dos fatos na fase de inquérito policial. Neste primeiro momento, houve somente a versão da vítima e de dois policiais militares que intervieram na ação e interromperam o debate. Nesse sentido, optamos por ressaltar a seguir as narrativas que são apresentadas já na fase processual, mantendo erros de concordância e grafia, sendo que as indagações feitas pelo juiz seguem em *itálico* e

⁶ Constitui crime de tortura: artigo 1º, inciso I, alínea “a”: Constitui crime de tortura: I - constranger alguém com emprego de violência ou grave ameaça, causando-lhe sofrimento físico ou mental, combinado com o parágrafo do 4º, inciso III, § 4º Aumenta-se a pena de um sexto até um terço: III – se o crime é cometido mediante sequestro.

⁷ Constitui crime de formação de quadrilha: artigo 288: Quadrilha ou bando. Associarem-se mais de três pessoas, em quadrilha ou bando, para o fim de cometer crimes: Pena - reclusão, de um a três anos. Parágrafo único - A pena aplica-se em dobro, se a quadrilha ou bando é armado. Essa redação foi alterada em 2013.

identificamos a vítima como X. Por fim, há um esforço para apresentar estes relatos de maneira sintética, dado o espaço reduzido do texto e considerando o objetivo da discussão aqui proposta.⁸

1 - A versão da vítima/acusado

“Olha, você toma cuidado hoje que o pessoal do PCC está atrás de você”. É assim que se inicia a descrição dos fatos por X ao juiz que apurou o caso. Ele continua: “Eu peguei e falei: Mas eu não devo nada, não tenho nada, mas eu não são, não sei, mas eu fiquei preocupado com aquilo”. A vítima afirmou que desmontou a barraca em que trabalhava fazendo gravações em objetos de metal e se dirigia para sua casa, por volta das 13h, ocasião em que teria sido interceptada por um indivíduo que alegava precisar da gravação de uma pulseira para sua filha. Após conversarem sobre a execução do serviço, o indivíduo ofereceu uma carona a X, que acabou por aceitá-la por possuir problemas prévios de saúde (sofrera um AVC e possuía alguma dificuldade motora).

“Eu entrei no carro, eu vi que estava perdido, que tinha quatro pessoa dentro do carro. Eu quis sair, ele falou pra manter a calma e deixar eles me levar”. A tensão inicial vai se avolumando à medida que o carro se desloca para uma outra comunidade e, nesse ínterim, ligações são feitas por outros passageiros do carro: “Consegui pegar o velho, ele tá aqui comigo, você vem?”. Esses elementos sinalizam que a organização do debate já havia iniciado através da mobilização de diferentes atores e, inclusive, contava com um local para a sua execução.

Ao chegar na outra comunidade, onde o debate foi inicialmente realizado, o condutor do carro alegou: “Ô velho, aqui não tem nada de gravação, aqui é um acerto de contas, que nós temos uma acusação contra você de pedofilia, que você está abusando de criança”. X reagiu dizendo ser impossível ter feito algo deste tipo, sobretudo porque sofrera um AVC. Na sequência, sofreu um espancamento inicial em que os agressores pediram

⁸ A transcrição literal de todos os depoimentos deste caso pode ser encontrada em Gomes (2017).

para que confessasse a prática dos atos de pedofilia. As agressões seguiram até que começou a chover, oportunidade em que, segundo ele: “me tiraram de lá [a viela] e me puseram no barraco. Estava chovendo no barraco, me amarraram, arrumaram um plástico para amarrar minha boca, canivete e alicate, falaram que iam cortar dedos meus fora (...)”. Narrou ainda que ficou durante algum tempo amarrado dentro do barraco, então, por volta das onze horas da noite o debate foi interrompido por conta da chegada da polícia militar na área próximo ao local em que estavam.

Vai lá e segura eles lá, não deixa eles entrar aqui, não” ai eles foram, saíram. Para mim, eu já tinha acabado, para mim era o final, porque o policial não ia entrar lá no funcho [fundo], ele não ia entrar lá, ai eu vi que saíram uns correndo e ficou dois na porta. Quando os dois estavam ali, o policial entrou e quando ele estava entrando, os dois saíram correndo e eu sai correndo em direção do policial e o policial falou para mim: “Para, para, levanta a camisa”, eu não quis nem saber o que ele estava falando, levantei a camisa, assim, e fui na direção dele. Ai eu falei para ele: “Eles estão querendo me matar”, ele falou: “ Calma, calma, vai lá pra a frente que tem um policial lá”, que já era outro policial. Ai eu subi a viela, fui até lá e em cima e vi mais três deitados no chão e o policial do lado. Eu falei: “Eles estavam querendo me matar”, “Você conhece esses três?”, eu falei: “Conheço, inclusive um deles estava no comando”. Ai ele [...] foi no rádio e chamou reforço, aí veio mais reforço para ajudar ele”.

2 - O relato dos policiais

Os policiais foram ouvidos como testemunhas de acusação e forneceram narrativas bastante semelhantes, alegando que estavam em patrulhamento quando receberam a comunicação de que haveria um possível local de cativeiro. Dirigiram-se ao local quando “nos deparamos com quatro pessoas ao lado de um beco e em atitude suspeita, e eles esboçaram reação de fuga, momento esse que desembarcamos e detivemos os quatro, três rapazes e uma moça” (PM - 1). Na sequência, um dos policiais decidiu entrar no beco para fazer outras averiguações:

(...) quando cheguei, mais ou menos, na metade, os indivíduos correram para o fundo da viela e depois desses indivíduos, por último apareceu a vítima pedindo socorro. Eu e a vítima subimos a viela e ele reconheceu de pronto os que a gente já havia abordado. (...) *O senhor subiu com a vítima e, assim que ela viu os três no chão, já reconheceu? Como foi isso?* A vítima apareceu chorando: “Eles são do PCC, estão me acusando de pedofilia e vão me matar” Eu falei: “sobe comigo”. Subimos a viela e eu perguntei se os três estavam envolvidos e ela disse que sim, os três rapazes, a moça, não. *Chegou a mencionar sobre os três que foram presos, esse aqui me bateu, esse aqui mandava, ou só apontou: “esses estavam”?* Mencionou, só não recordo quem fez o quê (PM - 2).

3 - A narrativa dos acusados/acusadores

A versão apresentada pelos acusados pautou-se no repertório de um contexto jurídico-normativo de defesa, ou seja, todos eles apresentaram narrativas em que buscavam se desvencilhar de qualquer participação nos fatos. Diante da multiplicidade dos relatos apresentados pelos nove acusados (identificados com as iniciais de A à I), e reiterando que as indagações do juiz seguem em *itálico*, limitamo-nos a apresentar apenas os trechos dos depoimentos mais específicos sobre o próprio debate e/ou sessão de tortura e que mais diretamente se relaciona à discussão aqui proposta:

A - *Tinha muvuca com esse negócio da vítima lá, que tinha ouvido falar?* Tinha bastante gente. *O que que tava rolando lá que o senhor viu?* Ah, um véio que tava abusando das criança lá, entendeu, senhor? Aí eu só procurei saber, assim, aí dei uma olhadinha de relance, lá e entrei pra dentro. *O senhor viu alguém agredindo a vítima?* Não, no momento não, vi não, fiquei dentro de casa. Fiquei dentro de casa memo, só saí quando aconteceu, a polícia bateu na minha porta e me tirou de dentro de casa, entendeu senhor?

B - *O senhor encontrou com ele e falou exatamente o que pro senhor?* Falou, né, que tinha ficado sabendo de um suposto pedófilo. Ai não, mano, tem um pedófilo aí... Tá ali embaixo ali, aí falei pra ele, vamo encostar lá, né? Curiosidade. Também sou pai de família, também, desci lá. *O pedófilo tá lá embaixo, o que que tá acontecendo com ele, ele falou?* Aí num sei, eu desci

pra saber o que tava acontecendo. Falou que tinha um pedófilo lá, entendeu? *Aí nós descemos pra ver o que que era. Ele num falou?* Tava lá, tava lá né? Com a mãe das criança, com um pessoal lá, nós descemos. *Aí o senhor foi lá por quê? E foi até lá por quê?* Por curiosidade. *Por curiosidade, do quê?* De saber quem era, se era algum conhecido. Se conhecíamos, se era de lá mesmo. *Que o senhor fez? Entrou no barraco?* Desci lá, na hora que eu fui lá ele não tava no barraco, senhor. *Ele não tava no barraco?* Tava na viela, tava na viela, tipo sentado, assim, nos blocos. *O que que o senhor fez? O senhor conversou com ele?* Conversei com ele né, pra ver o que que aconteceu, no momento que eu estava lá, já tinha umas pessoas lá que já tava mais exaltada, uma tava controlando, já querendo bater, né? Né, hum, inclusive teve até um momento que eu intercedi lá pro pessoal que queria bater nele. Eu falei, “Não, não, vamo procurar saber se é isso mesmo, né?”. Pra num fazer uma injustiça. *Aí, foi na hora que eu fiquei lá uns 15/20 minutos e subi de volta nessa viela, ficamos lá em cima. E nesses 15/20 minutos a vítima foi agredida?* Não senhor, pessoal que tava lá, tinha uns que eu conhecia, uns que eu não conhecia. No momento ninguém deixou encostar a mão nele não. Pelo que eu vi até antes não tinha encostado também, porque ele não tinha nenhuma inchação, não tinha nada, entendeu? *E quem tava mantendo a vítima presa, ali?* Não, não tinha ninguém mantendo. *Ela tava sentada. (...) Tava mantendo a vítima ali? Eu tô acusando um velho de pedofilia ele vai ficar esperando?* Não, mas que conta também, num tinha resistência.

C - O senhor quer declarar alguma coisa? Igual, no caso, o ocorrido, foi que tava tendo um comentário dum pedófilo na comunidade. Onde que eu, com curiosidade, (...) quando o B veio na moto dele, aí ó, tá tendo o comentário dum pedófilo, vamo lá dá uma aperriada, né rapaz? Vai que reconhece, aí né, uma questão de um ou dois minuto. *Aí nós, né, fomo, vimo aí ele e ele viu nós, aí saiu fora, mais dez minuto chegou três viaturas. Passou por nós, voltou, aí quando voltou, aí passou correndo, como nós num devia, fiquemo lá. Já chegou dando uma pá de tiro lá, aí foi procurar, nós ficamos na mão de um dos soldados o outro desceu a viela, aí que saiu um velho de lá falando que ia morrer, pelo amor de deus. Aí esse era o pedófilo que o senhor viu? É o pedófilo.*

Os demais acusados (D, E, F, G, H, I) deram relatos que não mencionavam o local, tampouco algum elemento sobre as práticas de tortura. Como resposta à pergunta feita pelo juiz a respeito da existência de um pedófilo

na comunidade, o acusado D afirmou desconhecer tal assunto: “Não, até o momento, assim, não. Tinha um monte de gente na favelinha onde eu moro, mas num tinha nenhum comentário”. Outros acusados argumentaram que sequer estiveram próximos ao local dos fatos porque estariam em outros lugares, ou ainda, no cumprimento da jornada de trabalho, como foi o caso de E, F e G:

E - *A polícia civil ou militar que prendeu o senhor? Militar. O senhor ficou sabendo que já tinham pego lá um tal dum pedófilo? Que tava lá um velho, no fundo? Não sabia. O senhor não passou? Não viu nada lá? Não, porque eu trabalhei o dia todo, num saí de lá da casa do meu vizinho.*

F - *O senhor ouviu algum comentário, alguma história, de que iam pegar um pedófilo que tava abusando das crianças do bairro? Não, não ouvi nenhum comentário, não. Não ouviu nada sobre isso? Não, porque eu passo a tarde todinha trabalhando. Já foi preso ou processado alguma vez? Não, nunca fui preso.*

G - *E o senhor não percebeu que tava acontecendo alguma coisa lá no barraco? Não? No barraco embaixo, lá do fundo? Não, porque eu cheguei à noite da casa da minha irmã, tava... Eu fui direto dormir, aí quando eu acordei, a polícia já tava. Tava dois policiais com as armas apontadas pra mim, pedindo pra eu acompanhar eles até a viatura, aí, na rua.*

Por fim, os relatos de H e I acentuaram como a abordagem policial teria sido o motivo que determinou a acusação feita sobre eles. Além disso, ressaltaram como o fato de serem egressos do sistema prisional teria sido também um fator que contribuiu para suas detenções.

H - (...) foi no meio do caminho, me pegaram e me levaram pra delegacia. Chegando na delegacia, eles tavam alegando que eu tava fazendo parte de um negócio do tribunal do crime, foi onde ele começou a fazer várias perguntas pra ver se eu tava envolvido. Aí respondi tudo certinho, num tenho necessidade, ele “não, cê tá mora lá”. Tô tentando me regenerar, voltar pra dentro da sociedade, cê tá fazendo isso comigo?

I - *O senhor sabe do que está sendo acusado, num sabe? O senhor quer declarar alguma coisa?* É, em questão do dia (-) eu tava vindo da casa da minha mãe né, indo sentido para minha casa (...) eu fui abordado pela viatura da tático. Onde os policiais perguntou se eu tinha passagem, eu falei que tinha sim uma passagem, de 2001, no qual eu não devia mais, da qual eu tinha cumprido tudo, só que eu estava sem a minha documentação, que eu tinha deixado na casa da minha mãe. (...) [O policial] me entregou um papel com um monte de coisa escrito [...] supostamente que eu tinha sequestrado o senhor, um rapaz lá, que eu tinha torturado lá o rapaz, que eu tinha participação com o crime organizado, enfim, assinou o papel lá e me botou pra trás a noite inteira desse jeito. Me tiraram da (-) e me levaram pro CDP.

4 – O relatório do crime: regulação social e os valores morais comunitários

Um caderno foi encontrado no local do debate e apresentado como prova da acusação. Nele, havia o registro detalhado da acusação de pedofilia, elaborado na forma de um relatório, descrevendo as demandas que diversas pessoas da comunidade haviam levado ao conhecimento de indivíduos supostamente vinculados ao PCC. Neste relatório, há uma descrição detalhada das práticas libidinosas que teriam sido praticadas por X e, ainda, um registro dos pedidos por providências (“cobranças”) realizados por familiares das crianças supostamente abusadas. Segue um trecho:

Obs: o velho confirmou para nós que abuzou (sic) somente do (-) e falou que fez com o mesmo (-). Mas antes disso confirmou para nosso irmão (-) que tinha feito (-). Mãe: (-) mesma é mãe de um e tia dos outros 3 aonde não estar de acordo com essa situação e também é entendida da disciplina do crime e em cima disso quer uma cobrança. Mãe (-) a mesma é mãe do (-) e não está de acordo com essa situação e quer uma cobrança. Cunhado (-) o mesmo é cunhado dos meninos e é entendido do crime e quer cobrança. Obs: Assim a dona (-) chegou no (-) passando o que estava acontecendo aonde teve um dia que ela encontrou um dos seus filhos no colo do velho e o velho brincou com ela dizendo que queria o menino para ele (...) depois disso ele pediu p/ ela levar os meninos num passeio.

Embora a descrição contida no caderno tenha sido reduzida para não identificar nenhuma informação específica quanto às práticas libidinosas/sexuais e quanto aos envolvidos no caso, pode-se extrair que as mães foram as principais demandantes de providências aos indivíduos que, na comunidade, eram identificados como detentores da prerrogativa de efetuar a “cobrança” ao acusado de pedofilia, nos termos do procedimento de regulação social posto em prática através do mecanismo de debate. Um outro aspecto importante é a menção ao fato de que alguns dos demandantes da “cobrança” eram “entendidos do crime”, ou seja, o PCC é procurado com a expectativa de que resolva o caso, atuando de acordo com repertório de ação e valores que pautam as regras do mundo do crime (Ruotti, 2016; Dias, 2009).

Há, portanto, uma compreensão de que o PCC possuiria legitimidade de incidir em relação aos fatos considerados como graves e sensíveis para a comunidade. Neste caso, o recurso da violência física figura aqui como um aspecto relevante não apenas para aqueles que estão inseridos no “mundo do crime”, mas igualmente para quem detém algum conhecimento quanto aos valores e códigos vigentes neste universo moral, como foi o caso das mães que ativamente procuraram os supostos membros da organização ou, ainda, daqueles que eventualmente presenciaram o espancamento de X na viela (Ruotti, 2016).

Nota-se, portanto, que o debate também possibilita que o próprio PCC busque consolidar a narrativa factual de que é capaz de dar conta das demandas de regulação social que recebe da comunidade e tratá-las através de um mecanismo que opera a partir de uma concepção de justiça, utilizando como paradigmas valores que fazem parte do proceder do crime, expressos, inclusive, no estatuto e outros documentos do PCC (Ruotti, 2016; Dias, 2009). Tais valores estão socialmente disseminados e fortemente ancorados culturalmente, mobilizando moralidades e fortes sentimentos de repulsa, como ocorre no caso analisado aqui, em que os supostos abusos sexuais de X contra as crianças justificariam o uso da violência física e psicológica contra o acusado/vítima.

O duplo no espelho

Um elemento peculiar que emerge da análise dos documentos aqui descritos é o papel duplamente invertido que os atores envolvidos no evento desempenham (Goffman, 2014), considerando-se o fenômeno social do debate e a apuração do fato pelo sistema de justiça criminal, registrado no processo judicial. O contexto social, político e institucional é um fator fundamental para distinguir e situar a posição dos atores e o desempenho de seus papeis.

Desta forma, no âmbito do processo judicial, X aparece na posição de vítima, sobressaindo em suas narrativas sua submissão frente aos agressores, o abuso psicológico, o controle físico e os diferentes tipos de agressão que lhe foram dirigidas e que ressaltam a sua vulnerabilidade, o que, inclusive, constituiu parte de como o debate em si foi operacionalizado. Além disso, por ser tratado como vítima pelo sistema de justiça criminal, é perceptível como sua narrativa visa estabelecer uma oposição frente às narrativas apresentadas pelos acusados, especialmente porque a produção da verdade sobre os “fatos” no sistema de justiça perpassa a eleição de qual versão, seja a da vítima, a do acusado ou das testemunhas, é aquela mais crível para seus agentes e definirá o desfecho do caso (Gomes, 2017; Lima, 1989).

Por sua vez, no julgamento informal posto em prática através do debate, X está caracterizado pelo papel de agressor sexual de crianças, conforme as narrativas descritas no caderno e o depoimento dos envolvidos no debate revelam. Neste caso, ocorre um deslizamento para a posição de agressor, e a imagem dele é construída a partir de atos que envolvem o constrangimento de suas vítimas, as quais teriam sido submetidas a diferentes tipos de abusos e de violências. Dessa forma, coloca-se em evidência a sua capacidade de agredir e violar crianças vulneráveis e não as suas limitações físicas e psicológicas.

Enquanto isso, em relação aos supostos membros do PCC, o papel por eles desempenhado está intimamente vinculado à percepção de legitimidade de que usufruem. Nesse sentido, as variações quanto à legitimidade desses

agentes se associa ao contexto em que elas operam. Assim, quando são procurados pelas mães das crianças para que julguem e punam X, sua legitimidade se percebe pela compreensão daquelas mulheres de que estes agentes seriam capazes de atender essa reivindicação de acordo com as regras e valores vigentes no mundo do crime (Ruotti, 2016).

Todavia, quando estão submetidos ao processamento legal, passam a ser caracterizados como agentes ilegítimos para efetuar qualquer tipo de punição e, sendo assim, as iniciativas para resolver o problema que lhes foram demandadas são reinterpretadas à luz do código penal e, dessa forma, criminalizadas (Misse, 2008). Nesse sentido, o enquadramento do debate enquanto um *crime* (tortura/quadrilha) destaca como certos eventos, quando submetidos à análise do sistema de justiça criminal, são delineados a partir dos repertórios de definições jurídico-normativas e valores vigentes nessas instituições (Misse, 2008), especialmente porque a aplicação de punições juridicamente legais é aquela definida por um juiz de direito. Por consequência, as ações e os executores (do debate) são inevitavelmente considerados como agentes ilegais. O sistema de justiça retoma para si a prerrogativa de produzir o julgamento das condutas dos indivíduos e, eventualmente, punir de acordo com a lei, reivindicando o princípio do monopólio do uso da violência legítima pelo Estado (Adorno; Dias, 2014).

A prática da tortura no “debate” - convergências possíveis

No debate de “vida e morte” (Feltran, 2010) aqui relatado, o uso da violência física e psicológica foi mobilizado durante toda a sua execução. Além disso, pode-se perceber como, desde o início, sobressaiu-se o interesse de que a vítima confessasse os abusos que teria praticado contra as crianças da comunidade. Nesse aspecto, observa-se como a prática da tortura desponta tanto através dos meios utilizados (agressões e ameaças), com o objetivo de extrair a confissão de X, como também como um fim em si mesmo, como forma de impor a punição ao acusado de praticar um

ato que contraria frontalmente os dispositivos normativos e os valores da comunidade e do mundo do crime.

Ademais, o relatório elaborado pelos acusados de realizar o debate atesta que: “Obs: o velho *confirmou* para nós que abuzou (*sic*) somente do (-) e falou que fez com o mesmo (-). Mas antes disso *confirmou* para nosso irmão (-) que tinha feito” (grifo nosso). A suposta confirmação dos abusos ocorreu no âmbito do debate, isto é, num contexto em que a vítima já estaria subjugada. Portanto, as torturas infligidas a ela pretendiam obter a confirmação das imputações que lhe foram atribuídas a fim de que a punição imposta estivesse respaldada pelas diretrizes que sustentam a atuação do PCC, as quais se legitimam a partir de concepções de justiça que fundamentam essa atuação e que supõem a comprovação dos atos que desencadearam o mecanismo punitivo. Assim, tanto mais importante é a confissão como prova das acusações que o levaram ao debate, em razão de que o desfecho provável de casos de abuso sexual de crianças é a punição com a morte, o que demanda a certeza da culpa para que a punição não seja interpretada com injusta.

Contudo, considerando-se a própria configuração do debate, nos termos antes descritos, seria possível cogitar que a narrativa de X poderia ser acolhida de outra forma, senão como a confirmação de sua culpa? Independentemente desta confirmação, as práticas de tortura mobilizadas por meio do debate e a conformação mesma do contexto do julgamento em detrimento da vontade da vítima correspondem ao poder que o PCC reivindica dispor sobre a vida e a morte dos segmentos da população que vivem nos territórios sob seu controle (Dias, 2009).

Neste sentido, quando pessoas da comunidade, não necessariamente com vínculos com o crime, procuraram o PCC, podemos perceber que há uma expectativa de que esses agentes seriam capazes de responder às suas reivindicações, inclusive com uma sanção mais efetiva diante de atos tão graves. Importante considerar aqui que “as injustiças cometidas contra as crianças constituem um território moral politicamente muito lucrativo para aqueles que conseguem se legitimar como representantes da luta contra

essas injustiças” (Lowenkron, 2013, p. 311). Ademais, as moralidades em torno do abuso sexual em face de crianças e adolescentes fundamentam-se em uma percepção que transcende a visão do crime, encontrando eco em uma reprovação mais difusa na sociedade brasileira,⁹ ainda que essa condenação ocorra mais no plano discursivo do que na realidade concreta – haja vista os números sobre violência sexual no país. Dessa forma, se o desfecho do debate fosse o homicídio do acusado de pedofilia, essa morte não ensejaria necessariamente um desconforto social ou uma reprovação moral, mas, ao contrário, poderia ser percebida como justa e adequada à gravidade do ato cometido.

A partir de pesquisa desenvolvida em dois bairros periféricos na cidade de São Paulo, Ruotti (2016) destaca como a percepção da população local em relação ao PCC conta com uma série de duplicidades quanto aos elementos “segurança” e “proteção” que o grupo criminal confere à localidade. Assim, quando se aciona o PCC como instância capaz de resolver conflitos de diferentes tipos, presume-se que a organização terá condições de dar uma resposta adequada, sabendo-se que, possivelmente, isso implicará a utilização de expedientes violentos, ou ainda a violência letal. No caso em análise, tratando-se de um tipo de imputação bastante grave no repertório moral presente em diversos segmentos sociais, o uso da violência não parece ter sido um óbice ou ter provocado constrangimento. No relato da vítima, inclusive, percebe-se que várias pessoas presenciaram e/ou participaram da agressão sem interceder por ela.

Porém, apesar de compreender que há uma convergência moral que envolve toda a comunidade – os integrantes do mundo do crime e demais moradores –, não é possível atribuir apenas a essa confluência a ausência de pessoas que tenham tentado interceder ou evitar as agressões, como se extrai, por exemplo, do fato de os policiais terem chegado ao lugar após

⁹ O Estudo do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2017) destaca como o estupro de vulnerável (em crianças e adolescentes com menos de 13 anos) constitui quase 70% das ocorrências de violência sexual no país, ressaltando-se que esse tipo de violência costuma ter como agressores indivíduos que conhecem a vítima, com destaque para aqueles que compõem o círculo intrafamiliar (país, padrastos, avôs).

terem sido informados pela comunicação interna da PM de que haveria uma pessoa mantida em cativeiro. O medo imposto pelos atores do crime sobre as pessoas que vivem nas localidades onde eles detêm a prerrogativa de efetivar essa gestão da violência deve também ser considerado como um fator relevante para compreender a complexidade dessas relações.

Em um dos casos discutidos em Ruotti (2016), membros do PCC que realizavam a decisão de um debate de execução do acusado disseram aos vizinhos do local onde os fatos ocorreram que se “abrissem o bico” o mesmo aconteceria com eles. Porém, alguns desses vizinhos, sensibilizados pelo esforço da família de uma das vítimas do debate, acabaram colaborando com informações quando o caso foi apurado pela justiça formal (Ruotti, 2016).

Além disso, é possível destacar como a extração da confissão por meio da tortura não é um fato desconhecido da realidade social brasileira. A atividade policial tem recorrido historicamente à tortura e, conseqüentemente, às confissões obtidas a partir dela, inclusive incorporando-a como *modus operandi* de muitas investigações criminais no país. Por conseguinte, pode-se dizer que se trata de prática incorporada na atuação do próprio sistema de justiça criminal (Barros, 2015; Vargas, 2012; Lima, 1995; Mingardi, 1991).

Ao submeter um suspeito à tortura (em diferentes graus e modalidades), um agente policial visa, via de regra, obter uma confissão ou punir o indivíduo, sujeitando-o à sua vontade. Esse domínio que o agente policial exerce sobre o sujeito sob sua custódia encontraria respaldo em justificativas que supostamente legitimariam essa prática. Dessa forma, valores corporativistas quanto ao emprego da violência, a percepção calcada em julgamentos morais e valores amplamente aceitos na sociedade de que os suspeitos são “vagabundos” e, ainda, a “inevitabilidade” da tortura para alcançar um determinado propósito seriam elementos centrais nesse tipo de ocorrência (Barros, 2015). Portanto, pode-se considerar que a mobilização da tortura se baseia também nos valores sociais que circulam mais amplamente na sociedade, independentemente do contexto em que essa prática é acionada. Além disso, os agentes que dela se utilizam, procuram reforçar

internamente, frente ao grupo ao qual pertencem, a justificativa para o seu uso. Paradoxalmente, isso pode ser observado tanto no debate executado pelo PCC quanto em relação à tortura empreendida por agentes policiais.

Outro fator decorrente da conformação do contexto propício às práticas de tortura é a restrição da liberdade de locomoção da vítima, ainda que de forma situacional, dentro do quadro temporal necessário para a imposição da violência. O impedimento da locomoção garante que a prática violenta se estenda no tempo e alcance seu objetivo, seja a obtenção da confissão ou a punição. O domínio de um indivíduo pelo outro é o elemento central no âmbito da tortura, que permite a subjugação e, desta forma, a intervenção violenta sobre o corpo do sujeito, muitas vezes, posicionado nesta relação como “objeto” (Gomes, 2017).

No debate aqui analisado, nota-se que a submissão da vítima em face dos supostos membros do PCC é o primeiro elemento que aparece no seu relato, quando entra no carro e é deslocada para outra comunidade e colocada numa situação em que se torna incapaz de reagir. Além disso, as torturas a que foi submetida desde o início do debate ressaltam sua impossibilidade de se desvencilhar do controle a que está sujeitada, e essa configuração de restrição física se altera somente quando a polícia interrompe o debate e a vítima consegue fugir do domínio dos agressores. O caso aqui analisado nos permite identificar uma miríade de elementos que são mobilizados – restrição física da vítima, imposição de diferentes tipos de agressões, extração de uma confissão – que correspondem a fatores presentes nas práticas de tortura amplamente disseminadas no país (Gomes, 2017).

Considerações finais

Os debates tornaram-se um dispositivo relevante na atuação do PCC, caracterizando-se como sendo capazes de regular conflitos sociais e gerir o emprego da violência nos lugares em que o grupo alcançou hegemonia,

como nas prisões paulistas e nas periferias (Feltran, 2010; Dias, 2013). O apoio às suas ações não decorre apenas do emprego efetivo da violência, mas também se fundamenta na conformidade aos valores que são socialmente disseminados. Desse modo, esses repertórios têm contribuído para reforçar a relevância do PCC na gestão dos conflitos sociais, bem como ajudam a legitimar suas ações, ainda que violentas, para aqueles que enxergam no grupo a capacidade de prover “justiça”.

O caso aqui analisado permitiu observar como práticas de tortura foram mobilizadas durante a execução desse debate do tipo “vida e morte”. Dessa forma, a restrição física imposta à vítima, a necessidade da obtenção de uma confissão, bem como a variedade de agressões contra ela dirigidas constituíram-se como elementos presentes durante a ocorrência do debate. Por outro lado, externalizam como tais características estão igualmente presentes em outros contextos em que práticas de tortura têm sido historicamente utilizadas, como é o caso daquelas que ocorrem em delegacias de polícia e nas prisões.

Além disso, foi possível compreender como a disposição individual de membros do PCC quanto ao uso da violência também decorre dos repertórios morais amplamente difundidos entre a população, como é o caso do abuso de crianças, e que estes são muito mais amplos do que as regras vigentes no mundo do crime. Dessa forma, outras referências quanto à moralidade sexual, de gênero e de classe são também relevantes para que estes mesmos agentes possam balizar suas decisões subjetivamente e quanto às interpelações que são provocadas por agentes externos. Finalmente, um contexto político e social de completa falta de confiança nas instituições estatais formais para resolver o problema dos segmentos mais vulneráveis da população está no cerne do fenômeno aqui analisado (Adorno; Dias, 2014).

Esse fator ajuda, inclusive, a compreender como, em alguns casos, princípios morais e interesses sociais socialmente difundidos dão sustentação à ação do PCC, elegendo-o como instância produtora de justiça, inclusive pela possibilidade de uso da violência fatal, sem que isso seja de todo modo desencorajado – e que teria sido possivelmente o desfecho desse

caso, se o debate não tivesse sido interrompido. Ao mesmo tempo, o fato de uma denúncia ter provocado a ida da polícia ao local dos fatos sugere que a legitimidade do PCC para impor punição e fazer justiça não é estável, homogênea ou consensual e está sujeita a atualizações permanentes.

Desse modo, pode-se indicar que o debate em si possui uma interpretação polissêmica e que os membros do PCC são identificados a partir de signos e representações ambivalentes. De um lado, segmentos da população depositam a confiança neles como agentes capazes de aplicar a justiça de uma forma mais adequada que o Estado; por outro, essa mesma prerrogativa que lhes é atribuída advém, em parte, de se tratar de um grupo criminal armado, de reconhecido poder coercitivo, o que, obviamente, provoca o sentimento de medo nesta mesma população (Ruotti, 2016). Finalmente, pode-se observar, ainda, que práticas de tortura se têm adaptado a diferentes contextos na realidade brasileira. Isso sugere que novas formas de as interpretar precisam estar conectadas às mudanças sociais pelas quais a sociedade passou ao longo das últimas décadas, sobretudo, em relação às reconfigurações produzidas pela emergência de novos atores sociais criminais que assumem papéis ambivalentes e acabam por atualizar o sentido de práticas autoritárias e arbitrárias historicamente associadas às agências estatais nos mecanismos que acionam para reprimir o crime.

Camila Nunes Dias é Doutora em Sociologia, Professora da Universidade Federal do ABC, Pesquisadora do CNPq, Coordenadora do Grupo de Pesquisa em Segurança, Violência e Justiça – SEVIJU e pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos da Violência (NEV-USP). ✉ camila.dias00@gmail.com

Mayara de Souza Gomes é doutoranda em Ciências Humanas e Sociais pela Universidade Federal do ABC, Mestra pelo mesmo programa (2017) e membro do grupo de pesquisa em Segurança, Violência e Justiça – SEVIJU da UFABC. ✉ mayara.dsgomes@gmail.com

Referências

1. ADORNO, Sérgio; SALLA, Fernando. Criminalidade organizada nas prisões e os ataques do PCC. **Estudos Avançados**, v. 61, n. 21, p. 7-29, 2007. <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300002>
2. ADORNO, Sérgio; DIAS, Camila C. N. Monopólio estatal da violência. In: LIMA, Renato S. de; RATTON, José L.; AZEVEDO, Rodrigo G. de (orgs.). **Crime, polícia e justiça no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2014. p. 187-197. (v. 1).
3. BARROS, Marcelo. **Polícia e tortura no Brasil**: Conhecendo a caixa das maçãs podres. 1. ed. Curitiba: Appris, 2015.
4. BIONDI, Karina. **Etnografia no movimento**: Território, hierarquia e lei no PCC. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014.
5. BIONDI, Karina. **Junto e misturado**: Imanência e transcendência no PCC. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2009.
6. CALDEIRA, Teresa P. do R. **Cidade de Muros**: Crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34; Edusp, 2000.
7. CALDERONI, Vivian; JESUS, Maria Gorete M. (coord.). **Julgando a tortura**: Análise de jurisprudência nos tribunais de justiça do Brasil (2005-2010). São Paulo: ACAT-Brasil/Conectas/NEV-USP/IBCCRIM/Pastoral Carcerária, 2015.
8. CERQUEIRA, Daniel; COELHO, Danilo. S. C; FERREIRA, Helder. **Estupro no Brasil**: Vítimas, autores, fatores situacionais e evolução das notificações no sistema de saúde entre 2011 e 2014. Brasília: Instituto de Pesquisa de Econômica Aplicada, 2017.
9. DIAS, Camila C. N. **PCC**: Hegemonia nas prisões e monopólio da violência. 1. ed. São Paulo: Saraiva, 2013. 455 p. (v. 1).
10. DIAS, Camila C. N. Estado e PCC tecendo as tramas do poder arbitrário nas prisões. **Tempo Social**, v. 23, n. 2, p. 213-233, 2011.
11. DIAS, Camila C. N. A disciplina do PCC: a importância do (auto) controle na sociabilidade prisional. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, v. 18, p. 393-414, 2010.
12. DIAS, Camila C. N. Ocupando as brechas do direito formal: O PCC como instância alternativa de resolução de conflitos. **Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social**, v. 2, n. 4, p. 83-105, 2009.
13. DIAS, Camila N.; SALLA, Fernando. Violência e negociação na construção da ordem nas prisões: a experiência paulista. **Sociedade e Estado**, v. 34, p. 539-564, 2019.

14. FELTRAN, Gabriel S. Manter a ordem nas periferias de São Paulo: Coexistência de dispositivos normativos na “era PCC”. In: AZAIS, Crithian; KESSLER, Gabriel; TELLES, Vera S. (orgs.). **Ilegalismos, cidade e política**. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012. p. 100-125.
15. FELTRAN, Gabriel S. **Fronteiras de tensão**: Política e violência nas periferias de São Paulo. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp/CEM, 2011.
16. FELTRAN, Gabriel. S. Crime e castigo na cidade: Os repertórios da justiça e a questão do homicídio nas periferias de São Paulo. **Caderno CRH**, v. 23, n. 58, p. 59-73, jan./abr. 2010. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000100005>
17. GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**: Morfologia e história. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
18. GODÓI, Rafael. **Fluxos em cadeia**: A prisão em São Paulo na virada dos tempos. 1. ed. Boitempo, 2015.
19. GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. 20. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2014.
20. GOMES, Mayara de S. **Isso é tortura?** Disputas, consensos e narrativas na construção social do crime de tortura na cidade de São Paulo. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas e Sociais) – Universidade Federal do ABC, São Bernardo do Campo, 2017.
21. HIRATA, Daniel V. **Sobreviver na adversidade**: entre o mercado e a vida. 2010. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.
22. JESUS, Maria Gorete M. **O crime de tortura** – uma análise dos processos criminais na cidade de São Paulo. São Paulo: IBCCRIM, 2010.
23. JOZINO, Josmar. **Cobras e lagartos**: A verdadeira história do PCC. 2. ed. São Paulo: Via Leitura, 2017.
24. LIMA, Roberto K. **A polícia da cidade do Rio de Janeiro**: Seus dilemas e paradoxos. 2. ed. Tradução de Otto Miller. Rio de Janeiro: Forense, 1995.
25. LIMA, Roberto K. Cultura Jurídica e práticas policiais: A tradição inquisitorial. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 4, n. 10, p. 65-84, 1989.
26. LOWENKRON, Laura. O monstro contemporâneo: notas sobre a construção da pedofilia como “causa política” e “caso de polícia”. **Cadernos PAGU**, n. 41, p. 303-337, jul./dez., 2013.
27. MACHADO, Marta R. A.; MACHADO, Maíra R.; MATSUDA, Fernanda. E; FERREIRA, Luísa M. A; FERREIRA, Carolina C. Massacre do Carandiru + 23. In: MACHADO, Maíra R.; MACHADO, Marta R. A. (coord.). **Carandiru não é coisa**

do passado: um balanço sobre os processos, as instituições e as narrativas 23 anos após o massacre. São Paulo: FGV Direito, 2015.

28. MANSO, Bruno P.; DIAS, Camila. N. PCC, sistema prisional e gestão do novo mundo do crime no Brasil. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, v. 11, n. 2, p. 10-29, 2017.

29. MARQUES, Adalton. **Crime, proceder, convívio-seguro**. Um experimento antropológico a partir de relações entre ladrões. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

30. MISSE, Michel. Sobre a construção social do crime no Brasil. Esboços de uma interpretação. In MISSE, Michel (organizador). **Acusados e Acusadores**. Rio de Janeiro: Revan, 2008, pp. 13-32

31. MINGARDI, Guaracy. **Tiras, gansos e trutas – cotidiano e reforma na polícia civil**. São Paulo: Scritta Editorial. 1991

32. OLIVEIRA, Fabiana L. de; SILVA, Virgínia F. Processos judiciais como fonte de dados: Poder e interpretação. **Sociologias**, v. 7, n. 13, p. 244-259, jan./jun. 2005.

33. RAMALHO, José R. **O mundo do crime: A ordem pelo avesso**. 3. ed. São Paulo: IBCCRIM, 2002.

34. RUOTTI, Caren. **Pretensão de legitimidade do PCC: justificação e reconhecimento de suas práticas na periferia de São Paulo**. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016.

35. SILVESTRE, Giane. **Controle do Crime e seus operadores: política e segurança pública em São Paulo**. 1. ed. São Paulo: Annablume, 2018.

36. SHIMIZU, Bruno. **Solidariedade e gregarismo nas facções criminosas**. 1. ed. São Paulo: IBCCRIM, 2011.

37. TEIXEIRA, Alessandra. **Prisões da exceção: Política penal e penitenciária no Brasil contemporâneo**. 1.ed. São Paulo: Juruá Editora, 2009.

38. TELLES, Vera S.; HIRATA, Daniel V. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. **Tempo Social: Revista de Sociologia da USP**, v. 22, n. 2, p. 39-59, 2010.

39. VARGAS, Joana D. Em busca da “verdade real”: tortura e confissão no Brasil ontem e hoje. **Sociologia & Antropologia**, v. 2-3, 2012, p. 237-265.

Recebido em: 9 jul. 2020.

Aceito em: 15 fev. 2021.

<http://doi.org/10.1590/15174522-101294>

Brasil da financeirização: do consumo familiar à cooptação da assistência social

Horígenes Fontes Soares Neto * 

Lessi Inês Farias Pinheiro * 

Marcelo Inácio Ferreira Ferraz * 

Resumo

Enquanto face mais recente do modo de acumulação capitalista, a financeirização reverbera, por um de seus tentáculos, na necessidade de acesso ao mercado bancário-financeiro e de bens pelas famílias de baixa renda. Isso se dá, primordialmente, para que possam assegurar direitos esvaziados pelo Estado, gerando explosões de consumo e endividamento alimentadoras do circuito neoliberal – caso do Brasil, sobretudo desde os anos 1990. Ao lado, o crescimento de mecanismos socioassistenciais, cujo pano de fundo é a promoção do bem-estar e das cidadanias, deixa de servir unicamente às suas pretensões originárias para também sustentar, transversalmente, o capital financeirizado. Em tal cenário, este trabalho objetiva verificar as dinâmicas de gasto e consumo familiares vigentes num Brasil marcado pelas desigualdades e por políticas públicas socioassistenciais na era financeirizada. Perquire a inserção na ciranda bancário-financeira das populações pauperizadas e o uso do fundo público para a remuneração de bancos. Metodologicamente, parte de pesquisa bibliográfica de teóricos clássicos e contemporâneos críticos da financeirização, aliada a dados secundários de consumo e gastos das famílias brasileiras, destacadamente aquelas rastreadas e atendidas por políticas assistenciais, assim como da execução orçamentária nacional. A análise aponta para a cooptação do Estado pela financeirização e a quebra dos objetivos originários das ações assistenciais.

Palavras-chave: financeirização, baixa renda familiar, gastos públicos, consumo, políticas assistenciais.

* Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, BA, Brasil.

Brazil of financialization: from family consumption to the co-option of social assistance

Abstract

As a more recent face of the capitalist accumulation mode, financialization results, among other consequences, in the need for access to bank loans and consumption goods by low-income families. This occurs, primarily, so that they can ensure rights emptied by the State, generating explosions of consumption and indebtedness, which feed the neoliberal circuit, as in Brazil, especially since the 1990s. On the other hand, the growth of social assistance mechanisms, whose background they are the promotion of well-being and citizenship, they cease to serve only their original claims and also sustain, across the board, financialized capital. In such a scenario, this work aims to verify the dynamics of family spending and consumption in force in a Brazil marked by inequalities and by socio-assistance public policies in the financialized era. It is included in the banking-financial circle of impoverished populations and the use of public funds for the remuneration of banks. Methodologically, it starts with bibliographic research of classic and contemporary theorists critical of financialization and, together with secondary consumption and spending data from Brazilian families, notably those tracked and attended by assistance policies, as well as national budget execution, concludes by the co-option of the State by financialization and the breaking of the objectives originating from assistance actions.

Keywords: financialization, low-income families, public expending, consumption, assistance policies.

Introdução

O arcabouço histórico de formação da financeirização demonstra que suas raízes são fundadas nas políticas de desregulamentação, privatização, bancarização e liberalização que se espalham também pelas políticas públicas no setor social. Assenta-se no neoliberalismo, forma econômica de Estado que, desde meados do século XX, se apresenta como reestruturadora e determinante do jogo de forças (ou de cooptação) entre Estado, mercado e sociedade civil (Harvey, 2014).

Nesse contexto, a pesquisa proposta tem como enfoque verificar as dinâmicas de gasto e consumo familiares vigentes num Brasil marcado pelas desigualdades sociais e por políticas públicas de fundo socioassistencial na era financeirizada. Os contornos históricos da financeirização das economias mundial e brasileira, observadas especialmente a partir da década de 1970 e até o ano de 2017, dão o tom e delimitam a abrangência do estudo.

A partir desse objetivo, perquire-se, neste trabalho, se as influências de um neoliberalismo financeirizado, que desembocaram na abertura do mercado ao sistema bancário-financeiro mundial, inclusive no Brasil, foram capazes, na ótica deste país, de inserir na sua ciranda a população da base da pirâmide social, com relevo àquela atendida por políticas assistenciais. Questiona-se, nesses passos, se a financeirização tem se utilizado do fundo público destinado às ações assistenciais como uma de suas fontes de alargamento.

Para isso, fundamental inicialmente a revisão de literatura. Metodologicamente, utiliza-se de pesquisa bibliográfica, baseada em artigos científicos e livros que tratam criticamente do assunto.

Trata-se, nas linhas que se seguirão, de realizar uma análise do capitalismo financeirizado diante de suas perspectivas históricas, conceituais e práticas na esfera global. Após, busca-se transportar a temática para a experiência vivida no contexto sociopolítico-econômico do Brasil, com a ascensão e domínio das finanças na sistemática nacional, como será visto.

Com base em literatura especializada, especificam-se aqueles que abrem discussões mais aprofundadas a respeito da gênese e desenvolvimento da financeirização, cite-se Harvey (2014) e Chesnais (2000; 2005). Na análise do caso brasileiro, têm-se Bruno e Caffé (2015; 2017) e Lavinias (2017; 2018), os quais indicam os caminhos percorridos pela financeirização na situação nacional. O processo de modelagem do capital no Brasil é notado desde o impacto das políticas keynesianas durante a era Getúlio Vargas e até a política neoliberal na gestão interina Michel Elias Temer – para este trabalho, checada até o ano de 2017.

Outrossim, na busca por verificar empiricamente alguns dos impactos causados pelas políticas de financeirização no contexto brasileiro, a pesquisa observa, quantitativamente, por estatística descritiva, dados secundários a respeito do modo e perfil de consumo e gastos das famílias nas linhas de vulnerabilidade no Brasil¹ entre os anos de 2012 e 2017. Essa verificação se dá com a finalidade de compreender a eventual relação e impacto das políticas financeirizantes nas estruturas familiares durante tal recorte de tempo.

São estudadas as *proxies* das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios (PNAD), 2012 a 2015 (IBGE, 2019a), e das Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílios Contínuas (PNADC), 2016 e 2017 (IBGE, 2019b). Por meio delas, avaliam-se as variáveis numéricas e categóricas de posse de televisão, geladeira, máquina de lavar, telefone móvel, microcomputador, automóveis, banheiro ou sanitário e abastecimento de água, utilizadas pelo Critério de Classificação Econômica Brasil para ordenação das classes A a E² da pirâmide social (ABEP, 2019).

Os microdados das variáveis anteriormente citadas são cruzados, por meio do *software R Commander*, com a variável renda, para todos os anos, e selecionadas as famílias com renda *per capita* de até ½ salário-mínimo, público da faixa de renda mais baixa da pesquisa. Ademais, com o uso da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2017-2018, busca-se caracterizar o acesso das pessoas e famílias na linha de renda mais baixa divulgada pela pesquisa (renda *per capita* até R\$ 1.908,00) a bens consumo e bens salário. Cotejam-se os gastos das famílias com o mercado de consumo, utilizando-se das variáveis habitação, alimentação, vestuário, assistência à saúde, educação e diminuição do passivo (empréstimo e prestação de imóvel) (IBGE, 2019c), no intuito de inferir seu maior ou menor acesso ao sistema bancário-financeiro e consequente participação no circuito

¹ Entenda-se, nesta acepção, as famílias cuja renda *per capita* não ultrapasse ½ salário-mínimo, já que este é o grande público rastreado pelas políticas públicas no setor assistencial no Brasil.

² Segundo o Critério de Classificação Econômica Brasil, classificam-se as famílias brasileiras de A a E conforme um sistema de pontos decorrente da posse e acesso a bens e serviços: classes D-E (1-16 pontos); C2 (17-22 pontos); C1 (23-28 pontos); B2 (29-37 pontos); B1 (38-44 pontos); e A (45-100 pontos) (ABEP, 2019).

da financeirização. A seguir, são analisadas as evoluções do número de indivíduos na base do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) com relacionamento bancário e com empréstimos ativos. Para tanto, são utilizados os dados do Relatório de Economia Bancária do Banco Central do Brasil.

Encerrando o estudo sugerido, discute-se se houve evolução nos repasses financeiros envidados pelo poder público para instituições bancárias operacionalizarem o pagamento das transferências de renda do Benefício de Prestação Continuada (BPC)³ e do Programa Bolsa Família (PBF)⁴ aos usuários, bem como para a operacionalização do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico)⁵, entre 2012 e 2017, já que são elas as principais políticas socioassistenciais da atualidade. Isso se dá em razão da necessidade de enfrentamento da questão remanescente de utilização dos fundos de políticas assistenciais como um dos sustentáculos do processo de financeirização brasileiro, desnaturando os objetivos de redução de desigualdades entre classes, e de alargamento de democracia e cidadania real ao povo socorrido pelas ações previstas na Política Nacional de Assistência Social (PNAS).

Os dados secundários citados são fornecidos pelo Ministério da Economia, por meio de solicitação efetivada com uso da Lei de Acesso à Informação à Controladoria Geral da União. Os subsídios em apreço referem-se a informações da Execução Orçamentária da União entre os anos de 2012 e 2017. Foi selecionada a unidade orçamentária 71104⁶ e

³ Regulamentado pela Lei nº 8.742/1993, é transferência de renda destinada a idosos e portadores de deficiência cuja renda familiar *per capita* não ultrapasse $\frac{1}{4}$ do salário-mínimo e que não possam ter a subsistência provida por si ou por terceiro.

⁴ Regulamentado pela Lei nº 10.836/2004, é transferência de renda destinada a brasileiros em situação de pobreza ou extrema pobreza, com benefício condicionado ao atendimento de requisitos nas áreas de saúde e educação.

⁵ Regulamentado pela Lei nº 6.135/2007, é mecanismo de identificação das famílias em situação de extrema pobreza, pobreza e baixa renda, cuja renda *per capita* familiar não ultrapasse meio salário-mínimo ou a renda total não ultrapasse 3 salários-mínimos. É usado para a coordenação dos programas sociais do Governo Federal.

⁶ Remuneração de Agentes Financeiros – Recursos sob supervisão do Ministério da Economia.

as ações de execução orçamentária da União 00K3⁷ e 000F⁸, verificadas por estatística descritiva e qualitativamente (Brasil, 2019).

Frise-se que o recorte temporal dos dados firmado entre 2012 e 2017 não se dá de modo aleatório, mas em razão da necessidade de conformação das variáveis numéricas e categóricas oriundas das PNAD e PNADC que se alinharam somente nos anos referenciados. Justifica-se também pela pretensão de observar o comportamento populacional quanto ao consumo e gastos familiares em duas plataformas de governo distintas, Dilma Rousseff e Michel Elias Temer.

O capitalismo financeirizado

As políticas neoliberais que marcam o mundo desde o século XX reverberam nas economias a partir da assunção de modelos de Estado garantidores do funcionamento livre do comércio e do mercado, do regime de direito e do direito individual à propriedade privada. Ao lado disso, sob o manto do Estado mínimo e da responsabilidade individual pelas ações e bem-estar na comunidade, afirmam a ampliação desse bem-estar com o aumento da frequência e alcance do mercado (Harvey, 2014), sobretudo numa estrutura de capitalismo mundializado, a qual Chesnais (2000) denomina de mundialização do capital.

A mundialização do capital, caracterizada sobretudo pela liberalização monetária e financeira, desintermediação dos fluxos de capital e descompartimentalização dos mercados financeiros, como fruto das políticas neoliberais e ao lado da globalização dos fluxos de capital, ao estruturar-se como categoria desse capital e tornar-se espaço de dependência política entre os Estados e celeiro de relações de dominação, dá fruto à mais contemporânea exteriorização do capitalismo: a financeirização, forma de acumulação do capital dissociada de modo direto da produção (Chesnais, 2000).

⁷ Operacionalização das ações de transferência de renda e do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.

⁸ *Idem* nota 7.

A literatura aponta que a financeirização decorre da sobrevalorização e investimentos em capital financeiro, em detrimento dos estímulos ao estoque de capital produtivo fixo (Bruno; Caffé, 2015). Nesse prisma, propugna-se pela financeirização um espaço econômico no qual a esfera financeira do capital se torne preponderante, desincentivando, transversalmente, os investimentos em capital produtivo.

A conformação sistêmica da financeirização firma-se a partir do capital monetário, originado do desenvolvimento do capital industrial ou produtivo, que necessita da geração de mais-valia partida da produção e circulação de mercadorias e estruturada pela superexploração da massa trabalhadora pelo capitalista na forma de trabalho não pago. Esse capital produtivo se associa ao capital comercial, forma de capital específico que decorre do descolamento da atividade de circulação de mercadorias das mãos do capitalista industrial. Do referido descolamento, justificado pela ampliação em grandes escalas da movimentação das mercadorias, nasce o capital monetário, representado pela transposição autonomizada e técnica do dinheiro (Boschetti, 2012).

Na produção e reprodução capitalista, transforma-se dinheiro em mercadoria especial, não vendida ou comprada como as demais, mas valorizada sob a forma de empréstimos e aplicações financeiras ocasionadas do excedente de capital monetário, baseado materialmente no trabalho vivo, na produção de mercadorias (Brettas, 2017). Sob esse aspecto, o capital monetário assume elevada expressão. Ao adotar a forma de juros de empréstimos, aplicações financeiras, pagamentos oriundos de posse de ações e demais lucros advindos desse frutífero ciclo, “faz dinheiro” na própria esfera das finanças e se transforma em capital portador de juros ou capital usurário (Chesnais, 2005), buscando, na essência do dinheiro, fazer mais dinheiro.

O desenvolvimento do capital portador de juros amplia o circuito de especulação e permite a remessa ao futuro do pagamento dos valores adiantados a título de empréstimos e demais operações financeiras, prospectando para a frente a obtenção desse modo de remuneração.

Operando junto com a especulação, na futura acumulação, desvinculada da base material, o capital usurário torna-se capital fictício, capital fetiche ou modo ilusório que os rendimentos adquirem ao fantasiar advir do capital portador de juros (Chesnais, 2000), representando a principal forma de apresentação desse tipo de capital na economia financeirizada.

O capital, sob sua forma fictícia, viabiliza que as transações financeiras se multipliquem com capital real em quantidade idêntica (Brettas, 2017), demonstrando-se, assim, a concretização do fetichismo do capitalista usurário. Esse capital fictício, representado na esfera pública pelas compras por particulares de títulos da dívida dos Estados, uma vez convertidos em gastos correntes, indica direito ao detentor desses títulos de apropriar-se de parcela das receitas estatais oriundas de tributos. É fictício porque o que fora emprestado já se consumiu pelo Estado, aguardando-se arrecadação no futuro de valores tomados de empréstimos.

A lógica especulativa que daí se infirma incita os Estados, mormente os subdesenvolvidos, a emitirem ações e títulos da dívida ao mercado. Amplia a valorização e acumulação de capital e a inserção da esfera privada no âmbito público por meio do setor bancário ou do mercado com as figuras das instituições não financeiras, como fundos mútuos de investimentos e fundos de pensão (Batista; Moraes, 2012), questão muitas vezes geradora de crises especulativas, como ocorrera com a de subprime norte-americano em 2007. Nesse aspecto, Dowbor (2017, p. 78) ressalta que se trata de “sistema que, ao mesmo tempo, provoca a instabilidade econômica geral e se dota de instrumentos políticos de controle que impedem qualquer forma séria de regulação”.

Nas palavras de Paulani, “o regime de acumulação com dominância da valorização financeira tem formação de crises, ocasionadas pela recorrente geração de bolhas de ativos, como sua característica mais marcante. Ele é por isso estruturalmente frágil” (Paulani, 2009, p. 33). O capital usurário demanda da economia esforço maior do que dela pode ser extraído, consequência de sua exterioridade à produção (Chesnais, 2005).

Diante dessa sistemática, o processo especulativo coordena o aumento da exploração da força de trabalho, as tributações regressivas e a busca por novos nichos de mercado, em especial de consumo, uma vez que deve advir do lucro o juro remunerador do capital usurário. Essas questões, assim, tornam-se condutoras de medidas adotadas pelos Estados no sentido de remunerar o capital portador de juros em seu aspecto fictício, e a classe rentista. As privatizações de empresas públicas, liberalização econômica, retirada de direitos sociais e desregulamentações tributárias e trabalhistas, fortemente orientadas pelo capital gerador da união entre o capital bancário-financeiro e o capital industrial, reagrupam-se sob a forma de capital fictício (Paulani, 2009).

O Estado, então, esvazia seus modos de atuação e age minimamente, reafirmando o pacto neoliberal. O regime capitalista com dominância financeira, pautado nas premissas neoliberais, requer a intervenção dos entes públicos somente como garantidores do processo de expansão do capital portador de juros na sua forma mais recorrente que é o capital fictício, responsável por convidar agentes, classes sociais e setores não financeiros a atuarem em atividades rentistas (Bruno; Caffé, 2015). Rompe-se, nessas vias, inclusive, a autonomia dos Estados. Multidimensionalmente, pelos aspectos apontados, a financeirização exige condições estruturais para seu desenvolvimento e, por isso, conduz à perda de autonomia nos Estados em que se insere.

Aponta-se criticamente que as dimensões atingidas pela financeirização levam, além de restrições relativas à política econômica estatal, ao persistente e rápido endividamento decorrente de taxas de juros e pesada tributação, queda dos investimentos no setor público e esvaziamento da atuação estatal no desenvolvimento econômico da nação (Bruno; Caffé, 2015). Diante disso, não consegue o Estado compatibilizar condições inseparáveis ao desenvolvimento nacional, que são coerência macroeconômica e coesão social (Bruno; Caffé, 2017). Conforme esclarece Dowbor (2017), os gigantes financeiros detêm recursos superiores aos que são administrados pelo sistemas públicos, dotando-se de instrumentos

de controle político que “controlam também o essencial da mídia e, com isto, a opinião pública. Crescentemente, penetram nos espaços que lhes abrem o Judiciário, que deveria ser o último bastião de proteção da igualdade perante a lei” (Dowbor, 2017, p. 81).

A economia financeirizada modela a sociedade do atual século em seu grupo de determinações e, justificada nisto, remete-se à brutalidade desmedida da acumulação primitiva nos países subdesenvolvidos e à modulação de relações sociais pautadas no consumo e multiplicadas sob a “ditadura” dos mercados financeiros (Chesnais, 2005), já que ainda há forte concentração da dominação financeira do centro (países de economia capitalista desenvolvida) sobre a periferia (países subdesenvolvidos). O Brasil, seguindo os rumos mundiais, em especial os experimentados pelos países da América Latina, não tem deixado de partilhar a face financeirizada da economia ao longo de sua história, destacadamente a partir dos anos 1990.

Vanguardista nos processos de inserção da América Latina nos contextos econômicos mundiais, o Brasil iniciou sua participação no processo de economia financeirizada precocemente. Tão logo se assentaram ao redor do globo as tendências, em instituições bancário-financeiras e industriais, de propugnar pelo investimento na reprodução do capital sob sua forma portadora de juros e fictícia, ao invés de propriamente reproduzir o dinheiro por meio de investimentos na produção, o país ingressou na rodada da mundialização das finanças (Lavinias *et al.*, 2017).

Seguindo os passos mundiais, sem escapar do tripé crédito, patrimônio e moeda, fortaleceu-se a relação entre o Estado brasileiro e o mercado no capitalismo financeirizado, como suposta forma de superação dos picos de inflação, desemprego e estagnação econômica eventualmente existentes (Braga *et al.*, 2017). Esse caminho fora reafirmado com muita força após os anos 1990, em especial pelo impacto causado pelo Consenso de Washington na estruturação econômica dos Estados da latitude sul do globo. Acoplado a isso, adotou o Brasil o princípio da securitização,

predominando na economia títulos financeiros negociáveis sobre os quais reinam os requisitos da liquidez, cobertura de risco e mobilidade.

No país, também foram e são observadas transformações históricas, partidas da década de 1930, em uma estrutura estatal nacional-desenvolvimentista, até a captura total do Estado pela finança, vivida na economia contemporânea (Lavinias, 2018). Didaticamente, apoiando-se em análises das transformações políticas e institucionais brasileiras e de pesquisas históricas, dividem-se em seis períodos as relações que marcam as modificações qualitativas impactantes no processo de desenvolvimento econômico nacional. O primeiro período, compreendido entre os anos de 1930 e 1954, marca uma etapa de constante afirmação do capital industrial no espaço econômico. Denota a perda de posição do capital mercantil agrário exportador e o Estado estruturado em um regime político nacional-desenvolvimentista autoritário, baseado num desenvolvimento econômico autônomo. Esse período foi marcado por intensiva ação social no âmbito do setor público, com conquistas trabalhistas e securitárias e olhar do Estado voltado para tornar o polo urbano-industrial motor do dinamismo econômico (Bruno; Caffé, 2017).

O segundo período, observado entre os anos de 1955 e 1963, estrutura-se pela consolidação e difusão da forma de produção fordista do centro desenvolvido para a América Latina, reconfigurando as relações financeiras e comerciais centro-periferia. É a primeira fase da associação entre desenvolvimentismo e capital estrangeiro, capacitando-se o Brasil para a entrada de capital estrangeiro sob a forma de empréstimos e investimentos diretos necessários para atenderem ao Plano de Metas estipulado para os anos de 1955-1961. Nessa etapa, o setor público possuía a dupla função de produtor e regulador, ampliando sua participação na formação de capital e garantindo ambiente para produção e distribuição de empresas públicas ou privadas de capital nacional e estrangeiro no país (Bruno; Caffé, 2017).

O terceiro período, que se estende de 1964 a 1988, determina a segunda fase do desenvolvimento nacional associado ao capital estrangeiro. Amplia-se o circuito de dependência externa do Brasil ao

capitalismo internacionalizado. Implementam-se as condições estruturais macroeconômicas para a financeirização precoce da economia brasileira, diante da substituição dos setores mais atrasados da economia pelas classes burguesas industrial e financeira, apoiadoras do golpe empresarial-militar de 1964. Essa etapa é fortemente caracterizada pela flexibilização das leis trabalhistas e securitárias. Põem-se em curso reformas monetária e financeira, nos anos 1970, fundadas no modelo norte-americano para o setor bancário-financeiro. Supera-se a Lei de Usura com as buscas pelas instituições financeiras nacionais de tornar a política monetária independente (Bruno; Caffé, 2017). Os períodos prévios ao processo de redemocratização do Estado brasileiro, portanto, são marcados por gradativa inserção do capital portador de juros no contexto nacional e a substituição, já na primeira fase de mudanças econômicas, da estrutura social-desenvolvimentista proposta na década de 1930.

O quarto período, representado pelo lapso temporal entre os anos de 1989 e 2003, indica a primeira fase de subordinação brasileira aos mercados globais, sob o modelo de inserção internacional neoliberal-dependente. É impulsionado pelo pacto firmado com os organismos financeiros internacionais (FMI e Banco Mundial) para perpetuação da abertura do país ao capital de países desenvolvidos. Busca-se a reestruturação econômica para os governos Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso (FHC). O mantra do caráter irreversível e inevitável do novo processo de internacionalização capitalista se instaura (Paulani, 2009). Durante o quarto período da economia brasileira, que inaugura o século XXI, destacam-se significativas atitudes adotadas pelo governo para adequação ao Consenso de Washington, subordinando a economia nacional. Elencam-se as reformas administrativa, de ordem política, tributária, monetária (Plano Real) e no sistema de seguridade social (Bruno; Caffé, 2017). Nesse cenário, são retirados das mãos do Estado o controle e a autonomia da gestão do mercado e de políticas essencialmente públicas. São gerados estagnação, crises financeiras e decréscimo dos níveis sociais ocorridos a partir da segunda metade dos anos 1990 (Lavinhas *et al.*, 2017).

A quinta fase é marcada, nos governos Luiz Inácio Lula da Silva e primeiro governo Dilma Rousseff, pela conciliação de interesses contraditórios. De um lado, implementar políticas redistributivas, sociais e de inclusão; de outro, garantir a acumulação rentista-financeira e a exportação de *commodities*. Fundamentais, nesse íterim, os programas de transferência de renda e a abertura do mercado à população de baixa renda, responsáveis por permitir a reprodução do capital usurário e do capital fictício por meio do endividamento não só público interno, mas também – e especialmente – privado (Lavinias, 2018). A financeirização, no Brasil, espalha-se para o varejo e para as classes mais pobres por meio das políticas sociais. Há ampliação da vulnerabilidade social, compreendida a partir da esfera econômica, e o endividamento das famílias pelo elevado custo dos financiamentos e empréstimos adquiridos (Lavinias, 2017).

O sexto e último período, didaticamente apresentado na economia brasileira, é compreendido a partir de 2015 e intensificado nos anos de 2016 e 2017 pela assunção ao governo do presidente interino Michel Elias Temer, em razão do *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff. Essa fase, caracterizada pela cooptação completa do Estado pela alta finança neoliberal e pelo controle do mercado bancário-financeiro brasileiro pela iniciativa privada – com instituições não financeiras e bancos de vultosas influências agindo na formatação e definição do orçamento e política econômicos – insere o país, em definitivo, na ciranda da financeirização (Lavinias et al., 2017).

Esse mecanismo de entrega do Estado ao capital financeirizado é multilateralmente observado no âmbito legislativo. Há o congelamento dos gastos públicos primários através do então Projeto de Emenda Constitucional nº 55/2016 (Convertido na Emenda Constitucional nº 95/2016). Ademais, também a baixa nos direitos sociais e consequente mercadorização da seguridade social se expressam pelo Projeto de Emenda Constitucional nº 287/2016, proposto como primeira Reforma da Previdência, algoz da redução de direitos dos filiados e dependentes do sistema de seguridade brasileiro, além da Reforma Trabalhista levada a cabo no período (Brettas,

2017). O sexto período denota persistentes indicativos da dissolução de direitos sociais conquistados e contrassenso entre as disposições constitucionais e a atuação estatal.

Torna-se inquestionável, assim, que o Estado brasileiro atua como unidade organizadora do espaço propício à acumulação bancário-financeira e/ou rentista-patrimonial e fomenta fatores diretamente relacionados à forma mais atual de neoliberalismo, esvaziando garantias sociais. Isso é o que aparelha o apoio e a dinâmica estatais para que a finança prospere, seja por meio de diferentes ativos e produtos financeiros e o consumo de massa conquistados a sangue e suor pela classe trabalhadora e pobre, seja pela remuneração que diretamente presta o Estado ao aparelho bancário para operacionalizar os benefícios sociais, gerando ciclo de ganho duplo pelas instituições financeiras.

Financeirização, consumo e gastos das famílias de baixa renda no Brasil

Caracteristicamente, a ampliação do relacionamento bancário, do acesso e concessão de créditos e empréstimos, oriundos do processo de financeirização, reflete-se no modo e perfil de consumo da população (Lavinas, 2017). O Banco Central do Brasil (BCB) aponta ter havido um salto de R\$ 34 milhões nas concessões de crédito observadas entre dezembro de 2012 e dezembro de 2017. De igual sorte, elevou-se em 56 milhões o número de contas-correntes e poupança abertas e em 4 milhões o número de cartões de crédito ativos no mesmo lapso temporal (BCB, 2018c).

Não à toa, os impactos causados no orçamento familiar pela maior aquisição de bens consumo e bens salário, em razão do crédito, traduz-se em endividamento, comprometimento de renda e inadimplência, sobretudo da população nas baixas faixas de renda (Cunha, 2018). Em dezembro de 2017, 25,2% dos tomadores de crédito com renda de até 1 salário-mínimo encontravam-se com os fundos comprometidos para pagamento de juros e amortização de dívidas. De igual sorte, na mesma competência, 51,78% dos

tomadores de crédito encontravam-se endividados, muito disso justificado nos créditos para o consumo, como aqueles oriundos de cartão de crédito e crédito habitacional (BCB, 2018a).

Nesse sentido, por meio das explosões de consumo, facilitadas pelo crédito, denotam-se os avanços da finança e os nós de desigualdade e contrassenso gerados em uma parcela populacional de poucas rendas. Ao mesmo passo em que a população se torna possuidora de produtos, ela ingressa no circuito de dependência das instituições financeiras em detrimento da renda familiar, característica do processo de financeirização. Essa renda é exaurida pela urgência em arcar com taxas juros e amortização de dívidas oriundas das fictícias inclusão e cidadania financeiras, indispensáveis a custear necessidades básicas não prestadas pelo Estado, como educação e saúde. Ainda, são oriundas da necessidade de usufruir de bens inseridos no mercado como supostamente fundamentais, em razão dos efeitos paradoxais causados pelo processo de globalização que busca homogeneizar, no circuito do consumo, públicos cuja heterogeneidade é patente no aspecto socioeconômico (Lavinas, 2018).

Assim, como um dos vetores do processo de financeirização crescente no Brasil, o consumo é variável expressiva na observância da maior ou menor incidência da finança na vida das famílias (Cunha, 2018), em especial daquelas com renda *per capita* até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, público abarcado pelas políticas assistenciais no Brasil. Utilizando-se de alguns dos itens de consumo e serviço observados no Critério de Classificação Econômica Brasil para as classes A a E (ABEP, 2019) e encontrados nas PNAD e PNADC para os anos de 2012 a 2017, percebe-se ter havido um crescimento no acesso a esses produtos nas famílias de renda mais baixa, como demonstra a Tabela 1.

Apesar da queda no acesso, observada em 2016 para quase todos os itens de consumo e serviço das PNAD e PNADC 2012-2017,⁹ dentre aqueles

⁹ A recessão econômica no país, a instabilidade política decorrente do *impeachment* da então presidenta Dilma Rousseff, assim como os cortes orçamentários no PBF, além de elevarem os preços dos produtos, reduziram a capacidade de compra dos indivíduos, fatores que inevitavelmente impactaram na variável consumo, mas não inviabilizaram a existência deste (Leite, 2019).

indicados na Tabela 1, vê-se que houve aumento na variação percentual para todos eles. A posse de geladeiras, que chega ao patamar de 94,4% em 2017, apresenta crescimento de 2,83%, maior do que aquele observado pelas faixas de renda mais altas (renda *per capita* acima de 3 salários-mínimos), o qual cresce 0,4%, fechando 2017 com 99,8% dos domicílios.

Tabela 1. Distribuição de domicílios, por faixa de renda *per capita*, possuidores de geladeira, máquina de lavar, celular e água canalizada, em %, Brasil, 2012-2017

Ano	Domicílios com renda <i>per capita</i> até 1/2 s.m. possuidores de geladeira	Domicílios com renda <i>per capita</i> até 1/2 s.m. possuidores de máquina de lavar	Domicílios com renda <i>per capita</i> até 1/2 s.m. possuidores de celular	Domicílios com renda <i>per capita</i> até 1/2 s.m. possuidores de água canalizada
2012	91,8	27,2	83,1	86,7
2013	92,9	28,8	85	86,8
2014	94,2	30	87,7	87,8
2015	94,8	33,9	88,2	89
2016	94,5	29,7	86,1	87
2017	94,4	30,7	86,9	87,2

Fonte: IBGE (2019a; 2019b).

Nota: Os percentuais observados foram alcançados pelo agrupamento de faixas de renda das PNAD 2012-2015 e PNADC 2016-2017.

De igual sorte, amplia-se a aquisição de máquinas de lavar pelo público de renda *per capita* até 1/2 salário-mínimo no período 2012-2017, com salto de 27,2% para 30,7%, representando um aumento de 12,86% (Tabela 1), maior que os 7,21% experimentados pela classe de renda *per capita* maior que 3 salários-mínimos (IBGE, 2019a; 2019b). Também, o acesso a água canalizada se eleva nos domicílios de menor renda das PNAD e PNADC, fechando 87,2% das famílias abarcadas pela pesquisa em 2017 (Tabela 1).

Assim como os demais apresentados, o item posse de celular demonstra que a população de baixa renda tem adquirido cada vez mais esse artigo de consumo. A Tabela 1 indica que houve crescimento no acesso a telefone

móvel de 4,37% no lapso 2012-2017 para a população com renda *per capita* até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, fechando 2017 com 86,9% das famílias na faixa de renda das políticas assistenciais possuidoras desse artigo, ampliação maior que a ocorrida na faixa de renda mais alta que foi de 2,16% no mesmo recorte de tempo (IBGE, 2019a; 2019b).

É importante frisar que o maior acesso a telefone móvel viabiliza também a aproximação do consumidor do mercado financeiro, nomeadamente encurta os caminhos para o acesso ao crédito e demais produtos ofertados pelo sistema bancário, incentivando a financeirização e o comprometimento de renda das famílias. O BCB demonstra que a quantidade de transações¹⁰ nos canais de acesso via telefone celular e palmtop ampliaram-se de 10,8 bilhões para 24,5 bilhões entre 2015 e 2017, uma elevação de 129,62% em somente dois anos (BCB, 2018a).

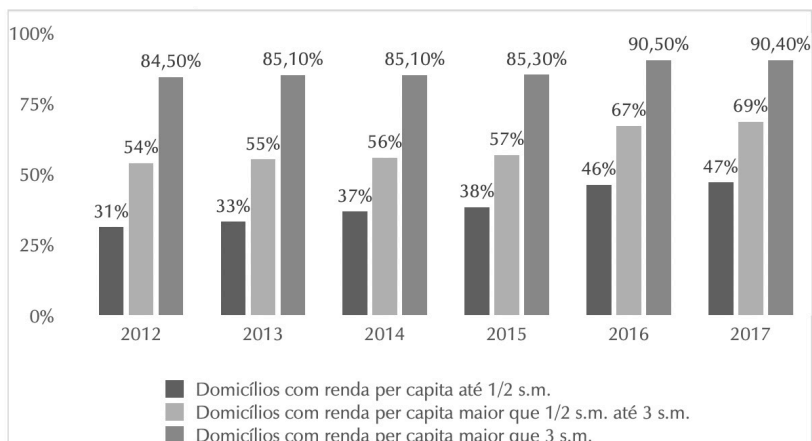
Quanto à posse de televisão, microcomputador e banheiro e/ou sanitário nos domicílios pesquisados, encerra-se o ciclo de 2017 com percentuais respectivos de posse de 94,3%, 16,3% e 88,1% dos itens indicados (IBGE, 2019a; 2019b). Apesar de se tratar do menor percentual observado no trabalho, é significativo entender que mais de 16% dos indivíduos na pesquisa amostral do IBGE, aí incluídos aqueles com renda zero, possuíam microcomputador, equipamento recorrentemente utilizado para a efetivação de transações no sistema bancário-financeiro e que representou, em 2017, 20,6 bilhões das transações, mais de 1/3 do total geral daquelas efetivadas neste canal de acesso anotado entre os anos de 2015 e 2017 (BCB, 2018a).

Apesar das variáveis de consumo indicadas anteriormente, a que merece maior relevância é a posse de automóvel (carro e/ou motocicleta) pelos ocupantes dos domicílios pesquisados. Isso se justifica por seu elevado e contínuo crescimento no lapso 2012-2017, registrado pelas PNAD e PNADC nas classes de renda *per capita* até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo, sem sequer

¹⁰ Foram considerados pelo relatório os produtos bloqueto de cobrança, consulta/extrato, depósitos, empréstimos e financiamento, ordens de transferência de crédito, saques, outras transações financeiras, outras transações não financeiras (BCB, 2018a).

haver registrado os impactos da instabilidade política e econômica dos anos de 2016 e 2017 vistos nos demais itens, é o que se observa da Figura 1.

Figura 1. Distribuição de domicílios, por faixa de renda *per capita*, possuidores de automóvel (carro e/ou motocicleta), Brasil, 2012-2017



Fonte: IBGE (2019a; 2019b).

Nota: Os percentuais observados foram alcançados pelo agrupamento de faixas de renda das PNAD 2012-2015 e PNADC 2016-2017.

Da Figura 1, observa-se que, em todas as classes de renda, há crescimento no acesso a automóveis, entretanto, é na de menor rendimento que esse alargamento se dá de maneira mais curiosa. Dados de 2012 apontam que, nesse ano, 31,3% dos domicílios possuíam carro e/ou motocicleta, enquanto, em 2017, esse número sobe para 47,1%, um incremento de 50,47% no número de domicílios com renda *per capita* até $\frac{1}{2}$ salário-mínimo possuidores de automóvel. Esse crescimento não é experimentado em igual medida pelos domicílios na faixa de renda maior que $\frac{1}{2}$ salário-mínimo até 3 salários-mínimos (cresce em 27,27%) e mais de 3 salários-mínimos (cresce em 6,98%) (Figura 1).

De um lado, tal ampliação na aquisição de automotores pela população de baixa renda significa maior independência e inserção desse público em um circuito de consumo que, até então, apresentava limitação pelo seu alto custo, frente ao limite da renda das famílias. De outro, sinaliza o maior acesso dessas famílias ao crédito destinado à aquisição de carros e motocicletas, inserindo-as ainda mais na ciranda da financeirização por meio do consumo, sobretudo aquelas que se encontram na faixa de rendimentos mais baixa e que são porventura atendidas por programas socioassistenciais, especialmente os de transferências de renda, e rastreadas pelo Cadúnico – ações públicas que sinalizam a maior vulnerabilidade social das famílias.

O BCB (2018a) aponta que a composição da carteira ativa de crédito para aquisição de veículos automotores representou 12% para os inscritos no Cadúnico e beneficiários do PBF, em 2017, e 10,7% para os inseridos no Cadastro e não beneficiários do programa governamental em tela. Esses percentuais superaram o indicado para o público não inserido no Cadúnico, o qual, em 2017, obteve percentual de 9,1% na mesma espécie da composição de carteira ativa de crédito.

Isso significa que os indivíduos com poder aquisitivo menor e, portanto, mais propensos ao comprometimento da renda, inadimplência e endividamento, têm adquirido mais crédito para a aquisição de veículos do que aqueles na faixa de renda maior. Não se deve deixar de lado, nessa toada, a concepção de que o número de indivíduos inseridos no Cadúnico com relacionamento bancário em 2017 é mais de quatro vezes menor que aqueles na mesma situação e sem inscrição no Cadúnico (27 milhões contra 118 milhões de inscritos) (BCB, 2018a).

Ainda, importa salientar que, em dezembro de 2017, o crédito para aquisição de veículo, o 7º no *ranking* dos créditos mais tomados junto ao sistema financeiro, fechou o ciclo anual com taxa de juros ao ano de 22,23%. Além disso, acompanhando o crescimento na inadimplência verificada nas classes de renda mais baixa, registrou-se para este tipo de crédito o 6º lugar no *ranking* dos maiores créditos com saldo de inadimplência em 2017, totalizando o importe de R\$ 6 bilhões neste ano, 9,8% do saldo de

inadimplência total no sistema bancário (BCB, 2018a). É a ratificação de que o consumo, propiciado destacadamente pelas políticas assistenciais, tem forçado as pessoas e famílias à desigualdade decorrente dos mecanismos de mercado e do contínuo processo de financeirização.

Em outro prisma, a partir da Pesquisa de Orçamento Familiar (POF) 2017-2018, ao serem analisados de modo comparativo os gastos efetivados pelas famílias de renda até R\$ 1.908,00 e por aquelas com renda superior a R\$ 23.850,00, percebe-se que os maiores custos dos grupos familiares de menores rendimentos estão concentrados em itens cuja tributação incide pesadamente. Isso alimenta o sistema regressivo de tributação observado na economia brasileira e amplia a desigualdade e a concentração de renda existentes no país, aliviando o ônus fiscal dos mais ricos em detrimento do agravamento dele para os mais pobres (Salvador, 2012).

Os maiores montantes da arrecadação tributária provêm de tributos cuja base de incidência é o consumo de bens e serviços que, agregado aos tributos advindos da renda dos trabalhadores, revela que são as classes de menor poder aquisitivo que financiam o Estado brasileiro, com o uso das políticas assistenciais como colateral, e não as de mais alta renda, já que há baixa tributação sobre renda e patrimônio (Salvador, 2012). A Tabela 2 sintetiza os gastos mais significativos das famílias de mais baixa e mais alta classes de renda recortadas pela POF 2017-2018 nas variáveis eleitas para este estudo.

A Tabela 2 evidencia que, enquanto nas famílias de renda *per capita* até R\$ 1.908,00, as despesas de consumo alcançam 92,5% da renda, nas famílias de renda superior a R\$ 23.850,00, essas mesmas despesas alcançam 65,9% do orçamento. Vistas de modo pormenorizado para a menor faixa de rendimentos, essas despesas de consumo concentram-se majoritariamente nos gastos com habitação e alimentação, seguidas de assistência à saúde e vestuário, necessidades básicas de qualquer indivíduo. Habitação, alimentação e assistência à saúde, aliás, previstas como direitos sociais no artigo 6º da Constituição Federal (Brasil, 1988) e normas, cujo dever de implementação cabe ao Estado que, ao negligenciar a cobertura

social, conduz a população à busca do direito na esfera do privado (Boschetti, 2012), daí a significância dos cadastros sociais e das políticas de transferência de renda na rota da financeirização.

Tabela 2. Distribuição das despesas dos domicílios, por faixa de renda *per capita* familiar, em %, Brasil, 2017-2

Tipos de despesa	Gastos nas famílias com renda <i>per capita</i> até R\$ 1.908,00	Gastos nas famílias com renda <i>per capita</i> maior que R\$ 23.850,00
Despesa total	100,0	100,0
Despesas correntes	96,5	87,0
Despesas de consumo	92,5	65,9
Habitação	39,0	22,7
Alimentação	22,0	7,6
Assistência à saúde	5,9	5,6
Vestuário	4,2	2,4
Diminuição do passivo	2,1	3,3
Educação	1,9	5,1

Fonte: IBGE (2019c).

Nota: Foram excluídas as faixas de renda intermediárias fornecidas pela POF 2017-2018. Foram selecionadas somente as variáveis necessárias à discussão proposta nesta pesquisa, tendo a POF 2017-2018 abrangido outras variáveis. Diminuição do passivo representa despesas com empréstimos e prestação de imóvel.

É de se observar que, nessas quatro variáveis, os gastos realizados pelas famílias nas menores faixas de renda são superiores àqueles das faixas de maiores rendas. Para habitação, 39% contra 22,7%. Para a alimentação, 22% contra 7,6%. Para assistência à saúde, 5,9% contra 5,6%. Para vestuário, 4,2% contra 2,4%. Destaca-se o comprometimento do orçamento das famílias de baixa renda com alimentação, que é 2,9 vezes maior que o das de renda mais elevada (Tabela 2).

Quando cotejados os gastos com habitação, aliados à diminuição do passivo familiar (prestação de imóvel) para os grupos rastreados por políticas assistenciais, o BCB (2018a) aponta que a composição da carteira ativa de crédito para financiamento habitacional é conformada para indivíduos inscritos no Cadúnico e beneficiários de Bolsa Família em 25%, e em 23,3% para inscritos no Cadúnico e não participantes do PBF. Novamente reafirma-se que a maior aproximação da transferência de renda gera também a maior aproximação dos produtos e serviços bancários das classes de parcos recursos financeiros.

Outrossim, esse maior acesso ao sistema bancário-financeiro para financiamento imobiliário tem causado efeitos deletérios para os tomadores de crédito, dentre eles o público inscrito no Cadúnico com relacionamento bancário. Em 2017, o saldo de inadimplência para o crédito destinado a financiamento habitacional ocupou o 5º lugar no *ranking* entre os créditos mais acessados. Ademais, representou o importe de R\$ 6,7 bilhões, 11% do saldo total de inadimplência no sistema financeiro. No mesmo ano, as famílias com renda de até 1 salário-mínimo marcaram o comprometimento de 9,85% da renda com dívida imobiliária (BCB, 2018a).

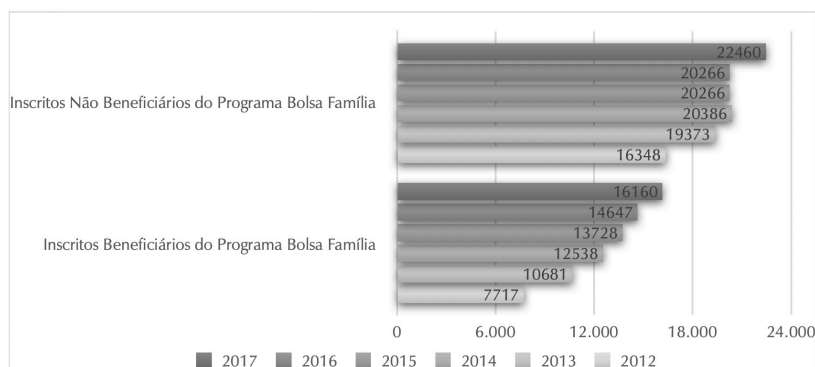
Um dos pontos para o comprometimento dos rendimentos familiares da parcela populacional de baixa renda e o elevado saldo de inadimplência dos créditos para financiamento habitacional é a taxa de juros aplicada ao ano pelo mercado – em 2017, de 89,12% (BCB, 2018b) – característica do capital usurário. Outro deles é o desconhecimento da taxa de juros aplicada e o escasso planejamento financeiro por uma parcela populacional que sequer é atendida em suas necessidades básicas e que usa do crédito para supri-las. Segundo o BCB (2018a), em um plano amostral de 104 entrevistados em 2017, 26,3% deles não faziam verificação das taxas de juros para financiamento, 39% já ficaram com o nome sujo, e 22,9% não fazem controle de gastos.

Nesse cenário de elevação do consumo e aquisição de bens de primeira necessidade pelas famílias de baixa renda, consequência de ampliação da conquista de crédito junto ao sistema bancário-financeiro, o mercado captura

as políticas socioassistenciais, sobretudo o Cadastro Único e as transferências de renda, como Bolsa Família, para seu fortalecimento. Isso alimenta o ciclo de subjugação das famílias mais pobres ao sistema capitalista-rentista com o esteio do Estado, deixando de promover a igualdade e a cidadania social.

A ampliação acentuada, entre 2012 e 2017, da quantidade de indivíduos no CadÚnico com acesso a crédito e empréstimos ativos é comprovada pelo Relatório de Economia Bancária 2017 do Banco Central, o qual realiza o cruzamento específico das bases de dados do Sistema de Informações de Crédito (SCR) com o CadÚnico (BCB, 2018b). Esses dados são apresentados nas Figuras 2 e 3.

Figura 2. Número de indivíduos na base do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) com acesso a crédito, responsabilidade total superior a R\$ 1 mil, mil pessoas, Brasil, 2012-2017

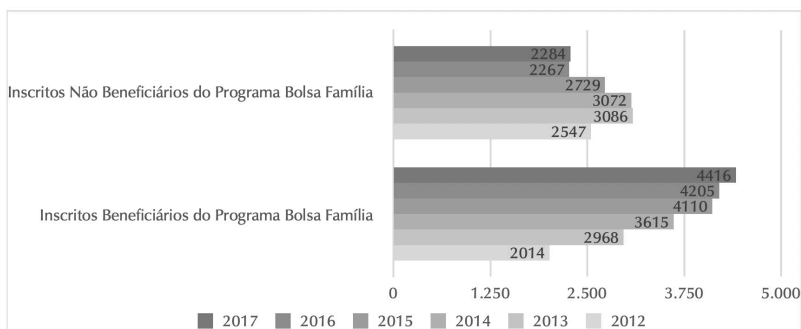


Fonte: BCB (2018b).

Ao serem analisadas as bases de dados que inter-relacionam CadÚnico e crédito, há elevação da penetração das finanças na vida da população de baixa renda. Nesse sentido, entre 2012 e 2017, incrementa-se o acesso ao crédito dos indivíduos inscritos não beneficiários do Bolsa Família de 16,3 milhões para 22,4 milhões, um aumento de 37,3%. Quanto aos indivíduos

inscritos e participantes do Bolsa Família, a elevação é de 7,7 milhões para 16,1 milhões, crescimento de 109% (Figura 2).

Figura 3. Número de indivíduos na base do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) com empréstimos ativos, responsabilidade total superior a R\$ 1 mil, mil pessoas, Brasil, 2012-2017



Fonte: BCB (2018b).

Igualmente, analisando-se a tendência ao crescimento dos volumes de empréstimos ativos, crédito cujo recurso é livre, observa-se que os participantes do Bolsa Família passaram de 2 milhões para 4,4 milhões, um crescimento 119%, entre 2012-2017 (Figura 3). Nesse aspecto, torna-se patente o interesse do sistema bancário-financeiro nas políticas públicas assistenciais, sobretudo naquelas que se personificam em transferências de renda, caso do PBF, destinadas ao mercado de consumo. Com isso, verifica-se uma desuniversalização da estrutura de proteção social que havia sido instituída pela Constituição Federal de 1988. Transforma-se o cidadão portador de direitos em cidadão consumidor de serviços. O CadÚnico e o PBF/BPC passam a servir como garantias ao sistema bancário-financeiro e a atuar como espécies de colaterais, esteio, segurança às engrenagens do mercado.

Não só indiretamente, por meio de seus assistidos, o Estado alimenta a roda da financeirização, mas também de modo direto, quando remunera os

agentes financeiros para, por exemplo, operacionalizarem os programas e ações na área de assistência social. Em dados colhidos junto ao Ministério da Economia (Brasil, 2019) a respeito da evolução dos valores repassados aos bancos entre 2012 e 2017 como remuneração pelos serviços de operacionalização das ações de transferência de renda e do CadÚnico, extraiu-se que, ano a ano, quantias milionárias são entregues aos agentes financeiros.

A unidade orçamentária 71104 e suas ações do orçamento 00K3 e 000F sinalizam ter havido, entre 2012 e 2017, variação percentual positiva respectiva de 9,67% e 10,64%¹¹ nas rubricas dos valores do orçamento “Empenhado (Liquidado)” e “Pago” (Brasil, 2019). Chama atenção que, em 2016, os valores das rubricas acima indicadas tenham superado em muito as médias anuais respectivas de R\$ 392,3 milhões e R\$ 307,6 milhões, “Empenhado (Liquidado)” e “Pago”, e alcançado R\$ 998,5 milhões e R\$ 914,9 milhões,¹² respectivamente (Brasil, 2019). Esses repasses não encontram justificativa nos dados coletados por esta pesquisa.

De toda sorte, é patente que a financeirização no Brasil ganha força e nutre o capital usurário, não só pelo consumo e acesso a crédito e empréstimo pelas famílias mais pobres, mas também pela remuneração fornecida aos bancos diretamente para operarem essas políticas, em um circuito de ganho exacerbado, seja por meio do fundo público ou pelos serviços que oferta à população, a exemplo dos cartões de crédito e empréstimo aos beneficiários de programas governamentais.

Considerações finais

Indiscutivelmente, o processo de financeirização é crescente no Brasil e no mundo. Ao lado dele, o enraizamento da bancarização dos mais pobres, privatização de prestações públicas e o sucateamento de direitos sociais, como saúde, educação, alimentação e moradia, condicionam as famílias à busca no mercado do atendimento a suas necessidades básicas. O consumo

¹¹ Os valores correntes de cada ano foram atualizados para preços de 2017 pelo índice IPCA-IBGE.

¹² *Idem* nota 11.

de massa, viabilizado pelo crédito acessível, leva à bancarrota as famílias subjugadas à pesada carga tributária incidente sobre bens de primeira necessidade e às altas taxas de juros sobre os créditos que fortalecem o mercado. É o que ocorre em especial com os grupos familiares mais pobres e atendidos por políticas de transferência de renda.

Ademais, destacado o sistema bancário e a relação firmada com as políticas socioassistenciais, ele se fortifica duplamente: de modo indireto, quando os programas e mecanismos assistenciais são usados como pano de fundo pelos beneficiários para a aquisição de créditos e empréstimos, haja vista o crescimento de 119% do crédito concedido aos beneficiários do Bolsa Família; e de modo direto, pela remuneração milionária que lhes é paga todos os anos pelo Estado para operacionalizarem as transferências de renda e o CadÚnico.

Não se olvide a relevância que as políticas sociais têm enquanto modelos que possibilitam a transformação da realidade dolorosa experimentada pelas famílias de parcas rendas. Não devem elas e seus usuários, no entanto, servir de instrumentos de sustentação de um sistema financeiro já tão bem assistido, contrariando as orientações constitucionais de garantia dos mínimos necessários aos indivíduos.

O Estado tem sido completamente cooptado pela finança, e, junto com isso, as políticas socioassistenciais, em lugar de viabilizarem a igualdade material pretendida, têm sido usadas como estruturas financeiras promotoras de desigualdade, por meio do endividamento e comprometimento de renda dos mais pobres frente aos gastos e consumos a que são conduzidos, seja para sustentar suas necessidades básicas ou a ilusória cidadania outorgada pelos bens consumo adquiridos, por exemplo, com as verbas do BPC ou do PBF.

Horigenes Fontes Soares Neto é advogado, doutorando em Ciências Sociais (UFBA), professor do Departamento de Ciências Jurídicas da UNIME Itabuna/BA.

✉ horigenesfontes@hotmail.com

Lessi Inês Farias Pinheiro é Doutora em Serviço Social e professora do Departamento de Ciências Econômicas da Universidade Estadual de Santa Cruz.

✉ lifpinheiro@uesc.br

Marcelo Inácio Ferreira Ferraz é Doutor em Estatística e Experimentação Agropecuária e professor do Departamento de Ciências Exatas da Universidade Estadual de Santa Cruz.

✉ mfferraz@uesc.br

Referências

1. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EMPRESAS DE PESQUISA. Critério de Classificação Econômica Brasil. **Abep.org**, 2019. Disponível em: <http://www.abep.org/criterio-brasil>
2. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de cidadania financeira 2018**. Brasília: BCB, 2018a. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/cidadaniafinanceira>
3. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório de economia bancária 2017**. Brasília: BCB, 2018b.
4. BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Séries temporais (SGS)**. Brasília: BCB, 2018c. Disponível em: <https://www3.bcb.gov.br/sgspub/localizarseries/localizarSeries.do?method=prepararTelaLocalizarSeries>
5. BATISTA, Erika; MORAES, Livia de C. G. A inserção do Brasil na financeirização capitalista e as articulações no mundo do trabalho: os setores bancário e industrial. **Novos Rumos**, v. 49, n. 1, p. 139-158, jan./jun. 2012. <https://doi.org/10.36311/0102-5864.2012.v49n1.2377>
6. BOSCHETTI, Ivanete. América Latina, política social e pobreza: “novo” modelo desenvolvimentista? In: SALVADOR, Evilásio et al. (Org.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012. cap. 2, p. 31-58.
7. BRAGA, José Carlos de S. et al. For a political economy of financialization: theory and evidence. **Economia e Sociedade**, v. 26, n. especial, p. 829-856, dez. 2017. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n4art1>
8. BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: Presidência da República, 1988.
9. BRASIL. Ministério da Economia. **Execução orçamentária da União**. Brasília: Ministério da Economia, 2019. (Informações obtidas da Controladoria Geral da União, por meio da lei de Acesso à Informação)

10. BRETTAS, Tatiana. Capitalismo dependente, neoliberalismo e financeirização das políticas sociais no Brasil. **Temporalis**, v. 17, n. 34, p. 53-76, jul./dez. 2017. <https://doi.org/10.22422/2238-1856.2017v17n34p53-76>
11. BRUNO, Miguel; CAFFE, Ricardo. Estado e financeirização no Brasil: interdependências macroeconômicas e limites estruturais ao desenvolvimento. **Economia e Sociedade**, v. 26, p. 1025-1062, dez. 2017. <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2017v26n4art8>
12. BRUNO, Miguel; CAFFE, Ricardo. Indicadores macroeconômicos de financeirização: metodologia de construção e aplicação ao caso brasileiro. In: BRUNO, Miguel (org.). **População, espaço e sustentabilidade**: contribuições para o desenvolvimento do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2015. cap. 2, p. 35-61.
13. CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In: CHESNAIS, François (org.). **A finança mundializada**: raízes sociais, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005. cap. 1, p. 35-67.
14. CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. **Outubro**, ed. 5, p. 7-28, fev. 2000.
15. CUNHA, Márcia P. Silencioso e penetrante: o processo de financeirização a partir das instituições promotoras de inclusão social. **Contemporânea**, v. 8, n. 2, p. 585-606, jul./dez. 2018.
16. DOWBOR, Ladislau. **A era do capital improdutivo**. São Paulo: Autonomia Literária, 2017.
17. HARVEY, David. **O neoliberalismo**: história e implicações. São Paulo: Edições Loyola, 2014.
18. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD)**. IBGE, 2019a. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9127-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios.html?=&t=microdados>
19. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNADC)**. IBGE, 2019b. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/9171-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-mensal.html?=&t=microdados>
20. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamento Familiar 2017-2018 (POF 2017-2018)**. IBGE, 2019c. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/rendimento-despesa-e-consumo/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=25578&t=resultados>
21. LAVINAS, Lena. The collateralization of social policy under financialized capitalism. **Development and Change**, The Hague, v. 49, n. 2, p. 502-517, 2018.
22. LAVINAS, Lena. **The takeover of social policy by financialization**: The brazilian paradox. Nova York: Palgrave-Macmillan, 2017.

23. LAVINAS, Lena; ARAÚJO, Eliane; BRUNO, Miguel. Brasil: vanguarda da financeirização entre os emergentes? Uma análise exploratória. **UFRJ ie**, Texto para discussão n. 32, 2017.
24. LEITE, Rosângela F. “República de Consumidores” e os consumidores da República: apontamentos historiográficos e caminhos de pesquisa. **História Unisinos**, v. 23, n. 1, p. 110-116, jan./abr. 2019.
25. PAULANI, Leda Maria. A crise do regime de acumulação com dominância da valorização financeira e a situação do Brasil. **Estudos Avançados**, v. 23, n. 66, p. 25-39, 2009.
26. QUIVY, Raymond; CAMPENHOUDT, Luc Van. **Manual de investigação em ciências sociais**. Lisboa: Gradiva, 2017.
27. SALVADOR, Evilásio. Financiamento tributário da política social no pós-Real. In: SALVADOR, Evilásio. et al. (Org.). **Financeirização, fundo público e política social**. São Paulo: Cortez, 2012. cap. 5, p. 123-152.

Recebido: 25 mar. 2020.

Aceito: 27 ago. 2020.

Terrorismo, manifestações sociais e democracia: uma análise sobre a proposta de alteração da Lei nº 13.260/2016 no Brasil

Danielle Maia Cruz* 

Fábio Carvalho de Alvarenga Peixoto* 

Resumo

O artigo analisa possibilidades de impactos em manifestações sociais a partir de uma possível alteração da Lei nº 13.260/2016 (Lei Antiterrorismo) pelo Projeto de Lei do Senado nº 272/2016, que visa a disciplinar, com mais rigor e precisão, condutas tidas como atos de terrorismo. O reavivamento desse debate ocorreu no início de 2019, quando coletivos criminais, conhecidos como “faccções”, envolvidos com o mercado de drogas no Ceará, promoveram uma série de ações violentas alterando radicalmente o cotidiano das pessoas, levando a população a clamar por atitudes rígidas do Estado contra o que foi intuído como terrorismo. A pesquisa, de natureza qualitativa, aponta as dinâmicas das facções no Ceará e diferenças com relação a outras modalidades de organização social voltadas historicamente à luta por direitos constitucionais, além de demonstrar as dificuldades em tipificar como terroristas atos praticados por coletivos criminais sem, ao mesmo tempo, prover ao Estado meios para também coibir as práticas de movimentos sociais, inclusive por motivações políticas. Conclui-se que os efeitos de possíveis alterações na Lei Antiterrorismo seriam severos para a dinâmica da democracia, ao reprimir possivelmente práticas coletivas historicamente fundamentais para assegurar direitos diversos em uma sociedade plural.

Palavras-chave: Lei Antiterrorismo, facções, manifestações sociais, democracia.

* Universidade de Fortaleza, Fortaleza, Ceará, Brasil.

Terrorism, social movements and democracy: an analysis on the proposed amendment of Law 13,260 of 2016, in Brazil

Abstract

The article analyzes possibilities of impacts on social manifestations to be triggered by a proposed amendment of Law 13,260/2016 (Antiterrorism Law) by Senate Bill 272/2016, which aims to intensify penalties on actions considered as acts of terrorism. The revival of this debate occurred in early 2019, when criminal collectives, known as *facções* [factions], involved in the drug market in Ceará State, promoted a series of violent actions that radically altered people's daily lives, leading the population to cry out for severe State attitudes against what was perceived as terrorism. The qualitative research points out the dynamics of drug factions in Ceará State and the differences in relation to other modalities of social organization historically focused on the struggle for constitutional rights, as well as demonstrating the difficulties in classifying acts carried out by criminal collectives as terrorists, without simultaneously providing the State with the means to also curb the practices of social movements, including for political reasons. It is concluded that the effects of possible changes in the Antiterrorism Law would be severe for the dynamics of democracy, possibly repressing historically fundamental collective practices to ensure multiple rights in a plural society.

Keywords: Antiterrorism Law, factions, social protests, democracy.

Introdução

Este artigo analisa as ações praticadas por facções criminosas¹ envolvidas com o mercado ilegal de drogas no estado do Ceará nos primeiros dias de 2019 e sua relação com o reavivamento da discussão sobre a tipificação de tais atos como terroristas, a partir de uma possível alteração da Lei nº 13.260/2016 (Lei Antiterrorismo) pelo Projeto de Lei do

¹ Conforme explicita Paiva (2019, p. 167), ainda que facção seja o termo mais recorrente para designar tais coletivos, outras nomenclaturas “[...] são também usuais, tais como ‘crime organizado’, ‘o comando’, ‘o bonde’, ‘o trem’, ‘a tropa’, ‘a família’, ‘os irmãos’, entre outras maneiras de falar do grupo.” Os termos variam de acordo com os modos como os grupos se organizam e se reinventam em torno da prática do crime. No presente artigo, o sentido tomado é o de que tais coletivos se fazem a partir de múltiplas práticas e maneiras de fazer o cotidiano, conforme argumenta Paiva (2019) apoiado em Certeau (1994).

Senado nº 272/2016, que visa a “disciplinar com mais precisão condutas consideradas como atos de terrorismo” (Brasil, 2016c). Discutem-se os possíveis impactos dessa alteração sobre as liberdades constitucionais asseguradas aos movimentos sociais, coletivos e demais organizações da sociedade civil, bem como manifestações públicas, na luta em prol da garantia de direitos.

A Lei nº 13.260/2016, que tipificou os crimes de terrorismo e de organização terrorista, foi sancionada no Governo Dilma Rousseff, em decorrência, segundo Forte (2016), das exigências internacionais e nacionais de um instrumento legal apto a conter ações consideradas violentas de alguns grupos, que colocariam em risco a segurança de atletas e espectadores de distintas nacionalidades presentes nos Jogos Olímpicos, realizados em 2016, no Brasil. Registrem-se como antecedentes as Jornadas de Junho de 2013 e as intensas manifestações de protesto ocorridas antes e durante a Copa das Confederações de 2013 e a Copa do Mundo de 2014, quando o país se viu diante de intensos cenários de protestos contra o governo, reforçados em março de 2015, quando milhares de pessoas foram às ruas com novas demandas. Por conta das situações de violência promovidas por alguns grupos, gerou-se uma sensação de pânico e insegurança no país, especialmente relacionada à realização do evento olímpico.

Assim, em 2016, foi sancionada a Lei nº 13.260/2016, ou Lei Antiterrorismo, sendo o texto aprovado no Congresso Nacional objeto de vetos presidenciais a oito dispositivos, dentre os quais o dispositivo que qualificava como terroristas as ações de “incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado” (Brasil, 2016a). O que norteou os vetos não foi propriamente questões relacionadas à segurança contra o terrorismo, e sim a preocupação com os efeitos reflexos da lei sobre as liberdades de reunião e manifestação, em geral, e sobre os movimentos sociais, especificamente.

Já à época dos debates parlamentares, ocorridos em 2015 e 2016, a Organização das Nações Unidas (ONU) chegou a alertar que a lei poderia silenciar defensores de direitos humanos, coletivos, movimentos de massa,

manifestações sociais, dentre outras formas de organização em prol de direitos constitucionalmente garantidos (Nações Unidas, 2015). Isso trouxe forte mobilização contra o texto original, organizada, por exemplo, pelo Greenpeace e diversas ONGs, pelo Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) e pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), por entenderem que ele criminalizaria os movimentos sociais (Sousa; Gorczewski, 2018).

Contudo, logo após a sanção presidencial e consequente publicação da Lei nº 13.260/2016, ainda argumentando sobre o cenário de insegurança no país, foi apresentado pelo Senador Laisier Martins (PDT/RS) o Projeto de Lei do Senado nº 272/2016, visando a modificá-la, sob a justificativa de que “a então presidente mutilou a Lei Antiterrorismo e, assim, tornou-a, em aspectos fundamentais, inócua” (Brasil, 2016c). Em 2019, no contexto de ataques de facções criminosas a equipamentos e espaços públicos e privados, em diferentes localidades do estado do Ceará, as discussões sobre o projeto modificativo da Lei nº 13.260/2016 foram impulsionadas pelo amplo clamor popular em busca de uma intervenção estatal mais contundente contra as ações das facções – intuídas amplamente, nos discursos da sociedade, como “ameaças terroristas”.² A ideia foi também reforçada, à época, por autoridades públicas, como o presidente da República Jair Bolsonaro.

Em razão dos atos violentos, o estado do Ceará foi propalado, nos discursos do senso comum, da mídia e de autoridades públicas, como cenário de terror e guerra. As metáforas utilizadas naquele momento são uma chave fundamental para se pensar os significados, no estado do Ceará, de redes complexas organizadas em torno do tráfico de drogas.

Portanto a problemática do artigo gravita em torno do fenômeno da possível alteração da Lei nº 13.260/2016 pelo Projeto de Lei do Senado nº 272/2016, notadamente de seus prováveis reflexos na garantia do exercício

² A noção de “ameaça terrorista” é vaga e tem nítido foro íntimo. Assim, o que é percebido em algumas culturas como um elemento ameaçador não o é em outras. Por exemplo, o estereótipo de um homem muçulmano é percebido em algumas comunidades dos Estados Unidos como uma severa ameaça; enquanto, em outros lugares, imersos em culturas não forjadas por preconceitos, é percebido de forma nada ameaçadora. Por isso, diz-se que a ameaça é intuída, opondo-se, assim, a uma racionalização.

de liberdades constitucionais asseguradas aos movimentos sociais e aos seus integrantes. Posto isso, o argumento central é que a alteração da Lei nº 13.260/2016, nos termos propostos, atentar-se-á severamente contra as bases do Estado democrático de direito. Observa-se que a tipificação proposta pode culminar na criminalização, como terroristas, de atos praticados em manifestações, por movimentos sociais e coletivos que, a partir de estratégias múltiplas, pronunciam-se historicamente no país, nas esferas públicas, na tentativa de pressionar o Estado a efetivar direitos básicos, como cultura, saúde, educação e a própria segurança pública.

Para melhor compreensão, na primeira seção do artigo, discutem-se as questões normativas referentes à tipificação do terrorismo como crime, inclusive no Brasil. Em seguida, analisam-se as práticas de facções no estado do Ceará, coletivos envolvidos com o mercado ilegal de drogas, apontando suas maneiras de organização em torno do crime. Posteriormente, discutem-se as diferenças entre os coletivos criminais e as práticas de sujeitos coletivos que, mobilizados por questões subjetivas diversas, lançam-se às ruas ou se articulam em redes sociais pela garantia de direitos constitucionais, inclusive segurança pública. Por fim, apontam-se os possíveis efeitos da alteração da Lei nº 13.260/2016 na organização dos movimentos sociais, e, nesse sentido, as fissuras que provocaria na noção de democracia.

A pesquisa adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada em fontes bibliográficas e documentais, e seguiu duas linhas principais: juridicamente, analisou-se a definição do crime de terrorismo – cujo repúdio se encontra na Constituição brasileira, porém sem refinamento – estabelecida pela Lei nº 13.260/2016; sociologicamente, o estudo buscou apontar questões mais estruturais em torno da dinâmica dos movimentos sociais, considerando que tais mobilizações ocorrem a partir de processos de subjetivação diversos que mobilizam os sujeitos em torno de uma ação. Além disso, problematizou a noção de democracia a partir de questões epistemológicas no cerne das discussões sobre o tema: consenso e conflito, considerando a importância deste último, especialmente em sociedades fortemente marcadas por desigualdades de cor, classe, gênero e geração, como o Brasil.

O terrorismo como ação típica

Os atentados de 11 de setembro de 2001 são certamente inesquecíveis: aviões colidindo com prédios símbolos da cidade de Nova Iorque, pessoas se jogando pelos ares, barulhos de sirenes, pontes fechadas por toda a cidade e o odor de carne queimada durante semanas marcaram a memória de milhares de pessoas, bem como renderam, em diversas partes do mundo, publicações, produções cinematográficas, rodas de debates e manifestações coletivas de consternação. A forma como aqueles fatos foram midiaticizados configura o que Coelho (2004, p. 125) denominou de um “imaginário do cinema hollywoodiano”.

Desde aquele episódio, o terrorismo se tornou assunto central da política externa estadunidense. O então presidente George W. Bush definiu-se como aquele cuja missão era extirpar do planeta os atos terroristas. Diversas foram as estratégias adotadas, dentre outras: invasão a “países suspeitos”, técnicas de espionagem, rompimento de relações diplomáticas, prisões com e sem determinação judicial, publicidade massiva contra o inimigo comum e reforço em ações para o fechamento das fronteiras.

O terrorismo, no entanto, não foi exterminado. Episódios como o assassinato pelo Estado Islâmico de 1.700 cadetes iraquianos em 2014 (Alkhudary, 2019); os ataques do Boko Haram aos moradores das cidades de Maiduguri em 2009, que vitimaram duas mil pessoas (Massacre..., 2015), e de Baga (Fessy, 2015) e Doro Gowon (Nossiter, 2015) em 2015; o massacre dos jornalistas do Charlie Hebdo (Petrikowski, 2019) e dos frequentadores da boate Bataclan (Hartmann, 2015), em Paris, também em 2015; os atropelamentos ocorridos em Nice no ano seguinte (Chrisafis; Fischer; Rice-Oxley, 2016) são apenas alguns lembretes desse tipo de ação que assola pessoas em distintas partes do planeta.

De acordo com Pape (2003), o terrorismo é um ato que se centra no uso da violência por grupos criminosos voltados expressamente a causar intimidação, medo e sofrimento em pessoas de uma dada sociedade. Não se trata, argumenta o autor, de atividades dos governos nacionais contra grupos específicos, tidos como inimigos-alvo – o que se pode definir como

“terror”, em oposição a “terrorismo” (Soares, 2003). Para ele, a lógica de conformação dos grupos terroristas tem especificidades nas ações, nos recursos simbólicos e econômicos, e nas motivações: o grupo terrorista produz conflitos visando a angariar apoio para sua causa (em âmbito local ou internacional) por meio da imposição da violência à população.

Pape (2003) destaca a existência de tipos de terrorismo. Há, por exemplo, o terrorismo com fins de recrutamento de pessoas para sua causa, geralmente precedido de anúncios públicos, e ainda aqueles movidos por altas doses de terror, como as ações das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia. Destaca, igualmente, o terrorismo com foco no ataque suicida, geralmente realizado por homem-bomba. Sobre essas considerações, já se destacou que “o recurso ao fanatismo religioso não é suficiente para explicar as causas do terrorismo suicida” (Costa, 2006, p. 4).

As observações de Pape (2003) e de Costa (2006) denotam que inexistente uma causa única para o terrorismo. Há, portanto, que se ter o cuidado de analisar o fenômeno de uma forma geral, e não por meio de uma abordagem fixada no terrorismo *jihadista*, muito em evidência nos últimos tempos. Soares (2003, p. 1-2), muito embora escrevendo ainda no rescaldo dos eventos de setembro de 2001, tem uma percepção mais geral, ao destacar que, por carregar consigo “um grande componente de ordem moral”, a tarefa de definir o terrorismo mostrou-se, na prática, inexequível; isso porque as definições até hoje propostas não têm aptidão para abranger uma moral universal.

Em reforço ao seu argumento de dificuldade de estabelecimento de um conceito universal de terrorismo, a autora apresenta uma interessante coletânea de pontos de vista sobre o terrorismo – do Departamento Federal de Investigação estadunidense (FBI) a um terrorista palestino – para, ao final, concluir que “a maioria tem elementos em comum, tais como o emprego da violência e o fim político” (Soares, 2003, p. 5). Há autores, como Seixas (2008, p. 22-23), que chegam mesmo a negar a neutralidade científica e a possibilidade “de uma definição consensual de terrorismo”, chamando ainda a atenção para a importância de que não se venha a vergar a uma “leitura monolítica do terrorismo”, carregada de preconceitos e elementos políticos.

Sobre a tipificação de uma conduta como terrorista, Hobsbawm (2007) traz algumas problematizações ao tratar da legitimidade em torno dos modelos de Estado democrático de direito no século XXI, amplamente difundidos nos países de tradição liberal. Ao discorrer com ceticismo sobre as perspectivas democráticas no milênio, o autor afirma que elas estão em processo de esfacelamento, dado o enfraquecimento do Estado. O historiador registra o crescimento de atos violentos desde os anos 1960, especialmente movidos por grupos massivamente armados, ansiosos para derrubar os regimes vigentes na Europa Ocidental ou movidos por ideias separatistas. Frisa, ainda, a emergência do homem-bomba com base em dogmas religiosos ou questões étnicas, bem como ações violentas articuladas por grupos intelectualizados nos anos 2000.

O argumento central de Hobsbawm (2007) é de que o maior perigo não é o ato terrorista em si, mas os efeitos provocados pela mídia nas representações coletivas, movidos pelos interesses de Estados imperialistas, como os Estados Unidos. Segundo o autor, a indústria do medo é amplamente explorada, autorizando uma dada sociedade a proclamar a guerra contra o terror. Na mesma linha de raciocínio, Krygier (2007, p. 19, tradução nossa) apresenta uma interessante questão: “‘Terrorismo’, como o nome indica, semeia medo. Mas medo do quê, precisamente?”; em resposta, observa que muitas pessoas manifestam um medo tão intenso de serem mortas, que sugerem que devem ser toleradas restrições mais amplas aos seus direitos, como forma de prover os “combatentes contra o terror” dos meios necessários para o combate.

Sugere-se, portanto, um problema fundamental: em nome do combate a que espécies de “ameaças terroristas” se deve autorizar intervenções estatais sobre os direitos das pessoas? Isto é: o que é o terrorismo, a cuja ameaça se responde com a demanda por mais segurança, aumentando o nível de tolerância a ações estatais que, em regra, em uma sociedade democrática, não seriam aceitas?

A ideia de terrorismo é muito antiga. No âmbito jurídico, Prado e Carvalho (2000) observam que o termo surgiu na III Conferência Internacional

para a Unificação do Direito Penal,³ realizada em Bruxelas em 1930. A discussão jurídica intensificou-se logo após os assassinatos, em 1934, do rei iugoslavo Alexandre I e do ministro das Relações Exteriores da França Louis Barthou, por um terrorista macedônio, cujas imagens em filme chocaram todo o mundo (Prado; Carvalho, 2000). A despeito do intenso debate (citam-se, por exemplo, a VI Conferência Internacional de Direito Penal, a Comissão para a Repressão Internacional do Terrorismo, o Convênio de Haia para a repressão do sequestro ilícito de aeronaves, e o Convênio de Montreal para a repressão de atos ilícitos dirigidos contra a segurança da aviação civil), até hoje, no âmbito internacional, inexistente uma definição jurídica precisa de terrorismo.

Por outro lado, um recente levantamento (Avelar, 2018) apontou que “leis antiterrorismo são usadas para reprimir o dissenso em [...] países [...]” como Nicarágua, Egito, Rússia e Turquia. No que se refere à Nicarágua, por exemplo, o Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para os Direitos Humanos qualificou o texto da lei antiterrorista local como “muito vago e [que] permite uma ampla interpretação que poderia provocar a inclusão (na definição de terrorista) de pessoas que estão simplesmente exercendo seu direito de protestar” (ONU..., 2018). De fato, o artigo 4(2) da Lei nº 977/2018, da Nicarágua, define atos terroristas como

[...] aqueles que tenham como objetivo causar a morte ou lesões físicas e/ou psíquicas contra qualquer pessoa, *quando o propósito do dito ato*, por sua natureza e contexto, é intimidar uma população ou *obrigar um Governo ou uma organização internacional a realizar um ato ou a abster-se de fazê-lo* [...] (Nicarágua, 2018, tradução nossa, grifo nosso).

³ Segundo Munhoz (1953, p. 121-122), “[n]o Congresso Internacional de Direito Penal, que se reuniu em Bruxelas, no ano de 1926, o Prof. Vespasiano V. Pella, tendo em vista a circunstância de estarem, naquela época, em elaboração vários novos Projetos de Código Penal, em diferentes países, e considerando ‘como altamente desejável a unificação das ideias fundamentais para o exercício da repressão’, propôs que se reunissem em Conferência Internacional as Comissões encarregadas, em cada Estado, da elaboração daqueles Projetos”. Em 1927, a reunião ocorreu em Varsóvia; em 1928, em Roma; em 1930, em Bruxelas; em 1931, em Paris; em 1933, em Madri; em 1935, em Copenhague; em 1938, no Cairo; e, em 1947, novamente em Paris.

Esta vagueza a que se referiu a ONU no caso da Nicarágua, segundo Saint-Pierre (2015, p. 12-13, *grifo nosso*), torna o inimigo difuso e permite aos governos “caracterizar quaisquer manifestações de descontentamento social como atos *terroristas* e os movimentos sociais que os promovem como *grupos terroristas*”. Lopes e Santos Jr. (2017, p. 605) citam um caso concreto de aplicação de lei antiterrorismo para perseguição de adversários políticos: a condenação, no Chile, de sete indígenas mapuches e de uma ativista dos direitos desse povo por um suposto atentado sem nenhuma vítima. Os autores observam que o Chile foi, depois, condenado pela Corte Interamericana de Direitos Humanos, em razão dessa mesma decisão. Quando se pensa no Brasil, de forma geral, os debates calorosos sobre o crime de terrorismo, e, de forma específica, a proposição do anteprojeto que resultou na Lei nº 13.260/2016 ocorreram a reboque de um cenário de manifestações, entre 2013 e 2015, que levaram milhares de pessoas às ruas a demonstrar sua insatisfação relacionada a serviços públicos. Em 2014, a dinâmica dos protestos foi especialmente marcada nas redes sociais, tendo como pauta central a crítica aos gastos públicos exorbitantes com a realização da Copa das Confederações, de 2013 e com a Copa do Mundo, de 2014. Nesse contexto de multidão dos anos 2013 a 2015, coletivos movidos por práticas de violência também ganharam a cena: transportes públicos foram incendiados, prédios, vitrines de bancos e equipamentos públicos foram danificados. Isso acendeu os debates sobre a tipificação do crime de terrorismo no Brasil.

Antes desses episódios, o crime de terrorismo havia recebido pouca atenção do Estado brasileiro, com exceção do período dos “anos de chumbo” da ditadura civil-militar, conhecidos pelas violações sistemáticas dos direitos humanos (Arquidiocese de São Paulo, 2001). Naquele período histórico, o pretenso combate ao terrorismo era, na verdade, apenas uma fachada para ocultar um combate à dissidência política (Arquidiocese de São Paulo, 2001) – tanto que, quando já se admitia que o país poderia caminhar para a redemocratização, a Lei nº 6.683/1979 excluiu expressamente indivíduos condenados pela prática de crimes de terrorismo do direito à anistia (art.

1º, § 2º): “Excetuam-se dos benefícios da anistia os que foram condenados pela prática de crimes de terrorismo [...]” (Brasil, 1979).

Afinal, quem eram os terroristas para o Estado que editou a Lei nº 6.683/1979? A então vigente Lei nº 6.620/1978 (Brasil, 1978) estabelecia apenas que constituía crime: “devastar, saquear, assaltar, roubar, sequestrar, incendiar, depredar ou praticar atentado pessoal, sabotagem ou terrorismo, com finalidades atentatórias à Segurança Nacional.” Contudo, aquela lei não definiu o que era o “terrorismo” constante do tipo. Tampouco o fez a Lei nº 7.170/1983, a Lei de Segurança Nacional, que apenas acresceu ao tipo um elemento de subversão:

Art. 20 - Devastar, saquear, extorquir, roubar, sequestrar, manter em cárcere privado, incendiar, depredar, provocar explosão, praticar atentado pessoal ou atos de terrorismo, por inconformismo político ou para obtenção de fundos destinados à manutenção de organizações políticas clandestinas ou subversivas (Brasil, 1983, *grifo nosso*).

A parte final do dispositivo deixa transparecer que a norma, nunca formalmente revogada, e muito embora de constitucionalidade duvidosa, objetiva combater não o terrorismo – tal como percebido pela sociedade –, mas a contestação armada ao regime ditatorial. A doutrina não tem dúvida de que o legislador se esquivou do dever de definir de forma precisa o que são os denominados “atos de terrorismo” (Prado; Carvalho, 2000).

A constituição brasileira de 1988, por sua vez, repudiou expressamente o terrorismo (art. 4º, VIII), considerado crime inafiançável e insuscetível de graça ou anistia, como dispõe o art. 5º, XLIII (Brasil, 1988). Porém, persistiu a lacuna apontada acima: o que é terrorismo? A Constituição não o definiu expressamente, ficando essa definição dependente de juízos discricionários – os quais, ante o silêncio normativo, podem ser impregnados de arbitrariedade.

Observada a separação de poderes, caberia ao Estado-legislador, com sua carga elevada de legitimidade advinda da representação, definir o que é o terrorismo, desde que observados os limites impostos pela Constituição

(interpretada por seu guardião, o Supremo Tribunal Federal). No ano de 2004, o Supremo Tribunal Federal, em uma definição por exclusão, esclareceu que “os atos delituosos de natureza terrorista não se subsumem à noção de criminalidade política” (Brasil, 2004). Ou seja, embora não se defina o conceito de terrorismo, há um limite a partir do qual uma ação deixa de ser considerada política para ser considerada terrorista. Tal entendimento coincide com o da Convenção Interamericana contra o Terrorismo (Brasil, 2005), segundo a qual nenhum dos delitos de terrorismo “será considerado delito político ou delito conexo com um delito político ou um delito inspirado por motivos políticos”.

A exclusão dos crimes políticos diminuiu a potencial abrangência do tipo, que, contudo, permaneceu demasiadamente aberto para uma norma punitiva. A Lei nº 13.260/2016 procurou solucionar a questão, tipificando o crime de terrorismo como a “prática por um ou mais indivíduos” de certos atos

[...] por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião, quando cometidos com a *finalidade de provocar terror social ou generalizado*, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública ou a incolumidade pública [art. 2º, *caput*] (Brasil, 2016a, *grifo nosso*).

A Lei nº 13.260/2016 (embora de forma linguisticamente redundante) restringiu a tipificação aos atos “cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado [...]” (Brasil, 2016a). Afinal, se a ação criminal não visa a provocar terror, é um crime que não pode ser qualificado, ao menos materialmente, como terrorismo. A lei estabelece, como atos terroristas, por exemplo, aqueles que fazem uso de armas nucleares (art. 2º, I) – o que faz todo sentido, dada a sua enorme aptidão para gerar danos relevantes à vida, à integridade física e psíquica, ao patrimônio etc. Por meio do Projeto de Lei do Senado nº 272/2016, em sua proposição original, pretendia-se acrescentar dois incisos ao §1º do artigo 2º da Lei nº 13.260/2016, quais sejam:

VI – incendiar, depredar, saquear, destruir ou explodir meios de transporte ou qualquer bem público ou privado, com o objetivo de forçar a autoridade pública a praticar ato, abster-se de o praticar ou a tolerar que se pratique, ou ainda intimidar certas pessoas, grupos de pessoas ou a população em geral; VII – interferir, sabotar ou danificar sistemas de informática ou bancos de dados, com motivação política ou ideológica, com o fim de desorientar, desembaraçar, dificultar ou obstar seu funcionamento (Brasil, 2016c).

Segundo o Senador Lasier Martins (PSD/RS), proponente da matéria, o inciso VI teria sido inspirado “pela legislação antiterrorista portuguesa”. Não há, porém, na lei portuguesa, nada parecido com a tipificação das ações de depredação e saque de bens privados, exceto quanto aos destinados “ao abastecimento e satisfação de necessidades vitais da população” (art. 2º, 1, d, da Lei nº 52/2003) (Portugal, 2003). De fato, é difícil imaginar de que forma a depredação da vitrine de um banco – a despeito de ser, indiscutivelmente, uma ação criminosa – atentaria contra as bases do Estado democrático de direito, devendo ser qualificada como terrorista. A propósito, segundo o Supremo Tribunal Federal, nem mesmo o “ataque frontal a um estabelecimento militar, sem utilização de armas de perigo comum nem criação de riscos generalizados para a população civil” (Brasil, 1989) pode ser considerado terrorista – se fosse terrorista, não poderia se qualificar como crime político.

Como citado pelo Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), em seu voto em separado na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania do Senado Federal, a Nota Técnica – assinada conjuntamente por ARTIGO 19 Brasil, Rede Justiça Criminal, Justiça Global, Instituto de Defensores de Direitos Humanos (DDH), Conectas Direitos Humanos, Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD), Instituto Terra, Trabalho e Cidadania, Instituto (ITTC), Sou da Paz e Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP) – apontou que a

[...] nova redação proposta não contempla qualquer diferenciação relativa à natureza essencial dos bens e serviços que se almeja proteger, o que pode resultar na abrangência de todo e qualquer bem ou serviço público como

passível de ser alvo de ato terrorista, o que não condiz com o mencionado princípio da excepcionalidade. Também vale ressaltar que as novas condutas previstas somam-se a um extenso rol já definido na Lei Antiterrorismo aprovada, que não invoca nenhum tipo de diferenciação na gravidade das condutas tipificadas, cominando a todas essas penas elevadíssimas de reclusão de 12 a 30 anos. Dessa forma, *a utilização de armas químicas aptas a promover “destruição em massa” e a depredação de lixeiras ou orelhões públicos (ambas já tipificadas, ressalta-se novamente) podem vir a ser consideradas atos terroristas de igual gravidade e com igual tratamento* (Brasil, 2016d, p. 3, grifo nosso).

O mesmo se pode dizer do saque e da destruição (desde que não qualificada por incêndio ou explosão): tais condutas, muito embora reprováveis – inclusive criminalmente –, não atentam contra a democracia em si, uma vez que não visam a violar a ordem pública em sua acepção mais ampla, de ordenação das liberdades (Gomez Torres, 1979). Essas constatações suscitaram, nos movimentos sociais, desconfiância de que o enorme alargamento das condutas abarcadas pelo tipo penal tal como proposto pelo Projeto de Lei do Senado nº 272/2016 tem como objetivo criminalizar as suas ações, de forma geral. Isso foi reforçado após a apresentação, pelo então Senador Magno Malta (PR/ES), de emendas ao projeto, uma delas pretendendo alterar o art. 2º da lei para o seguinte:

Art. 2º O terrorismo consiste na prática por um ou mais indivíduos dos atos previstos neste artigo, por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia ou religião, ou por outra motivação política, ideológica ou social, quando cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado, expondo a perigo pessoa, patrimônio, a paz pública, a incolumidade pública ou a liberdade individual, ou *para coagir governo, autoridade, concessionário ou permissionário do poder público a fazer ou deixar de fazer alguma coisa, por motivação política, ideológica ou social* (Brasil, 2018, p. 4, grifo nosso).

Observe-se que, uma vez transformada em lei, a norma proposta ampliaria o tipo penal ao ponto de acrescentar aos atos praticados com a “finalidade de provocar terror social ou generalizado” (redação vigente do *caput* do art. 2º) aqueles que têm como objetivo “coagir governo, autoridade, concessionário ou permissionário do poder público a fazer ou

deixar de fazer alguma coisa” (Brasil, 2018, p. 4). É muito semelhante ao tipo da lei nicaraguense – “[...] quando o propósito do dito ato [...] é [...] obrigar um Governo ou uma organização internacional a realizar um ato ou a abster-se de fazê-lo [...]” (Nicarágua, 2018, tradução nossa), citado acima, e já muito criticado pela Organização das Nações Unidas (ONU).

Essa alteração esbarra numa contradição linguística: da forma como a tipificação é pretendida, poderão ser qualificados como terroristas os atos de coação, mesmo que não “cometidos com a finalidade de provocar terror social ou generalizado” (Brasil, 2018, p. 4). Como já dito aqui, se a ação não visa a provocar o terror, não pode ser tida como terrorista (ao menos em seu sentido material). Ter-se-ia, assim, o absurdo de uma ação terrorista que não visa a provocar o terror.

A discussão sobre a alteração da Lei n.º 13.260/2016 arrefeceu tão logo se dissipou a efervescência das Jornadas de Junho de 2013 e dos protestos contra a realização da Copa das Confederações de 2013, da Copa do Mundo de 2014 e dos Jogos Olímpicos de 2016. Episódios mais recentes, entretanto, reacenderam as discussões sobre o terrorismo. Nos primeiros dias de 2019, ataques violentos realizados por coletivos criminosos ligados ao tráfico de drogas, em confronto direto com o governo do estado do Ceará, trouxeram para a pauta da agenda política a tipificação de determinadas condutas como terroristas. Decerto, isso trouxe consequências para outras esferas sociais, especificamente para os movimentos sociais, uma vez que a Lei nº 13.260/2016, se alterada conforme se propôs no Projeto de Lei do Senado nº 272/2016, pode ser amplamente interpretada, inclusive de forma discricionária. O poder judiciário não está, de forma alguma, imune a preconceitos políticos.

O contexto em tela traz à tona uma reflexão jurídica sobre a tipificação das condutas das facções como terroristas. Porém, o fenômeno chama ainda atenção para a criminalização dos movimentos coletivos articulados pela sociedade civil em prol da garantia de direitos constitucionais. Note-se que, se, de um lado, coletivos disputam o mercado ilegal da droga e utilizam estratégias notadamente criminosas que provocam terror na cidade, por outro

lado, é preciso atentar para a reunião coletiva de grupos sociais diversos da sociedade civil que se mobilizam em espaços públicos do país com pautas específicas no intuito de reivindicar suas garantias constitucionais.

O cenário da violência trouxe também para o debate uma reflexão: quanto cada sociedade está disposta a aceitar em restrições aos seus direitos (em especial aos seus direitos fundamentais) em nome do combate estatal à ameaça terrorista? Isso, certamente, é algo difícil de determinar, pois varia conforme o próprio nível de ameaça difusamente percebido, bem como do que é considerado tolerável para cada sociedade, considerando que não são poucos os Estados que se aproveitam de uma fachada de defesa da “segurança nacional” para restringir os direitos de seus cidadãos (Renner; Renner, 2016, p. 9).

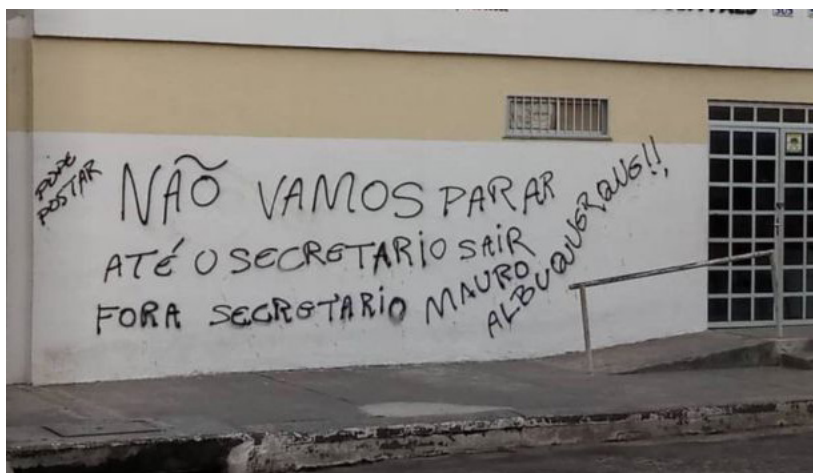
Como se vê, a questão é complexa, pois se reflete inclusive nos sentidos de democracia para uma nação. Veja-se então, a seguir, a tônica da violência de 2019 no estado do Ceará promovida pelas facções de tráfico de drogas, que reacendeu os debates sobre a alteração da Lei nº 13.260/2016 no Brasil, exigindo do Estado posturas mais rígidas acerca dessas organizações. Portanto, é importante compreender, ainda que brevemente, as práticas e estratégias desses coletivos criminais no estado do Ceará, tomando-as aqui como ações sociais dotadas de sentidos e criatividade por aqueles que a praticam (Weber, 2014).

Facções criminosas no estado do Ceará

Nos primeiros dias de 2019, no estado do Ceará, ocorreram mais de 200 ataques em 42 dos 184 municípios cearenses, promovidos por coletivos envolvidos com tráfico de drogas. Das ações criminosas, destacam-se incêndios a carros particulares, a transportes e veículos utilizados para serviços públicos, além de explosões em postos de saúde e de gasolina, bancos, prefeituras, comércios e prédios públicos, bem como bloqueios de vias urbanas com dejetos e infiltração de explosivos em viadutos, conforme noticiaram diversos veículos jornalísticos à época. Foram também feitas pichações em muros exigindo a exoneração do então secretário da Secretaria

de Segurança Penitenciária, responsável por propor medidas de fiscalização mais rigorosas no sistema prisional, a exemplo do bloqueio do sinal de celulares no interior das penitenciárias e do fim da divisão das unidades prisionais conforme a facção a que cada preso pertence. A imagem a seguir expõe tais ameaças:

Figura 1. Pichação feita durante ataques no Ceará pede saída do secretário da Administração Penitenciária



Fonte: Souza (2019).

De acordo com gestores locais, as medidas motivaram uma sucessão de ataques criminosos por meio de facções envolvidas com o mercado de drogas no estado. Trata-se do que Charles Tilly (1978) designa de “repertório de confronto”. O termo pode ser usado em situações diversas, mas aqui, em síntese, é pensado a partir das ações desses coletivos, ou seja, práticas movidas por grupos específicos no enfrentamento de opositores e arregimentadas por apoiadores. Ao tratar dessas ações de confronto, Tilly (1978) aponta que diversos mecanismos são acionados, tais como obstrução de vias públicas, passeatas, greves, piquetes, protestos, assim como criação

de espaços de diálogos nas redes sociais, conforme vem sendo observado nas últimas décadas. Porém, não é só. Há ainda sequestros, depredações, incêndios, xingamentos, paródias, memes cibernéticos, entre outras formas de ação mobilizadas em reivindicações de pequena ou grande escala. Foi o que ocorreu no estado do Ceará no início de 2019, quando “o inimigo comum das facções passou a ser, naquele momento, o Estado. Em vez de briga de facções, passou a ter um denominador comum”, afirmou o pesquisador César Barreira, estudioso da temática (Borges, 2019, p. 6).

Para conter as ações das facções, o governo do estado do Ceará recebeu auxílio de tropas da Força Nacional e de policiais militares do estado da Bahia, e promoveu a transferência imediata para presídios federais de 21 membros de facções presos no estado do Ceará. Certamente, o cenário vivido na capital e municípios vizinhos foi aterrorizante. Além das notícias midiáticas, era comum escutar narrativas da população sobre o assunto nos mais diversos espaços da cidade. Além do medo, bairros que sofreram maior número de ataques tiveram serviços de transporte público, entrega de postagens e encomendas, e coleta de lixo suspensos por vários dias. Do senso comum, foram recorrentes as narrativas de que tudo aquilo configurava um cenário de guerra, estando a sociedade diante de atos terroristas. Isso foi ainda reforçado nas falas de autoridades locais, como a do atual Governador do estado do Ceará, Camilo Santana (PT):

[...] precisa de uma mudança. Até porque nesses atos, foi a primeira vez que se usou explosivos em ações no Ceará, bombas. Isso precisa ser tipificado como terrorismo. *Precisa o Congresso Nacional rever uma série de leis, inclusive uma delas é essa, a lei antiterrorismo, que precisa tipificar esse tipo de ação como terrorismo* (Melo, 2019, grifo nosso).

A narrativa acima coaduna-se ao pensamento do Ministro da Justiça e Segurança Pública do país à época, Sérgio Moro, ao afirmar, em entrevista ao canal televisivo Globo News, no dia 15 de fevereiro de 2019, que, no estado do Ceará, “organizações criminosas se sentiram à vontade de praticar verdadeiros atos terroristas” (Moro, 2019 *apud* Melo, 2019). Também se observa juízo semelhante do Presidente Jair Bolsonaro, que, ao pronunciar-

se no Twitter, no dia 12 de janeiro de 2019, afirmou, ao tratar dos atos criminosos praticados no estado do Ceará, que seria preciso enrijecer a legislação penal:

Ao criminoso não interessa o partido desse ou daquele governador. Hoje ele age no Ceará, amanhã em SP, RS ou GO. Suas ações, como incendiar, explodir... bens públicos ou privados, devem ser tipificados [sic] como TERRORISMO. O PLS 272/2016 do Sen. Lasier Martins é louvável (Bolsonaro, 2019).

No cerne de tudo isso, algumas questões emergem: quem são esses sujeitos coletivos envolvidos com tais ações violentas? Como tais práticas criminosas foram se configurando no Ceará? Do ponto de vista normativo, quais as possibilidades de tipificação das ações das facções como atos terroristas?

De acordo com Paiva (2019, p. 165), a história da violência em Fortaleza, capital do Ceará, é marcada por “transformações sociais nas maneiras de fazer o crime na cidade.” Ao buscar compreender tal questão, o pesquisador toma como ponto de partida o trabalho de Diógenes (2008), que aponta a dinâmica das gangues nas periferias de Fortaleza nos anos 1990, quando “grupos de jovens criavam seus repertórios para demonstrar, publicamente, que ‘se garantem’, compartilhando códigos constitutivos de uma linguagem própria e maneiras peculiares de estabelecer suas relações dentro e fora do território” (Paiva, 2019, p. 171).

Pensando um pouco antes dos anos 1990, tem-se que, entre as décadas de 1960 e 1980, as preocupações em torno da violência no estado do Ceará eram sobre crimes de pistolagem, isto é, de pessoas com morte encomendada por motivações de vingança, envolvendo especialmente brigas de família e conflitos trabalhistas. No limiar dos anos 1980, e, sobretudo, nos anos 1990, novas dinâmicas foram emergindo, notadamente nas periferias da cidade, sendo os conflitos por território, entre algumas gangues, o ponto crucial de homicídios entre jovens, afirma Paiva (2019). Segundo o autor, naquele contexto histórico, a inserção de drogas e armas na periferia não tinha como objetivo a constituição de um mercado ilegal,

mas ser subsídio aos confrontos territoriais entre gangues, aumentando assim a letalidade do conflito e garantindo a capacidade de confronto, tendo a violência como tônica.

No entanto, o comércio ilegal de drogas mostrou-se rentável e, assim, os conflitos ganharam nova roupagem, de forma que pessoas com posições de destaque nas gangues tornaram-se chefes do tráfico. Esses, nas primeiras configurações do tráfico na cidade, passaram a estabelecer seu domínio nas comunidades e a marcar os territórios. Ultrapassar tais limites espaciais imaginários resultava em morte. Desenhava-se, por conseguinte, a dinâmica do tráfico na cidade. Os chefes desse comércio ilícito, antigos líderes de gangues, viam no mercado de drogas um mecanismo importante de manutenção dos confrontos territoriais. Os moradores da comunidade, por sua vez, viam a venda da droga como possibilidade de fazer negócios, transformando suas casas nas chamadas “bocas de fumo”.

No início dos anos 2000, outros elementos marcaram a tônica da violência, desencadeando um processo de organização da criminalidade em torno de disputas pelo mercado de drogas, em que grupos de pessoas envolvidas com ilegalidades organizavam-se a partir da noção de facção. Assim, no decorrer das três últimas décadas, coletivos criminosos rivais foram se territorializando no estado do Ceará, marcando um novo contexto na cidade a partir de grupos locais associados a outros de dimensão nacional, com origem em São Paulo e no Rio de Janeiro: o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV). Outras duas forças de atuação importantes que hoje figuram no nordeste do país, inclusive no estado do Ceará, são a Família do Norte (FDN), oriunda do sistema prisional amazonense, e a Guardiões do Estado (GDE), fundada em 2016 no próprio estado do Ceará, e que congrega, de modo geral, pessoas inseridas no crime, detentos e egressos do sistema prisional (Paiva, 2019).

Decerto, as formas de fazer o crime são atravessadas por uma variedade de movimentos, regras, ilegalidades, negociações, enfrentamentos, hierarquizações, estratégias de demarcação de territórios, ações e formas de reivindicação de sua organização coletiva sob o título, por exemplo, de

facção – categoria nativa perpassada de sentidos e ponderações conceituais, sendo aqui tomada como

[...] coletivo constituído por associações, relacionamentos, aproximações, conflitos e distâncias necessárias entre pessoas comprometidas em fazer o crime, desenvolvendo relações afetivas profundas, laços sociais elaborados como os de família, e um sentimento de pertença desenvolvido pela carência em determinadas orientações políticas e éticas que a sustentam. São coletivos móveis de pessoas que fazem o crime como um meio de integrar a sociedade, pois não visam à sua destruição, e sim à participação em um sistema de bens materiais e simbólicos agenciados de múltiplas maneiras. Em alguma medida, as facções são coletivos compostos por convergências de intencionalidades de alcances variados, com pessoas ocupando posições privilegiadas nos esquemas do coletivo e outras atuando em suas margens (Paiva, 2019, p. 170).

Portanto a ideia que parece mais adequada é compreender a noção de facção dentro de um campo de possibilidades, percebendo seus movimentos internos, além das tensões e sentidos que toma levando em conta contextos e temporalidades sociais. São redes que “podem ser descritas na sua conformação mais generalizante por meio de uma ‘geometria de escalas variáveis [...]’”, articulando pessoas que se situam em posições específicas quanto às negociações e processos de circulação das mercadorias, conforme apontam Hirata e Grilo (2017, p. 79).

Logo, as maneiras de fazer o crime não são únicas, universais e generalizáveis, mas permanentemente passíveis de transformações, de forma que as dinâmicas se territorializam tanto em bairros periféricos como naqueles de elevada concentração do poder aquisitivo, além de agregarem pessoas com distintos perfis sociais. O crime faz-se, então, como a “tática de praticantes que desenvolvem maneiras de fazer fragmentadas, experimentações complexas e agenciamentos possíveis” (Paiva, 2019, p. 167).

No estado do Ceará, dentre as estratégias mais utilizadas nos confrontos pelo domínio do mercado de drogas, verificam-se, com maior frequência, o controle de territórios, o estabelecimento de regras rígidas para a comunidade, a aplicação de punições com requintes de crueldade (inclusive com exposição nas redes sociais), a ampliação do poder de

fato – que extrapola a localidade, avançando também sobre o interior dos presídios –, o uso de armas potentes, como o fuzil e aquelas de calibre com aptidão para atravessar vidros blindados, sobretudo nos confrontos com a polícia. Assiste-se, ainda, a torturas contra quem desobedece aos códigos de conduta estabelecidos, bem como a chacinas, paralisações em escolas, abandonos de equipamentos públicos, invasões a territórios do inimigo, homicídios, expulsões de famílias inteiras de bairros, além da arregimentação de jovens em situação de extrema vulnerabilidade social.

Dado o contexto das últimas décadas, populações situadas nas áreas mais periféricas da cidade de Fortaleza, onde há a maior concentração das facções criminosas, passaram a adaptar-se às novas dinâmicas sociais do crime. Ainda que a esmagadora maioria dos moradores de periferia busque seu sustento fora do mercado ilegal de drogas, foi preciso obedecer a regras estabelecidas no território onde vivem para garantir algum tipo de sobrevivência.

Assim, marcados por ilegalidades, tais coletivos ora afastam-se e rivalizam na disputa do mercado de drogas, ora suspendem as rivalidades e aproximam-se, movidos por interesses comuns. Em relação ao Estado, ora buscam estabelecer acordos, ora tomam-no como inimigo comum. Exemplo disso ocorreu em 2016, quando coletivos criminosos tentaram estabelecer entre si um acordo de irmandade para a “pacificação” do estado do Ceará, ou seja, acordos pela “paz” entre facções rivais que resultariam na significativa redução do crime na cidade. A proibição dos assaltos nas periferias foi estratégia crucial para garantir uma aparente legitimidade aos traficantes e produzir a ideia de que as comunidades estavam seguras.

De fato, naquele ano, houve significativa redução do número de homicídios, 15,2% menor se comparada ao ano de 2015, segundo indicam os dados da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará (SSPDS). Porém, em março de 2016, os conflitos exacerbaram-se, tendo como estopim a Lei estadual nº 15.984/2016, que proibiu o “sinal de radiofrequência em áreas destinadas às Unidades Prisionais do Estado do Ceará, de modo a impedir a comunicação por telefones móveis no interior destas” (Ceará, 2016). A partir de então, ataques ao

patrimônio público, ameaças a lideranças do estado e rebeliões dentro dos presídios representaram indícios de que a “paz” estava com os dias contados, anunciando confrontos entre o PCC e o CV, que resultariam, em 2017, no “maior conflito armado vivido no Estado do Ceará, repercutindo em 5.134 crimes violentos, letais e intencionais” (Paiva, 2019, p. 176).

As ações criminosas que assolaram o Ceará no início de 2019 expuseram os modos de agir de sujeitos ligados ao mercado de drogas, apontando as aproximações, tensões e enfrentamentos desses coletivos com o Estado. Outro aspecto é que a explosão de atos violentos nos meses iniciais de 2019 se revelou não um fato isolado, criado de forma improvisada, mas sim o reflexo de conflitos muito profundos arraigados na prática da violência no estado do Ceará, mostrando ainda as falhas no *modus operandi* do poder público quanto à segurança pública, dada a negligência dos gestores relativa à desarticulação do crime organizado no estado. Historicamente, veem-se basicamente investimentos em policiamento ostensivo, porém sem planos estratégicos específicos com foco no controle social das áreas mais atingidas, nem implementação de projetos educacionais e sociais efetivos que confirmem a crianças e jovens sentidos de vida, pertencimento e esperança de dias prósperos. Note-se que, em 2016, o governo do estado do Ceará negou que a redução dos homicídios na cidade fosse resultado do pacto estabelecido entre as facções, apontando ser resultado do trabalho das forças de segurança, afirma Paiva (2019).

Nos bairros com maiores níveis de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH),⁴ os confrontos entre as facções parecem algo distante, como se seus habitantes estivessem protegidos em seus territórios. Isso decorre do permanente policiamento ostensivo nas áreas mais nobres, onde se concentram as maiores movimentações turísticas. Não obstante,

⁴ Segundo a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico de Fortaleza, há bairros com IDH muito alto (acima de 0,8), como o Meireles (0,953), a Aldeota (0,867) e o Dionísio Torres (0,860). Na outra ponta, há bairros com IDH extremamente baixo (sendo o baixo inferior a 0,55), como o Conjunto Palmeiras (0,119) (Fortaleza, 2014). A realidade é dispar. Para se ter uma referência, a “Belíndia” refere-se a uma diferença de IDH de 0,919 (Bélgica) para 0,647 (Índia) (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2019).

os acontecimentos do início do ano mobilizaram a cidade como um todo, uma vez que os ataques ocorreram em diversos espaços, afetando não somente moradores de áreas mais vulneráveis. O quadro de conflitos chamou a atenção para a complexidade do fenômeno da violência no estado do Ceará, apontando que os mecanismos de ação do crime não são estáticos, nem redutíveis a um único agente, nem localizados em um único território.

Assim, ainda que regras sejam definidas e estabelecidas pelo poder público, a reprodução do crime pelas facções é permanentemente atualizada, sendo capaz de inverter regras, conferir sentidos não previstos, atualizar a lógica de espacialidade dos territórios que formam a cidade. Como já apontado aqui, o contexto de ações violentas no estado do Ceará em 2019 desembocou na busca ávida pela alteração da Lei nº 13.260/2016, trazendo ao debate o fato de as práticas realizadas por sujeitos coletivos não serem apenas aglomerações na cena pública, mas atos que poderiam ser tipificados como crime. Contudo, é preciso observar-se que há distinções marcantes quando se comparam ações dos coletivos criminais com as práticas de movimentos sociais historicamente constituídos no país, assim como há singularidades entre movimentos sociais centrados em ideias mais clássicas e novos atores que têm surgido nos últimos anos em torno da expressão coletivos, conforme será tratado a seguir.

Movimentos sociais, manifestações e coletivos em cena

Historicamente, assiste-se, em diferentes localidades do mundo, à dinâmica de sujeitos que se lançam às ruas reivindicando pautas específicas. Com a radicalização da globalização, essas práticas complexificaram-se, adquirindo novos repertórios de ação e formas de pressão política, sendo notórias as articulações a partir das redes sociais, especialmente nos anos 2000, conforme se verifica no Brasil. As configurações das ações desses sujeitos coletivos são diversificadas: desde práticas estruturadas e configuradas em torno de identidades mais coesas, até aquelas que

adquiriram novas lógicas nas últimas décadas, ou seja, fragmentadas e temporárias, impulsionadas por questões circunstanciais. De um modo geral, essas práticas coletivas são atravessadas pela multiplicidade de identidades, de posturas ideológicas e formas de enfrentamento em relação ao Estado. Algumas contam com recursos financeiros de órgãos não governamentais (nacionais e internacionais), enquanto outras se organizam a partir de esforços próprios. As dimensões de articulação também variam: a Parada do Orgulho Gay, criada em 1995, é um exemplo para pensar como uma organização social se articula simultaneamente em diferentes níveis (local, nacional e transnacional).

Todas essas dinâmicas colocam desafios para apreender quem são essas pessoas, a partir de quais elementos os grupos se estruturam, permanecem mobilizados ou se dissipam, assim como a natureza de suas ações e quais questões colocam ao Estado, dada a força da pressão social de alguns deles. Outro aspecto são as questões conceituais, em razão do volume de expressões que emergem, mobilizadas pelos próprios sujeitos, pela mídia e pela sociedade civil de forma mais ampla: atos, ondas, coletivos, protestos, mobilização, movimentos sociais, movimentos comunitários, associações civis, comunidades virtuais, ativismo, militância, balbúrdia, entre outros.

Considerando as manifestações de rua no Brasil na última década, Gohn (2016) afirma que são parte de novas formas de movimentos sociais, sendo o termo “manifestação de protesto” o mais adequado para pensar o que houve em junho de 2013. Para a autora, essas novíssimas formas são algo completamente diferente dos movimentos clássicos operários, agrários e sindicais ou ainda dos emancipatórios de luta por direitos e oposição a regimes autoritários, como ocorreu na América Latina nos anos 1970 e 1980, apoiados por segmentos do cristianismo; também são bastante diferentes dos movimentos da segunda metade do século XX, cujas formas de organização fugiam às estruturas rígidas dos movimentos operários.

Para Gohn (2016, p. 3), diferentemente dos movimentos sociais, a dinâmica das manifestações aproxima-se mais da ideia de multidão, uma categoria mais contemporânea: “o sujeito social integrante de uma multidão

é diferente, múltiplo (tem várias identidades) e ativo, agindo segundo as singularidades do [grupo] no qual participa e se identifica [...]”.

De tudo isso, uma questão importante para se pensar aqui está relacionada às motivações desses coletivos, por vezes orientados pelas práticas de violência – conforme se percebe a partir das ações das facções criminosas –, por vezes mobilizados pelo forte apelo popular. Veja-se que, nas manifestações de junho de 2013, milhares de pessoas saíram às ruas, em diferentes localidades do país, tendo como pauta inicial o aumento da tarifa dos transportes públicos, ampliando a agenda de reclamações para inúmeras outras áreas do serviço público, conforme explicitado no tópico anterior.

Em meio às Jornadas de Junho de 2013, outras manifestações – já parte de outros movimentos sociais atuantes nas últimas décadas – ocorreram paralelamente e chegaram a se mesclar, trazendo à tona valores importantes para grupos sociais específicos, a exemplo da moradia, questões de gênero e sexualidade. Nessas configurações, chamava a atenção o protagonismo das juventudes e o caráter fluido da mobilização, sem destaque para lideranças específicas, ainda que alguns atores, situados em movimentos sociais antigos ou recém-criados, tenham tido destaque na cena, a exemplo do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), o Vem Pra Rua e o Movimento Passe Livre (MPL), com forte atuação na mobilização e convocação às ruas. Registre-se que a mídia televisiva e a *internet* tiveram papel importante como articuladoras no que diz respeito ao estabelecimento de locais, datas e horários, afirma Gohn (2016). Após junho de 2013, essas manifestações perderam força em termos de mobilização de massa, havendo ativações, sobretudo nas redes sociais, em torno de pautas específicas, como, por exemplo, a crítica à realização no Brasil da Copa do Mundo de 2014, dando ênfase aos exorbitantes gastos com infraestrutura.

Em 2015, a multidão voltou às ruas. Com características distintas de 2013, congregavam novas camadas sociais, notadamente as classes médias. No centro das reivindicações, ganhavam fôlego os protestos contra a corrupção, tendo centralidade aquela relacionada à Petrobras, investigada na

operação Lava a Jato, da Polícia Federal. De um lado, grupos questionavam a permanência de Dilma Rousseff (PT) na Presidência da República; de outro, grupos levavam às ruas suas demandas, mas não apoiavam o *impeachment* (Gohn, 2016). Dentre os últimos, registre-se a atuação do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), da Central Única dos Trabalhadores (CUT), da União Nacional dos Estudantes (UNE), que apresentaram reivindicações, mas ainda apoiavam o governo federal. Note-se, ainda, que o papel das redes sociais foi fundamental em 2015, no que diz respeito às mobilizações sociais.

No entanto, a violência também entrou em cena: tanto em 2013 como em 2015, vitrines e bancos foram depredados, transportes públicos incendiados, pessoas presas com truculência pela polícia. Como aponta Charles Tilly (1978), em movimentos de grande escala, configurados por interesses díspares, é comum que, por vezes, indivíduos se misturem à massa com o propósito de promover atos criminosos. Com isso, a sociedade teve um contato mais próximo com aqueles conhecidos como *black blocs*,⁵ que, no imaginário popular, assumiram “o papel de *hooligans* das liberdades públicas” (Sarlet; Weingartner Neto, 2014, p. 491).

As cenas de violência, somadas às imagens das multidões nas ruas, construíram representações diversas sobre as manifestações sociais, apontando que tais aglomerações promoviam desordem social, prejudicavam o direito de ir e vir e colocavam em risco a integridade física das pessoas e a manutenção do patrimônio público e privado. Portanto, desse ponto de vista, seria preciso mais rigor jurídico para conter movimentos de multidão ou agrupamentos que se lançassem às ruas com fins de contestação da ordem posta.

⁵ “Os grupos se caracterizam por usar roupas e máscaras negras cobrindo o rosto, para dificultar a identificação por parte de autoridades. O vestuário também cria uma sensação de conjunto e união entre si. A ideologia Black Bloc se baseia no questionamento da ‘ordem vigente’. Eles se manifestam contra o capitalismo e a globalização. Suas ações promovem o dano material a fachadas de empresas multinacionais e vidraças de bancos, por exemplo. Por esse motivo são geralmente associados à violência e depredação. Acabam, na maioria das vezes, entrando em confronto com a polícia. O ativismo Black Bloc tem origem na Alemanha, na década de 1970, e seguidores em diversos países. Não é, entretanto, um movimento de organização única. Em uma mesma manifestação, por exemplo, pode haver grupos distintos, com organização e táticas diferentes.” (Entenda..., 2013).

Se, em 2013, alguns ânimos se exaltaram diante das cenas de violência, clamando pela tipificação de determinadas condutas de massa como atos terroristas, o debate ganhou novamente fôlego no ano seguinte, por ocasião da Copa do Mundo, realizada no Brasil (Saint-Pierre, 2015). Foi reanimado em 2015, quando, no período preparatório para a realização dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro de 2016, recrudescceu principalmente no momento em que foi apresentado ao Congresso Nacional o anteprojeto que, ao final, resultou na Lei nº 13.260/2016.

Se interpretada no contexto pós-Jornadas de Junho e dos acalorados debates ocorridos a partir de então, compreende-se a iniciativa contra o terrorismo como uma forma de repressão endereçada: veja-se, por exemplo, as leis dos estados de Alagoas (2015), Amazonas (2014), Mato Grosso (2014), Minas Gerais (2014), Rio de Janeiro (2013) e São Paulo (2014), e do município de Porto Alegre (2014), todas editadas entre 2013 e 2015, e todas restringindo, de alguma forma, o direito de livre reunião e manifestação.⁶

A profusão de leis objetivando intervir de alguma forma nos movimentos sociais demonstra que eles não estão, de forma alguma, a salvo de uma cruzada estatal contra a “ameaça terrorista” – seja diretamente, com a criminalização de suas ações típicas, seja indiretamente, a reboque da qualificação, como terroristas, de atos tais como os praticados pelas facções criminosas no estado do Ceará, no início do ano de 2019.

Do cenário em tela, algumas questões ganham destaque e merecem ser pensadas com cuidado. Uma delas é a dimensão de generalização que práticas movidas por sujeitos coletivos adquirem. Conforme foi apresentado, atos, movimentos sociais, coletivos e manifestações sociais têm especificidades. Veja-se que, diferentemente dos movimentos sociais, os coletivos desenham seus contornos de forma mais fluida, em oposição a estruturas tradicionais e mais centralizadoras (Gohn, 2016). De acordo com Gohn (2016), um coletivo não necessariamente desenvolve práticas

⁶ Segundo Peixoto (2019), sete delas dizem respeito ao uso de máscaras, seis estabelecem algum tipo de intervenção estatal, cinco regulamentam o aviso prévio, uma prevê a cobrança pelos custos das medidas administrativas, uma designa local para realização de manifestações.

contestatórias, diferentemente dos movimentos sociais, que têm identidades mais coesas, opositores mais bem definidos e são constituídos a partir das trajetórias de seus membros, que neles se envolvem tendo-os, por vezes, como projeto de vida. Nos coletivos, os sujeitos

[...] autodenominam-se como ativistas, vivem experiências e experimentações, que podem ser tópicas ou mais permanentes; fragmentadas ou mais articuladas. Os membros participantes de um movimento social são militantes de uma causa, é algo mais que um ativista porque não foi convocado online, *ad hoc*. Ele tem laços de pertencimento com um grupo. Um coletivo pode se transformar em movimento social, ou autodenominar-se movimento, ou articular-se a um conjunto de outros coletivos que configuram um movimento social. Ou negar a forma movimento social por considerá-la presa aos modelos tradicionais de fazer política (Gohn, 2016, p. 4-5).

Porém, ainda que guardem semelhanças entre si, há aspectos que delimitam suas fronteiras. Quando se pensa de forma individualizada, as particularidades também ganham força. Mesmo que um objetivo comum tenha centralidade, a multidão atrai pessoas com motivações, valores morais e emoções diversas, a exemplo da prática da violência e destruição de patrimônio público. Certamente, a indignação pode ser o gerador de comoção, levando milhares de pessoas aos espaços públicos.⁷ Contudo, isso não significa que a violência seja o repertório adotado, como se viu com os *black blocs*.

Outro ponto fundamental é a participação popular, aspecto fundamental para a manutenção de uma democracia. Dialogar, negociar e exercer mecanismos de pressão com o Estado nas lutas por cidadania tem sido cada vez mais necessário em sociedades globalizadas, plurais, multiculturais e multiétnicas. Portanto, nada mais legítimo que o pleito por mudanças constitucionais que já não mais atendem a novas configurações das famílias contemporâneas; por respeito às diferenças no que toca às múltiplas dimensões de gênero e sexualidade que atravessam os indivíduos; por direitos reprodutivos; pela preservação do meio ambiente; por questões de igualdade racial e social, entre tantas outras fortemente presentes na

⁷ Sobre a categoria indignação, ver Gohn (2016).

formação da sociedade brasileira. Assim, as ações coletivas em prol de direitos individuais expressam significados sobre formas de ser e estar no mundo de sujeitos diversos.

Logo, os debates em torno da tipificação de determinados atos violentos como terroristas, a exemplo das ações das facções no Ceará, têm rebatimentos diretos na democracia, cujos possíveis efeitos podem recair na possível criminalização de movimentos organizados pela sociedade civil em prol da garantia de direitos constitucionais, como a própria segurança pública. Diante disso, cabe entender o seguinte: qual a importância de manifestações sociais e os possíveis efeitos da alteração da Lei nº 13.260/2016 para a democracia brasileira?

A alteração da Lei nº 13.260/2016 e os impactos na democracia

O clamor popular pela modificação da Lei nº 13.260/2016, para tipificar as ações das facções ocorridas nos primeiros dias de 2019 como “terroristas” é explicável em razão de, sob a ótica jurídica, elas não serem abrangidas pelo tipo daquela lei, pois não foram praticadas “por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião” (Brasil, 2016a), e tampouco descritas nos incisos I a V do dispositivo tipificador:

[...] I – usar ou ameaçar usar, transportar, guardar, portar ou trazer consigo explosivos, gases tóxicos, venenos, conteúdos biológicos, químicos, nucleares ou outros meios capazes de causar danos ou promover destruição em massa; II – (VETADO); III – (VETADO); IV – sabotar o funcionamento ou apoderar-se, com violência, grave ameaça a pessoa ou servindo-se de mecanismos cibernéticos, do controle total ou parcial, ainda que de modo temporário, de meio de comunicação ou de transporte, de portos, aeroportos, estações ferroviárias ou rodoviárias, hospitais, casas de saúde, escolas, estádios esportivos, instalações públicas ou locais onde funcionem serviços públicos essenciais, instalações de geração ou transmissão de energia, instalações militares, instalações de exploração, refino e processamento de petróleo e gás e instituições bancárias e sua rede de atendimento; V - atentar contra a vida ou a integridade física de pessoa (Brasil, 2016a).

Há, assim, uma grande e inegável divergência entre a tipificação legal e a concepção material de terrorismo – divergência que poderia ser sanada pela aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 272/2016, com suas emendas. No entanto, sob a ótica social, dos movimentos sociais, a eventual aprovação do projeto de lei causaria impactos enormes, ainda maiores que a ameaça subjacente à própria Lei nº 13.260/2016, em decorrência de suas “expressões indeterminadas e maleáveis, capazes de comportar, de acordo com a ideologia e vontade do intérprete, condutas e contextos dos mais diversos possíveis” (Cambi; Ambrosio, 2017, p. 1377).

Já desde a época da discussão parlamentar sobre o texto original⁸ – hoje sancionado – da Lei nº 13.260/2016, os movimentos sociais manifestavam profunda preocupação com a dação ao poder público de um poder de interferir sobre suas liberdades democráticas; por exemplo, um deputado chegou a destacar que “experiências internacionais com projetos de lei antiterrorismo mostram que esse tipo de legislação acaba por atingir e reprimir movimentos sociais” (Dichtchekian, 2015). Como se noticiou, naquele momento, grupos de direitos humanos temiam que houvesse “uma brecha interpretativa para criminalizar esses movimentos” (Dichtchekian, 2015). Assim, durante todo o período de debate parlamentar, “organizações da sociedade civil e movimentos sociais mobilizaram-se contra sua aprovação” (Marques; Rielli, 2016).

Ao final, conquistou-se uma expressa ressalva na lei, excluindo sua aplicação a

[...] pessoas em manifestações políticas, movimentos sociais, sindicais, religiosos, de classe ou de categoria profissional, direcionados por propósitos sociais ou reivindicatórios, visando a contestar, criticar, protestar ou apoiar, com o objetivo

⁸ A preocupação é mesmo anterior. Guedes (2014, p. 51), antes mesmo da apresentação do projeto de lei que resultou na Lei nº 13.260/2016, já destacara, sobre projeto anterior (Projeto de Lei do Senado nº 499/2013), que o “[...] principal empecilho à votação do PLS 499/2013 foi a avaliação, dominante entre os senadores, de que a proposta precisava ser modificada para evitar que manifestações de movimentos sociais viessem a ser enquadradas como atos de terrorismo”.

de defender direitos, garantias e liberdades constitucionais, sem prejuízo da tipificação penal contida em lei [art. 2º, § 2º] (Brasil, 2016a).

Além disso, alguns dispositivos do texto aprovado pelo Congresso Nacional foram objeto de veto presidencial (Brasil, 2016b). A aposição desses vetos deixou irredimida parte do Congresso Nacional, que desejava a dação ao poder público de oportunidades ainda mais intensas de intervenção em ações de movimentos sociais – em especial considerados os fatos ocorridos um pouco antes, durante as Jornadas de Junho de 2013. É nesse contexto que deve ser entendido o Projeto de Lei do Senado nº 272/2016, como amplamente discutido anteriormente.

Certamente, a lei coloca possibilidades de atuação, estabelece limites aos agentes. Contudo, sujeitos articulam-se, trocam ideias, avaliam interesses comuns, negociam tensões e mobilizam historicamente repertórios diversos para atingir seus objetivos de confronto. Assim, situados em um campo tensionado, sujeitos coletivos se enfrentam (explicitamente ou não) contra um opositor comum, por vezes, o Estado.

Por exemplo, no estado do Ceará, proliferam os coletivos em prol de exigências de segurança pública. Em 2017, foi lançado, na cidade de Fortaleza, o Fórum Popular de Segurança Pública, como espaço de articulação de entidades, pesquisadores e movimentos sociais com o propósito de ser um canal de debates, monitoramento, denúncias e formulação de proposições no âmbito das políticas de segurança pública. O foco de atenção é discutir um Plano Nacional de Segurança Pública, um marco federativo que estabeleça o papel da União, dos estados e dos municípios, com fontes precisas de financiamento de cada ente, além de promover visibilidade para a importância da participação popular no campo das políticas de segurança. O Fórum reflete ainda sobre medidas punitivas atinentes ao aumento de mortes envolvendo policiais em chacinas, como ocorreu no dia 11 de novembro 2015, quando 44 policiais foram denunciados pelo massacre ocorrido em Messejana, bairro da cidade de Fortaleza.

Outra articulação importante no estado do Ceará, instituída em 2016, foi o Comitê Cada Vida Importa. Em parceria com o governo do estado, com o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e com outras instituições do poder público e da sociedade civil, o objetivo central é a prevenção de homicídios entre adolescentes. Após apresentação do relatório em que foram ouvidas 224 famílias de adolescentes assassinados, o Comitê se centrou em propor recomendações para o poder público que reduzissem a violência letal contra meninos e meninas de 10 a 19 anos.

O movimento Fortaleza Apavorada, criado em 2013, levou manifestantes às ruas da cidade com concentração em frente ao Palácio da Abolição, sede do governo do estado do Ceará. Bloqueando as ruas e entoando gritos de guerra, como “Senhor governador, segurança, por favor!” e “O povo se cansa, exige segurança!”, os manifestantes elevavam cartazes clamando por ações mais efetivas contra o crescimento da violência urbana.

A questão que mobiliza reflexões é que, paradoxalmente, a nova tipificação proposta abarcaria até mesmo atos praticados por esse movimento social, uma vez que, mesmo sem o intuito de gerar o terror generalizado, são praticados com objetivo de “coagir governos” – tal como consta no Projeto de Lei do Senado nº 272/2016. Certamente, conflitos, articulações e negociações entre Estado e sociedade civil provocam rebatimentos no campo teórico. Do ponto de vista epistemológico, é nítido o confronto de ideias em torno de dois paradigmas no bojo da teoria democrática: o do consenso e o do conflito. Se, por um lado, correntes de pensamento bradam a importância do consenso e da ordem para manutenção da democracia; de outra perspectiva, escolas de pensamento argumentam a favor do conflito, afirmando que é desafiando as estruturas de poder vigentes que se pode vislumbrar uma sociedade democrática balizada por parâmetros emancipatórios. Santos (2007, p. 97), por exemplo, propõe explicitamente a realização de uma pressão ilícita, em resposta ao fechamento das vias de contestação direcionada ao governo. Segundo ele, “com a criminalização da contestação está se reduzindo a possibilidade de uma luta institucional, e se esta se reduz temos de abrir espaços para a possibilidade de uma luta direta, ilegal e pacífica”.

É importante, ainda, nesse contexto, destacar o que Castilho e Feitosa (2016, p. 1023) observaram: que, em especial, em sociedades como a brasileira, os atos praticados pelos movimentos sociais têm aptidão para pressionar “as estruturas de poder, institucionalizadas ou não, frente à necessidade de concretização de uma ordem democrática pautada pela justiça social.” Assim, em um estado democrático – e isso é ainda mais importante no Brasil, dadas as peculiaridades de sua democracia –, não se podem

[...] cercear as liberdades públicas e privadas, nem calar os dissidentes políticos que, no exercício de seu direito constitucional de oposição [...], não apenas poderão divergir, mas se opor pacificamente, por meio de manifestações públicas e de gestos simbólicos, às decisões majoritárias, em nome do aprofundamento e prosseguimento dos debates públicos, do respeito aos direitos fundamentais e do próprio regime democrático constitucional, em face da inércia dos poderes estatais e das organizações sociais e econômicas. *As oposições, os dissidentes políticos e os desobedientes civis não podem ser confundidos com criminosos políticos e com inimigos da Constituição que de forma violenta, intolerante, fundamentalista e subversiva atentarem contra o regime democrático* (Oliveira, 2013, grifo nosso).

Essa observação confirma o que se vem afirmando: a importância da participação popular, em suas distintas formas de organização, sejam as mais clássicas como os movimentos sociais, sejam as mais atuais como os coletivos, para o aprimoramento da democracia brasileira, sendo por consequência inconstitucional qualquer norma que vise a criminalizar, de forma genérica, as suas ações.

Considerações finais

A questão central do presente artigo recai nos possíveis efeitos das alterações da Lei nº 13.260/2016 (Lei Antiterrorismo) pelo Projeto de Lei do Senado nº 272/2016. Elas trariam não somente a tipificação de determinadas condutas como atos terroristas, mas impactariam sobretudo as liberdades constitucionais asseguradas a práticas coletivas organizadas em torno de manifestações, protestos, movimentos sociais, coletivos, dentre outras organizações que se movem para a luta de direitos diversos,

como saúde, cultura, educação, habitação, segurança pública, garantias trabalhistas, sanitárias, direitos reprodutivos, além das lutas de gênero e respeito à diferença.

Essas questões são apresentadas no artigo a partir de uma inquietação inicial: a força dos discursos que circularam no início de 2019, quando facções envolvidas com o mercado ilegal de drogas promoveram atos de violência em diversas localidades do Ceará, levando a exigências da sociedade civil por mais rigor na lei. Esse anseio associava-se à ideia de que a ordem pública somente poderia ser mantida se existissem tipos severos que criminalizassem os atos intuídos como terroristas, que colocavam em risco não somente a vida, mas também o direito de ir e vir das pessoas, já que, no contexto, à época, diversos serviços foram paralisados. Registre-se que ocorreram incêndios, depredações em equipamentos públicos e privados, além de explosões com dinamite em viadutos que interligam pontos importantes entre os municípios.

Contudo, para uma correta compreensão dos impactos que podem advir da alteração proposta da Lei nº 13.260/2016, é necessário ampliar o foco, para alcançar também o contexto das mobilizações de multidão ocorridas no país, especialmente entre 2013 e 2015. Esses eventos – como as Jornadas de Junho de 2013, os protestos contra a realização da Copa das Confederações, no mesmo ano, contra a Copa do Mundo, em 2014, contra e a favor do impeachment, em 2015, e contra os Jogos Olímpicos de 2016 – levaram milhões de pessoas aos espaços públicos de suas cidades, mobilizadas por questões subjetivas diversas, mas comungando da insatisfação com os serviços públicos. Se, por um lado, surgiam discursos apontando a importância de tais ações, como pilares de uma democracia forte; por outro lado, circulavam falas distintas apontando toda mobilização como caos, desordem e balbúrdia, termo inclusive bastante retomado em 2020. Surgiram nas redes sociais comentários e memes indicando que manifestações que tomam as ruas atrapalham o funcionamento da sociedade, impedem que serviços de emergência realizem seus fluxos com eficiência, como as ambulâncias e carros de bombeiros, além de provocarem um cenário caótico diante do barulho, do volume de lixo nas ruas e das depredações e/ou danificações de equipamentos e patrimônios públicos.

É necessário ter em mente que o anseio por aumento do rigor penal contra os atos praticados por facções criminosas se reflete também na dinâmica das manifestações. Isso porque há grande dificuldade em tipificar as práticas das facções criminosas como atos terroristas sem provocar, indiretamente, sufocamento democrático – a proposta do Senador Magno Malta, de qualificar como terroristas atos com “motivação política, ideológica ou social” é simbólica dessa inevitável confusão.

A problematização central do artigo é que movimentos sociais, manifestações e coletivos, entre outras formas de organização social, atribuem significados importantes às lutas sociais, fortalecendo a democracia como um sistema participativo, sobretudo em um país marcado por inúmeras desigualdades sociais – quando marcadores de raça, classe e gênero são tidos como fundamentais no acesso à cidadania. A reunião de pessoas, a institucionalização de grupos, a abertura de espaços de discussão e debate são mecanismos de enfrentamento e negociação com o Estado, aspectos centrais em uma democracia participativa. Portanto a democracia não é algo dado e acabado – está em permanente construção, muitas vezes movida por protestos e exigências por melhores formas de sobrevivência que devem, portanto, ser legitimadas pelo Estado, em vez de criminalizadas.

Em suma, qualquer proposta de alteração à Lei nº 13.260/2016 deve ser analisada com cautela, a fim de prevenir reflexos democraticamente indesejáveis. Isso, especialmente, no que se refere ao Projeto de Lei do Senado nº 272/2016, pois a modificação proposta tem o potencial de acarretar gravíssimos prejuízos à manutenção e ao desenvolvimento da democracia brasileira.

Danielle Maia Cruz é pós-doutora em Avaliação de Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará, Doutora em Sociologia e professora da Universidade de Fortaleza e do Programa de Pós-Graduação em Avaliação de Políticas Públicas da Universidade Federal do Ceará.

✉ dmaiacruz7@gmail.com

Fábio Carvalho de Alvarenga Peixoto é Mestre em Direito e Gestão de Conflitos e doutorando em Direito Constitucional na Universidade de Fortaleza.

✉ fabiocipeixoto@gmail.com

Referências

1. ALAGOAS. Lei nº 7.692, de 8 de abril de 2015. Estabelece a proibição, em reuniões públicas para manifestações de pensamento, do uso de máscara ou qualquer outra forma que vise ocultar o rosto do cidadão, com o propósito de impedir-lhe a identificação. **Diário Oficial do Estado de Alagoas**, ano 103, n. 69, p. 1, 14 de abril de 2015.
2. ALKHUDARY, Taif. Five years on, still no justice for Iraq's Camp Speicher victims. **Al Jazeera**, Doha, 12 jun. 2019. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/indepth/opinion/years-justice-iraq-camp-speicher-victims-190612085910106.html>
3. AMAZONAS. Lei nº 3.993, de 15 de janeiro de 2014. Regulamenta o direito à reunião pública para manifestação de pensamento, no âmbito do estado do Amazonas, e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado do Amazonas**, n. 32721, p. 6, 15 janeiro de 2014.
4. ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
5. AVELAR, Daniel. Leis antiterrorismo são usadas para reprimir o dissenso em outros países; veja exemplos. **Mundialíssimo**, São Paulo, 7 dez. 2018. Disponível em: <https://mundialissimo.blogfolha.uol.com.br/2018/12/07/leis-antiterrorismo-sao-usadas-para-reprimir-o-dissenso-em-outros-paises/>
6. BOLSONARO, Jair M. **Ao criminoso não interessa o partido desse ou daquele governador [...]**. Brasília, 12 jan. 2019. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <https://twitter.com/jairbolsonaro/status/1083997855600267264>
7. BORGES, Messias. Recorde de homicídios e onda de ataques levaram Ceará a ampliar controle em presídios e integrar forças de segurança. **G1**, Rio de Janeiro, 2 jun. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/06/02/recorde-de-homicidios-e-onda-de-ataques-levaram-ceara-a-ampliar-controle-em-presidios-e-integrar-forcas-de-seguranca.ghtml>
8. BRASIL. Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016. Regulamenta o disposto no inciso XLIII do art. 5º da Constituição Federal, disciplinando o terrorismo, tratando de disposições investigatórias e processuais e reformulando o conceito de organização terrorista; e altera as Leis nos 7.960, de 21 de dezembro de 1989, e 12.850, de 2 de agosto de 2013. **Diário Oficial da União**, n. 52-A, seção 1, p. 1, 17 mar. 2016a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm
9. BRASIL. Mensagem nº 85, de 16 de março de 2016. **Diário Oficial da União**, n. 52-A, seção 1, p. 5, 17 mar. 2016b. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/Msg/VEP-85.htm
10. BRASIL. Decreto nº 5.639, de 26 de dezembro de 2005. Promulga a Convenção Interamericana contra o terrorismo, assinada em Barbados, em 3 de junho de 2002. **Diário Oficial da União**, n. 248, seção 1, p. 12, 27 dez. 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5639.htm

11. BRASIL. Lei nº 7.170, de 14 de dezembro de 1983. Define os crimes contra a segurança nacional, a ordem política e social, estabelece seu processo e julgamento e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, seção 1, p. 21004, 15 dez. 1983. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7170.htm
12. BRASIL. Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979. Concede anistia e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, p. 12265, 28 ago. 1979. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6683.htm
13. BRASIL. Senado Federal. **Projeto de Lei do Senado nº 272, de 2016**. Altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a fim de disciplinar com mais precisão condutas consideradas como atos de terrorismo. Brasília, DF: Senado Federal, 2016c. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=4053697&ts=1548431814222&disposition=inline>
14. BRASIL. Senado Federal. **Parecer** [do Sen. Magno Malta]. Da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado (PLS) nº 272, de 2016, do Senador Lasier Martins, que altera a Lei nº 13.260, de 16 de março de 2016, a fim de disciplinar com mais precisão condutas consideradas como atos de terrorismo. Brasília, DF: Senado Federal, 2018. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7649144&ts=1548953807010&disposition=inline>
15. BRASIL. Senado Federal. **Voto em separado** [do Sen. Randolfe Rodrigues]. Perante a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa, sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 272, de 2016, do Senador Lasier Martins, que altera a Lei n.º 13.260, de 16 de março de 2016, a fim de disciplinar com mais precisão condutas consideradas como atos de terrorismo. Brasília, DF: Senado Federal, 2016d. Disponível em: <https://legis.senado.leg.br/sdleg-getter/documento?dm=7728732&ts=1548431814509&disposition=inline>
16. BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Tribunal Pleno). Ext. nº 855. Extradicação - Atos delituosos de natureza terrorista - Descaracterização do terrorismo como prática de criminalidade política [...]. Requerente: Governo Chile. Extraditando: Maurício Hernandez Clavery Guido e outros. Relator: Min. Celso de Mello, 26 ago. 2004. **Diário da Justiça**, 1 jul. 2005. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=325004>
17. BRASIL. Supremo Tribunal Federal (Tribunal Pleno). Ext. nº 493. Extradicação. Argentina. Invasão do Quartel de La Tablada. Criminalidade Política. Denegação. [...]. Requerente: Governo da República Argentina. Extraditando: Fernando Carlos Falco. Relator: Min. Sepúlveda Pertence, 4 out. 1989. **Diário da Justiça**, Poder Judiciário, Brasília, DF, 3 ago. 1990. Disponível em: <http://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=AC&docID=324725>
18. CAMBI, Eduardo A. S.; AMBROSIO, Felipe A. R. Lei antiterror brasileira (Lei nº 13.260/16): ameaça à democracia e aos direitos fundamentais. **Questio Iuris**, v. 10, n. 3, p. 1370-1397, 2017.
19. CASTILHO, Natalia M.; FEITOSA, Gustavo R. P. Direito a resistir ao direito? A atuação judicial no caso da ocupação Raízes da Praia em contextos de violação aos direitos fundamentais. **Pensar - Revista de Ciências Jurídicas**, v. 23, p. 1012-1030, 2016.

20. CEARÁ. Lei nº 15.984, de 16 de março de 2016. Dispõe sobre a proibição às empresas de serviço de telefonia móvel de concessão de sinais de rádio comunicação em áreas destinadas às unidades prisionais do estado do Ceará. **Diário Oficial do Estado**, série 3, ano VIII, n. 053, p. 1, 18 de março de 2016. Disponível em: <http://imagens.seplag.ce.gov.br/PDF/20160318/do20160318p01.pdf>
21. CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1994. (v. 1).
22. CHRISAFIS, Angelique; FISCHER, Sofia; RICE-OXLEY, Mark. France stunned after truck attacker kills 84 on Bastille Day in Nice. **The Guardian**, Londres, 15 jul. 2016. Disponível em: <https://www.theguardian.com/world/2016/jul/15/nice-attack-leaves-84-dead-and-france-in-shock>
23. COELHO, Marcelo. O imaginário da crise. In: NOVAES, Adauto (org.). **Civilização e barbárie**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. p. 125-148.
24. COSTA, Frederico C. de S. Terrorismo, racionalidade e democracia. **Centro de Pesquisas Estratégicas “Paulino Soares de Sousa”**, Universidade Federal de Juiz de Fora, 16 jan. 2006.
25. DICHTEKENIAN, Patrícia. Projeto de lei antiterrorismo na Câmara ameaça direito de protesto e movimentos sociais. **Operamundi**, São Paulo, 11 ago. 2015. Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/41295/projeto-de-lei-antiterrorismo-na-camara-ameaca-direito-de-protesto-e-movimentos-sociais>
26. DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e movimento hip-hop**. São Paulo: Annablume, 2008.
27. ENTENDA o que é o ativismo “Black Bloc” presente nas manifestações. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 11 jul. 2013. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/07/1309858-entenda-o-que-e-o-ativismo-black-bloc-presente-nas-manifestacoes.shtml>
28. FESSY, Thomas. Boko Haram: o que aconteceu em Baga? **BBC News Brasil**, Londres, 3 fev. 2015. Disponível em: https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/02/150203_nigeria_baga_1k
29. FORTALEZA. **Desenvolvimento humano, por bairro, em Fortaleza**. Fortaleza: Prefeitura de Fortaleza, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, 2014. Disponível em: <http://salasituacional.fortaleza.ce.gov.br:8081/acervo/documentById?id=22ef6ea5-8cd2-4f96-ad3c-8e0fd2c39c98>
30. FORTE, Gustavo N. A olimpíada passará e a lei antiterrorismo fica. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 21 mar. 2016. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2016/03/1752500-a-olimpiada-passara-e-a-lei-antiterrorismo-fica.shtml>
31. GOHN, Maria da G. Movimentos sociais e movimentos coletivos em São Paulo: o papel da política, dos mediadores e da *media* nas mobilizações, manifestações e protestos nas ruas na atualidade. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, 10., 2016, Belo Horizonte. **Anais...** Belo Horizonte, 2016. p. 1-19.

32. GOMEZ TORRES, Carmelo J. El abuso de los derechos fundamentales. In: PÉREZ LUÑO, Antonio Enrique (coord.). **Los derechos humanos**: significación, estatuto jurídico y sistema. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1979. p. 301-332.
33. GUEDES, Sylvio. Manifestações ficam fora de projeto de lei antiterror. **Revista em Discussão [Senado Federal]**, Brasília, DF, ano 5, n. 20, p. 50-51, abr. 2014.
34. HARTMANN, Christian. Bataclan é palco de maior ataque em noite de terror em Paris. **Gazeta do Povo**, Curitiba, 13 nov. 2015. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/mundo/bataclan-e-palco-de-maior-ataque-em-noite-de-terror-em-paris-8t13qfwml16s4mthzh0d6hpny/>
35. HESSEL, Stéphane. **Indignai-vos!** Lisboa: Ed. Objectiva, 2011.
36. HIRATA, Daniel V.; GRILLO, Carolina C. Sintonia e amizade entre padrões e donos de morro: perspectivas comparativas entre o comércio varejista de drogas em São Paulo e no Rio de Janeiro. **Tempo social**, v. 29, n. 2, p. 75-97, 2017.
37. HOBBSAWM, Eric. **Globalização, democracia e terrorismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
38. KRYGIER, Martin. The rule of law: an abuser's guide. **University of New South Wales Law Research Paper**, Sydney, n. 2007-4, 2007. <http://dx.doi.org/10.2139/ssrn.952576>
39. LEBON, G. **The crowd**. Nova York: Viking, 1985.
40. LEITE, Márcia P. Entre o individualismo e a solidariedade: dilemas da política e da cidadania no Rio de Janeiro. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 15, n. 44, p. 43-90, 2000.
41. LOPES, Ana Maria d'Á.; SANTOS JR., Luís Haroldo P. "Conflito mapuche": aplicação da lei antiterrorista e violação de direitos humanos. **Revista Direito & Práxis**, v. 9, n. 2, p. 587-609, 2018. <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2017/26897>
42. MARQUES, Camila; RIELLI, Mariana. PL antiterrorismo é ameaça a movimentos sociais e manifestantes. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 15 mar. 2016. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2016-mar-15/pl-antiterrorismo-ameaca-movimentos-sociais-manifestantes>
43. MASSACRE do Boko Haram teve pouca repercussão internacional; entenda. **G1**, Rio de Janeiro, 13 jan. 2015. Disponível em: <http://g1.globo.com/mundo/noticia/2015/01/massacre-do-boko-haram-teve-pouca-repercussao-internacional-entenda.html>
44. MATO GROSSO. Lei nº 10.191, de 26 de novembro de 2014. Dá efetividade ao exercício do direito de reunião e manifestação pública. **Diário Oficial do Estado de Mato Grosso**, n. 26424, p. 3, 26 de novembro de 2014. Disponível em: <https://www.iomat.mt.gov.br/portal/visualizacoes/pdf/3852#/p:3/e:3852?find=lei%2010191>

45. MELO, Ranniero. Atos criminosos no Ceará “precisam ser tipificados como terrorismo”, diz o governador Camilo Santana. **G1**, Rio de Janeiro, 17 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2019/01/17/atos-criminosos-no-ceara-precisam-ser-tipificados-como-terrorismo-diz-o-governador-camilo-santana.ghtml>
46. MINAS GERAIS. Lei nº 21.324, de 17 de junho de 2014. Restringe o uso de máscara, venda ou qualquer cobertura que oculte a face em eventos multitudinários. **Minas Gerais, Diário Oficial dos Poderes do Estado**, Caderno 1 – Diário do Executivo, n. 122, p. 1, 18 de junho de 2014. Disponível em: <http://jornal.iof.mg.gov.br/xmlui/handle/123456789/124113>
47. MUNHOZ, Laertes M. Repressão internacional da criminalidade. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, v. 1, p. 121-146, 1953. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/download/6159/4395>
48. NAÇÕES UNIDAS. Relatores da ONU alertam que lei antiterrorismo é “muito ampla” e pode restringir direitos. **ONU News**, 4 nov. 2015. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2015/11/1530701-relatores-da-onu-alertam-lei-antiterrorismo-do-brasil-e-muito-ampla>
49. NICARÁGUA. **Ley nº 977, aprobado el 16 de julio del 2018**. Ley contra el lavado de activos, el financiamiento al terrorismo y el financiamiento a la proliferación de armas de destrucción masiva. Manágua: Asamblea Nacional, 2018. Disponível em: https://www.uaf.gob.ni/images/Pdf/Leyes/Ley_N_977_Ley_Contra_el_LA-FT-FPADM.PDF
50. NOSSITER, Adam. Satellite images show ruin left by Boko Haram, groups say. **The New York Times**, 15 jan. 2015. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2015/01/16/world/africa/boko-haram-rampage-in-nigeria-is-shown-in-satellite-images-groups-say.html>
51. OLIVEIRA, Marcelo A. C. Comentário ao artigo 1º, parágrafo único. In: CANOTILHO, J. J. Gomes et al. (coords.). **Comentários à Constituição do Brasil**. São Paulo: Saraiva; Porto: Almedina, 2013. E-book.
52. ONU denuncia lei da Nicarágua que pode criminalizar protestos. **Exame**, São Paulo, 17 jul. 2018. Disponível em: <https://exame.abril.com.br/mundo/onu-denuncia-lei-da-nicaragua-que-pode-criminalizar-protestos/>
53. PAIVA, Luiz Fábio S. “AQUI NÃO TEM GANGUE, TEM FACÇÃO”: as transformações sociais do crime em Fortaleza, Brasil. **Cad. CRH**, v. 32, n. 85, p. 165-184, 2019. <https://doi.org/10.9771/ccrh.v32i85.26375>
54. PAPE, Robert. The strategic logic of suicidal terrorism. **American Political Science Review**, v. 97, n. 3, p. 343-361, ago. 2003. <https://doi.org/10.1017/S000305540300073X>
55. PEIXOTO, Fábio C. de A. **Manifestação em via pública: o direito de reunião na rua**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.
56. PETRIKOWSKI, Nicki P. Charlie Hebdo shooting. **Encyclopedia Britannica**, Londres, 13 fev. 2019. Disponível em: <https://www.britannica.com/event/Charlie-Hebdo-shooting>

57. PORTO ALEGRE. Lei nº 11.596, de 2 de abril de 2014. Proíbe os cidadãos de utilizarem máscara ou qualquer meio capaz de ocultar o rosto com o propósito de impedir sua identificação em manifestações públicas no município de Porto Alegre e normatiza o direito constitucional dos cidadãos à participação em reuniões públicas. **Diário Oficial do Município**, n. 4729, p. 1, 3 de abril de 2014. Disponível em: http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/1089_ce_91762_1.pdf

58. PORTUGAL. Lei nº 52, de 22 de agosto de 2003. Lei de combate ao terrorismo (em cumprimento da Decisão Quadro nº 2002/475/JAI, do Conselho, de 13 de Junho) – décima segunda alteração ao Código de Processo Penal e décima quarta alteração ao Código Penal. **Diário da República**, n.º 193/2003, Série I-A, n. 52/2003, p. 5398-5400, 22 de agosto de 2003. Disponível em: <https://data.dre.pt/eli/lei/52/2003/08/22/p/dre/pt/html>

59. PRADO, Luiz R.; CARVALHO, Érika M. Delito político e terrorismo: uma aproximação conceitual. **Revista dos Tribunais**, v. 771, p. 421-447, 2000. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/37615>

60. PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **Relatório do desenvolvimento humano 2019**: além do rendimento, além das médias, além do presente: desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI. Nova Iorque: PNUD, 2019. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/default/files/hdr_2019_pt.pdf

61. RENNER, Mauro H.; RENNER, Olavo G. Terrorismo e direitos fundamentais: uma pauta necessária. In: Seminário Internacional de Demandas Sociais e Políticas Públicas na Sociedade Contemporânea, 13., 2016, Santa Cruz do Sul. **Anais...** Santa Cruz do Sul, 2016. p. 1-19. Disponível em: <https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/sidspp/article/view/15766>

62. RIO DE JANEIRO (Estado). Lei nº 6.528, de 11 de setembro de 2013. Regulamenta o artigo 23 da Constituição do Estado. **Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro**, Parte I, Poder Executivo, n. 170, p. 1, 12 de setembro de 2013. Disponível em: <https://rb.gy/yque7i>

63. SAINT-PIERRE, Héctor L. 11 de Setembro: do terror à injustificada arbitrariedade e o terrorismo de Estado. **Revista de Sociologia e Política**, v. 23, n. 53, p. 9-26, 2015. <https://doi.org/10.1590/1678-987315235302>

64. SANTOS, Boaventura de S. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

65. SANTOS, Boaventura de S.; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de S. (org.). **Democratizar a democracia**: os caminhos da democracia participativa. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39-82.

66. SÃO PAULO (Estado). Lei nº 15.552, de 29 de agosto de 2014. Restringe o uso de máscaras ou qualquer paramento que oculte o rosto da pessoa em manifestações e reuniões, na forma que especifica, e dá providências correlatas. **Diário Oficial do Estado de São Paulo**, v. 124, n. 163, p. 1, 30 de agosto de 2014. Disponível em: <https://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2014/lei-15556-29.08.2014.html>

67. SARLET, Ingo W.; WEINGARTNER NETO, Jayme. Democracia desmascarada? Liberdade de reunião e manifestação: uma resposta constitucional contra-hegemônica. In: CLÉVE, Clèmerson M.; FREIRE, Alexandre. **Direitos fundamentais e jurisdição constitucional**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2014. p. 477-496.
68. SEIXAS, Eunice C. "Terrorismos": uma exploração conceitual. **Revista de Sociologia e Política**, v. 16, número suplementar, p. 9-26, 2008.
69. SOARES, Denise de S. **De Marx a Deus**: os tortuosos caminhos do terrorismo internacional. Rio de Janeiro: Renovar, 2003.
70. SOUSA, Devilson da R.; GORCZEVSKI, Clóvis. A lei antiterrorismo brasileira e o retrocesso aos direitos humanos: um campo aberto para violações e autoritarismo. **Revista Húmus**, São Luís, v. 8, n. 24, p. 49-63, 2018.
71. SOUZA, Felipe. Ceará sob ataque: como facções locais e nacionais se juntaram para dominar o crime no estado. **BBC Brasil**, Londres, 8 jan. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46789403>
72. TILLY, Charles. **From mobilization to revolution**. Nova York: Newbery Award Records, 1978.
73. WEBER, Max. **Economia e sociedade**: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília, DF: Universidade de Brasília, 2014.

Recebido em: 27 set. 2019.

Aceito em: 21 jul. 2020.

<http://doi.org/10.1590/15174522-105012>

Um “Marx pós-colonial”? Revoluções e colonialismos ao Sul global

ANDERSON, Kevin. *Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais*. São Paulo: Boitempo, 2019.

Deni Alfaro Rubbo* 

Resumo

O objetivo deste texto é apontar a riqueza da pesquisa teórica e empírica de *Marx nas margens*, de Kevin Anderson, pois consideramos que esse trabalho apresenta um novo ciclo de discussão ao conseguir discorrer a ideia de que a teoria dialética de Marx não está reduzida à questão de classes e a etapas “universais” de desenvolvimento capitalista, como frequentemente se aponta. Em primeiro lugar, destacaremos a mobilização das fontes, a metodologia de análise e a tradição intelectual e política em que a obra e o autor estão inseridos. Em um segundo momento, apresentaremos os capítulos do livro e, por fim, um breve comentário sobre alguns desafios que o livro suscita para novas agendas de pesquisa capazes, inclusive, de aproximar efetivamente tradição marxista e perspectiva pós/decolonial.

Palavras-chave: Marx, sociedades não ocidentais, colonialismos, identidades nacionais, raça, etnia.

* Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul, Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil.

A “post-colonial Marx”? Revolutions and colonialisms on the global South

Abstract

The purpose of this text is to point out the theoretical and empirical richness of the research in *Marx nas margens*, by Kevin Anderson, as we consider that this work presents a new cycle of discussion by reflecting on the idea that Marx's dialectical theory was not reduced to the issue of classes and “universal” stages of capitalist development, as is often pointed out. First, we will highlight the mobilization of sources, the methodology of analysis, and the intellectual and political tradition in which the work and the author are inserted. Following that, we will present the chapters of the book and, finally, a brief commentary on some challenges that the book raises for new research agendas that, possibly, could effectively bring together Marxist tradition and post/decolonial perspective.

Keywords: Marx, non-Western societies, colonialisms, national identities, race, ethnicity.

Contracorrentes dialéticas

A publicação de *Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais*, de Kevin Anderson (2019), é uma oportunidade ímpar para as ciências sociais no Brasil apreciarem e examinarem um tema controvertido, moldado por sucessivos mal-entendidos: os escritos de Karl Marx sobre sociedades não ocidentais e pré-capitalistas. Um dos impasses gravita na construção de uma imagem fortemente eurocêntrica da obra de Marx, difundida por pensadores alinhados às agendas pós-moderna e pós/decolonial. De acordo com essa perspectiva, a obra marxiana não seria capaz de oferecer explicação para as diversas formações sociais específicas. A dimensão etnocêntrica na obra do pensador alemão revelaria, também, incontornáveis lacunas e, até mesmo, preconceitos sobre o problema de raça, gênero, identidades nacionais e colonialismo. Segundo essa visão, a dinâmica contraditória do capital e das classes sociais na análise de Marx, plasmada na determinação econômica e nos estágios “universais”

de desenvolvimento do capitalismo mundial, apagaria diferenças sociais e culturais em detrimento de um movimento homogêneo.

A crítica mais conhecida provavelmente seja a de Edward Said em *Orientalism*, publicado em 1978. Traduzido em mais de trinta e seis idiomas e considerado por estudiosos como a obra fundadora dos estudos pós-coloniais, a *opus magnum* elaborada por Said evidenciou toda estigmatização do imperialismo britânico e europeu em relação ao “Oriente”. No extenso conjunto de obras literárias e filosóficas do século XIX e XX, escritos de Marx também são analisados pelo intelectual nascido em Jerusalém. Particularmente, o autor buscou passagens do pensador alemão em que sua concepção teleológica da história se evidencia através da ideia de que a expansão capitalista europeia seria a força motriz de desenvolvimento social moderno para todos os países como “etapa” necessária para o advento do comunismo. Em uma das suas conclusões, Said afirma que “o estudo de Marx nos empurra contra a dificuldade de conciliar a nossa repugnância natural das criaturas solidárias diante dos sofrimentos dos orientais, enquanto sua sociedade está sendo vista violentamente transformada, com a necessidade histórica dessas transformações” (Said, [1978] 2007, p. 215-216).

Definitivamente, foi importante refutar elementos mecanicistas de Marx; entretanto, é problemático levar em conta apenas certos excertos. Uma análise minuciosa e paciente do conjunto global de escritos do intelectual nascido em Tréveris sobre sociedades “periféricas”, pode permitir uma nova visão menos simplificadora e de frequente repulsa em relação a Marx. No exame sobre a história da difusão e circulação de suas obras, a evolução da produção de suas ideias sobre os países “não ocidentais” à luz dos debates políticos e historiográficos da época, cotejada com uma série de materiais “marginais” (alguns deles inéditos), revelam sutilezas de um pensamento contraditório, complexo e dinâmico. É isso que pretende sublinhar esta resenha. Seu objetivo é apontar a riqueza da pesquisa teórica e empírica de Kevin Anderson, pois consideramos que esse trabalho apresenta um novo ciclo de discussão ao conseguir discorrer a ideia de que a teoria dialética de Marx não estava reduzida à questão de classes e a etapas “universais” de desenvolvimento capitalista, como frequentemente se aponta. Em primeiro lugar, destacaremos a mobilização das fontes, a metodologia de análise e

a tradição intelectual e política em que a obra e o autor estão inseridos. Em um segundo momento, apresentaremos os capítulos do livro e, por fim, um breve comentário sobre alguns desafios que o livro suscita para novas agendas de pesquisa capazes, inclusive, de aproximar efetivamente tradição marxista e perspectiva pós/decolonial.¹

Velhos temas, novas perspectivas

A difusão dos escritos de Marx sobre as sociedades “não ocidentais” e pré-capitalistas não é propriamente nova. A partir da década de 1970, houve contribuições importantes de estudiosos marxistas e diversas edições multilíngues de coletâneas que reuniam textos sobre Marx e países de extração colonial, na medida em que foram publicados os novos volumes da *Marx-Engels Gesamtausgabe* (MEGA2, sigla alemã).² Por exemplo, o trabalho organizado em língua inglesa por Theodor Shanin ([1983] 2018) sobre a Rússia teve uma grande repercussão; e, na América Latina, destacam-se os trabalhos de José Aricó ([1980] 1982) e Enrique Dussel (1985; 1988; 1990) e sua “trilogia” de Marx.³ Nesses trabalhos a ênfase centrou-se na

¹ Embora existam diferenças de trajetórias entre a agenda pós-colonial e decolonial, a primeira oriunda da Inglaterra e EUA e a segunda da América Latina, ambas trabalham, de maneira geral, na perspectiva de uma crítica da modernidade e do eurocentrismo. Desse modo, a utilização da noção “pós/decolonial” enfatiza o que elas têm em comum.

² Como salienta Thomas Marxhausen, “comumente se diferencia entre a ‘primeira’ MEGA (MEGA1), que foi iniciada na União Soviética na década de 1920 e interrompida na década de 1930, e a ‘segunda’ MEGA (MEGA2), cujos primeiros volumes vieram” em 1972, na forma de teste, e, posteriormente, em 1975, publicou-se oficialmente pela Editora Dietz de Berlim. Para mais informações sobre a trajetória da MEGA, cf. Marxhausen (2014).

³ É curioso que Anderson não faça uma única menção a trabalhos de pensadores latino-americanos publicados em língua espanhola na década de 1980 sobre a “questão” Marx-América Latina, como, por exemplo, além do citado Aricó, os comentários de Leopoldo Zea (1983) e de Jesús Monjarás-Rui (1983). Isso contrasta com seu aparato bibliográfico que dialoga essencialmente com produções acadêmicas em inglês (e, eventualmente, em alemão e francês). Quicá tal ausência se justifique pela pouca referência de Marx sobre o continente em comparação com as outras regiões estudadas no livro – apenas quatro páginas são dedicadas a América Latina e Caribe a partir das anotações do filósofo alemão sobre Kovalévski e as propriedades comunais na região (p. 324-327). A ausência mais flagrante são os trabalhos de Dussel, uma das principais referências sobre o tema de pesquisa explorado por Anderson, especialmente *La producción teórica de Marx. Una introducción a los Grundrisse* (1985), *Hacia un Marx desconocido. Un comentario de los Manuscritos del 61-63* (1988) e *El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana. Un comentario a la tercera y cuarta redacción de El Capital* (1990).

análise de um Marx tardio que admitia a possibilidade de uma revolução socialista nas sociedades agrárias, o que implicava uma visão mais vasta da noção de revolução. Foi provavelmente um capítulo importante no questionamento sobre a crença habitual no eurocentrismo de Marx e sua suposta indiferença com os países e realidades distintas da Europa ocidental.

Para esquadrihar com rigor essa literatura foi necessário iluminar as vicissitudes da história das edições MEGA2, cujos primeiros volumes vieram a público em 1972 e ainda estão inacabados, bem como a *Marx-Engels Collected Works* (MECW), publicada em inglês, entre 1975 e 2004. Nesse sentido, o livro de Kevin Anderson fornece um precioso apêndice para que o/a leitor/a se familiarize minimamente com a trajetória da MEGA e suas “seções”. Iniciada por Engels, a MEGA atravessou o conturbado período stalinista e ganhou novos direcionamentos editoriais, tanto no período que antecede quanto no que sucede ao colapso da Alemanha Oriental e da União Soviética em 1989-1991.

Desse modo, a difusão das “obras completas” de Marx e Engels não é uma mera ilustração no trabalho de Anderson. Os caminhos de sua história errante obedeceram durante muito tempo a critérios ideológicos, que geraram lacunas no jogo das interpretações realizadas *a posteriori* pelos “marxistas pós-Marx” sobre os fundadores do socialismo moderno. Sua história, portanto, é longa, permeada de controvérsias, omissões, polêmicas, reviravoltas e ainda não está terminada (Marxhausen, 2014).

A novidade no livro está, portanto, no modo como Anderson reuniu e analisou esses escritos de Marx sobre a Índia, China, Indonésia, Polônia, Estados Unidos, Irlanda, Argélia e Rússia. Estes seriam, portanto, os países “não ocidentais”, isto é, “um sentido amplo para designar apenas sociedades não europeias economicamente subdesenvolvidas da época [...] e áreas economicamente subdesenvolvidas da Europa”, nas palavras de Anderson (p. 45). Com efeito, esse material pode ser consultado em diversos tipos de fontes. Alguns escritos de Marx foram originalmente redigidos em inglês, como seus artigos para o *New York Daily Tribune*, dos Estados Unidos, do qual ele foi correspondente-chefe europeu entre 1851 a 1862, “o mais

longo e bem remunerado emprego de sua vida”, e em outros periódicos da imprensa europeia (*Neue Order-Zeitung*, *Die Presse*, *Free Press* etc.); correspondências com amigos (especialmente Friedrich Engels), editores, militantes socialistas e leitores de sua obra; e cadernos de trabalho em que tomava nota (excertos das obras que estava estudando; resumos em suas próprias palavras; críticas e comentários). Estes últimos são ainda desconhecidos pelo público em sua totalidade, já que, até o momento, foram publicados apenas 12 dos 32 volumes da MEGA2 dedicados às coletâneas de citações. Por um longo tempo, esse foi um material menosprezado por intérpretes e/ou seguidores, considerado mais uma “distração” frente aos seus trabalhos “sérios” sobre economia política.

Em sua exposição, Anderson deixa claro o interesse de Marx pela história e pela dinâmica de sociedades agrárias não capitalistas, cada qual com sua importância na formação histórica específica, e onde, entre 1879 e 1882, estariam as principais conclusões de Marx sobre o tema. Ao realizar uma narrativa histórica e política de sua trajetória intelectual, do *Manifesto do Partido Comunista* de 1848, passando pela edição francesa de *O Capital* de 1872-1875, até seus escritos tardios de 1879-1882, observamos um Marx em *movimento*, com interesses que se ampliam e argumentos que são revistos. Trata-se, assim, de reconstruir o diálogo de Marx com suas fontes sobre as realidades periféricas.

Como cada capítulo do livro trabalha em momentos e fontes diferentes, a metodologia construída pelo autor estadunidense também se transforma. No plano mais geral, a exposição da evolução do pensamento político de Marx não fica restrita a análises exegéticas de textos sobre as realidades periféricas. Além de fornecer informações biográficas, Anderson contextualiza de maneira rigorosa o movimento de luta política nas sociedades não ocidentais durante o século XIX, muitos dos quais discutidos calorosamente nos manifestos e documentos deliberativos para a Associação Internacional dos Trabalhadores e nos textos jornalísticos de intervenção.

Em termos metodológicos, a proposta de Anderson para estudar Marx tem dois pontos similares ao empreendimento realizado por Antonio

Gramsci acerca das ideias filosóficas de Benedetto Croce nos *Quaderni del cárcere* (cf. Bianchi, 2019). Em primeiro lugar, no restabelecimento do diálogo com seus contemporâneos, desde as críticas que recebeu e as respostas que formulou a essas críticas; em segundo lugar, na ênfase de que é preciso “transgredir” o estudo das “grandes obras”. No caso em tela, como se sabe, a tríade europeia ocidental (Inglaterra, Alemanha e França) ocupou de maneira decisiva as principais reflexões do autor alemão; no entanto, o que foi amiúde negligenciado é que, *simultaneamente*, ocorriam produções de textos, fichamentos, correspondências e notas sobre realidades periféricas. Investigando tais escritos “menores”, portanto, é que Anderson encontrou um volume secreto com um imenso repositório de ideias que ajudam encontrar caminhos de interpretações (e não de expropriação) mais rigorosas apegadas à filologia dos textos e ao contexto político da época vivenciada por Marx.

Originalmente publicado em inglês, em 2010, pela Editora da Universidade de Chicago, *Marx nas margens* teve uma segunda edição 2016, com um novo prefácio do autor reagindo a alguns comentários publicados sobre seu livro. Ademais, Anderson, que também é professor de Sociologia da Universidade da Califórnia, em Santa Barbara, discorre sobre a tradição teórica marxista na sua formação intelectual, oferecendo pistas instigantes para uma melhor compreensão sobre suas “companhias” que influenciaram na perspectiva adotada na pesquisa. Embora haja uma identificação com autores do marxismo “clássico”, particularmente Lenin e Trotski, e do marxismo “ocidental”, como a Escola de Frankfurt e Georg Lukács, sua grande “mentora intelectual”, como ele mesmo reconhece, é a filósofa marxista russa-estadunidense Raya Dunayevskaya (1910-1987). Uma breve apresentação sobre sua trajetória é necessária para que se perceba a importância de seu legado sobre alguns conteúdos presentes em *Marx nas margens*.

Pouquíssimo conhecida no Brasil, Dunayevskaya teve uma longa trajetória de ativismo político e produção teórica durante o século XX nos Estados Unidos, país para o qual se transferiu com a família ainda quando

era adolescente. Participando de diversas experiências de lutas dos setores subalternos no país, como direitos civis dos negros do Sul, embates sindicais de operários e movimento feminista pela emancipação das mulheres, ela gravitou numa cultura política de esquerda resolutamente antistalinista. Outra preocupação que esteve no horizonte de Dunayevskaya era a “herança” de Marx e Engels. Não por acaso, ela acompanhou as desventuras editoriais das obras dos autores alemães e recebeu com entusiasmo a publicação dos *Cadernos Etnológicos*, editados por Lawrence Krader em 1972, das cartas de Marx a Vera Zasulich e do prólogo em russo da primeira tradução d’*O Capital*, que chamou de um “novo continente de pensamento”. A filósofa russa-estadunidense analisou os *Cadernos Etnológicos*, especialmente as notas de Marx sobre *A sociedade antiga*, do antropólogo Lewis H. Morgan. As tonalidades feminista e antirracista que fazem parte da trajetória da autora foram decisivas em sua interpretação original do *distanciamento* entre Marx e Engels na relação entre homem/mulher, particularmente na obra *A origem da família, da propriedade privada e do Estado* (Dunayevskaya, [1981] 2017, p. 254-261) – livro que, com o tempo, tornou-se “a declaração marxista clássica sobre gênero e família”. Segundo o testemunho de Anderson (2019, p. 26), “o trabalho dela, de fato, teve grande impacto em meu livro em dois sentidos: em um nível mais amplo, por sua dialética, em nível mais específico”, por desenvolver “valiosos *insights*” a respeito de Marx sobre as sociedades pré-capitalistas analisadas no VI capítulo. Por conseguinte, é nesse capítulo que Anderson debate as diferenças entre Marx e Engels sobre a questão de gênero e as formas antigas de organização social, a partir das anotações do primeiro sobre Morgan e “orientado” pelas pistas de Dunayevskaya.

Espectros do colonialismo e emergências anticoloniais

Na reconstrução da trajetória de Marx realizada por Anderson, é a partir de 1849, na condição de exilado político residente em Londres, que ele começaria a se interessar, de fato, pelas sociedades “outras”. Especialmente nos capítulos I e II, em que são analisados seus escritos de

1853 sobre a Índia, Indonésia, China, Rússia e Polônia, Anderson realça o olhar eurocêntrico de Marx em sua apologia direta ao colonialismo europeu e de uma compreensão histórica de que o mundo seguiria os passos das nações ocidentais “avançadas”. No início da década de 1850, Marx via a propriedade comunal como uma fundação importante do “despotismo oriental” na Rússia. Com efeito, não há condescendência do sociólogo estadunidense com relação à celebração do “progresso” capitalista de Marx, nem para eventuais análises preconceituosas presentes no intelectual alemão, especialmente de intolerância religiosa e afirmações de cunho racista.⁴ Por sua vez, seria equivocado deduzir, a partir desses elementos, o tom geral *definitivo* do autor de *Miséria da filosofia* sobre as sociedades não europeias.

Entretanto, é possível notar uma mudança no argumento modernizante de Marx a partir do Levante de Cipayos na Índia (1857-1859) e das guerras do ópio na China – os britânicos passariam a figurar mais como “bárbaros” do que como “civilizados” em seus comentários. Ele também admitiria, inclusive, uma transformação democrática nos movimentos de resistência. O mesmo percurso ocorre com a Rússia: de uma “ameaça reacionária” para os países europeus ocidentais a um possível ponto de resistência revolucionária dos camponeses no interior do país, na medida em que os debates sobre a abolição da servidão ganhavam audiência no país. “O que poderia ter causado essa mudança?”, indaga Anderson. “Um fator é a crescente desilusão de Marx com o capitalismo, no sentido de que não acreditava mais nos seus efeitos progressistas” (p. 80).

Marx busca compreender a geopolítica dos países no âmbito dos interesses diplomáticos e seus efeitos no movimento das lutas nacionais pela

⁴ Além de um número considerável de caracterizações antisemitas em seus escritos que “mancharam sua crítica penetrante da democracia liberal no ensaio de 1843 *Sobre a questão judaica*” (p. 103), Anderson mostra algumas afirmações e comentários racistas, como aquelas em que se refere a Ferdinand Lassalle como “crioulo judeu” [*der jüdische Nigger*] e ao uso da palavra *nigger* [crioulo], “que hoje seria considerada uma frase bastante racista para defender um ponto de vista firme contra a escravidão” (p. 163), tanto sobre negros americanos como para jamaicanos (p. 244). Paradoxalmente, ainda segundo o autor, Marx “usaria [mais de uma vez] um termo racista para apresentar um argumento antirracista”.

independência política. Assim, é notável sua sensibilidade à questão nacional da independência da Polônia, especialmente a partir de 1863, observada como centro da política “revolucionária” europeia. Tais avaliações e ações políticas de Marx seriam fundamentais para a fundação, no ano seguinte, da Primeira Internacional e, por extensão, das inúmeras polêmicas que iriam ocorrer no interior da organização. Na questão polonesa, por exemplo, houve disputas com o democrata britânico Peter Fox, que supervalorizava o papel da política externa na França, e divergências com membros francófonos seguidores de Proudhon, os quais insistiam que os trabalhadores deveriam se concentrar apenas nas questões econômicas. Marx polemizara politicamente com ambos em defesa da independência da Polônia.

O capítulo III discorre sobre os escritos de Marx sobre a Guerra Civil Americana (1861-1865). Anderson nota a curiosidade de que, apesar da difusão dos textos em língua inglesa, estes “não foram tão discutidos na literatura, mesmo tratando de um tópico amplamente debatido hoje: as interseções entre classes e raça” (p. 138). O autor apresenta a diversidade das interpretações, de historiadores que “encontraram pontos comuns ao liberalismo nos escritos de Marx sobre Guerra Civil” (p. 142) aos que decididamente os viam como textos “não marxianos”. Como era de se esperar, a identificação de Kevin Anderson converge com as de W. E. B. Du Bois, C. L. R. James e Dunayevskaya, que encontraram uma “nova dialética entre raça e classe”.

Assim, o autor rastreia as análises de Marx e Engels sobre o conflito entre Norte e Sul e assinala que os autores tinham na questão da escravidão seu ponto principal e optaram pelo partido da União no conflito. Anderson sublinha também que a Guerra da Secessão acarretou divergências importantes entre Marx e Engels, fato minimizado por parte dos comentaristas sobre o assunto. O otimismo de Marx no prognóstico da vitória do Norte e a possibilidade de uma guerra revolucionária, como a criação de um exército de soldados negros, contrastava com o ceticismo de Engels sobre a vitória da União, como se pode observar em suas correspondências. Na visão de Marx, uma análise demasiadamente circunscrita à questão militar

dificultava que seu amigo vislumbrasse dimensões revolucionárias da guerra e da abolição da escravidão. Outros contextos particulares são analisados, como as colaborações de Marx ao *Tribune* e ao *Die Presse* (jornal liberal editado em Viena, Áustria) e o comportamento da imprensa em relação à Guerra. O conteúdo dos textos versava sobre composição e diferenciação de classe dentro do Norte e do Sul, no âmbito político, econômico e populacional; dimensão internacional da Guerra e seu impacto no governo britânico e na opinião pública; debates sobre abolição nos Estados Unidos e o racismo entre os trabalhadores brancos; e posicionamentos sobre a figura de Lincoln em diversas fases do conflito (cf. Bianchi, 2014).

A opressão nacional, étnica e racial não estava apenas nas análises de Marx sobre a Polônia e a Guerra Civil Americana, mas se manifestou de modo mais contundente no caso da Irlanda, como é examinado no capítulo IV. Nas décadas de 1840 e 1850, Marx e Engels declararam apoio à luta nacional irlandesa contra o domínio britânico e destacaram o trabalho dos imigrantes irlandeses na Inglaterra. Seus estudos sobre o domínio histórico do colonialismo britânico e a destruição humana e ecológica do povo irlandês, assim como suas notas sobre a questão da propriedade comunal, são destacados pelo autor. Em 1867, ano em que a luta irlandesa “fervilhou” com a revolta de camponeses, prisões de lideranças e ações conspiratórias, também ocorreram novamente debates intensos para a Resolução do Conselho Geral sobre a Irlanda na Internacional. Dois anos depois, Marx escreveria para Engels declarando que “a classe trabalhadora inglesa nunca realizará nada antes que ela se livre da Irlanda [...] e que a questão irlandesa é tão importante para o movimento social em geral” (p. 222). Muitos comentadores assinalam como uma “virada decisiva” para uma postura francamente anticolonialista, moldada por uma dialética entre nacional e internacional que ganhava mais complexidade em suas análises.⁵

Tanto os *Grundrisse*, de 1857-1858, passando pela *Crítica da economia política*, quanto o Livro I de *O Capital*, bem como a edição francesa de 1872-1875, que estão na prateleira das grandes obras de Marx sobre economia

⁵ Para uma análise sobre a teoria marxista e a questão nacional, ver Löwy (2000).

política, também refletiram sobre os países não ocidentais, como afiança Anderson no capítulo V. Da abordagem unilinear do “modo de produção asiático” presente em *Ideologia Alemã* de 1846, Anderson argumenta por uma filosofia da história multilinear nos cadernos 4 e 5 dos *Grundrisse*, em que formas comunais são examinadas em suas diferenças, identidades e contradições, e ressalta a sugestão de Marx de que as sociedades asiáticas tinham que ser analisadas separadamente pela peculiaridade de seu desenvolvimento. Uma das partes mais interessantes no livro de Anderson está neste penúltimo capítulo, quando faz uma exposição detalhada da história das edições de *O Capital* e enfatiza o quanto Engels foi uma figura precípua na edição “oficial” do Livro I, baseada na segunda edição alemã, de 1873. Para Marx, contrariamente, a edição francesa de 1872-1875 deveria ter a última palavra, ou seja, o padrão para as futuras traduções do trabalho. Não se tratava apenas de uma tradução bem realizada, mas de uma nova edição com “importantes mudanças e adições”. Engels, por sua vez, mostrou-se profundamente antipático com a tradução do francês, pois, para ele, era como se o caráter dialético do texto derretesse, prejudicado pela natureza do idioma, o que, na avaliação de Anderson, significaria “um tom marcado por certa superioridade cultural alemã” (p. 261).

De todo modo, uma quantidade importante de trechos retrabalhados para a versão francesa foi simplesmente ignorada pela edição organizada por Engels. A parcela sobre as sociedades “periféricas” é examinada de maneira exemplar por Anderson, cotejando as duas edições e seus possíveis significados. Alterações que se referem a um esforço de Marx para romper com uma teoria da história homogênea e linear e uma metanarrativa universal. “É mais provável que elas representem não apenas um esclarecimento, mas uma mudança no pensamento de Marx”, conclui o autor (p. 270). Não por coincidência, justamente parte desses trechos em *O Capital* tiveram uma recepção com sabor melancólico no século XX. Ou em defesas intransigentes pelos marxistas dogmáticos, que reforçavam o caráter das leis “universais”, baseadas no paradigma da Europa ocidental para os países coloniais e semicoloniais; ou em ataques unilaterais pelos

pensadores/as pós-coloniais, ao argumentarem os “pontos cegos” de Marx, leia-se evolucionista e positivista, com a questão do colonialismo.

No capítulo VI, é analisada a última década da vida do filósofo alemão, de 1872 a 1883. E o material consultado refere aos textos sobre a Rússia, dos anos 1877 a 1882, e aos cadernos de citações de 1879 a 1882 – alguns deles inéditos em qualquer idioma e, portanto, ausentes na edição cuidadosa de Lawrence Krader. Em síntese, eles “abrangem ampla gama de sociedades e períodos históricos, incluindo a história da Índia e a cultura aldeã, o colonialismo holandês e a economia aldeã na Indonésia, padrões de gênero e parentesco entre os nativos americanos e na Grécia antiga, em Roma e na Irlanda, bem como a propriedade comunal e privada na Argélia e na América Latina” (p. 292).⁶ Somado a isso, as notas com comentários de Marx também mostrariam suas leituras sobre sociedades pré-capitalistas de antropólogos e historiadores de sua época, como Maksim Kovalévski, Robert Sewell, Karl Bücher, Ludwig Friedländer, Ludwig Lange, Rudolf Jhering e J. W. B. Money. Como Anderson demonstra pacientemente, as anotações de Marx sobre as antigas formas comunais das regiões não ocidentais não eram mais as de um olhar “orientalista”, no sentido aprofundado por Said, isto é, “sociedades sem resistência e sem mudança”, mas de quem nutria forte hostilidade sobre o papel do colonialismo europeu.

Ainda nesse último período de sua vida, as novas reflexões de Marx sobre a possibilidade de uma revolução comunista com base em formas comunais autóctones têm a Rússia como um caso paradigmático. Segundo Michael Löwy (2013, p. 9), “trata-se de uma verdadeira ‘virada’ metodológica, política e estratégica, que antecipa, de forma surpreendente, os movimentos revolucionários do século XX”. Com a tradução de *O Capital* para o russo em 1872, Marx pôde acompanhar comentários e críticas de seus leitores e argumentar quando julgava procedente para

⁶ No Brasil, o interessante trabalho *Marx selvagem*, de Jean Tible (2013), buscou aproximação entre Marx e uma “América indígena”, através de mediações intelectuais (José Carlos Mariátegui, Pierre Clastres, Davi Kopenawa e Viveiros de Castro), disciplinares (antropologia indígena) e de movimentos indígenas (Yanomami). Para um comentário sobre o livro cf. Rubbo (2014).

reforçar e/ou esclarecer certos apontamentos. Materializada em rascunhos e cartas, sua perspectiva “multilinear” da história é a coluna vertebral nos diálogos com Nikolai Mikhailóvski e Vera Zasulich. Por exemplo, Marx nega enfaticamente que houvesse desenvolvido “toda uma teoria histórico-filosófica” da sociedade em geral em *O Capital*, aplicável a todos os tempos e lugares. Registra também a persistência das comunas rurais da Rússia, que poderiam desenvolver caminhos alternativos de desenvolvimento, inclusive, comunistas, aliando-se a uma revolução das classes trabalhadoras ocidentais.

Antes de compreender as *respostas* de Marx sobre as sociedades de capitalismo desviante, Anderson procurou conhecer também as *perguntas* que ele tentava responder, a partir das formas específicas em que eram convencionalmente debatidas e historicamente constituídas. Essa análise acurada, que exige tempo, paciência e competência na mobilização e exame das fontes e dos conflitos políticos concretos da época, possibilita distanciar-se das crostas ortodoxas que instrumentalizaram Marx com afirmações amiúde distorcidas e com a censura do Estado totalitário. Sem dúvida, o caráter dogmático tão acintoso dos “discípulos” de Marx, no final do século XIX, e, no período stalinista, durante parte do século XX, criaram obstáculos enormes; no entanto, são teses que não resistem a uma leitura rigorosa.

“Um novo continente de pensamento”

Evidentemente, subjaz em *Marx nas margens* a intencionalidade de transformar as ideias do autor alemão ainda no “pensador de nossos tempos”, através da diversidade de registros possíveis. Anderson concluiu a pesquisa sobre Marx em aproximadamente uma década, de 1999 a 2009, momento em que os *Ethnic Studies* e *Postcolonial Studies* atingiam seu auge em grande parte das universidades estadunidenses, e quando entravam em cena questionamentos em torno da hegemonia do conhecimento europeu e do persistente racismo epistêmico no circuito acadêmico. Para Michel Cahen e Ruy Braga (2018), por duas razões os EUA transformaram-se em um

dos maiores centros de produção e difusão dos estudos pós-coloniais. Em primeiro lugar, um motivo material, pois nas últimas décadas o país atraiu para suas universidades pesquisadores/as oriundos da Índia, África, América Latina e Caribe e do mundo Árabe. Em segundo lugar, uma razão política-epistemológica, a de uma influência restrita do marxismo nas ciências sociais e com pouco peso social no país. Isso fez com que as análises pós-coloniais surgissem como “aceitáveis e legítimas de crítica social para quem não conhecia o marxismo ou havia travado contato com um tipo de marxismo demasiado asfixiado pelas versões stalinistas” (Cahen; Braga, 2018, p. 15).

Em contrapartida, Anderson recuperou em seu trabalho diferentes correntes marxistas críticas nos EUA, ainda que não tenham um reconhecimento nas ciências sociais, como a do *marxismo feminista* de Raya Dunayevskaya e o *marxismo negro* de C. L. R. James (1901-1989), de Trinidad Tobago. Durante as décadas de 1940 e 1950, ambos estiveram próximos, e, certamente, esse encontro frutífero e a cumplicidade de ambos no marxismo dissidente, de verniz trotskista, possibilitou a construção pioneira de uma análise dialética entre classe, raça e gênero, até então, um modo de articulação conceitual inédito na tradição marxista e com abertura com os estudos pós-coloniais. Ademais, Anderson também dialogou com o arsenal conceitual de Hegel. Sua compreensão sobre a noção de dialética do filósofo idealista alemão assentava-se na insistência de que “o universal precisa se particularizar para se tornar um universal verdadeiramente emancipatório, e não um mero universal abstrato” (p. 24). Ao inserir, portanto, a dialética hegeliana na temporalidade política e na dinâmica das classes e do capitalismo dos Estados Unidos, as noções de raça e colonialismo tornaram-se parte ativa e orgânica no conjunto das forças opostas que atuavam na historicidade do país. Sem essas mediações, portanto, a “universalidade” cumpria somente uma transcendência abstrata e formalista.

Assim, é compreensível o afã de Anderson em frisar que, em Marx, os diversos antagonismos (sexuais, raciais, étnicos, nacionais, hierárquicos) não eram redutíveis à dimensão econômica e à relação de classe. Afinal, “o traço marcante de sua obra é não apenas o diálogo, mas o fato de levar as

críticas da política da diferença a sério”, conforme examina acertadamente Guilherme Leite Gonçalves na apresentação do livro. Apesar das diferenças conhecidas entre políticas de classes e políticas da diferença e do fogo cruzado atualmente entre as duas perspectivas, sobretudo no Brasil, é possível extrair convergências importantes, tanto no plano teórico quanto no plano político. A crítica marxista torna-se mais fecunda no diálogo levantado pela agenda pós/decolonial – a crítica ao eurocentrismo, a valorização da subjetividade dos dominados, a produção de conhecimento dos movimentos étnicos e raciais – ao enxergar como (mais) um *desafio* do pensamento contemporâneo, que possibilita ampliação e enriquecimento de seu campo de investigação, em vez de taxá-lo simplesmente como “inimigo”, e vice-versa. Ambos, podem – e devem – se enriquecer reciprocamente. Todavia, presumir um “Marx pós-colonial” – Anderson não usa essa expressão – seria uma afirmação exagerada e anacrônica, mas de incitar debates proveitosos sobre as articulações entre exploração e opressão sob domínio do capital.⁷ Assim, o autor “propõe questões que a vulgata marxista não quer ouvir e respostas que os movimentos ‘identitários’ não gostam de ver” (p. 8). Como afirma Daniel Bensaïd, “se não é fácil dizer em que consiste a teoria de Marx, podemos pelo menos lançar algumas luzes sobre aquilo que ela não é” (Bensaïd, 1999, p. 13). É um (novo) encontro com um Marx crítico da racionalidade positiva e da modernidade por meio de um caminho de pesquisa pouco frequentado. Na realidade, “o que está morrendo é o culto histórico da modernidade, cujos marxismos instituídos não foram, em suma, senão variantes” (Bensaïd, 1999, p. 17).

De todo modo, como problematiza Enzo Traverso, “enquanto Anderson se detém em textos menores, ele tende a negligenciar os mais importantes”, colocando ocasionalmente o que é “marginal” no lugar do “centro” e o “centro” no lugar do “marginal”, quando, “na verdade, há uma tensão rodando o grosso dos escritos de Marx entre uma visão da história multilinear e contínua, uma dialética e uma positivista, ambas

⁷ Uma tentativa de articular crítica marxista e crítica decolonial através da obra do pensador peruano José Carlos Mariátegui pode ser consultada em Rubbo (2021).

coexistindo como duas tendências contraditórias ou ‘tentações’” (Traverso, 2018, p. 320-321). Entretanto, o livro enfrenta dois “mitos” em torno de Marx: de um lado, os que negam enfaticamente a dimensão eurocêntrica de seu pensamento; do outro, os que o estigmatizam como totalmente anacrônico e superado. “O mito de um Marx imaculado, isento de qualquer tendência eurocêntrica, é ingênuo e estéril como a visão perfeitamente simétrica de um Marx colonialista (branco, homem e europeu)”, completa o historiador italiano (Traverso, 2018, p. 346).

Existiria uma “teoria” marxista sobre o colonialismo, etnia, gênero e lutas nacionais? Pois bem, a tradição marxista contemporânea deve aceitar o desafio da pergunta e encarar o desafio de respondê-la. *Marx nas margens* faz parte desse desafio e, por isso, inspira novas agendas de pesquisa para uma história intelectual e política do marxismo, como, por exemplo, reordenar uma geopolítica do conhecimento marxista que transcenda o marxismo “clássico” e “ocidental”, sem deixar, evidentemente, de traçar comparações, diálogos e influências (especialmente com autores/as “hereges”); ou mapear as *tradições escondidas* do marxismo, como os marxismos do Sul global e os encontros (muito deles, perdidos) com o marxismo negro, o marxismo feminista e o marxismo indígena. Ou seja, um pensamento marxista crítico nas e a partir das margens. Definitivamente, o denso e corajoso livro de Kevin Anderson incita um novo repertório de questões, o que faz dele um dos trabalhos da sociologia marxista contemporânea mais importantes das últimas décadas.

Deni Ireneu Alfaro Rubbo é Doutor em Sociologia, professor adjunto de Ciências Sociais na Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul (UEMS) e do Mestrado Profissional em Ensino de História (ProfHistória).

✉ deni_out27@uol.com.br

Referências

1. ANDERSON, Kevin. **Marx nas margens**: nacionalismo, etnia e sociedade não ocidentais. São Paulo: Boitempo, 2019.
2. ARICÓ, José. **Marx e a América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, [1980] 1982.
3. BENSÂID, Daniel. **Marx, o intempestivo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
4. BIANCHI, Álvaro. Gramsci, Croce e a história política dos intelectuais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 34, n. 99, 2019. <https://doi.org/10.1590/349915/2019>
5. BIANCHI, Álvaro. Lincoln, Marx e a guerra civil nos Estados Unidos. **Outubro**, n. 22, p. 202-225, 2014.
6. CAHEN, Michel; BRAGA, Ruy. Anticolonial, pós(-)colonial, decolonial: e depois? In: CAHEN, Michel; BRAGA, Ruy (orgs.) **Para além do pós(-)colonial**. São Paulo: Alameda, 2018, p. 9-30.
7. DUNAYEVSKAYA, Raya. **Rosa Luxemburgo, la liberacion feminina y la filosofia marxista de la revolucion**. Havana: Editorial Filosofi@.cu, [1981] 2017.
8. DUSSEL, Enrique. **El último Marx (1863-1882) y la liberación latinoamericana**. Un comentario a la tercera y cuarta redacción de El Capital. Cidade do México: Siglo XXI, 1990.
9. DUSSEL, Enrique. **Hacia un Marx desconocido**. Un comentario de los Manuscritos del 61-63. Cidade do México: Siglo XXI-UNAM, 1988.
10. DUSSEL, Enrique. **La producción teórica de Marx**. Una introducción a los *Grundrisse*. Cidade do México: Siglo XXI, México, 1985.
11. LÖWY, Michael. Dialética revolucionária contra a ideologia burguesa do *Progreso*. In: MARX, Karl. **Lutas de classes na Rússia**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 9-16
12. LÖWY, Michael. **Nacionalismos e internacionalismos**: da época de Marx até nossos dias. São Paulo: Xamã, 2000.
13. Marxhausen, Thomas. História crítica das Obras completas de Marx e Engels (MEGA). **Crítica Marxista**, n. 39, p. 95-124, 2014.
14. MONJARÁS-RUIZ, Jesús. México en los escritos y fuentes de Karl Marx. **Nueva Sociedad**, n. 66, p. 105-111, 1983.
15. RUBBO, Deni A. Mariátegui, marxiste decolonial. **Actuel Marx**, n. 69, p. 169-184, 2021. <https://doi.org/10.3917/amx.069.0169>
16. RUBBO, Deni A. Resenha: Marx selvagem. **Tempo Social – Revista de Sociologia da USP**, v. 26, n. 2, p. 340-345, 2014. <https://doi.org/10.1590/0103-2070201339>

17. SAID, Edward. **Orientalismo**: o Oriente como invenção do Ocidente. Companhia das Letras, [1978] 2007.
18. SHANIN, Theodor (org.). **Marx tardio e a via russa**: Marx e as periferias do capitalismo. São Paulo: Expressão Popular, [1983] 2017.
19. TIBLE, Jean. **Marx selvagem**. São Paulo: Annablume, 2013.
20. TRAVERSO, Enzo. O marxismo e o Ocidente. *In*: TRAVERSO, Enzo. **Melancolia de esquerda**: marxismo, história e memória. Belo Horizonte/Veneza: ÂYINÉ, 2018, p. 315-370.
21. ZEA, Leopoldo. Visión de Marx sobre América Latina. **Nueva Sociedad**, n. 55, p. 59-66, 1983.

Recebido em 1º jul. 2020.

Aceito em 9 set. 2020.

<http://doi.org/10.1590/15174522-106396>

Da emancipação ao autoritarismo: a teoria do pós-materialismo e o “*cultural backlash*”

NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. *Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

Julian Borba* 

Gregório Unbehaun Leal da Silva* 

Resumo

Cultural Backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism é o mais recente livro de Pippa Norris e Ronald Inglehart. A obra busca analisar transformações recentes nas democracias mais consolidadas, ancorado no modelo teórico originalmente formulado no pós-materialismo. Sintetiza-se aqui essa contribuição, indicando o modo como os autores operacionalizam os conceitos de populismo, autoritarismo e reação cultural. Conclui-se que o modelo Norris/Inglehart foi demasiado otimista e deixou de antecipar fatores como declínio da confiança nas instituições democráticas e da negatividade nas avaliações dos políticos que se consolidaram nos últimos anos. Constatou-se, também, que a obra analisada fornece um original enquadramento teórico para o entendimento da emergência do populismo autoritário nos países estudados.

Palavras-chave: *cultural backlash*, pós-materialismo, democracia, populismo, autoritarismo.

* Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

From emancipation to authoritarianism: the theory of post-materialism and “cultural backlash”

Abstract

Cultural Backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism is the latest book by Pippa Norris and Ronald Inglehart. The work seeks to analyze recent changes in more consolidated democracies, anchored in the theoretical model originally formulated in post materialism. In this review, we seek to summarize and explain how the authors operationalize the concepts of populism, authoritarianism and cultural reaction. We conclude that the Norris/Inglehart model was too optimistic and failed to anticipate factors such as a decline in trust in democratic institutions and the negativity in the evaluations of politicians who gained strength in recent years. We also found that the analyzed work provides an original theoretical framework for understanding the emergence of authoritarian populism in the countries studied.

Keywords: cultural backlash, post-materialism, democracy, populism, authoritarianism.

A teoria do pós-materialismo pode ser considerada uma das mais ambiciosas construções intelectuais da história das Ciências Sociais, tanto pelo esforço analítico em construir um *framework* que articula as teorias da modernização e da cultura política quanto pela monumental base empírica do projeto *World Values Survey* (WVS), pesquisa de opinião pública realizada desde 1980, com amostragens representativas que abrangem quase 90% da população mundial.

Tanto a base teórica quanto o projeto WVS têm no professor da Universidade de Michigan, Ronald Inglehart, sua grande referência. Trata-se de um dos mais citados cientistas sociais da atualidade (Kim; Grofman, 2019), que, ao longo de sua trajetória acadêmica, estabeleceu diálogos com diferentes tradições intelectuais da disciplina. Seu livro *The silent revolution*, publicado no final da década de 1970, é apontado como obra inaugural desse programa de pesquisa, cujas conclusões apontam para uma lenta e contínua alteração nas prioridades valorativas individuais em nível mundial, que seria resultante, em grande parte, do desenvolvimento econômico experimentado pelas sociedades industriais avançadas a partir

da segunda metade do século XX (Inglehart, 1977; Inglehart; Welzel, 2009). Em tais contextos, as gerações pós-segunda guerra teriam sido socializadas em ambientes onde a luta pela sobrevivência teria sido em grande parte resolvida, o que possibilitou o desenvolvimento de valores ligados à autoexpressão, como a valorização do meio ambiente e a igualdade de gênero. Dentre as várias consequências desse fenômeno, uma delas seria na dimensão política, com efeitos positivos sobre os processos de democratização (Inglehart; Welzel, 2009).

Pippa Norris tem sido uma das grandes interlocutoras de Inglehart. A renomada professora de Harvard é dona de uma vastíssima obra que recobre campos como mídia e política, recrutamento político, integridade eleitoral e comportamento eleitoral. Parte do seu trabalho estabelece um diálogo com a teoria do pós-materialismo, sendo especialmente importante neste tópico o conceito de “cidadania crítica” (Norris, 1999), que é uma tentativa de explicar importantes mudanças de atitudes e comportamentos do eleitorado das democracias desenvolvidas, como a crescente desconfiança nas instituições democráticas e o declínio na participação eleitoral e partidária. Esse quadro, na interpretação de Norris, não seria um sinal de apatia por parte dos públicos dessas nações, pois, em paralelo à redução na participação eleitoral, estaria ocorrendo um processo inverso nas atividades de contestação às instituições e elites estabelecidas, num desejo de tomar parte dos assuntos públicos de uma maneira mais ativa e direta.

Os diagnósticos de Inglehart e Norris sobre as sociedades democráticas desembocaram em um prognóstico bastante otimista, qual seja, o mundo caminharia para uma preocupação maior com o meio ambiente e com os valores de autoexpressão, para maior participação contestatória, enfim, *para democracias mais robustas*.

Mas aí vieram os partidos de extrema-direita, que começaram a ganhar força eleitoral na Europa, assim como o Brexit, Donald Trump... e Bolsonaro! E junto com eles, o debate sobre a “crise das democracias”, dando origem à pergunta: *alguma coisa estava errada nos diagnósticos/prognósticos de Norris e Inglehart ou algo aconteceu na empiria que ocasionou uma mudança de rota em relação ao previsto pelos autores?*

Em *Cultural backlash*, Norris e Inglehart sustentam que seus diagnósticos iniciais estavam corretos, mas o mundo mudou! De modo a defenderem seus legados teóricos, vão sustentar a existência de uma intensificação das clivagens culturais nas democracias avançadas, que vai se refletir na emergência das díades pluralismo/populismo e autoritário/libertário; elas são utilizadas como contraposição à tradicional divisão esquerda/direita.

A clivagem esquerda/direita, segundo os autores, é conectada à *economic grievances thesis* (“teoria das queixas econômicas”, em tradução livre), para a qual o destaque político/eleitoral de partidos e líderes autoritários e populistas se dá primordialmente por questões envolvendo crises e flutuações econômicas. Já as outras clivagens estão incorporadas à *cultural grievances thesis* (“teoria das queixas culturais”), que associa o crescimento desses partidos, líderes e ideias às questões culturais e à retórica populista. A tese dos autores é de que as clivagens culturais têm mais capacidade explicativa que as econômicas (parte 2 do livro).

Na terceira parte, os autores constroem uma tipologia dos partidos usando as duas clivagens mencionadas anteriormente. O estudo também recai sobre o peso dos sistemas eleitorais nos resultados políticos de partidos populistas-autoritários. Neste quesito, percebem que os sistemas de representação proporcional aumentam as chances eleitorais desses partidos. No entanto, como demonstram na análise do Brexit, os sistemas majoritários não estão “livres” desse risco. Dedicam parte maior da análise para um enfoque à luz das teorias analisadas anteriormente sobre os casos Brexit e a eleição de Donald Trump nos Estados Unidos.

No que se refere ao debate sobre populismo, a obra se distancia do conceito de Mudde e Kaltwasser (2017). Para esses autores, o populismo é uma “*thin ideology*” (“ideologia rala”, em tradução livre). Trata-se de um conjunto de poucas ideias que se apegam às ideologias maiores, como liberalismo/socialismo, e produz uma retórica que considera a sociedade separada em dois campos homogêneos e antagônicos – “o povo puro” *versus* “a elite corrupta” –, onde a política deve ser uma expressão da vontade geral.

Contra essa interpretação, Norris e Inglehart desenvolvem uma análise cujo foco é a retórica discursiva. O populismo teria como característica ser

“camaleônico”: “que pode se adaptar com flexibilidade a uma variedade de valores e princípios ideológicos substantivos, tais como populismo socialista ou conservador, populismo autoritário ou progressista, e assim por diante”¹ (tradução nossa, p. 4).

Dois aspectos se destacam nessa formulação mais minimalista adotada em *Cultural backlash*: i) a única legitimidade possível vem do povo; e ii) os que se encontram no poder são profundamente corruptos e só pensam em si – são, portanto, traidores da confiança pública. “Defendemos que as narrativas populistas podem ser reduzidas a estes – e apenas a estes – componentes gêmeos”² (p. 66). O populismo é oposto ao pluralismo; na avaliação dos autores, ele tem como baluarte a saliência do combate à corrupção e a retórica anti-elite e anti-*establishment*.

Já o autoritarismo tem como características a conformidade, a segurança e lealdade. Deste modo, a argumentação é a de que apelos autoritários levam a algo próximo de uma relação com um líder tribal, em que se enfatiza a solidariedade de grupos, uma rígida conformação às normas internas e rejeição aos de fora. Esses sentimentos foram, segundo os autores, fortemente mobilizados pelos líderes autoritários nos últimos anos. Nas clivagens por eles construídas, o libertarianismo seria a posição contrária ao autoritarismo. Seria, pois, *a junção de populismo e autoritarismo aquela que geraria mais riscos ao regime democrático*.

Tomando como base esses dois conceitos, autoritarismo e populismo, e as clivagens acima expostas, os autores constroem seu complexo arcabouço teórico. Nesse quadro explicativo, apontam que o início do processo de reação cultural começa através das mudanças sociais estruturais que se deram no pós-guerra nas sociedades ocidentais mais desenvolvidas. Esse processo continua ocorrendo, em diferentes ritmos, ao redor do mundo. Essa é consequência da riqueza crescente, da expansão da escolaridade, das mudanças dos papéis de gênero, da crescente diversidade étnica e da urbanização.

¹ “(...) which can adapt flexibly to a variety of substantive ideological values and principles, such as socialist or conservative populism, authoritarian or progressive populism, and so on”.

² “We argue that populist narratives can be reduced to these – and only these – twin components”.

Seguido a essas mudanças, veio a revolução silenciosa. Esta fez com que, aos poucos, mas de forma constante, uma profunda mudança de valores tenha ocorrido. À medida que as novas gerações foram nascendo, os valores passaram a ser mais pós-materialistas e a visão política mais liberal. Isso ocasionaria, em algum ponto e em dado contexto, um ponto de inflexão. Essa inflexão é fruto da reação dos que não se sentem contemplados pela revolução silenciosa. Em suma, essa teoria afirma que a ascensão do populismo autoritário é a consequência principal de uma reação conservadora contra a “revolução silenciosa” cultural de atitudes socialmente liberais. Nas palavras de Norris e Inglehart (p. 449), “Além disso, o número crescente de pessoas com valores socialmente liberais desencadeou uma reação contrária, à medida que a mudança cultural finalmente atingiu um ponto crítico. A proporção de conservadores sociais diminuiu gradualmente para se tornar uma nova minoria cultural”.³ Um exemplo de ponto de inflexão seria a eleição de Donald Trump em 2016.

Mas, enfim, quem seria essa “nova minoria cultural”? Das variáveis testadas, a que se mostrou a mais forte preditora do apoio a atitudes autoritárias foi aquela relativa à geração: os mais velhos tendem a dar mais suporte a padrões autoritários, embora o mesmo não se verifique em relação ao populismo. Outro fator que explica o bom resultado de partidos e líderes autoritários é que a geração entreguerras tem aparecido como muito mais propensa a votar do que a geração *millenial*. Esta lacuna geracional é destacada diversas vezes ao longo do texto. Outros fatores também complementam essa “nova minoria cultural”: terem baixa escolaridade, serem brancos, majoritariamente homens e moradores de cidades pequenas ou áreas rurais.

O contexto pessoal e os fluxos migratórios podem acelerar ou retardar esse ponto de inflexão. Desse modo, é possível observar a *economic grievances thesis* não como rival da *cultural grievances thesis*, mas como complementar à mesma.

³ “Moreover, the rising numbers of those holding socially liberal values have triggered a counter-reaction as cultural change eventually reached a tipping point. The proportion of social conservatives has gradually shrunk to become a new cultural minority”.

Na parte final do livro, os autores indicam que, apesar dos abalos recentes, os regimes democráticos continuam consolidados nos países desenvolvidos. Das muitas considerações apontadas, dois aspectos principais nos parecem relevantes. O primeiro aspecto apontado é que “Do lado positivo, além disso, o populismo pode funcionar como uma correção útil para a democracia liberal”⁴ (p. 421). Nesse momento, os autores sintonizam um argumento similar proposto por Mudde e Kaltwasser (2017), qual seja, o de que as críticas populistas podem auxiliar na mitigação dos problemas apresentados no regime democrático. Essa dimensão “positiva” do populismo, no entanto, irá depender de muitos pormenores e é contextual. No caso de prevalecer queixas mais econômicas, pode ser mais “fácil” responder. Caso a crítica esteja associada a valores autoritários e seja culturalmente engajada, a solução pode ser mais difícil.

O segundo aspecto dialoga com o primeiro e se refere aos eminentes riscos ao consenso democrático liberal, presentes na maior parte dos países estudados: “Na prática, ganhos eleitorais repentinos de partidos e líderes populistas, embora atraíam manchetes, muitas vezes se mostraram voláteis e fugazes. A democracia liberal é uma forma de governo universalmente valorizada pelos cidadãos em todo o mundo e pode permanecer resiliente no Ocidente”⁵ (p. 421). Dessa forma, os autores apontam tanto para a continuidade da força autoritária-populista quanto para a prevalência dos valores democráticos.

Em que pese a robustez do enquadramento teórico e dos dados empíricos analisados, nossa avaliação é que *Cultural Backlash* traz à tona os déficits analíticos da teoria do pós-materialismo, especialmente no que se refere ao diagnóstico das democracias contemporâneas. Conforme mencionamos anteriormente, havia ali um grande otimismo com relação à natureza do vínculo que estaria conectando cidadãos e sistemas políticos numa visão totalmente teleológica da história. Porém, o início do século XXI

⁴ “On the positive side, moreover, populism can function as a useful correction to liberal democracy”.

⁵ “In practice, sudden electoral gains by populist parties and leaders, while attracting headline news, have often proved volatile and fleeting. Liberal democracy is a form of government universally valued by citizens all over the world, and it may remain resilient in the West”.

colocou vários novos desafios para os regimes democráticos. Democracias iliberais, os populismos e os novos autoritarismos são evidências de um quadro, no mínimo, mais complexo do que aquele previsto pelos autores.

No esforço de compreensão da ascensão do autoritarismo e do populismo, faltou a Norris e Inglehart uma autocrítica ao diagnóstico otimista que emergiu a partir de conceitos como “cidadãos críticos” e pós-materialistas. De fato, os dados sobre o declínio da confiança nas instituições políticas já estavam presentes nestes diagnósticos, os quais, porém, não eram vistos como uma possível ameaça à legitimidade democrática. Se tivessem atentado para este ponto, os autores poderiam ter aventado que tal descrédito nas instituições de representação política já poderia ser um indício de apelo dos eleitores a governos populistas autoritários.

Importante, nesse sentido, retomar a crítica de Mounk (2019) ao destacar que já faz algum tempo que os cientistas políticos estão conscientes acerca do declínio da confiança nas instituições democráticas e da negatividade nas avaliações dos políticos. Entretanto, na obra aqui resenhada, foi destinada muito pouca atenção a estes fatos.

Em que pesem os limites acima destacados, trata-se de um livro fundamental para o entendimento da dinâmica das democracias contemporâneas, especialmente ao fornecer um enquadramento que articula dimensões de longo e curto prazos na explicação da emergência do populismo e da expansão eleitoral dos partidos de extrema-direita no mundo.

Julian Borba é Doutor em Ciência Política, Professor Associado na Universidade Federal de Santa Catarina e pesquisador do CNPq.

✉ julian@cfh.ufsc.br

Gregório Unbehaun Leal da Silva é Mestre em Sociologia Política e doutorando do mesmo programa na Universidade Federal de Santa Catarina.

✉ gregoriosilva1986@gmail.com

Referências

1. INGLEHART, Ronald. **The silent revolution**. Princeton: Princeton University Press, 1977.
2. INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. **Modernização, mudança cultural e democracia**. São Paulo: Francis, 2009.
3. KIM, Hannah J.; GROFMAN, Bernard. The political science 400: with citation counts by cohort, gender, and subfield. **PS: Political Science & Politics**, v. 52, n. 2, p. 296-311, 2019. <http://dx.doi.org/10.1017/S1049096518001786>
4. MOUNK, Yascha. **O povo contra a democracia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
5. MUDDE, Cas; KALTWASSER, Cristobal R. **Populism: a very short introduction**. Nova York: Oxford University Press, 2017.
6. NORRIS, Pippa. **Critical citizens: global support for democratic government**. Oxford: Oxford University Press, 1999.
7. NORRIS, Pippa; INGLEHART, Ronald. **Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism**. Cambridge: Cambridge University Press, 2019.

Recebido em 11 ago. 2020.

Aceito em 26 out. 2020.



STAY
connected

@bobylenes

Brazil Today

<http://doi.org/10.1590/15174522-102915>

Reconfigurations of the social sphere in Brejo da Paraíba in the 21st century: imprints of plantations in Latin America

Patrícia Alves Ramiro* 

Abstract

The research project “Reconfigurations of the social sphere in Brejo of Paraíba in the 21st century” looks into the new social arrangements in that region of northeastern Brazil, which stem from the abrupt changes in the context that was prevalent in the early 1990s, triggered by the closure of sugarcane mills, following the bankruptcy declared by Santa Maria processing plant. Included in a broader debate regarding the imprints left by centuries on social structures organized around export-led *plantations* in Latin America, this is a collective research project that aims to inquire into different conversion strategies in comparison with the previous position occupied by social actors in the golden period of sugarcane production.

Keywords: sugarcane agribusiness, Brazilian Northeast, *plantations*.

* Federal University of Paraíba.

Reconfigurações do espaço social do Brejo paraibano no século XXI: as marcas das plantations na América Latina

Resumo

O projeto de pesquisa “Reconfigurações do espaço social do brejo paraibano no século XXI” visa compreender as novas configurações sociais desta região do Nordeste do Brasil, decorrentes das transformações abruptas vivenciadas, devido ao encerramento da produção sucroalcooleira, no mundo social que a compunha no início da década de 1990, após decreto de falência da usina Santa Maria. Inserido num debate mais amplo referente às marcas deixadas por séculos em espaços sociais dedicados às *plantations* com vocação exportadora na América Latina, trata-se de projeto coletivo de pesquisa visando dar conta de diferentes estratégias de reconversão em conformidade com a posição anterior ocupada pelos atores sociais no período áureo da produção canavieira.

Palavras-chave: agroindústria canavieira, Nordeste, *plantations*.

Since the seventeenth century colonial times in Brazil, agricultural investments in sugarcane *plantations* aimed at the international market have been a key element to both shape and understand Brazilian society in many aspects – be it economic or social, cultural, environmental or political (Freyre, 1989; Holanda, 1936). The imprints left by it still resonates in the new current configurations, even in places that show a significant decline in this agro-industrial structure due to closure or bankruptcy of sugarcane mills, as is the case in the Northeast region of the country.

Included in a broader debate regarding the impacts of *plantations* in the so-called new world built upon the triad of latifundium, monoculture and slavery, the research project “Reconfigurations of the social sphere in Brejo da Paraíba in the 21st century” aims to understand part of the abrupt changes triggered by the closure of sugarcane production and processing plants. It draws on the empirical case of Usina Santa Maria (Santa Maria sugarcane processing plant), located in the Brejo region, in the northeastern

state of Paraíba, Brazil. Founded in 1931, the plant had an area of 3,453 hectares distributed over the municipalities of Areia, Pilões, and Serraria. In 1992, it was declared bankrupt, causing thousands of people, who either directly or indirectly relied on its operation, to be faced with the challenge of creating reconversion strategies.

It is worth highlighting that this project is the continuance of anthropological reflections by researchers linked to the Graduate Program in Social Anthropology of the National Museum (PPGAS-MN/UFRJ) carried out within the scope of the project *Employment and Socioeconomic Change in the Northeast*, directed by Moacir Palmeira (1977). Among the academic production of that team, two authors have focused on the region now revisited. Afrânio Garcia Jr. and Marie France Garcia Parpet (collaborators of this current project)¹ have been in Brejo da Paraíba in the late 1970s and mid-1980s, when Santa Maria mill was at the peak of its production (Garcia Jr., 1989; Garcia Parpet, 1992).

Although production level was directly related to government subsidies granted in the scope of the National Program for Sugarcane Improvement (Planalsucar) and the National Program on Alcohol Production (Proálcool), then in force, there was nothing that suggested this world was about to collapse. But now, forty years later, we are faced with the ferocity and startling speed of remarkable changes in that social sphere, whose tip of the iceberg lies in the bankruptcy of Santa Maria mill.

From a wide range of new arrangements for social reproduction that emerged in the region, our inquiry focuses primarily on two situations found in distinct social positions in that region. On the one hand, the mill's lands were expropriated and redistributed under the Agrarian Reform program, giving rise to ten rural settlements composed of 420 families of former *residents* of these lands. On the other hand, some plantation

¹ In addition to contributions from Afranio Garcia Jr. and Marie-France Garcia Parpet, researchers in Centre Européen de Sociologie et de Science Politique (CESSP) at the École des Hautes Études en Sciences Sociales, (EHESS), also Marilda Aparecida de Menezes, and undergraduate and graduate students from the Federal University of Paraíba (UFPB) and the Federal University of Campina Grande (UFCG) take part in this study.

owners and their heirs sought conversion strategies to maintain or improve their position in the social sphere, since most of them had been sugarcane suppliers for the mill. In a broad perspective, we seek to understand the transformations in the material and symbolic practices of social actors in the region. Or, in other words, we look into what changes in the social life of these people and what kind of behavior are required to manage their lives in the current situation.

We'll start with what we might call "reconversion of those from grassroots". It was the crisis of social reproduction of those from the top in the social structure – in this case, mill owners and plantation owners who lived from sugarcane production for supplying this agroindustry –, brought about by the bankruptcy of Usina Santa Maria, that engendered the possibility of changing the situation of grassroots people through agrarian reform. The settled families belonged to the social category of *residents* of lands owned by the mill. A category that replaces that of *slaves* in northeastern Brazil, since it denotes a relationship marked by the subjection of the *residents* to the *mill owner*, to whom they owe loyalty and hard work. A relationship that started when they asked some *plantation owner* for "a dwelling", as the usufruct of a small plot of land (called *roçado*) was often the last chance for many to escape privation and hunger, which was repaid with work in the *plantations* (Palmeira, 2009; Heredia, 1976).

In such relationship, that Garcia Jr. (1989) called personalized domination, this poor and mostly uneducated population depended on the landowners for supplying their basic needs, from dwelling to firewood and access to water. For these people, although agrarian reform means an upward mobility, it also means the experience of an uprooting process to reconstruct subjective worlds, objectively constructed in the present.

The new situation as "settlers" requires them new mental and practical investments in their daily lives. It is a situation that places them within the dynamics of a market economy, in which they have the need (and the power) to decide on their production (what and how to plant) and selling forms – to dealers, via public policies as the National School Feeding Program

(PNAE) and the Food Acquisition Program (PAA),² at farmers' markets etc. Furthermore, they begin to compete with other small local farmers in the local and regional market, a new situation for which not all of them are ready.

The mill's bankruptcy also causes metamorphoses in the "world of Casa Grande" (plantation owners). One of the strategies observed among this elite group was the attempt at social reconversion through the symbolic valorization of "artisanal *cachaça*", following the path trodden by other Brazilian states such as Minas Gerais and Rio de Janeiro. We then focused on the change of a product appeared in the Brazilian Northeast in the 1970s as a "[...] relic from a dead past" (Correia de Andrade, 1974, p. 181) into a valued product in the present, symbol of both the successful conversion trajectories of part of the mill owners of the region and of the transformation of a product deemed popular (a drink originally associated with slaves and later with popular classes) into an elite drink.

As we presented in some studies (Garcia Parpet; Ramiro, 2018; Ramiro; Garcia Parpet, 2019a; 2019b), this process of recovery of the craft liquor draws on both incorporation of new techniques in the production process, particularly, the use of copper still, and the design of new packaging and novel consumption practices. One of the examples resides in the creation of porcelain bottles resembling traditional tableware used in the homes of agrarian elites in the past and the emergence of bottles with designs that recall well-known whiskey brands, such as Johnnie Walker. With regard to consumption, the novelty introduced by producers is the consumption of *cachaça* stored at low temperatures, like vodka. From a sociological perspective, all of these conversions, regardless of where they occur, involve individual, family and collective trajectories that require our attention to life

² PAA and PNAE are public policies implemented during the government of Luis Inacio Lula da Silva. The PAA was created in 2003 and involves government procurement for direct acquisition of produce from family farms for distribution to underprivileged groups. PNAE, created by Law No. 11947 of 16/06/2009, establishes that 30% of government procurement to supply school feeding shall be purchased from family farming and earmarked for public education establishments. After the election of the extreme right-wing government, in 2019, these programs have been under severe threat, despite the importance already shown by Medeiros et al. (2014).

stories and all conflicts, difficulties, deaths and weddings that organize this social sphere, so that to overcome an economic analysis of conversions that involve a whole social structure which is profoundly altered.

The current stage of the research involves the construction by the research team of the particular empirical objects, all of which, however, emerge from this broad collective inquiry, here briefly presented. Organic *cachaça*, quality seals, construction of both tangible and intangible heritage and tourism are subjects that have strongly mobilized local elites, and that still spur us to understand this reality. As regards popular classes, research interest lies in farmers' markets and in changes in gender and generational relations regarding the division of labor, as well as in recent forms of sociability arising from access to school education for children, in addition to migration practices in the present.

Finally, this project will also produce other individual ethnographies that may reveal what is recurrent and what varies contingently in the perceptions of different social agents about the universe where they are placed. Therefore, it will continue to contribute to the broader debate relating the imprints left by centuries under the domination by export-led *plantations* in Latin America (Rogers, 2010; Monzote, 2008), a highly important subject for understanding the persistence of deep social inequalities.

Patrícia Alves Ramiro holds a PhD in Sociology, is a professor at the Federal University of Paraíba and leads the "Identity and Memories of the rural and urban popular classes" research team for CNPq.

✉ patriciaalvesramiro@gmail.com

References

1. CORREIA DE ANDRADE, Manuel. **A cidade e o campo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1974.
2. FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.
3. GARCIA JR., Afrânio. **O Sul**: caminho do roçado. Brasília: MCT, CNPq, 1989.
4. GARCIA PARPET, Marie-France. O segundo sexo do comércio: Camponesas e negócio no Nordeste do Brasil. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, n. 19, 1992.
5. GARCIA PARPET, Marie-France; RAMIRO, Patrícia Alves. La “cachaça”: boisson d’esclave ou boisson d’élite ? Reconversions de “senhores de engenho” do Brejo de l’État de Paraíba au Brésil. **Psihologia Sociala**, n. 42 II, p. 75-92, 2018.
6. HEREDIA, Beatriz A. de. **Formas de dominação e espaço social**: a modernização da agroindústria canaveira em Alagoas. São Paulo: Marco Zero/MCT/CNPq, 1988.
7. HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
8. MEDEIROS, Leonilde S. et. al. O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) em assentamentos de reforma agrária: implantação, impactos e perspectivas. In: BRASIL – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. PAA: 10 anos de aquisição de alimentos. Brasília: MDS; Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, 2014. p. 152-181.
9. MONZOTE, Reinaldo F. **From rainforest to cane field in Cuba**: an environmental history since 1492. Chapel Hill: The University of North Carolina Press, 2008.
10. PALMEIRA, Moacir G. S. Casa e trabalho: nota sobre as relações sociais na plantation tradicional. In: WELCH, C. A. et al. (orgs.). **Camponeses brasileiros**. São Paulo: Editora UNESP/NEAD, 2009. p. 203-215.
11. PALMEIRA, Moacir G. S. et al. Emprego e mudança sócio-econômica no Nordeste. **Anuário Antropológico**, n. 76, p. 207-292, 1977.
12. RAMIRO, Patrícia A., GARCIA PARPET, Marie-France. O valor do lugar: o turismo e a valorização simbólica da cachaça no brejo. In: RAMIRO, Patrícia A. (org.). **Antropologia e turismo**: coletânea franco-brasileira. João Pessoa: Editora UFPB, 2019a, p. 77-97.
13. RAMIRO, Patrícia A., GARCIA PARPET, Marie-France. Cachaça! A resignificação de um produto “genuinamente” brasileiro. **Revista Continente**, n. 222, jun. 2019b. Disponível em: <https://www.revistacontinente.com.br/edicoes/222/cachaca--2>
14. ROGERS, Thomas D. **The deepest wounds**: a labor and environmental history of sugar in northeast Brazil. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 2010.

Received 12 May 2020.

Accepted 5 Feb. 2021.

Política Editorial

Sociologias é uma publicação quadrimestral do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGS) do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), tendo por missão promover o intercâmbio entre cientistas sociais do Brasil e do exterior.

Sociologias é uma revista de orientação pluralista que busca ampliar os espaços para expressão das diversas correntes existentes nas ciências sociais, colocando em debate temas e abordagens que constituem o campo acadêmico da sociologia. Contempla, também, espaço para outras áreas do conhecimento como antropologia, literatura, informática, economia, entre outras, que apresentem importantes interfaces com a sociologia.

Seu projeto editorial contempla duas partes principais: um dossiê temático, específico para cada número, e uma seção diversificada que abrange artigos científicos e de atualização teórico-metodológica, resenhas, notas de pesquisa, entrevistas.

O título **Sociologias** deve ser usado em bibliografias, notas de rodapé e em referências e legendas bibliográficas.

A revista encontra-se disponível para colaboradores de todos os países, possuindo um conselho editorial diversificado em termos de regiões do Brasil e incluindo consultores internacionais e tem contado com apoio financeiro da PROPESQ-UFRGS, Capes e CNPq.

Sociologias é publicada no Brasil sob responsabilidade do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Sociologias aceita trabalhos inéditos (não publicados em outras revistas ou como capítulos de livros) na forma de artigos, resenhas e comunicações de pesquisas em ciências sociais que apresentem relevância acadêmica e social.

A aceitação dos trabalhos para o processo de avaliação por pares está condicionada à adequação rigorosa do manuscrito às Diretrizes para Submissão. Pelo menos um dos autores do manuscrito submetido deve possuir título de Doutor. Aceitam-se manuscritos em coautoria de até quatro pessoas, sendo pelo menos uma com título de doutor. O primeiro autor deverá ter no mínimo o título de Mestre. No caso de resenhas é permitida a autoria de mestres.

A publicação dos trabalhos está condicionada a, pelo menos, duas avaliações de pares escolhidos entre os membros do Conselho Editorial ou colaboradores de **Sociologias** com experiência relevante na área de conhecimento. O sistema de avaliação é duplo cego. Os trabalhos são avaliados de acordo com os seguintes critérios: (i) *clareza da redação*, (ii) *qualidade e rigor dos argumentos apresentados*, (iii) *validade dos dados apresentados*, (iv) *oportunidade e relevância do artigo para a discussão de problemas na área de pesquisa envolvida*, e (v) *atualidade e adequação das referências contidas no trabalho*. Eventuais sugestões de modificação de estrutura ou conteúdo, por parte da Editoria, são previamente acordadas com os autores.

Diretrizes para submissão

Sociologias aceita trabalhos inéditos na forma de artigos, resenhas e comunicações de pesquisas em ciências sociais que apresentem contribuições inovadoras e relevantes em sua área temática e demonstrem rigor teórico e metodológico em sua construção. As contribuições podem ser submetidas nos idiomas português, espanhol, francês ou inglês.

Artigos submetidos em inglês ou francês, uma vez aprovados no processo de avaliação, deverão ser traduzidos para o português e publicados nos dois idiomas, ficando os autores responsáveis pela tradução, que poderá ser realizada por tradutores de livre escolha dos autores ou escolhidos em lista sugerida pela revista.

Os manuscritos devem destinar-se exclusivamente à **Sociologias**, isto é, não poderão ser submetidos simultaneamente a outro(s) periódico(s). A Revista não assume responsabilidade por análises e considerações emitidas pelos autores.

Para qualificarem-se à avaliação por pares, as contribuições devem atender aos seguintes critérios:

1. Pelo menos um dos autores possuir título de Doutor e, em caso de coautoria, o primeiro autor ter pelo menos o título de mestre e o manuscrito contar, no máximo, com quatro autores. No caso de resenhas é permitida a autoria de mestres;
2. Os autores devem realizar cadastro no sistema SEER – (<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/index/user/register>) e iniciar o processo dos cinco passos para submissão, seguindo as diretrizes para submissão;
3. Os manuscritos para as seções Artigos e Interfaces deverão ter no máximo 8.000 palavras ou 22 páginas, incluindo resumo e referências.

Resenhas deverão ter no máximo 4.500 palavras ou 10 páginas. O manuscrito deve estar apresentado em formato A4, fonte Times New Roman 12, espaço 1,5 e margens superior e esquerda de 3 cm, e inferior e direita de 2 cm;

4. O arquivo submetido do manuscrito deve estar em formato editável contendo título e resumo (de até 250 palavras) no idioma em que está sendo submetido e em inglês, até cinco (5) palavras-chave que permitam a adequada indexação do artigo, e lista de referências conforme normas ABNT;
5. O resumo deve descrever de forma sucinta e clara a que se propõe o trabalho e o que será exposto no texto;
6. O texto deve estar redigido com clareza e correção gramatical e atender aos critérios da escrita científica;
7. O arquivo submetido com o texto não deve trazer qualquer identificação de autoria, para assegurar o anonimato na avaliação;
8. Desenhos, gráficos, mapas, tabelas, quadros e fotografias, devem conter título e fonte, e estar numerados. Imagens devem ter resolução de pelo menos 300 dpi. Todos os elementos gráficos devem ser submetidos em arquivo separado, com indicações claras de onde devem ser inseridos ao longo do texto;
9. Títulos de seção e subtítulos não devem utilizar caixa alta, tendo só a primeira letra capitalizada. Subtítulos de 1º nível devem usar fonte 12 e ser negritados, subtítulos de 2º nível, fonte 12 em itálico negrito; 3º nível, fonte 12 em itálico não negrito;
10. As notas devem restringir-se ao mínimo possível e, se necessárias, devem ser numeradas consecutivamente dentro do texto e colocadas ao pé da página;

11. As citações literais curtas (menos de três linhas) serão integradas ao parágrafo, entre aspas e seguidas pelo sobrenome do autor referido no texto, ano de publicação e página(s) do texto citado, tudo entre parênteses e separado por vírgulas. Citações de mais de três linhas serão destacadas do texto em parágrafo especial, em fonte 11, sem uso de itálico e com recuo de 4 cm a partir da margem esquerda;
12. Referências ao longo do texto devem utilizar o sistema autor-data, sem utilizar caixa alta para o nome de autor. Por exemplo, (Moser, 1985). Todas as obras citadas ao longo do texto devem constar da lista de referências ao final do mesmo. Obras não citadas não devem fazer parte da lista;
13. A lista de referências deve seguir a norma ABNT NBR 6023, conforme exemplos a seguir::

a) Livros

MOSER, Anita. **A nova submissão**: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial. Porto Alegre: EDIPAZ, 1985. (Coleção Debate e Crítica).

LEMONS, Carlos A. O morar em São Paulo no tempo dos italianos. In: DE BONI, Luis A. (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1990. p. 401-409.

CÂNDIDO, Antônio et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1968.

b) Artigo de periódico

NOGUEIRA, Ronidalva. Michel Foucault numa breve visita às prisões de Pernambuco. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 6, n. 2, p. 269-282, jul./dez. 1990.

O REI está nú (2): adianta porém constatar o óbvio? **Isto é**, São Paulo, n. 1189, p. 15, 15 jul. 1992. Editorial.

c) Coletânea

NOVAES, Adauto (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

d) Teses acadêmicas

RAMOS, Eloisa Helena Capovila da Luz. **O Partido Republicano rio-grandense e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul – 1882/1895**. 1990. 284 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

e) Verbetes

PISTONE, Sérgio. Bonapartismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1986. p. 118-119.

PAGALLO, G. T. Democrito. In: **DICCIONARIO de filósofos**. Madrid: Rioduero, 1986. p. 321-324.

f) Informação ou texto obtido na internet

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Conheça o IBICT**. Disponível em: <<http://www.ibict.br/ibict/frame.htm>>. Acesso em: 01 out. 1997.

Envio de manuscritos

Os(as) autores(as) devem realizar cadastro no sistema SEER (<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/index/user/register>) e iniciar o processo dos cinco passos para submissão, seguindo as instruções aos autores.

Guidelines for Authors

Sociologias is a triannual journal published by the Graduate Program of Sociology (PPGS) - Institute of Philosophy and Human Sciences (IFCH), Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). **Sociologias** is intended to promote the dialogue between Brazilian and foreign social scientists.

The journal accepts previously unpublished works, including articles, book reviews and research communications in the field of social sciences, which represent innovative and relevant contributions, and meet the criteria of theoretical and methodological academic rigor. Contributions can be submitted in Portuguese, Spanish, French or English.

Papers submitted in English or French, once approved following the evaluation process, should be translated into Portuguese and published in both languages (the original and Portuguese), the authors being responsible for the translation, which may be done by translators of free choice of the authors or chosen from a list suggested by **Sociologias**.

The proposed manuscripts must be submitted exclusively to **Sociologias**, that is, they should not be simultaneously submitted to other journals. The Journal does not assume responsibility for concepts expressed by the authors. Spontaneous submission of any collaboration automatically implies full cession of copyright to PPGS-UFRGS.

Publication of manuscripts is conditioned to approval by at least two reviewers among members of the Editorial Board and other contributors of **Sociologias**, who hold expertise in the relevant area of knowledge. The whole peer review process is “blind”, so that neither authors nor reviewers know each others’ identity. Manuscripts are reviewed with basis on the following criteria: *clear and correct writing, quality and accuracy of the arguments, validity of the presented data, timeliness and relevance of the article to the discussion of problems in the area of research, and the adequacy and contemporaneity of the references*. Any suggestions from the Editorial Board for changes in structure or content of the manuscript will only be made in agreement with authors.

To be eligible for peer reviewing, contributions must meet the following criteria:

1. At least one of the authors must have a doctorate and, in case of co-authoring, the first author must have at least Master's title. The manuscript should be authored by, at most, four authors. In the case of book reviews the author(s) should hold at least a Master's title;
2. For submitting manuscripts to Sociologias authors must register at the site of the journal at: <<http://www.seer.ufrgs.br/index.php/index/user/register>> and follow the five steps for submission, according to the guidelines for authors.
3. Manuscripts should have a maximum of 8,000 words or 22 pages, including abstract and references. Book reviews should have a maximum of 4,500 words or 10 pages. The manuscript should be presented in A4 format, Times New Roman 12, 1.5 space, with top and left margins of 3 cm, and bottom and right 2 cm.
4. The file with the submitted manuscript should be editable and should bring title and abstract (up to 250 words) in both the language of submission and in English, besides up to 5 keywords that allow appropriate indexing of the article, and list of references compliant with ABNT standards.
5. The abstract should describe succinctly and clearly the purpose of the work and the content of the article.
6. The text should be written with clarity and grammatical correctness and should meet scientific writing criteria.
7. The submission file should not contain any identification of authors, in order to ensure blind evaluation.

8. Drawings, graphs, maps, tables, charts and photographs should contain title and source, and be numbered. Images should have a resolution of at least 300 dpi. All graphics should be incorporated into the manuscript.
9. Section titles and subtitles should not use capital letters and have only the first letter capitalized. 1st level subheads should use font 12, bold; 2nd level subheads, italicized font 12 bold; 3rd level, font 12 in italics without boldface.
10. Notes should be restricted to a minimum and be placed at the foot of the page.
11. Short citations (less than three lines) will be integrated in the paragraph, put in italics, followed by the surname of the cited author, year of publication and page (s) of the quoted text. Citations of more than three lines must be indented four cm from the left margin.
12. References in the text should use the author-date system, without using capital letters for the author name. For example, (Moser, 1985). All works cited in the text should appear in the list of references at the end of it. Works not mentioned should not be part of the list.
13. 13. The list of references must follow the ABNT NBR 6023 standard, as the following examples:

a) BOOKS

MOSER, Anita. **A nova submissão**: mulheres da zona rural no processo de trabalho industrial. Porto Alegre: EDIPAZ, 1985. 123 p. (Coleção Debate e Crítica).

LEMONS, Carlos A. O morar em São Paulo no tempo dos italianos. In: DE BONI, Luis A. (Org.). **A presença italiana no Brasil**. Porto Alegre: Escola Superior de Teologia, 1990. 740 p. p. 401-409.

CÂNDIDO, Antônio et al. **A personagem de ficção**. São Paulo: Perspectiva, 1968. 119 p.

b) ARTICLES IN JOURNALS

NOGUEIRA, Ronidalva. Michel Foucault numa breve visita às prisões de Pernambuco. **Cadernos de Estudos Sociais**, Recife, v. 6, n. 2, p. 269-282, jul./dez. 1990.

O REI está nú (2): adianta porém constatar o óbvio? **Isto é**, São Paulo, n. 1189, p. 15, 15 jul. 1992. Editorial.

c) TEXTS IN COLLECTIONS

NOVAES, Adauto (Org.). **A crise da razão**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. 250 p.

d) ACADEMIC THESES

RAMOS, Eloisa Helena Capovila da Luz. **O Partido Republicano rio-grandense e o poder local no litoral norte do Rio Grande do Sul – 1882/1895**. 1990. 284 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

e) ENTRIES FROM A DICTIONARY

PISTONE, Sérgio. Bonapartismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. Brasília: Ed. da Universidade de Brasília, 1986. 1318 p. p. 118-119.

PAGALLO, G. T. Demócrito. In: **DICCIONARIO de filósofos**. Madrid: Rioduero, 1986. 1444 p. p. 321-324.

f) INFORMATION OR TEXT OBTAINED FROM THE INTERNET

INSTITUTO BRASILEIRO DE INFORMAÇÃO EM CIÊNCIA E TECNOLOGIA. **Conheça o IBICT**. Disponível em: <<http://www.ibict.br/ibict/frame.htm>>. Acesso em: 01 out. 1997.

Números publicados

1	Conflitualidades	29	Sociedade e Educação: dilemas contemporâneos
2	Cidadania e Democracia	30	Participação, Cultura Política e Cidades
3	Sociedade Civil e Estado Social	31	Pesquisa Quantitativa na Sociologia
4	Trabalho	32	Desigualdade Política, Democracia e Governança Global
5	Metodologias Informacionais	33	Axel Honneth e a Teoria do Reconhecimento
6	Ciência & Tecnologia	34	Figurações da Violência
7	Saúde e Gerações	35	Ciências Sociais e a Questão Ambiental
8	Violências, América Latina	36	Sociologia da Dádiva
9	Teoria Sociológica	37	Sociedade, Conhecimentos e Sustentabilidade
10	Democracia, Sustentabilidade e Mundo Rural na América Latina	38	Sociologia Política
11	Sociedade e Território	39	Sociologia e Moral
12	Novas realidades do trabalho – Brasil e Portugal	40	Racismo e Antirracismo
13	Sociedade e Direito	41	Epistemologia das Ciências Sociais
14	Sociologias na (en) América Latina, ALAS	42	A Sociedade Urbana Contemporânea na América Latina
15	Complexidade	43	As Epistemologias do Sul num mundo fora do mapa: lutas, saberes e ideias de futuro
16	Sociedade e Políticas Públicas	44	Durkheim Cem Anos
17	Desafios da Educação Superior	45	Trabalhadores, sindicatos e a transnacionalização da militância
18	Riqueza e Desigualdades	46	Transformações científicas e tecnológicas e implicações econômico-sociais
19	Conhecimentos, Redes e Sociedade	47	Sociologia dos intelectuais
20	Violências, medo e prevenção	48	Literatura e conhecimento sociológico
21	Gênero, família e globalização	49	Sociologia das migrações: entre a compreensão do passado e os desafios do presente
22	Metodologia e Transdisciplinaridade	50	Agendas biomédicas: interfaces do conhecimento em saúde no século XXI
23	Democracia, Poderes e Segurança	51	Mudanças climáticas, ciência e sociedade
24	Políticas Públicas e Cidadania	52	Corpos, emoções e risco
25	Trabalho, emprego e precarização social	53	El protestantismo vivido
26	Estudos sociais em ciência e tecnologia	54	Internacionalização da educação superior
27	Ciências Sociais e Desenvolvimento	55	Sociologia e fronteiras
28	Dinâmicas da ação coletiva	56	Quantificação, Estado e participação social

Tipologia Zapfhumnst BT, 10/14,5
Papel: Off set 75 g/m² na
Impresso: Gráfica da UFRGS

Em sua edição número 57, *Sociologias* traz subsídios para reflexão sobre a *plataformização* do trabalho. O **Dossiê** “Trabalho em plataformas digitais: perspectivas desde o Sul global”, organizado por Ludmila Costhek Abílio, Henrique Amorim e Rafael Grohmann, privilegia a análise da plataforma no campo da Sociologia do Trabalho, a partir do olhar do chamado Sul global, considerando que se trata de um processo de alcance global atrelado às especificidades locais. Com olhares sobre a questão desde Argentina, Brasil, China, França e Filipinas, este dossiê vem contribuir de maneira definitiva e urgente com a reflexão sobre a plataforma do trabalho, tema hoje incontornável no campo da Sociologia do Trabalho.

Na seção **Artigos**, Camilla Oliveira e Rodolfo Hoffmann, em “Mobilidade socio-ocupacional no Brasil” propõem uma nova metodologia para a construção de estratos socio-ocupacionais. Guilherme Radomsky, com “Experiência, linguagem e narração”, critica os modelos de desenvolvimento rural vigentes, destacando, a partir de pesquisa etnográfica, a relevância dos processos de subjetivação e das narrativas sobre visão de passado e futuro. O artigo “Exploração social e estrutura de classes”, de Luiz Inácio Gaiger, aborda os conceitos de relações de exploração, classes e estrutura de classes, para demonstrar que ainda são relevantes para a análise tanto da estrutura quanto da ação social. Em “A caminho do Araguaia”, Rafaela Pannain analisa as trajetórias militantes de Maurício Grabois, Elza Monnerat e João Amazonas, membros do Partido Comunista do Brasil enviados à região do Araguaia para organizar um movimento armado contra a ditadura civil-militar instaurada com o golpe de 1964. Camila Nunes Dias e Mayara de Souza Gomes, em “Notas sobre a tortura em um debate do Primeiro Comando da Capital (PCC) em São Paulo”, analisam as práticas de “disciplina do crime” perpetradas pelo grupo criminal, com recurso tanto à tortura como a valores sociais morais.

A seção **Interfaces** traz “Brasil da financeirização”, de Horígenes Soares Neto, Lessi Inês Pinheiro e Marcelo Inácio Ferraz indagam sobre o apresamento, pela ciranda de financeirização, da população da base da pirâmide social, especialmente as beneficiárias dos programas sociais de transferência de renda, e sobre a apropriação, pelo sistema financeira privado, de quantias milionárias originárias dos fundos públicos para assistência social. Danielle Cruz e Fábio Peixoto, em “Terrorismo, manifestações sociais e democracia”, examinam os possíveis riscos à democracia na eventualidade de aprovação de um projeto em tramitação na Câmara dos Deputados de alteração da Lei nº 13.260/2016 no Brasil.

Na seção **Resenhas**, Deni Alfaro Rubbo resenha o livro de Kevin Anderson “Marx nas margens: nacionalismo, etnia e sociedades não ocidentais”, editado pela Boitempo em 2019. Julian Borba e Gregório Unbehaun da Silva resenham “*Cultural backlash: Trump, Brexit, and authoritarian populism*”, de Pippa Norris e Ronald Inglehart, publicado por Cambridge University Press em 2019.

A seção **Brazil Today** apresenta resumo expandido da pesquisa “Reconfigurations of the social sphere in Brejo da Paraíba in the 21st century: imprints of plantations in Latin America”, de Patrícia Alves Ramiro.

Colaboram nesta edição:

Ludmila Costhek Abílio (Org.)
Henrique Amorim (Org.)
Rafael Grohmann (Org.)

Jenny Chan
Cheryll R. Soriano
Earvin C. Cabalquinto
Joy H. Panaligan
Antonio A. Casilli
Matheus Viana Braz
Sofia Scasserra
Flora Partenio
Camilla Oliveira
Rodolfo Hoffmann
Guilherme F. W. Radomsky
Luiz Inácio Gaiger
Rafaela N. Pannain
Camila N. Dias
Mayara de S. Gomes
Horígenes F. Soares Neto
Lessi I. F. Pinheiro
Marcelo I. F. Ferraz
Danielle M. Cruz
Fábio C. de A. Peixoto
Deni Ireneu Alfaro Rubbo
Julian Borba
Gregório Unbehaun Leal da Silva
Patrícia Alves Ramiro



Programa de apoio à
Edição de Periódicos

